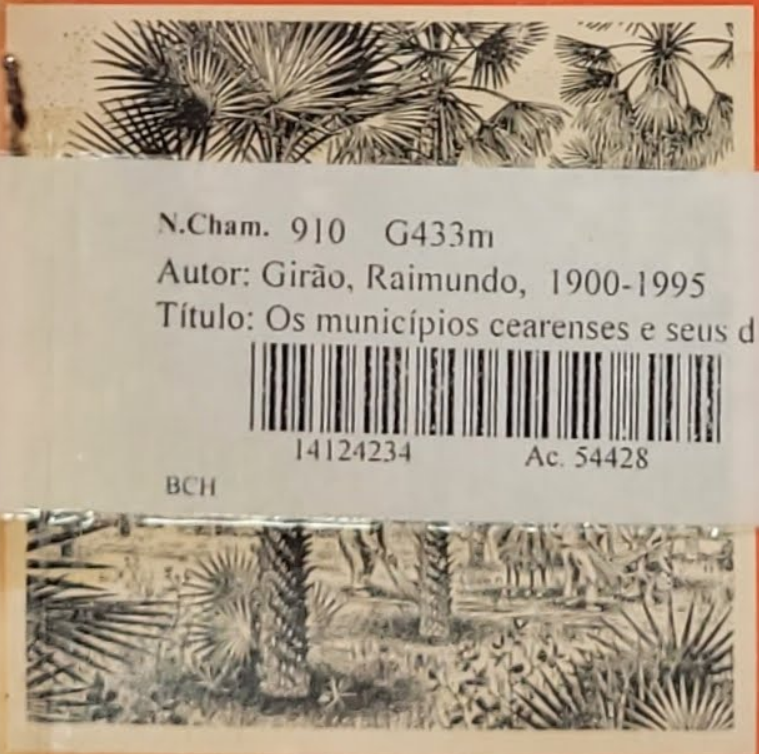
ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ – SUDEC
DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS – DRN

OS MUNICÍPIOS CEARENSES E SEUS DISTRITOS

Raimundo Girão



N.Cham. 910 G433m
Autor: Girão, Raimundo, 1900-1995
Título: Os municípios cearenses e seus d
14124234 Ac. 54428
BCH

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR DO ESTADO
LUIZ DE GONZAGA FONSECA MOTA

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
OSMUNDO EVANGELISTA REBOUÇAS

SUPERINTENDENTE DA SUDEC
HUMBERTO MACÁRIO DE BRITO

COORDENADOR GERAL
ARISTEU CALHEIROS DE MELO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS
ANTÔNIO RENATO LIMA ARAGÃO

CHEFE DA DIVISÃO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
CLEONICE ALMEIDA PINTO

PERGAMUM
BCH/UFC

Eduardo Thomaz

Estado do Ceará
Secretaria de Planejamento e Coordenação

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ — SUDEC

DEPARTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS — DRN

OS MUNICÍPIOS CEARENSES E SEUS DISTRITOS

Raimundo Girão

FORTALEZA
1983

ACERVO 54428
R 14124234
10/07/2014

PERGAMUM
BCH/UFC

Girão, Raimundo

Os Municípios cearenses e seus distritos.
Fortaleza, SUDEC, 1983.

684p.

C.D.U. 911(813.1)

Revisão Bibliográfica — Maria Ivonilde da Silva
Colaboração especial — M.ª Lúcia Ramalho Martins
Serviços datilográficos — M.ª Elita Rodrigues Mendes

APRESENTAÇÃO

A Superintendencia do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), fiel às diretrizes do Governo Estadual, tem procurado corresponder com o melhor empenho às solicitações ou exigências das atribuições que lhe são afetas.

Dentro desta orientação e sentindo a necessidade de oferecer aos estudiosos e ao público em geral uma obra de alto teor afirmativo sobre os municípios cearenses, esta Superintendência sente-se gratificada, por ter sido merecedora da confiança de renomado escritor, como é o Dr. Raimundo Girão, na divulgação deste excelente trabalho de elevado valor científico.

Trata-se, na verdade, de uma minuciosa pesquisa sobre os municípios do Estado do Ceará e seus distritos, permitindo assim o cumprimento de uma das metas da SUDEC, que é a interiorização do desenvolvimento, através de levantamentos básicos como estudos detalhados de solos, elaboração de cartas municipais, levantamento das condições ambientais e outros.

Para o que este órgão tem realizado ou realiza neste campo, tem contado sempre com a exemplar dedicação de seus colaboradores e servidores.

Entre estes acham-se os que trabalham no Departamento de Recursos Naturais, sob a direção do Prof. Antonio Renato Lima Aragão, o qual, com a maior lisura e mais perfeita exação, desenvolve seus encargos. Foi ele que teve a oportunidade de pôr-se em contato com o escritor e historiador, Dr. Raimundo Girão, autor da importante obra com título — Os Municípios Cearenses e seus Distritos — inédito e resultante de acuradas pesquisas sobre a geografia, história administrativa e religiosa de cada uma das Comunas do Ceará, além de estudo complementar acerca da origem ou etimologia dos respectivos topônimos. O meritório trabalho de tão conhecido intelectual, enquadrando-se perfeitamente nos objetivos dessa Superintendência, não poderia deixar de por ela ser

adotada para efeito de sua publicação, esta por nós e em razão prontamente autorizada.

Fazemo-lo com plena ciência e consciência de que o livro do Dr. Raimundo Girão terá utilidade fartamente compensadora para quantos, administradores, parlamentares, dirigentes dos Municípios e os estudiosos em geral, se entregam a assuntos tão relevantes como este.

Sentimo-nos bem em afirmá-lo.

HUMBERTO MACÁRIO DE BRITO
Superintendente da SUDEC

À memória de TOMÁS POMPEU SOBRINHO, o "Doutor Máximo" do Ceará, incomparável Mestre de sua História, de sua Geografia, de sua Sociologia e da Problemática Nordestina, para tanto servido da mais possante inteligência e do mais indormido amor do Trabalho Cultural.

Ao Prof. ANTÔNIO MARTINS FILHO, a quem dedico sadia e velha estima e que tanto admiro pelo seu forte poder de iniciativa e poderosa capacidade realizadora, com estas virtudes criando Universidades e traçando, no Ceará, luminosa divisa de separação entre o Ensino Superior de Ontem e o de Hoje. Antes e depois dele.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

INTRODUÇÃO 13

1.ª PARTE — OS MUNICÍPIOS 17

2.ª PARTE — DISTRITOS 225

ÍNDICE DOS MUNICÍPIOS 385

ÍNDICE DOS DISTRITOS 388

INTRODUÇÃO

A divisão do território cearense, como acontecia com os demais Estados, esteve sujeita a inconfessáveis interesses políticos e outros de ordens diversas não inspirados no bem comum. Criava-se, extingüia-se, restaurava-se Município sem obediência a sistema lógico, justo e geral, e daí a confusão reinante nesse âmbito da administração pública.

Até que na fase revolucionária que se seguiu à vitória da revolução de 1930 foi o assunto, em boa hora, confiado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.), que, realizando pesquisas cuidadosas e de bom critério, sugeriu a expedição, pelo Governo Discricionário, do Dec.-Lei n.º 311, de 02 de março de 1938, dispondo sobre a divisão territorial do País e segundo a qual, "somente por leis gerais qüinqüenais, poderia ser modificado o quadro territorial-administrativo, judiciário e policial — das diversas unidades da Federação, tanto na delimitação e categoria de cada uma, como na respectiva toponímia".

Em relação ao Ceará, foi expedido o Dec. n.º 169, de 31 de março daquele ano de 1938 (modificado em parte pelo Dec. n.º 262, de 02 de junho seguinte e retificado pelo de n.º 378, de 20 de outubro), que deu execução ao citado Dec.-Lei n.º 311, para isto sendo nomeada uma comissão, constituída do grande mestre Eng.º Tomás Pompeu Sobrinho e dos Bacharéis Clodoaldo Pinto e Tomás Gomes da Silva Neto, sendo secretário o Sr. Aluísio Mozart Farias. Essa Comissão elaborou o anteprojeto do diploma legal a ser adotado pelo governo estadual e a este ofereceu "amplos elementos de informação para resolver o assunto, apresentando notável e exaustivo trabalho, quer sobre a divisão territorial em si, quer sobre a toponímia das diferentes circunscrições". Daí resultou o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, no qual se fixam os limites intermunicipais e interdistritais e se modificam os topônimos de muitos núcleos populacionais do Estado. Relativamente a estes, a norma seguida foi a de, dentro do território cearense, não deverem existir dois topônimos iguais, e bem assim o de simplificarem-

PERGAMUM
BCH/UFC

-se, ao máximo, os nomes das cidades e vilas, no que se verificou, em alguns casos, certo exagero.

Em 1943, findo portanto o primeiro qüinqüênio, nova Comissão foi nomeada, desta vez composta do mesmo Eng.º Pompeu Sobrinho, do Bacharel Tomás Gomes Neto e do Eng.º Paulo Torcápio Ferreira, cabendo a secretaria ao Bacharel Mozart Soriano Aderaldo, que, valendo-se dos elementos documentais trazidos a essas duas reformas, e a que se seguiu em 1951 (Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951), elaborou o elogiável trabalho de resumir as modificações introduzidas na criação e na nomenclatura dos Municípios e Distritos, publicado na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 65, ps. 110-133.

De tudo foi conseqüência que o Ceará ficou dividido em 142 Municípios e estes em 545 Distritos. Pela Lei n.º 9.397, de 15 de setembro de 1970, foi extinto o Município, aliás inviável, de Cococi, ficando aquele número reduzido para 141.

Faltava, agora, a descrição mais minuciosa e mais correta da formação e transformação sofrida pelas Comunas cearenses e suas subdivisões ao correr do tempo, desde a sua fundação ou início até hoje, acrescentando-se, ao lado disso, adminículos quanto aos respectivos aspectos eclesiásticos, afora explicações, nem sempre bem esclarecidas, acerca do verdadeiro sentido da etimologia dos topônimos.

A tanto nos propusemos enfrentando sérios empeços e, o que é de lamentar, a inexplicável indiferença de muitos daqueles que, ligados mais intimamente às suas cidades ou vilas, jamais responderam aos questionários que lhes enviamos, com solicitação interessada, contendo as perguntas a serem respondidas para melhor exposição do assunto. Para dar um exemplo, de quatro Bispos a que nos dirigimos, pedindo elucidações, somente um — da Diocese de Itapipoca — se dignou de atender-nos.

Este livro, compendiado o que nos foi possível colher, inclusive, como uma das fontes, o que se contém, a respeito, em **O Ceará**, de A. Martins Filho e Raimundo Girão, já em 3.ª edição, corrigindo enganos e omissões e fazendo acréscimos indispensáveis, é dividido em duas partes: a 1.ª, contém notícias sobre cada Município no seu todo, e esta acreditamos se apresenta bem anotada, porque dependeu quase toda de procura de gabinete, com a consulta de toda a legislação estadual, específica ao caso, e a de documentos e publicações consultáveis; a 2.ª, refere-se aos Distritos, figurando, obviamente, pelos motivos expostos, com indesejadas falhas.

Convencemo-nos da utilidade do nosso esforço, coordenando e dando à publicidade espalhados e às vezes escondidos, dados e notícias que sobremodo facilitarão, na área das administrações estadual e municipal, na área do Legislativo, na área dos historiadores, no âmbito mais largo dos que pretendem instruir-se das nossas coisas e aos nossos fatos, o melhor conhecimento da matéria em espécie.

Comprendendo o valimento desta obra, e sempre atenta ao bom levantamento e a boa divulgação do que possa servir a nossa Cultura, houve por bem a SUDEC (Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará), responsabilizar-se pela sua edição, e é com o mais leal espírito de reconhecimento que lhe agradecemos tão relevante e generosa atitude.

Esses agradecimentos estendem-se a todos os que, solicitamente, nos proporcionaram mais segurança e riqueza no preparo deste livro, não nos negando, como outros fizeram, a sua valiosa colaboração num intento que só vantagens poderá trazer a todos inclusive aos displicentes. E de modo especial à minha filha Celda Brasil Girão, a quem coube o estafante mister de datilografar os originais da obra e ao meu neto, o jovem médico José Eurípedes Maia Chaves Júnior, o qual, com a mais desvelada dedicação e a sua forte inclinação intelectual para as lucubrações científicas e literárias, foi-nos auxiliar pronto e eficiente na colheita e ordenação de dados e sugestões sem as quais o nosso objetivo somente com muito maior sacrifício seria atingido.

Raimundo Girão

1ª PARTE - OS MUNICIPIOS

ABAIARA. — Distrito único. Área do Município — 209 km², Altitude da cidade — 400m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°21' 32" S; Longitude — 39°2' 44" W.

Contando com o decidido apoio do Pe. José Antônio de Araújo, o fazendeiro Joaquim Leite da Cunha pôde levantar, ao lado da casa de sua herdade, uma capela que ficou sob a invocação de São Pedro, e mais tarde foi melhorada e ampliada por José Júlio Sampaio. Tempos depois, em junho de 1869, à custa de contribuições populares e na parte mais alta do terreno, elevou-se outro templo, cujo orago ficou sendo o Sagrado Coração de Maria, trabalho esse inspirado pelo notável missionário, Pe. José Antônio de Maria Ibiapina, por ocasião de sua demora em pregações fervorosas na então vila de Milagres. Surge, então, a primeira casa de negócio na localidade, pertencente a José Bento, e logo a seguir o primeiro engenho de fabricação de rapaduras, instalado por José Dantas de Morais, que se tornou, ali, o maior proprietário de prédios, adensando-se, assim, o aglomerado urbano. Conservando este o nome de São Pedro, com ele foi criado o Distrito pelo Ato Provincial de 27 de março de 1873. Pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, a velha denominação foi mudada para Pedro Segundo, isto em obediência ao critério de lei federal que obrigava a não repetição de topônimos oficiais das cidades e vilas e, portanto, dos Municípios e Distritos. Em respeito a outra determinação dessa natureza, o nome Pedro Segundo, existente numa cidade do Piauí, passou ex-vi do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, a chamar-se Abaiara, que em língua tupi significaria homem superior, pessoa importante, traduzindo-se, por este modo, a personalidade do grande Imperador do Brasil. Por força da Lei n.º 3.921, de 25 de novembro de 1957, este Distrito constituiu-se em Município, desmembrado do território do Município de Milagres, sendo instalado no dia 25 de março de 1959, com o seu primeiro Prefeito José Filomeno Filho. A cidade de Abaiara localiza-se ao sopé da serra da Mãozinha e é banhada pelo riacho São Pedro, do qual inicialmente tomou o nome.

ACARAÚ. — Distritos: o da sede e os de Aranaú, Cruz, Itarema e Jeriquaquara. Área do Município — 2.417 km². Altitude da ci-

dade — 13m .Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 2°53,8" S; Longitude — 40°07'16" W. Situado na zona norte do Estado, banhado pelo Oceano.

De terras planas, ligeiramente onduladas. A praia é baixa, cheia de dunas, que aqui e ali se interrompem por alagadiços e lagamares. As águas litorâneas são ricas de peixes. Corta-o de sul a norte o rio Acaraú, apresentando amplas várzeas e coroas muito férteis, nela predominando os carnaubais, as oiticicas e os cajuais. Alguns ribeiros perenes umedecem os seus **tabuleiros** litorâneos e muitas lagoas o favorecem com as culturas agrícolas. A da Jijoca é a maior, com aproximadamente 5 km de circunferência, mas são igualmente grandes as do Guariú, da Caiçara, a dos Castelhanos, a dos Monteiros, a do Jenipapeiro. Grandes plantios de mandioca e apreciável produção de sal, obtido em cerca de 10 salinas. A pesca é desenvolvida, notadamente a do camurupim, apanhado em **currais**, em grande número, ao longo do mar, bem como em **covos** ou por meio de anzóis. O rio Acaraú, com o curso de 320 km, é o segundo maior do Ceará, nasce na serra do Machado e lança-se no Atlântico por meio de dois braços: o Cacimba e o Mosqueiro. A sua bacia hidrográfica é calculada em 14.500 km². Banha as cidades de Tamboril, Sobral, Santana do Acaraú, Marco e Bela Cruz. A cidade sede está a 6 km do mar, e, segundo a tradição, teria sido fundada por pescadores vindos do Rio Grande do Norte, atraídos pela abundância do pescado. Localizada, a princípio, no lugar Presídio, mudaram-na depois para o em que se acha a cidade. Teve o nome de Porto dos Barcos do Acaraú, e no século 18 foi grande empório de **oficinas**, onde se fabricavam as carnes secas ou charque, transportadas para o Recife e Bahia por briques e outras embarcações. Somente no meado do século passado começaram a ser construídas casas de alvenaria. Criado o Distrito, pela Provisão de 21 de setembro de 1799, foi suprimido pela Lei n.° 150, de 22 de setembro de 1838, mas restaurado pela de n.° 253, de 19 de novembro de 1842. Em 1849, pela Lei n.° 480, de 31 de julho, pode merecer a categoria de vila, com o nome de Vila do Acaraú, desmembrado o território do novo Município do de Sobral, sendo instalado no dia 05 de fevereiro de 1851. Em 1882, pela Lei n.° 2019, de 19 de setembro, eleva-se a vila à categoria de cidade. Na ata de instalação respectiva figura como sendo 475 o número da lei de sua criação, e não 480 como é incontestavelmente certo. A Lei n.° 1.814, de 22 de janeiro de 1879, art. 1.°, § 6.°, mudou o nome para o atual — Acaraú. João Brígido (**Resumo Cronológico**, p. 195) dá a criação da vila em 4 de setembro de 1832, mas emenda-se depois, atribuindo à criação

da Freguezia e data de 05 de setembro e a criação da vila a data correta (**Efemérides**, ps. 119 e 131; **Ceará — Homens e Fatos**, ps. 473 e 486).

A Freguesia foi criada pelo Decreto Geral de 05 de setembro de 1832, com a transferência, para a povoação da Barra do Acaraú da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, antiga missão dos Tremembés, e que fora instituída pela Provisão de 12 de setembro de 1766. Posteriormente, a Lei n.° 139, de 10 de setembro de 1838, criou a Freguesia na capela de Santana, filial à matriz da vila de Sobral, com a denominação de Nossa Senhora de Santana, porém a Lei n.° 283, de 15 de dezembro de 1842, removeu-a para a Capela de Barra do Acaraú, que passou a chamar-se freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaraú.

O topônimo é de origem tupi — **caracu**, e provém do rio. Segundo Martius (**Glossaria Linguarum Braziliensium**, p. 489), resulta de **acará guaçu** peixe grande. Para José de Alencar (**Iracema**, nota 7 ao cap. III), compõe-se de **acará** garça e **có** toca, buraco, ninho e **y**, com o som entre **i** e **u** português, que significa água — rio do ninho das garças. Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1 p. 211) pensa que nenhuma dessas opiniões é aceitável, pois nem o rio tem peixe grande nem de cornos, nem **có** significa buraco, como assevera Batista Caetano, na **Revista Brasil**, tomo 2.° 1931. A verdadeira parece-lhe ser: **acará** garça, e **có** quinta ou roçado — quinta ou roçado das garças, brancas, grandes e pequenas, pardas, azuis conhecidas pelo nome de tamatião. Pompeu Sobrinho (Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho), acatado indianólogo, afirma não lhe parecerem isentas de reparo essas citadas opiniões, pois que "os índios, em todos os casos análogos, não seguiram o modo de composição acima adotado. Realmente, temos Gereraú, Maracanaú, Jaçanaú, Curiaú, etc., e não Cereracu, Maranacacu, Jaçanacu etc. Em vista disto, in **Revista do Instituto do Ceará**, tomo XLVII, p. 179, aventuramos esta outra interpretação: **Acorá** garça e **cu** bebida, certa bebida indígena muito estimada pelos tupis. Entretanto, agora nos parece preferível supor que **Acara**, nome genérico de pequenos peixes que ordinariamente apresentam espinhos ou acúleos no corpo, está ligado a esta circunstância orgânica. Jorge Marcgrave, em 1648, tratando dos peixes do nordeste brasileiro, referiu-se a um certo **acará**, possivelmente o atual **Astronotus Ocellatus (Agass.)**, que tem 15 espinhos no dorso. Também observou o velho naturalista flamengo o **acará** preto, ou **acaraúna** armado de agudíssimo ferrão. Pensa o ictiólogo Paiva Carvalho que se trataria de um **Acathurus**,

PERGAMUM

gênero de peixes especialmente caracterizados por possuírem cauda armada com espinho móvel. Ora, o vocábulo tupi **acará** contém o elemento **acá** que significa cascudo, escamoso, arranhento, enrugado e, ainda, corno, chifre, ponta espora, esporão (de aves), como nos ensina o **Dicionário Brasiliano-Português** que é de 1795. Por outro lado, **cá** pode vir de **guaba** passando sucessivamente pelas etapas **gua**, **gu**, **cu** e traduz a noção de comer ou beber. Portanto: **acará** — **cu** pode significar o lugar onde os acarás comem ou bebem, o comedouro dos acarás". Após outras considerações, chega a concluir: "Assim, pois, Acaraú, alteração de Acaracu, tanto pode ser comedouro de acarás (peixe) como comedouro de garças" (**Revista do Instituto do Ceará** v. 59, p. 160).

A Paróquia de Acaraú tem como orago Nossa Senhora da Conceição. Ler sobre Acaraú o livro, bem cunstancioso, de Nicodemus Araújo — **Município de Acaraú — Notas para sua História**, Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1971, p. 376; e o trabalho de Florival Seraine — "Contribuição à Toponímia Cearense", na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 62, p. 268.

ACOPIARA — Distritos: o da sede e os de Ebron, Isidoro, Quincoê, Sta. Felícia, Sto. Antônio e Trussu. Área do Município: 2.046 km². Altitude da cidade — 317,07m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude — 6°5'43" S; Longitude — 39°27'9" W.

No povoamento da região compreendida entre os limites do atual Município de Acopiara, nas primeiras décadas do século 18 começou por ser concedida, em 4 de julho de 1719, ao Alferes Antônio Vieira Pita, pelo Capitão-mor Salvador Alves da Silva, uma sesmaria no riacho Quincoê, medindo três léguas de terra pelo dito acima e meia de largo para cada banda. Com o tempo foram chegando famílias que se fixaram, entre as primeiras destas a família Pereira Silva. Como o terreno se apresentasse muito pedregoso, tomou o nome de Lages, nome que acabou designando a concentração humana que aí se adensou, bem como o da estação de Estrada de Ferro de Baturité (Rffsa), inaugurada em 10 de julho de 1910.

O Município foi criado, desmembrando-se do então Distrito de Iguatu, pela Lei n.° 1875, de 28 de setembro de 1921, com sede no núcleo de Lages, então elevado a vila, e inaugurou-se a 14 de janeiro de 1922. Elevada a sede à categoria de cidade, em virtude do Dec. n.° 448, de 20 de dezembro de 1938. Foi seu primeiro Prefeito Celso de Oliveira Castro, que ali fixando residência e juntamente com o Mons. José Coelho da Rocha, vigário de Iguatu, muito trabalhou pelo desenvolvimento da nova comuna. Criada por D. Quintino Rodrigues de Oliveira, 1.° Bispo de Crato, a Freguesia data

de 12 de outubro de 1921, desmembrada da de Iguatu, tendo sido seu primeiro vigário o Pe. Leopoldo Rolim. A padroeira é N. S. do Perpétuo Socorro. A igreja matriz foi fundada por Mons. José Coelho da Rocha, cujo nome é homenageado numa das praças da cidade. Existe um núcleo protestante, formado na Fazenda Logradouro pelo pastor Lacy Wardlaw, norte-americano, e um da Congregação Cristã do Brasil, fundado por José Pinheiro, em 14 de julho de 1962. Lages era a primitiva denominação que o Dec. n.° 1.156, de 4 de dezembro de 1933, mudou para Afonso Pena. Em virtude do Dec. n.° 1.114, de 30 de dezembro de 1943, tomou o nome de Acopiara, que é de formação tupi, composição de **aco** roça, roçado, cultura; **pi** de pina, limpar ou tratar, e **ara** prefixo que indica agente. Donde: **Aco-pi-ara** — o que cultiva, o lavrador ou agricultor, alusão à circunstância de ser o Município um dos mais agrícolas do Ceará.

A cidade sede fica situada em terreno alto, a certa distância da estação da Rede de Viação Cearense (Rffsa), que foi inaugurada em 10 de julho de 1910. Em Acopiara nasceu Edilson Brasil Soares, em 6 de fevereiro de 1914. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, turma de 1935, e Doutor, pela mesma Faculdade, em 1936. Diretor do conhecido Colégio 7 de Setembro, de Fortaleza, ao qual dedicou toda a sua vida de mestre e educador, até falecer, em 2 de julho de 1975. E, também, Francisco Uchoa de Albuquerque, nascido em 9 de maio de 1924. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual foi professor da mais alta competência, com bolsa de estudos nos Estados Unidos. Autor de vários livros de conteúdo sério, demonstração positiva de sua baseada cultura político-filosófica. Falecido em maio de 1981.

AIUABA — Distritos: o da sede e o de Barra. Área do Município — 2.597 km². Altitude da cidade — 466,44m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°34'25" S; Longitude — 40°07'24" W.

Antigamente, chamava-se Campo Alegre. Depois, Bebedouro, pequeno núcleo humano do Município de Arneirós, constituído de vaqueiros que vinham dar bebida a seus gados numa lagoa ali existente. Essas terras estão situadas na sesmaria concedida, em 20 de agosto de 1721, pelo Capitão-mor Salvador Alves da Silva, a Lourenço Alves Feitosa, complementadas com os terrenos sesmeiros de Ventura Rodrigues de Sousa e Domingos Rodrigues. Foi desanexado o seu território para o Município de Saboeiro de acordo com a Resolução n.° 806, de 25 de ogosto de 1857. Pela Lei n.°

929, de 6 de agosto de 1860, passou à categoria de Distrito, que mais tarde perdeu, para reconsquistá-lo em face da Lei n.º 1.128, de 21 de novembro de 1864. Transferiu-se, sucessivamente, para os municípios de Arneirós e São Mateus (hoje Jucás), voltando a Saboeiro. A categoria de vila obteve-a pela Lei n.º 169, de 31 de março de 1938. Constituiu-se Município em virtude da Lei n.º 3.338, de 15 de outubro de 1956, desmembrado o seu território do de Saboeiro, passando assim a vila à categoria de cidade. Formou-se do Distrito sede e dos Barra (ver) e Mucambo, elevado este, posteriormente, à classe de Município, pela Lei n.º 2.160, de 21 de dezembro de 1953. A instalação da comuna de Aiuaba deu-se em 22 de outubro do mesmo ano de 1956, sendo seu primeiro Prefeito Raimundo Edmundo Braga, empossado em 9 de setembro do ano seguinte.

O padroeiro local é N. S. do Patrocínio, do Bispado de Iguatu.

A cidade, no alto sertão dos Inhamuns, planta-se em terreno elevado, à margem de um dos afluentes do riacho dos Bois, este tributário do rio Jaguaribe. Perto, acha-se a Casa do Umbuzeiro, que se tornou famosa por ter nela vivido o Pe. José Bezerra do Vale em conúbio com a tapuia de nome Páscoa, da união resultando numerosa família, com muitos dos seus membros ilustres e projetados. Sobre a Casa de Umbuzeiro leia-se o trabalho do Pe. Antônio Teodósio Nunes, na revista **Itaytera**, do Crato, n.º 19, p. 180.

O topônimo é de formação arbitrária, compondo-se **ayu** + **aba** = bebedouro.

Data do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Ler **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, de Renato Braga, v. 2, p. 218, verbete **Campo Alegre.**

Neste Município, localiza-se a Estação Ecológico de Aiuaba, criada pela Secretaria Especial do Meio-Ambiente (SEMA), com o objetivo de preservar o ecossistema local representativo de uma das mais secas áreas do Estado. A Estação Ecológico dista aproximadamente 4km da cidade e possui a área de 11.525 ha.

ALCANTARAS. — Distritos: o da sede e o de Ventura. Área do Município 107 km². Altitude da cidade — 685m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°35'20" S: Longitude: 40°32'44" W.

O Município foi criado, desmembrado do de Meruoca, pela Lei n.º 3961, de 10 de dezembro de 1957, e instalado em 23 de março de 1959.

A cidade sede surgiu, aos poucos, em redor da capela dedicada a N.S. do Perpétuo Socorro, construída em parte do terreno, medindo 50 braças de frente por 60 de fundos, doado por João Capistrano de Alcântara, que se casou com Antônia Germana, viúva de Franklin Serapião de Alcântara. A outra parte, ou sejam 10 braças de frente, ofereceram Francisco Guilherme de Alcântara e sua mulher, Ermelina Emília de Alcântara. A respectiva escritura consta dos livros de notas do cartório da vila da Palma, hoje cidade de Coreaú, e é datada de 22 de fevereiro de 1908. Neste ano começou-se a construir dita capela, orientados os trabalhos pelo Pe. Custódio Arcanjo de Vasconcelos. Os Alcântaras constituiram uma espécie de clã, e daí chamar-se a povoação S. José dos Alcântaras. Como tal, pertenceu de começo ao Município de Meruoca (1907) e, também, aos de Sobral e Massapê. Restaurado como Distrito de Meruoca pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951. Até que a citada Lei n.º 3.961, o promoveu à categoria de Município, dispondo de um só Distrito, além do da sede — o de Ventura. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, fixou o atual topônimo. É um dos menores municípios do Estado, estendendo-se sobre a serra da Meruoca, constituindo-se a sua topografia de morros e chapadas, com alguns pequenos vales. A cidade é cortada pelo riozinho Pau Ferrado. O primeiro Prefeito Municipal foi Roberto Ximenes de Aragão.

ALTANEIRA. — Distritos: o da sede e o de São Romão. Área do Município — 186 km². Altitude da cidade — 670m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°00'6" S; Longitude — 39°44'26" W.

Pertencia o povoado ao Município de Assaré, mas pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, passou ao de Quixará, com a categoria de Distrito, formado de parcelas territoriais dos de Amaro e Quincuncá. Em 1953, por força da Lei n.º 2.194, de 15 de dezembro, voltou a integrar aquele primeiro Município e, mais tarde, em virtude da Lei n.º 3.382, de 16 de outubro de 1956, retornou ao de Quixará, já agora denominado Farias Brito. Foi a Lei n.º 4.396, de 18 de dezembro de 1958, que lhe deu a categoria de Município. Santa Terezinha é a padroeira local.

Chamou-se primitivamente Sta. Teresa. A denominação Altaneira é arbitrária e foi dada pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951.

ALTO SANTO. — Distritos: o da sede e o de Castanhão. Área do Município — 1.161 km². Altitude da cidade — 79,49m. Coorde-

PERGAMUM
ACERVO

nadas geográficas da cidade: Latitude 5°30'59" S; Longitude — 38°16'8" W.

Está situado na chamada Zona Jaguaribana.

É possível fixar-se em 1866 o ano em que o Capitão Simplício de Holanda Bezerra começou a construir, à margem direita do Riacho do Figueiredo, afluente da margem direita do Jaguaribe, uma pequena capela, sob a invocação do Menino Deus, iniciando-se assim o povoado, que pela Lei n.º 1.345, de 27 de outubro de 1870, recebeu a categoria de Distrito de Paz, inaugurado em 7 de janeiro de 1873. Lei posterior, ou, mais precisamente, o Dec. n.º 29-A, de 06 de maio de 1892, o suprimiu. Pelo Ato Provincial de 24 de março de 1871 fora criado o Distrito com o nome de Alto Santo da Viúva, pertencente ao Município de Limoeiro do Norte. Deste se desmembrou, para constituir-se em Município autônomo, no ano de 1957, em virtude da Lei n.º 3.814, de 13 de setembro. Instalado oficialmente em 1.º de junho de 1958, sendo seu primeiro Prefeito Osório Martins de Moura Brasil. O segundo Prefeito, José Bezerra de Sousa, construiu o prédio que serve de sede à Prefeitura. A Poróquia, sob a invocação do Pequeno Grande, pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte e foi criada em 20 de setembro de 1941, tendo como primeiro vigário o Pe. Fco. de Assis Castro Monteiro. Há dois templos católicos: a matriz do Menino Deus e a capela de N.S. de Lourdes. A denominação Alto Santo da Viúva parece vir de Utuva, fazenda de criar levantada no citado Riacho do Figueiredo nos começos do século 18 pelo Coronel Gregório de Figueiredo Barbalho, um dos pioneiros do povoamento do Ceará. Segundo Antônio Bezerra (**Algumas Origens do Ceará**, p. 81), a palavra Viúva, é corrupção de Utuva. Mais precisamente, seria de Utuba, a significar "água abundante", de **u** ou **y** e **tuba** quantidade. Há no entanto, quem sugira provir o termo do fato de haver o lugar pertencido a Teresa Gomes de Jesus, viúva do Coronel Teodósio Pereira de Melo. Destacam-se na planície que forma a mor parte do Município a elevação original da Serra da Micaela, o monte Marilândia e a gruta do Letreiro.

ANTONINA DO NORTE. — Distritos: o da sede e o de Tabuleiro. Área do Município — 264 km². Altitude da cidade — 366,7m Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°46'30" S; Longitude — 39°59'21" W.

Foi criado, aliás sem as condições legais que o autorizassem, pela Lei n.º 4.077, de 8 de maio de 1958, desmembrado o seu território do de Aiuaba, do qual era Distrito, com o nome de Mucambo,

conforme Lei n.º 3.338, de 19 de maio de 1956, e do qual se separa pelo riacho Conceição, afluente do rio Jaguaribe.

Religiosamente, depende da Paróquia de Saboeiro, tendo a igreja local a invocação de Sto. Antônio.

A cidade fica à margem do riacho S. Pedro e é servida pela estrada de rodagem CE-184.

APUIARÉS. — Distritos: o da sede e os Canafístula e Vila Soares. Área do Município — 390 km². Altitude da cidade — 85m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°56'48" S; Longitude 39°25'53" W.

Situado no Município de Canindé, passou o arraial do Jacu à categoria de Distrito de Paz em virtude da Lei n.º 1.135, de 24 de novembro de 1864, mas em 1869, pela Lei n.º 1.300, de 31 de outubro, integrando-se no de Pentecoste, criado por esta mesma Lei. A Lei n.º 1.330, de 10 de outubro de 1870, restaurou-o, como integrante de Pentecoste, e, em 1956, com a Lei n.º 3.338, de 19 de maio, veio, juntamente com o Distrito de General Sampaio, formar o Município deste nome. Pela Lei n.º 3.529, de 25 de janeiro de 1957, foi criado o Município tendo sido instalado simbolicamente no dia 1.º de março seguinte. O seu primeiro Prefeito foi José Alves Filho. A Paróquia de S. Sebastião de Apuiarés foi instituída pela Provisão de 2 de fevereiro de 1946, firmada por D. Antônio de Almeida Lustosa, Arcebispo de Fortaleza. Comprende os serviços religiosos de General Sampaio e Tejuçuoca. Pertence ao Bispado de Itapipoca.

Primitivamente, chamou-se Jacu, nome duma ave da família das Crácidas, especialmente do gênero Penelope. Apuiarés é palavra túpica, designativa duma tribo de tapuias, que habitava a região. Etimologicamente, a denominação quer dizer — raiz com gosto de fruto, de **apu** ou **apó**, raiz, origem e **airé**, gosto de fruta (ver **Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 213). Os Apuiarés, segundo registro de Paulino Nogueira (**Vocabulário**, p. 219), constituíam "tribo errante e feroz, descendentes dos tabajaras e tapuias, sem outras armas mais do que suas maças-paus em forma de dardos". Cita Melo Morais e Pedro Théberge, e acrescenta que para Roberto Southey a palavra Apuiarés significa Poderosos.

AQUIRÁS. — Distrito: o da sede e os de Eusébio, Jacaúna e Justiniano de Serpa. Área do Município — 546 km². Altitude da cidade — 14,23m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude: 3°54'5" S; Longitude — 38°23'28" W. Banhado pelo Oceano.

O primeiro do Ceará na ordem cronológica, foi o Município criado pela Ordem régia de 13 de fevereiro de 1699. Instalado em 1700, na sua primeira sede — o núcleo de Iguape. Em 1701, transfere-se a sede para o lugar de Fortaleza e daí (1702) para a Barra do Ceará, lugar então denominado de Vila-Velha, mas volta para Fortaleza em 1706.

A Ordem régia de 30 de janeiro de 1711, executada em 1715, mandou transferí-la para o lugar Aquirás, onde então permaneceu (Barão de Studart, **Datas e Fatos**, vol. 1.º, ps. 114, 121, 128, 133, 134, 139, 141, 144 e 145, **Notas para a História do Ceará**, ps. 145 e 149, **Geografia do Ceará**, ps. 33 e 34; João Batista Perdigão de Oliveira, **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 1.º ps. 103 e 122 e vol. 2.º, ps. 28, 62 e 63).

Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território ficou anexado ao de Cascavel, é restaurado pelo de n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 1.258, de 27 de julho de 1915. Com a extinção do Município (Dec. n.º 193 cit.), voltou a ser povoado, porém retornou à categoria de vila com a restauração feita pelo Dec. 1.156. A sede é novamente elevada a cidade pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Não se sabe ao certo em que data se instituíu a Freguesia do Aquirás, e alguns historiadores afirmam que ela foi a primeira estabelecida no Ceará.

O Senador Pompeu escreve no seu **Dicionário Topográfico e Estatístico da Província**, p. 8, que o Aquirás foi a primeira Freguesia e a primeira vila do Ceará, tendo sido criada a Freguesia em 1700.

No **Ensaio Estatístico**, p. 265, entretanto, diz que isto se deu em 1713. O Dr. Pedro Théberge (**Esboço Histórico**, v. 1.º p. 101) registra que a Freguesia do Aquirás foi a primeira que se criou, sob a invocação de S. José de Ribamar. No **Resumo Cronológico** (p. 55), João Brígido anota: "1713 — Neste ano, pretendem alguns, foi criada a Freguesia do Aquirás ou se desmembrou da de Fortaleza. É certo, no entanto, que já existia, a esse tempo, um vigário da vara em Jaguaribe". Cândido Mendes, **Direito Eclesiástico**, v. 1.º p. 848, citando Pizarro, aceita que a paróquia de S. José de Ribamar do Aquirás é a mais antiga Capitania e fora criada no ano de 1700.

Relacionando essas opiniões, João Batista Perdigão de Oliveira (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 2.º, p. 222), faz a respectiva crítica e sustenta, à vista dos documentos que transcreve, acharem-se todas distanciadas da verdade. Já em 1671 tinha existência uma

Freguesia no Ceará, que jurisdicionava toda a Capitania e funcionava no Forte de N.S. da Assunção. Que isto é exato prova-o o fato de, em 13 de agosto daquele ano, ter sido convocado o Vigário da Freguesia, Francisco Ferreira Lemos, para, em Conselho com outras autoridades e pessoas salientes, decidir da justiça ou não duma guerra que os principais da aldeia da Paranhaga e os dos Jaguaribaras pediam se fizesse aos paiacus; e mais o de, em 15 de maio de 1700, dirigir a Câmara de Aquirás, a El-Rei, uma carta em que se diz ter até então servido de paróquia aos moradores da Capitania o Oratório dos soldados. Afora isto, é coisa indiscutível que o Pe. João Matos Serra, vigário, era radicalmente contrário à fundação da vila de Aquirás, tendo até neste sentido, desrespeitado as Ordens régias, não sendo lógico que ele assim procedesse, se desempenhasse o cargo de vigário duma Freguesia em Aquirás. Estaria pleiteando um absurdo, qual o de trabalhar em desfavor do bem-estar e da prosperidade dos seus fiéis e dele próprio. A Freguesia continuou na Fortaleza mesmo após a mudança da vila para o Aquirás, em 1713. Dada a teimosia do padre, foi baixada a Ordem régia de 8 de agosto de 1721, impondo-lhe que levasse consigo para a igreja de Aquirás, visto haver de servir de Matriz, todas as imagens, ornamentos e paramentos existentes na igreja de Fortaleza, que havia de ficar como capela. Apesar do rigor de tal determinaçao, ainda em 1728, não havia sido executada.

O Capitão-mor Manuel Francês, o Vigário João Matos Serra e, após a morte deste, o seu sucessor, Pe. Alexandre Fonseca, persistiam na oposição, o que motivou queixas da Câmara do Aquirás, em carta de 14 de fevereiro do dito ano. Parece que só depois de 1756 se realizou a transferência, porquanto até esse ano a Freguesia ainda se achava em Fortaleza, e tudo leva a acreditar que o ato de criação duma freguesia em Fortaleza, a 6 de agosto de 1761, nada mais significa do que a restauração da anteriormente ali localizada. O Barão de Studart dá como data da criação o ano de 1813, tratando-se, ao que se deduz, de simples erro tipográfico (**Revista do Instituto do Ceará**, vol. 38, pág. 86).

O orago da Freguesia é S. José, e a matriz foi construída pelo Pe. José Pereira de Castro, Vigário-geral forâneo da Capitania.

Sobre o Hospício de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que aí se instalou e funcionou, mas que não mais existe, e sobre a construção da igreja matriz, leia-se **O Ceará**, de Martins Filho e Raimundo Girão, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 3.ª ed., 1966, p. 51 e segs. O Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, na sua **História da Província do Ceará**, 1867, afirma que o nome não é indíge-

PERGAMUM
PONTIFÍ

na e sim português, o de uma antiga vila de Portugal. Paulino Nogueira, em trabalho publicado na Revista **A Quinzena**, n.º 9, de 15 de maio de 1887, e incluída no seu Vocabulário Indígena (**Revista do Instituto do Ceará**, Vol. 1.º p. 220) contesta a opinião de Araripe, e sustenta que o vocabulário é de origem túpica. Recorrendo-se aos antigos registros da Câmara Municipal de Aquirás — argumenta — neles encontra-se, repetidas vezes: Aquirás, Akirás, Akirazes — "gentio da terra". Ora, não é possível que para o gentio da terra os colonos fossem buscar o nome de uma vila européia, sendo antes certo que geralmente a denominação das tribos indígenas era aceita e não imposta pelos mesmos colonos. Fazendo referência a uma Nota do Pe. John Breiver, que esteve muitos anos no Ceará, diz que a palavra primitivamente deveria ter sido Igikirá, de **ig** água, **iki** pouco, vizinho, perto, e **yrá**, adiante, significando "água pouco adiante". Depois, corrompeu-se em **agoaikirá**. Acha a etimologia e significação naturais, pois o Aquirás está situado sobre uma colina, banhada pelo rio Pacoti: o indígena, que aí chegasse, diria naturalmente — **ig iki yrá**, **agoaikirá**, ou **aquirás**, como se escrevesse atualmente, isto é "água pouco adiante". Acrescenta, em reforço da sua contestação, que se, de fato, o nome fosse português deveria constar do **Mapa de Portugal**, de João Batista de Castro, ou do **Dicionário Geográfico, de Paulo Perestelo da Câmara**, e entretanto de ambos nada consta. Por outro lado, se assim não fosse, a Aquirás deveria ter precedido um nome indígena e nada consta a esse respeito. Pompeu Sobrinho comenta: "Para Paulino Nogueira, que se deparou com a velha grafia de **Agoakirá**, num texto latino do Pe. John Breiver, escrito em 1789, significa — "água pouco adiante". Explica: **Agoa**, corrupção de **ig**, água, **iki** vizinho, perto, pouco e **yra**, adiante. Retornando à grafia **ba'kirás**, atribuída a uma lagoa, somos levados a aceitar que **ba** é alteração de **ipá**, lagoa, **iquirá**, água viçosa, fértil, produtiva; donde — "Lagoa de água fertilizante", talvez pelo limo rico de adubos das suas margens. Teodoro Sampaio, porém, dá esta interpretação: **aquira** + **á**, isto é, caroço grande de fruta, pouco expressiva. Inspirou-se Sampaio em Batista Caetano que escreve: **aquira**, brotado, crescido, grande, e **ar**, nascer: grãos grandes. Como se mostrou, a palavra comporta interpretação tupi, mais nada impede que seja de origem tapuia, causa muito difícil de verificar" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 164). Ler sobre Aquirás: São José de Ribamar de Aquirás, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 4, p. 297; Aquirás de outrora e hoje — Aires de Montalvo, na **Revista citada**, v. 82, p. 69. E mais desta **Revista**, os vols. n.º 1, p. 103, n.º 2. p. 221, n.º 4, p.

297 n.º 41, p. 75, n.º 82, p. 64, Na **Revista da Academia Cearense de Letras**, n. 17, p. 72.

ARACATI. — Distritos — o da sede e os de Ibicuitaba, Icapuí, Fortim, Cabreiro, Mata Fresca e Cuipiranga. Área do Município — 1.834 km². Altitude do cidade — 5,74m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4º33'42" S; Longitude — 37º46'11" W. Banhado pelo Oceano.

Na ordem cronológica, é o quarto Município do Ceará. Proposta a sua criação a 24 de julho de 1744 e interposto parecer pelo Conselho Ultramarino a 12 de dezembro, foi criado pela Resolução régia de 11 de abril de 1747 e instalado a 19 de fevereiro de 1748 (Barão de Studart, **Datas e Fatos**, n.º 1.º ps. 214, 222, 223, 227, 228 e 231 e **Geografia do Ceará**, ps. 36 e 168; Benedito Augusto dos Santos, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 23, p. 222; José Liberato Barroso, na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 20 p. 160; P. Théberge, **Esboço Histórico**, v. 1.º p. 167). Foram doadores da terra necessária para a instalação da vila Matias Ferreira da Costa e sua mulher, Joana d'Orneles, irmã do Tenente-General Gregório de Gracisman Galvão, filhos, estes dois últimos, do Comissário-Geral Teodósio de Graciscan que, por escritura de 6 de dezembro de 1791, comprou, com a denominação de Aracati, o sítio Arraial, aos herdeiros (a viúva Maria de Siqueira, o filho Pascoal Gomes de Lima e a nora Helena Barbosa de Albuquerque), do Capitão-mor Manuel de Abreu Soares, seu primeiro donatário e fundador (Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, ps. 35 e 62; Barão de Studart, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 37, ps. 329 e 33). Matias Ferreira da Costa era aracatiense e dele descende a família Costa Lima, de grande projeção no Aracati. A terra doada eram 1.500 braças em quadro. Veja-se o Ato de Criação da Vila, na citada **Revista do Instituto do Ceará**, v. 9.º p. 395). A vila, criada com a denominação de Santa-Cruz do Aracati, foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 244, de 25 de outubro de 1842, quando governava a Província o Brigadeiro José Joaquim Coelho, posteriormente Barão da Vitória.

Sede de simples Paróquia, a vila de Santa Cruz do Aracati foi separada do curato de Russas e erigida em Curato amovível, em virtude da Provisão de 20 de junho de 1780, do Bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa Lima. Em 21 de julho seguinte, o visitador Pe. Dr. Manuel Antônio da Rocha procedeu à respectiva divisão, do que fez lavrar o competente auto, assinado na localidade.

"O templo que se serviu de matriz, rebocado internamente, em 1786, começou a ser construído em 1761, pelo Capitão-mor, José Pimenta de Aguiar, seu fundador e administrador, no mesmo local onde em 1714, pelos charqueadores que vinham da Bahia e Pernambuco, foi edificada uma capela com frente de tijolos, mas coberta de palha, que, apesar de melhorada em 1719 e 1728, desabou em conseqüência de grande aluvião do rio Jaguaribe. E havendo o Pe. José Lopes de Lima, em 1747, começado a erigir ali outra capela de maior dimensão, sucedeu que, feitas as paredes até certa altura, mas paralisado por muito tempo o serviço, devido aos invernos vieram a desabar, pelo que dito Capitão-mor, demolindo tudo quanto restava da edificação do Pe. Lima e aproveitando o respectivo material, começou a erigir a dita matriz. Mas, falecendo depois, em 1769, o Capitão Manuel Rodrigues da Silva tomou sob sua administração o serviço até a conclusão". O orago da freguesia é N.S. do Rosário. Leiam-se, quanto a este assunto, as "Memórias da Matriz de Aracati, substancioso trabalho de Benedito dos Santos, publicado na **Revista do Instituto do Ceará** v. 32, ps. 308 e 322 e v. 31, ps. 336 e 354. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tombou esse belo templo, fazendo-lhe cuidadosa restauração. Ler, ainda, sobre, **Aracati e a Confederação do Equador**, Fortaleza. Edit. Fortaleza, 1943, de Abelardo Costa Lima, **Terra Aracatiense**. 1980, do mesmo autor; **Aracati e sua vida Cultural e a Jornalística**, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1964, de Ezequiel Silva de Meneses, **Album do Jaguaribe**, Belém, Emp. Gráfica da Amazonas, 1927, Eusébio de Sousa, **Revista do Instituto do Ceará**, vols., n.º 1 p. 83, n.º 6, p. 217, n.º 12 p. 266, n.º 23 p. 189, n.º 31 ps. 336 e 354, n.º 86 p. 281, n.º 61, p. 132. **Almanaque do Ceará**, de 1902, p. 133, transcrito em **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, v. I, p. 160, de Renato Braga.

Atualmente, o território do Município está dividido em duas Paróquias: a de N.S. do Rosário, de Aracati, e a de N.S. da Soledade, de Icapuí, ambas do Bispado de Limoeiro do Norte.

Os etimologistas não estão de acordo quanto à origem do nome Aracati. Paulino Nogueira escreve: "Etim: — Pedra branca comprida para cima, no lugar passagem de Pedra. Barba Alardo, Memória sobre a Capitania do Ceará, na **Revista do Instituto do Ceará** cit. v. 11 p. 262; bonança oportunidade. G. Dias, Dic: Mas a verdadeira é — bons ares, de **ara**, tempo, e **catu**, bom. Martius, Gloss., cit. p. 539. Era assim que os selvagens do sertão chamavam ao vento do norte, que soprava regularmente das sete para as oito horas da noite, e se derramava pelo interior da província. Daí chamar-se

Aracati o lugar donde vinha a monção (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**. v. 1. p. 222). João Brígido (**Revista do Instituto do Ceará**, cit. v. 16, p. 121) também escreve: "Aracaty ou aracatu. Estas duas palavras tupis, combinadas, dão a idéia perfeita de uma região, que impressionava pela claridade e mansidão de suas águas, na embocadura do Jaguaribe. **Ara** — claro, **catu** — bonançoso. O **u** de catu tinha som a meio, **oi** intermédio de y na língua tupi, daí dizer-se hoje — Aracati. É provável que, em começo, a palavra tivesse seu sufixo em **y** ou **catuy**, formando **Aracatu-y**, que se converteu, por corrutela, em Aracati. O **y** nessa expressão designava água. Aracaty ou aracat'y, por sinalefa, quer dizer águas claras e bonançosas. No modo de ver de Teodoro Sampaio, a palavra significa vento muito, rajada forte; Aracaty é corrutela de **ara-caty**. ou **ara-catu**. Também pode ser aragem cheirosa, vento que cheira (**Vocabulário Geográfico Brasileiro**). O Barão de Studart (Geografia do Ceará, na **Revista do Instituto do Ceará** v. 38, p. 121), aceita a significação de **aracati** ou **aracatu** como tempo bom. Chamavam os índios aracatu ao vento que soprava do norte e refrescava os ardores do estio. Segundo Pompeu Sobrinho, a interpretação mais correta e que não comporta outra é a oferecida por Martius, in **Glossaria Linguarum Braziliensium**, 1863.

ARACOIABA. — Distritos: o da sede e os de Curupira, Ideal, Ocara e Vazantes. Área do Município — 1.490 km². Altitude da cidade — 107,10 m. Coordenadas geográficas da cidade; Latitude: 4°22'16" S; Longitude — 38°48'51" W.

A primeira concessão de terra neste Município data de 1735, feita a Pedro da Rocha Maciel, e compunha-se de três léguas de terras contínuas no riacho que nasce na serra de Baturité e deságua no rio Choró, conhecido pelo nome de Aracoiaba. Surgiu, então, a pequena aldeia chamada Canoa. Era Distrito, criado pela Lei n.º 1.607, de 21 de agosto de 1874, quando o Município o foi, desmembrando-se do de Baturité, pelo Dec. n.º 44, de 16 de agosto de 1890, tendo como sede o núcleo de Canoa, então elevada a vila com o nome de Aracoiaba. Inaugurou-se a 7 de setembro daquele ano (Cesídio d'Albuquerque, **Prontuário da Legislação Republicana no Ceará**, ps. 250 e 251). Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, anexado então ao Município de Baturité, mas restaurado pelo de n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, foi elevada a sede à categoria de cidade em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

R 141242344 PERGAMUM

A Provisão de 22 de maio de 1914, firmada por D. Manuel da Silva Gomes, Bispo do Ceará, considerando: que a vila de Aracoiaba estava muito aumentada em população; que era difícil, senão impossível ao vigário de Baturité, apesar do seu grande zelo, atender à cura das almas desse lugar e de seu território, por causa das distâncias e do número de habitantes; e que a capela de Aracoiaba já era capaz de ser matriz — separou e desmembrou da Freguesia de Baturité, a Freguesia de Aracoiaba, em tudo independente e sob o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Aracoiaba.

O topônimo decorre do rio que banha a cidade, é afluente do Choró e nasce na serra de Baturité. "Segundo Paulino Nogueira, baseado, em Montoya — diz Pompeu Sobrinho — a etimologia do vocábulo é: **ará**, ave, **cói** falar e **aba**, lugar. Com alguma complacência, malgrado o som um tanto fechado do **a** de Aêracoiaba, poder-se-á admitir essa interpretação — lugar onde as aves gorgeiam; mesmo porque Montoya dá para **cói** a significação de falar, gorgear aves, como **acói**, gorgearem aves. Mas a antiga grafia da palavra era outra, como se vê no registro da data de sesmaria do Tenente-Coronel Manuel Rodrigues das Neves, em 4 de fevereiro de 1735, onde se escreve — na cabeceira do riacho Aracoaguaba que nasce na dita serra (Baturité). Ora, é impossível aplicar a este vocábulo a interpretação referida. A análise conduz a outro sentido. Realmente, devíamos ter, de acordo com esta última grafia **ará-côa-ába** que, pela extensão da palavra e aproximação de dois **aa**, ficou, por abrandamento e contração, reduzida: **aracôaguaba**, significando lugar onde existem buracos de psittacus, isto é, ocos de periquitos. Mais tarde, já um pouco sob o domínio do falar português, continuando o processo de degradação do vocábulo, o **g** cai bem como o primeiro o dando-se em compensação um relativo reforço do segundo o que fica **u** ou melhor, **w**, tal como prova a seguinte grafia, mais recente, que a primeira: **arácuába**, que achamos no livro n.º 12 das sesmarias, no registro da data do Capitão-mor Domingos Simões Jordão, feito em 7 de outubro de 1735. Aliás, em tupi o **o** medial pode dar **u** e o grupo **gu** constantemente se reduz a **w** como na evolução da expressão **teonkôera, teon-guera, teon-wera** (caveira). O encontro do **a** com **u**, em face do hiato, deu naturalmente **ô=ou**, como mauro deu mouro, pauco deu pouco, etc. Mas de **ou** se passa facilmente a **oi**, como de mouro a moiro, de cousa a coisa, de ouro a oiro, etc. Daí, pois, a expressão atual — ARACOIABA (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 47. p. 181). Consulte-se a citada **Revista** v. 1.º p. 233. O Barão de Studart adota a etimologia **ara-coiaba** — lugar do canto das aves (**Revista** referida, v. 38 p. 121). A

cidade é servida por uma das estações da Rffsa, inaugurada a 14 de março de 1880, no lugar chamado Muamba ou Arraial de Santa Isabel, um pouco afastado do núcleo de Canoa, e cortada pela rodagem Fortaleza-Baturité. Aí nasceu D. Raimundo de Castro e Silva, em 1.º de janeiro de 1905. Ordenou-se sacerdote em 4 de dezembro de 1932, no Seminário Diocesano de Fortaleza. Bispo Titular de Eluza e Auxiliar de Teresina, Piauí. Bispo de Oeiras, desse Estado e, a partir de 19 de dezembro de 1954, Bispo Auxiliar de Fortaleza.

ARARIPE — Distritos: o da sede e os de Alagoinha, Brejinho, Pajeú e Riacho Grande. Área do Município — 853 Km2. Altitude da cidade — 605,78m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°12'45" S; Longitude 40°08'10" W.

Criado pela Lei n.º 1359, de 5 de novembro de 1870, o Distrito de Araripe, pela Lei n.º 1661, de 3 de agosto de 1875, foi desmembrado do Município de Assaré a que pertencia, constituindo-se comuna independente com o nome de Brejo Seco. A parte desmembrada compreendia grande porção do planalto da Serra do Araripe, nos limites com o Estado de Pernambuco e se completava com terras do sopé dessa montanha. A Lei n.º 2.172, de 23 de agosto de 1889 (art. 1.º), mudou a denominação para Araripe, que daí por diante conservou. Extinto pela Lei n.º 523, de 19 de julho de 1899, foi restaurado pela de n.º 798, de 11 de agosto de 1905. De novo extinto, agora pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, teve o seu território anexado ao de Campos Sales; mas o Dec. n.º 1540, de 3 de maio de 1935, definitivamente o restaurou. A vila passou à categoria de cidade em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

Por Lei n.º 1359, de 5 de novembro de 1870, criou-se a Frequesia elevando-se à categoria de matriz a capela de Sto. Antônio, compreendendo o Distrito de Paz de Brejo Seco e Poço da Pedra, então pertencentes à de Assaré (art. 2.º). Instituída canonicamente pela Provisão de D. Luís Antônio dos Santos, o 1.º Bispo do Ceará, datada de 1 de dezembro de 1871, sendo seu primeiro vigário o Pe. Antônio Pereira de Oliveira Alencar, removido da Co-adjuntoria de Lavras, que bem organizou a nova Paróquia, até ser substituído (1885) pelo Pe. Fco. Alexandrino de Alencar, seu irmão, o qual a regeu até 16 de maio de 1908, dia em que faleceu. Diz a tradição que a igreja local fora construída em 1871 com a decidida ajuda dos fiéis, em 75 dias, pelo missionário Pe. Henrique José Cavalcante.

O topônimo Araripe, aplica-se à chapada que se estende entre o Ceará e Pernambuco, elevada de cerca de 800 metros, e caracteriza-se a grande serra pela sua quase absoluta horizontalidade. Em tupi, seria rio das araras, mas como não se aplica a rio e sim ao planalto, a explicação etimológica mais provável é a de que a palavra se compõe de **ara** dia, tempo, mundo e mesmo claridade, de **ari** o começo, o nascimento, isto é, o começar ou nascer do dia, e mais **pe** lugar onde. Portanto: lugar onde começa o dia, lugar muito elevado da região, onde a claridade da aurora primeiramente aparece. Esta é a opinião de Pompeu Sobrinho. Paulino Nogueira, aceitando a explicação de Martius (**Glossário**, p. 491) acha que o nome vem de **arara ype** = habitação ou lugar de araras (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1. p. 225). O Barão de Studart registra: **ara — ripe** = caminho das aves, **arara ipe** lugar, habitação de araras (citada **Revista**, v. 38, p. 121). Aí nasceram: Alexandre Arrais de Alencar, em 13 de fevereiro de 1895. Jornalista e acurado pesquisador das coisas e fatos do Cariri. Como Prefeito Municipal do Crato fez excelente administração e faleceu em 15 de agosto de 1948; Antônio Girão Barroso, em 6 de junho de 1914. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1944), da qual é professor. Professor, igualmente da Faculdade de Ciências Econômicas. Poeta de singular inspiração e insistente animador de movimentos intelectuais no Ceará. Pertence à Academia Cearense de Letras, como ocupante da Cadeira n.º 18, da qual é Patrono José Cardoso de Moura Brasil; José Arrais de Alencar, em 20 de novembro de 1896, Bacharel em Direito e alto funcionário do Banco do Brasil. Filólogo, com obras que atestam o seu profundo conhecimenao dos assuntos dessa natureza; Almino Loiola de Alencar, Industrial, deputado estadual, político de largo prestígio na região caririense. Membro do Conselho de Contas do Ceará. Ler No Centenário da Capela Araripe-Exu, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 13, p. 226.

ARATUBA — Distrito único: o da sede. Área do Município: 165 Km2. Altitude da cidade — 830 m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°25'6" S; Longitude 39°02'42" W.

O Decreto n.º 35, de 1 de agosto de 1890, criou o Município, elevando à categoria de vila a antiga povoação de Coité. Instalou-se a 12 do mesmo mês de agosto, mas foi extinto pela Lei n.º 550, de 25 de agosto de 1899. A Lei n.º 602, de 6 de agosto de 1900, restaurou-o, porém o Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, novamente o suprimiu, anexando-o ao Município de Baturité. Somente em

1957, com os efeitos da Lei n.º 3.563, de 29 de março, voltou à autonomia, constituído do Distrito único que é o da sede. A instalação oficial deu-se em 25 de março de 1959.

Criada pela Lei n.º 2.062, de 10 de dezembro de 1883, a Freguesia instalou-se canonicamente pela Provisão de 9 de janeiro seguinte, firmada por Mons. Hipólito Gomes Brasil, na ausência do Bispo D. Joaquim José Vieira. A invocação é a São Francisco de Paula.

O primitivo nome foi Coité, que é árvore da família das Biganiáceas, produtora de fruto do qual, serrando-se ao meio, se fazem cuias de muita utilidade na vida doméstica rural. Depois, chamou-se Santos Dumont, homenagem ao chamado Pai da Aviação. O Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, denominou-o de Aratuba, formação arbitrária, tirada da língua tupi: **ara** pássaro e **tuba** quantidade. Aí nasceu, em 16 de dezembro de 1886, Carlos Gondim, primoroso poeta, de vida tumultuosa e boêmia, atingindo o auge o seu desatino, até o de matar, cumprir rigorosa pena e, por fim, morrer misteriosamente assassinado, em 11 de março de 1930, em Fortaleza. Na verdade, um desditoso. Natural, de Aratuba foi também Joaquim da Silveira Marinho, nascido em 8 de fevereiro de 1891, gracioso cronista e memorialista, cuja verve como que deliciou a cidade até quando pôde andar pelas ruas, já octogenário. Foi competente tabelião público e, dedicando se às leituras da língua potuguesa, acabou por dominá-la seguramente. E Rosemito Ribeiro de Sousa, em 1886, jornalista de orientação católica e monarquista convicto. Era pessoa de muita estima da cidade de Fortaleza, onde faleceu no ano de 1938.

ARNEIROZ — Distrito único: o da sede. Área do Município — 969 Km2. Altitude da cidade: 337,94m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°19'27" S. Longitude 40°09'36" W.

Em começos do século 18, formou-se no sertão dos Inhamuns um agrupamento de índios da tribo Jucá, assistido por um padre, mas sem bons resultados, a ponto de ser obrigado a transferir-se parte deles para o Crato e Baturité, onde havia outras missões. Todavia, o povoado ou aldeamento não se desfez de todo e nele passaram a dominar elementos da grande família Feitosa, que acabou senhora da região. Como era hábito na época, as casas da povoação serviam mais para pequenas demoras dos fazendeiros, moradores nas suas fazendas, e, por isso, na maior parte do tempo, permaneciam fechadas. Em 1864, por força da Lei n.º 1.128, de

21 de novembro, recebeu dito povoamento a categoria de vila, sede de Município. Extinto este em 1913, pela Lei n.º 1.084, de 19 de abril, foi restaurado mais tarde pela de n.º 1.181, de 23 de julho de 1914. A Lei n.º 1794, de 9 de outubro de 1920, novamente o extinguiu, para ressurgir em 1928, com a Lei n.º 2.002, de 16 de outubro. Outra supressão veio com o Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, passando o seu território a ser anexado ao de Tauá. Em 1957, finalmente, ficou na posse da autonomia, ex-vi da Lei n.º 3.554, de 14 de março de 1957, compondo-se, então, do antigo Município e mais parte do território do Distrito de Itaguá, do Município de Campos Sales.

Pertencia Arneiroz, eclesiasticamente, à Paróquia de N. S. do Carmo dos Inhamuns, mas a pedido dos habitantes locais, tão distantes daquela igreja, deliberou D. Tomás da Encarnação, Bispo de Pernambuco, criar a Freguesia de N. S. da Paz, o que fez expedindo a Provisão de 13 de novembro de 1783, ou, segundo o Barão de Studart, de 1784. A divisão das duas Freguesias coube ao Pe. Antônio Duarte de Araújo, ficando como vigário da recentemente criada o Pe. Fco. Xavier Cabral. O patrimônio necessário para a formação da Freguesia foi doado por Fco. Alves Feitosa e sua mulher, em 4 de abril de 1789, constante de cem braças de terra entre o boquerão da serra, no rio Jaguaribe, e um córrego à direita da vila. A igreja foi terminada pelo Vigário Manuel Calheiros Correia Pessoa, com o auxílio material e eficiente do Coronel Eufrásio Alves Feitosa (Ver **Revista do Instituto do Ceará** v. 16, p. 72).

O nome é o de uma antiga Freguesia em Portugal, no Concelho de Lamego, Distrito de Vizeu, Província de Trás-os-Montes e Alto Douro. Segundo Florival Seraine, "a palavra é dita como plural do diminutivo medieval arneiroz (arenoíola). Arneiro é palavra considerada fora de uso em Portugal pelo autor do Elucidário. Já em 1825, os léxicos registram o vocábulo com o segnificado de terreno arenoso, estéril, do latim **arenarius** , com síncope de **e**. E como termo do Alentejo corresponde a uma espécie de joeira ou crivo, Arneiro e Arnado, seu sinônimo são também topônimos registrados em Portugal. Reprodução, sem dúvida, de um topônimo português no Ceará, a designação Arneiroz, como talvez o caso de Almofala, se adapta, contudo, à significação do termo, pois — segundo a nota do mesmo **Dicionário Geográfico** — se trata de um território bastante seco no sertão" (Topônimos de Portugal no Ceará, na **Revista da Academia Cearense de Letras** n.º 11, 1960, p. 40; Idem, Contribuição à Toponímia Cearense, na **Revista do Instituto do Ceará** v. 60, p. 261). Em Arneiroz, nasceu

Raimundo Vital Bizarria, no ano de 1865. Professor e jornalista, tendo dirigido o "Diário de Notícias", de Salvador-BA. Poeta e crítico literário, faleceu em Fortaleza no dia 2 de outubro de 1941. Leia-se **Apontamentos sobre as Freguesias de Arneiroz e Saboeiro**, de Pe. Fco. Carlos de Morais, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 16 p. 72.

ASSARÉ — Distritos: o da sede e os Amaro, Aratama e Tarrafas. Área do Município — 1.554 Km². Altitude da cidade — 470m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 6°52'28" S; Longitude — 39°52'30" W.

No local da cidade existia a fazenda de propriedade de Alexandre da Silva Pereira, que aí se estabeleceu à margem do regato mais volumoso da região, adquirindo terras em 1775 e por suas qualidades pessoais pôde tornar-se homem de grande prestígio, mesmo em lugares distantes, dada a facilidade de comunicação, porque aí se cruzavam a estrada Cariri — Inhamuns e a Piauí — Sertões de Baixo (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte). Acabou a fazenda transformada em entreposto comercial, nascendo como consequência um povoado, principalmente em virtude de doações feitas por Alexandre e parentes e pessoas amigas, os quais levantaram casas de residência, não esquecendo a doação de terras para patrimônio do orago da futura Freguesia (Sobre a história da formação de Assaré, deve ser lida a **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v. XVI, do I.B.G.E., em 1959, p. 64. O Município foi criado pela Lei n.º 1.152, de 19 de julho de 1865, com sede na povoação do mesmo nome, então elevado a vila. Desmembrou-se do Município de Saboeiro e instalou-se a 11 de janeiro de 1869. Cidade em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A Freguesia foi criada pela Lei de 26 de agosto de 1838, desmembrada da do Crato, com a invocação de Santa Ana do Brejo Grande. A Lei n.º 520, de 4 de dezembro de 1850, transfere essa Freguesia para a capela de N.S. das Dores, na povoação de Assaré, com esta denominação.

O topônimo, conforme Paulino Nogueira, é corrutela de **icá**, estaca e **eré** partícula afirmativa. Naturalmente alguma estaca ali encontrada pelos indígenas e que lhes atraiu a atenção (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 228). O Barão de Studart registra: assaré — **açá-ré**, atalho (citada **Revista**, v. 39, p. 121). Teodoro Sampaio admite ser o nome realmente tupi e explica: **aça-ré**, a travessia diferente, atalho. Pompeu Sobrinho presume que o vocábulo não é túpico, mas tapuia; não é evidentemente cariri,

mas pode ser tarairiú. Nasceu em Assaré Pedro de Brito Firmeza, no dia 17 de fevereiro de 1901. Bacharel em Direito, Deputado Estadual e Federal e jornalista vigoroso, de editoriais marcantes. Exerceu o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, onde falaceu em 1965. Esteve como Interventor do Ceará de 16 de fevereiro a 28 de outubro de 1946. Também ali nasceu o Marechal Valdetrudes Amarante Brandão, de destacada atuação no Exército, com o desempenho de várias e honrosas comissões no País e no estrangeiro. Falecido no Rio de Janeiro.

AURORA. — Distritos: o da sede e os da Ingazeiras e Tipi. Área do Município — 942 Km2. Altitude da cidade — 283m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°56'33" S; Longitude 38°58'19" W.

Criado pela Lei n.° 2.047, de 10 de novembro de 1883, com sede na povoação de Venda, que então se eregiu em vila com o nome de Vila d'Aurora. Instalado a 30 de maio de 1885. Extinto pela Lei n.° 2.111, de 12 de dezembro de 1885 (art. 36), mas restaurado pela de n.° 2.141, de 29 de julho de 1889; de novo extinto pelo Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931, quando seu território passou a pertencer ao Município de Lavras, mas novamente restaurado pelo de n.° 1.156 de 4 de dezembro de 1933. Elevada a vila a sede à categoria de cidade em virtude do Dec.-Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938.

O primeiro templo religioso de Aurora foi construído por um preto velho chamado Mestre Benedito (Benedito José dos Santos), que teve de ir à Corte a fim de entender-se com D. Pedro II, pessoalmente. Ouviu este com todo interesse as pretensões do velho e presenteou a capela com imagens, paramentos sacros e um sino com as armas imperiais, bem como retratos a óleo do Imperador e da Imperatriz. Existem ainda hoje resquícios desses presentes. A capelinha tomou a denominação de São Benedito, que foi, assim, o primeiro patrono da Paróquia de Aurora. A Provisão de D. Joaquim José Vieira, datada de 27 de junho de 1893, "tendo em consideração as repetidas súplicas que nos hão dirigido os habitantes da povoação de Aurora da Freguesia de Lavras, em que nos tem exposto a grande dificuldade que encontram para alcançar o pasto espiritual, em razão da grande distância em que se acham de sua matriz" — separou e desmembrou, tornando-a em tudo independente da freguesia de Lavras, a Freguesia de Aurora, com a denominação de Freguesia do Menino Deus de Aurora. O primeiro pároco foi o Pe. Vicente Pinto Teixeira.

A povoação até ser elevada a vila chamou-se Venda e, primitivamente, Xavielina, nome dado pelo seu fundador, em 1836 (Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, 1918, p. 105). O nome de Venda vem de que, precisamente no local da Aurora Velha, existia antigamente uma taberna de comestíveis e beberagens, hospedagem de transeuntes que demandam ou regressam do sul da Província. Os primeiros proprietários de Venda foram membros da família Xavier, descendentes de Francisco Xavier de Sousa, que foi comandante da Guarda Nacional do Crato. Aurora Velha, que possuiu as primeiras casas do Município, permaneceu sem desenvolver-se, enquanto que a Aurora atual logrou progredir, tendo recebido o nome de Vila d'Aurora pela citada Lei de 10 de novembro de 1883. A cidade é servida pela Rffsa, cuja estação foi inaugurada em 7 de setembro de 1920. Ler **O Cariri — Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes**, Fortaleza, 1950, p. 217, de Irineu Pinheiro, e **Impressões de Viagem a Lavras e Aurora**, Fortaleza, Imprensa Oficial — 1955, de Serra Azul.

BAIXIO. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 157 Km2. Altitude da cidade — 269m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 6°43'49" S; Longitude 38°43'4" W.

A fazenda de criar de nome Baixio, à margem do riacho da Picada, existente desde 1883, situada no Município de Umari e pertencente a Liberalino José de Carvalho, começou a desenvolver-se, formando um arraial, depois que a Rede de Viação Cearense (Rffsa), inaugurou aí, em 5 de agosto de 1923, uma de suas estações. Em 1920, pela Lei n.° 1.784, de 9 de outubro, fora extinto o Município de Umari, cujo território passou a integrar o de Lavras (da Mangabeira), porém o Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931, restaurou-o, com o nome de Baixio, embora com a sede do núcleo de Umari, elevado este à categoria de vila pelo Dec. n.° 650, de 30 de agosto de 1932. Pelo Dec.-Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938, a vila recebeu a categoria de cidade. Mas retornou à categoria anterior, ao dar-se a transferência da sede municipal para o núcleo de Alagoinha, depois Ipaumirim, de acordo com o disposto na Lei n.° 1.153, de 22 de novembro de 1951, transferência que se efetivou por força da Lei n.° 2.161, de 12 de dezembro de 1953. Definitivamente, restaurou o Município de Baixio a Lei n.° 3.338, de 15 de setembro de 1956, a igual do que fez quanto ao Município de Umari. A instalação oficial do Município deu-se no dia 2 de outubro seguinte. A leste, limita-se com o Estado da Paraíba. A igreja local tem a invocação de São Francisco das Chagas.

O nome Baixio está ligado a vários acidentes geográficos no Ceará, e significa, no caso, terreno não elevado, de chão úmido.

BARBALHA. — Distritos: o da sede e o de Arajara. Área do Município — 497km². Altitude da cidade — 415,74m — Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°18'39" S; Longitude — 39°18'10"W.

O Município foi criado pela Lei n.° 374, de 17 de agosto de 1846, com sede no núcleo desse nome, então elevada a vila. A Lei n.° 1.740, de 30 de agosto de 1876, elevou a vila à categoria de cidade.

A Freguesia tem origem na capelinha edificada no mesmo local ocupado, hoje, pela matriz da Paróquia e cuja construção, feita segundo uns em 1760 e segundo outros em 1786, se deve ao Capitão Francisco de Magalhães Barreto e Sá e sua mulher Polucina de Abreu Lima. Tinha a invocação de Sto. Antônio e, sem grandes melhoramentos, serviu de matriz ao tempo em que, pela Lei provincial n.° 130, de 30 de agosto de 1838, foi criada a Freguesia com a denominação de Freguesia do Senhor Sto. Antônio de Barbalha, desmembrada da de Missão Velha. Foi seu primeiro pároco o Pe. Pedro José de Castro e Silva, colado pela Carta de 3 de fevereiro de 1841. A Freguesia foi instituída canonicamente em 1840. Em virtude de Decreto Imperial de 23 de julho de 1862, o Pe. Castro e Silva permutou a Paróquia com o Pe. João Francisco da Costa Nogueira, da Freguesia dos Quatis, do Rio de Janeiro. Este foi quem deu grande impulso à Freguesia, e foi substituído, interinamente, pelo Pe. Manuel Antônio Lemos de Aquino, seguindo-se a este o Cônego Manuel Roberto Sobreira, empossado a 22 de maio de 1859. No paroquiato deste e graças às suas iniciativas foi levantada a igreja de N.S. do Rosário, vasta e bem construída, teve iniciada a sua edificação em 1890 e terminada em janeiro de 1921. A bênção deu-se a 2 de fevereiro do mesmo ano.

O nome origina-se do sítio comprado, em 1735, pelo citado Capitão Francisco de Magalhães Barreto e Sá a Inácio de Figueiredo Adorno, que o houvera, em dote, do seu sogro, o Cel. João Mendes Lobato, pertencente à Família Lobato, oriunda de Penedo, e morador no sítio Sto. Antônio, hoje Missão Nova, onde faleceu. Aquele sítio "tomara o nome de Barbalha em conseqüência de nele ter habitado uma mulher assim chamada" (Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, p. 122). Ler sobre Barbalha: "**Descrição do Município de Barbalha**", Dr. Guilherme Studart, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 2, p. 9; **Geografia Física e Política de Barbalha**, Revista

citada, v. 24, p. 130), **Conotações Históricas de Barbalha**, na Revista **Itaytera**, Crato, n.° 21, p. 79, de Antônio Callou.

A cidade fica à margem direita do riacho Salamanca, cercada de canaviais virentes, e sempre se caracterizou por suas atividades culturais. Nas suas imediações estão vários conjuntos industriais, como a Fábrica de Cerâmica do Cariri S.A., fábrica de cimento (Indústria Barbalhense de Cimento Portland) e Usina de açúcar (Companhia Açucareira Vale do Salamanca). A poucos quilômetros, oferece-se como notável ponto de turismo a fonte de Caldas, com instalações apropriadas ao aproveitamento de suas águas de virtudes terapêuticas e estação de repouso, com um bom e novo hotel. Sobre Caldas leia-se **Revista do Instituto do Ceará**, v. 55, p. 227. Corta-a a estrada de rodagem BR-116. Neste Município nasceram: o Pe. José Martiniano de Alencar, em 16 de outubro de 1794. Senador do Império, em cuja vida política teve ação decisiva. Governou, por duas vezes a sua Província natal; faleceu em 15 de março de 1860. Pai de José de Alencar, o maior dos escritores do ficcionismo brasileiro; Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, em 1790. O desventurado herói da Revolução de 1824. Com Pereira Filgueiras, desempenhou função altamente patriótica, qual a de combater Fidié, a última resistência do movimento da Independência nacional; Cláudio Martins, em 10 de maio de 1910, Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual é professor. Autoridade, com livros de comprovado mérito, no Direito Financeiro e no Direito Notarial. Durante muitos anos Tabelião Público de Fortaleza. Membro e Presidente da Academia Cearense de Letras, em sucessivos biênios; José Martins d'Alvarez, em 14 de setembro de 1903. Escritor, poeta, professor com alta projeção nos centros culturais do sul do País. Barbalhense, nascido na fazenda Silvério, era Joaquim Pinto Madeira, que se celebrizou nas lutas de 1817, 1824 e principalmente nas de 1831, defendendo a causa imperialista de Pedro I, o que, afinal, o levou a ser estupidamente condenado e fuzilado, no Crato, em 28 de novembro de 1832.

BARRO. — Distritos — o da sede e os de Cuncas, Iara e Sto. Antônio. Área do Município — 571km². Altitude da cidade — 362,11m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°10'35" S. Longitude: 38°46'47" W.

O Cel. Joaquim Jorge Papinha e o Cap. Nicolau da Silva de Jesus e seus descendentes foram os primeiros povoadores da região em que se acha o Município de Barro. Data de sesmaria, em 1786,

foi concedida nas margens do riacho Cumbe e este último, ficando conhecida por Data do Cumbe. Desmembrada em vários tratos, passaram estes a constituir fazendas e sítios, hoje chamados: Barro (que daria o nome ao povoado, atual cidade), Timbaúba, Gangorra, Xique-xique Mandasaia, Catolé. No local de confluência do Cumbe e do Barro, formou-se o arraial de que resultou, afinal, a sede do Município, e aí, mais tarde, predominaria como fazendeiro abastado, senhor absoluto, coronel prepotente, apoiado no bacamarte de agregados e aventureiros adventícios, o afamado José Inácio do Barro — José Inácio de Sousa. Fez-se temido e, talvez mais do que realmente fosse, apavorou aqueles sertões. Somente no fim do primeiro quartel deste século teve de abandonar os seus escondirijos e refugiar-se no Estado de Goiás, onde seria assassinado. Acabava-se o terror, e o povoado, em 20 de janeiro de 1929, reunia os habitantes do lugar e das vizinhanças numa primeira feira comercial, livre e sem perigo de perturbações. A bênção do certame foi dada pelo jovem Pe. Antônio Gomes de Araújo, que se tornou o mais percuciente e preparado historiador e genealogista do sul do Ceará. O Decreto n.º 378, de 20 de outubro de 1938, elevou o aglomerado à categoria de Distrito, pertencente ao Município de Milagres. Em 1951, com a Lei n.º 1.153, de 22 de novembro, criou-se o Município, instalado solenemente em 25 de março de 1955. Foi seu primeiro Prefeito Municipal Justino Alves Feitosa.

No ano de 1880 foi construída a pequena capela, com a ajuda decisiva de D. Ana de Sousa, esposa de Januário José de Sousa, a a qual doou o necessário para formar o patrimônio. Sto. Antônio, o orago escolhido. Tal capela, hoje matriz, foi reinaugurada em 1911, sagrada pelo Pe. Manuel Duarte de Queirós, vigário de Milagres.

O nome vem do ribeiro e da fazenda Barro. Ler "História do Município de Barro", de Otacílio Anselmo, transcrito no **Dicionário Geográfico e Histórico**, de Renato Braga, v. 2, ps. 45-49. A cidade sede é servida pela BR-116.

BATURITÉ. — Distrito único, a da sede. Área do Município — 262km°. Altitude da cidade — 171,24m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4°19'43" S; Longitude — 38°53'5" W.

Em 17 de junho de 1763, pela Secretaria dos Domínios Ultramarinos, foi expedido Aviso autorizando o Governador de Pernambuco, Luís Diogo Lobo da Silva, a confiar ao Ouvidor do Ceará, Vitoriano Soares Barbosa, o estabelecimento de novas vilas nesta Capitania, de acordo com a legislação existente e, nessa conformidade, em Carta de 6 de agosto e Portaria de 15 do mesmo mês,

daquele referido ano, Lobo da Silva ordenou fossem criadas as vilas de Baturité e Crato. O Ouvidor, a 31 de março de 1764, publica edital para a instalação da de Baturité, que foi inaugurada a 14 de abril seguinte, com o nome de Monte-Mor-o-Novo d'América, no lugar da antiga missão de N.S. da Palma (Barão de Studart, **Notas para a História do Ceará**. p. 257; **Datas e Fatos**, v. 1, p. 303, 304 e 308, e **Geografia do Ceará**, p. 37, 176 e 320; João B. Perdigão de Oliveira, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 2, p. 7). Os Atos da instalação acham-se publicados na citada **Revista**, v. 5, p. 82 a 265. Deve ser considerada como a data da fundação a da primeira Carta do Governador — 6 de agosto de 1763 — e não o dia da instalação — 14 de abril de 1764. A Lei n.º 844,de 9 de agosto de 1858, elevou a vila à categoria de cidade.

A Freguesia foi criada por Alvará de 8 de maio de 1785. O seu orago é Nossa Senhora da Palma e conta a tradição que a imagem desta, existente na matriz, foi encontrada na serra da Palma, em Quixadá, numa fazenda denominada Frade, onde se diz que foi assassinado um frade pelos indígenas (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 3, p. 180) A propósito convém lembrar que o aldeamento dos índios Canindés e Jenipapos, localizados de começo no sítio Banabuiú, distrito de Jaguaribe, foi daí removido para o lugar denominado Aldeia Velha, próximo de Tabuleiro da Areia, Município donde foi transferido para o Saco da Serra da Palma, ao sul da bacia do atual açude Cedro, em Quixadá, e posteriormente mudado para a serra de Baturité (Veja-se a cit. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 25, ps. 83-84).

Informa o Barão de Studart que, antes de receber o nome de Monte-Mor-o-Novo-da-América, a missão ou aldeia chamou-se Paiacu (Cit. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 38, p. 96), nome duma das tribos de índios aí arraialados. Era também conhecida por Vila dos Índios, isto mesmo depois de lhe ser dada a denominação oficial, o que aliás, não era do agrado da maior parte dos seus moradores, os quais, em 1829, chegaram a representar ao Governo Imperial, por intermédio da Câmara, pedindo a retirada dos indígenas para outro ponto, a fim de que, por esse meio, pudesse desaparecer tal apelido. O nome Montemor, posto à novel vila, é o de uma vila de Alentejo, em Portugal. O de Baturité, adotado pela Lei n.º 226, de 1841, que instituiu a Comarca, é indígena e procede da serra, em cujo sopé se eleva a cidade. Para José de Alencar, **Iracema, Nota ao Cap. XXII**, vem de baturieté, narceja (uma ave) ilustre, de **batuira** e **eté**, nome que tomara o chefe pitiguara e na linguagem figurada significa valente nadador. Conforme von Martius, quer dizer: certo

aço, corrutela de **epo** porventura, e **itá-eté**, aço. Paulino Nogueira não aceita nenhuma dessas duas versões, a primeira, por ser simplesmente "uma combinação engenhosa para realce de um poema de imaginação", e, "a segunda, porque não conhecendo o índio o ferro, com maioria de razão não devera conhecer o aço, que já é uma transformação artística desse metal. A etimologia legítima lhe parece uma corrutela de **ibi**, terra, **tira**, alta, isto é serra, e **eté** em muito, por excelência, verdadeira. De **ibi-tia-eté** se fez Baturité — serra verdadeira por excelência. Em tupi são freqüentes a queda do **i** e a mudança em **s**, assim como as contrações (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, ps. 230-231). O Dr. Gil Amora, em trabalho publicado na aludida **Revista**, v. 3, p. 183, afirma haver equívoco de Alencar e Paulino Nogueira. "O verdadeiro nome nunca foi Baturité e sim Batieté. Se não o encontramos em documentos escritos assim esse nome, encontramo-lo no povo. Segundo me contaram alguns velhos habitantes da Comarca assim pronunciavam, e, ainda hoje, muitos caboclos de origem indígena. Decomposto esse nome da língua tuí vem ser: **bu**, sair, rebentar, sair da fonte, **ty**, água e **eté** boa, que exprime butieté - - sair água boa, talvez alusão às inúmeras fontes de água cristalina que jorra da serra. O advogado Pedro Catão, estudioso da História Cearense, escrevendo sobre nomes indígenas do Município baturiteense, diz que sempre ouviu, na Amazônia, o nome **batu** da língua geral, significando monte, morro, serra e sendo **eté** desinência superlativa. Baturité, em realidade, significa verdadeira serra, a serra por excelência.

"Uma das mais antigas referências que conheço à serra de Baturité vem do ano de 1746, afirma Pompeu Sobrinho. Trata-se da petição que Inácio Moreira Barros e André Moreira de Moura fizeram ao Capitão-mor, Governador da Capitania do Ceará-Grande, João de Teive Barreto e Meneses, para que lhe fosse concedida uma sesmaria "entre o rio Choró e a serra de Baturité, ilharga das fazendas deles suplicantes chamadas curiacó. O nome portanto, é bastante antigo, mas a serra sendo muito grande, partes suas mais destacadas podiam ter nomes diversos como ainda hoje é comum. Bem podia acontecer que em algum lugar tivesse a denominação de Batieté; assim como noutro, do lado sudeste, tinha o de Puteú (1753), A serra principal, porém, sempre se chamou Baturité, embora o povo de ordinário, chame Batrité, elidindo o **u** medial. A etimologia dada por Paulino Nogueira está certa: somente em vez de **tira** cumpre dizer itira ou **atira**, o montão, o monte. A análise fonética é a seguinte: de **yby**, em que y representa o **i**,

especial do tupi, som misto e confuso entre **i** e **u**, e que, não sendo **i** nem **u**, envolve a ambos, de que os portugueses fizeram **ibi** ou **ubu**, como **atyra** fizeram **atuba**. Na composição ficou **ibaturu**, que logo deu **batura**, com a queda da vogal inicial átona, fenômeno muito comum na acomodação portuguesa do tupi. **Batura** seria o montão ou monte de terra, isto é, a serra, ao que, para exprimir ser esta a principal, a verdadeira ou real, por isto que excede de muito a qualquer outra da região, juntaram o sufixo eté pai. Daí **batura eté** e, sucessivamente, de acordo as regras conhecidas, **baturité** e **baturité**. Assim, conseqüentemente, a expressão serra de Baturité é pleonástica, pois Baturité é serra".

A cidade fica ao sopé da serra e é banhada pelos rios Aracoiaba e Putiú. Já teve o seu tempo áureo, com movimentado comércio e animadas atividades culturais, à época chamada "riqueza do café". Após certa decadência, voltou a florescer, e hoje é animado centro educacional, com vários institutos de ensino e comercial com agências de vários Bancos. Principalmente depois que o asfalto, com as suas vantagens, ligou dita serra à capital do Estado. É servida por uma das estações da Rede de Viação Cearense, hoje RFFSA, localizada no bairro Putiú e inaugurada em 7 de fevereiro de 1882. Digno de destaque entre os seus monumentos é a Via Sacra, de conjuntos em ponto grande e que se inicia no centro da cidade e alcança o monte em que se ergue a estátua de N. S. de Fátima, com 9m de altura. Aí nasceram: Alfredo Ladislau, magistrado e publicista com a vida profissional e cultura exercida no Pará, autor de notável livro **Terra Imatura**; Augusto Linhares, em novembro de 1879, médico de grande reputação no Rio de Janeiro, e escritor fecundo, de estilo faceto, e poeta; Francisco Antônio de Oliveira Sobrinho, em 23 de outubro de 1844, magistrado, Deputado Provincial e Estadual, poeta, falecido em 4 de outubro de 1897; Godofredo Maciel, em 8 de setembro de 1883, Bacharel em Direito, Deputado Federal, Prefeito Municipal de Fortaleza, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho e um dos grandes talentos da oratória cearense; Gustavo Sampaio, em 1 de maio de 1871, Oficial do Exército, morto heroicamente em 10 de novembro de 1893, por ocasião da revolta da Armada; João Franklin da Silveira Távora (Franklim Távora), em 31 de janeiro de 1842, sertanista, regionalista, apreciado jornalista e romancista, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, falecido no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1888; José de Barcelos, em 7 de julho de 1843, helenista apaixonado e vernaculista de grande saber, professor do Liceu do Ceará e da Escola Normal de Fortaleza, da qual foi di-

retor, falecido em 24 de outubro de 1919; José Valdo Ribeiro Ramos, em 4 de abril de 1902, bacharel e Doutor em Direito, orador elegante, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, na qual ocupou a Cadeira n.º 32, de que é Patrono o Cônego Ulisses Penaforte, e falecido em 25 de abril de 1921; Raimundo Francisco Ribeiro, em 24 de maio de 1861, Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1884), advogado, magistrado, professor da Faculdade de Direito do Ceará, falecido em 25 de julho de 1928; Sebastião de Melo Tamborim, em 25 de agosto de 1835, Bacharel em Matemática e Ciências Físicas, morto em combate na guerra contra Solano Lopes, do Paraguai, quando comandava o 26.º Batalhão de Voluntários; Stênio Gomes da Silva, em 2 de janeiro de 1907, Bacharel em Direito, advogado, Deputado Estadual e Federal, Procurador Fiscal do Estado e Governador do Estado; falecido em 29 de julho de 1961; Waldemar Cromwell do Rego Falcão, em 25 de janeiro de 1895, Bacharel em Direito, advogado, orador de fama, professor do Colégio Militar do Ceará e da Faculdade de Direito do Ceará, Deputado Federal, Senador da República, Ministro do Supremo Tribunal Federal, falecido nos Estados Unidos, na cidade de Boston, em 2 de outubro de 1946. Ler sobre Baturité: O Município de Baturité — crônica, pelo Dr. Gil Amora, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 3, p. 177; Registro dos **Autos da ereção da vila de Monte-mor-o-novo da América na capitania do Ceará Grande**, na citada **Revista**, v. 5 p. 83; Baturité Subsídio geográfico histórico e estatístico, de Pedro Catão, na mesma **Revista** v. 51, p. 49; v. 52, p. 179, e v. 52, p. 155; **História de Baturité** Época Colonial, Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1981, de Vinícius Barros Leal.

BEBERIBE. — Distritos: o da Sede e os de Itapeim, Parajuru, Paripueira e Sucatinga. Área do Município — 1.617km². Altitude da cidade — 11,94m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°10'47" S; Longitude — 38°07'50" W. Banhado pelo Oceano.

As terras que formam a maior parte do território do Município de Beberibe se incluíam na sesmaria, em 16 de agosto de 1691, concedida pelo Capitão-mor Tomás Cabral de Oliveira a Domingos Ferreira Chaves, Manuel Nogueira Cardoso, Sebastião Dias Freire e João Carvalho Nóbrega. Dois sítios mais importantes dessa região — sítio Lucas e o sítio Bom Jardim — foram adquiridos mais tarde por Baltasar Ferreira do Vale e Pedro de Queirós Lima, respectivamente, e do entrelaçamento de seus descendentes geraram-se as famílias Queirós, Ferreira e Facó, numerosas ainda hoje, ali.

A essas famílias ligaram-se os Bessas, os Perobas e os Martins Dourado. No sítio Lucas formou-se, aos poucos, o povoado que tomou o nome de Beberibe e em 1892 já merecia a categoria de sede de Município, criado pelo Dec. n.º 67, de 5 de julho e instalado em 18 de setembro seguinte. Entretanto, veio a Lei n.º 1.794, de 9 de outubro de 1920, e o extinguiu, para, depois, ser restaurado, em virtude da Lei n.º 2.436, de 21 de outubro de 1926. Novamente suprimido, com os efeitos do Dec.-lei n.º 193, de 20 de maio de 1931, assim se conservou, unido ao de Cascavel como Distrito, até ser outra vez restaurado, em face da Lei 1.153, de 22 de novembro de 1951. A instalação oficial, porém, só em 25 de março de 1955 é que se efetivou.

"Conta a tradição, pelo testemunho de seus antigos habitantes, que nos primeiros anos do século passado houve um naufrágio nas costas do Atlântico, naquelas paragens, de uma embarcação portuguesa, de que era passageira D. Maria Calado, que, fervorosa devota da Sagrada Família, fizera a promessa de que, se chegasse a terra com vida nos destrocos do navio, que lhe serviam de sustentáculo sobre as ondas, mandaria levantar, no ponto em que aportasse, uma capelinha sob a invocação de Jesus-Maria-José. Aportou às praias do Morro Branco e ali adquiriu terras que confinam com a meia légua do rio Pirangi — norte-sul — e ainda entre o Choró e a barra da lagoa do Uruau — poente-nascente. Ali fixou residência e fez construir a capelinha de sua promessa ao orago mencionado. A capela levantada no local, atualmente ocupada pelo Campo Santo da cidade, que conservou a denominação de Igreja Velha, tanto quando alguém estava atacado de doença incurável, havia o hábito de dizer-se que esse alguém ficaria bom na Igreja Velha. Mais tarde, um dos moços dos Lucas — Brasiliano Ferreira de Araújo, neto de Baltasar Ferreira, dono do sítio Lucas, nome do Distrito de Beberibe, quando da criação do Município de Cascavel, levantou outra capela sob o mesmo orago, em frente à sua casa de residência na cidade de Beberibe. Anos depois o Coronel Raimundo José Pereira Leite, jovem rico de Cascavel, sobrinho e genro de Baltasar Ferreira do Vale, do sítio Lucas, fez uma grande reforma na capela, tornando-se uma igreja matriz digna do culto católico, e seguiram-se-lhe remodelações e pinturas, levadas a efeito por seus párocos, que tornaram a matriz de Beberibe um severo e belo templo".
(**Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, XVI volume, 1959, p. 99).

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 2.051, de 24 de novembro de 1883, que erigiu em Matriz a igrejinha Jesus-Maria-José, tendo

sido instituída canonicamente por Provisão de D. Joaquim José Vieira, datada de 14 de janeiro de 1884. A 2 de março seguinte, foi nomeado vigário o Padre José Cândido de Queiroz Lima.

Paulino Nogueira adota a opinião de Martius, segundo a qual o nome de **viba**, cana de **pype**, lugar onde, ou seja: lugar onde cresce a cana. Acrescenta que, também beberibe é o nome de uma frutinha que se come, de um amarelo encarnado, do tamanho do murici. **Vocabulário, na Revista do Instituto do Ceará**, v. 1. p, 231).

Com a grafia Bibiribe, Teodoro Sampaio anota em sua obra **O Tupi na Geografia Nacional**, p. 115; "Bibiribi, corr. **bibiry — pe** c. **bibi-r y-pe** no rio do vai-e-vem; pode ser ainda corr. **pipiri-y-pe** por **piripiri-y-pe** no rio dos juncos ou do juncal, Pernambuco". Ler: Para a história de algumas localidades cearenses, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 23, p. 189, de Benedito A. dos Santos;

A Família Queiroz Ferreira de Beberibe — Os Facós, na **Revista da Academia Cearense de Letras**, vls. 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

BELA CRUZ. — Distritos: o da sede e o de Prata. Área do Município 780Km2. Altitude da cidade 9m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3° 3' 6" S; Longitude 40°10' 4"W.

A Lei n.° 3538, de 23 de fevereiro de 1957, elevou à categoria de Município o Distrito de Bela Cruz, pertencente ao Município de Acaraú e que fora criado pelo Ato de 21 de setembro de 1917 e pela Lei Municipal n.° 94, de 29 de junho de 1923. A instalação deu-se a 25 de março de 1959, sendo primeiro prefeito Mário Domingues Lousada. Antes, como Distrito de Paz, foi criado pela Lei n.° 1896, de 7 de março de 1888.

A primitiva capela, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, foi erigida em 1732, com o patrimônio de meia légua de terra na ribeira do rio Acaraú e 40 vacas, doadas por Domingos de Aguiar de Oliveira e Nicolau da Costa Peixoto, em escritura de 12 de setembro daquele ano. Melhorada sensivelmente em 1798, por Frei Vidal da Penha, transformou-se na matriz da Paróquia, criada por Portaria de 30 de dezembro de 1941, do Bispo D. José Tupinambá da Frota, sendo inaugurada em 11 de janeiro de 1942, com o seu primeiro vigário, Padre Odécio Loiola Sampaio. Dita matriz, em 1894, foi essencialmente reparada pelo Pe. Teotime de M. Vasconcelos. Nova reforma experimentou em 1923, graças aos esforços de Pe. Joaquim Severiano de tão reconhecidas virtudes. Pertence ao Bispado de Sobral.

Chamou-se inicialmente Santa Cruz, ou, mais precisamente, Santa Cruz do Acaraú. Mais recuadamente, denominou-se Alto da Genoveva, em virtude, ao que se diz, de morar aí uma mulata desse nome. Também se afirma que a mudança do topônimo para Santa Cruz se deve a um frade franciscano. A cidade está à margem esquerda do rio Acaraú.

BOA VIAGEM. — Distritos: o da sede e os de Domingos da Costa, Guia, Ibuaçu e Jacampari. Área do Município 3.264m². Altitude da cidade 275,61m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5°7'32'S; Longitude 39°43'54"W.

O Município foi criado, desmembrando-se de Quixeramobim, do qual era Distrito, pela Lei n.° 1128, de 21 de novembro de 1864 (art. 5.°), com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila. Extinto pelo Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território foi anexado ao mesmo de Quixeramobim, mas restaurado pela Lei n.° 260, de 28 de dezembro de 1936. Elevada a vila a cidade pelo Dec. n.° 448, de 20 de dezembro de 1938. O povoamento de Boa Viagem vem da ocupação da sesmaria concedida, em 26 de junho de 1743, a Antônio Domingos Alvarez, compondo-se de três léguas de terras nas ribeiras do riacho Cavalo Morto, afluente do rio Quixeramobim, este tributário do Banabuiú.

A Lei n.° 1025, de 18 de novembro de 1862, dá a categoria de matriz à capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, com a mesma denominação e desmembrada da Freguesia de Santo Antônio de Quixeramobim. Foi primeiro vigário da nova paróquia o Padre Antônio Correia de Sá, nomeado por Provisão de 4 de maio de 1863. Os limites da Freguesia foram marcados pela Lei n.° 1113, de 27 de outubro de 1864. O patrimônio respectivo decorreu de doação feita pelo citado Capitão Domingos Álvarez, em escritura de 22 de julho de 1772, no Cartório do Tabelião Bento Álvares da Silva, de Quixeramobim. Constou a doação de meia légua de terra das que possuia na sua fazenda Cavalo Morto, com a mesma largura, de um e outra margem do rio Quixeramobim, além de 50 vacas com seu touro. Há um templo protestante, da Igreja Evangélica Congregacional fundada por João Fragoso Vieira.

Cavalo Morto foi o seu nome primitivo. Conta-se que um dia "apareceu neste lugar um homem desconhecido trazendo em companhia uma moça branca e bem parecida. Algum tempo depois de sua chegada, soube-se ser pertencente a uma família principal do Icó; que o pai e irmãos dela, levando muito a mal o negócio,

dispuseram-se a persegui-los e procurá-los com o maior empenho, e que finalmente se puseram em seu seguimento". Antônio Domingos Alvarez, que assim se chamava o raptor, conhecendo o perigo em que se achava, recorreu à Mãe de Deus prometendo-lhe que, se salvo daquele transe, à sua custa levantaria uma igreja com a invocação de Nossa Senhora da Boa Viagem. Ocultando-se, pôde escapar aos perseguidores, que mal puderam atingir Cavalo Morto, e, vendo-se livre, casou com a jovem e cumpriu a promessa. Esta versão é transmitida pelo Professor Manuel Ximenes de Aragão, nas suas interessantes Memórias, publicadas na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 27, ps. 47 a 157. Afirma que a ouviu de D. Maria do O' de Carvalho, filha do fundador da capela da Boa Viagem.

BREJO SANTO — Distritos: o da sede e os de Poço e São Filipe. Área do Município — 631 Km2. Altitude da cidade — 381,26m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°29'33" S; Longitude — 38°59'15" W.

O Município foi criado pelo Dec. n.° 49, de 26 de agosto de 1890, com sede no Distrito de Brejo dos Santos, que fora instituído em virtude da Lei n. 1.708, de 25 de julho de 1876, então elevada a vila. Inaugurou-se a 5 de novembro do mesmo ano, e não a 22 de setembro como informa Cesídio de Albuquerque no seu Prontuário, p. 251. O Dec. Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938 (Anexo 1, nota 51 da 1a. parte) elevou a vila à categoria de cidade com o nome mais contraído de Brejo Santo.

A Lei n. 1.708, de 25 de julho de 1876, criou a Freguesia de Brejo dos Santos, desmembrada das de Jadim e Milagres, e erigiu em matriz a capela do Sagrado Coração de Jesus. A instituição canônica efetuou-se com a Provisão de 29 de maio de 1877, sendo primeiro vigário o Padre Francisco Lopes Albath, que tomou posse a 2 de setembro seguinte e paroquiou aí durante um quarto de século, até 13 de janeiro de 1903, quando faleceu. A Lei n. 2.158, de 14 de agosto de 1889, passou para a Freguesia o quarteirão do Vieira. O Padre Albath foi substituído pelo Padre João Casimiro Viana, que tomou posse a 29 de março do citado ano de 1903 e exerceu o ministério até 20 de abril de 1911, tendo prestado à sua Paróquia e ao Município os mais assinalados serviços, inclusive o de ter incentivado, por todos os meios, o cultivo do algodão, para o que se utilizava até do púlpito e ele próprio fazia distribuição de sementes. A pedra fundamental da matriz foi lançada pelo Padre José Antônio de Maria Ibiapina.

Segundo o reputado historiador Padre Antônio Gomes de Araújo, brejo-santense de nascimento, em seu estudo **A Bahia nas Raízes do Cariri**, publicado na revista **Itaytera**, Crato, n. 1, p. 3, o antigo sítio Brejo ficou à margem do povoamento do Cariri, na simples condição de zona de currais e ponto de passagem obrigatória dos que se dirigiam à famosa região caririense, cujas vias de acesso (caminhos), partindo da antiga fazenda Vila Bela, hoje Serra Talhada, e da povoação de Cabrobó, localizadas em Pernambuco, convergiam e se fundiam nas alturas de Jati, outrora Macapá, passando o primeiro por Belmonte, e o segundo por Salgueiro. Desse ponto de fusão, rumava-se para Jadim e terras dos atuais Municípios de Porteiras, Brejo Santo, Milagres, Mauriti e Missão Velha. Eram as estradas Vila Bela-Cariri e Cabrobó-Cariri

A tradição indica ter sido o primitivo dono do sítio D. Maria Barbosa, razão por que passou a ser chamado Brejo da Barbosa, e com esta denominacão foi adquirido, em sesmaria, pelo Ten. Cel. Antônio Mendes Lobato e Lira, em 24 de janeiro de 1714, como assegura Antônio Bezerra (**Algumas Origens do Ceará**, ps. 118, 160 e 169). O povoamento de Brejo Santo — é de Otacílio Anselmo e Silva que aí nasceu e esclarece — começou simultaneamente no atual sítio Nascença, e na região do Poço, novo Distrito da Comuna. O Poço, por motivo de ordem geográfica, não se desenvolveu. Em torno da casa do Nascença aglomerou-se pequena população. Era seu proprietário o alagoano Gonçalo de Oliveira Rocha e ao seu filho homônimo coube em heranca. Casou-se este com a filha de Inácio dos Santos de Oliveira Brito, cujos filhos, em número de nove, usavam o sobrenome Santos e daí passou o sítio Brejo Santo a ser denominado popularmente Brejo dos Santos, adotado, por fim, oficialmente. O citado Dec. Lei n. 448, de 1938, fixou o topônimo: Brejo Santo (**Esboço Histórico do Município de Brejo Santo**, separata da revista **Itaytera**, Crato. Tip. Imperial, 1956). A cidade é servida pela BR — 116. Nasceram em Brejo Santo: O Pe. Antônio Gomes de Araújo, em 6 de janeiro de 1900. Ordenou-se Sacerdote em 17 de abril de 1917. Professor e educador, desenvolvendo as suas atividades na cidade do Crato. Abalizado conhecedor da História e da Genealogia da região do Cariri, com vários livros publicados; Fernando Leite, médico, professor. Dirigiu com eficiência e zelo o cargo de Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará; Otacílio Anselmo da Silva, oficial reformado do Exército, tendo-se dedicado aos estudos da História do Ceará, autor de obras de incontestável merecimento; José Na-

poleão de Araújo, em 3 de setembro de 1910, médico pela Faculdade da Bahia. Deputado Estadual em mais de uma legislatura. Secretário de Estado. Membro do Conselho de Contas dos Municípios.

CAMUCIM — Distritos: o de sede e os de Amarelas, Barroquinha, Pitupitá e Guriú. Área do Município — 1.504 Km2. Altitude da cidade 8,09m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 2°54'08" S Longitude — 40°50'28" W. Banhado pelo Oceano.

O Município foi criado pela Lei n. 1.849, de 29 de setembro de 1879, com sede no núcleo desse nome, então elevado a vila, cuja instalação se deu em 8 de janeiro de 1883. Esta foi elevada a cidade pela Lei n. 2.162, de 17 de agosto de 1889. Como o de Acaraú, é o mais setentrional dos Municípios cearenses e a sua hoje cidade sede foi palco de graves acontecimentos nos primeiros tempos da colonização do Ceará. Fica na embocadura do rio Coreaú, ou Camucim e foi objeto de repetidas investidas de corsários e flibusteiros. O seu primeiro contato com a gente portuguesa foi com a chegada, aí, de Pero Coelho de Sousa, em 19 de janeiro de 1604, em sua viagem que objetivava deslocar do Maranhão os francesses ali dominantes. Os membros da família Gabriel foram os primeiros a povoarem a região camuciense em 1792, ano que chegou a Camucim com a família Gabriel Rodrigues da Rocha, procedente de Tutóia, Maranhão, fixando-se e ampliando a família, entre outros o filho Luís Rodrigues Rocha ou Luís Gabriel, que se tornou o mais conhecedor da barra do Camucim, para quem esta não tinha segredo. O que concorreu para que ao porto local viessem navios de maior calado, como o primeiro vapor da Companhia Pernambucana — o Marquês de Olinda (1855) e logo em seguida o São Luís, da Companhia Maranhense (1859). Em 1877, chegaram para aumentar o povoamento vários imigrantes de Mombaça e outras localidades. A inauguração da Estrada de Ferro Camucim-Ipu, no seu primeiro trecho Camucim-Granja (24 km), deu-se em 15 de janeiro de 1881, o que sobremodo concorreu para o progresso da então vila.

Criada a Freguesia pela Lei n.° 2.007, de 5 de setembro de 1882, foi canonicamente instituída por Provisão de 19 de janeiro de 1883, sendo provida na mesma data na pessoa do Padre Leandro Teixeira Pequeno, então coadjutor de Granja, o qual tomou posse a 2 de fevereiro seguinte. O orago é Bom Jesus dos Navegantes. Em 1905 foi a Paróquia anexada à de Granja, mas no ano seguinte voltou a Camucim, tendo como vigário o Padre José Augusto

da Silva, que, após enormes sacrifícios, pode concluir a igreja matriz, dando-lhe maiores proporções, inaugurada pelo Bispo D. José Tupinambá da Frota. Há uma igreja de culto Batista, um templo da Igreja Evangélica Interdominical e dois das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus.

O nome da cidade vem da baía ou enseada em que se encontra. Forma essa baía a embocadura do rio Coreaú, e chamou-se antigamente rio da Cruz. A palavra é indígena e resulta de **caa** pau e **mucine** polir: pau lavrado, segundo Martius. Para José de Alencar camucim é vaso onde encerravam os indígenas os corpos dos mortos e que lhes servia de túmulo", outros dizem camucim e talvez com melhor ortografia, porque se não me engano o nome é corrupção da frase **co** buraco, **ambira** defunto, **anhotim** enterrar: "buraco para enterrar defunto" — c 'am'otim. O nome dava-se também a qualquer pote" (**Iracema**, nota 1 ao cap. VIII). Paulino Nogueira acha mais natural: corrutela de **camotim** pote, mudado o **t** em **c** por enfonia (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, vol 1.° p. 245). Ler: Origem do nome Camocim, do Des. Olímpio de Paiva, na **Revista do Instituto do Ceará**, n.° 30, p. 198; Pompeu Sobrinho — Topônimos Indígenas do Século 16 e 17 na Costa Cearense, na mesma **Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 167; **Memorial Histórico da Cidade de Camocim**, Fortaleza, Tip. Minerva, 1908, de Antônio Filadelfo Pessoa.

CAMPOS SALES. — Distritos: o da sede e os de Barão de Aquirás, Carmelópoles, Itaguá, Quixariú e Salitre. Área do Município — 2.809km2. Altitude da cidade: 567,08m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°04'28" S; Longitude — 40°22'34" W.

O Município, cujo território pertencia ao de Brejo Seco, hoje Araripe, foi criado pela Lei n.° 530, de 29 de julho de 1899, com sede no núcleo de Nova Roma, antes denominado Várzea da Vaca então elevado a vila com o nome atual, e inaugurou-se a 27 de outubro do mesmo ano (Casídio Albuquerque, **Prontuário**, p. 251). Extinto pelo Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território foi anexado ao de Assaré, restaurou-o o de n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933. Cidade pelo Dec. n.° 448, de 20 de dezembro de 1938. No Município acha-se a fazenda Touro, na qual morou e veio a falecer a heroína Bárbara de Alencar, cujo nome encheu os fastos da chamada Revolução de 1817, mãe de grande revolucionário e depois notável político do Império, Pe. José Martiniano de Alencar, que governou por duas vezes a sua Província natal e

foi Senador no Império, e de Tristão Gonçalves (Tristão Gonçalves Pereira de Alencar) o grande herói e sacrificado da tão esmiuçada Confederação do Equador ou Revolução de 1824. Sobre D. Bárbara de Alencar há muitos estudos históricos. Hoje está verificado que a corajosa mulher teve o seu nascimento em Exu, Pernambuco, mas desde a infância, e sempre, viveu no Ceará, ligando-se indelevelmente à sua História.

Campos Sales fazia parte da Freguesia de Araripe, mas foi instituída como Paróquia independente em 28 de dezembro de 1943. A igreja matriz data de 1847 e tem a invocação de Nossa Senhora da Penha. Na sede há, também, uma capela sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida. É forânea do Bispado do Crato.

Primitivamente, chamou-se Várzea da Vaca, depois mudado para Nova Roma, quando da criação do Distrito de Paz. Tomou a denominação de Campos Sales em virtude da referida Lei n.º 530, de 1899, que a elevou à categoria de vila, e em homenagem ao 4.º Presidente da República. Projetou-se Várzea da Vaca na história cearense pelo fato de ter sido aí estruturado o irregular Exército Libertador e Pacificador, sob o comando de José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves, e que se destinava, como fez, a combater as forças portuguesas de João José da Cunha Fidié, última resistência lusa à Independência do Brasil. Durante a difícil viagem até o ponto final — Caxias, no Maranhão, recebeu Filgueiras a nomeação de Comandante Chefe das Forças Independentes do Piauí e Maranhão, assinada em 16 de abril de 1823 pelo Imperador Pedro I.

CANINDÉ. — Distritos: o da sede e os de Bonito, Esperança, Ipueiras dos Gomes, Monte Alegre, Targinos e Ubiraçu. Área do Município — 2.883km2. Altitude da cidade — 149,73m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude — 4°21'30" S; Longitude 39°18'42" W.

Foi Distrito, criado pela Resolução Régia de 19 de agosto de 1817. O Município o foi desmembrando-se dos de Fortaleza e Quixeramobim, pela Lei n.º 365, de 29 de julho de 1846, com sede no núcleo São Francisco das Chagas do Canindé, que então se erigiu em Vila. Depois passou a chamar-se simplesmente Canindé, denominação com que posteriormente a vila se elevou a Cidade (Lei n.º 1.221, de 25 de agosto de 1914).

Informa o Barão de Studart, **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**, v. 3.º p. 121, que "o Tenente-General Simão Barbosa Cordeiro, filho do Capitão Francisco Simões Tinoco e de D. Ana Barbosa, filha de Simão Barbosa e D. Francisca Leitão, fixou residência em Canindé em 1793 e, com Francisco Xavier de Medeiros, concluiu em 1796 a célebre igreja dessa localidade que, simples capela, teve por primeiro capelão o Padre João José Vieira." No seu conhecido **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**, v. 2.º, registra o Senador Pompeu que em 1775 nos sertões de Canindé, já ocupados por fezendeiros, foi construída uma capela dedicada a São Francisco das Chagas. Se verdadeira essa asserção, é de presumir, à vista do informe do Barão de Studart, que a igrejinha foi iniciada em 1775 e somente concluída em 1796. O Padre Luís de Sousa Leitão, em **Notas** publicadas na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 16, p. 48-59, apresenta razões que convencem do asserto do Senador Pompeu, e adianta ter sido a capela edificada nas terras denominadas do Salgado, doadas no século 18, não se sabe a data, por um habitante de Pernambuco, proprietário, com outros dois, das aludidas terras. Essas **Notas** estão repetidas na referida **Revista**, v. 26, ps. 53-68). Por Alvará d'El-Rei D. João VI, datado de 30 de julho de 1817, foi a capela de São Francisco, então filial de Fortaleza, elevada à categoria de Matriz Colada, ordem cumprida por Frei Antônio de São José, Bispo de Pernambuco, o qual a 1.º de agosto do mesmo ano confirmou a colação do primeiro pároco da Freguesia, Padre Francisco de Paula Barros, nomeado pela Carta Régia de 10 de julho anterior. O Padre Paula Barros por muitos anos regeu a nascente Freguesia, tendo sido substituído, entre 1832 e 1834, pelo Padre Manuel Tomás Rodrigues Campelo, que exerceu o cargo até 5 de junho de 1860, quando faleceu. Reconstruída pelo Arquiteto Antônio Mazzini e graças aos esforços dos Frades Capuchinhos a quem fora entregue, pelo Bispo Diocesano, a antiga Matriz transformou-se num majestoso templo, inaugurado solenemente a 2 de maio de 1915, dia em que foi feita, entre pomposos festejos, a trasladação da imagem de São Francisco das Chagas, conduzida em triunfante procissão, cantada em ação de graças. Pronunciou brilhante alocução Frei Marcelino de Milão. "Os missionários Capuchinhos chegaram a Canindé a 22 de setembro de 1898, sendo a primeira leva desses obreiros do bem constituída por Frei Davi de Dezenzano, Superior da Casa e vigário da Paróquia, Frei Agostinho de Milão, Frei Daniel de Samarate, Frei Matias de Ponteranica, Frei Cirilo de Bérgamo, diácono, Frei Abel, subdiácomo, e leigo Frei Serafim de Florença. Com a fundação da Prelasia de Grajaú, os Capuchinhos deixaram em março de 1923 a administração religiosa de Canindé, substituindo-os os Padres Franciscanos da Bahia". A Bula Pontifícia de 30 de novembro

de 1925, sendo Papa Pio XI, elevou o Santuário de São Francisco de Canindé à dignidade de Basílica Menor.

A palavra designa uma tribo de índios missionados, justamente com os jenipapos, em Monte-Mor — o Novo-da-América, hoje Baturité, e que primitivamente habitavam as margens do Banabuiú e do Quixeramobim. Significa uma espécie de arara, guacamaio formosíssimo, segundo Paulino Nogueira (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 1.º p. 248). Para Martius, vem de **caa** mato e **ndé**, teu: teu mato. O Barão de Studart aceita **can-ndé**, anegrado, retinto.

"Paulino Nogueira — comenta Pompeu Sobrinho — louva-se em Batista Caetano de Almeida Nogueira (**Vocabulário**). As interpretações do Barão de Studart e de Martius são bem pouco compreensíveis. **Can** em tupi seria alteração de **cama, cam**, peito, seio, papo e elevações de terra, que semelham seios; e **ndé** deve ser o pronome da segunda pessoa, pessoal e possessivo — **ndê ou inê** tu, o teu. Pode ser que tivesse havido erro tipográfico; em vez de can, **caa, mato**. Então teríamos a interpretação de Martius, que não tem sentido positivo: teu mato. O nome aplica-se a um psitacídeo (**Ara araraúna**) e assim era apelidada uma grande tribo de tapuias tarariús, que viviam na região central do Ceará pelos sertões de Quixadá, Canindé e Alto Banabuiú, Quixeramobim, etc. O locativo veio certamente do nome desta tribo". A cidade de Canindé fica à margem esquerda do rio deste nome e é objeto de grandes romarias de fiéis de São Francisco, vindos dos mais variados lugares, que se aglomeram às dezenas de milhares em todos os recantos urbanos e suas redondezas, ora hospedados precariamente, ora demorando ao relento, demonstrando sempre a mais tocante resignação. O dia milagroso do Santo é 4 de outubro, e a Casa dos Milagres, ao lado da Basílica, é um confuso museu de **ex-votos** de todas as espécies. Ler, sobre Canindé: **Notas políticas e religiosas da vila de Canindé, do Estado do Ceará a datar do século passado**, de João Vieira da Costa, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 20, p. 53; Notas **políticas e religiosas da Vila de Canindé** na mesma **Revista**, v. 16, p. 46; **1.º Centenário da Paróquia de Canindé**, de Augusto Rocha, idem, v. 32, p. 7; **Para a História de Canindé**, item, v. 34, p. 221; e o substancioso **Álbum Ilustrado da Paróquia de Canindé. Comemorativo do 7.º Centenário da Morte de São Francisco**, Canindé, Tip. da Casa de São Francisco de Canindé, 1927, **São Francisco das Chagas de Canindé**, Canindé, 1973 2.º ed. de Frei Venâncio Willeke, O. F. M. e **Revista do Instituto do Ceará**, vols. n.º 16, p. 46, n.º 20, p. 53 n. 32, p. 7, n. 28, p. 286, n. 34, p. 221, n. 36, p.

430. Neste Município nasceram Antônio Cruz Saldanha, em 24 de abril de 1852, tendo falecido em 26 de julho de 1908. Comerciante em Fortaleza, tomou parte evidente no movimento abolicionista que culminou com a extinção total dos escravos no Ceará em 25 de março de 1884; Hermino Barroso, em 15 de agosto de 1867, professor do Liceu do Ceará e da Faculdade de Direito do Ceará, chefe político de notável atuação no então Partido Conservador, Deputado Estadual e Secretário de Estado, falecido em 13 de dezembro de 1932; José da Cruz Filho, em 16 de outubro de 1884. Historiador e excelso poeta tendo sido eleito Príncipe dos Poetas Cearenses, Pertenceu a Academia Cearense de Letras, ocupando a Cadeira n.º 30, de que é Patrono Raimundo Antônio da Rocha Lima. Faleceu em 29 de agosto de 1974; Mozart Pinto Damasceno, em 7 de dezembro de 1886. Advogado, professor, foi brilhante a sua trajetória no campo da intelectualidade cearense. Membro da Academia Cearense de Letras. Faleceu em 5 de maio de 1948; Jósa Magalhães, médico, professor e um dos fundadores da Faculdade de Medicina do Ceará. Folclorista. Membro do Instituto do Ceará. Na revista **Aspectos**, da Secretaria de Cultura e Desportos do Estado, v. 17, ps. 95-102, está o trabalho "Desenvolvimento Histórico de Canindé", de Francisco de Assis Sousa Mota, muito bem elaborado.

CAPISTRANO — Distrito único: o da sede. Área do Município — 252Km2. Altitude da cidade — 159,98m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4º28'12" S; Longitude — 38º54'5" W.

O território do Município sempre pertenceu ao de Baturité e constituía um de seus Distritos com o nome de Riachão. Ocupava as ribeiras do rio desse nome ou riacho Lagoa Nova, afluente do Choró. "Dentre os primeiros a sentar moradia no local destaca-se o fazendeiro Capitão Daniel Ferreira Lima que, erigindo grande casa de fazenda, levantou, nas proximidades, pequenas residências para colonos e moradores. Ao correr dos anos, formou-se o pequeno povoado, com a capela e juiz policial, sob a jurisdição do Município de Baturite. Aos 8 de dezembro de 1890, um fato de excepcional importância daria progresso à pequena localidade: inaugurava-se, nessa data, a estação da Estrada de Ferro que buscava os sertões do Ceará em demanda do Cariri. Era a primeira estação feita para receber a produção de madeira em que sobressaía o povoado de Riachão, hoje Capistrano. Com a Estrada de Ferro, Riachão logo prosperou, ativando seu comércio com outras localidades, do que lhe adveio a conquista do título de Povoado, concedido pela Câmara Municipal de Baturité. O Distrito de Riachão foi criado por

Lei de 27 de março de 1896. Os Decretos-Leis n. 193, de 20 de maio de 1931 e n. 1.156, de 4 de dezembro de 1933, que mantiveram o Distrito de Riachão, deram-lhe a nova denominação de Capistrano de Abreu, simplificada, no mesmo ano, para Capistrano (Decreto-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938). A Lei n. 1.153, de 22 de novembro de 1951, sancionada pelo governador Raul Barbosa, elevou o Distrito de Capistrano à categoria de Município e a vila, à de cidade. O Município só foi instalado oficialmente aos 25 de março de 1955, com a posse do Prefeito Municipal e vereadores eleitos a 3 de outubro do ano anterior" (**Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v. XVI, p. 129).

A Freguesia foi criada em 25 de dezembro de 1943, tendo como orago Nossa Senhora de Nazaré.

Como ficou explicado, a denominação primitiva era Riachão, depois alterada para Capistrano de Abreu, em homenagem ao maior historiador brasileiro, e, afinal simplificado para Capistrano. João Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, no sítio Columinjuba, em 23 de outubro de 1853, e faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1927. Considerado o mais veraz dos historiadores brasileiros. A sua obra é luminoso edifício, que se ergue dominante na ampla avenida da Cultura americana. Opulenta a sua bibliografia.

CARIDADE — Distritos: o da sede e os Inhuporanga e São Domingos. Área do Município — 694Km2. Altitude da cidade — 144,60m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4°13'56" S; Longitude — 39°11'33' W.

"Em 1860, o Cel. Antônio Gaspar da Silveira situou este lugar à margem esquerda das nascentes do rio Macaco, elevando-se na sua vizinhança, ao leste, um pequeno serrote chamado Kágado, nome que tomou a nascente fazenda.

A sua especial situação ao lado da mui transitada estrada dos sertões do interior para Maranguape e Fortaleza aumentou depressa o seu desenvolvimento e em pouco tempo, de fazenda tornou-se um povoado importante pelo seu comércio e pela feira de gados transportados dos sertões criadores de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns.

Numa missão de penitência pregada pelo Rvdmo. Pe. José Tomás, mais ou menos no ano de 1880, edificou-se uma capela sob o patrocínio de Santo Antônio de Lisboa, em cuja ocasião, o mesmo

missionário mudou o nome da povoação de Kágado para o de Caridade.

O patrimônio da nova capela foi doado pelo Sr. Cel. Antônio Gaspar da Silveira, constando duma área de terreno de 500 metros de frente e 200 de fundo, até a base do referido serrote.

A povoação sempre crescente pelo aumento de sua população e a prosperidade de seu comércio depressa se desenvolveu, tornando-se a capela insuficiente para abrigar o povo que a frequentava; pelo que, os seus habitantes decidiram construir uma capela mais ampla e coveniente.

Graças aos esforços abnegados do virtuoso sacerdote Pe. José Antônio Cavalcante, que, então, era o Capelão da igreja, e à louvável cooperação do Sr. Capm. Raimundo Lopes Ferreira e o concurso generoso dos habitantes da já nascente Vila, foi completamente reconstruída e aumentada a antiga capela, transformando-se numa igreja bem regular e suficiente ao recolhimento dos fiéis.

Concluídos os trabalhos de remodelamento da nova Capela, foi benta e solenemente inaugurada pelo Rvdmo. Frei Cirilo de Bergamo, a 13 de junho de 1917, por ocasião da festa do seu glorioso Padroeiro sendo também erguido nesse tempo um Cruzeiro comemorativo do 1.° centenário da paróquia de Canindé, que ainda se vê erigido em frente do adro da referida igreja." (**Album Ilustrado da Paróquia de Canindé. Comemorativo do 7.° Centenário da Morte de Sao Francisco.** Canindé, Tip. da Casa de São Francisco de Canindé, 1927, p. 113, e **Revista do Instituto do Ceará**, v. 36, p. 435). Dita igreja pertence à Paróquia de Canindé, esta forânea da Arquidiocese de Fortaleza.

O povoado de Caridade, foi elevado à categoria de Distrito, pertencente ao Município de Canindé, por Ato de 4 de janeiro de 1884. Em virtude da Lei n. 1039, de 4 de agosto de 1911, criou-se o Município, que se inaugurou no dia 24 de setembro seguinte. Mas a Lei n. 1794, de 9 de outubro de 1920, tirou-lhe essa categoria, reduzindo-o novamente a simples Distrito de Canindé. Outra vez Município, em face da Lei n. 4157, de 6 de agosto de 1958, incluindo-se na sua composição o Distrito de Inhuporanga (antes Campos Belos), que originariamente pertenceu ao Município de Pacoti, sendo mais tarde transferido para o de Canindé, por efeito do Dec. n. 193, de 20 de maio de 1931. O seu território é cortado pela rio Sariema, afluente do rio Canindé, e pelo rio Capitão-mor,

Como ficou dito, anteriormente chamou-se Kágado, posteriormente mudado para Caridade. Houve quem sugerisse a denomi-

nação Juacuba, que na língua tupi significa caridade, mas a idéia não teve aceitação. Nasceu em Caridade, a 15 de março de 1924, Marcelo Caracas Linhares, Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, turma de 1953, Advogado do Banco do Brasil e Deputado Federal em várias legislaturas. Adiantado pecuarista. A cidade está servida pela estrada de rodagem Fortaleza-Brasília (BR-020).

CARIRÉ — Distritos: o da sede e o de Arariús. Área do Município — 683Km2. Altitude da cidade — 138m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°57'2" S; Longitude — 40°28'24" W.

"O Município de Cariré foi criado pela Lei n. 2.704, de 16 de setembro de 1929, com sede no núcleo de igual nome, então elevalo a vila. Essa Lei fixou-lhe os limites (art. 1.° §§ 1 e 2), e atribuiu-lhe os Distritos de Cariré. Entre-Rios (ex-Barra do Macaco), Riacho Guimarães (hoje Groaíras) e Taquara (hoje Arariús) (art. 2.°). Logo no ano seguinte, o de Entre-Rios transferiu-se para o Município de Santa Quitéria (Lei n. 2.808, de 27-9-1930) e estabeleceram-se novos limites entre este e aquele Município. O Município de Cariré, porém, extinguiu-se com o Dec. n. 193, de 20-5-1931, que anexou o seu território de então ao de Sobral (art. 4.°). Esse Município foi restaurado pelo Decreto 157, de 23-9-1935, que lhe atribuiu somente o Distrito da sede e, portanto, lhe definiu limites muitos diversos dos da Lei n. 2.704. O Distrito de Entre-Rios continuou no Município de Santa Quitéria, e os de Guimarães e Taquara no Município de Sobral, pois no mesmo dia o Decreto 158 transferia a sede deste último para o núcleo de Recreio (art. 1.°) e o dizia pertencente ao Município de Sobral. E assim permaneceu o Município de Cariré até a vigência do Decreto n. 169, de 31-3-1938, que lhe atribuiu os Distritos de Cariré e Guimarães (anexo, Coluna C, n. 75), e nesta parte foi reproduzido, sem modificações, pelo Decreto n. 378, de 20-10-1938 (Anexo, Coluna C, n. 75). O Projeto da Comissão de Divisão Territorial atribuiu-lhe os Distritos de Cariré, Arariús, Guimarães e Entre-Rios (Anexo n. 1, Coluna B, n. 73) e dava-lhe território maior que o de 1929 (Anexo n. 2, segunda parte, § 19). Mas o Decreto-Lei 448, de 20-12-1938, atribuiu-lhe somente os três primeiros Distritos e deu-lhe território menor que o proposto (Anexo n. 1, Coluna B, n. 70 e Anexo 2, segunda parte, § 19)" (Clodoaldo Pinto, **Parecer n. 1**, do Diretório Regional de Geografia, publicado no jornal **O Estado**, de Fortaleza, de 8 de julho de 1938.

O Padroeiro local é Santo Antônio de Pádua. A Freguesia foi criada em 24 de fevereiro de 1944, tendo como primeiro vigário

o Padre Tibúrcio Gonçalves de Paula. A Matriz então capela inaugurou-se em 19 de maio de 1898, e a sua construção obedeceu à planta do Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva, mais tarde Presidente do Estado e Senador da República. Essa Igreja foi muito melhorada em 1937 pelo Vigário, Pe. Domingos de Araújo. Pertencente à Diocese de Sobral. O nome é indígena, e segundo Pompeu Sobrinho, vem de **cari (peixe)** + **ré** diferente: alusão provável a outro peixe semelhante, possivelmente o bodó. (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33 p. 216). A cidade é servida pela Estrada de Ferro Sobral, cuja estação foi inaugurada em 1 de novembro de 1893.

CARIRIAÇU — Distritos: o da sede e os de Feitosa, Miguel Xavier e Miragem. Área do Município — 431Km2. Altitude da cidade — 715,27m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°02'32" S; Longitude — 39°17'1" W.

A Lei n. 1727, de 18 de agosto de 1876, criou o Município, com sede na povoação de São Pedro, então elevada a vila. Extinto, foi restaurado pela Lei n. 2046, de 12 de novembro de 1883. De novo extinto pela Lei n. 589, de 24 de julho de 1900, foi restaurado pela Lei n. 805, de 21 de agosto de 1905. Mais uma vez suprimido, pelo Dec. n. 193, de 20 de maio de 1931, passando o seu território a pertencer ao Município do Crato, restaurou-o Dec. n. 1156, de 4 de dezembro de 1933. A vila tomou a categoria de cidade em vista do Dec. n. 448, de 20 de dezembro de 1938. É considerado fundador do Município José Joaquim de Santana, filho do Icó, que se estabeleceu na fazenda São José, em 1850.

A igreja de São Pedro foi fundada pelo Padre Manuel Carlos da Silva Peixoto, em 1864, e a de São Francisco (ambas da sede), pelo Padre Vicente Alves Feitosa, em 1858. Há uma terceira, a de Nossa Senhora do Carmo, fundada pelo Padre Francisco das Chagas Barros, em 1944. A Freguesia foi criada pela Lei n. 1362, de 9 de novembro de 1870. Pela Lei n. 1887, de 17 de setembro de 1879, foi a sede da Freguesia transferida para Juazeiro (do Norte), mas a transferência não se realizou, porque não teve a sanção episcopal.

O nome primitivo é o do padroeiro da Freguesia. Chamou-se, algum tempo, São Pedro do Crato, porém, depois, passou a denominar-se São Pedro do Cariri (Lei n. 1541, de 27 de agosto de 1918). O Dec. n. 448, de 20 de dezembro de 1938 fixou a denominação São Pedro, atualmente mudada, pelo Dec. n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943, para Caririaçu, nome de índios que habitavam o fa-

moso vale do Cariri, entre as serras de São Pedro e Araripe. No cimo da primeira destas serras, a 650m sobre o nível do mar, está a cidade sede, que frui de excelente clima e de onde se divisa belo panorama.

CARIÚS — Distritos: o da sede e os de Caipu, São Bartolomeu e São Sebastião. Área do Município — 1.075Km2. Altitude da cidade — 240,62m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°32'14" S; Longitude — 39°29'48" W.

Desmembrada do Município de Jucás, anteriormente S. Mateus, a vasta zona que constitui a comuna atual de Cariús foi primitivamente habitada pelos índios Quixelôs e, colonizada, nela se estabeleceram currais de gado, futuras fazendas. Numa destas, o local denominado Poço dos Paus foi escolhido para ser objeto da construção dum açude público, capaz de barrar as águas do rio Jaguaribe. Essa barragem teria o nome desse local e, de fato, para construí-la foi contratada a firma Dwight P. Robinson & Company. Incorporated. Atacados em 1922, com o levantamento das mais urgentes instalações, os serviços de construção logo contaram com o ramal da Estrada de Ferro de Baturité, saído da cidade de Iguatu. Foi o bastante para que se adensasse o povoado, com a gente mais dispare, homens de toda parte a procura de trabalho e de aventurar a vida. Nasceu o pequeno comércio próprio de aglomerações dessa espécie e tal foi o aumento em tudo que já em 1938, pelo Decreto-Lei n. 169, de 31 de março, era o arraial elevado a categoria de vila. O modo como se operou o seu crescimento e o drama humano que aí se processou teve sua descrição bem fotografada num dos romances do escritor Fran Martins, com o título mesmo de **Poço dos Paus**, Fortaleza, Edésio Editor, 1938. Em virtude da Lei n. 1.153, de 22 de novembro de 1951, foi criado o Município, bem como os Distritos de S. Bartolomeu e S. Sebastião. Mas só em 1955, a 25 de março, teve sua instalação oficial e solene, sendo Silvestre Almeida Duarte o seu primeiro Prefeito.

A paróquia de Cariús tem como orago Nossa Senhora Auxiliadora e pertece ao Bispado de Iguatu. Tornou-se Freguesia a partir de 25 de dezembro de 1964.

O nome primitivo — Poço dos Paus "vem dos poços que são formados na margem de vários morros de vegetação cerrada", no rio Jaguaribe. Cariús é palavra tupi. É nome do rio afluente do Jaguaribe, que neste desemboca à margem direita, em local abaixo da cidade e nasce nas serras de Santa Maria e do Brejo Grande. Significa, segundo Tomás Pompeu Sobrinho, rio do cari, de cari,

certo peixe e de u água, rio. (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 217). Para o Dr. Paulino Nogueira, com a grafia Carihú é "água saída do mato", de **caa ri hu** alusão às cabeceiras que ficam numa serra das mais cobertas de mato (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 1.° p. 257).

CARNAUBAL — Distrito único: o da sede. Área do Município — 373Km2. Altitude da cidade — 763m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4°9'58" S; Longitude — 40°56'34" W.

Carnaubal era antigo Distrito de São Benedito. A partir da divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, foi deste desmembrado e elevado à categoria de Município em face da Lei n. 3.702, de 22 de julho de 1957, publicada no D.O. do Governo do Estado, ed. do dia 30, tendo sido instalado no dia 25 de março de 1959, data de posse do seu primeiro Prefeito Municipal — Francisco Horácio de Brito, eleito em 3 de outubro do ano anterior. Ao Deputado Estadual Francisco Júlio Filizola deve-se na maior parte essa vitória dos carnaubalenses.

A primitiva aldeia teve início na segunda metade do século passado, quando o casal Manuel Estórgio de Brito — Francisca Maria de Jesus, na residência de seu filho Elói de Sampaio Brito, no dia 12 de agosto de 1869, doou quatrocentas braças de terra para construir-se o patrimônio de Nossa Senhora Auxiliadora, a quem escolheram orago de uma projetada capela. No dia 29 daquele mês e ano foi lançada e benta pelo Padre Joca (ignora-se o verdadeiro nome) a pedra fundamental da construção da capela, iniciada por Elói de Sampaio Brito, que edificou ali a primeira casa, falecendo quatro anos depois, sem ter concluído a construção da igrejinha. Sucedeu-lhe, na direção dos trabalhos, Felinto da Silva Sampaio, que foi o legítimo povoador da localidade, levantando várias casas e vendendo-as a outros para incentivo do aldeamento. Outro dos mais antigos proprietários foi João Sampaio, da mesma progênie. A capela sofreu a primeira reforma em 1945, sob a direção de Horácio Fontenele de Sampaio e Joviniano de Assis Brito. Em 1957, iniciou-se campanha em prol da criação da Paróquia, obtendo-se em pouco tempo a necessária importância para o patrimônio e, no ano seguinte, em 6 de janeiro, viu-se concretizado aquele anseio, sendo nomeado primeiro vigário o Pe. José Batista de Araújo, que assumiu o vicariato em 3 de fevereiro imediato. Antes, curavam a capela os vigários de São Benedito, a cuja Freguesia pertencia, sendo a única festividade religiosa, durante

muitos anos, o novenário de Nossa Senhora Auxiliadora, no dia da sua Natividade — 8 de setembro. Pertence ao Bispado de Tianguá.

O topônimo vem de um carnaubal mais ou menos denso que havia no lugar Várzea, proximidades do sítio em que começou o aldeamento, daí por que durante algum tempo foi a localidade conhecida por Carnaubal dos Estórgios, primitivo Olho-Dágua da Cruz. Também este último nome teve origem no fato de se haver levantado uma cruz perto do olho d'água onde foi encontrada uma escrava morta por enforcamento e pendente de uma árvore.

CASCAVEL — Distritos: o da sede e os de Caponga, Guanacés, Jacarecoara, Pindoretama e Pitombeiras. Área do município — 937km². Altitude da cidade — 33,71m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4°7'51" S; Longitude — 38°14'11" W. Banhado pelo Oceano.

Pela Resolução de 6 de maio de 1833, do Conselho Provincial, foi criado o Município, com sede na povoação de Cascavel, então elevada a vila. Esta foi inaugurada a 17 de outubro de 1833 e alcançou os foros de cidade pela Lei n. 2039, de 2 de novembro de 1883. O Município chamou-se popularmente São Bento.

A Freguesia foi criada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, por Decreto de 4 de setembro de 1832, desmembrada das de Aquirás e Aracati. Canonicamente inaugurada pelo vigário encomendado, o aratatiense Padre José da Costa Barros (1832-1834), que foi Deputado Provincial e teve o mérito de haver batizado o maior romancista brasileiro, José de Alencar.

O nome vem do sítio Cascavel, a que já fazia menção a data de terra concedida, em 22 de fevereiro de 1694, a Domingos Paes Botão e João da Fonseca Ferreira. No aludido sítio, Manuel Rodrigues da Costa e sua mulher, Francisca Ferreira, edificaram a Capela de Nossa Senhora do Ó, à qual doaram, por escritura de 7 de agosto de 1717, além de 24 vacas, as terras que ainda hoje lhe servem de patrimônio (Consulte-se Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, Fortaleza, 1918, página 34).

Houve a sugestão de substituir o nome para São Bento, o que não vingou. Em 1883, o deputado José Martiniano Peixoto de Alencar propôs na Assembléia Provincial a mudança para Visconde do Rio Branco, mas sem êxito. Paraguaçu primeiramente e, depois Pirangi, foram denominações lembradas pelo Des. Álvaro de Alencar, igualmente sem aceitação. Em Cascavel nasceu, em

10 de agosto de 1854, João Lopes Ferreira Filho. Abolicionista vigoroso e jornalista, professor e político saliente, tendo sido eleito Deputado Federal em diversas legislaturas. Falecido em 17 de janeiro de 1896.

A cidade, a 15 km do mar, é servida pela estrada de rodagem Fortaleza-Aracati (Ce-004). Ler sobre Cascavel o trabalho de Benedito A. dos Santos — "Para a História de Algumas Localidades Cearenses" na **Revista do Instituto do Ceará**, n. 23, pág. 195-222; **A Cidade de Cascavel**, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1907, do mesmo autor; **Cascavel Genuflexo**, na revista **Valor**, de Fortaleza, n. 21, pág. 382.

CATARINA — Distrito único: o da sede. Área do Município — 485km². Altitude da cidade — 580m. Coordenadas geográficas da cidade. Latitude — 6°7'51" S; Longitude — 39°52'39" W.

Pertenceu com o nome de Santa Catarina ao Município de Arneirós, e assim figura nos quadros do Recenseamento Geral de 1920, mas pelo Decreto n. 193, de 20 de maio de 1931, foi dele desmembrado e incorporado ao de Afonso Pena (hoje Acopiara). Depois fez parte do de Tauá, deste se desligando para o de Saboeiro, para voltar ao de Tauá por força da Lei n.º 263, 26 de dezembro de 1936. Retornou ao de Saboeiro pelo Dec.-Lei n. 169, de 31 de março de 1938, retificado pelo Dec. n. 378, de 20 de outubro do mesmo ano. O Dec.-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, simplificou-lhe o nome para Catarina. Ganhou a categoria de município **ex vi** da Lei n. 3.604, de 25 de maio de 1957, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado, edição de 28 do mesmo mês.

A igreja local tem a invocação de São José e é forânea do Bispado de Iguatu.

A cidade situa-se numa chapada da serra de Santa Catarina, nas proximidades das nascentes do rio Truçu, afluente do Jaguaribe.

CAUCAIA. — Distrito: o da sede e os de Catuana, Guararu, Mirambê, Sítios Novos e Tucunduba. Área do Município — 1.293km². Altitude da cidade — 29,91m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°43'58" S; Longitude — 38°39'21" W. Banhado pelo Oceano.

"O núcleo de população de Caucaia era aldeia de índios chamada Caucaia, quando em 1759 foi elevada a vila com o nome de Vila Nova de Soure, criando-se o Município. Pela Carta Régia de 22 de outubro de 1735 os jesuítas ficaram encarregados da direção

de seis aldeias de índios que existiam no Ceará e foram depois reduzidas a quatro — Ibiapaba, Caucaia, Porangaba e Paupina. Em consequência da luta entre o Marquês de Pombal e os jesuítas, expediu o Governo português, a 14 de setembro de 1758, ordem ao Ouvidor de Pernambuco — Bernardo Coelho da Gama Casco — para sequestrar os bens desses religiosos nessa Capitania e suas anexas e para elevar em vias ou lugares as aldeias de índios que fossem retiradas à administração desses sacerdotes. Gama Casco sai do Recife a 19 de maio de 1759, vem em sumaca diretamente a Camucim e daí para Ibiapaba e erige em vilas, sucessivamente, as aldeias Ibiapaba (Viçosa), Caucaia (Soure), Porangaba (Arronches) e Paupina (Messejana).

Essas ereções e o provimento dos cargos se realizaram de acordo com as Provisões Régias de 6 e 7 de junho desse ano, ampliadas aos demais índios do Brasil pelo Alvará de 8 de maio de 1758 (veja-se: Barão de Studart **Datas e Fatos**, v. 1, ps. 191, 265, 278, 281 a 284, 285, 288, 290, 300; **Notas para a História do Ceará**, ps. 191 a 234; J. B. Perdigão de Oliveira, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 2.º ps. 33 e 36). Esses atos e outros anteriores e posteriores estão publicados na citada **Revista**, v. 5.º, ps. 86 e seguintes. A vila foi inaugurada a 15 de outubro daquele ano de 1759 (Barão de Studart, **Notas**, cits. p. 227; **Datas e Fatos**, v. 1.º p. 285, e **Geografia**, ps. 39, 124 e 339). A vila, e portanto o Município, foi extinta pela Resolução do Conselho Provincial, de 6 de maio de 1833, a qual ficou sem efeito com a de 13 de outubro do mesmo ano. Foi suprimido pela Lei n. 2, de 13 de maio de 1835, mas restaurado pela de n. 1.772, de 23 de outubro (aliás novembro), de 1878; de novo extinto pelo art. 1.º da Lei n. 501, de 31 de outubro de 1898, mas novamente restaurado pela de n. 726, de 20 de agosto de 1903" (Notas de Clodoaldo Pinto). O Dec.Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, elevou a vila à categoria de cidade. O primitivo nome Caucaia foi restaurado pelo Dec-Lei n. 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A Freguesia foi criada pela Provisão de 5 de fevereiro de 1759, sendo orago Nossa Senhora dos Prazeres. Tendo sido posteriormente extinta (1835), foi restaurada pela Lei n. 1.261, de 5 de novembro de 1870, conforme afirmação do Barão de Studart.

O nome primitivo Caucaia, hoje restaurado como se disse pelo Dec.-Lei n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943, é indígena e quer dizer mato queimado, de **caa**, mato, e **caia**, queimado, ou livremente — bem queimado está o mato, como traduz Barba Alardo

(**Memórias**, p. 262). Candido Mendes traduz por vinho queimado, talvez aguardente, mas esta tradução não é aceitável, pois em todos os dicionários da língua tupi aguardente é **cauím tatá**, vinho-fogo. Acresce que a aguardente só foi conhecida dos índios depois da colonização portuguêsa, antes muito da qual já existia Caucaia (Paulino Nogueira, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 18, p. 22).

O nome Soure, com que a povoação foi elevada a vila, é o duma vila antiga Freguesia do Bispado de Coimbra e de uma ordem honorífica em Portugal. A cidade de Caucaia a 16 km de Fortaleza, fazendo parte, hoje, da Grande Fortaleza, está servida pela Estrada de Ferro Fortaleza-Teresina (RFFSA), cuja estação foi inaugurada a 12 de outubro de 1917, e pela BR-222. Muito procurada com os seus arredores por turistas e pessoas em vilegiatura e passeios domingueiros. Nasceram em Caucaia: Antônio Martinz de Aguiar e Silva, em 4 de marco de 1893, professor, notável filólogo, autor de obras do melhor quilate, membro da Academia Cearense de Letras, falecido em Fortaleza, a 29 de setembro de 1974; Joaquim da Cunha Freire, Barão de Ibiapaba, em 18 de outubro de 1827, grande figura do comércio e da política do Ceará, chefe de partido e Presidente da Província, falecido em outubro de 1907, no Rio de Janeiro; Manoel Moreira da Rocha, em 26 de setembro de 1880 e falecido em 8 de marco de 1934. Médico, Chefe de partido político. Deputado Federal em várias legislaturas, adiantado fazendeiro; Sebastião Moreira de Azevedo, em 19 de maio de 1892, Bacharel e professor de Direito, Deputado Estadual e notável advogado no Rio de Janeiro; Severiano Ribeiro da Cunha, visconde de Cauípe, nascido em 6 de novembro de 1831 e falecido em Fortaleza, em 4 de setembro de 1879. Ligou, como homem rico, o seu nome a obras e empreendimentos de vulto em favor da pobreza. O Barão de Studart di-lo "o maior filantropo que o Ceará já produziu". Era um fidalgo; João Hipólito de Azevedo e Sá, em 1881, médico e professor. Por longos anos dirigiu, com eficácia e saber a Escola Normal do Estado. Hoje Instituto Justiniano de Serpa. Faleceu em 1962; Danísio Dalton Rocha Correia em 15 de junho de 1930. Médico da turma de 1958. Magnífico Reitor da Universidade do Ceará. Secretário de Estado; Edson da Mota Correia, em 2 de novembro de 1899. Oficial do Exército. Deputado Estadual em diversas legislaturas. Chefe do maior prestígio político no seu Município. Ler: **Revista do Instituto do Ceará**, vols. n. 33, p. 228 e v. 16, p. 83.

CEDRO — Distritos: o da sede e o de Várzea. Área do Município 7391km². Altitude da cidade — 280m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°36'24" S; Longitude — 39°3'44" W.

Até 1915, a atual cidade de Cedro, hoje uma das mais importantes do Ceará, era uma simples fazenda de criar, de propriedade de João Cândido da Costa, encravada no território dos Municípios de Várzea Alegre e de Lavras da Mangabeira, no vale do S. Miguel, afluente do rio Salgado.

Com a prossecução dos trabalhos da ferrovia que liga Fortaleza à cidade de Crato (RFFSA), no extremo sul do Estado, acelerados em virtude da assistência governamental prestada aos flagelados da seca de 1915, que assolou o Ceará, intensificou-se a construção do trecho entre as cidades de Iguatu e Lavras da Mangabeira. Para essa ligação, a via-férrea teve que passar pela Fazenda Cedro, uma vez que a água do subsolo, ali, era abundante para o abastecimento das locomotivas movidas a vapor. Construída a estação, deu-se a sua inauguração a 15 de novembro de 1916. Daí por diante, modificou-se como por encanto o aspecto bucólico da Fazenda Cedro. A civilização, levada assim inopinadamente àquele meio tipicamente rural, transformou, por completo, a feição secular da Fazenda. Dentro em pouco, o núcleo rural desenvolveu-se com rapidez espantosa, tomou foros de urbe. Concorreu, para tanto, sem dúvida, a posição geográfica em que ficou situada dita Fazenda, porto ferroviário aberto ao escoamento da produção do vale do rio Machado e, por outro lado, porta de acesso ao ubérrimo vale do Cariri, grande celeiro do Ceará. Afinal, a proximidade de Cedro com o Estado da Paraíba influiu, de certo, em seu crescimento, pois que passou a servir de entreposto comercial entre as duas unidades federadas. Eis, portanto, em menos de meio século, a antiga Fazenda transformada em núcleo populacional e centro de grande produção agrícola notadamente o algodão, que é a sua maior fonte de recurso econômico. Pela Lei Estadual n.º 1.725, de 9 de julho de 1920, e sem mesmo ter sido Distrito, criaram-se o Município e o Termo Judiciário de Cedro, com território desmembrado dos vizinhos Municípios de Várzea Alegre, Lavras da Mangabeiras, Icó e Iguatu. A instalação da Comuna ocorreu a 21 de outubro do mesmo ano e a do Termo Judiciário em fevereiro do ano seguinte. Foi seu primeiro Prefeito José Gabriel Diniz, abastado proprietário, que muito se empenhara pela autonomia municipal. Pouco depois, isto é pela Lei Estadual n.º 2.255, de 19 de agosto de 1925, a vila de Cedro passou à categoria de cidade. Os Decretos estaduais n.º 193, de 20 de maio de 1931, e n.º 1.156

de 4 de dezembro de 1933, mantiveram o Município que, na divisão administrativa relativa ao ano de 1933, fixada pelo último Decreto, figura com os Distritos da sede, Jacu e Várzea da Conceição, permanecendo, sem alteração, nos quadro territoriais de 1936 a 1937, bem como no Anexo ao Decreto-Lei n.º 169, de 31 de março de 1938, ratificado pelo Decreto estadual n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano. O Decreto-lei n.º 448, de 20 de dezembro do mesmo ano, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1939-1943, extinguiu o Distrito de Jacu, anexando o seu território ao de Cedro, suprimindo, ainda, o restritivo "da Conceição" ao Distrito de Várzea, como consta do Decreto-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

A 7 de setembro de 1921 foi criada a Freguesia, sob a invocação de São João Batista. A Matriz é templo de linhas modernas. O mesmo ocorre com o templo da Igreja Presbiteriana, construído em 1930, graças aos esforços do Pastor Natanael Cortez e de Francisco Varela. O Templo maçônico — Deus é Justiça — é prédio elegante onde imperam as linhas arquitetônicas greco-romanas. Ressalte-se que o número de protestantes em Cedro é um dos mais expressivos do Estado, sem que isso constitua motivo de discórdia entre as famílias religiosas locais. O protestantismo é professado no Município por duas igrejas: a Cristã Presbiteriana e a Assembléia de Deus (Pentecoste). A paróquia pertence ao Bispado de Iguatu.

Como ficou afirmado, o nome Cedro vem da fazenda ou sítio onde se fundou a cidade. Cedro é árvore histórica e de grande e nobre porte (**Cedrela adorata** Lin.).

CHAVAL — Distritos: o da sede e o de Passagem. Área do Município 286km². Altitude da cidade — 11,91m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°2'2" S; Longitude — 41°14'38" W.

Região primitivamente ocupada pelos índios Tremembés, teve como primeiros povoadores homens vindos de Iboaçu, entre eles o Padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo e seus pais, Joaquim Carneiro da Cunha e Francisca Joaquina do Nascimento. Dedicaram-se à exploração da indústria do sal, ao mesmo passo que faziam agricultura e pequena criação de gados. Iniciou-se então, um modesto arraial, em volta da capelinha de Santo Antônio, começada em 2 de fevereiro de 1885, e cuja licença para a construção data de 10 de dezembro de 1881, concedida ao Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo. Anos decorridos, o Padre, depois Monsenhor Vicente Martins, vigário de Granja, a que pertencia o dis-

trito, mandou levantar outra capela, em frente àquela, quase em ruínas, e esta é que veio a ser a matriz da Paróquia, inaugurada em 1924. O Distrito de Chaval, que era de Granja, foi transferido para o Município de Camucim, sendo a povoação elevada a categoria de vila, tudo de acordo com os Decretos-lei n.º 193, de 20 de maio de 1931 e n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, criou o Município, desmembrando do de Camucim, tendo-se instalado oficialmente em 25 de março de 1955. Foi seu primeiro Prefeito Francisco Thiers Carneiro. Na criação referida foi elemento decisivo, pela sua obstinação e constantes trabalhos, o Monsenhor José Carneiro da Cunha.

Aquela capela de que resultou a igreja matriz, teve como orago Santo Antônio. A Paróquia foi instituída em 30 de setembro de 1938, e em 29 de janeiro seguinte tomava posse, a fim de dirigí-la, o Padre José Carneiro da Cunha, sobrinho do mencionado Padre Antônio Carneiro, na realidade o fundador de Chaval. Em 1940, o mesmo Padre José Carneiro começou a construção de novo templo, projetado pelo arquiteto italiano Augustinho Odísio Balmes, concluindo-a em 1950, a 16 de julho, sendo celebrante do ato religioso da inauguração o Bispo de Sobral, D. José Tupinambá da Frota.

Não está bem esclarecida a etimologia de Chaval. Florival Seraine tenta explicar, começando pelas perguntas: Chaval seria uma redução de chavascal? Ou tratar-se-ia de uma formação sufixal do gênero de pontal? Reconhece que os léxicos dão chave também como "lugar que fecha território e pode ser ponto estratégico contra inimigos", o que seria aplicável ao Chaval cearense, próximo ao limite com o Piauí, numa espécie de recanto ou cotovelo. Sugere, igualmente, a hipótese da origem indígena do nome (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 60, p. 260).

COREAÚ. — Distritos: o da sede e os de Araquém, Aroeiras e Ubaúna. Área do Município — 778km². Altitude da cidade — 72,98m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 8°33'O" S; Longitude — 40°39'24" W.

Valia como certa a afirmação de que as terras em que se encontra a hoje cidade de Coreaú, anteriormente chamada Palma, eram as pertencentes a Manuel Dias de Carvalho, titular de uma data de sesmaria, localizada entre o rio Coreaú e o Riacho das Rolas, de início concedida em 1705, ao Capitão-mor João da Mota, em março do mesmo ano. Mas A. Batista Fontenele, autor de **A Marcha do Tempo — Os Fonteneles** (Fortaleza, IOCE, 1981), assegura que àquele tempo ditas terras já eram de propriedade do Capitão Rodrigo da Costa Araújo, aí estabelecido em 1702, no local denominado Outeiro, e continuaram em poder dos seus descendentes (bisnetos), Alexandres Rodrigues Moreira, Plácido Rodrigues Moreira, Joaquim Rodrigues Moreira e ao cunhado José Gomes Damasceno. "De posse de um largo trato de terra para criação de seu gado, compreendendo o sertão marginante do Rio Coreaú e parte da Serra da Meruoca — o seu maior refrigério durante as secas — conseguiu novas sesmarias junto ao Capitão-mor de nossa Capitania". "O que aconteceu no ano de 1706, conforme consta do v. n. 3, de **Revista do Instituto do Ceará**, p. 199, todas essas concessões foram feitas no ano de 1706. Além destas vieram outras, todas na margem do aludido Rio Coreaú, ficando Rodrigo da Costa o maior proprietário de terras naquele sertão" (p. 20). "Em 1860, — continua A. Batista Fontenele — os irmãos Plácido, Alexandre, Joaquim Rodrigues Moreira e o cunhado José Gomes Damasceno, proprietários da fazenda Várzea Grande, situada à margem do rio Coreaú, doaram 100 braças de terra em quadro para formação do patrimônio de Nossa Senhora da Piedade", tendo sido em 10 de agosto de 1867, por força do Dec. n.º 1206, instituída a Freguesia, desmembrada da jurisdição da de Granja. Foi seu primeiro vigário o Pe. Salviano Pinto Brandão, natural de Santa Quitéria, o qual tomou posse a 15 de agosto do ano seguinte.

Pela Lei n.º 1316, de 24 de setembro de 1870, foi criado o Município, com o nome de Palma. Extinto pela Lei n.º 1769, de 9 de outubro de 1920, foi restaurado pela de n.º 1887, de 13 de outubro de 1921 (art. 4.º). Novamente extinto, pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, sendo incorporado ao de Massapê, teve a sua restauração definitiva em face do Dec. n.º 129, de 20 de setembro de 1935. O Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 concedeu à vila o título de cidade.

O nome Palma, de acordo com a tradição, teria vindo do fato de existir, aos inícios da formação do povoado, uma família de pretos, que à sombra de frandoso juazeiro, passou a fabricar e vender bolos de goma, vulgarmente conhecidos como **broas**, em forma de palma e muito saborosos. Ficou sendo a venda o lugar das palmas.

O topônimo atual adotado pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, é tirado do rio que banha a cidade — o Coreaú, ou Coriaú, com esta grafia significando água, rio dos curiás, pe-

queno contigídeo **Ampelio cinota** segundo Goeldi. Há também a hipótese de que a grafia certa é **croahu**, rio que nasce na serra da Ibiapaba e passando pela cidade de Granja, lança-se no mar, formando o porto de Camucim: de **croá** ou **croatá** e **hu** água (Paulino Nogueira, "Vocabulário Indígena", na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 273). Em Coreaú nasceu Raimundo Gomes, em 6 de agosto de 1879. Odontológo, um dos fundadores da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (1916). Um dos grandes benfeitores de sua terra natal. Falecido em 3 de setembro de 1961.

CRATEÚS — Distritos: o da sede e os de Ibiapaba, Irapuá, Monte Nebo, Oiticica, Poti, Santo Antônio e Tucuns. Área do Município — 2.770km². Altitude da cidade: 274,65m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 5°10'27" S; Longitude — 40°40'3" W.

Criado pelo Decreto Regencial de 6 de julho de 1832 (art. 3.º), com sede no núcleo de Piranhas, então elevado a vila com o nome de Príncipe Imperial, pertencente ao Piauí. Mas passou para o Ceará com o Decreto Geral n. 3012, de 22 de outubro de 1880. E o Dec. n. 1 de 2 de dezembro de 1889, mudou-lhe o nome para Crateús. Elevada a vila a categoria de cidade pela Lei n. 1046, de 14 de agosto de 1911, e inaugurada a 15 de novembro seguinte. A anexação de Crateús ao Ceará deu-se pela troca, com o Piauí, da Freguesia de Amarração. Essa troca já era aconselhada por Aires do Casal (**Corografia**) e Basílio Torreão (**Geografia Geral**) e havia sido ventilada e apoiada pelo Governo Provisório do Ceará (1823), pela Câmara dos Deputados Gerais (1828, 1832 e 1871) e pela Assembléia Provincial do Ceará, em 1839. O território de Crateús desmembrou-se do Município piauiense de Marvão, depois denominado Castelo (Leia-se **Revista do Instituto do Ceará**, v. 23, p. 256).

O mesmo Decreto Regencial de 6 de julho de 1832, que elevou à categoria de vila a "notável povoação de Piranhas", criou a Freguesia, desmembrada da de Marvão e canonicamente instalada a 4 de outubro de 1834, dia em que tomou posse o Vigário encomendado, Francisco Serafim de Assis. A posse deu-se na capela edificada em 1792 e que reconstruída ora serve de matriz. O primeiro vigário colado da Freguesia foi o Padre Francisco Ferreira Santiago. Conta-se que a senhora Luíza Coelho da Rocha Passos, baiana, descendente da célebre Casa da Torre, trouxe para a fazenda Piranhas, depois povoação de igual nome, "uma imagem do Senhor Bom Jesus do Bomfim (atual padroeiro da Freguesia), dentro duma rede conduzida por pessoas a pé. A esse santo a mesma senhora fez doação de meia légua de terra por um e outro lado do rio, uma fazenda de gado, casa e currais no lugar denominado Passagem e, com os pedreiros e carapinas trazidos da Bahia, levantou ela uma capela que atualmente serve de matriz para o Senhor do Bomfim". Isso foi em 1792. A Freguesia foi desmembrada do Bispado do Maranhão para o Ceará, juntamente com a de Independência, por Dec. n. 88, do Papa Leão XIII, datada de 10 de março de 1888 e executado em 10 de janeiro de 1889. Era então vigário o Padre Antônio Cavalcante de Macedo Albuquerque. É sede de um Bispado, criado pela bula **Pro Apostólico Munere** do Papa Paulo VI, sendo seu primeiro bispo D. Antônio Batista Fragoso, nomeado a 28 de abril de 1964 e empossado no cargo em 9 de agosto seguinte, data em que se instalou a Diocese. Sobre a origem do topônimo Crateús, leia-se **O Ceará**, de Martins Filho e Raimundo Girão, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 3a. ed., 1966, p. 165.

A cidade de Crateús, muito populosa e que se moderniza cada dia, é servida pela RFFSA (Estrada de Ferro de Sobral), tendo sido inaugurada a sua estação em 12 de dezembro de 1912, fica à margem do rio Poti.

Muitos são os que, aí nascidos, atingiram inconteste renome pela sua atuação na vida pública e nas atividades empresariais e profissões liberais e dentre eles bem podemos destacar, como expressões maiores.

Abelardo Fernando Montenegro, em 30 de maio de 1921, Bacharel em Direito, professor, jornalista, escritor fecundo de obras de cunho histórico e sociológico. Membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, onde ocupa a cadeira de n. 10, da qual é Patrono Gonçalo Inácio de Loiola de Albuquerque Melo Mororó; Antônio Jorge de Queiroz Jucá, em 2 de março de 1915, afamado cardiologista. Professor, Senador da República, função em que faleceu, no Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1965; Expedito Machado, Bacharel em Direito. Alto empresário, Deptuado Federal pelo Ceará. Ministro de Estado; Genésio Martins de Araújo, em 6 de junho de 1922. Engenheiro da larga competência. Diretor da Escola de Engenharia do Ceará. Destacado dirigente do corpo de Técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; José Lins Cavalcante de Albuquerque, em 1922. Engenheiro, Professor da Escola de Engenharia do Ceará, do qual foi Diretor, Secretário de Estado. Diretor do Departamento Na-

cional de Obras contra as Secas e da SUDENE. Senador da República; Maximino Barreto, em 20 de abril de 1870. General do Exército, Engenheiro, Deputado Estadual. Comandou o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, cidade em que faleceu; Manuel Idelfonso de Sousa Lima. Magistrado no Piauí, Estado a que presidiu. Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, em cuja capital faleceu. Poeta e Jornalista. Ler: **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, v. II., de Renato Braga, e **Revista do Instituto do Ceará**; v. 47, p. 179, e v. 23, p. 189.

CRATO — Distritos: O da sede e os de Dom Quintino, Lameiro, Muriti, Ponta da Serra e Santa Fé. Área do Município — 1.026km². Altitude da cidade: 426,91m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°14'3" S; Longitude — 39°24'34" W.

O Aviso de 17 de junho de 1762, expedido pela Secretaria dos Domínios Ultramarinhos, autorizou o Governador de Pernambuco — Luís Diogo Lobo da Silva — a confiar ao Ouvidor do Ceará — Vitoriano Pinto Soares Barbosa — a instalação de novas Vilas nesta Capitania. Em Carta de 6 e Portaria de 15 de agosto do mesmo ano, Lobo da Silva ordena a criação das Vilas de Baturité e Crato, tendo sido ratificadas, ditas Carta e Portarias, por seu sucessor, o Conde de Vila Flor, em Carta de 16 de dezembro. A de Baturité foi inaugurada a 14 de abril de 1764, e a do Crato a 21 de junho seguinte, e não a 24, como informa João Brígido no seu **Resumo Cronológico** (p. 104), pelo referido Vitoriano Barbosa, no local chamado Aldeia do Brejo, antiga Missão do Miranda (Barão de Studart, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 36, p. 67, e **Geografia do Ceará**, p. 176; João Brígido, **Ceará-Homens e Fatos** p. 88; Perdigão de Oliveira, **Revista do Instituto**, cit., v. 2.°, p. 36). Elevada a vila à categoria de cidade pela Lei n. 628, de 17 de outubro de 1853.

A Provisão que instituiu a Freguesia de Nossa Senhora da Penha de França, na aldeia do Miranda, é de março de 1762, porém a instalação canônica somente se deu no dia 4 de janeiro de 1768, quando se desmembrou da Freguesia de Missão Velha. O Barão de Studart registra a inauguração em 1778 (**Notas**, cit., p. 256) e também João Brígido **Efemérides**, na cit. **Revista**, v. 14, p. 138). Mas o próprio João Brígido, **Ceará — Homens e Fatos**, p. 92, é quem posteriormente esclarece que a independência paroquial do Crato se verificou naquela data — 4 de janeiro de 1768. Do mesmo modo, corrige o Barão o engano na sua **Geografia do Ceará**, cit. e **Rev.** v. 38, p. 86). Esta, portanto, a data correta. O Cônego Henrique Mourão, em trbalho publicado no **Correio Eclesiástico**, n. 22, abril de 1915, anota, não sabemos com que fundamento, ter

sido a Freguesia criada a 3 de dezembro de 1740. A primeira igreja do Miranda edificou-se em 1740; era de taipa, e, ao que parece, foi construída pelo missionário Frei Carlos de Ferrara, procurador dos índios cariús, que recebeu em nome deles, a 3 de dezembro de 1743, as terras doadas pelo Capitão-mor Domingos Álvares de Matos e sua mulher, D. Maria Ferreira da Silva. Com o tempo, a igreja ficou imprestável, fato que em requerimento foi exposto à Junta do Real Erário pelo Padre Antônio Lopes de Macedo Júnior, presbítero de S. Pedro, vigário da vara e pároco da Freguesia de N. S. da Penha, o qual, alegando o deplorável estado desta mesma Freguesia, pois que "dentro da vila não havia um só templo em que nele se pudesse celebrar os divinos ofícios, e o único que havia de servir de Matriz, por ser muito antigo ameaça ruína" — pediu "uma porção das rendas de Sua Majestade suficiente para a ereção da capela-mor da nova matriz, sendo afinal atendido". Esta nova igreja é a catedral.

A cidade divide-se em duas Paróquias: a de N. Senhora da Penha, que além da Catedral Matriz, conta com as capelas de Ponta da Serra, D. Quintino, Santa Fé, Lameiro, Guaribas e S. Francisco (na cidade); e a de S. Vicente Férrer, que além da Matriz deste padroeiro, benzida a 4 de outubro de 1942, conta com as capelas de Romualdo, Baixio, São José, Mata, Caboclos e S. Miguel Arcanjo (na cidade). Pela bula **Catholica Ecclessiae**, de 20 de outubro de 1914, S.S. o Papa Bento XV instituiu a Diocese do Crato. O seu primeiro Bispo foi D. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, eleito em 10 de março de 1915 e sagrado em 31 de outubro do mesmo ano, na Bahia. Espírito empreendedor e realizador por excelência, D. Quintino foi trabalhardor infatigável, dispensando sempre especial atenção a tudo que se relacionava aos interesses de sua Diocese. Desenvolveu grande ação social, especialmente no setor da instrução, tendo falecido em 28 de dezembro de 1929. Sucedeu a D. Quintino, na direção da Diocese do Crato, D. Francisco de Assis Pires, que foi sagrado em 6 de dezembro de 1931 e tomou posse em 10 de janeiro de 1932. Falecido este, substituiu-o D. Vicente de Paulo de Araújo Matos, que muito há realizado em benefício dos problemas sociais e humanos da área do seu Bispado.

Até a inauguração da vila, com o nome de Vila Real do Crato, em 1764, a povoação chamava-se Miranda, Missão do Miranda ou dos Cariris-Novos. A origem desse nome — Miranda — não está bem esclarecida. Antônio Bezerra confessa que fez muito esforço para saber quem fora Miranda, e, por deduções, conclui que era ele

um tuxaua ou chefe cariri que por seus feitos de valentia ou por sua fidelidade aos primeiros moradores da terra, ficou com o seu nome célebre por aí além (**Algumas Origens do Ceará**, p. 182). A denominação atual foi dada à vila certamente em homenagem ao vilarejo português de Alentejo, cabeça da Comarca do Grão-Priorato desse nome e do qual o Infante D. Miguel, depois rei D. Miguel I, foi o último Grão-Prior. Esse vilarejo está construído sobre as ruínas de uma povoação remotíssima, que era chamada Ucrate ou Ocrato, já nos primeiros tempos da monarquia portuguesa. Todavia, é voz corrente na região do Cariri que o nome Crato é uma corrutela da palavra Curato, pois, inicialmente, a cidade se teria chamado Curato de S. Fidélis de Siguaginga, depois Curato de S. Fidélis, e, por fim, simplesmente Curato, e daí Crato. Tal Curato parece nunca ter existido (Leia-se o cit. Antônio Bezerra, p. 115 a 118, bem como Florival Seraine, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 60, p. 264).

A cidade do Crato, ao sopé da bela serra Araripe, com a sugestiva horizontalidade de sua parte superior, forma com Sobral e Juazeiro do Norte o trio das maiores e mais modernas cidades do interior cearense. É bem construída e bem tratada dos poderes públicos, sendo tida como capital da rica região do Cariri. Centro comercial, social, educativo e cultural da melhor relevância, e a mentalidade de progresso e da renovação das coisas e dos hábitos é dominante na sua gente. Sem desprezar o Antigo antes o preservando no tom em que deve ser preservado, o Moderno ganha terreno em tudo. Aí nasceram personalidades que honraram e honram os créditos de adiantamento, inteligência e valor do Ceará e do Brasil. O cratense é, com justa razão, um orgulhoso de sua cidade.

Leia-se sobre Crato: Município do Crato, de José Pinheiro, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 32, p. 152; **Cidade do Crato**, de J. de Figueiredo Filho e Irineu Pinheiro, Rio, Ministério de Educação e Cultura — Serviço de Documentação, 1955; **A Cidade de Frei Carlos**, do Pe. Antônio Gomes de Araújo, Crato, Coleção Estudos e Pesquisas, v. 5, 1971; **Crato em 1957**, de Antônio C. Coelho, Crato, Tip. Imperial, s/data; **Esboço Histórico do Crato**, do Gen. Raimundo Teles Pinheiro, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959; **História do Cariri**, de J. de Figueiredo Filho, em 5 volumes, Coleção Estudos e Pesquisas, Crato, Ceará; **Povoamento do Cariri**, do Pe. Antônio Gomes de Araújo, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1973 (v. 6 da Coleção Estudos e Pesquisas); **O Crato de meu tempo**, de Paulo Elpídio de Menezes, Fortaleza,

Imprensa Universitária do Ceará, 1960; **O Cariri**, de Irineu Pinheiro, Fortaleza, Ceará, 1950; bem como um sem número de trabalhos relacionados com a história e o desenvolvimento do Município e com os seus homens, publicados nos diversos números da Revista **Itaytera**, órgão oficial do Instituto Cultural do Cariri. E não esquecer a leitura das ps. 432 — 481 do **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, 2o. v. de Renato Braga. (Imprensa Universitária do Ceará, 1967).

FARIAS BRITO. — Distrito: o da sede e os de Cariutaba, Nova Betânia e Quincuncá. Área do Município — 525 Km². Altitude da cidade: 320m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°55'50" S; Longitude 39°33'56" W.

O capitão-mor Simão Roiz Ferra, o ajudante Francisco Ferra Pedrosa, o Capitão Augusto Duarte Pinheiro, o Coronel Gaspar Pinto e o Alferes Antônio Pita receberam, datada de 22 de fevereiro de 1717, do Capitão-mor do Ceará Grande, Manuel da Fonseca Jaime, uma sesmaria de três léguas de comprimento e duas de largura, situada às margens do rio Cariús. A 7 de agosto do mesmo ano, novas terras foram concedidas a Gregório Martins Chaves: em 13 de janeiro de 1719, outras ao sertanista Venceslau Gomes dos Santos; e em 25 de abril de 1729, ainda outras ao tenente José Dário Asto e ao Capitão Antônio Coelho de Rezende. Situaram todos as suas fazendas de criar e são eles os responsáveis pelo povoamento do antigo arraial do Quixará, que muito mais tarde, pelo Decreto n. 82, de 13 de outubro de 1890, foi erecto em vila e portanto a município, inaugurado em 15 de novembro seguinte, com o seu primeiro Prefeito José Alexandre Nunes. Deve-se isto aos esforços das famílias Liberalino, de que era chefe Liberalino Duarte Brandão, e a de Francisco Gomes de Oliveira Braga, chefe político do Município de Assaré, com fazenda montada no de Quixará. Extinto pela Lei n. 1784, de 9 de outubro de 1920, foi o território do Distrito anexado ao município do Crato, e, depois, ao de Santana do Cariri pela Lei n. 2.140, de 8 de julho de 1924. Revogada esta pela de n. 2.359, de 26 de julho de 1926, fez voltar ao município as fazendas Cipó, Montealegre e Riacho Verde, revogando nesta parte o artigo 1.º da Lei 2.062, de 6 de dezembro de 1922, assim como a Lei n. 2.190, de 17 de outubro de 1924, restabelecendo os limites constantes da Lei n. 2.043, de 6 de dezembro de 1922. O Dec. n. 193, de 20 de maio de 1931 transferiu o Muncípio para São Mateus (Jucás). Teve a sua restauração com o diploma legal n. 268, de 30 de dezembro de 1936. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938.

A Freguesia foi desmembrada da de Assaré por ato do Bispo D. Francisco de Assis Pires, datado de 16 de abril de 1938, e, do Bispado do Crato, tem como orago Nossa Senhora da Imaculada Conceição. A matriz foi construída pelos anos de 1867 a 1877, graças ao trabalho do Padre Henrique José Cavalcante, seu primeiro Capelão.

A imagem da Santa foi oferecida pelo fazendeiro de Cachoeira dos Leites (hoje Cachoeira dos Gonçalves) Adriano Carneiro Leite. Há um templo Batista Regular e um Pentecostal.

O primitivo nome — Quixará, de origem indígena, segundo Pompeu Sobrinho vem de **quixa** ou **quixar** o que corta, o **Dicotiles queixadá** e **a sufixo**, dizendo composto de igual a composto de **quixadus**, lugar onde abundam esses dicotiles (**Revista do Instituto do Ceará**. V. 33, p. 224). Paulino Nogueira registra: Quixará — tribo tapuia, também conhecida por Quixadá, que habitava o interior da Capitania, especialmente a barra do rio Sitiá. Araripe, **História**, p.o. Etimologia: Oh! eu sou senhor, do **cui** oh! **xe** e, yara senhor, Martius, p. 524. Corrompeu-se em Quixadá, conservando o nome inicial num povoado entre São Mateus (Jucás) e Santana do Brejo Grande (Santana do Cariri) — **Vocabulário**, p. 384. O mesmo Pompeu julga, porém, que nunca existiu a tribo tapuia com o nome de Quixará. A palavra é, provavelmente, tarairiu e provém da tribo dos Canindés, que habitavam o alto sertão do Ceará (Nota). A denominação atual data da Lei n. 2194, de 15 de dezembro de 1953, em homenagem ao maior dos filósofos brasileiros — Raimundo de Farias Brito, nascido em São Benedito (Ceará) no dia 24 de julho de 1862 e falecido no Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1917. Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife em 1884, Promotor Público, Secretário de Estado, Professor de Direito em Belém, do Pará, onde advogou. Na antiga Capital da República, depois de vencido rumoroso concurso, foi catedrático de Filosofia do Colégio Pedro II. Filósofo profundo, a sua obra, neste ramo do conhecimento humano, é vasta e consistente, o que o levou a ser considerado o maior dos Filósofos, no Brasil, Um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, da qual é um dos Patronos (Cadeira n. 31).

FORTALEZA — Distritos: o da sede e os de Antônio Bezerra, Messejana, Mondubim e Parangaba. Área do Município — 336 Km². Altitude da cidade — 15,49m (Igreja N. Senhora dos Navegantes). Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°43'2" S; Longitude — 38°32'35" W. Banhado pelo Oceano.

Em 1637, tentaram os holandeses colonizar o Ceará e chegaram a dominar a região mais praieira, tomando aos portugueses o Forte de São Sebastião, construído por Martim Soares Moreno, em 1612, na barra do rio Ceará. Mas em 1644 foram totalmente sacrificados pelos índios e ninguém houve, sequer, para contar a história do massacre. Em 1649, voltaram os flamengos, com a intenção de explorar minérios e fixar-se. Foi chefe da expedição marítima o comandante Matias Beck, que não mais quis localizar o centro das providências exploradoras naquela barra, já difícil às entradas de navios, preferindo localizar-se na foz do pequeno rio, distante 10 quilômetros daquele primeiro, e que veio a ser conhecido por Marajaik e, depois, Pajeú. Aí, depois dos necessários estudos de ordem prática e estratégica, levantou, a partir de 10 de abril do citado ano de 1649, uma fortificação que recebeu o nome de Forte Schoonenborch, na qual permaneceu até 1654, quando, a 20 de maio, teve de entregá-lo aos lusitanos, vitoriosos nas lutas de Pernambuco. O Forte era estruturado de madeira e foi aproveitado por Álvaro de Azevedo Barreto, que o recebeu, para lugar de irradiação do domínio luso. Nesse bastião, mais de uma vez reformado ou reparado, os portugueses levantaram uma capela sob a égide mística de Nossa Senhora da Assunção, passando a chamar-se com o nome desta o núcleo humano que se formava — Fortaleza de N. Senhora da Assunção, sede dos Capitães-mores Governadores.

O Município data da Origem régia de 11 de março de 1725 e foi inaugurada a vila em 13 de abril de 1726 pelo Capitão-mor Manuel Francês. O Povoado tomou o nome de Vila de Fortaleza de N. Senhora da Assunção, que foi elevada à categoria de cidade com o título de Cidade de Fortaleza de Nova Bragança, pela Ordem imperial de 17 de março de 1823. Leia-se, sobre a formação do Município, o que se escreveu relativamente à do Aquirás.

Formação Eclesiástica — Veja-se, a este respeito, o que se acha escrito referente à freguesia de Aquirás e, também, o trabalho de Antonio Bezerra, na **Revista do Instituto do Ceará**, v.9, p. 220 e seguintes. Os cronistas e documentos oficiais consideram a Freguesia da Fortaleza — S. José de Ribamar — criada, em definitivo, pela Provisão de 6 de agosto de 1761, firmada por D. Francisco Xavier Aranha, De acordo com essa Provisão, a Freguesia do Ceará, **então única, foi dividida, erigindo-se o Distrito de Fortaleza em** Curato independente, desmembrado e desanexado da Vila de Aquirás e sendo sua matriz a igreja da Fortaleza.

A Capital cearense é sede de uma Arquidiocese, criada em 1915.

Exatamente no mesmo local do arruinado forte da Assunção foram lançados os alicerces da hoje velha Fortaleza de N. Senhora

da Assunção, segundo o desenho do Tenente-Coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet, auxiliar da administração do Governador Manuel Inácio de Sampaio, no período colonial.

A primeira pedra da obra foi posta no dia 12 de outubro de 1812 e nesta se despendeu a quantia de 20:362$390, fornecida pelo Governo, afora 16:103$267, provenientes de donativos de particulares (dentre os quais se destacam o Capitão-mor José Alves Feitosa, dos Inhamuns, e o Padre José Bernardes da Fonseca Galvão, Vigário de Russas), bem como os serviços prestados por pessoas vontadosas e por escravos.

Em 1847, a Fortaleza sofreu remodelações, em 1857 foi classificada em segunda classe e em 1910 desarmada, restando agora como simples monumento de antigas tradições que aos poderes públicos cabe proteger e conservar (Leiam-se os trabalhos de Paulino Nogueira, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 2, p. 121, e o de Carlos Studart Filho sobre "As fortificações do Ceará", na **Revista do Instituto do Ceará** vs. 43-44, pg. 48, reproduzido em **Páginas de História e Pré-História**, Editora Instituto do Ceará, 1966 ps. 168--230, bem como o de Antônio Bezerra, citada **Revista**, v. 9, p. 167, e o de Eduardo M. Peixoto, cit. **Revista**, ps. 297-362).

O nome da cidade vem, portanto, da antiga fortaleza ou fortim. Elevada a Vila, com o nome de Vila de Fortaleza de N. Senhora de Assunção, em 13 de abril de 1726 e, depois, elevada à categoria de Cidade com o nome de Cidade de Fortaleza de Nova Bragança, em 18 de março de 1823, pela lei do menor esforço foi sendo chamada Cidade de Fortaleza do Ceará, Cidade da Fortaleza e afinal, Fortaleza, denominação que se oficializou.

Situada à beira mar, a maior parte dentro da anseada do Mucuripe, a Capital cearense apresenta feição urbanística muito regular, o que, notadamente na sua área central, se deveu à rigorosa observância daquele plano de expansão, traçado por Silva Paulet, pelo chamado Boticário Ferreira (Antônio Rodrigues Ferreira), que durante dezoito anos não transigiu um ceitil apenas no respeito às linhas e orientação do citado plano.

O seu progresso é manifesto e, em população, é a quinta capital brasileira, habitada por gente alegre, cordial, hospitaleira, e hoje muito preferida pelos turistas, desejosos de sentir o seu sol e as suas praias e admirar a riqueza do seu artesanato, variado e colorido, saído das mãos, na maioria humildes, mas dotadas de natural pendor para os trabalhos delicados e sugestivos de transformar a matéria bruta em objetos de fina arte.

No que tange à cultura mental a **Cidade do Pajeú** não teme se lhe negue o valor dos seus intelectuais, artistas, técnicos e cientistas, tal o viço da inteligência dos seus filhos, ou dos que, a ela se integrando, fizeram-se seus filhos diletos.

Aqui — só para exemplo — nasceu o Presidente da República, notável estadista Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, nasceram Tristão de Alencar Araripe Júnior, Gustavo Barroso e Rachel de Queiroz, membros da Academia Brasileira de Letras, José de Alencar (em Messejana, hoje bairro de Fortaleza), o verdadeiro fundador da Literatura realmente **brasileira**, Oto Alencar, um dos maiores matemáticos do nosso País, Alberto Nepomuceno e Eliazar de Carvalho, glórias de nossa Música edudita, José Albano, sumidade poética a não temer rival, Juvenal Galeno, considerado o Beranger brasileiro, Raimundo Antônio da Rocha Lima, o antecipado e fulgurante talento da Crítica Literária, o Bispo Hélder Câmara, de projeção internacional, Clóvis Monteiro e Almir de Matos Peixoto, filólogos consagrados, o Barão de Studart (Guilherme Studart), o insuperável historiógrafo cearense, Tomás Pompeu Sobrinho, o doutor maior dos problemas e assuntos do Nordeste, Fernando Gentil, grande autoridade nacional da cancerologia. Oito dos que aqui vieram à vida presidiram ao Ceará: José Clarindo de Queirós, Pedro Augusto Borges, Marcos Franco Rabelo, Raul Barbosa, Paulo Sarasate Ferreira Lopes, José Parsifal Barroso, César Cals de Oliveira Filho, Virgílio de Morais Fernandes Távora (dois quadriênios).

Muito se há escrito sobre a evolução de Fortaleza, divulgando as suas origens, o seu desenvolvimento, as suas tradições, os seus triunfos. Enfadônha a enumeração, porém mais sob o aspecto propriamente histórico, e não simplesmente crônica ou louvação poética, merecem lembrados: **Descrição da Cidade de Fortaleza**, cit. de Antônio Bezerra, na **Revista do Instituto do Ceará**, v .9, ps. 147--290; **História Abreviada de Fortaleza**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1974, de Mozart Soriano Aderaldo; **A Capital do Ceará**, (Evolução Política e Administrativa), Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense Ltda., 2a. ed., 1979, de Geraldo Silva Nobre: **Geografia Estética de Fortaleza**, 2a. ed., publicação do Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1979, **Matias Beck — Fundador de Fortaleza**, Fortaleza, 1961, Imprensa Oficial do Estado, e **A Cidade do Pajeú**, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1982, estas três últimas da autoria de Raimundo Girão.

FRECHEIRINHA. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 202km². Altitude da cidade — 121,05m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°45'36" S; Longitude — 40°49'2"W.

Em 1903, em lugar pertencente ao Município de Palma, hoje Coreaú, Joaquim Francisco de Sousa iniciou em 1903 a construção de uma capela, que teria a égide de Nossa Senhora da Saúde, e em torno dela formou-se o arraial. Segundo a tradição, os primeiros moradores foram Tomás Veras, Vicente Tomás de Aguiar, José Borges, Pacífico Carneiro e Alexandre Silvério. Esse arraial, depois, integrou o Município de Tianguá, conforme se vê no Dec. n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933; e em 1938, por via do Dec.-Lei n.° 169, de 31 de março, recebeu a categoria de vila, tendo sido esta elevada a de cidade pela Lei n.° 1153, de 22 de novembro de 1951, criando-se o Município, que se instalou em 25 de março de 1955, com o seu primeiro prefeito Abdias Pontes de Aguiar, o qual muito trabalhou pela conquista da autonomia municipal.

Por que Frecheirinhas? A cidade é servida pela BR-222.

GENERAL SAMPAIO. — Distrito único — o da seda. Área do Município 128km². Altiude da cidade 155m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4.° 3'10" S; Longitude — 39°27'16" W.

O sítio Bom Jesus, que como pequeno arraial começou a adensar-se desde 1890, cresceu mais tarde, rapidamente. Nas proximidades, localizava-se o boqueirão chamado de Mãe Teresa, porque aí morava a preta desse nome, parteira popular, muito solicitada. Em 1932 entrou a aumentar o arraial por efeito das obras do açude que deveria ser construído alí, barrando o rio Curu. Rápido o crescimento. Milhares de pessoas, vítimas da seca daquele ano, convergiram para o local, e tantas, que se calcula ter o seu número atingido a cifra de 15.000. Concluído o açude, de cuja construção foi elemento de direção excelente o Sr. Sebastião de Abreu, engenheiro prático reputado e irmão do notável historiador Capistrano de Abreu, a maioria daquela gente voltou aos seus lares, mas ficara o povoado, com as suas típicas características urbanas e de logo elevado à categoria de Distrito, pertencente ao Município de Canindé (Dec. n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933). Posteriormente, passou a pertencer ao de Pentecoste, e em 1938, com o Decreto-Lei n° 169, de 31 de março, a povoação recebia a categoria de vila. Em 1956, em virtude da Lei n.° 3338, de 15 de setembro, criou-se o Município, solenemente instalado em 1.° de março de 1957, sendo primeiro prefeito José Feliciano de Carvalho.

Em 1934 foi construída a capela de Nossa Senhora do Rosário, com o fim de servir de centro religioso ao pessoal do Acampamento. Pertence à Paróquia de Apuiarés, cujo padroeiro é São Sebastião, da Diocese de Itapipoca.

O nome do Município e da cidade sede é conseqüência do da grande barragem construída pelo DNOCS, então Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas. Homenagem ao herói na guerra contra o Paraguai e Patrono da Infantaria do Exército Nacional, Antônio de Sampaio, nascido em Tamboril no dia 24 de maio de 1810 e falecido, em conseqüência de ferimentos recebidos na batalha de Tuiuti, no dia 6 de julho de 1866, quando era transportado para Buenos Aires. Numa das avenidas de Fortaleza, levanta-se em sua homenagem a sua estátua, e outra na sua cidade natal. O açude General Sampaio tem a capacidade de 322.200.000km², medindo a sua barragem o desenvolvimento de 222m com a altura de 37,60m. A bacia hidráulica é de 33.000 km². Concluído em 1935. Barra o rio Curu.

GRANJA. — Distritos: o da sede e os de Adrianópolis, Ibuguaçu, Parazinho, Pessoa Anta, Sambaíba e Timonha. Área do Município 2.797km². Altitude da cidade 10,55m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°7'13" S; Longitude 40°99'34"W.

Não há certeza quanto à data da criação deste Município que, desde o começo, teve a sua sede na povoação de Santa Cruz do Coreaú, antiga Macavoqueira, elevada a vila com o nome de Granja. O Barão de Studart (**Datas e Fatos**, v. 1.°, p. 342; **Notas para a História do Ceará**, p. 255; e **Geografia do Ceará**, p. 40) refere-se somente ao ano de 1776, mas na mesma **Geografia**, ps. 143 e 274, alude à data de 29 de junho desse ano, e à p. 323 menciona um Alvará de 27 de junho, ainda do mesmo ano. Também se referem a esse Alvará de 27 de junho de 1776, Edgar Alencar (**Consultor das Leis do Ceará**, 2a. ed. p. 220), Senador Pompeu (**Ensaio Estatístico**, v. 2.° ps. 230 e 276), José Pompeu de Albuquerque Cavalcante (**Corografia do Ceará**, p. 188), Antônio Bezerra (**Notas de Viagem**, 2a. ed. p. 51) e o Padre Vicente Martins (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 26, ps. 322 e 339). Teixeira de Melo, **Efemérides**, p. 423, diz que o Alvará é de 26 de junho de 1776, e João Brígido fixa a criação da vila a 27 de junho desse ano (**Resumo Cronológico**, p. 112; **Efemérides**, p. 71 e **Ceará — Homens e Fatos**, p. 420). No seu **Esboço Histórico**, v. 1, p. 195, Théberge indica o Alvará com a data de 20 de julho do ano já citado. Estão, pois, em disputa cinco datas —

26, 27 e 29 de junho e 27 e 29 de julho de 1776. A vila elevou-se a cidade com a Lei n.º 692, de 3 de novembro de 1854.

A Provisão do Bispo de Olinda, D. Francisco de Xavier Aranha, de 30 de agosto de 1757, dividiu o antigo Curato do Acaracu em quatro freguesias, sendo uma delas a de Ribeira do Coreaú, cuja sede ficou sendo a vila de Macavoqueira, mas cuja matriz seria interinamente a capela de Santo Antônio de Pádua do Ôlho d'Água, hoje Freguesia da Palma (Coreaú), até que se edificasse a matriz definitiva, naquela vila (Barão de Studart, **Notas**, cit. p. 95, e **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**, v. 3.º p. 207; Pe. Vicente Martins, **Notícia Histórico-corográfica da Comarca de Granja**, na Revista do **Instituto do Ceará**, v. 29 p. 5). Antônio Bezerra colheu a informação de que a edificação teve início a 8 de setembro de 1759 (**Notas**, cit. p. 53), mas o Padre Vicente Martins esclareceu que nessa data "foi inaugurada a pequena matriz e no dia seguinte criada e instalada a Confraria ou Irmandade do Santíssimo Sacramento" (**idem**). "O patrimônio da Freguesia, cujo orago é S. José, consta de meio quarta de légua de terra, doada pelo Tenente Francisco Ribeiro de Sousa e sua mulher, Luísa da Mota Pereira, 1759, no local da cidade, com légua de fundo, servindo de ponto de partida a rocha granítica denominada Pedra Grande, que fica à margem do rio, quase ao sudoeste da cidada" (Padre Vicente Martins, **obr. cit.** p. 12). O Cônego Henrique Mourão, **Correio Eclesiástico** n.º 22, de 1915, p. 54, de acordo aliás com o registro constante do Livro competente do arquivo da Arquidiocese, diz que a Provisão que instituiu a Freguesia tem a data de 5 de dezembro de 1757. O orago é S. José, como já se afirmou.

Até 1776, quando, sendo elevado a vila, recebeu o nome de Granja, o povoado teve a denominação de Macavoqueira ou Macaboqueira. Isto, a partir de 1706, porque antes dessa época tinha o nome de Santa Cruz de Coreaú, rio que desagua no oceano, ao norte da costa do Ceará. Primitivamente, o território era habitado pelos índios Tremembés, Tabajaras e Coanças, que viviam na serra da Tabaínha, no Chaval e adjacências. De envolta com os indígenas, andavam colonizadores bahianos e portugueses, que se foram localizando à margem do rio, perto do porto, e outros na Iapara, próximo a Tabaínha, onde existia a Missão dos Jesuítas. Com a expulsão destes, os índios a pouco e pouco deixaram a aldeia, onde já havia um nicho de oração, e passaram-se para o povoado à margem do rio, no qual se notava mais comércio e movimento, e que já era conhecida por Santa Cruz. Daí por diante chamou-se Macavoqueira, alcunha que os portugueses emprestavam aos aldeados da Missão.

O nome Granja, conforme Eusébio de Sousa, em artigo publicado na **Gazeta de Notícias**, de Fortaleza, edição de 13 de agosto de 1939, é genuinamente português: "o de uma antiga povoação do Concelho de Mourão (Évora), perto da margem esquerda da ribeira do Guadelim" e "também abrange outro povoado do Concelho de Espinho (Porto), ao norte do mesmo". Foi dado à povoação cearense em obediência ao critério adotado para a nominação doutras localidades, como Viçosa, Soure, Messejana, Arronches, etc., ao tempo da extinção, no Brasil, da Companhia de Jesus, pelo Marquês de Pompal.

A cidade de Granja, de aspecto vetusto, mas atraente, foi sempre considerada forte centro de vida cultural, tendo produzido homens notáveis nas letras, nas armas, nas artes e nas profissões liberais. Está à margem esquerda do rio Coreaú e era servida por uma das estações da Estrada de Ferro (inaugurada a 15 de janeiro de 1881), hoje desativada no trecho Camucim-Sobral.

GRANJEIRO. — Distrito único: o da sede. Área do Município 158km². Altitude da cidade 350m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 6°53'18"; Longitude 39°13'04" W.

Era Distrito do Município de Caririaçu, com o nome de Junco, criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, quando pela Lei n.º 3963, de 10 de dezembro de 1957 foi transformado em Município, com um único Distrito, o da sede. A denominação atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1933, pretendendo-se com essa denominação homenagear a família Granjeiro, que tem aí seu maior núcleo genealógico. Está, em área, entre os menores municípios do Estado. A cidade é banhada pelo Riacho do Meio, afluente da margem esquerda do rio Salgado. A igreja local tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição e pertence à Paróquia de Caririaçu, do Bispado do Crato.

GROAÍRAS. — Distrito único: o da sede. Área do Município 192km². Altitude da cidade 110m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°54'48" S; Longitude — 40°23'0" W.

Tem-se como fundador do núcleo populacional Lourenço Guimarães Azevedo, no começo do século XVIII. O local estava à margem do rio Groaíras, afluente, lado direito, do Acaraú, na confluência de ambos. A povoação tomou a categoria de sede de Distrito,

com o nome Riacho Guimarães, pertencente ao Município de Cariré, por força da Lei n.º 2704, de 16 de setembro de 1929, que instituiu esta Comuna. Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, o Município de Cariré passou o seu território com o Distrito de Guimarães, a pertencer ao Município de Sobral.

Restaurado com a vigência de Dec. n.º 169, de 31 de março de 1938, foi atribuído ao Município de Cariré o Distrito de Guimarães (anexo Coluna C, n.º 75). O Dec. n.º 116, de 17 de novembro de 1935, instituiu Distritos Especiais, de categoria superior aos comuns e entre aqueles se inclui o Sub-Distrito de Riacho Guimarães. O Dec. n.º 157, de 23 de setembro de 1955, restaurou Cariré, mas Riacho Guimarães continuou a pertencer ao Município de Sobral. A Lei n.º 3603, de 23 de maio de 1957, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado, edição do dia 27 seguinte, criou o Município de Groaíras (Guimarães ou riacho dos Guimarães), o qual foi instalado somente em 6 de outubro, com o seu primeiro Prefeito Elói José Vasconcelos, tomando assim a vila a categoria de cidade. Em 13 de dezembro de 1943, foi instituída canonicamente a Paróquia de Guimarães, forânea ao Bispado de Sobral. O orago é Nossa Senhora do Rosário, sendo a igreja matriz a que, com o tempo, resultou da capelinha aí levantada em 1712, graças à iniciativa e trabalho do referido Lourenço Guimarães que doou, ainda, 100 braças de boas terras para o seu patrimônio. O Pe. Francisco Sadoc de Araújo, em **Cronologia Sobralense**, v. 1, Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, p. 171, registra, referindo-se a data de 16 de setembro de 1751, que "é feita a escritura pública de doação de terras para a constituição do patrimônio da Capela de N. S. do Rosário do Riacho dos Guimarães, substituindo a que foi anulada em 1735, quando da doação de Lourenço Guimarães. Manuel Madeira de Matos aumentou o patrimônio com uma légua de terra em fundos, 60 vacas e 7 bestas. A doação foi possível graças ao consentimento de Joaquim Tôrres de Araújo, morador na Fazenda das Almas, que mantinha litígio quanto à posse da terra". Ler **História de Sobral**. 2a. ed., Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1974, pg. 69 e seguintes, de D. José Tupinambá da Frota. Etmologicamente, o topônimo Groaíras, da língua tupi, significa mel de que os pássaros gostam. De **guira** pássaro e **yra** mel (Ver Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, pg. 239). A denominação Groaíras data do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. O Dec. Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 havia reduzido o nome Riacho Guimarães para Guimarães.

GUARACIABA DO NORTE. — Distritos: o da sede e os de Barra do Sotero, Gravatá, Espinho, Morrinhos Novos e Sussuanha. Área do Município 986m². Altitude da cidade 902,40m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°9'44" S; Longitude 40°44'56" W.

Em 1791, pelo Alvará de 12 de maio foi o povoado de Rua Nova elevado a vila com a denominação de Vila Nova d'El-Rei e instalada pelo ouvidor Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo. O Senador Pompeu diz que a vila fora criada em Campo Grande a 12 de maio do referido ano de 1791. O Dr. Pedro Théberge também alude a essa data (**Esboço Histórico**, v. 1.º, p. 195), sem esclarecer, todavia, se este se relaciona com a criação ou com a instalação. Antônio Bezerra (**Notas e Viagem**. 2a. ed., p. 165), menciona essa data como sendo a do Alvará que criou a vila; o Barão de Studart, porém, dá notícia de uma Carta Régia dessa mesma data, criando a Vila Nova d'El-Rei (**Notas para a História do Ceará**, p. 474, e **Revista do Instituto do Ceará**. v. 4, p. 33).

A Lei n.º 200, de 26 de agosto de 1840, transferiu a sede do Município para Ipu. Revogada esta Lei, foi restaurada a Vila Nova do Ipu Grande, ficando Campo Grande reduzido a simples povoado até a vigência da Lei n.º 1.798, de 1879. A inauguração da vila se deu a 9 de janeiro de 1883. Elevada à categoria de cidade pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 2.125, de 25 de outubro de 1886, desmembrada da do Ipu, e canonicamente instituída pela Provisão de 19 de junho de 1888, firmada por D. Joaquim José Vieira. Foi seu primeiro vigário o Padre Bernardino de Oliveira Memória, que tomou posse a 15 de julho. O orago é N. Senhora dos Prazeres. Em princípio, fazia parte da Freguesia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos e por ser este o ponto mais importante do Município, era geralmente preferido pelos respectivos párocos que vinham aí estabelecer residencia. Há um templo protestante — Igreja Cristã Evangélica, fundado por James Filis, de Alabama, em 1964.

O nome primitivo da localidade foi Rua Nova, e, segundo Antônio Bezerra, a sua fundação "data mais ou menos do tempo em que, na Serra de Ibiapaba, se começaram a formar os primeiros povoados" (**Notas de Viagem**, p. 165). A denominação de Campo Grande provém da bela planície em que se encontra. Guaraciaba é denominação despida de qualquer expressão atinente ao lugar. Significa, segundo Teodoro Sampaio, "os cabelos da cor da luz, ruivos, louros". Equivale, diz o mesmo tupinólogo, ao nome de mulher Flávia, Laura. É alteração de **coaracy** o sol e **aba** cabelo, pelo,

lã, penugem (**O Tupi na Geografia Nacional**, São Paulo, 1901, p. 127). O nome mais apropriado para substituir Campo Grande teria sido Inhuçu, que tem essa própria significação, e é aplicado ao rio local, e que chegou a ser adotado, mas sem o apoio da população local, razão por que voltou à denominação de Guaraciaba, dado pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, com o acréscimo "do Norte". Nasceram neste município: Francisco de Assis Memória (Padre Assis Memória), em 7 de julho de 1883. Sacerdote ordenado em 18 de janeiro de 1908. Desenvolveu no Rio de Janeiro, do modo mais brilhante as suas atividades de jornalista e escritor. Reputado orador sacro; João Alfredo Furtado (Padre Furtado), em 15 de setembro de 1868. Monsenhor, Vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza, funções em que faleceu em 29 de julho de 1937. Professor do Colégio Militar do Ceará. Era um dos queridos da cidade, pela sua espotaneidade e sua fina verve; João Manuel da Fonseca Lobo, em 29 de setembro de 1849, tendo falecido em 10 de janeiro de 1938. Dedicado aos estudos filosóficos e científicos, publicou vários trabalhos, entre outros um sobre a lei da relatividade, muito antes das divulgações de Einstein.

GUARAMIRANGA. — Distritos: o da sede e o de Pernambuquinho. Área do Município 95km². Altitude da cidade 865,24m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°15'47" S; Longitude 38°55'58" W.

Situado no alto da Serra de Baturité ou Guaramiranga, a gozar de clima excelente e, por isso, muito procurado até por pessoas vindas doutros pontos do País. Teve o seu fausto na época da valorização do café, de que era grande produtor. Café afamado. Sítios aprazíveis. O povoado chamou-se Conceição, e aí manteve Ana Bilhar bem instalado colégio para educação de moças. Aí os Padres Capuchinhos mantêm um de seus conventos. Por força do Dec. n.º 55, de 1.º de setembro de 1890, o povoado foi elevado à categoria de vila, criando o Município o Dec. n.º 59, de 4 do mesmo mês. Este tomou o nome de Guaramiranga, sendo inaugurado a 17 de outubro seguinte. Lei de 25 de agosto de 1899, n.º 550, o extinguiu, sendo o seu território anexado ao de Baturité. Mas foi restaurado pela Lei n.º 1887, de 15 de outubro de 1921, para, novamente, ser extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, sendo o seu território anexado ao de Baturité. De novo restaurado, agora definitivamente, pela Lei n.º 3.679, de 11 de julho de 1957, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado, edição de 15 do mesmo mês. A cidade não apresenta grande progresso, mas sua ligação a Baturité e

conseqüentemente a Fortaleza por estrada moderna e asfaltada muito está concorrendo para o seu desenvolvimento econômico e urbano. Aí o Governo do Estado montou uma de suas residências de verão. Sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e pela Lei n.º 1580, de 18 de setembro de 1873, foi criada a Freguesia, instituída canonicamente por Provisão de 21 de novembro do mesmo ano, sendo seu primeiro vigário o Pe. Joaquim Ramalho de Holanda. Além da igreja matriz, há a mimosa capela de Nossa Senhora de Lourdes. Nasceu em Guaramiranga, no sítio Sinimbu, a 28 de janeiro de 1886, o Dr. José Linhares, Ministro do Supremo Tribunal Federal e que na qualidade de seu presidente ocupou a Presidência da República, em 1945, em face da renúncia do Presidente efetivo, Dr. Getúlio Vargas. O topônimo, de origem tupi, vem de **guará** o indivíduo, a pessoa, o ente, o objeto, e **piranga** vermelho, ou seja: o indivíduo ou objeto vermelho; ou de **guará** corrutela de **ybirá** pau, e **piranga** vermelha; ou, ainda, de **guira** pássaro e **piranga** vermelho, isto é, pássaro vermelho. Pompeu Sobrinho, que aponta estas interpretações, prefere a última (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 220). Para o Barão de Studart, a segunda versão é a melhor (**Geografia do Ceará**, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1924, p. 346).

Leia-se "Guaramiranga", de Antônio Patrício Ribeiro, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 86, ps. 277-280; e Conquista e Povoamento do Maciço de Baturité na **Revista do Instituto do Ceará**, cit. v. cit. p. 194.

HIDROLÂNDIA. — Distritos: o da sede e os de Betânia, Conceição e Irajá. Área do Município 764km². Altitude da cidade 195m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°24'29" S; Longitude 40°24'8" W.

Era povoado do Município de Santa Quitéria com a denominação de Cajazeiras e mais tarde Cajazeiras dos Timbós, criado pela Lei n.º 2005, de 6 de outubro de 1882. É elevado à categoria de Município pelo Dec.-Lei n.º 3995, de 27 de dezembro de 1957, sendo instalado no dia 7 de junho de 1958 e tomando a designação do rio que o corta, o Batoque, afluente do Macacos, este tributário do Acaraú. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, deu-lhe esse nome, mudado para o atual pela Lei n.º 8299, de 5 de novembro de 1965, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado, edição do dia 29 do mesmo mês. Lexicamente, Batoque é rolha grossa com que se tapa o orifício da parte superior da pipa ou tonel; ou, ainda, pequena peça de madeira roliça, usada pelos índios, como adorno,

no lábio inferior. O topônimo atual, de formação erudita, foi adotado pela Lei n.º 8296, de 25 de novembro de 1965, tendo como objetivo lembrar a presença na região de águas medicinais magnesianas e sulfurosas e objeto de grande afluência de pessoas interessadas na cura, por meio delas, de doenças sérias. A mudança do topônimo fez-se com movimentada solenidade na sede do Município, no dia 5 de dezembro do referido ano de 1965. Credita-se a autonomia do Município aos esforços de Abdoral Timbó e do deputado estadual José Haroldo Magalhães Martins. O seu primeiro Prefeito foi Pedro Correia Filho. A igreja local foi construída por João Antônio de Paiva e tem como orago Nossa Senhora da Conceição e está localizada em terreno de 300 braças doado pelos irmãos Luís, João e Antônio Ferreira de Sousa. Grande parte do Município, notadamente nos seus limites norte, é favorecida pelo grande açude público Araras, construído em 1958, com a capacidade de 1.000.000m³ e cuja barragem com a extensão de 250m está localizada no vizinho Município de Reriutaba. Quando ainda com o nome de Cajazeiras, passou, em virtude do Ato de 23 de setembro de 1903, a integrar o novo Município de Entre-Rios, criado pelo Dec. n.º 52, de 29 de agosto de 1890, o qual foi extinto pela Lei n.º 1794, de 9 de outubro de 1920, voltando o distrito ao seu estado primitivo, isto é, passando a pertencer novamente ao Município de Santa Quitéria.

IBIAPINA — Distritos: o da sede e o de Santo Antônio da Pindoba. Área do Município — 333km². Altitude da cidade — 878,42m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°55'24" S; Longitude — 40°53'22" W.

Ibiapina, em 1820, "era um povoado composto de uma simples capelinha construída de taipa, sob a invocação de São Pedro, e de dezesseis casebres dispersos e sem aspecto, mas sito num terreno fértil, circundado de vastas florestas, invadidas por centenas de cabanas indígenas. Os seus incolas eram aproximadamente uns 60, quase todos naturais da então vila de Sobral e do seu Termo, os quais se julgavam senhores deste taco de solo feraz que, por se prestar à agricultura, muito bem poderia chamar-se "Terra da Promissão". A simples capelinha servia apenas de uma casa de oração e, segundo a tradição local, foi feita ainda pelos padres jesuítas auxiliados pelos indígenas. O seu sino era pequeno e foi o seu fundador um estrangeiro de nome Manuel da Costa Resplande, que residia no sertão do Coreaú. A imagem de S. Pedro era de barro e de pequeno formato" (Pedro Ferreira, **Dicionário da Ibiapaba**, 1935, p. 64). A primeira casa coberta de telha foi edificada na

praça da atual matriz, lado sul, e pertencia ao Diretor de Índios, João da Silva Sampaio. O Município foi criado pela Lei n. 1773, de 23 de novembro de 1878, com sede no núcleo São Pedro de Ibiapina, então elevado a vila, com o nome de Ibiapina, sendo instalado a 1.º de julho seguinte. A Lei n. 1814, de 22 de janeiro de 1879, chamou-lhe, todavia, São Pedro (art. 1.º § 8.º); e na Tabela anexa ao Dec. 206, de 6 de junho de 1931 o seu Termo judiciário vem com o nome de São Pedro da Ibiapaba. Extinto pelo Dec. n. 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território passou para o Município de São Benedito, restaurou-o o de n. 1156, de 4 de dezembro de 1933, sendo instalado a 4 de janeiro de 1934. O Dec.-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, elevou a vila à categoria de cidade e fixou em Ibiapina o nome do Município.

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 1979, de 9 de agosto de 1882, com a denominação de Freguesia de São Pedro de Ibiapina, e canonicamente instituída pela Provisão de 20 de janeiro de 1883, firmada pelo Mons. Hipólito Gomes Brasil, então no exercício do Bispado do Ceará. Foi seu primeiro vigário o Padre Pedro Cavalcante Rocha, que tomou posse a 24 de maio de 1883. A igreja matriz foi edificada em 1878, com o auxílio das verbas dos socorros públicos. O patrimônio da Freguesia foi doado pelo Capitão Pedro Francisco de Paula, em 1848. Além da matriz existe na sede a igreja de São Francisco, que é um elegante templo, e a capelinha de Santo Antônio, situada no cemitério novo. Este foi construído e bento no ano de 1907. Antônio Bezerra escreve que nada se sabe ao certo a respeito da fundação da Ibiapina, senão que foi povoada pelos indígenas no tempo da catequese, pelos jesuítas dos camocis, anacés e arariús, da nação tabajara, graças a "Luís José Miranda, chefe dos índios e Capitão auxiliar da polícia, título que lhe foi conferido pelo governo e que honrou sempre, até 1875, quando faleceu em idade bastante avançada. Nos domingos, passava o Capitão Miranda revista aos da sua tribo, fazendo-os reunir ao som do tambor, e o que não comparecia em forma era punido com severidade. Este homem muito auxiliou com sua gente as diligências da polícia e pode-se dizer que, enquanto viveu, foi uma garantia de ordem entre os seus" (**Notas de Viagem**, ps. 138 e 155). Ser **História Religiosa da Ibiapina**, 1983, do Pe. F. Sadoc de Araújo.

O nome Ibiapina, segundo José de Alencar (**Iracema**, nota 2 ou cap. XIX) é oriundo de **iby**, terra, e **apino**, tosquear: — "terra tosquiada"; Para outros, compõe-se de **ibi**, terra e **apina**, limpa, despida de vegetação (Ver Barão de Studart, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 38, p. 122). Chamavam também Baiapina, corrutela, porventura. Aqui nasceu em 4 de outubro de 1881, Pedro Ferreira de

Assis, assíduo estudioso dos problemas da região ibiapabana, sobre a qual publicou diversos trabalhos de indiscutível merecimento. Respeitado e considerado como intimorato defensor do povo e das coisas da história da montanha. Envelheceu assim, e por ocasião das comemorações de seu 1.º Centenário de nascimento, numa justa homenagem, a cidade de Ibiapina, em meio a calorosas manifestações à sua insigna personalidade, ergueu na praça principal o seu busto de bronze.

Ibiapina é também o berço do Desembargador José Ferreira de Assis, atual presidente do Tribunal de Justiça e do Prof. Antônio Renato Lima Aragão, diretor do Departamento de Recursos Naturais da SUDEC.

ICÓ. — Distritos: o da sede e os de Cruzeirinho, Icozinho, Lima Campos, Pedrinhas e São Vicente. Área do Município 1.967km². Altitude da cidade 153,40m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 6°24'25"S; Longitude 38°51'22" W.

Icó é o nome de uma árvore — **Capparis Yco** Eichl (**Colicoderdron Icó** Mart., **Capparis speciosa** Moric.), da família das caparidáceas. Arbusto, cresce nas chamadas caatingas e apresenta-se sempre verde, com flores alvas e aromáticas, porém tóxicas. E assim, com esta denominação, existiu uma tribo de índios da nação Cariri, que, nômades e salteadores, habitavam as margens do rio Salgado, afluente do rio Jaguaribe à direita, estendendo-se os seus domínios até as ribeiras do rio do Peixe, na Paraíba. Nas proximidades da confluência do Salgado e do Jaguaribe, passaram-se muitos fatos, nos fins do século 17 e começos do século 18, nos quais esses indígenas tomaram parte muito ativa, em relação às primeiras penetrações, ali, dos colonizadores brancos. O vocábulo Icó, segundo Paulino Nogueira, vem de **yg**, água e **có** roça — água ou rio de roça; ou de **i** sua e **có** roça — sua roça (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. I, p. 296). Para Pompeu Sobrinho, é nome duma tribo tapuia que habitava o território compreendido entre os rios Jaguaribe e do Peixe. A palavra parece tapuia e neste caso é susceptível da seguinte interpretação: **yacó** (enfeitar-se) ou **eicó** (descansar). Entretanto, podemos fazer uma hipótese tupi: **y** ou **ig** + **co** (espessa), ou, ainda, segundo outros: **y** (água) + **có** roça, ou **i** (sua) + **có** (roça).

Entre esses colonizadores destacaram-se, de início, elementos da família de João Fonseca Ferreira e seu cunhado Domingos Paes Botão, além de Gregório de Figueiredo Barbalho e Cristóvão Soares de Carvalho, os quais se localizaram, obtendo datas de sesmarias, no lugar Bom Sucesso, cerca de uma légua abaixo da atual cidade do Icó.

Tal localização, porém, não medrou por muito tempo, e, ao mesmo passo, outros colonizadores, vindos do rio São Francisco, por ali chegaram e fixaram-se em situação mais acima, daí nascendo um adensado de moradores que passou a chamar-se Arraial Novo, em contraposição ao anterior dos Fonseca Ferreira.

O Arraial Novo, com o tempo, cresceu e é, hoje, a cidade de Icó, graças à atuação valente e esclarecida do seu fundador — Francisco de Montes e Silva. Teve o nome inicial de Arraial de Nossa Senhora do Ó dos Icós. Os Montes e Silva constituiram numerosa família e eram quatro os principais chefes: Antônio de Montes Pereira, João de Montes, Antônio de Montes e Paulo de Montes, e, entre outros, compunham a expedição do Capitão Bartolomeu Nabo Correia, em 1682. Esses Montes, confrontando-se em lutas ferozes com os Feitosas, senhores dos sertões do alto-Jaguaribe, durante quase meio século, encheram os fastos da história do povoamento do Ceará, e deles resultaram outras progênies numerosas, tais como os Correia Vieira, os Machados, os Girões, etc.

O Padre Francisco de Assis Couto, saudoso vigário de Iguatu e historiador sério e penetrante, dá-nos bem a idéia de como tudo se deu em atinência à formação da cidade do Icó (**A História do Icó sua genuina crônica, Parte primeira — 1682-1726**, Crato. Tipografia de Ação, 1961), e Raimundo Girão muitos elementos informativos coligiu sobre a família Montes e os publicou em **Montes, Machados e Girões**. (Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1967). São trabalhos que, para o caso, não dispensam consulta, bem como: O Padre Domingos da Costa Teixeira e a Vigaria do Icó, de Júlio Abreu, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 67, p. 143. Icó dos Velhos Tempos, de Zuleika Pequeno de Figueredo, na revista **Itaytera**, Crato, n.º 16, p. 95; Joana Isabel Dias (D. Jonoca), de Gomes de Matos, na revista **Valor**, de Fortaleza, n.º 29, p. 85.

Cronologicamente, Icó é a terceira Vila criada no Ceará, depois da de Aquirás (1713) e de Fortaleza (1726). A sua criação resultou da Ordem Régia de 17 de outubro de 1735, tendo sido instalada, em 4 de maio de 1738, pelo 4.º Ouvidor do Ceará, Vitorino Pinto da Costa Mendonça. A Lei n.º 244, de 25 de outubro de 1842, elevou-a à categoria de Cidade.

"O Município compreende-se quase todo nas afamadas várzeas do Icó, de natureza idêntica e aspecto semelhante às do baixo-Ja-

guaribe e que são formadas de largos depósitos aluvionais, com a área aproximada de 10 mil hectares e se estendem dum e outro lado do rio Salgado, o maior afluente jaguaribano da margem direita. Esta enorme planície presta-se admiravelmente a todas as culturas intertropicais". O Projeto de Irrigação Lima Campos — Icó, do D.N.O.C.S., é a melhor demonstração disso.

O Município do Icó já foi um grande, senão o maior centro de comércio e vida social do Ceará na última metade do século 18 e até o penúltimo quartel do século passado. Por seu intermédio é que se faziam os negócios e relações entre as províncias de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte e as zonas do sul, centro do Ceará e do Piauí.

"São gloriosas as suas tradições, vindas dos tempos em que aí morava uma população aristocrática e ativa, síntese apurada da civilização da época. Chamaram-lhe, por isso, e com toda a justiça, **Princesa do Sertão**. Era, na verdade, laborioso centro comercial entreposto de quantas permutas se faziam em toda a região do Cariri e dos Inhamuns. À semelhança do Aracati, ainda conserva o aspecto arquitetônico das velhas urbes do passado, razão por que merece ser olhada pelos governos com especiais cuidados, a fim de que, conciliando-se com as necessidades de progresso, possa garantir-se contra a investida das idéias novas. O seu teatro, agora recuperado pela Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, a sua antiga Casa da Câmara, as suas igrejas, em número de cinco, devem ser resguardadas, o mesmo acontecendo com muitas residências particulares, nas quais predomina o estilo antigo, digno de ser contemplado como testemunho de uma época de alta dignidade, que passou. De qualquer modo destaquem-se elogiosamente, que as administrações atuais o tem levado em conta, no trabalho, digno dos melhores louvores, de transformar a velha cidade numa urbe moderna. Muito há concorrido para tanto a maior movimentação de pessoas e interesses trazidos pela BR-116, que a serve vantajosamente.

Os icoenses sempre demonstraram grande fervor religioso, e são inúmeras as famílias que encarreiravam filhos para o sacerdócio católico, não raro através de sucessivas gerações. É exemplo o caso de D. Joana Joaquina do Amor Divino, em cuja descendência se contam vários padres: 2 filhos, 3 netos, 3 bisnetos, 5 tetranetos e um quintaneto.

Não está bem definido em que ano se criou a Paróquia de Icó, sabendo-se, porém, que foi a segunda do Ceará (depois da de São José de Aquirás) e a primeira do vale do Jaguaribe. Instalada em

julho de 1722, presidida a solenidade pelo Capitão-mor Governador do Ceará, Manuel Francês. Atribui-se ao Pe. Antônio Barbosa Gerez o ter sido o seu primeiro vigário, mas o Padre Francisco Couto, na obra acima citada, inclina-se por que o tenha sido o Pe. Domingos Dias da Silveira (Ver cap. 2.º). A matriz é a de Nossa Senhora da Expectação, ou Nossa Senhora do Ó, e teria sido levantada em conseqüência do fato de Francisco de Montes e Silva ter perdido uma filha, sendo esta sepultura no campo, o que o levou a doar meia légua de terra para patrimônio da igreja que se construisse com essa invocação. Outras igrejas se construíram na área da Vila: a do Senhor do Bonfim, a de N. Senhora do Rosário, a de Nossa Senhora da Conceição ou igreja do Monte, a do Coração de Jesus, a de São Vicente de Paulo e a de São Domingos. E isto não bastou para que um dos mais recentes vigários do Icó tentasse levantar outro templo, em grandes proporções, o que não teve final execução.

Em Icó nasceram, entre quanta gente ilustre: Tristão de Alencar Araripe, em 7 de outubro de 1821, filho do mal aventurado presidente da Confederação do Equador, no Ceará. Figura notável em vida política do Império e da República e na vida cultural do País, parlamentar, jurista de renome. Presidiu às províncias do Pará e do Rio Grande do Sul. Presidente do Tribunal da Relação de São Paulo e membro acatado do Supremo Tribunal Federal, Ministro da Fazenda e depois da Justiça no governo do Marechal Deodoro da Fonseca. Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de julho de 1906; Abel Graça, em 20 de janeiro de 1840, Bacharel em Direito (1862), deputado provincial no Ceará, Desembargador do Tribunal da Relação do Pará, província a que presidiu (1870-1871 e 1872). Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de setembro de 1897; Antônio Pinto Nogueira Acióli, em 11 de outubro de 1840. Deputado Geral e Senador da República. Governou em três quadriênios o Ceará e se fez o chefe político de maior prestígio em seu Estado, em todos os tempos. Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de abril de 1921; Heráclito Pereira da Graça, em 18 de outubro de 1837. Filólogo e homem de letras, membro da Academia Brasileira de Letras. Presidiu às províncias do Ceará e da Paraíba. Advogado e, por fim, Consultor Jurídico do Ministério do Exterior. Como filólogo, notabilizou-se por sua polêmica com o mestre português Cândido de Filgueiredo, vencendo-o vantajosamente na quase totalidade dos inúmeros pontos discutidos. Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1914; José Maria de Sá Leitão, em 16 de outubro de 1884, ordenando-se sacerdote em 1900. Pároco do Recife e professor do Seminário de Olinda. Alma de apóstolo, ingressou na Ordem dos Franciscanos,

para dedicar-se a obra de evangelização mais que dignificante. Faleceu em Tianguá (Ceará) em 14 de julho de 1940; Raimundo Ferreira de Oliveira Lima, em 23 de junho de 1818. Magistrado no Ceará, em Alagoas e no Paraná, Deputado Geral, Ministro da Guerra no Império. Faleceu em 21 de novembro de 1908; Marciel Dias Pequeno, em 17 de outubro de 1908, Jornalista, Técnico do Ministério do Trabalho e Ministro de Estado.

IGUATU — Distritos — o da sede e os de Barreiras, Baú, Cruz de Pedra, José de Alencar, Quixelô, Quixoá e Suassurana. Área do Município 1.503km². Altitude da cidade 217,20m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude 6°21'34" S; Longitude 39°17'55" W.

O território do Município está situado desde os primeiros tempos do povoamento do chamado Ribeira do Quixelô, que se estendia às margens do rio Jaguaribe, desde o seu encontro com o seu afluente Salgado, até os chamados sertões dos Inhamuns, compreendendo os atuais Municípios de Orós, Iguatu, Cariús, Jucás, Arneirós e Saboeiro. Essa região era habitada pelos tapuias, Quixelôs ou Quixelous, de índole inquieta e que formaram ao lado da família Montes e Silva na sua luta de extermínio com a família Feitosa, localizada nos Inhamuns. Foram pacificados religiosamente pelos frades carmelitas, que se seguiram neste mister à ação do Pe. João de Matos Serra, o qual em 1700 e, depois, em 1707, esteve entre eles procurando atraí-los à Fé Católica. O trabalho missionário localizou-os, aos Quixelôs, em duas aldeias: a do Bom Jesus do Quixelou, hoje Distrito deste nome, e a do que veio a chamar-se Sítio da Telha, banhado pelo Jaguaribe. Por parte do governo português veio dirigir-lhes o Tenente-coronel Gregório Martins Chaves, nomeado, em nome d'El-Rei, pelo Governador do Ceará, Salvador Alves da Silva, em 1719. O Sítio da Telha adensou-se, formando a Povoação da Telha, e pertencia ao Município do Icó, do qual se desmembraria por força da Lei n.º 553, de 27 de novembro de 1851, elevada à categoria de vila, com o nome de Telha, inaugurada somente em 25 de janeiro de 1853, data que é a exata e não a de 23 de janeiro como escreve João Brígido em **Resumo Cronológico**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 14, p. 205 e em **Ceará — Homens e Fatos**, p. 488, e como registra a **Sinopse Estatística Municipal**, Rio, 1948, p. 3. O Barão de Studart, em **Datas e Fatos para a História do Ceará**, 2.º v., p. 150, afirma o dia certo. A inauguração da vila deu-se em sessão solene, presidida pelo Tenente-coronel Manuel da Costa Braga, presidente da Câmara Municipal de Saboeiro. A categoria de cidade verificou-se com a vigência da Lei n.º 1612, de 21 de agosto

de 1874. A denominação de Iguatu resultou da Lei n.º 2.035, de 20 de outubro de 1883, sendo Presidente da Província o médico baiano Sátiro de Oliveira Dias.

A Freguesia foi desmembrada da de São Mateus (hoje Jucás) e criada pelo Decreto de 11 de outubro de 1831, sob a invocação de Senhora Santana. Posteriormente, foi reafirmada (2 de fevereiro de 1917), por ocasião da nova divisão eclesiástica do Estado, com a criação do Bispado do Crato por S. S. o Papa Benedito XV, Bispado a que ficou pertencendo. O patrimônio de Senhora Santana constitui-se de grande faixa de terras, que compreende a parte mais central da cidade. O primeiro vigário foi o Pe. Vicente José Ferreira, que chegou a Telha em 1832 e aí permaneceu até 1844. A capela de Nossa Senhora da Povoação da Telha fez-se com a ajuda dos indígenas, sob a orientação de um padre ou frade carmelita, não se sabe bem, trabalho começado possivelmente em 1746 e terminado em 1765. Ficou ela dependente eclesiasticamente da Paróquia de São Mateus (Jucás), durante cerca de cinqüenta anos. Só em 1831 foi criada a Freguesia. Por Decreto de S. S. o Papa João XXIII foi instituída, em 25 de março de 1961, a Diocese de Iguatu, desmembrada parte da do Crato a parte da Arquidiocese de Fortaleza, sendo seu primeiro Bispo D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, que era vigário de Aracati. A sagração deu-se nesta velha cidade do litoral no dia 6 de janeiro de 1962, e a posse solene, em Iguatu, no dia 4 de feveriro seguinte.

"O nome Telha aparece pela primeira vez num documento de 6 de fevereiro de 1720. Comissário Geral, Lourenço Alves Feitosa, era possuidor de uma sorte de terra de três léguas de comprido por uma largura, no Riacho Arassu, que desagua no rio Jaguaribe. Foi-lhe concedida pelo Capitão-mor da Capitania do Ceará, Salvador Alves da Silva, a 6 de fevereiro de 1720. No documento em apreço, os limites das terras do Comissário são com as terras do Sítio da Telha", conforme sesmaria no v. 6, n. 467 (Pe. Francisco de Assis Couto, **Formação Eclesiástica da Paróquia de Iguatu**, Editora A. Batista Fontenele, 1958 p. 8). Aquele tempo **Sítio** correspondia a **fazenda** (de criar). O mesmo autor é de parecer que o nome provém da existência de um local onde se fabricavam essas peças de alvenaria, que servem para a cobertura de casas, isto porque ainda se conhece por **Lagoa da Telha** um lugar encravado na cidade (**idem**, p. 7) O Barão de Studart registra como nome que tenha sido aplicado à povoação da Telha e o de Venda (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 38, p. 100), afirmação que o Pe. Francisco Couto diz poder aceitar, mas que Alcântara Nogueira (**Igua-**

tu, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1962, p. 30), contesta frontalmente. O Topônimo Iguatu adotado, como se disse, pela Lei n. 2.035, de 1888, é tupi: de jg água, rio e **catu** bom, isto é, rio bom, conforme Batista Caetano, (**Vocabulário**, p. 201). Veja-se Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1.º, p. 298). Sobre Iguatu leiam-se: **Iguatu**, de Alcântara Nogueira, cit. substanciosa, pode dizer-se exaustiva monografia; Hugo Vítor Guimarães, **O Município e a Cidade de Iguatu**, Iguatu, 1925; **Gênese da Cidade de Iguatu (desde 1682 a 1767)**, Crato, Tip. de "A Ação", 1960, e **Paróquia de Iguatu** (sua formação eclesiástica), Fortaleza, Editora A. Batista Fontenele, 1958. E mais, deste último, **A Diocese de Iguatu (Seus Primórdios Históricos)**, monografia n. 4, Juazeiro do Norte, Gráfica Royal, 1966.

A cidade de Iguatu, cortada pelo rio Jaguaribe, é a quarta do interior do Ceará em tamanho urbano e desenvolvimento. Está servida por uma das estações da RFFSA, inaugurada a 5 de novembro de 1910, e pela chamada Estrada do Algodão (CE-20). Até suas proximidades chegam as águas represadas do grande Açude Orós.

INDEPENDÊNCIA — Distritos: o da sede e os de Algodões, Coutinho, Ematuba, Iapi, Jandragoeira e São Francisco. Área do Município — 4.540km². Altitude da cidade — 343,05m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 5º23'42" S; Longitude — 40º18'38" W.

Criado pela Lei piauiense n. 436, de 24 de julho de 1857, com sede no núcleo de Pelo-Sinal, então elevado a vila com o nome de Independência. Pertencia ao Estado do Piauí, mas passou ao do Ceará, juntamente com o de Crateús, pelo Decreto Geral n. 3.012, de 22 de outubro de 1880. Extinto pela Lei n. 107, de 20 de setembro de 1893 (art. 12), foi restaurado pela de n. 294, de 7 de agosto de 1896. De novo extinto pelo Dec. 193, de 20 de maio de 1931, sendo o respectivo território anexado ao de Crateús. Foi restabelecido pelo de n. 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Desmembrado, quando de sua criação, do Município de Crateús e instalado a 1.º de março de 1858. O Dec-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, elevou a vila à categoria de cidade.

A Freguesia, cujo orago é Santana, foi desmembrada do Bispado do Maranhão (a que pertencia o território do Piauí) e incorporado ao do Ceará por Decreto Consistorial de S. S. o Papa Leão XXIII, de 10 de março de 1889, executado pelo Bispo daquela

Diocese, a 10 de janeiro de 1889. Nesse tempo, era vigário da Paróquia, o Padre José de Araújo Galvão. A criação data do Dec. n. 356, de 15 de setembro de 1853, sendo seu primeiro vigário o Padre Antônio Ricardo Cavalcante de Albuquerque. A capela, depois transformada em Matriz, foi concluída depois de 1810.

"A Independência faz parte do Vale do Crateús, comprado em 1721, por D. Ávila Pereira, pelo preço de quatro mil cruzados, e cuja posse lhe foi dada por um Ouvidor vindo de Oeiras, da Capitania do Piauí, na fazenda Lagoa das Almas, 18 quilômetros ao sudoeste da Vila do Príncipe Imperial (hoje cidade de Crateús), na margem esquerda do riacho do Gado, que deságua no Poti, pelo lado direito. Acerca da sua origem se sabe que frei Vidal da Penha, quando por aí passou em fins do último século (dezoito), hospedou-se na fazenda de José Ferreira de Melo, bisavô do Padre José Rufino Soares Valamira e do Dr. José Gomes Vieira Leal, cuja casa existe ainda (1884) com 130 anos de edificada a leste da vila (hoje cidade), na distância de uns 80 metros mais ou menos, e que ao se retirar aconselhara que se erigisse uma capela. Accedeu o piedoso sertanejo, dando logo começo à igreja, que é a existente, dedicada a Sant'Ana, a qual foi concluída depois de 1810. Em seguida, fez ele doação, à padroeira, de meia légua de terra pelo Riacho das Pombas para baixo, começando na distância de pouco mais de um quarto de sorte que a vila se acha colocada em terras de seus descendentes. Construídas as primeiras habitações, de parentes e protegidos seus em torno do templo, de modo idêntico a formação de outras localidades, foi a florescente povoação declarada Distrito de Paz pela Resolução n.º 56, de 6 de setembro de 1836 (Antônio Bezerra, **Notas de Viagem**, 2a. ed. pg. 240, 241, 242). O nome Independência foi-lhe dado pela já referida Lei n.º 436, de 1857.

A cidade acha-se colocada numa planície cortada pelo rio Independência, afluente do Poti e servida pela rodagem Crateús-Senador Pompeu. Aí nasceu Antônio Pinto do Areal Souto, em 29 de janeiro de 1886. Bacharel pela Faculdade do Recife em 1909, poeta, orador e jornalista. No Acre, onde exerceu as suas atividades ocupou elevados cargos. Secretário de várias Prefeituras, Intendente de Purus, Diretor da Instrução Pública, Chefe de Polícia e Secretário Geral do Governo, devendo-se a ele quase toda a regulamentação dos serviços administrativos do hoje Estado acreano.

IPAUMIRIM. — Distritos: o da sede e o de Felizardo. Área do Município 257km². Altitude da cidade 275,00m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude 6º47'11" S; Longitude 38º43'09" W.

O Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, criou o Distrito então percentente ao Município de Baixio. Assim continuou com a Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951. A criação do Município data da vigência da Lei n.º 2.161, de 12 de dezembro de 1953, que transferiu para aí a sede do Município de Umari. A instalação oficial deu-se em 1.º de janeiro de 1954 e para essa vitória final sobremodo concorreram a persistência e a coragem do Deputado Estadual Francisco Vasconcelos de Arruda. Foi primeiro Prefeito José Leite Ribeiro. Tem os seus limites leste com o Estado da Paraíba.

A igreja católica da sede, inaugurada em 1892, tem como orago Nossa Senhora da Conceição, e o seu patrimônio foi doado por D. Rosalina Maria da Conceição, viúva de Bernardino Ferreira do Bonfim, no lugar Lagoinha (hoje Ipaumirim), então pertencente à Freguesia de Umari. Ver **revista Itaytera**, n.º 15, p. 149.

O nome originário do povoado era Alagoinha. A partir de 1943, 30 de dezembro, passou a chamar-se Ipaumirim, formação erudita, com fundamento no tupi, para significar lagoa pequena, ou seja Alagoinha: **Ipa** lagoa e **mirim** pequeno. Ler Patrimônio do Capelão Joaquim Macedo, em **Itaytera**, Crato, v. 15, p. 147.

IPU. — Distritos — o da sede e os de Delmiro Gouveia, Flores, Pires Ferreira e Várzea do Giló. Área do Município 651km³. Altitude da cidade 247,20m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°19'20" S; Longitude 40°42'39" W.

Em regra, os autores dizem apenas o ano da criação deste Município — 1791, com sede no núcleo Campo Grande, então elevado a vila com o nome de Vila Nova d'El-Rei. Foi instalado pelo Ouvidor Manuel Magalhães Pinto de Avelar de Barbedo. O Senador Pompeu (**Ensaio Estatístico**, v. 2.º p. 213) afirma que a vila foi criada em Campo Grande a 12 de maio de 1791, e parece referir-se à data da instalação. Théberge também alude a essa data (**Esboço Histórico**, v. 1.º p. 195), sem dizer se se refere à criação ou à inauguração. E Antônio Bezerra (**Notas de Viagem**, 2a. ed., p. 197), menciona essa data como sendo a de um Alvará que criou a vila. O Barão de Studart, porém, alude a uma Carta Régia dessa data que criou a Vila Nova d'El Rei (**Notas para a História do Ceará**, p. 474, e **Revista do Instituto do Ceará**, v. 4.º, p. 33). A Lei n.º 200, de 26 de agosto de 1840, transferiu a sede do Município para o núcleo Ipu Grande (atual Ipu), então elevado a vila com o nome de Vila Nova do Ipu Grande. Revogada essa Lei pela de n.º 230, de 12 de janeiro de 1841 (art. 1.º), foi restaurada pela de n.º 261, de 3 de dezembro

de 1842. A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 2.098, de 25 de novembro de 1885. Criado o Município de Reriutaba (ex-Santa Cruz), pela Lei n.º 2.056, de 11 de novembro de 1922, Ipu perdeu para a nova Comuna apreciável faixa de seu território, inclusive o Distrito de Varjota. Mais tarde, com a criação do Município de Batoque (ex-Cajazeiras e hoje Hidrolândia), pela Lei n.º 3.995, de 27 de dezembro de 1957, teve Ipu nova redução em sua área territorial, cedendo para formação do novo núcleo municipal o Distrito de Irajá (ex-Frade).

Pela Provisão de 30 de agosto de 1757, fora criada, sob a invocação de São Gonçalo do Amarante, a Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, que abraçava grande território e tinha sede na povoação de São Gonçalo, na Ibiapaba. Dessa antiga Freguesia desmembraram-se a de Santa Quitéria, por força da Provisão de 22 de março de 1823, e a de Santo Anastácio de Tamboril, criada pela Lei n.º 629, de 17 de dezembro de 1853. Ficou a velha Paróquia, cuja matriz a Lei n.º 200, de 26 de agosto de 1840, mandara transferir para a capela de São Sebastião do Ipu, logo que esta estivesse em condições de "nela se celebrarem decentemente os ofícios divinos", compreendendo as capelas filiais de Nossa Senhora da Conceição de Ipueiras, São Sebastião de Ipu e de Nossa Senhora dos Prazeres de Campo-Grande. Em virtude da Lei n.º 2.037, de 27 de outubro de 1883, foram eretas em matriz as duas primeiras capelas (conservada na primeira a antiga matriz de São Gonçalo, como ainda hoje se acha, reduzida a simples capela), tendo sido mais tarde criada a Freguesia independente, **ex vi** da Lei n.º 2.125, de 25 de outubro de 1886. São Gonçalo não é festejado no Ipu, e sim na antiga matriz da povoação que tinha seu nome, no dia 1.º de novembro. Hoje se denomina Matriz e pertence ao Município de Ipueiras. No Ipu as festas são dedicadas a São Sebastião, que é o padroeiro, no dia 20 de janeiro.

A cidade está situada em parte das terras — 20 léguas doadas em 1694, pelas Cortes de Lisboa, e Joana de Paula Vieira Mimosa, que, com seus filhos, muito contribuiu para a catequese dos índios "existentes nessas paragens, já muitos deles arraialados no alto da serra, no sítio Várzea, mais conhecido por Aldeia de São João. O trabalho de conquista realizado por essa notável mulher foi continuado, eficazmente, por missionários chegados em 1740 e seguidos de outros padres vindos depois, os quais fizeram construir a pequena capela de São Sebastião em local não distante da hoje velha matriz, esta construída em 1765, local posteriormente apelidado por Papo. Em torno dessa igrejinha se consolidou e cresceu

o vilarejo" (Leia-se Eusébio de Sousa, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 28, p. 152 e seguintes) que se chamou Ipu Grande e mais tarde simplesmente Ipu, em face da Lei n.º 472, de 31 de agosto de 1848, já mencionada. Quando de sua elevação à categoria de vila, tomou a denominação de Vila Nova d'El-Rei, mas o povo chamava pejorativamente Vila Nova dos Enredos, que tantas eram aí as intrigas a esse tempo. O nome Ipu, na opinião de José de Alencar, "deriva de certa qualidade de terra fértil que forma grandes coroas ou ilhas no meio dos tabuleiros e sertões e é de prefrência procurada para a cultura" (**Iracema**. Nota 3 ao Cap. I). "Sobre a origem e significação do vocábulo Ipu — escreveu Eusébio de Sousa — se bem que nada encontrássemos de positivo em fonte segura, sabe-se que a denominação desse sítio nasceu da admiração que faziam os indígenas da queda que davam as águas da eminência ao topo da Serra, formando o ribeiro do Ipuçava e assim grafado em língua tupi: **ig**, água e **pu**, palavra onomatopáica que quer dizer queda" **Revista do Instituto do Ceará**, cit. v. 29, ps. 158-159). O Dr. Paulino Nogueira no **Vocabulário Indígena** (cit. **Revista**, v. 1.º p. 302) registra a opinião de Batista Caetano (**Voc.**, ps. 206 e 422), contração de **ipohu**, alagadiço, portanto o que tem água; ou de **ipocu**, atoladiço ou sumidouro dágua". O mencionado Eusébio de Sousa refere que "há quem acredita ter nascido este nome da grande abundância, que se descobriu nas imediações, de jalapa da terra ou batata de purga, do gênero das Convolvunáceas" (**Loc. cit.**). O mesmo Paulino Nogueira também alude a uma informação de Faria que o no seu **Dicionário** diz ser Ipu uma raiz e planta medicinal. Segundo Nota de Pompeu Sobrinho, "Ipu não significa queda dágua, como o salto do riacho Ipuçaba, muito perto da cidade, sugere. Se o nome da localidade derivasse daquele salto seria **itu** e não **ipu**. No Ceará, chama-se ipu a pequena lagoa de águas pouco profundas que seca no verão. Então se transforma em ipueira. O índio chamava **ypu** a fonte, o olho dágua. É possível que o nome da cidade cearense se tivesse originado de uma fonte, das muitas que vertem nas encostas da serra da Ibiapaba. O riacho Ipuçaba, que nasce na Serra e cai na escarpa, formando um salto de mais de 80 metros, perto da cidade, é também nome tupi e significa: o lugar das fontes ou surgidouro das fontes. Por extensão, o riacho dos olhos dágua".

O território do Município estende-se parte sobre a Serra da Ibiapaba e parte ao longo do rico vale do riacho Ipuçaba, ao sopé da mesma Serra e prolongando-se pelo sertão. Seriam aí os "campos do Ipu", aonde teria nascido a índia Iracema, a virgem dos lábios de mel", figura central do célebre romance-poema de José de

Alencar. Para perpetuar-lhe a presença espiritual na alma dos ipuenses, foi erigida na praça principal da cidade do Ipu um belo monumento inaugurado em 1965. A cidade situa-se ao pé da montanha, banhada pelo mesmo Ipuçaba, afluente do Jatobá e este afluente do Acaraú. Muito próxima, a dois quilômetros, vê-se completando virente paisagam a tão falada e na verdade majestosa Bica do Ipu, original jorro dágua a despencar-se no talhado da serra numa altura de cerca de 100m e cair sobre as pedras do riacho em forma de agradável chuva. Antônio Bezerra descreve: "De longe parece larga fita de prata sobre o verde gaio das árvores, ondulando suavemente no efeito da luz do sol, expandindo as mais agradáveis irradiações". Em Ipu nasceu Delmiro da Cruz Gouveia (Delmiro Gouveia), em 5 de junho de 1863, que se notabilizou por suas avançadas e positivas realizações no domínio do comércio e da indústria, com atividades em Pernambuco e Alagoas. Ousado pioneiro do aproveitamento da energia elétrica da cachoeira de Paulo Afonso. Faleceu assassinado, no dia 19 de outubro de 1917 na cidade de Pedra, por ele e à sua custa construída, a qual hoje tem o seu nome. Ler **Município de Ipu**, tese do Congresso de Geografia, Salvador, 1916, de Eusébio de Sousa; **O Bacamarte dos Mourões**, Fortaleza, Ed. Instituto do Ceará, 1966, de Nertan Macedo, **Revista do Instituto do Ceará**, vols. n.º 32, p. 14, n.º 29 p. 153; n.º 30 p. 279, **Revista da Academia Cearense de Letras**, v. 17, p. 120.

IPUEIRAS. — Distritos o da sede e os de América, Engenheiro João Thomé, Gázea, Livramento, Matriz, Nova Fátima e São José das Lontras. Área do Município 1.204km². Altitude da cidade 231,34m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4º32'30" S; Longitude 40º43'8" W.

Foi a Lei n.º 2.036, de 25 de outubro de 1883, que instituiu o Município, com sede na povoação de Ipueiras, então elevada à categoria de vila, graças aos empenhos do Pe. Francisco da Mota Sousa Angelim, filho dos Inhamuns, não como vigário mas como Deputado à Assembléia Provincial, pelo Partido Liberal, autor do projeto que se transformou nessa Lei. Em 1884, pela Lei n.º 2.071, de 2 de agosto, foi declarado extinto, mas restaurou-o a de n.º 2.164, de 17 de agosto de 1889. Ainda uma vez extinto, agora pelo Dec. 1.156, de 4 de dezembro de 1933, figurando como Distrito do Município de Ipu nesse Decreto. Foi restaurado pelo de n.º 1.512, de 18 de março de 1935. O Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, elevou a vila à categoria de cidade.

Entre as terras confiscadas ao potentado Manuel Martins Chaves, de grande influência econômica e social em Vila Nova d'El Rei, hoje Guaraciaba do Norte, e preso pelo Governador João Carlos Augusto de Oeyenhausen, em 1806, estava a fazenda Ipueiras, onde residia. Essa fazenda, que primitivamente pertencera a José de Araújo Chaves, passou ao domínio, em parte, de Joaquim Alves de Freitas, que, em 1861, doou o que lhe pertencia para a constituição do patrimônio duma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, concluída em novembro de 1867, por iniciativa do Coronel Vicente Gomes Ferreira Torres, ficando filiada à Freguesia de São Gonçalo do Amarante, da Serra dos Cocos. Mencionada capela veio a ser a atual Matriz. A Lei n.º 2.037, de 27 de outubro de 1883, instituiu a Freguesia, tendo por limites o Distrito da Paz de Ipueiras e o de S. Gonçalo da Serra dos Cocos. Canonicamente, foi instituída por Provisão de D. Joaquim José Vieira, datada de 21 de abril de 1884. A 16 de maio seguinte foi nomeado pároco o Padre João Dantas Ferreira Lima, que tomou posse no dia 6 de julho.

O nome é indígena e significa lugar raso em que se acumula alguma água. Vem de **y** água, e **pury** retirada: água retirada; ou de **y** água e **pueira** poço: poço dágua. Veja-se Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1.º, p. 303. Ipueiras — é nota de Pompeu Sobrinho — quer dizer "o que já foi ipu" e agora não é mais, embora possa ser depois. Vem de **ypu**, que deu ipu, lagoa pequena e rasa, como agora se entende no sertão, ou fonte pequena que alaga uma certa área e desaparece ou seca no verão (fonte não permanente), e de **pueira**, do prefixo tupi **puêra**, o que já foi e não é mais".

A cidade de Ipueiras é banhada pelo rio Jatobá, afluente do Acaraú. Servida por uma das estações da RFFSA e pela estrada de rodagem estadual chamada da Confiança. É considerado seu fundador o Padre Francisco da Mota de Sousa Angelim, que estimulou o seu desenvolvimento. Numa das praças da urbe está o seu busto de bronze. Aí nasceu Hugo Catunda Fontenele, historiador, técnico de Educação, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, onde ocupava Cadeira n.º 36, da qual é Patrono o Senador Pompeu (Tomás Pompeu de Sousa Brasil).

IRACEMA — Distritos: o da sede e os de Canindezinho, Ema, Potiretama e São José. Área do Município — 1.111km². Altitude da cidade 140m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5°48'46" S; Longitude — 38°18'19" W.

A povoação de Caixa-só, que pertencia ao Município de Pereiro, foi elevada a vila pelo Dec. n. 53, de 30 de agosto de 1890, que criou o Município. Tendo sido extinto este pela Lei n. 1.794, de 9 de outubro de 1920, foi restaurado pela de n. 2.428, de 19 de outubro de 1926. Novamente suprimido, pelo Dec. n. 193, de 20 de maio de 1931, passando o seu território a integrar o Município de Jaguaribe-Mirim. Em 1951, pela Lei n. 1.153, de 22 de novembro, voltou à categoria de Comuna autônoma, sendo instalado no dia 25 de março de 1955, com o seu primeiro Prefeito, Antônio Carlos de Amorim que, ao lado do Deputado Franklin Gondim Chaves e de José Cavalcante de Oliveira, muito trabalhou por essa criação. A povoação referida gerou-se da antiga fazenda de criar denominada Caixa-só, de propriedade do Comissário Pedro de Sousa, à margem direita do Riacho do Figueiredo, afluente do Jaguaribe.

A Paróquia, fundada em 29 de janeiro de 1956, tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição e pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte. A matriz foi construída em 1830, por Manuel Pereira, dono, então, da fazenda Quixó-açu ou Caixa-só.

Qual se disse, a fazenda que se tornou o núcleo inicial do povoado chamava-se Quixó-açu, nome logo corrompido em Quixóa-çó, depois Quixoxó e, por fim, Caixa-só. A tradição explica esta última forma com o fato de ter sido encontrado debaixo de um pau-d'arco, uma caixa sem coisa alguma dentro, mas como afirma Antônio Bezerra, tal versão é inverídica (**Algumas Origens do Ceará**, p. 81). A palavra Quixoaçu conforme Pompeu Sobrinho, significa — a caça grande que cai no quixó: **quixó-a** o que procede de quixó, a caça, e **açu** grande (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 218). Paulino Nogueira refere-se à versão popular ou da tradição (**Revista** citada, v. 15, p. 309). Quanto a **quixó**, dá a etimologia: "armadilha para pegar pequenos animais, e nisto difere da arapuca, que serve para pegar aves, além de que esta é armada na superfície da terra, e o quixó em buraco. De **quir** cortar e **çoo** caça animal, o que corta ou mata a caça", (**Revista** cit., v. 1, p. 385). **A denominação atual** — Iracema — foi adotada pelo mencionado Dec. n. 53, de 1890, relembrando a obra de José de Alencar, tão do sabor sentimental dos cearenses. Em Iracema nasceu José Cardoso de Moura Brasil, em 16 de fevereiro de 1846, afamado oftalmologista brasileiro, tendo-se formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Os rio-grandenses-do-norte reivindicaram para si o nascimento do admirável oculista, mas ele próprio desfez o equívoco, numa declaração expressa em carta ao Dep. Paulino Nogueira, cujo teor se acha transcrito no **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**, v. 2, p. 88, de au-

toria do Barão de Studart. O seu batizado é que se deu em Apodi, do vizinho Estado. Ver **Revista do Instituto do Ceará**, v. 15, p. 304, e v. 16, p. 60.

IRAUÇUBA — Distritos: o da sede e os de Boa Vista do Caxitoré, Juá e Missi. Área do Município 1.451km². Altitude da cidade — 152,52m. Coordenadas geofráficas da cidade: Latitude: 3°44'46" S; Longitude — 39°47'0" W.

Era Distrito do Município de Itapajé, ao ser elevado à categoria municipal pela Lei n. 3.598, de 20 de maio de 1957. Referido Distrito fora criado pelo Decreto n. 271, de 29 de maio de 1934.

Constitui uma Paróquia, fundada em 1961 e cujo padroeiro é São Luís de Gonzaga. Subordinada ao Bispado de Itapipoca.

Afirma o Des. Álvaro de Alencar, em seu **Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico do Ceará**, 2a. ed. 1939, p. 195, que até junho de 1899 o povoado, hoje cidade, teve o nome de Cacimba do Meio. Sendo ele então Juiz de Direito de Itapajé, com a saída do vigário, Cônego Filomeno do Monte, e de acordo com o povo, conseguiu mudá-lo para Irauçuba, que "na língua indígena, significa Amizade, nome muito bem aplicado por serem os habitantes da povoação dotados de bons sentimentos, alheios a intrigas, progressistas e amigos da paz".

A cidade de Irauçuba, em pleno sertão deste nome, fica à margem do Riachão, afluente do rio Missi, tributário este do Aracatiaçu. É servida pela estrada de rodagem BR-222, está em belo local pois se encontra, após transpor-se a vasta coordilheira da Uruburetama, numa planície dominando amplos horizontes. Vê-se uma cadeia de montes ao longe. Ao lado do norte, divisa-se a gigantesca pedra conhecida por Pão de Açucar.

ITAIÇABA — Distrito único: o da sede. Área município — 296km². Altitude da cidade — 2m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4°40'28" S; Longitude — 37°49'21" W.

Era Distrito do Município de Jaguaruana, vila pelo Dec.-Lei n. 169, de 31 de março de 1938, quando pela Lei n. 3.338, de 15 de setembro de 1956, foi elevado à categoria de Município, sendo instalado oficialmente em 7 de outubro seguinte, com o seu primeiro Prefeito Agostinho Correia Lima. Fora Distrito policial, criado em 1883, e como Distrito administrativo, primitivamente pertenceu a Aracati, criado em 21 de agosto de 1823. Denominava-se, então, Passagem de Pedras e tinha como nota singular ser feira dos gados

(Lei n. 995, de 31 de agosto de 1861), para lá convergindo, em dias determinados, os fazendeiros da circunvizinhança, a fim de comprarem e venderem os seus animais. Festas religiosas animavam essas aglomerações. Deve-se notadamente ao Deputado Jeová Costa Lima o bom êxito do movimento em benefício da criação da nova comuna.

A Paróquia de Itaiçaba está sob a proteção mística de Nossa Senhora da Boa Viagem e foi instituída em 1941, ano em que a antiga capela foi transformada em matriz. É forânea do Bispado de Limoeiro do Norte. Há um templo presbiteriano batista, fundado por Ananias Borges Lima e Cícero Monteiro.

O lugarejo de que se formou a cidade tinha o nome de Passagem das Pedras, e isto porque, de fato, aí se atravessava, a 18km. do Aracati, o rio Jaguaribe com esta parte de seu leito muito pedregosa. A palavra Itaiçaba é tradição erudita desse aspecto natural e foi adotada por força do Dec. 448, de 20 de dezembro de 1938.

A cidade está à margem esquerda do rio Jaguaribe e é muito sujeita a inundações, o que motivou a solução de construí-la noutro local mais elevado.

ITAPAJÉ — Distritos: o da sede e os de Baixa Grande, Caxitoré, Cruz, Iratinga, Pitombeira, Soledade e Tejuçuoca. Área do Município — 1.330km². Altitude da cidade — 262,20m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude: — 3°41'12" S;; Longitude — 39°35'10" W.

A povoação de Santa Cruz da Serra da Uruburetama foi elevada a vila com o nome de Vila da Constituinte, criando-se o Município, pela Lei n. 502, de 22 de dezembro de 1849. A Lei n. 534, de 10 de dezembro de 1850, mudou esse nome para o de Santa Cruz de Uruburetama, e a de n. 886, de 20 de julho de 1859, transferiu a sede do Município para o núcleo São Francisco, então chamado São Francisco de Uruburetama. O Município foi extinto em 1931, pelo Dec. n. 193, de 20 de maio, quando seu território passou a pertencer a este mesmo Município, mas posteriormente foi restaurado pelo de n. 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A vila recebeu a categoria de cidade em virtude da Lei n. 2.358, de 16 de julho de 1926.

A Freguesia foi criada pela Lei n. 262, de 3 de dezembro de 1842, e canonicamente instituída em 1843, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz. Em 19 de dezembro de 1837, Francisco da Cunha Linhares e sua mulher, Dominga Pereira Pinto,

doaram uma parte de terra para a edificação da capela e seu patrimônio no local onde havia um cruzeiro levantado pelo missionário capuchinho, Frei Vidal da Penha, a quem se deve a iniciativa da construção da igreja da Santa Cruz, à qual ofereceu uma imagem de Nossa Senhora da Penha, ainda hoje venerada. Em 1882, a sede da Paróquia foi mudada para São Francisco (Itapajé) ficando daí por diante sob a invocação de S. Francisco de Assis a respectiva capela, que foi construída em 1872 pelo Padre José Tomás e erecta em Matriz posteriormente. Pertence ao Bispado de Itapipoca. A denominação anterior do Município tem origem no nome do santo padroeiro da Freguesia. Primeiramente, chamou-se Riacho do Fogo. O seu fundador foi, em 1839, Antônio Rodrigues Martins , que atendia pelo apelido de Carola, vindo estabelecerem-se aí, logo depois, Joaquim Alves Cavalcante e Rufino Ferreira Gomes. Por algum tempo, o Município teve o topônimo de São Francisco de Uruburetama, porque situado na serra deste nome. O nome atual — Itapajé, foi dado pelo Dec. n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e significa sacerdote ou frade de pedra (**ita**, pedra e **pajé**, sacerdote dos indígenas), alusão a uma agulha de granito que, com o nome de Frade de Pedra, é visto de várias posições, por quem viaja pela região. Não se pode falar sobre Itapajé sem que se mencione, de modo especial, esse famoso monumento natural, colosso de mais de 200 metros de altura, erguido a noroeste da cidade e a 5 quilômetros desta, no alto da montanha. "De pé, firme, sombrio, melancólico, com o olhar fito na ampliação do céu poente, parece mergulhado em profunda meditação, da qual não poderiam arrancá-lo os abalos de um terremoto. À luz dos luares avulta a sua sombra hercúlea em meios dos penhascos e pela calada da noite diz-se que o ouvem salmodiar na voz da ventania. Filho da montanha, assistira à formação do solo, ao rugir das águas no começo dos séculos, mas depois a excessiva exalação do carbono das plantas gigantescas, banhadas por chuvas diluviais, sob uma atmosfera úmida, saturada de vapores que obscurecem a luz do sol, conservando, no entanto, o imenso calor, visto como só a zona tórrida envolvia todo o blobo, asfixiou-o, ficando o pobre solitário ali tão só, em resignada atitude" (Antônio Bezerra, **Notas de Viagem**, 2.ª ed., de 1965, p. 331).

A cidade de Itapajé situa-se às primeiras alturas da serra da Uruburetama, servida pela estrada de rodagem BR-222. Foi a segunda a declarar a liberdade total de seus escravos negros, portanto depois da de Redenção, ato declarado em 2 de fevereiro de 1883, no que muito se salientou a decisiva atuação do Tenente-

coronel do Exército, Filipe de Araújo Sampaio, um dos heróis de Campanha do Paraguai. Nasceu aí em 13 de setembro de 1834 e faleceu em Castanhal, Estado do Pará, no dia 27 de outubro de 1902. Também aí nasceu José Quintino da Cunha, no dia 24 de julho de 1873. Bacharel em Direito, advogado, orador imaginoso, poeta e afamado como repentista e pela sua constante verve. Anedotas do Quintino correm mundo, sempre espirituosas e alegres. Faleceu em Fortaleza, em 1 de junho de 1943. Igualmente, em Itapajé veio à luz do dia Alba Valdez (Maria Rodrigues), em 12 de dezembro de 1874. Professora, escritora, mulher de atitudes varonis, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, ocupante da Cadeira 22, da qual é Patrono Justiniano de Serpa. Faleceu em Fortaleza, a 5 de fevereiro d 1962. Também de nascimento em Itapajé (Distrito de Santa Cruz, hoje Cruz) foi Virgílio Brígido, em 24 de abril de 1854. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, professor, jornalista, escritor, Deputado Federal pelo Ceará, membro do Instituto do Ceará. E, ainda, D. Vicente de Paulo Araújo Matos, em 11 de junho de 1908, sacerdote ordenado em 1942 e 3.º Bispo do Crato, empossado em 19 e 20 de março de 1961.

ITAPIPOCA — Distritos: o da sede e os da Amontada, Aracatiara, Arapari, Assunção, Barreiro, Bela Vista, Cruxati, Icaraí, Marinheiros e Miraíma. Área do município — 3.124km². Altitude da cidade — 108,72m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°30'08" S; Longitude — 39°34'50" W. Banhado pelo Oceano.

Criou-se o Município pela Resolução Imperial de 3 de fevereiro de 1823 e Alvará de 17 de outubro do mesmo ano, com sede na povoação de São José, posteriormente chamada Vila Velha e, depois, Imperatriz, hoje Arapari, então elevada à categoria de vila. Foi Jerônimo de Freitas Guimarães, no meado do século 18, que, estabelecendo-se nas terras do atual Município, construiu com outros moradores esse arraial de São José. Em 1862, com a Lei 1.011, de 3 de novembro, foi a sede do Município transferida para o núcleo de Itapipoca, então promovido a vila e com o citado nome de Imperatriz. O Decreto n. 1, de 2 de dezembro de 1889, deu a denominação de Itapipoca ao Município. A Lei n. 1.288, de 31 de agosto de 1915, elevou a vila à categoria de cidade.

Desmembrada da de Sobral, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Amontada, em virtude da Provisão de 30 de agosto de 1757, firmada por D. Francisco Xavier Aranha,

servindo de matriz a igreja situada no lugar S. Bento da Ribeira do Aracati, construída pelo fazendeiro e proprietário Manuel Gomes do Nascimento. Em 1800, foi para aí transferida a sede da Freguesia, que tomou o nome de Nossa Senhora da Amontada, e foi por sua vez mudada para a vila de Imperatriz depois São José da Imperatriz, em face do disposto na Lei n. 364, de 29 de julho de 1846, tendo por vigário o Padre Luís Antônio da Rocha Lima, colado por Carta de 24 de agosto de 1836. A Lei n. 1.249, de 22 de dezembro de 1868, transferiu-a para Itapipoca. O Município compreende quatro paróquias, com as matrizes; de Nossa Senhora das Mercês, na sede; de Nossa Senhora da Conceição, em Amontada; de São Pedro, em Miraíma, e N. Senhora da Assunção, em Assunção.

O nome é indígena e provém de **ita** pedra e **pipoca** rebentar: pedra rebentada (Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena, na Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 305). Antônio Bezerra diz que das informações por ele obtidas a respeito da origem de Itapipoca soube que em conseqüência da grande colheita do algodão que se fazia na serra, enviavam os plantadores e negociantes a lã em fardos para armazéns aqui construídos pelos anos de 1844 e 1850, sob a guarda de Vicente Xavier de Lima, donde eram transportados em carros-de-boi para a capital. Por causa deste serviço vieram estabelecer-se no mesmo lugar diversas famílias, principalmente de 1860 a 1865, quando maior preço obteve esta malvácea nos mercados da Europa, em consequência da guerra abolicionista da grande república dos Estados Unidos, cuja população foi desviada dos cuidados da agricultura. Enquanto Vicente Xavier habitava a parte sudeste, Antônio de Oliveira, com os seus parentes, situavam-se, pelo mesmo tempo, no lado oposto, no lugar Fazendinha, para onde veio mais tarde a família Alves, oriunda da vila de São José" (**Notas de Viagem**, 2a. ed., p. 345).

A cidade de Itapipoca é servida pela Estrada de Ferro Fortaleza-Sobral (RFFSA) e pela estrada de rodagem CE-16. Está situada ao sopé da Serra da Uruburetama. Ai nasceu Antônio Tabosa Braga (Monsenhor Tabosa), em 19 de dezembro de 1874. Ordenou-se no seminário da Paraíba em 1898. Depois de servir e como vigário em várias Paróquias, foi vigário Geral da Arquidiocese de Fortaleza. Defensor impertérrito da causa católica, no púlpito e no jornal. Um dos Municípios do Ceará tem o seu nome. Faleceu em 12 de abril de 1935.

Pela Bula **Qui Summopere** do Papa Paulo VI, datada de 13 de março de 1971, juntamente com os de Quixadá e Tianguá, foi

criado o Bispado de Itapipoca, do qual é nomeado Bispo D. Paulo Eduardo Ponte, sagrado em 21 de novembro. Ler: Príncipe Imperial, do Barão de Studart, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 3, p. 189; **História da Igreja Matriz da Paróquia de Nossa Senhora das Mercês, Vila de Itapipoca**, de Antero José de Lima, Tip. Universal, 1893; **Paroquiato de Monsenhor Antero José de Lima na Freguesia de Nossa Senhora das Mercês da Imperatriz e Vila da Itapipoca**, desde 1870 a 1901, Fortaleza, Tip. Minerva, 1901; **A Tamareira de Itapipoca**, de José Leite Maranhão, na revista **Valor**, de Fortaleza, n. 16, p. 101.

ITAPIÚNA. — Distritos: o da sede e os de Caio Prado, Itans e Palmatória. Área do Município 562km². Altitude da cidade 133,32m. Coordenadas geográficas da cidade — Altitude 4°33'52" S; Longitude 38°55'20" W.

A pequena povoação de Castro, sita à margem do riacho Itaúna, e que por isso mesmo assim veio a chamar-se, recebeu maior incremento com a passagem da Estrada de Ferro de Baturité (RFFSA, hoje), que aí construiu uma de suas estações inaugurada em 1.° de junho de 1891. Promovido à categoria de Distrito, pertenceu ao Município de Baturité, e assim figura no Dec. 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Foi mais tarde elevado à categoria de Município, na forma da Lei n.° 3.599, de 20 de maio de 1957, publicada no Diário Oficial do Governo no dia 22 seguinte, sendo instalado em 24 de junho do mesmo ano, com o seu primeiro Prefeito, José Bezerra Capelo. O Dec.-Lei n.° 1.114, de 30 de dezembro de 1943 mudou o nome para o atual, para significar a mesma coisa: pedra preta, de **ita-úna**. A igrejinha local tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição e pertence à Paróquia de Capistrano, do Arcebispado de Fortaleza.

ITATIRA — Distritos: o da sede e os de Bandeira e Lagoa do Mato. Área do Município 514km². Altitude da cidade 725m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°31'44" S; Longitude 39°37'20" W.

O Município foi criado pela Lei n.° 1.153, de 22 de novembro de 1951 e instalado em 25 de março de 1955, sendo primeiro Prefeito José Pessoa de Carvalho. Desmembrado seu território do Município de Quixeramobim, do qual era Distrito, como já o fora pelo Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931, com o nome de Belém. Antes, pertencera ao de Canindé, pelo Dec. n.° 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome de Belém do Machado. A serra do Machado

era conhecida pelos índios locais como serra da Samambaia e foram seus primeiros exploradores os portugueses Antônio Ferreira Braga e Jerônimo Machado. "Em 1795, um morador da fazenda Tatajuba no sertão de Quixeramobim, chamado Antônio José de Sousa, sitiou ao nascente da Serra uma pequena posse, denominando-a Sítio São Gonçalo, sendo ali edificada uma capelinha sob a proteção deste Santo. Com a morte do proprietário e a retirada dos habitantes da terrível seca de 1825, a povoação nascente e a capelinha foram abandonadas e entregues à destruição do tempo. A imagem do Santo foi acolhida em casa particular do Capitão João Crisóstomo de Sousa, proprietário dos sítios Olho d'Água e Waltibury, achando-se hoje na capelinha do último sítio. Com a decadência do povoado de São Gonçalo, em 1825, anos depois outros habitantes vieram se estabelecer na Serra do Machado, fundando novas situações. Em outros lugares, o Sr. Antônio Alves Guerra situou, em 1869, em sítio denominado São Pedro, de cuja propriedade ainda existem alicerces. Vendo o Sr. Antônio Alves Guerra que a população da Serra aumentava com a chegada de novos moradores, que ali vinham situar moradas, atraídos pela fertilidade das terras, teve a boa idéia de edificar uma capelinha, a fim de que o povo mais facilmente se reunisse em comércio, cumprindo mais amiúde os seus deveres religiosos, ante a grande distância que se achavam da matriz. Com efeito, no ano de 1870 estava concluída a capela dedicada ao culto do Menino-Deus, que foi benta e inaugurada no dia 23 de dezembro do mesmo ano pelo vigário interino da Paróquia, Pe. Manuel Carlos da Silva Peixoto, lente do Seminário Episcopal de Fortaleza e natural do Crato" (**Album ilustrado da Paróquia de Canindé**, comemorativo do VII Centenário da morte de S. Francisco, Canindé, Tip. da Casa de S. Francisco, 1927, p. 121).

A citada capela da sede recebeu a invocação do Menino-Deus e pertence à Paróquia de Canindé, da Arquidiocese de Fortaleza.

Chamou-se inicialmente Belém do Machado, e, ao ser transferido o então Distrito de Canindé para Quixeramobim, teve o nome reduzido para Belém em face de dispositivo do Dec. 448, de 20 de dezembro de 1938. O Decreto-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, adotou a denominação atual, tendo em consideração "os espigões de pedra, comuns na região". Foram sugeridos, mas não aceitos, os nomes Deovila (formação esdrúxula para traduzir Belém — vila de Deus) e Braga, nome antigo da Serra do Machado e tirado de um de seus primeiros colonizadores. A cidade sede fica no cimo da Serra do Machado e aí nasceu Clodoaldo Pinto, em 27 de outubro de 1896. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual

foi professor durante muitos anos. Promotor Público em Maranguape e Fortaleza. Advogado, cultor especializado do Direito Penal. Membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, ocupante da Cadeira n.º 20, da qual é Patrono José Liberato Barroso. Autor de diversos trabalhos jurídicos do mais indiscutível merecimento.

JAGUARETAMA. — Distrito único: o da sede. Área do Município 1.913km². Altitude da cidade 100m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5°36'43" S; Longitude 38°45'58"W.

Criado pela Lei n.º 1.179, de 29 de agosto de 1865, com sede no núcleo Riacho do Sangue, então reerguido em vila com o nome de Riachuelo. Riacho do Sangue foi a primitiva sede do Município de Jaguaribe, criado pela Resolução do Conselho Provincial, de 6 de maio de 1833, depois transferido para o núcleo Cachoeira, hoje Solonópole (Lei n.º 518, de 1.º de agosto de 1850) e, por fim, para o de Jaguaribe (Lei n.º 1.121, de 8 de novembro de 1864). Extinto, pela Lei n.º 1.567, de 9 de setembro de 1873, o Município de Riacho do Sangue foi restaurado pela de n.º 1.822, de 1.º de setembro de 1879. De novo extinto pela Lei n.º 1.794, de 9 de outubro de 1920, mas novamente restaurado pela de n.º 2.392, de 8 de setembro de 1926. Ainda uma vez suprimido, agora pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, e anexado o seu território ao de Jaguaribe-Mirim, restaurou-o Dec. n.º 1.540, de 3 de maio de 1935. O Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, Anexo n.º 1, nota 41, da 2a. Parte, elevou a vila à de categoria de cidade e fixou o nome de Frade para o Município e sua sede, nome que o Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, conservou, até que a Lei n.º 3.155, de 8 de maio de 1956, mudou para o atual.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição foi separada do Curato do Icó e erigida em amovível em virtude da Provisão de 6 de abril de 1784 (e não de 1783, como escreve João Brígido, **Efmérides**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 14 p. 145). Compreendia "toda a ribeira do Jaguaribe desde Junqueira até Boa Vista" (Barão de Studart, citada **Revista**, v. 5.º, p. 27 e **Notas para a História do Ceará**, 1892, p. 355). O seu primeiro cura, vigário colado Padre Francisco da Fonseca Jaime, tomou posse a 18 de junho do mencionado ano de 1784. A capela de Nossa Senhora da Conceição, que depois serviu de matriz, foi fundada por Antônio de Oliveira Silva e sua mulher, Eugênia Maria Maciel. Pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

O nome anterior da cidade e do Município — Riacho do Sangue — é oriundo do rio ou riacho que tem essa denominação e se chamou antigamente Riacho das Pedras e, mais remotamente, Oriabebu.

João Brígido (**Ceará, Homens e Fatos**, 1919, p. 83) afirma que dito rio passou a ser conhecido como Riacho do Sangue em virtude das horríveis carnificinas aí verificadas entre os índios das duas parcialidades Montes e Feitosas, famílias que durante muitos anos se digladiaram no interior do Estado. Antônio Bezerra, entretanto, contesta a asserção e sustenta que "o rio das Pedras passou a chamar-se do Sangue em conseqüência do combate entre os tapuias e a bandeira de Matias Cardoso, na passagem Casa Nova, onde, indica a tradição, correu o sangue até o riacho... A luta entre aquelas famílias teve começo mais ou menos ao tempo de José Mendes Machado, nomeado Ouvidor por ato de 23 de outubro de 1708. Manuel Pinheiro e Martinho Leal dizem no seu requerimento que, havendo terras devolutas no Riacho do Sangue, nas cabeceiras dos últimos providos, como seja que ao dito riacho chamam das Pedras e hoje do Sangue etc. O nome veio-lhe do encontro entre os tapuias e a força dos paulistas vindas do rio São Francisco" (**Algumas Origens do Ceará**, p. 97). O topônimo Frade, adotado como nome do Município, tem a sua explicação no fato de ter-se localizado na data do Riacho das Pedras, o Capitão Cristóvão Soares de Carvalho que, posteriormente, tomou o hábito religioso de Nossa Senhora do Carmo, de Goiana e, por essa razão, começaram os moradores a chamar ao seu sítio — sítio do Frade, e assim continuou até hoje (Antônio Bezerra, **idem**). O Padre José de Almeida Machado, cura e vigário da vara do Cariri-Novo, nomeado para visitador da Comarca do Ceará, por Provisão de 15 de abril de 1805, deixou escrito na Notícia das suas visitações, no tocante à Freguesia do Riacho do Sangue, que "os primeiros habitantes desta terra brigaram na divisão dela, isto é, os mesmos sesmeiros, nas margens deste Riacho e houveram muitas mortes correndo sangue para o dito riacho, e correu este ensanguentado e daí lhe sobreveio o nome" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 16, p. 192). É outra versão que não combina com as anteriores. Jaguaretama é composição artificial, pretendendo significar lugar ou região de jaguar ou onça.

A cidade de Jaguaretama é banhada pelo Riacho do Sangue, afluente da margem esquerda do rio Jaguaribe. Aí nasceram Adolfo Bezerra de Menezes, em 29 de agosto de 1831, médico, político, Deputado Geral pelo Município Neutro (Cidade do Rio de Janeiro) e pela Província do Rio de Janeiro. Publicista e um dos pontífices do espiritismo no Brasil, faleceu em 5 de agosto de 1882; Manuel Soares da Silva Bezerra, em agosto de 1810 e falecido em 26 de novembro de 1888. Bacharel pela Academia de Olinda, em 1836, Deputado Provincial no Ceará em várias legislaturas, tendo presidido à Assembléia Provincial. Professor, católico de enraizadas convicções, mereceu o Hábito de São Gregório. Jornalista combativo. Pai do historiador Antônio Bezerra; e Samuel Filipe de Sousa Uchoa, em 21 de dezembro de 1843. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Deputado provincial. Magistrado de nomeada austeridade. Chefe de Polícia do Ceará (1880) e Juiz Secional, cargo que exerceu até falecer, em 25 de junho de 1902.

JAGUARIBARA. — Distritos: o da sede e o de Poço Comprido. Área do Município 731km². Altitude da cidade 89m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5°39'20" S; Longitude 38°36'56" W.

O povoadozinho de Santa Rosa é desdobramento do sítio deste nome de propriedade do Capitão João da Fonseca Ferreira desde 1697, e transferida por doação ao seu genro, Manuel Cabral de Vasconcelos, que o vendeu ao Padre Domingos Ferreira da Silva, do Icó (Ver verbete **Jaguaribe**). Localizado à margem do rio Jaguaribe, tornou-se famoso pelo fato de aí, no dia 31 de outubro de 1824, ter-se verificado o combate entre as tropas imperiais, comandadas por Manuel Antônio de Amorim e José Leão da Cunha, e as de Tristão de Alencar Araripe, Presidente da chamada Confederação do Equador, no Ceará. Tristão, vencido, foi estupidamente assassinado, usando os inimigos de sua própria espada, já ele abandonado pelos seus soldados em fuga. "Assim abandonado, monta a cavalo, precipita-se sobre um despenhadeiro e consegue alcançar a margem do rio, onde encontra a morte dada por dois inimigos que o seguraram, jogaram o cadáver, em pé, recostado numa árvore, e ali permaneceu até secar e mirrar-se, "o peito varado por uma bala, que se via de um a outro lado como por um óculo, os braços abertos, a mão direita golpeada ficando suspensa e caída por terra, e com outro golpe sobre a nuca". O local em que tombou o herói, denominado Altos do Andrade, fica a 3 km da vila de Santa Rosa, hoje cidade de Jaguaribara. Na capela da povoação foi sepultado o cadáver de Tristão. O Instituto do Ceará, em 1924, levantou em Santa Rosa um pequeno monumento em sua homenagem. Era Distrito do Município de Jaguaretama, quando, por Lei, a de n.º 3.550, de 9 de março de 1957, foi promovido a Município.

A Freguesia foi criada a 30 de novembro de 1964, por ato de D. Aureliano Matos, Bispo de Limoeiro do Norte. O padroeiro é São Gonçalo do Amarante.

A designação de origem, Santa Rosa, mudou-a para a de Jaguaribara o Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, tendo em vista o nome da tribo de indígenas mais provavelmente da família tupi, mandados a aldear os seus remanescentes por Fernão Carrilho, a sete léguas ao sul de Fortaleza, em 1694, segundo refere o Barão de Studart. Em vez de Jaguaribara, foi lembrada a denominação Tristanópolis, em homenagem a Tristão Gonçalves, mas sem resultado.

A cidade fica à margem direita do rio Jaguaribe e nas proximidades está o açude público Velame, com a capacidade de 2.586.000m³, tem a sua barragem a extensão de 293m e a altura de 8,50m. A bacia hidráulica mede 1.850km². Concluído em 1920.

JAGUARIBE. — Distritos: o da sede e os de Aquinópolis, Feiticeiro, Mapuá e Nova Floresta. Área do Município 1.891km². Altitude da cidade 119,14m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5°53'20" S; Longitude 38°37'13" W.

O Município teve primitivamente a sua sede na vila do Riacho do Sangue, hoje Jaguaretama, criado pela Resolução de 6 de maio de 1833, do Conselho da Província, sendo depois transferida para a povoação de Cachoeira, hoje Solonópole, em virtude da Lei n.º 518, de 1.º de agosto de 1850. Só em 1864, pela Lei n.º 1.221, de 8 de novembro, foi mudada para o núcleo de Jaguaribe-mirim, atual Jaguaribe, nome assim reduzido por força do Dec.-Lei n.º 448, de 30 de dezembro de 1938. A vila foi elevada a cidade pela Lei n.º 1.532, de 12 de agosto de 1918.

A Freguesia foi criada na povoação de Boa Vista, hoje Mapuá, pela Lei n.º 1.074, de 30 de novembro de 1863, sendo desmembrado das de Icó, Riacho do Sangue e Pereiro, e teve como primeiro vigário o Padre Teodulfo Franco Pinto Bandeira, natural de Icó, nomeado por Provisão de 19 de dezembro do mesmo ano; tomou posse a 17 de janeiro de 1864. A Lei n.º 1.468, de 18 de novembro de 1872, transferiu a sede da Freguesia para a então vila de Jaguaribe-mirim, sem nenhuma alteração de limites. As Leis ns. 1.238, de 27 de novembro de 1868, n.º 1.127, de 21 de novembro de 1864, e n.º 1.325 de 6 de outubro de 1870, referem-se a limites da Freguesia. A padroeira é Nossa Senhora da Purificação (Nossa Senhora das Candeias). Há outra freguesia com sede em Feiticeiro, criada em 1963

e a ela pertencem as capelas de Nova Floresta e Mandacaru. Bispado de Limoeiro do Norte.

A palavra Jaguaribe vem do sítio Jaguaribe-mirim, situado na barra do riacho deste nome, mais tarde chamado Catingueira e Santa Maria, cuja terra, por estar devoluta, foi concedida em sesmaria ao Capitão João da Fonseca Ferreira, que já era senhor e possuidor do sítio Santa Rosa, desde 1697, e foi um dos primeiros povoadores da Ribeira do Jaguaribe. Aí construiu casa-forte em que assistia com muitos homens, à sua custa, provavelmente após 1700. Fonseca Ferreira doou dita terra ao seu genro, Coronel Manuel Cabral de Vasconcelos, que a vendeu ao Padre Domingos Dias da Silveira, cura da vila do Icó. Tempos depois, a referida terra foi arrematada em hasta pública pelo Padre João Martins de Melo, que, por escritura de 25 de maio de 1786, dela fez doação a Francisco Eduardo Paes de Melo, para seu patrimônio de ordenação. Morto o Padre Eduardo Paes, foi retalhado o sítio Jaguaribe-mirim entre 14 credores seus, por despacho do Ouvidor Antônio Manuel Galvão, de 9 de fevereiro de 1813, tocando a alguns deles apenas 5 braças (Antônio Bzerra, **Algumas Origens do Ceará**, p. 100-101). Paulino Nogueira: "Jaguaribe-mirim e Jaguaribe pequeno, de Jaguaribe mirim, pequeno, braço do rio Jaguaribe e por isso lhe foi aplicado o diminuitivo" (**Vocabulário** na **Revista do Instituto do Ceará,"** v. 1.º p. 313).

O nome atual — Jaguaribe — é o do rio que banha a cidade cuja etimologia não é pacífica. Para José de Alencar, **Iracema**, Nota 4 ao cap. III, significa abundância de onça: de **Jaguar** onça e **iba** abundância. Rio do Jaguar, segundo R. Southey, não como o Tigris, grande rio da Turquia asiática, pela rapidez e força da corrente, mas pela multidão de feras que lhe freqüentam as margens. De acordo com Martius, é rio de onça, e também para Cândido Mendes, Silva Guimarães e Senador Pompeu: de **jaguar** onça e **ig** água, rio. A Paulino Nogueira (**ob. cit.** p. 313) parece preferível: terra de onça, de **jaguara** onça, e igbig ou **ibi**, terra. O Barão de Studart aceita: **jaguar** onça e **i** água + **be** ou **pe** no rio da onça (**Revista do Instituto do Ceará**, cit. v. 38, p. 123). Resume à sua vez Pompeu Sobrinho (nota): "O topônimo, atribuído ao rio, é tão velho como o de Mucuripe, atribuído à enseada onde atualmente se encontra o porto de Fortaleza. Data de 1574: apareceu sob a forma de rio Jaguaribe. Mais tarde, em 1587, é repetido pelo célebre cronista Gabriel Soares, no seu curioso **Roteiro**, com forma de Rio Jaguaribe. A etimologia do vocábulo, dada por José de Alencar, não é correta, e o mesmo se pode dizer da análise de Paulino Nogueira. A melhor

interpretação é a indicada pelo Barão de Studart: jaguar onça + y, de yg água + be ou pe no, isto é, no rio das onças".

A cidade fica à margem direita do rio Jaguaribe e é servida pela estrada de rodagem BR-116, que lhe proporcionou maior progresso. Aí nasceram os irmãos Távoras: a) Manuel do Nascimento Fernandes Távora, em 21 de março de 1877, médico, escritor, jornalista, político combativo e chefe de partido. Deputado Estadual e Federal e Senador da República. Como Interventor Federal, governou o Ceará (1930-31). Sócio do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, 1.º ocupante da Cadeira n.º 8, de que é Patrono Domingos Olímpio; b) Juarez do Nascimento Fernandes Távora, em 14 de janeiro de 1898, Marechal do Exército, grande figura nos acontecimentos da Revolução de 1930. Ministro de Estado em mais de uma pasta, Adido Militar junto a Embaixada do Brasil no Chile; c) Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, em 15 de julho de 1881, militar de grande valor cultural e moral, falecido no campo da luta da Revolução Paulista de 1934; d) Fernando do Nascimento Fernandes Távora, em 9 de julho de 1898, Marechal do Exército e Engenheiro Civil; e d) Ademar Fernandes Távora, em 1.º de julho de 1889, bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará em 8 de dezembro de 1923, advogado, jornalista, Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará.

Também aí nasceram Carloto Fernandes da Silva Távora, em 18 de dezembro de 1863, ordenado em 7 de julho de 1889, Bispo de Caratinga, de Minas Gerais, falecido no Rio de Janeiro, a 27 de novembro de 1933; Belizário Fernandes Távora, em 25 de maio de 1868, faleceu no Rio de Janeiro, onde foi Tabelião Público e Chefe de Polícia; Antônio Fernandes da Silva Távora, em 17 de outubro de 1851, ordenado em 1879, vigário de Jaguaribe e Crato, Deputado Provincial e Estadual. Na Amazônia foi lente e reitor do Seminário de Manaus, falecido como Monsenhor em Sena Madureira, em 13 de setembro de 1916; Artur Carneiro Leão de Vasconcelos, em 10 de março de 1883, médico de grande renome e clínica no Rio de Janeiro, cientista e publicista, professor da Faculdade de Medicina, falecido em 4 de maio de 1939; Sinobilino Pinheiro Maia, em 12 de dezembro de 1916 e falecido num desastre de automóvel, em 6 de agosto de 1938, talentoso poeta e cronista. Ler: **Estudo Geral do Vale do Jaguaribe**, Recife, 1967, SUDENE; **O Vale do Jaguaribe**, Fortaleza, Tip. Minerva, 1921, tese de concurso, do Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha; **Álbum do Jaguaribe**, Belém, Empresa Gráfica Amazônica, 1922, de Eusébio de Sousa; Revista do Instituto do Ceará, volumes, 13, p. 3, e 34, p. 331.

JAGUARUANA. — Distritos: o da sede e os de Borges, Giqui e São José. Área do Município 966km². Altitude da cidade 2m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°50'02" S; Longitude 37°46'52" W.

A Lei n.º 1183, de 4 de setembro de 1865, criou o Município, com sede na povoação de Catinga do Góis, então elevada a vila, com o nome de União. Esta recebeu os foros de cidade em virtude do Dec. n.º 66, de 11 de setembro de 1890, e por iniciativa do Pe. Antônio Cândido da Rocha, então Deputado Estadual. O nome atual vem do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de setembro de 1943.

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 1083, de 4 de dezembro de 1863, sob a invocação de Santana, e canonicamente instituída a 19 de dezembro do mesmo ano. O seu primeiro vigário foi o Padre Alexandre Correia de Araújo Melo, natural do Aracati, nomeado por Provisão de 19 de janeiro de 1864 e empossado a 31 deste mesmo mês. "A capela de Santana, hoje matriz, foi mandada construir pela viúva D. Feliciana Soares da Costa, que em 6 de outubro de 1761 lhe fez doação de terras para seu patrimônio canônico, por escritura pública lavrada no Aracati pelo tabelião público Lázaro Lopes Bezerril" (Benedito dos Santos, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 23, p. 237). Pertence à Diocese de Limoeiro do Norte.

A primitiva denominação — Catinga do Góis — origina-se do fato de ter pertencido a Simão de Góis, "homem opulento e de muitos haveres", o sítio ou fazenda onde se formou o arraial e depois povoação desse nome. Em 1865, com a criação da vila, é que passou a chamar-se União. Segundo informa Pedro Moreira de Oliveira, Tabelião público de Jaguaruana, o nome União resultou de uma agremiação fundada em 1862 por Antônio José de Freitas e 33 companheiros, com o fim de pugnar pela emancipação do Distrito de Catinga do Góis, e que se intitulava Sociedade União. Aquele notário diz-se convencido de que o nome União veio dessa sociedade, o que parece certo. O Dec. n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, já se disse, mudou esse nome para Jaguaruana, que representa homenagem aos primitivos habitantes da região — os índios Jaguaruanas. "A palavra é tupi, explica, em nota, Pompeu Sobrinho, conquanto fossem tapuias aqueles índios. Mas eram conhecidos pelos colonos em vista do apelido que a tribo os potiguaras deram. Jaguaruana quer dizer onça preta, de **jaguar** onça + **una** preto, Observa-se porém, que em velhos documentos o vocábulo se escreve também Jaguaruna e neste caso, a análise adequada é: **jaguar** onça + **una** preto e **rana** semelhante, isto é, semelhante a onça preta".

A cidade fica à margem esquerda do rio Jaguaribe. Aí nasceu Emília Freitas, poetisa e romancista, em 11 de janeiro de 1855. Colaborou em vários jornais de Fortaleza e de Manaus, onde viveu muito tempo e foi professora do Instituto Benjamim Constant.

Aí faleceu em 18 de agosto de 1908. Publicou o livro de versos **Canções do Lar** (1891) e o romance **A Rainha do Ignoto** (1899). Leia-se sobre Emília **Lembrados e Esquecidos III**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1977, de Otacílio Colares. Ler, também Para a História de algumas localidades Cearenses, de Benedito A. dos Santos, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 23, p. 189.

JARDIM. — Distritos: o da sede e o de Jardimirim. Área do Município 600km². Altitude da cidade 652m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°34'57" S; Longitude 39°16'45" W.

Criado pelo Alvará Régio de 30 de agosto de 1814, com sede na povoação Barra do Jardim, então elevada a vila, com o nome de Santo Antônio do Jardim. Deve-se a existência desse arraial ao Padre João Bandeira, natural da Bahia, que, em companhia de outros emigrantes do rio São Francisco e fugindo aos efeitos da grande seca que assolava os sertões baianos e pernambucanos, veio estabelecer-se, em 1782, no vale do Jardim, onde havia terras férteis e os recursos das revinas perenes. A presença do sacerdote atraiu para ali muitas outras pessoas, que se foram arraialando. Foi por solicitação do Sargento-mor José Alexandre Correia Arnaud que o Príncipe Regente assinou aquele ato de 30 de agosto, mas a ordem da inauguração da nova vila somente foi expedida a 2 de agosto de 1815 ao Ouvidor João Antônio Rodrigues de Carvalho, o qual, de fato, a inaugurou a 3 de janeiro de 1816, "ao grito de: Real, real, viva o Sr. D. João Príncipe Regente de Portugal!, três vezes repetido pelo meirinho geral da correição e respondido pelo povo" (João Brígido, **Ceará — Homens e Fatos**, p. 94 a 99; Barão de Studart, **Datas e Fatos**, v. 1.°, p. 494, **Notas para a História do Ceará**, p. 481, e **Geografia do Ceará**, ps. 37 a 38, 139, 149 e 325; Filgueira Nabuco, **Legislação Brasileira**, v .2.°, p. 118).

A Freguesia foi instituída por Provisão de 11 de outubro de 1814, tendo como primeiro vigário colado o Padre Antônio Manuel de Sousa, que entrou em exercício em fevereiro de 1816 (João Brígido, **Ceará — Homens e Fatos**, p. 99), e aí ficou até 25 de setembro de 1857 dia do seu falecimento. O primeiro templo católico foi construído ao tempo do Padre João Bandeira, no mesmo local em que mais tarde, se elevou a matriz, tendo ruído completamente no

inverno de 1873, a 10 de maio. A nova matriz foi iniciada pelo Padre Joaquim de Sá Barreto e edificada, de 1875 a 1876, pelo Padre José Tomás de Aquino, natural de Cajazeiras da Paraíba. Em 1879, foi fundada a Irmandade do Santíssimo Sacramento, sendo o seu primeiro presidente o Dr. Augusto de Araújo Lima. A Paróquia tem como orago Santo Antônio e pertence ao Bispado de Crato.

O primitivo nome do povoado, que deu origem à cidade, era Barra do Jardim, assim chamado em virtude da sua situação exatamente no encontro dos pequenos rios Cravatá e Boca da Mata, formando o maior — o rio Jardim. A denominação estendeu-se ao Município. Nasceram em Jardim: Antônio Barbosa de Freitas, em 22 de janeiro de 1860, inspirado poeta e boêmio, autor de muitas produções esparsas, "verdadeiras jóias literárias", depois enfeixadas no volume **Poesias** (1892), tendo falecido em Fortaleza no dia 24 de janeiro de 1883; Raimundo Ulisses Pennafort, em 25 de novembro de 1855, sacerdote ordenado no Pará em 1880, jornalista, orador e autor de muitas obras valiosas sobre assuntos históricos, filosóficos e religiosos, faleceu, com o título de Cônego, na capital paraense, no dia 25 de abril de 1921; e Joaquim Alves em 10 de fevereiro de 1894, odontólogo, estudioso dos assuntos de Sociologia e da Pedagogia, especialmente no tocante ao Norte. Professor, sócio do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, ocupante da Cadeira n.° 11, da qual é Patrono o Barão de Studart; autor de várias obras sobre os temas de suas especialidades. Faleceu em Fortaleza, no dia 8 de junho de 1962. Ler: **Notícia Histórica sobre o Município de Jardim**, na revista Itaytera, N.° 3, p. 61 de Maria Luisa Linhares;; e **Jardim — Dados Históricos**, cit. **Revista**, n.° 22, p. 125, de Ana Lígia Aires de Alencar; **Ceará — Homens e Fatos**, Rio, 1919, ps. 94-99, de João Brígido: **Jardim — Dados Históricos**, de Ana Lígia Aires de Alencar, em **Região do Cariri**, de Edilmar Norões, F. S. Nascimento e Dórian Sampaio, Fortaleza, Bel. Publicações Ltda., s/d. e **Efemérides do Cariri**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1963, de Irineu Pinheiro.

JATI. — Distrito único: o da sede. Área do Município 313km². Altitude da cidade 435,04m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°41'10" S; Longitude 39°0'25" W.

Sob o nome de Macapá, formou-se à margem direita do rio Jardim e nas sobras de terras obtidas em 27 de julho de 1810 pelo Sergento-mor de Ordenanças da Vila do Crato, José Alexandre Correia Arnaud, um povoado que era o ponto de convergência dos caminhos da Serra Talhada e do Cabrobó, em Pernambuco, para

as vilas do Jardim e Porteiras, no Ceará. Eram as chamadas estradas Vila Bela-Cariri e Cabrobó-Cariri, através da região ainda habitada de índios. Afinal, por volta de 1825, chegaram aí, vindos do Rio Grande do Norte, ou mais precisamente da Lagoa do Apodi, o colonizador Antônio de Moura e seu filho Antônio da Cunha Moura, acompanhado de Anastácio Moura, respectivamente sobrinho e primo dos dois. Foram estes os que constituíram a família Cunha Moura, de pequenos agricultores, criadores e curtidores de couros e peles. E foi assim que se processou a aglomeração humana que hoje habita o pequeno e mais meridional Município cearense. Elevado à categoria de Distrito, em face do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, ficou anexado ao Município de Jardim, e somente em 1951, com a Lei n.º 1.153, de 22 de novembro, foi promovido à categoria de Município autônomo. A instalação oficial deu-se em 25 de março de 1955, data em que tomou posse o primeiro Prefeito, José Barreto Couto.

O orago da igreja local é Nossa Senhora Santana. O templo foi construído em 1835 e reconstruído em 1893 pelo Padre, depois Monsenhor Vicente Soter de Alencar, vigário de Jardim. Subordina-se à Paróquia de Santo Antonio do Jardim, do Bispado de Crato.

Macapá foi o nome primitivo. Jati é uma abelha silvestre, vulgarmente conhecida por mosquito. O mel é muito fino e doce, tendo inspirado a José de Alencar a conhecida comparação dessa doçura com o sorriso de Iracema, a índia sublimada no seu tão admirado poema em prosa. O nome atual foi adotado pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

A cidade é servida pela estrada de rodagem BR-116 e banhada pelo Riacho do Jardim, afluente do histórico Riacho dos Porcos.

JUAZEIRO DO NORTE. — Distritos: o da sede e os de Marrocos e Padre Cícero. Área do município 219km². Altitude da cidade 377,33m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°12'47" S; Longitude 39°18'55" W.

Foi criado pela Lei n.º 1.028, de 22 de julho de 1911, tendo por sede a povoação de Juazeiro, então elevada a vila, e inaugurou-se a 4 de outubro do mesmo ano. A vila foi elevada à categoria de cidade em virtude da Lei n.º 1.178, de 23 de julho de 1914.

Em 1827, pelo Padre Pedro Ribeiro da Silva Monteiro foi edificada, à sua custa, uma pequena capela no lugar denominado Tabuleiro Grande do seu sítio Taboleiro, em frente a um frondoso juazeiro, na estrada real que ligava Crato a Missão Velha, à margem direita do rio Batateira. A edificação se fez em honra a Nossa Senhora das Dores, a quem o rico padre doou, como patrimônio, parte de suas terras e doze escravos. Seguiram-se na direção da capela os Padres Luís Barbosa, Antônio de Almeida, Joaquim Coelho, Pedro Ferreira de Melo e, por último, Cícero Romão Batista que, ordenado em 1870, aí chegou a 11 de abril de 1872, tempo em que o povoado contava apenas 12 casas de tijolos e telha e 20 de taipa e palha. "Dominava-o, ao padre, nesta época, fundo misticismo. Passava os dias e as noites entregues aos seus místeres de cura das almas, a celebrar, a pregar, a rezar com os fiéis intermináveis orações, a confessar os inúmeros penitentes, que o procuravam de todos os recantos do Cariri, e os enfermos nas residências destes, até altas horas da noite. Alheio às vaidades humanas, vestia sempre batina velha desbotada pelo tempo. Era preciso às vezes a mudassem os amigos, oferecendo-lhe uma nova que substituísse a já quase imprestável. Alimentava-se mal e em horas irregulares... Foi sempre notável a influência do Padre Cícero em toda a região caririense e cidades que lhe são próximas, desde pouco depois de sua ida para a capelinha de Juazeiro. Impressionava toda a gente a vida austera de penitência, de castidade, de abnegada renúncia de prazeres, do jovem apóstolo da modesta localidade. Mas essa influência cresceu de vulto após os milagres de que foi protagonista a beata Maria de Araújo. Em 1889, aos 6 de março, primeira sexta-feira da quaresma, ocorreu na pequena povoação de Juazeiro, um fato admirável: ao receber Maria de Araújo, na igreja, das mãos do Padre Cícero, a partícula sagrada, transformou-se-lhe esta em sangue vivo e rubro. Repetiu-se o fenômeno por outras vezes e durante anos. Comoveram esses sucessos extraordinários os sertões, em raio de centenas de léguas. E começou o êxodo para o Juazeiro, a estranha migração de homens, mulheres e crianças de uma vasta extensão do País, tal que depois de largos anos transmudou o obscuro lugarejo em um grande centro populoso. Todos queriam ver com os próprios olhos o precioso sangue e também a beata, em cuja modestíssima pessoa se realizava o portentoso milagre. Foi um nome famoso nos sertões brasileiros o de Maria de Araújo. Mas, à medida que se lhe ia os poucos batendo a figura, até apagar-se de todo nos últimos anos da sua vida, ressaltava, cada dia com mais relevo, a do Padre Cícero que, na sua época, foi o homem de mais profunda influência individual do Brasil. Padres e médicos afirmaram a sobrenaturalidade do acontecimento maravilhoso: o sangue, diziam, era o de Nosso Senhor Jesus Cristo... Mas, pela voz dos seus Bispos, a igreja acabou por condenar os milagres. O que nunca pôde conseguir foi arrancar das almas de

milhares e milhares de homens a fé na santidade do Padre Cícero. Obedecendo a um decreto da Sagrada Congregação do Santo Ofício, teve que ritirar-se de Juazeiro o Padre, em 1897. Escolheu como residência provisória a localidade pernambucana de Salgueiro, distante de Juazeiro cerca de 30 léguas... De Salgueiro voltou para Juazeiro no mesmo ano e daí, a chamado das autoridades eclesiásticas, seguiu para Roma, onde se demorou alguns meses (Irineu Pinheiro, **O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914**, Rio, Irmãos Pongetti, 1938, p. 151).

Retornando à sua residência continuou o Padre a sua vida de consolador dos humildes e desprotegidos, e durante meio século em redor de sua pessoa se reuniam romeiros e visitantes ilustres de todas as partes, desejosos os primeiros de receberem-lhe os conselhos e ofertarem-lhe presentes, e os segundos, de conhecerem o ilustre varão, tão discutido, elogiado e censurado, de acordo com o ponto de mira em que se colocava o observador, na interpretação dos fatos e das coisas da Meca cearense. Inegável, porém, é que o Padre Cícero realizou obra social notável, quase incrível, concorrendo não só para a criação da cidade mais populosa do Ceará, excluída a Capital, e uma das maiores, mais progressistas, mais comerciais e movimentadas do norte do País, como também para o maior povoamento de todo o vale do Cariri e da Serra do Araripe e, conseqüentemente, para a maior expansão produtiva dessa rica região. Qualquer que seja o conceito que se forme acerca da sua destacada individualidade, impossível será negar tenha sido ele fator de enorme progresso e, no campo espiritual, um conselheiro e um protetor devotado do seu povo. A capelinha antiga o Padre Cícero transformou-a na bela igreja de Nossa Senhora das Dores. O seu túmulo ainda hoje é venerado, diariamente, por sucessivas levas de crentes que vão depositar à memória do Patriarca e fazer preces pela felicidade celestial dele e pela sua felicidade própria, neste vale de lágrimas. O primeiro vigário da Freguesia de Juazeiro foi o Mons. Pedro Esmeraldo, nomeado a 20 de janeiro de 1917.

O Município compreende várias Paróquias: sendo as principais a de Nossa Senhora das Dores e a de Nossa Senhora de Lourdes. Há um belo templo da Igreja Batista e outro da Presbiteriana. A Igreja de São Francisco, dos frades Capuchinhos, é uma bela e majestosa casa de orações.

O topônimo Juazeiro provém do sítio deste nome, fundado à margem esquerda do rio Batateira. Limitava-se a leste com o sítio

Malvas, ao oeste com o sítio Porteiras, ao norte com o rio e ao sul com o sítio Macacos. O nome é o de conhecida árvore, notável por manter-se virente e luxuriosa no rigor das maiores secas (**Zizyphus Juazeiro** Mart.) Trata-se de palavra híbrida tupi-portuguesa: **juá** fruto de espinho + o sufixo eiro. Por sua vez, **juá** ou ui-á é fruto de espinho, alusão a grande quantidade deles que defendem os ramos da árvore. A denominação atual foi adotada pelo de Dec.-Lei n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

A cidade de Juazeiro do Norte acha-se edificada no vale do Salgadinho antes chamado Carité e tem o nome de Batateiras parte do seu curso e é servida pela RFFSA e pela estrada de rodagem que liga a BR-116 à cidade do Crato. É a mais populosa e a que apresenta maior movimento comercial do Estado, depois da Capital, com indústrias das mais variadas espécies. A sua população adventícia é constante, atraída pelo misticismo em torno do Padre Cícero e vindas dos Estados mais vizinhos do Ceará, mais o de Alagoas. O seu artesanato é muito rico e enorme a comercialização de tudo quanto se relaciona com o Padre Cícero, para os romeiros considerado um Santo. O turismo tem aí um dos seus pontos de maior interesse. É na realidade, ao lado da "cidade santa", uma "cidade econômica", movimentada, visitada, admirada dos visitantes que aí encontram uma urbe elegante, clara e acolhedora, plena de energia e de trabalho, com a segurança de sua rede bancária, da espiritualidade dos seus clubes e agremiações recreativas, com o seu animado parque de estabelecimentos educacionais e, como nota bem típica, a movimentação extraordinária de suas feiras semanais, aos sábados.

Sobre Juazeiro e o Padre Cícero há uma vasta literatura, de livros e trabalhos nas revistas e jornais, resumidos na bibliografia do Capítulo XXVII da **Pequena História do Ceará**. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1971, 3a. ed., de Raimundo Girão. Devem ser consultados vários números da revista **Itaytera**, do Instituto Cultural do Cariri, e do **Boletim** do Instituto Cultural do Vale Caririense.

Em Juazeiro do Norte nasceram: o Padre Azarias Sobreira, em 24 de janeiro de 1894, professor abalisado da língua vernácula, jornalista, sacerdote das mais apuradas virtudes, uma espécie de consolador de aflitos e conselheiro dos angustiados. Criado sobre a proteção do Padre Cícero, fez-lhe integral defesa pela imprensa e em livro — **O Patriarca do Juazeiro**, Oficinas da Editora ,1a. ed., 1969, no qual procura isentar o taumaturgo das increpações às

vezes violentas, de que foi alvo. Faleceu em Fortaleza, em 14 de junho de 1974; Antônio Xavier de Oliveira, em 9 de outubro de 1892, médico residente no Rio de Janeiro, psiquiatra de renome e falecido em 6 de fevereiro de 1957, no Rio de Janeiro. Deputado Federal pelo Ceará; José Adauto Bezerra, em 3 de julho de 1928. Coronel do Exército e depois banqueiro, chefe de grandes indústrias no Ceará, Pernambuco e Goiás, Governador do Estado e Deputado Estadual e Federal, obtendo para este mandato o maior número de votos alcançado por um candidato em nosso Estado.

JUCÁS — Distritos: o da sede e os de Baixio da Donana, Canafístula, Mel e Poço Grande. Área do Município — 869km². Altitude da cidade — 246'96m. Coordenadas geofráficas da cidade: Latitude — 6°31'31" S; Longitude — 39°31'39" W.

A Resolução Imperial de 3 de fevereiro de 1823 criou o Município com a sede no povoado de São Mateus, então elevada à categoria de vila (Alvará de 17 de outubro do mesmo ano). Mas pela Lei n. 558, de 27 de novembro de 1851, foi extinto e transferida a sede para a povoação de Saboeiro. Em 1859, pela Lei n. 889, de 22 de julho, foi restaurado com o mesmo nome de São Mateus dos Inhamuns, denominação que a Lei n. 107, de 20 de setembro de 1893, mudou para antiga de São Mateus.

A Freguesia foi criada com a Provisão de 7 de dezembro de 1755, sob a invocação de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns, por Frei Manuel de Jesus Maria, pertencente à Ordem dos Carmelitas Observantes, que visitava o Ceará, acompanhado do seu secretário, Padre Anacleto Soares da Silva, por ordem do Bispo de Pernambuco. (Barão de Studart, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 37, p. 323). Tendo sido extinta, foi novamente instituída pela Lei n. 630, de 22 de dezembro de 1853, a qual declarou "erecta em matriz a capela de Nossa Senhora do Carmo de S. Mateus, desmembrada da freguesia de Nossa Senhora da Purificação do Saboeiro." A imagem da padroeira foi colocada na igreja em construção a 22 de março de 1757. Sucedeu a Frei Manuel (ou José) Maria de Jesus o Padre Raimundo Ferreira da Costa (Barão de Studart, **Revista** cit., v. 38, p. 115). Informa o historiador Mons. Francisco de Assis Couto que "a primeira igreja de S. Mateus dedicou-se a dois santos, a saber: o Apóstolo e Evangelista São Mateus e Nossa Senhora da Glória. Duas imagens, portanto, expostas à veneração dos fiéis cristãos dessas priscas eras. A primeira a receber o tributo de culto de veneração foi a de São Mateus. E queremos crer, pelos indícios históricos, tenha chegado nos idos

de 1720-1724 porquanto, na última data, o lugar já se chamava Fazenda de São Mateus. A' imagem de Nossa Senhora da Glória só a partir de 1745 é que a documentação eclesiástica, coeva, lhe faz positivas referências. Num termo paroquial, datado de outubro de 1746, está escrito o seguinte: Na capela de N. Senhora da Glória de S. Mateus, Ribeira do Quixelô, desta Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó. Na sala de visita da residência paroquial existem, ainda, as primitivas imagens. Esculpidas em madeira e estilo próprio, que releva a época colonial. A de N. Senhora da Glória é mais rica em detalhes, bela e maior que a de S. Mateus" (**Origens de S. Mateus — São formação sócio-eclesiástica**, Empresa Gráfica Ltda., Crato, 1965, p. 16).

A Freguesia pertence ao Bispado de Iguatu.

A história das origens de Jucás como a de outras localidades, acha-se envolta na lenda ou na fantasia popular. Querem os filhos da região que São Mateus fora santo aparecido no outeiro onde hoje assenta a igreja matriz, e que, nada obstante várias tentativas para situar o templo em local diverso, sempre voltava para o seu outeiro predileto. O primeiro aldeamento indígena formou-se em torno dessa pequena elevação de terreno, à margm esquerda do rio Jaguaribe, tendo sido seus primitivos habitantes uma tribo de índios pescadores, descendentes dos Quixelôs, numerosa nação de silvícolas que perlustrava os sertões em que se acham os atuais Municípios de Iguatu, Acopiara e Jucás. "Esses índios foram submetidos à paz em 1719, ano em que se nomeou para administrá-los, temporariamente, o Coronel Gregório Martins Chaves. Théberge assegura que eles tiveram seu aldeamento no sítio Telha, perto da barra do Truçu, sendo a povoação dirigida por um frade carmelita. Em 1791, estavam ainda aldeados na missão da Telha, presentemente cidade de Iguatu e mais na vila de S. Mateus, sendo depois reunidos aos Canindés, Jenipapos e Paiacus para povoarem a vila de Monte-Mor — o novo-da-América" (Carlos Studart Filho, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 45, p. 103). João Brígido registra a opinião do Desembargador Figueira de Melo, baseado nos assentos da Câmara Episcopal de Olinda, e segundo a qual foi durante a célebre luta dos Montes e Feitosas que teve início no arraial de São Mateus nas cabeceiras do Jaguaribe, o primeiro povoado daquele lado da província (**Ceará — Homens e Fatos**, p. 83).

Mons. Francisco de Assis Couto, escreve: "Entre os historiadores e cronistas do Ceará, o que mais se aproximou da realidade

genética de São Mateus foi o ilustre Des. Figueira de Melo. Baseado em dados eclesiásticos da Câmara Episcopal de Olinda, afirmou que o início da Povoação de São Mateus foi durante a luta Montes-Feitosas. Face a documentação coeva, em nosso poder, endossamos essa opinião por ser a mais verossímil, porquanto o primeiro livro de assuntos paroquiais, que diz respeito à região, data de 1728" (Ob. cit., p. 14).

A nova denominação escolhida para a antiga aldeia de tapuias que, já cidade, se chamava São Mateus, recorda a grande e valorosa tribo dos Inhamuns. Nessa aldeia, que foi teatro de graves tripolias por parte das famílias que se guerreavam — Montes e Feitosas — foram agrupados índios de várias origens, entre os quais um certo número da tribo dos Jucás. Jucá é o radical do verbo tupi, **ajucá**, matar e, também, uma árvore leguminosa **Coesalpinea ferrea** Mart), de cerne duríssimo, com que os índios preparavam os seus tacapes ou paus de matar (Nota de Pompeu Sobrinho). Essa nova denominação foi dada pelo Dec.-Lei n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Ler: Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, p. 329.

A cidade fica à margem esquerda do rio Jaguaribe, em regular elevação de terreno e dista poucos quilômetros da encruzilhada fluvial — Cariús-Bastiões-Jaguaribe. Nasceu em Jucás Gonçalo Batista Vieira (Barão de Aquirás), em 17 de maio de 1819, Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda em 1843, Secretário de Estado, Deputado Geral em várias legislaturas e chefe do Partido Conservador no Ceará. Faleceu em Fortaleza, no dia 10 de março de 1896.

LAVRAS DA MANGABEIRA — Distritos: o da sede e os de Amanaituba, Arrojado, Iborepi, Mangabeira e Quitaiús. Área do Município — 1.072km². Altitude da cidade — 239m. Coordenadas geográficas da cidade: — Latitude 6°45'22" S; Longitude — 38°57'57" W.

Criado pela Resolução Régia de 20 de maio de 1816 e Alvará de 27 de junho do mesmo ano, com sede na povoação de São Vicente Ferrer das Lavras da Mangabeira, então elevada a vila com a denominação de São Vicente das Lavras. Foi instalado em 8 de janeiro de 1818, e elevada a vila à categoria de cidade pela Lei n. 2.075, de 20 de agosto de 1884.

A Freguesia foi criada sob a invocação de São Vicente Ferrer, pela Provisão de 30 de agosto de 1813, desmembrada da de Icó e

ficando a pertencer-lhe todo o rio Salgado, desde o Riacho da Pendência até o da Caiçara, com todos os seus afluentes. Dela se desmembraram: a Freguesia de São Raimundo Nonato de Várzea Alegre, de acordo com a Lei n. 1.076 de 30 de novembro de 1863; parte da Freguesia de São Pedro, do Crato, conforme a Lei n. 1.362, de 9 de novembro de 1870; a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, de Umari, em virtude da Lei n. 1.686, de 2 de setembro de 1875, que somente em 18 de agosto de 1882 foi executada canonicamente; e, por fim, grande parte da Freguesia de Menino-Deus de Aurora, instituída por Ato do Bispo D. Joaquim José Vieira, datado de 27 de junho de 1893. O patrimônio da Freguesia é de meia légua de terra do lado do rio Salgado em que fica situada a matriz. O seu primeiro vigário foi o padre colado José Joaquim Xavier Sobreira, nascido em Lavras, em 1777 e aí falecido em 17 de maio de 1827. Pertence ao Bispado do Crato.

O nome Lavras, como exprime o seu próprio sentido etimológico, advém das explorações das minas de ouro feitas no território do atual Município iniciadas no século 18, quase cinco anos depois de começadas as das minas de São José dos Cariris, no lugar Mangabeira, nome, provavelmente da fazenda de criar do Padre Antônio Gonçalves Sobreira. Em torno daquelas explorações é que se formou o arraial que tomou a denominação de Lavras da Mangabeira, contraindo-se com o tempo, em Lavras, e com este nome o povoado foi elevado à categoria de vila, pelo citado Alvará de 27 de junho de 1816. Porque onerosas ao erário, ditas lavras foram mandadas suspender por uma Carta Régia de 12 de setembro de 1758, medida que em data de 25 do mesmo mês foi por igual adotada com relação das demais explorações existentes na Capitania do Ceará. Sobre o assunto, convém ler os trabalhos de João Brígido, em **Ceará — Homens e Fatos**, p. 77; o de Pedro Théberge no seu **Esboço Histórico da Província do Ceará**, cap. X; e, especialmente, o que escreveu o Barão de Studart em torno da inveracidade de ambos, em **Notas para a História do Ceará**, cap. 1 e 2, e também **Lavras da Mangabeira — Dos Primórdios à Vila**, Fortaleza, 1981, separata da Revista do Instituto do Ceará, de Joaquim Macedo, e **Uma cidade de tradições e legendas**, artigo de Dimas Macedo, em O POVO, de Fortaleza, ed. 17 de maio de 1981, p. 7. A denominação atual — Lavras da Mangabeira foi adotada pelo Dec.-Lei n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943, restaurando-se, assim, o nome antigo.

A cidade é banhada pelo rio Salgado, o maior afluente da margem direita do rio Jaguaribe, e servida pela RFFSA, que tem

aí uma de suas estações, inaugurada em 11 de dezembro de 1917 bem como pela estrada de rodagem BR-116. Aí nasceram Almir dos Santos Pinto, em 15 de fevereiro de 1913, médico, Deputado Estadual em diversas legislaturas, Senador da República; Antônio Filgueiras Lima, em 21 de maio de 1909, Bacharel em Direito, um dos mais inspirados poetas cearenses, educador, professor, pedagogo, fundador e diretor do Colégio Lourenço Filho, de Fortaleza, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, na qual ocupou a cadeira n. 21, de que é patrono José de Alencar e falecido em 28 de setembro de 1965; João Clímaco Bezerra, em 30 de março de 1913, Bacharel em Dierito, professor, jornalista, romancista, membro da Academia Cearense de Letras, onde ocupa a cadeira n. 9, de que é Patrono Fausto Barreto; João Gonçalves de Sousa, Bacharel em Direito, Engenheiro Agrônomo, mestre de Sociologia Rural pela Wisconsin University; Joel de Lima Linhares, em 30 de agosto de 1895, Bacharel em Direito, professor, mestre da Linguística, membro da Academia Cearense de Letras, ocupante da cadeira n. 16, de que é Patrono Franklin Távora, falecido a 23 de fevereiro 1979; Josafá de Lima Linhares, em 24 de dezembro de 1896, Bacharel em Direito, professor, especializado nos estudos de Direito Financeiro, membro da Academia Cearense de Letras, nela ocupando a cadeira n. 30, da qual é Patrono Raimundo Antônio da Rocha Lima; Melquíades Pinto Paiva, em 6 de março de 1930, Engenheiro Agrônomo (1952), professor técnico e respeitado na Ciência da Zoologia; Raimundo Ferreira de Araújo Lima, 23 de junho de 1818, Bacharel em Direito em 1839, magistrado no Ceará, em Alagoas e no Paraná, Deputado Geral, Ministro do Império na Pasta da Guerra, Conselheiro, falecido em 21 de novembro de 1908, no Rio de Janeiro; Vicente Ferreira da Costa Piragibe, em 22 de janeiro de 1810, Brigadeiro do Exército, Cavaleiro da Ordem de Aviz e da Ordem da Rosa, Conselheiro, falecido em 13 de janeiro de 1874; Vicente Ferrer Augusto de Lima, em 19 de julho de 1915, Bacharel em Direito, Deputado Estadual e Federal, Secretário de Estado, professor e advogado. Joarivar Macedo (Joaquim Lobo de Macedo). Professor, autorizado e incansável pesquisador dos estudos históricos e genealógicos da região do Cariri, sobre os quais tem publicado excelentes trabalhos.

Idealizador e Presidente do Instituto Cultural do Vale Caririense. Convém a leitura de **Lavrenses Ilustres**, Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 1981, de Dimas Macedo.

Ildefonso Correia Lima, em 7 de julho de 1860, médico de nomeada, político de evidência, Deputado Federal em várias legislaturas, falecido em 28 de fevereiro de 1911.

LIMOEIRO DO NORTE — Distritos: o da sede e o de Bixopá. Área do Município: 564km². Altitude da cidade: 30,22m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 5°08'46" S; Longitude — 38°5'56" W.

A Lei n. 1.255, de 28 de dezembro de 1.868, criou o município que era distrito de Russas, tendo por sede a povoação de São João do Jaguaribe, então elevada à categoria de vila (Art. 1.°, § 1.°). Revogado este dispositivo pela Lei n. 1.402, de 22 de julho de 1871, foi erigida em Vila a povoação de Limoeiro, para onde se transferiu a sede do Município, dando-se a inauguração a 30 de junho de 1873, pelo Presidente da Câmara Municipal de Russas, coronel Francisco das Chagas de Araújo. A vila passou a ser cidade em virtude da Lei n. 364, de 30 de agosto de 1897.

Foi criada a Freguesia pela Lei n. 1.081, de 4 de dezembro de 1863, desmembrada da de São Bernado de Russas, e canonicamente instituída por Provisão da mesma data, sendo seu primeiro vigário o Padre Francisco Ribeiro Bessa, nomeado pela Provisão de 19 de janeiro de 1864. A invocação é de Nossa Senhora da Conceição. Transferida a sede para São João do Jaguaribe, pela Lei 1.118, de 8 de novembro de 1864, foi esta revogada pela Lei n. 1.358, de 4 de novembro de 1870, que restaurou aquela acima referida n. 1981, de 1863. É o Município sede da 3a. Diocese do Ceará, criada a 8 de maio de 1938, pela **Bula Ad Dominicum** do Papa Pio XI, tendo sido para tanto constituído o necessário Patrimônio e construído o Palácio episcopal, um moderno e amplo edifício à Praça Santo Antônio. O primeiro Bispo, D. Aureliano Matos, foi eleito a 30 de junho de 1940 e sagrado a 29 de setembro do mesmo ano, na própria Catedral de sua Diocese, sendo sagrante D. Manuel da Silva Gomes e assistentes D. José Tupinambá da Frota e D. Francisco de Assis Pires, respectivamente Bispos de Sobral e Crato. Ao ato compareceu D. Jaime Câmara, então Bispo de Mossoró e depois grande figura do Clero Nacional. Na sede, há dois templos católicos: a Catedral, cujo orago é Nossa Senhora da Conceição, e a Igreja de Santo Antônio, cujas linhas arquitetônicas internas, admiradas por quantos a visitam, são produtos da inteligência de José Ferreira Sombra, competente mestre de obras limoeirense. Registre-se que a Igreja, hoje Catedral, foi iniciada em 1821, mas só em 1845 prosseguiram os trabalhos da sua construção, dirigi-

dos por Bonifácio José Carneiro, tendo-se concluído a capela-mor, onde passou a celebrar-se em dezembro deste ano. A conclusão, porém, deu-se em 1863, ano da criação da Freguesia.

"O sítio do Query ou Fazenda do Limoeiro já alumiava com seus fogos, aqueles ermos. Era uma grande casa alpendrada, erguida à margem direita do Jaguaribe. Em 1745, fora doada aos Carmelitas da Reforma do Recife pelo Sargento de Auxiliares José Duarte Pereira e sua mulher, dona Joana da Fonseca. A escritura dessa doação foi feita na residência do Religioso Frei Luís da Apresentação, Carmelita, no Tabuleiro do Mal Conzinhado, da Vila de Aquirás, conforme notas do Cartório Câmara, da Comarca de Quixeramobim. Em 1764 foi vendida pelos Carmelitas ao pernambucano Antônio Rodrigues da Silva, o qual jamais quis vir morar naquela sua propriedade. Em 1769, casou-se uma filha, Josefa Rodrigues da Silva, com o Tenente Coronel Manuel José Rodrigues da Silva, o qual passou a residir na antiga Fazenda do Limoeiro. Data de então o povoamento e a vida daquele centro de atividade agropecuárias das Várzeas do Jaguaribe. Vaqueiros e trabalhadores foram-se agrupando em torno da Casa Grande, que se erguia acolhedora e hospitaleira, à margem da estrada que coleava o rio lendário, rumo ao sertão. A família do Cel. Manuel José Rodrigues da Silva foi o núcleo central do povoamento do atual Município de Limoeiro do Norte, ao qual deu 11 filhos, cujos descendentes ainda hoje se encontram por todo o Vale. Em torno, outras Casas Grandes se foram erguendo, desdobrando-se as novas Fazendas, cujos rebanhos encontravam, nas imensas planícies jaguaribanas, pastagem abundante e água fácil, no leito do grande rio. O que se passou naquelas colmeias não deve ter sido diverso do que ocorreu em todos os Municípios cearenses, na sua marcha evolutiva. Não se transforma uma modesta casa de Fazenda, um simples rancho de pernoite de boiadas, numa cidade moderna, sem haver de permeio muita violência, muito amor, muito riso e muitas lágrimas. Limoeiro do Norte é hoje uma das cidades mais importantes do Vale do Jaguaribe, sede do terceiro Bispado do Ceará e o centro de maior expressão cultural da Região Jaguaribana" (**Limoeiro do Norte — História**, do Pe. Misael Alves de Sousa, na revista **Kuandu** publicação do Colégio Diocesano De. Anchieta, ano 1.º, n. 1, p. 29). Limoeiro deriva-se do nome de uma grande árvore (**Citrus Limonia** Osbeck) da família das Rutaceas, que, segundo a tradição, crescia e frutificava em local por trás da atual Catedral. O Dec-Lei n. 1.114, de 30 de dezembro de 1943, adotou a atual denominação, com o acréscimo de "do Norte", para diferençá-la doutra cidade mais antiga do mesmo nome, em Pernambuco. Ler: **De Fortaleza à cidade de Limoeiro (Impressões de Viagem)** de Henrique Théberge, na **Revista da Academia Cearense de Letras**, v. 4, p. 73; **Revista Comemorativa do Ginásio Diocesano; Albúm do Jaguaribe**, Belém, Empresa Gráfica Amazônica; Para a História de Algumas localidades Cearenses, na **Revista do Instituto do Ceará**; v. 23, p. 189.

Aí nasceram: Francisco Valdivino Nogueira (Padre Valdivino), em 24 de abril de 1866, ordenado sacerdote pelo Seminário de Fortaleza, renomeado orador sacro, a ponto de ter merecido a antonomásia de Crisóstomo Cearense, membro fundador do Instituto do Ceará (1887) e também um dos fundadores da Academia Cearense de Letras (1894), falecido na cidade de Redenção no dia 8 de setembro de 1921; Climério Chaves, em 4 de julho de 1875, ordenado em 1901, jornalista, poeta, professor, tendo sido um dos fundadores do Colégio Cearense do Sagrado Coração de Jesus, de Fortaleza, falecido no dia 18 de agosto de 1925; Afonso de Oliveira Lima, em 28 de agosto de 1916. Ordenou-se em São Paulo, a 8 de dezembro de 1940. Pertence à Ordem dos Salvatorianos. Bispo da Diocese de Brejo, no Maranhão; Antônio Nilson Craveiro Holanda, em 22 de junho de 1935. Bacharel em Direito (1957) Master of Arts, pela Universidade de Stanfort, Estados Unidos. Professor. Presidiu ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Lauro de Oliveira Lima, em 12 de abril de 1921. Bacharel em Direito, turma de 1949, Professor e Técnico de Educação com destacada autoridade no sul do País; Leonel Chaves, em 2 de junho de 1873. Bacharel em Direito. Professor da Faculdade de Direito do Ceará. Político e Jornalista, falecido em 31 de outubro de 1919.

MARANGUAPE. — Distritos: o da sede e os de Amanari, Antônio Marques, Itapebuçu, Jubaia, Maracanaú, Sapupara, Tanques e Vertentes do Lajedo. Área do Município 754km². Altitude da cidade 68,57m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°53'24" S; Longitude 38°41'10" W.

A Lei n.º 553, de 17 de novembro de 1851, criou o Município com sede na povoação de Maranguape (estabelecendo-lhe os limites), então elevada à categoria de vila. Esta foi elevada a cidade em virtude da Lei n. 1.282, de 28 de setembro de 1869. Pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, ao Município foi anexado, para o Distrito de Maranguape, parte do extinto Distrito de Pajussara (hoje Rodolfo Teófilo), do Município de Fortaleza.

A Lei n.º 485, de 4 de agosto de 1849, extinguiu a antiga Freguesia de Messejana, transferindo a sua sede para a povoação de Maranguape, cuja capela foi erigida em matriz, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha. Na mesma data, foi transferido de Messejana para a nova sede o vigário, Padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, colado por carta de 25 de novembro de 1838. Acometido da cólera-morbus, retirou-se este, em 1862, para Fortaleza, onde faleceu, sendo substituído pelo Padre Galindo F. da Silva Cavalcante, como pro-pároco. O substituto efetivo foi o Padre Francisco Sales de Oliveira Bastos, nomeado a 11 de outubro de 1862, tendo aí permanecido até 16 de fevereiro de 1872, e ficando na sua ausência, gerindo a Paróquia, o Padre José Maria Conde. A primitiva capela de Nossa Senhora da Penha era situada no Alto da Vila, hoje bairro Outra-Banda, a qual, achando-se em ruína, foi demolida para ser construída uma nova, que não passou dos alicerces. Quando se aventou a idéia da construção da atual matriz, sob a invocação de São Sebastião, houve divergência, quanto à escolha do local, entre os habitantes de Outra-Banda e os da outra parte da vila, resultando daí ser levantada no ponto em que hoje se acha, lugar impróprio quase pantanoso. É um prédio vasto e internamente bem ornamentado. Desse modo a Freguesia de Maranguape cultua dois padroeiros, um de direito — Nossa Senhora da Penha, e outro aceito pelo povo — São Sebastião.

Etimologicamente o topônimo pode significar a árvore que de nenhuma maneira se come: de **marã** árvore **angai** de nenhuma maneira, e **guabe** comer. Martius, p. 514; talvez guerreiro, sabedor da guerra, abreviatura de **maramonhang** fazer guerra, ou o substantivo simples guerrear, de que se fez o verbo composto, e **coaub** sabedor (José de Alencar, **Iracema**, Nota 8 ao cap. XXII). "Em datas de antigas sesmarias encontra-se escrito Maraguape, de que Maranguape já deve ser corrutela e que significa — árvore de comer, ou de fruto que se come: de **marã** árvore, e **guabe** comer. Penso que esta é a verdadeira etimologia" (Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1.º, p. 345). Segundo João Brígido, Maranguape é corução de Maragoa, Maragab, Maragoaba. Os Holandeses não nos deixaram o nome que os indígenas davam ao local da cidade atual. Deram, porém, á serra em frente, a de Maragoa, que se encontra escrito — Maragoaba em documentos portugueses, posteriores à evacuação... Maragoa, Maragoab e Maragoaba? Entre os postugueses não ouve senão um **b** demais, e, por fim, um **a**. **Marã** quer dizer mato, **goa** e **goab**, que Montoya diz **guab**, é o mesmo que **gua**, quer dizer — apertado, cerrado etc. Destarte, Maragoa, Maragoab, Maragoaba, finalmente, Maragoape, tudo quer dizer — mato fechado, cerrado, etc." (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 16, p. 123).

"Maragoape, como vem escrito na sesmaria de Tomé Dias, principal da Aldeia de Parangaba, em 1707 — escreve Teodoro Sampaio —, ou Maragoá, como se lê na planta do forte Schoonenborch de 1649, é na verdade o mesmo nome Maranguape de hoje. Toda dúvida desaparece logo que se observe que a palavra Maranguape representa a aglutinação de três elementos bem distintos: **marã — goá — pe**; que a última sílaba do radical **marã** é nasal, escrevendo-se mais corretamente **maran**, que quer dizer guerra, luta, batalha, confuso; que a terminação **pe** é uma simples regência que nós denominamos preposição, porque no português se coloca antes do nome regido, mas que no tupi devemos chamar posposição, porque, ao contrário, sempre se coloca após o dito nome, posposição que pode desaparecer da palavra a que se aglutinou sem a alterar substancialmente. **Marãgoá** (**marã-goá**) se traduz por vale da batalha ou baixa da peleja, e Maranguab (**marã-goá-pe**) significa — no vale ou baixa da batalha". A grafia atual exprime com mis exatidão palavra tupi. (**A evolução histórica do vocabulário tupi**, na **Revista do Instituto do Ceará** v. 16, p. 217). O Barão de Studart aceita essa explicação etimológica (**Revista** cit., v. 38, p. 123). Esta é uma nota de Pompeu Sobrinho: "A etimologia dada por Paulino Nogueira não satisfaz. **Guabe** em tupi não é comer, mas simplesmente uma corrutela de **guaba** ou **wába**, a comida, ou o lugar de comer, é o infinito **ú**; donde os particípios nominais **wára, comedor**, e **waba**, a comida. A etimologia proposta por von Martius ainda é mais estravagante, bem como a de Alencar. A análise de Teodoro Sampaio é razoável: **maran gua pe** ou no vale ou baixada da batalha; apenas a significação nos parece inexpressiva. É possível que **warã** provenha da alteração **ymirá** madeira, pau, dando **maranguá**, o vale ou baixada da madeira, mas preferimos interpretar de outro modo: **mará** madeira + **guaba**, de **wába**, ou **waa** (o que), isto é: o que tem madeira, o lugar das madeiras. Donde Maranguape, pela permuta, muito usual, no tupi, do **b** em **p**. A alteração de **ymirá** em **mará** é comum — como em marapinima, de **ymira-pinima**, pau ou madeira pintada, cheia de manchas; maraúna ou barauna de **ymirá-una** madeira preta; marataíba, de **ymirá-tá-tá yba** pau, fogo, árvore, árvore de pau de fogo etc."

A cidade de Maranguape dista 22km. de Fortaleza e está ligada pela estrada de rodagem CE-20. Situa-se ao sopé da serra do mesmo nome e estende-se no pequeno e fértil vale que a circunda.

Pode ser considerada o melhor subúrbio da Capital, com os seus pontos de atração maiores — as boas e agradáveis vivendas que se sucedem serra-acima, com a sua floresta sempre verde, seus regatos, suas piscinas. O moderno Hotel Balneário Pirapora, a 1km do centro, é tomado constantemente por visitantes desejosos de uma aprazimento melhor. O tráfego entre Maranguape e Fortaleza é intenso, com ônibus transportando passageiros, saindo e voltando, de meia em meia hora. No sítio Columinjuba, distante 9 km da cidade, nasceu João Capistrano de Abreu, em 23 de outubro de 1853, tido e havido, com toda justiça e razão, como o maior dos historiadores brasileiros, devendo-se relembrar o conceito de Silvio Romero: " Capistrano é o maior erudito em assuntos brasileiros que até hoje existiu." Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 13 de agosto de 1927. Ver o verbete **Capistrano** e ler **Maranguape — Aspectos histórico-geográficos**, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965, de Pedro Gomes de Matos, **Maranguape (Notas de viagem)** Fortaleza, Tip. Econômica, 1885, de Antônio Bezerra **Monografia do Município de Maranguape.** Fortaleza, Assis Bezerra, 1911; **Maranguape**, Fortaleza, s. e, 1951, de Belo da Mota, bem como o trabalho que se encontra na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 77, p. 107 e seguintes. O sítio Columinjuba situada-se no Distrito de Sapupara (ver). Neste mesmo Distrito, nasceu em 28 de fevereiro de 1907, Joaquim Braga Montenegro, que, sem ter frequentado colégios melhores ou Faculdades, pôde alcançar, sem favor, o posto dos mais abalizado dos nossos críticos literários. Vitorioso contista. Pertenceu ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras, ocupando a Cadeira n. 15, de que é Patrono João Capistrano de Abreu. A Universidade Federal do Ceará concedeu-lhe o título de Professor **Honoris Causa**, em 10 de agosto de 1970. Faleceu em Buenos Aires, Argentina, aonde fora à procura de melhor tratamento da doença que o afligia, no dia 20 de novembro de 1979 (ver verbete Sapupara); Antônio Augusto de Vasconcelos, em 23 de dezembro de 1852, Professor da extinta Escola Militar do Ceará e um dos fundadores e professor da Faculdade de Direito do Ceará. Orador fluente. Pertenceu ao Instituto do Ceará, tendo sido um dos seus fundadores, assim como da Academia Cearense de Letras, da qual é Patrono (Cadeira n.º 3). Faleceu em 10 de março de 1930; Djacir de Lima Menezes, em 14 de novembro de 1907. Professor. Grande figura de jurista e sociólogo, cuja obra, numerosa e de repercussão internacional, marca bem a profundidade e equilíbrio dos seus conhecimentos; Jaime Benévolo, em 27 de agosto de 1854. Engenheiro militar. Informação histórica assegura que, fazendo parte do gabinete de comando do

General Deodoro da Fonseca, tudo fez para que este, doente e indeciso, saisse à rua para proclamar a República. Faleceu em 13 de maio de 1905; José Alves Quinderé (Padre Quinderé), em 1 de janeiro de 1882. Sacerdote ordenado em 1904, exerceu diversas funções eclesiásticas da mais alta confiança do Bispado do Ceará e foi professor do Liceu do Ceará. A sua simplicidade atraente e o seu espírito **blaguer** fizeram-no um querido de quantos o conheceram. Escreveu várias obras, inclusive as suas **Reminiscências** de encantador conteúdo; Francisco Anísio de Oliveira Paula Filho (Chico Anísio). Um dos grandes comediantes brasileiros, sempre aplaudido pela quase diremos genialidade de suas caracterizações e de seus programas e exibições.

MARCO — Distritos: o da sede e o de Panacuí. Área do Município — 439km². Altitude da cidade — 20,10m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°07'26" S; Longitude — 40°08'48" W.

A povoação de São Miguel do Marco, passou a sede de Distrito do Município de Santana do Acaraú, por Ato de 21 de outubro de 1872 e Lei Municipal de 5 de abril de 1893, foi elevada à categoria de vila em virtude do Dec.-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938. Desmembrado do de Santana de Acaraú, anteriormente Licânia, foi criado o Município, com a denominação de Marco, pela Lei n. 1.153, de 22 de novembro de 1951, sendo seu primeiro prefeito Manuel Jaime Neves Osterne. A instalação somente se deu em 25 de março de 1955.

A capela de São Miguel do então povoado de Marco, construída em 1870, recebeu a categoria de matriz em 1941, dada pela Portaria de 31 de dezembro, expedida por D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral. Nesse mesmo dia foi nomeado o primeiro pároco, o Padre Francisco Apoliano, que tomou posse e inaugurou a Paróquia em 6 de janeiro de 1942. Esta pertence ao Bispado de Sobral.

Por efeito de dispositivo do Decreto-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938, passou a denominar-se apenas Marco, topônimo que se relaciona com o marco assentado a meia légua para o sul da cidade, local onde terminava a divisa das terras de Manuel de Góis, "um dos primeiros moradores da ribeira de Acaracu", indicando mais tarde o limite de Santana do Acaraú com o de Acaraú. A cidade sede fica à margem esquerda do rio Acaraú, quase nos limites com o Município de Bela Cruz.

MARTINÓPOLE — Distrito único: o da sede. Área do Município — 397km². Altitude da cidade — 65m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°13'32" S; Longitude — 40°41'48" W.

A povoação de Angico, Distrito do Município de Granja, depois denominada Martinópole, pelo Dec. n. 56, de 4 de dezembro de 1933, foi transformada em sede do Município pela Lei n. 3.560, de 26 de março de 1957.

A capela de Nossa Senhora da Conceição da antiga Angico foi construída em 1917 e entregue ao culto no dia 11 de novembro desse ano, graças aos trabalhos e interesses do Monsenhor Vicente Martins, então vigário de Granja. É Paróquia da Diocese de Sobral.

Não sabemos bem porque Angico, mas este nome era oficial e, como tal, assim denominada a estação da Estrada de Ferro de Sobral, aí inaugurada em 11 de março de 1881. Se Angico, tiraria a denominação de árvore muito conhecida pela boa qualidade de sua madeira e pelas propriedades de sua casca, empregada no curtume de couros e peles (**Piptadenia microphyla** Benth). A mudança para Martinópole se fez como homenagem, muito merecida, ao Monsenhor Vicente Martins, grande benfeitor do lugar, e não a Martim Soares Moreno — o fundador do Ceará — como supõe Álvaro de Alencar, no seu **Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo**, Fortaleza, Tip. Minerva, 2a. ed., 1939, p. 239).

Mons. Vicente Martins (Vicente Martins da Costa) nasceu em Fortaleza no dia 19 de julho de 1880. Ordenou-se no Seminário Diocesano a 1.° de março de 1903. Vigariou a Paróquia de Camucim, da qual passou para Granja por Provisão de 7 de fevereiro de 1905, assinada por D. Joaquim José Vieira, exercendo o **munus** com muito acerto e dedicação. Dado aos estudos históricos e genealógicos, publicou trabalhos em jornais e revistas, assim como livro sobre esses assuntos, entre outros **Homens e Vultos de Sobral**, 1941, s/e, e **Diocese de Sobral**, 1.° v. Fortaleza, Tip. Brasil, 1944.

MASSAPÊ — Distritos: o da sede e os de Aiuá, Mumbaba, Padre Linhares e Tuína. Área do Município — 349km². Altitude da cidade — 83m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°31'22' S; Longitude — 40°20'34" W.

O núcleo de população de que resultou a atual cidade de Massapê é conseqüente da instalação, ali, de uma das estações da Estrada de Ferro de Sobral, inaugurada em 31 de dezembro de 1881, atraindo, então, pessoas, e mesmo famílias, que se iam localizando nos arredores dessa estação, morando em casas de taipa e em palhoças. O primeiro prédio residencial, de tijolo e telhas, foi levantado por Francisco Gregório Carneiro, no fim daquele ano de 1881, vindo ele de seu sítio Canafístula. O local da estação referida era no sítio Santa Úrsula. Outras casas desse tipo foram sendo construídas, algumas delas destinadas à atividade comercial, entre outras uma destinada à Casa de Deus, ou seja uma capela, edificada pelo Padre, depois Monsenhor Diogo José de Sousa Lima, cuja mãe, D. Úrsula Balbina, doou o terreno necessário ao respectivo patrimônio, o qual teve como orago Santa Úrsula, conforme o desejo da doadora. O povoado tomou o nome de Serra Verde e com este nome foi elevado à vila e criado o Município, desmembrado o seu território do de Santana do Acaraú, pela Lei n. 398, de 25 de setembro de 1897, sendo inaugurado em 5 de fevereiro do ano seguinte, com o seu primeiro intendente, João Adeodato Carneiro. A Lei n. 540, de 10 de agosto de 1899, restaurou o antigo nome — Massapê, atendendo aos anseios do povo, não conformado com o título de Serra Verde. A vila tomou a categoria de cidade com a Lei n. 1.408, de 27 de agosto de 1917.

A provisão de 22 de junho de 1911, firmada pelo Bispo D. Joaquim José Vieira, "tendo em consideração que o povo de Massapê, pertencente à freguesia de Santana, tem-se desenvolvido consideravelmente, contando já dentro de sua área quinhentas e quatorze casas de tijolo, de sorte que, com bons fundamentos, se pode calcular o número de seus habitantes em 2.500 almas, e considerando que a capela de Santa Úrsula tem condições necessárias para servir de matriz" — desmembrou-a da Freguesia de Massapê e nela criou a Paróquia de Santa Úrsula, transformando em matriz a capela do mesmo orago, do qual foi primeiro vigário o Padre Antônio Cândido de Melo (1911-1916). Em 24 de junho de 1952, uma parte de seu território foi desmembrada para formar, compreendendo as capelas de Senador Sá, Aiuá, Serrote e Salão, a Paróquia de Senador Sá, e, anteriormente, em janeiro de 1942, havia sido desmembrada outra área, para a criação da Paróquia de Marco, a capela de Timbaúba.

Massapê significa "solo residuário formado pela decomposição dos calcários e cretáceos, constituindo uma argila compacta, anegrada, de extrema fertilidade." O nome foi dado ao povoado certamente pela sua situação em terreno da serra da Meruoca.

A cidade de Massepê, a 12 km. da serra da Meruoca, é banhada pelo riacho Contendas, o qual nela tem a sua nascente. Em 1936, pela Prefeitura Municipal, no seu leito foi construída uma barragem subterrânea de pedra e cimento para a retenção das águas

no verão. A 9 km. está o açude público Acaraú-mirim, cuja construção foi iniciada pelo Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva, sendo continuada pelo Engenheiro José Aires de Sousa, que a concluiu em 1907, demora resultante da modificação do respectivo projeto. Tal reservatório tem a capacidade de 52.000.000m³, com a barragem de 442m. de extensão e 18m de altura. A sua bacia hidráulica é de 4.500km². Ler sobre Massapê — **Massapê em Foco**, (1898-1968) Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1969, de Osvaldo Aguiar, que se integrou na vida massapeense, Bacharel em Direito com exercício em várias funções públicas, inclusive a de Procurador Geral do Estado. Poeta humoristico, espírito sempre aberto ao gracejo e às singularidades, traço que deixou bem expresso nas suas crônicas jornalísticas, muitas enfeixadas em livro; Abdias Lima em 29 de janeiro de 1911. Alto funcionário do Banco do Brasil, especializou-se nos estudos da Linguística e da Crítica Literária; Francisco Vasconcelos de Arruda, em 27 de março de 1912. Bacharel em Direito. Liderou por muitos anos a classe estudantil de Fortaleza. Deputado Estadual em mais de uma legislatura, muito contribuiu para a criação e instalação do Município de Ipaumirim, antes denominado Alagoinha; José Ossian de Aguiar, em 21 de março de 1898. Médico, diplomado em 1923, foi um dos fundadores e professores da Faculdade de Medicina no Ceará. Afamado cirurgião. Pertence a Academia Cearense de Medicina; José Pontes Neto, em 1.º de dezembro de 1915, filho de João Pontes, que foi prestigioso político e homem de empresa em Massapê. Médico diplomado em 24 de dezembro de 1923, foi um dos criadores e professores da Faculdade de Medicina do Ceará. Deputado Estadual. Astro de primeira grandeza no firmamento da Cirurgia no Ceará, é bem típica e reconhecida a sua atuação desprendida e solidária no atendimento igual a pobres e ricos. Um devotado à missão de curar.

MAURITI — Distritos: o da sede e os de Anauá, Coité, Maraguá, Mararupá e Umburanas. Área do Município — 1.263km². Altitude da cidade — 373,76m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°23'27" S; Longitude — 38°46'30" W.

Com a sede na povoação de Buriti, então elevada a vila com o nome de Mauriti, foi criado o Município em 1890, pelo Dec. n.º 51, de 27 de agosto, tendo sido inaugurado a 21 de outubro seguinte. Mais tarde, em virtude da Lei n.º 257, de 20 de setembro de 1895, foi declarado extinto, porém a Lei n.º 2.211, de 28 de outubro de 1924, o restaurou. Novamente extinto pela Lei n.º 2.634, de 6 de

outubro de 1928 (art. 3.º), foi restaurado pelo Dec. n. 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Dec.-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938.

Mauriti pertence à Freguesia de Milagres, do Bispado do Crato. A padroeira de sua igreja é Nossa Senhora da Conceição. Esse templo foi construído por Miguel Dantas, em virtude de voto feito à Imaculada Conceição, para livrar-se da **colera-morbus**. A bênção deu-se em 8 de dezembro de 1876.

A origem da cidade é a antiga fazenda Podimirim, adquirida, a 25 de janeiro de 1704, pelo Capitão João Dantas Aranha e seu companheiro, Caetano Dantas Aranha. Depois, chamou-se Buriti e, por ocasião de ser elevada a vila, Mauriti (Antônio Bezerra, **Algumas Origens do Ceará**, p. 126). Buriti é a palmeira, alta e elegantíssima, **Mauriti vinifera** Mart. O fato de produzir vinhos, dar ou emitir um líquido vinhoso, não passou despercebido ao selvagem, que batizou o vegetal de acordo com esta especial circunstância. Realmente, buriti é alteração de **mbirity** ou árvore que emite suco, sumo, licor, líquido, segundo Batista Caetano. Paulino Nogueira pensa vir o nome de **moró**, nutrir, e **ti**, fruto — fruto nutritivo. **Vocabulário Indígena**, na Revista do Instituto do Ceará, v. 1, p. 234. Ler: na revista **Itaytera**, do Instituto Cultural do Cariri, n. 12, **Subsídio para a História de Mauriti**, p. 77, e **Novos Subsídios para a História de Mauriti**, p. 149, ambos de Otacílio Anselmo.

A cidade situa-se nas vizinhanças da grande lagoa chamada Buriti, na confluência do rio deste nome com o rio S. Miguel, ambos com as nascentes na serra do Araripe. Aí nasceram: José Furtado de Lacerda, em 21 de novembro de 1875, ordenado em 30 de novembro de 1901, de superior atuação nas Paróquias que vigariou, falecido no dia 28 de janeiro de 1939, na sua cidade natal; José Leite Maranhão, em 10 de agosto de 1894, médico, professor da Escola Normal Justiniano de Serpa, do Colégio Militar do Ceará e da antiga Faculdade de Odontologia e Farmácia do Ceará. Orador fluente, polemista ardoroso. Foi Prefeito Municipal de Fortaleza. Deputado Estadual.

MERUOCA — Distrito: o da sede e os de Camilos, Palestina do Norte, Santo Antônio dos Fernandes e São Francisco. Área do Município — 275km². Altitude da cidade — 670m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°32'26" S; Longitude — 40°27'8" W.

A povoação foi criada pela Lei n.º 1.799, de 10 de janeiro de 1879. Antes, fora, ali, criado e Distrito de Paz (Lei n.º 998, de 31 de

agosto de 1861). A Lei n.º 2.090, de 13 de novembro de 1885, elevou à vila dita povoação, instituindo-se então o Município, desmembrado do território de Sobral. Extinto pela Lei n.º 1.794, de 9 de outubro de 1920, quando voltou a pertencer a Sobral; foi restaurado somente em 1951, em virtude da Lei n.º 1.153, de 22 de novembro, compreendendo o Distrito de Alcântaras, de Massapê, mais tarde elevado à categoria de Município.

A capela de Nossa Senhora da Conceição da Meruoca foi construída no terreno de meia légua de terra em quadro, doado, em 1724, com cem vacas parideiras e uma engenhoca de fazer mel, pelo pernambucano Sebastião de Sá Barroso e sua mulher, Cosma Ribeiro Franca. A Freguesia foi criada pela Lei n.º 1.799, de 10 de janeiro de 1879, acima citada, tendo sido canonicamente instituída por Provisão de 4 de fevereiro de 1880. Foi na mesma data provida pelo Padre Diogo José de Sousa Lima, que tomou posse a 29 do mesmo mês. Pertence à Diocese de Sobral. Sebastião Sá morreu na cidade da Bahia, onde estava preso por motivos políticos, em outubro de 1741. Era filho de Leonardo de Sá e cunhado de Félix da Cunha Linhares. Sobrinho paterno do Capitão-mor seu homônimo que governou a Capitania do Ceará em 1678-84 (**Cronologia Sobralense**, v. 1, Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense Ltda., 1974, do Pe. F. Sadoc de Araújo).

O nome é de explicação túpica: de **meru** mosca, e **oca** habitação, casa — casa das moscas. Assim pensa José de Alencar (**Iracema**, Nota 1 ao cap. XX). É a opinião de Martius. Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena**, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 346), concorda; assim como o faz o Barão de Studart (**Geografia do Ceará**, p. 347). Pompeu Sobrinho escreveu: "O topônimo foi revelado por Albernaz no seu mapa de 1666, sob a forma de Merioqua. Não logrou alcançar o século seguinte. Etim. — Nos documentos antigos encontra-se não raras vezes Acaraque por Acaracus, qua porca. Marioqua, pois, deve ser Merioca ou Meruoca, de **meru** mosca (doméstica ou selvagem) e **oca** casa, residência, ninho, refúgio ou o que cobre; donde — refúgio das moscas, mosqueiro". (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 192).

A cidade acha-se localizada numa espécie de boqueirão da serra do mesmo nome e apresenta-se como pequeno jardim. Essa serra é animado centro de veraneio para os sobralenses, donos de aprazíveis sítios, de clima ameno e terras muito produtivas. Para completo conhecimento dos fatos relacionados com as origens de Meruoca e a criação de sua Freguesia leia-se **História Religiosa da**

Meruoca, Sobral, Imprensa Universitária UVA, 1979, do Pe. F. Sadoc de Araújo.

MILAGRES. — Distritos: o da sede e o de Podimirim. Área do Município — 678km² Altitude da cidade — 334,13m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude: 7°18'56" S; Longitude: 38°56'43" W.

Instituído pela Lei n.º 374, de 17 de agosto de 1846, com sede na povoação de Milagres, então erecta em vila, desmembrado do de Crato. Elevou-se à categoria de cidade em virtude do Dec. n.º 31, de 25 de julho de 1890.

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 263, de 3 de dezembro de 1842. Sobre as origens dessa Freguesia vale a pena transcrever estas palavras de Antônio Bezerra: "Pedindo eu informações a um cavaleiro bem instruído a respeito da igreja de Milagres, respondeu-me que havendo por ali aparecido um senhor Sousa Presa com outros companheiros, foram apanhados pelos tapuias e logo devorados, sendo dito Presa reservado para outra ocasião em vista da sua magreza. Partindo os mesmos tapuias para uma caçada, deixaram Presa convenientemente amarrado, aos cuidados de uma índia, a quem fizeram as mais enérgicas recomendações. Sós, por sinais se entenderam, e a índia moça e formosa, comovendo-se da sorte do seu prisioneiro, jovem e elegante também, deu-lhe liberdade e fugiram do lugar. Presa, em hora de extrema agonia, havia feito promessa de, se escapasse, erigir uma igreja a Nossa Senhora dos Milagres e, assim, desaparecidos os tapuias daquelas paragens, volta ao lugar e em 1760 fundou a igreja que tem hoje a invocação daquela Senhora. Descansava eu na autoridade do informante e nem em tal pensava quando, revendo uns documentos que havia extraído dos registros da Sé de Olinda, relativos à igreja e capelas, cheguei ao conhecimento de que a referida igreja fora erigida em 1735 pelo Capitão Bento Correia de Lima, e por escritura de 16 de agosto de 1746 seus filhos Sebastião Correia de Lima e José Correia de Lima doaram à mesma igreja dez braças de terras para cada parte da dita igreja, e, juntamente, lugar para a casa do capelão que houvesse de assistir" (**Algumas Origens do Ceará**, p. 110).

Essa igreja — de Nossa Senhora dos Milagres, foi a matriz da antiga Freguesia do Cariri, criada por Provisão do Visitador Manuel Machado Freire, de 28 de janeiro de 1748, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz, separado do Curato de Icó. A esse tempo, era seu Cura o Padre Bernardo Luís da Cunha, (Idem, p. 147). O Barão de Studart registra como de 8 de fevereiro de 1748 uma

Provisão do mesmo Visitador "concedendo que os habitantes do Riacho dos Porcos, freguesia de Nossa Senhora da Luz, reedifiquem de pedra a capela de Nossa Senhora dos Milagres, no sítio Pilar, que por ser muito antiga e feita de barro estava arruinada" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 9, p. 395). O citado Antônio Bezerra afirma coisa idêntica acrescentando que a matriz passou para Santo Antônio dos Cariris Novos, hoje Missão Nova, de que era Cura o Padre Gonçalo Coelho de Lemos (p. 148).

O Padre J. Alboino Pequeno, em notas publicadas no **Boletim Arquidiocesano**, n.º 18, de junho de 1921, faz referências à tradição que lhe fora transmitida por um preto velho, da existência duma ermida mais ou menos no lugar da atual matriz, tendo sido capelães da mencionada ermida, desde 1825 a 1940, os Padres João Batista, José Antônio, José Leite (que chegou a residir em Milagres) e Manuel Lino ou Lins. Foi primeiro vigário da Freguesia o Padre Cesário Claudino de Oliveira Araújo.

O nome do Município tem origem no da padroeira. De vila de Nossa Senhora dos Milagres resultou finalmente Vila de Milagres, cidade de Milagres. Está situada à margem direita do Riacho dos Porcos, primitivamente Quimami, vocábulo tapuia de difícil análise etimológica.

Aí nasceu Misael Gomes da Silva, em 21 de setembro de 1885, sacerdote ordenado em Roma no dia 28 de outubro de 1909, de grande cultura humanística, Doutor em Direito Canônico, professor do Colégio Militar do Ceará, tendo-se aposentado com as honras de general, sócio do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, ocupante da Cadeira n.º 13, da qual é Patrono D. Jerônimo Tomé da Silva. Grande amigo de sua terra natal, muito há contribuído para o seu desenvolvimento no terreno da Educação e da Cultura.

Leia-se sobre Milagres: "Contribuição para a História de Milagres: criação da Paróquia", na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 89, p. 182, do Mons. Raimundo Augusto; "Contribuição ao Estudo Genealógico das Principais Famílias de Milagres (Família Coité)", na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 64, p. 252.

MISSÃO VELHA. — Distritos: o da sede e os de Gameleira de São Sebastião, Jamacaru, Missão Nova e Quimami. Área do Município — 559 km². Altitude da cidade — 360,95m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7º14'59" S; Longitude — 39º 35" W.

Data da Lei n.º 1.120, de 08 de novembro de 1864, a criação do Município, desmembrado do de Barbalha e com a sede na povoação de Missão Velha, então elevada a vila. Pela Lei n.º 262, de 28 de julho de 1931, recebeu esta os foros de cidade.

João Brígido informa que em 29 de janeiro de 1747 o Bispo D. Frei Luís de S. Teresa expediu ordem ao Visitador diocesano, Manuel Machado Freire, para separar Missão Velha do Curato de Icó, sob o título de Freguesia das Minas dos Cariris Novos e invocação de Nossa Senhora da Luz, e que o aludido Visitador, em visita no Icó, deu por feita a divisão da Freguesia, assinando, a 28 de janeiro de 1748, a respectiva Provisão de criação. Diz, ainda, que em 1759, achando-se arruinada a pequena igreja de Nossa Senhora da Piedade (no local em que hoje é o cemitério), que fora transformada em matriz da nova Freguesia, pediu e recebeu a mercê de indulgência a quem concorresse para a construção doutra matriz, tendo sido esta construída. Também transmite a notícia de que, segundo a tradição, João Correia Arnaud chegara em 1707 ao Cariri, e dera começo à primeira povoação do sopé do Araripe, sob a denominação de São José da Missão Velha dos Cariris Novos (**Ceará — Homens e Fatos**, ps. 89, 91 e 377). Entretanto, Antônio Bezerra, baseado em documentos e pesquisas pessoais, opõe formal contradita às informações de Brígido e afirma: "João Correia Arnaud não podia denominar a primeira povoação dos Cariris Novos de São José de Missão Velha, porque esse nome só foi dado por ocasião de se edificar a matriz de São José de Missão Velha, em 1760, denominação que passou a toda freguesia em lembrança da Missão de São José da Cachoeira que, por ter sido a que se instituiu ali primeiramente, se chamou Velha, depois que foi transferida a Missão para o sítio Santo Antônio, hoje conhecido por Missão Nova, cuja igreja, parece, se chamou assim porque foi construída pelo fundador do povoado, Capitão Antônio Mendes Lobato e seus parentes". Mais adiante esclarece que tendo examinado, atentamente, todos os 16 livros de assentos da Freguesia, nada encontrou a respeito da igreja ou capela de N. S. da Piedade. Quando foi criada dita Freguesia, a capela que serviu de matriz foi a de N. S. dos Milagres, já edificada desde 1735. Posteriormente, esta se arruinou, tendo sido reconstruída de pedra e cal, passando a matriz nesse ínterim para Santo Antônio dos Cariris Novos, hoje Missão Nova (**Algumas Origens do Ceará**, ps. 147 a 149).

A criação da antiga Freguesia de Nossa Senhora da Luz, data de 28 de janeiro de 1748. A denominação de Freguesia de São José da Missão Velha do Cariri começa com a Provisão de 3 de maio

de 1760, tempo em que foi edificada a igreja atual, sendo vigário o Padre José Ferreira da Costa.

O nome Missão Velha é o que serviu para designar o local em que, a princípio, se localizara a missão dos padres Capuchinhos da Penha, do Recife, ou Missão dos Cariris Novos, depois transferida para o sítio Santo Antônio, em Missão Nova, e era residência da importante família Lobato. Essa missão foi levantada no sítio Cachoeira, mais ou menos ao tempo da Missão do Miranda, no Crato.

A cidade de Missão Velha está à margem direita do rio Salgado, e é servida por uma das estações da RFFSA, inaugurada em 10 de setembro de 1925, fato que, aliado depois à passagem, por ali, da estrada de rodagem que liga a BR-116 ao Crato, muito concorreu para o seu melhor desenvolvimento econômico e melhor padrão urbanístico.

Aí nasceram: Antônio Faustino do Nascimento, em 13 de dezembro de 1899, bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, advogado e professor no Ceará, magistrado na antiga Capital da República, chegando ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça, poeta com diversos livros dados à publicidade; Deoclécio Dantas de Araújo, médico de reputada clínica na mesma Capital, professor da Universidade de Niterói; Francisco de Assis Pita, em 29 de maio de 1895, ordenado em 1921, professor e diretor do conhecido Ginásio Cratense, na cidade do Crato, professor do Colégio Militar em Fortaleza, onde faleceu vítima de acidente automobilístico; Juvêncio Joaquim de Santana, nascido em 19 de janeiro de 1899, advogado e depois magistrado, Deputado Estadual e Secretário de Estado.

Sobre Missão Velha, é interessante a leitura de **O Fundador Mor da Metrópole Missão Velhense**, trabalho publicado no jornal **O Município do Crato**, 1949-50, do Pe. Antônio Gomes de Araújo. Ler, também, **O Cariri — Seu Descobrimento, Povoamento, Costumes**, Fortaleza, 1950, p. 209, de Irineu Pinheiro; **Efemérides do Cariri**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1963, deste mesmo autor; **Crônica de Missão Velha**, do Prof. Bernardino Gomes de Araújo; Artigos do Pe. Antônio Gomes de Araújo publicados no jornal **A Província**, do Crato.

MOMBAÇA. — Distritos: o da sede e os de Boa Vista, Cangati, Carnaúbas, Catolé, São Gonçalo do Umari e São Vicente. Área do Município — 2.457m². Altitude da cidade — 245,84m. Coordenadas geográficas da cidade Latitude — 5°44'30" S: Longitude — 39°37'33" W.

A Lei n.º 550, de 27 de novembro de 1851, criou o Município, tendo por sede a povoação de Maria Pereira, que foi elevada a vila. A instalação deu-se a 20 de setembro de 1852. O Dec. n.º 69, de 09 de junho de 1892, deu-lhe a denominação de Benjamim Constant, mas pela Lei n.º 1.565, de 21 de setembro de 1918, voltou a chamar-se Maria Pereira. Extinto pelo Decreto n.º 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território foi anexado ao de Senador Pompeu, foi o Município restaurado em 1933, pelo Dec. 1156, de 04 de dezembro. A vila foi elevada a cidade em virtude da Lei n.º 2256, de 19 de agosto de 1925, tendo perdido essa categoria quando da extinção do Município. O Dec. Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, beneficiou-o novamente com tais foros. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, deu-lhe a denominação de Mombaça.

Antes da criação do Município, a povoação de Mombaça, do Município de Quixeramobim, era já sede de uma Freguesia, criada por Decreto de 06 de setembro de 1832, sendo seu primeiro vigário o Pe. José Galdino Teixeira, que, anos depois, foi assassinado em Santana do Cariri. A capela de Nossa Senhora da Glória, elevada a matriz em virtude da criação da Freguesia, já existia desde 1782. Nesse ano, Teresa de Sousa, filha de Maria Pereira da Silva e, segundo a tradição, viúva de João de Sousa Barbalho, fez doação de "cem bracas de terra no sítio Maria Pereira, à margem do rio Banabuiú, para patrimônio de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Glória, e mais dez palmos no mesmo sítio para o adro e corredores da mesma Capela" — escritura de 24 de janeiro de 1781. A esta, e pela mesma escritura, Antônio Lemos de Almeida e sua mulher, Eugênia Gonçalves de Carvalho, doaram, também para patrimônio da capela meia légua de terra no riacho Aba da Serra, trinta vacas e um touro. A licença foi concedida pelo Bispo de Pernambuco, D. Tomás da Encarnação Costa, por Provisão de 14 de junho de 1782. A matriz em 1942 foi inteiramente demolida com o fim de ser reconstruída de acordo com belo projeto. O Pe. José Doth a concluiu. A paróquia pertence ao Bispado de Iguatu.

A denominação do Município é oriunda do sítio ou fazenda Maria Pereira, que tirou o nome da primitiva sesmeira e moradora, assim chamada, a qual pela boa hospedagem atraía os viajantes à sua fazenda, então denominada Boca da Picada.

O Barão de Studart conjectura que essa Maria Pereira seria mulher de Pedro Barbalho e mãe de Teresa de Sousa, um dos doadores do patrimônio da capela de N. S. da Glória de Maria Pereira (**Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**, v. 3.º, p. 38).

Em 1706, época em que se verificaram as concessões de sesmarias no alto Banabuiú, foi passada, a 12 de outubro do mesmo ano, uma carta de sesmaria, pelo Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago, outorgando três léguas de terra ao Coronel João de Barros Braga, Maria Pereira da Silva, Serafim Dias e seus companheiros: José Rodrigues de Carvalho, José do Vale Abreu e Antônio Pereira Façanha.

Os três primeiros são, de acordo com a tradição, considerados como fundadores do lugar: encontra-se, ainda, inolvidável sinal de sua passagem na denominação de três lugares sobre a referida data: sítio "João de Barros", fazenda "Maria Pereira" e sítio "Serafim Dias".

Mombaça é o topônimo de uma cidade africana, a 250 km ao norte de Zanzibar, citada várias vezes n'**Os Lusíadas**, de Camões. Reza a tradição que no fim do século 17 o primeiro português que chegou àqueles sertões, situados "entre os Inhamuns e o extremo platô ou alto sertão de Quixeramobim encimado pela serra de Santa Rita, e por um cordão de serrotes baixos, justamente onde mais se abatem os ramos da cordilheira circular da Ibiapaba, na curva S.E.", estivera antes em Mombaça, na África e, notando grande semelhança entre aquela porção de território e a região cearense, deu a esta o nome por que desde então é conhecida. E quando da criação da Freguesia, em 1832, era chamada Freguesia de Nossa Senhora da Glória de Mombaça.

A cidade de Mombaça é banhada pelo rio Banabuiú e servida pela estrada de rodagem chamada Estrada do Algodão (CE-55). Toda a vida histórica deste Município se acha retratada, fielmente, no livro **Mombaça — Biografia de um Sertão**, Fortaleza, s. e. 1980, de Augusto Tavares de Sá e Benevides. Aí nasceram, para citar apenas alguns — Leonardo Marques Brasil, de grande influência política e econômica, tendo recebido o título de Barão de São Leonardo, falecido em 09 de junho de 1894; Plácido Aderaldo Castelo, em 11 de janeiro de 1906, Bacharel em Direito, Magistrado, Deputado Estadual em várias legislatura, Secretário de Estado, Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará, criado sob sua inspiração, Ministro do Tribunal de Contas do Estado, Governador do Estado, Historiador e Jornalista, Membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, ocupando nesta a Cadeira n.º 39, que é Patrono Tristão de Alencar Araripe Júnior. Falecido em 17 de junho de 1979: Francisco Alves de Andrade e Castro, em 21 de novembro de 1913, Bacharel em Direito e Engenheiro Agrônomo, Professor, Poeta, Secretário de Estado, profundo e acurado estudioso dos assuntos do Nordeste, autor de

obras que o reputam como verdadeiro mestre e estimulador desses temas relacionados com a sociologia e a agropecuária do Estado. Do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, titular da Cadeira n.º 08, da qual é Patrono Antônio Pompeu de Sousa Brasil; José Aderaldo Castelo, Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo, da qual é professor, grande expressão da Crítica Literária no Brasil; Dagmar Aderaldo Chaves, cirurgião de renome internacional, com atividades no Rio de Janeiro. Professor; Antônio Paes de Andrade, Bacharel pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Deputado Estadual, Secretário de Estado, Deputado Federal; Augusto Tavares de Sá e Benevides, em 21 de dezembro de 1898, Tabelião Público de sua terra. Deputado Estadual. Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará. Historiador e Genealogista; Mozart Soriano Aderaldo, em 26 de janeiro de 1921, Bacharel em Direito, Professor, Secretário de Estado, Ministro do Tribunal de Contas do Ceará. Consultor Jurídico do Estado, Membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, Cadeira n.º 19, de que é Patrono José de Abreu Albano. Polígrafo, com uma bibliografia vasta e do melhor quilate. Nasceu, eventualmente em Brejo, Maranhão, filho de pai cearense, mas desde tenra idade se integrou na vida cearense, considerando-se mombacense para todos os efeitos. Ler: **Revista do Instituto do Ceará** vol. 56, p. 83, v. 65, p. 247 e p. 139: **Barão de São Leonardo**, Fortaleza, DEIP, 1942, de Plácido Aderaldo Castelo.

MONSENHOR TABOSA. — Distritos: e da sede e os de Barreiros e N. S. do Livramento. Área do Município — 807m². Altitude da cidade 675m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4º47'22" S; Longitude — 40º3'48" W.

Uns pretos chamados Teles possuíam a fazenda Forquilha. Talvez escravos de Teodoro de Melo, tido como primeiro povoador das terras da fazenda. Aludidas terras foram mais tarde vendidas a Veríssimo Gomes e Inácio Gomes, os quais delas doaram 100 braças para construção duma capela sob a invocação de S. Sebastião, concluída em 1868 pelo Pe. José Antônio de Carvalho. Em 1882, pela Lei n.º 2.011, de 06 de setembro, criou-se o Distrito de Paz, pertencente ao Município de Tamboril. Com a extinção deste, em virtude do Dec.-Lei n.º 193, de 20 de maio de 1931, o Distrito, já com o nome de Telha, ficou anexado ao de Sta. Quitéria, porém voltou àquele, por efeito do Dec.-Lei n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, aí figurando com a denominação de Arraial da Telha. Assim permaneceu até a vigência da Lei n.º 1153, de 22 de novem-

bro de 1951, que o elevou à categoria de Município, instalado, entretanto, somente a 25 de março de 1955. A categoria de vila fora dada pelo Dec.-Lei n.º 169, de 31 de março de 1938.

A capela acima citada foi transformada na igreja matriz atual pelo mesmo Pe. José Antônio de Carvalho. Criada a Paróquia, ficou subordinada ao Bispado de Sobral.

O nome Telha foi dado em razão — segundo se diz — de terem sido encontradas algumas telhas nas escavações efetuadas para plantar os alicerces da capela. Passou o povoado a ser conhecido por Arraial da Telha e, posteriormente, Telha. O topônimo atual é homenagem ao velho e dedicado sacerdote Antônio Tabosa Braga, nascido no dia 10 de dezembro de 1874, em Itapipoca. Durante longos anos paroquiou Sta. Quitéria, projetando, quase como um santo, em toda a região circunvizinha os seus benefícios espirituais, notadamente os catequéticos (Ver **Itapipoca**). A denominação atual resultou de dispositivo do Dec. n.º 38, de 22 de julho de 1935.

A cidade acha-se situada nas fraldas da Serra das Matas.

MORADA NOVA. — Distritos: o da sede e os de Aruaru, Boa Água, Ibicuitinga, Juazeiro de Baixo, Pedras, Roldão e Uiraponga. Área do Município 3.223km². Altitude da cidade — 89m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 5°6'25" S; Longitude — 38°22'22" W.

A povoação de Morada Nova foi transformada em Distrito de Paz em 1833 pela Câmara Municipal de Russas, em execução do Código de Processo Criminal do Império, e a 2 de agosto de 1876, pela Lei n.º 1719, criado o Município, com sede no mesmo núcleo, então elevado a vila com o nome de Espírito Santo.

A sua primeira Câmara compôs-se dos vereadores Prof. Manuel Antônio Ferreira Nobre, Presidente Eduardo Henrique Girão, José Carneiro de Sousa, João Mateus Regino de Oliveira, João Crisóstomo de Sousa, José Raimundo Evangelista e Antônio Elias Saraiva de Brito. Juramentados estes na cidade de Russas, a 30 de dezembro de 1876, foi instalada a nova vila a 7 de janeiro de 1877. Somente em 1925, em virtude da Lei n.º 2336, de 3 de novembro, se deu a elevação à categoria de cidade, a qual foi inaugurada a 6 de janeiro de 1926, em brilhante solenidade de que foi orador oficial o Dr. José Eduardo Girão.

Criada pela Lei n.º 1561, de 9 de setembro de 1873, foi a Freguesia canonicamente instituída pela Provisão de 17 de fevereiro de 1874, e inaugurada a 1.º de março do mesmo ano, pelo Pe. encomendado Francisco Alvares Teixeira Lima, na capela do Divino Espírito Santo, já erecta em matriz. Para constituir o patrimônio dessa capela, o Alferes José de Fontes Pereira de Almeida e sua mulher, Ana Teresa de Jesus Gondim, por escritura de 1.º de janeiro de 1834, fizeram doação de doze e meia braças de terras no sítio Morada Nova, para cada lado dela; e ainda a 29 de dezembro do referido ano, em seu cartório, lavrou o escrivão de Paz, José Roberto Fontes, outra escritura de doação de trezentas braças de terras no sítio denominado Bento Pereira, para patrimônio da mencionada capela, sendo doadores o Alferes José de Fontes Pereira de Almeida e sua referida mulher; Capitão Dionísio de Matos Fontes e sua mulher, Maria Francisca Gondim; José Filipe de Santiago e sua mulher, Francisca Xavier do Espírito Santo, e vários outros. Na gerência da capela distinguiram-se os Padres João Ferreira de Barros e Manuel Vicente da Silva Girão, já filhos da terra. Em 30 de julho de 1874, prestou juramento do cargo de procurador e administrador dos bens patrimoniais da Freguesia o Major Eduardo Henrique Girão. A Paróquia é forânea do Bispado de Limoeiro do Norte.

A vila de Ibicuitinga é sede de outra Paróquia, instituída em 1965 e cujo padroeiro é N. S. dos Remédios.

A denominação Morada Nova tem origem na fazenda deste nome, situada perto do rio Banabuiú, no local em que se encontra a cidade e então pertencente ao Alferes José de Fontes Pereira de Almeida, abastado proprietário de influência na circunscrição. Cerca de dois quilômetros mais abaixo, no lugar Bento Pereira, à margem do mesmo rio, morava o Capitão Dionísio de Matos Fontes, irmão daquele e também rico proprietário. No ano de 1831, requereram ambos licença para erigirem uma capela com a invocação do Divino Espírito Santo, o que lhe foi concedido pela Provisão de D. João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Pernambuco, datada de Olinda, aos 02 de agosto de 1831.

Na escolha do local para edificação da capela surgiu entre eles séria divergência, que acordaram em decidir por meio de votação dos moradores circunvizinhos, realizada a qual ficou resolvido, por maioria, que aludida capela seria edificada na parte preferida pelo Alferes José de Fontes, tendo vindo, então, o vigário de Russas, Pe. Joaquim de Paula Galvão, benzer a primeira pedra da edificação, o que fez no dia 4 de setembro de 1833. Em torno dessa capela é que se formou o povoado. Quando da criação do Município, em 1876, foi apresentado na Assembléia Legislativa projeto "elevando à categoria de Vila a povoação de Morada Nova, com a denominação de S. Crisólogo (sessão do dia 25 de junho).

Esse projeto chegou a ser aprovado em primeira discussão no dia 27, mas na sessão de 29 sofreu a emenda apresentada pelo Deputado Joaquim Pauleta: "Em vez de S. Crisólogo, diga-se Espírito Santo, sobre a qual falou o Deputado Maximiano Barroso, que disse reconhecer a necessidade de se elevar à vila o lugar Morada Nova, por ser "um dos bons povoados que temos na Província". Conhecera-o com duas ou três casas apenas e agora o vira uma povoação florescente, com 150 casas de telha e, por essa razão estava de acordo com o projeto, mas discordava da mudança de nome. Propunha, então "em vez de S. Crisólogo, leia-se Morada Nova". Foi, afinal, aprovada a emenda de Pauleta e o projeto transformado em lei, sancionada pelo Presidente do Província, Des. Francisco de Faria Lemos, vencendo, desse modo, a denominação Espírito Santo (nome do padroeiro da Freguesia), só mais tarde fixada em Morada Nova, a começar da Lei n.º 107, de 20 de setembro de 1893 (art. 2.º).

A cidade de Morada Nova situada na margem esquerda do rio Banabuiú, ocupa topografia desfavorável, que a priva de um melhor desenvolvimento urbano. Mas o seu progresso é manifesto principalmente depois da instalação, nas suas imediações, do plano de irrigação técnica dirigida pelo DNOCS, estendendo-se de um a outro lado do rio, que neste ponto é vencido por uma moderna ponte.

Também aumentou as suas possibilidades de progresso a asfaltagem da estrada que a une a BR-116 em dois lugares e a Quixadá (estrada de ligação da BR-116 a BR-222 pelo centro do Estado). As suas vaquejadas e exposições de animais de raça nobre tornaram-se proverbiais. Ali nasceram Anacleto Cavalcante Pereira de Queiroz (Professor Anacleto), conhecido educador em parte no Amazonas e em parte em Fortaleza, onde fundou o afamado Ginásio Cearense, que preparou intelectualmente e moralmente várias gerações de jovens; Antônio Elias Saraiva Leão, em 08 de dezembro de 1808, ordenado sacerdote em Pernambuco (1836), e bacharel em Direito (1842), tendo paroquiado por longos anos as Freguesias de Quixeramobim e da Barra do Sitiá, Deputado provincial, falecido em 1896; Eduardo Henrique Girão, nascido em 12 de abril de 1882, bacharel em Direito pela Faculdade do Recife (1912), uma das mais admiráveis expressões da Ciência Jurídica do Ceará, professor de Direito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador do Estado, falecido em 25 de dezembro de 1961; João Damasceno Girão, nascido em 30 de abril de 1857, vulto do maior relevo na formação econômico-político-social no antigo Território do Acre, considerado e homenageado como fundador da cidade

de Antimari, depois Floriano Peixoto, da qual foi prefeito, falecido em 1895; José Vitor Ferreira Nobre, nascido em 12 de abril de 1875, bacharel em Direito, advogado, professor de Direito, falecido em 08 de março de 1959; José Eduardo Girão, nascido em 27 de junho de 1901, bacharel em Direito, Promotor Público, advogado, magistrado, devotado defensor dos interesses de sua terra natal, falecido em 25 de dezembro de 1961; Luis Carneiro de Sousa Girão, em 03 de julho de 1877, advogado, Escrivão do Crime e Júri de Fortaleza onde se fez admirado e estimado, igualmente propugnador pelo bem-estar e desenvolvimento da cidade onde nasceu, falecido em 15 de julho de 1945; Manuel Tibúrcio Cavalcante, em 24 de dezembro de 1882, coronel do Exército, Engenheiro Militar, com o exercício de inúmeras comissões de alta importância, Prefeito Municipal de Fortaleza, Secretário da Fazenda no Ceará, falecido em Curitiba-Paraná, no dia 23 de dezembro de 1939; Manuel Castro Filho, bacharel em Direito, advogado, Deputado Estadual em várias legislaturas, Vice-Governador e Governador do Estado; Raimundo Valnir Cavalcante Chagas, nascido em 21 de junho de 1921, Bacharel em Direito, professor, técnico de Educação de renome nacional; Geraldo da Silva Nobre, nascido em 31 de agosto de 1924, Bacharel em Ciências Econômicas e em Geografia e História, professor, autor de reputados livros sobre assuntos da História Cearense; Clodomir Teófilo Girão, professor e jornalista, nascido em 24 de outubro de 1916.

Ler: **História de Morada Nova**, 2 volumes, Fortaleza, Gráfica Editorial Cearense, 1976, de Evaldo S. Nobre; **O Centenário de Morada Nova**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1976, de Raimundo Girão; para a História de Algumas Localidades Cearenses, de Benedito A. dos Santos, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 3, p. 189, **Álbum do Jaguaribe**, Belém, Empresa Gráfica Amazônica, 1922, de Eusébio de Sousa.

MORAÚJO. — Distritos: o da sede e o de Várzea da Volta. Área do Município — 417Km². Altitude de cidade — 67,14m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude — 3°28'0" S; Longitude — 40°40'50"W.

O lugarejo conhecido como Pedrinhas, no Município de Coreaú, foi honrado com a categoria de Distrito pela Lei n.º 1153, de 22 de setembro de 1951. Elevou-o a Município a Lei n.º 3920, de 25 de novembro de 1957. A instalação oficial deu-se em 8 de janeiro de 1958, sendo seu primeiro Prefeito Fco. Lourenço da Cunha. Deve-se a criação, notadamente, à Vicente Benício de Vasconcelos, filho de Moraújo e então Prefeito Municipal de Coreaú.

O orago é N. S. da Conceição e o templo da sede do Município foi construído graças aos trabalhos de Guilherme dos Reis e outros, em 1850. Pertence à paróquia de Coreaú, do Bispado de Sobral.

Inicialmente como ficou dito, chamou-se Pedrinhas. Moraújo é formação artificial, tendo em vista a contração numa só palavra dos nomes das famílias Morais e Araújo, dominantes no lugar.

A cidade fica à margem direita do rio Coreaú.

MORRINHOS. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 450 Km². Altitude da cidade — 35,08m. Coordenadas da cidade: Latitude — 3°13'46" S; Longitude — 40°7'30" W.

Distrito do Município de Santana do Aacaraú, assim figurando no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, favoreceu-se com a autonomia municipal por efeito da Lei n.º 3798, de 06 de novembro de 1957. Foi instalado em 09 de fevereiro de 1958.

O padroeiro local é o Sagrado Corapão de Maria. A capela pertence à Paróquia de Marco, do Bispado de Sobral, e o seu patrimônio, segundo Mons. Vicente Martins, consta de terras doadas em 1870 por Maria Alves Pereira, Miguel Francisco da Silveira e José Bonfim de Maria e Silva (**Diocese de Sobral**. Fortaleza, Tip. Brasil, 1944).

A cidade fica à margem direita do rio Acaraú.

MUCAMBO. Distritos: o da sede e o de Carquejo. Área do Município — 286 km². Altitude da cidade — 190m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°54'34" S; Longitude 40°44' 48" W.

Nos sopés da Serra do Carnotim, região do rio Jaibaras, afluente do rio Acaraú, havia uma lagoa que veio a denominar-se lagoa do mucambo, em razão de um localizado em suas margens, que era local procurado pelos vaqueiros das circunvizinhanças em busca dos seus gados. Algumas casas se construíram aos poucos em volta da aguada, inclusive as de Lourenço Pereira e Serafim Pereira, pessoas que se tornaram mais influentes ali. Na primeira dessas casas, em 8 de setembro de 1907 rezou missa o Pe. Joaquim Severiano, e de logo trabalhou por que se levantasse uma capela, dedicada à Senhora Santana. Começaram as feiras semanais e o arraial aumentou, passando a adensar-se mais no lugar em que se acha construído o Mercado Público. Isso em 1915, e no ano seguinte era introduzido um melhoramento, aliás muito desejado dos habitantes, a escola pública de que foi primeira professora

Maria Sofia Matos. O desenvolvimento urbano tornou-se mais evidente com a montagem de instalação destinada ao preparo da banha de porco, iniciativa da firma de Napoleão Néri Aguiar, e a partir de 1930 essa indústria, sob a orientação de Rafael Cláudio de Araújo, se fez vitoriosa, estendendo-se o seu comércio aos Municípios vizinhos, até projetar-se na própria capital do Estado. Em 1933, pelo Dec. 1156, de 4 de dezembro, foi o povoado elevado à categoria de Distrito do Município de Ibiapina e como tal continuou até ser transformado em comuna autônoma, ex vi da Lei n.º 2160, de 12 de dezembro de 1953. Mas a instalação oficial somente se efetuou em 25 de março de 1955. O Dec. Lei n.º 169, de 31 de março de 1938, elevara a povoação à categoria de vila. O primeiro Prefeito foi Gerardo Azevedo de Araújo.

A Freguesia, de que é padroeira Senhora Santana, foi criada em 1951, por Ato de 1 de janeiro, tendo sido instalada com o primeiro vigário, Pe. Domingos Gusmão de Sabóia. Pertence ao Bispado de Sobral. A igreja matriz é um templo amplo e bem acabado e internamente bem ornamentado. A licença para construir a antiga capela data de 11 de janeiro de 1908.

Ficou acima explicado o motivo do nome, ou seja a casa tosca ou mocambo construído perto da lagoa existente. A palavra mucambo, ou mais corretamente mocambo, é um brasileirismo que traduz choça levantada nos matos pelos negros fugidos, para seu esconderijo, e também, de modo especial no Norte e no Nordeste, o cerrado ou mato, nos sertões, onde o gado costuma esconder-se. Etimologicamente, vem da língua quinbunda: de **mu** (sufixo) e **kambo** (esconderijo) — escondido.

MULUNGU. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 219 km². Altitude da cidade — 790m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°18'20" S; Longitude — 38°59'47" W.

O Dec. n.º 29 de 23 de julho de 1890, criou o Muncípio, que foi inaugurado em 11 de setembro seguinte, mas a Lei n.º 550, de 25 de agosto de 1899, suprimiu-o, para no entanto ser restaurado pela de n.º 602, de 6 de agosto de 1900. De novo extinto, pela Lei n.º 1887, de 15 de outubro de 1921, ainda uma vez teve a sua restauração, agora em virtude da Lei n.º 2715, de 24 de setembro de 1929. Nova extinção em 1931, pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio, ficando a pertencer, como simples Distrito, ao Município de Baturité. A Lei n.º 3556, de 14 de março de 1957, definitivamente, o promoveu a comuna autônoma. Nesta nova fase, foi seu primeiro prefeito, Hermenegildo Rocha Pontes.

Por Provisão do Bispo D. Joaquim José Vieira, datada de 7 de setembro de 1895, foi instituída a Freguesia, denominada de S. Sebastião do Mulungu, independente da Freguesia da Conceição da Serra (Guaramiranga), da qual se desmembrou. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

Mulungu é o nome comum das Leguminosas Papilionóideas (**Erythrina aurantiaca** Ridl., **Erythrina glauca** Wild., e **Erythrina velutina** Willd.,.) O termo é de origem africana, segundo Barbosa Rodrigues, que o supõe adulteração de mulúngu. Mas, para Gonçalves Dias é túpico, simples corrutela de murungu. De acordo, está Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena**, p. 353).

A cidade de Mulungu está sobre a serra de Guaramiranga, rodeada de alguns sítios aprazíveis, com modernas piscinas.

NOVA OLINDA. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 179 km². Altitude da cidade — 445m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°5'30" S; Longitude — 39°40' 50" W.

O Distrito de Nova Olinda pertenceu ao Município de Santana do Cariri. Como tal, começou a figurar na divisão municipal do Estado, em virtude do Dec. n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933, e assim permaneceu até a vigência da Lei n.° 3555, de 14 de março de 1957, a qual criou o Município. Foi este intalado no dia 26 de abril seguinte, sendo o seu primeiro Prefeito Laurêncio Alves Feitosa, considerado, ao lado de Antonio Jeremias Pereira, seu fundador.

A capela da cidade tem como orago S. Sebastião e pertence à Paróquia de Santana do Cariri, do Bispado do Crato.

Primitivamente, chamou-se Tapera o lugarejo, mudado este nome para o atual por um missionário de Pernambuco, segundo a tradição.

A cidade fica à margem do rio Cariús, afluente do Jaguaribe.

NOVA RUSSAS. — Distritos: o da sede e os de Ararendá, Canindezinho, Ipaporanga, Major Simplício, Nova Betânia, Sacramento, Sto. Antonio e S. Pedro. Área do Município: 1896 Km². Altitude da cidade: 240,81m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4° 42' 16" S; Longitude — 40°33'54" W.

O Município foi criado, desmembrando-se de Tamboril e Ipueiras pela Lei n.° 2043, de 11 de novembro de 1922, quando a povoação de Nova Russas recebeu a categoria de vila. Extinto pelo Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931 e anexado ao Município de Ipueiras, restaurou-se o de n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933.

A Freguesia, criada pela Portaria de 15 de agosto de 1937 por D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, foi inaugurada em 9 de janeiro de 1938, sendo primeiro vigário o Pe. Francisco Ferreira de Morais. A padroeira é N. S. das Graças. Há na sede uma igreja evangélica. A igreja matriz ruiu em começo de abril de 1981, em consequência de violentas chuvas.

Antigamente, que não vai muito longe, a atual cidade era uma fazenda, denominada Curtume, nome que ainda conserva o riacho que a ladeia. Por volta de 1876, "Manuel Peixoto fez doação do terreno para o patrimônio de N. S. das Graças, e o então vigário de Tamboril, um padre filho da vila de S. Sebastião de Russas, mandou construir a primeira capela e deu ao lugar o nome de Nova Russas, em homenagem à terra natal". Desde então passou a constituir um povoado de poucos prédios, e só depois de 1910 tomou maior desenvolvimento, quando, a 3 de novembro, foi inaugurada a estação ferroviária da hoje RFFSA, antes Estrada de Ferro de Sobral.

A cidade é servida pela estrada estadual de rodagem chamada Estrada da Confiança (CE-075).

NOVO ORIENTE. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 1249 Km². Altitude da cidade — 333m. Coordenadas geográficas da cidade: 5°32'9" S; Longitude 40°46'32" W.

A Lei n.° 3855, de 10 de outubro de 1957, instituiu o Município, assim considerando o Distrito de Novo Oriente, até então pertencente ao de Independência e que fora criado pelo Ato de 3 de março de 1902. A instalação efetuou-se em 15 de dezembro do mesmo ano, mas simbolicamente, com um subprefeito nomeado pelo Prefeito de Independência. O primeiro prefeito somente tomou posse em 25 de março e foi ele José Claudino Sales, por certo, ao lado do Dr. Gonçalo Claudino Sales, a figura mais destacada na luta em prol da autonomia municipal. Consideram fundador de Novo Oriente o Capitão Rodrigo Alves da Silva, porque foi o primeiro a levantar casa de residência no local onde se encontra a cidade, nas proximidades da lagoa do Tigre, valiosa aguada que, se cheia, não seca dum inverno para o outro.

A Paróquia tem como padroeiro S. Fco. de Assis. A Freguesia é subordinada ao Bispado de Crateús.

ORÓS. — Distritos: o da sede e os de Guassossé, Igaróí e Palestina. Área do Município — 528 Km². Atitude da cidade — 184,48m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°14'55" S; Longitude — 38°55'6" W.

As terras formadoras do atual Município pertenceram, inicialmente, a membros da Família Montes e Silva, que se celebrizou, na história do Ceará, por suas ferozes lutas com a Família dos Feitosas, nos começos do século 18. No começo do século 19, vindos do Sítio Saco da Onça, nas águas do rio Estreito, depois barradas pelo açude público Lima Campos, chegaram ao sítio Orós, com as suas famílias, os patriarcas Patrício e Marinheiro, da grei Custódio, José Nunes da Costa e aí se fixaram, melhorando as condições do mesmo sítio, com os produtos de pequena agricultura, com uma casa de farinha e a venda de cal para a vila de S. Miguel, no Estado do Rio Grande do Norte. Nesse sítio é que se acha hoje a cidade de Orós, e fora comprado a dona Senhorinha Dias Bastos. Sem maiores desenvolvimentos o povoado que ali se formava vegetou, por assim dizer, até que em 1920, no Governo do Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, e em face dos efeitos da seca de 1919, foram efetuados os estudos de uma barragem que fechasse o chamado Boqueirão do Orós, sendo as obras respectivas confiadas à firma norte-americana Dwight P. Robinson. Tais obras atraíram grande número de pessoas que procuravam trabalho, como meio de sobrevivência, o que concorreu, enormemente, para que o aglomerado muito se adensasse. Entre outras instalações, foram de logo construídas 16 casas para funcionários da empresa, o edifício conhecido como Casa dos Hóspedes, um hospital, a Casa de Força geradora de energia elétrica, o túnel ligando o futuro açude ao de Estreito, hoje Lima Campos. Tudo isso concorreu para que várias firmas procurassem localizar-se ali, entre elas F. Holanda e o industrial João Brasil Montenegro, que montou a primeira fábrica de beneficiamento de algodão. O povoado, sem demora, foi servido de uma estação da Estrada de Ferro de Baturité (RFFSA), hoje extinto, e ligado por estrada de rodagem a Lima Campos. O núcleo crescia, desordenadamente, mas crescia: porém em 1924, no Governo Artur Bernardes, aquelas obras foram criminosamente paralisadas, ficando em abandono todo o parque de máquinas e instrumentos destinados à construção da barragem, e decaindo, obviamente, a movimentação do ajuntamento humano. Somente em 1933, pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro, pôde ele merecer a categoria de Distrito, ligado administrativamente ao Município de Icó, sem contudo, apesar de ser mais populoso, receber melhores atenções das autoridades icoenses. Pela Lei n.º 3338, de 15 de setembro de 1956, e graças a um projeto do Deputado Edval de Melo Távora foi o Distrito elevado à categoria de Município, tendo muito trabalhado para tanto José de Matos Leite, Manuel Moreira Pequeno, Antº. Valdevino da Costa, Paulino Martins, Isaac Cândido e Elizeu Batista Rolim, que viria a ser o grande benfeitor da nova Comuna, aí plantando um vasto e variado parque de indústrias modernamente aparelhadas, com fábricas de beneficiamento de algodão, extração de óleos vegetais, saboaria, fábrica de produção de margarina vegetal, constituindo-se, porventura, o mais adiantado e expandido dos grupos deste gênero no interior do Estado. O Município recém criado foi inaugurado no dia 1.º de setembro de 1957. com o seu primeiro Prefeito, José de Matos Leite. Empossou-se igualmente à Câmara Municipal sob a presidência de Lutzgard Lima Verde. A prosperidade do Município de Orós é manifesta e nisto muito vai a inquieta atuação do seu povo, sempre vaidoso do progresso de sua terra. Há em verdade, uma vaidade oroense.

A capela com a colaboração do Dr. Egberto Carneiro da Cunha e José Fares Lopes construída por ocasião das primeiras obras do acude Orós (1928) teve a invocação de N. S. Perpétuo Socorro, sendo a primeira missa celebrada pelo Pe. Raimundo Rolim. Melhorada depois, mas de linhas pobres e mal localizada, teve de ser demolida, e noutro lugar levantada a atual, no ano de 1965, em estilo diferente e avançado. A Paróquia pertence ao Bispado de Iguatu.

A cidade esta situada à margem direita do rio Jaguaribe, logo abaixo do açude público Orós, este com a capacidade potencial de 4 bilhões de metros cúbicos, apresentando a barragem aspecto majestoso, em semicírculo, com o desenvolvimento de 670m, altura de 54m e o coroamento de 10m. Numa de suas estremidades erguese em bronze a estátua do Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, em cujo governo, já em meio à construção, foi a barragem rompida pela enchente do rio (26 de maio de 1960), mas reconstruída, sem demora, começando os serviços a 15 de julho seguinte, com força total, a fim de ser, como foi, concluída a 15 de novembro. Chefiou-o o Engenheiro Anastácio Honório Maia. Á sua margem, está construído o Balneário Municipal José Wellington C. Rolim, admirável e saudável ponto de convergência esportiva freqüentado pela população local e por inúmeros turistas desejosos de apreciar as belezas e suntuosidade do grande reservatório.

Orós é a denominação da pequena serra em que fica o referido Boqueirão, uma das formadoras do Cordão Sudoeste do Ce-

ará. Com o nome oró é conhecida a planta **Phaseolus panduratus** Mart., leguminosa rasteira, da vagem linear e felpuda, considerada boa forragem, comparada à alfafa. Incide, nas encostas e planícies arenosas do Nordeste. Há a falso oró — **Calopogenia cum muculoides** Desv., leguminosa papilonoide, também ótima forragem. Ler **Orós — A Redenção do Nordeste.** Fortaleza, Imprensa Oficial, 1942, de Antonio de Alencar Araripe; **A Construção do Açude Orós. Sua significação Econômica e Humanitária.** Fortaleza, Tip. Gadelha, 1926, de Tomás Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho; **Açudes, Canais de Irrigação. Poços e outros Serviços contra as Secas.** Fortaleza, Tip. Minerva, 1936, Plácido Aderaldo Castelo; **Orós** Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1981, de Meirismar Augusto Paulino.

PACAJUS. — Distritos: o da sede e os de Chorozinho, Horizonte e Itaipaba. Área do Município — 168km². Altitude da cidade — 73,90m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°10' 22" S; Longitude 38°27'39"W.

"O Município foi criado pelo Dec. n.º 63, de 09 de setembro de 1890, com sede no núcleo Monte-mor, então elevada à vila com o nome de Guarani, e inaugurou-se a 29 de outubro do mesmo ano" (Cesídio Albuquerque, **Prontuário**, p. 251). Extinto pela Lei 2604, de 26 de setembro de 1928. De novo extinto, agora pelo Dec. n.º 1794, de 09 de outubro de 1920, mas restaurado pela de n.º n.º 193, de 20 de maio de 1931, quando o respectivo território passou a pertencer ao Município de Pacatuba. Restaurou-o o Dec. n.º 1591, de 23 de maio de 1935. Cidade em virtude do Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com a denominação atual.

Ao tempo da Missão dos Paiacus, constituía uma vigararia dependente da Freguesia de Aquirás. Criada posteriormente, a Freguesia foi declarada extinta pela Lei n.º 32, de 27 de agosto de 1836, passando o seu território à do Aquirás. Constituiu-se em Freguesia autônoma a 3 de fevereiro de 1940. A padroeira é N. Sa. da Conceição. O Distrito de Chorozinho, cujo orago é Sta; Terezinha, forma com o de Pitombeira (Cascavel) outra Paróquia, que foi fundada a 19 de março de 1935.

Originariamente, chamou-se Aldeia dos Paiacus ou dos Pacajus, índios de espírito guerreiro, que dominavam a região compreendida entre o rio Açu, Serra do Apodi e baixo-Jaguaribe, e nas suas correrias chegavam até perto de Fortaleza, trazendo sempre em sobressaltos os conquistadores. Após muitas lutas de extermínio, foram eles missionados "no lugar denominado Aldeia dos

Paiacus, sita nas margens do rio Choró, onde tiveram uma légua de terra que lhes foi demarcada, em 1707, pelo Desembargador Soares Reimão". Essa aldeia foi posteriormente chamada Monte-Mor-o-Velho e é hoje a cidade de Pacajus, denominação que lhe deu o Dec. n.º 63, de 09 de setembro de 1890. Mais tarde, em virtude das determinações do Marquês de Pombal, tiveram os Paiacus de ser transferidos para a vila de Porto-Alegre, no Rio Grande do Norte, o que ocorreu em fins de dezembro de 1762. Essa transferência, executada pelo Tenente-Coronel José Gonçalves da Silveira, acarretou enormes danos à Missão e ao lugarejo, visto que daí foram conduzidos não só os índios como tudo que lhes pertencia e à igreja", e, não se dando bem na sua nova localização, quase todos a abandonaram, fugindo para a antiga aldeia e proximidades. Durou isto até 1765, quando "foram mandados aldear a vila de Monte-Mor-o-Novo, conforme determinação expressa do Governador Borges da Fonseca" (Carlos Studart Filho, **Revista do Instituto do Ceará**, vs. 45, ps. 60-7 1e 72, ps. 15 a 34. Barão de Studart, **Notas para a História do Ceará**, Lisboa, Tip. do Recreio, 1892, ps. 160 a 225. Ler também **Os Aborígenes do Ceará**, Coleção Instituto do Ceará, n.º 6, Fortaleza. Ed. Instituto do Ceará 1965. Parte III, ps. 163 e segs).

Guarani, corrução guarini, o guerreiro, o que luta (Teodoro Sampaio. **O Tupi na Geografia Nacional**, p. 127): é denominação arbitrária sem nenhuma ligação com qualquer circunstância ligada ao local. O nome atual adotado pelo Dec.-Lei n.o 1114, de 30 de dezembro de 1943. Como ficou dito, é, o dos tapuias Paiacus ou Pacajus, que deram origem à povoação, e por isso é mais adequada.

A cidade é servida pela estrada de rodagem BR-116, que lhe veio trazer muito progresso e desenvolvimento comercial. A poucos quilômetros, atravessada pela mesma estrada, acha-se situada a grande organização Cajubrás, na Fazenda Guarani, destinada à industrialização de caju nos seus diversos aproveitamentos, ou sejam doces, cajuínas, sucos, produtos cristalizados, castanhas, vendidos no Ceará e fora dele, tudo resultado da ação inteligente e bem organizada do industrial Pedro Philomeno Ferreira Gomes, com atividades principalmente em Fortaleza, no ramo de tecidos, toalhas e redes de dormir. Sobralense, nascido em 7 de junho de 1888.

PACATUBA. — Distritos: o da sede e os de Água Verde, Geraraú, Gualúba, Itacima, Itapó e Pavuna. Área do Município — 554 Km². Altitude da cidade — 65,37m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°59'3" S; Longitude — 38°37'13" W.

O Município, que era Distrito do Município de Maranguape, pelo Ato de 18 de março de 1842 foi criado pela Lei n.º 1284, de 8 de outubro de 1869, que elevou a povoação de Pacatuba à categoria de vila. Cidade pela Lei n.º 2167, de 17 de agosto de 1889. O arraial primitivo resultou de sesmarias concedidas: a primeira, em 1683, à abastada família dos Correias (João Pinto Correia e outros), vinda do Rio Grande do Norte, no sítio chamado Pacatuba, e a outra, doada em 1693 a outro posseiro Pedro Lolos, pelo Capitão-mor Tomás Cabral de Olival e, por fim, a que Gabriel da Silva do Lago concedeu a Tomé da Silva e companheiros para o povoamento da mesma serra da Pacatuba.

A Freguesia foi criada sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, pela Lei n.º 1305, de 5 de novembro de 1869, e canonicamente instituída por Provisão de 31 de janeiro de 1870. No dia 1 de fevereiro foi nomeado seu primeiro vigário o Pe. Bernardino de Oliveira Memória, que tomou posse no dia 13 seguinte. Além da Paróquia de Nossa Senhora da Concição, com a sede na cidade, há, no Município, outra com a sede do Distrito de Guaiúba, sob a invocação de Jesus-Maria-José, ambas da Arquidiocese de Fortaleza.

O nome é indígena e significa, para Martius, "lugar abundante de paca": de paca animal, e tuba lugar abundante; ou, segundo José de Alencar, "canto ou leito das pacas" (Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, p. 359).

A cidade fica ao sopé da Serra da Aratanha ou Serra da Pacatuba e é servida por uma das estações da RFFSA, inaugurada em 9 de janeiro de 1876. Foi a terceira cidade do Ceará a libertar totalmente seus cativos negros. Aí nasceram: Antonio Henrique da Justa, notável vocação para os estudos da Mecânica, especialmente os da Aerostática, autor de **Navegação Aérea**, publicado em 1899, falecido muito jovem em 2 de julho de 1909; Artur Eduardo Benevides, em 25 de agosto de 1923, Bacharel em Direito (1947), professor, poeta de fina inspiração, membro da Academia Cearense de Letra, ocupante da Cadeira n.º 40, da qual é patrono o Visconde de Sabóia; Expedito Eduardo de Oliveira, em 8 de janeiro de 1910, ordenado em 1933, Bispo Auxiliar de Fortaleza e, depois, Bispo efetivo de Patos, na Paraíba; Joaquim Eduardo de Alencar, médico, professor, cientista de renome nacional e no estrangeiro, pela profundidade e exatidão de suas pesquisas; José Lino da Justa, em 23 de setembro de 1863, médico, jornalista, orador de altos recursos, Deputado Estadual e Deputado Federal, membro do Instituto do Ceará, da Academia Cearense de Letras, ocupante da cadeira da qual foi Patrono Antônio Martins, falecido no Rio

de Janeiro, em 22 de abril de 1952; Manuel Eduardo Pinheiro Campos (ver verbete Guaiúba); José Valdevino de Carvalho (ver verbete Água Verde); Paulo Cabral de Araújo, em 23 de agosto de 1921, bacharel em Direito, orador fluente, jornalista, Prefeito Municipal de Fortaleza. De grande atuação nos meios intelectuais e administrativos no sul do país. Em 15 de dezembro de 1882, aí nasceu Faustino de Albuquerque e Sousa, Bacharel em Direito, Desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, Governador do Estado (1949-1953). E, também, a 27 de setembro de 1920, Raimundo Cavalcante Filho, Magistrado, Professor, autoridade civilista, e seu irmão Carlos Cavalcante, em 22 de fevereiro de 1904, cronista festejado, poeta primoroso, aposentando-se, nos seus trabalhos literários com o pseudônimo Caio Cid, faleceu em 21 de agosto de 1972 — Ler: **Pacatuba-Geografia Sentimental**. Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1972, de Manoel Albano Amora; **Pacatuba — Antologia do Centenário**, Fortaleza. Imprensa Oficial, 1969,

PACOTI. — Distritos: o da sede e os de Colina, Fátima e Santa Ana. Área do Município — 120 Km². Altitude da cidade: 736,13m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°13'30" S; Longitude — 38°55'24" W.

Com elevação à vila da povoação de Pendência e com o nome de Pacoti, foi criado o Município pelo Dec. n.º 56, de 2 de setembro de 1890, tendo sido inaugarado a 25 de outubro seguinte. Declarado extinto pela Lei n.º 550, de 25 de agosto de 1899 foi restaurado pelo de n.º 672, de 30 de agosto de 1901, para de novo ser suprimido (Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1933, que anexou o seu território ao de Baturité), e novamente criado (Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933). A vila tomou a categoria de cidade em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A Lei n.º 2113, de 15 de novembro de 1885, crou a Freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição da Pendência, e foi instituída canonicamente por Provisão de D. Joaquim José Vieira, datada de 29 de maio de 1886, e no dia 1 de junho nomeado o seu primeiro vigário, o Pe. Constantino Gomes de Matos, que tomou posse a 13 do mesmo mês. A Paróquia é forânea da Arquidiocese de Fortaleza.

O nome atual vem do rio que nasce na serra de Garamiranga, banha a cidade e se lança no mar depois dum curso de 120 quilômertos. É indígena e quer dizer "voltado para o mar": de pa, contração de paraná mar, e coti, ou coty para, segundo a opinião de Martius. O rio, diz Paulino Nogueira, ao registrar essa etimo-

logia, é realmente voltado para o mar, mas o são quase todos, e além disto **paraná** significa rio grande e não mar. Prefiro — rio das pacovas: da abreviatura de pacóba e y água, interposto o t por eufonia. Esta é a opinião de José de Alencar (**Vocabulário Indígena**, p. 361). O Barão de Studart registra — **pacobaty**, rio das pacovas (bananas) (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 38, p. 123). Quanto à etimologia deste topônimo — é nota de Pompeu Sobrinho — "estão de acordo Teodoro Sampaio e Paulino Nogueira. Pacoty seria o rio das bananeiras. As suas margens frescas comportam e poderiam mesmo justificar a interpretação. O vocábulo aplicado ao rio é, porém, bastante antigo, porventura anterior à divulgação da preciosa musácea pelas férteis margens do nosso curso dágua. Em vista disto, é possível analisar a palavra como se segue: **pá** de **ipá** lagoa + **cuti**, de **acoti**, cotia o conhecido roedor (**Dasprocta aguti**). Então a significação seria: lagoa das cotias; nada é de estranhar que de qualquer lagoa formada às margens do rio o nome passasse ao próprio rio e, depois, como me parece, ao povoado, de onde saiu a atual cidade".

A cidade fica no alto da serra de Guramiranga, à margem do rio de seu nome, de topografia irregular, característica dos núcleos populacionais serranos, a uma altura de 736 m. Aí nasceram: Antº. Antonele de Castro Bezerra, em 4 de novembro de 1894, bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1916, professor da Faculdade de Direito do Ceará, Promotor Público, advogado em São Paulo e no Ceará, falecido em 19 de setembro de 1926; Antº. Bruno Barbosa, em 6 de outubro de 1886, bacharel em Direito, advogado no antigo território do Acre, Juiz Seccional em S. Paulo, poeta e jornalista; Virgílio Barbosa, em 9 de maio de 1885, notável advogado no Rio de Janeiro, senhor de vasta cultura jurídica, irmão do precedente; Fco. Batista Luz, em 25 de junho de 1918. Ordenou-se em Petrópolis (1945), professor de línguas neo-latinas da Universidade Federal do Ceará. Muito culto, tem vários cursos de especialização, inclusive, o feito na Escola Bíblica e Arqueológica Francesa em Jerusalém; Odilon Gonzaga Braveza, em 25 de março de 1911, bacharel em Direito, provecto educador, durante longos anos ensinou várias gerações de discípulos no seu tradicional Colégio São João, em Fortaleza.

PACUJÁ. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 98 Km². Altitude da cidade — 150m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3º58'46" S; Longitude: 40º41'54" W.

Pequeno Município, situado no sertão do Jaibaras, rio que o atravessa, fertilizando-lhe as terras. Era distrito do Município de S. Benedito, assim figurando no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, quando a Lei n.º 3692, de 17 de julho de 1957, publicada a 19 do mesmo mês, o erigiu em comuna autônoma. Anteriormente, foi Distrito de Ibiapina, criado pela Lei n.º 2054, de 29 de novembro de 1883; mais tarde foi transferido para o Município de Sobral. A cidade sede fica à margem direita do citado rio Jaibaras, afluente do Acaraú. A igreja local tem S. João Batista como padroeiro. Etimologicamente, o topônimo, de origem tupi, significa **fruta da pacova**, de **pacova** banana e **já** fruto, segundo Paulinn Nogueira, **Vocabulário**, p. 362.

PALHANO. — Distrito único: o da sede. Área do Município 469 Km². Altitude da cidade — 14,18m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4º44'43" S; Longitude 37º57'32" W.

"Palhano tem sua origem histórica, parte documentada e parte em versão popular. Os mais velhos residentes nesta Ribeira afirmam ter sido um senhor por nome José Palhano, o primeiro morador desta região. Como andasse esse homem caçando, deparou-se com um rio, e achando um lugar ideal para morar, fixou-se ali, e tempos depois já havia um pequeno número de moradores. Afirmam ainda esses senhores que no dia 1º de janeiro de 1901, Frei Davi, pregando Missões, benzia um Cruzeiro no lugar. Daí o nome Cruz de **Palhano**.

Apesar dessas informações serem de cunho popular, elas traduzem um fundo de verdade, quando vemos em **Datas e Fatos para a História do Ceará**, página 188, o registro de uma data de sesmaria de 3 léguas de terra, concedidas em 24 de outubro de 1733, ao coronel Manuel Gonçalves de Souza e ao Tenente Coronel Estêvão de Sousa Palhano, descobridores do Riacho da Cruz. Igualmente, em 11 de março de 1734, era concedida uma data de 3 léguas de terra no Riacho Bonhu, ao Capitão Antº da Silva Cruz, pelo Capitão-Mor Leonel de Abreu de Lima, de acordo com registro nos **Anais do Arquivo Público do Estado do Ceará**, tomo 1., página 186.

Daí não sabemos precisamente se o topônimo Cruz do Palhano vem do fato histórico de haver aquele senhor Estêvão de Sousa Palhano e seu companheiro descoberto o Riacho da Cruz naquela época, ou se Cruz vem do sobrenome do segundo morador desse lugar Antº. da Silva Cruz, ou ainda da versão popular do primeiro morador destas plagas senhor José Palhano e do Cruzeiro bento por Frei Davi, no princípio do século.

Quanto à primeira capela de Palhano, ignoramos sua origem. Sabemos no entanto, através de registros no **Livro do Tombo da Cruz do Palhano**, que a 28 de julho de 1862 comparecia a esse lugar o Pe. Lino Deodato com a incumbência de construir aí uma nova capela, e este recebeu a valiosa colaboração dos senhores Fco. Bandeira Braga, Fco. da Silva Tércio e demais moradores da região. O senhor Fco. da Silva Tércio fez doação por escritura pública de 8 braças de terra, para a construção da referida capela. No mesmo dia é feito o lançamento da pedra fundamental no local onde já existia a primitiva capela. Ao ato estavam presentes o Pe. Lino Adeodato, que por autorização do primeiro Bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos, deu a bênção da pedra fundamental, além de grande número de moradores da Ribeira.

Os trabalhos desta nova capela foram confiados aos senhores Fco. Bandeira Braga e Fco. da Silva Tércio. Sua conclusão parcial se deu no ano de 1873 (O orago é N. S. da Conceição).

A primeira reforma desta Igreja teve início em novembro de 1907, sob a orientação do Pe. Zacarias Ramalho, contando com a valiosa colaboração do senhor Miguel Rodrigues de Santiago. Concluída esta reforma, a 1.º de abril de 1910 recebia a benção do Pároco da Freguesia, o mesmo Pe. Zacarias Ramalho.

Palhano foi Distrito de Russas, criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933 (Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1933, fixou em Palhano, somente, o nome de Distrito), e no ano de 1958 foi elevado à categoria de Município, pelo Dec.-Lei n.º 4076, de 8 de maio de mesmo ano. A prefeitura de Pelhano foi instalada no dia 15 de maio de 1958, sendo designado para responder pela Municipalidade o cidadão João Luís de Santiago, que permaneceu nas funções até 12 de abril de 1959, quando foi nomeado prefeito interino deste Município o senhor Miguel Correia de Oliveira, com mandato de quatro anos. Como terceiro prefeito, vem novamente o senhor João Mateus Sobrinho, com mandato de 1967 a 1971. Em 1970, o ex-vice-prefeito Joquim Barreto é eleito com mandato de dois anos, terminando em 31 de janeiro de 1973, quando tomou posse o atual, senhor Jacó Severiano da Silva, reeleito aos 15 de novembro de 1972 e empossado aos 31 de janeiro de 1973.

Este Município está localizado na microrregião 6. A distância da sede do Município à capital é de 152 Km. Limita-se ao norte com Beberibe e Aracati, a leste com Itaiçaba e Jaguaruana, ao sul e oeste com o Município de Russas.

Sua área é de 469 Km², com uma altitude da cidade de 14 metros. O terreno é plano, rochoso e argiloso. Seu principal acidente geográfico é o Rio Palhano, primitivamente chamado Riacho da Cruz, e de caráter periódico. São poucos os recursos naturais destacando-se no reino mineral a argila e o óxido de ferro; no reino animal, peixe, gado bovino, caprino e ovino e no reino vegetal, a oiticica, a carnaúba, milho, feijão e mand'oca". (Russas, **sua origem, sua gente, sua história**, de Limério Moreira da Rocha, Recife, Recife Editora, 1977, ps. 98-101).

PALMÁCIA. — Distritos: o da sede e o de Gado. Área do Município — 107 Km². Altitude da cidade — 425,11m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°09'01" S; Longitude 38°50'47" W

Com a denominação de Silva Jardim, homenagem ao ardoroso republicano Antº. da Silva Jardim, que morreu tragado pelo vulcão Vesùvio, no Itália, foi instituído Municipio pela Lei n.º 352, de 28 de julho de 1897, embora não tenha sido instalado. Havia sido criado aí, pela Lei n.º 998, de 31 de agosto de 1861, e com o nome de Jubaia, o Distrito de Paz, o qual com efeito da Lei n.º 1776, de 23 de novembro de 1878, foi transferido para a povoação de São José da Cachoeira e, depois, para a de Palmeiras, pelo Dec. n.º 10, de 11 de abril de 1890. Era Distrito de Maranguape, quando, em face do disposto na Lei n.º 3779, de 28 de agosto de 1957, foi elevado à categoria de Município, compreendendo o Distrito de Gado e sendo instalado solenemente no dia 7 de setembro seguinte, com o seu primeiro Prefeito — Atanásio Perdigão Sampaio.

A Paróquia de Palmácia foi fundada em 6 de janeiro de 1943. A igreja matriz existe desde 1880 e foi construída por Fco. de Queiroz, no que muito foi auxiliado pelo Pe. depois Monsenhor Antº. Tabosa Braga. O padroeiro é S. Fco. de Assis. Pertence ao Arcebispado de Fortaleza. A cidade fica situada em aprazível recanto da serra de Baturité.

Como ficou registrado, o nome primitivo era Palmeiras, mais tarde mudado para Silva Jardim. O designativo atual foi dado pelo Dec. n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. É formação erudita, para traduzir — região das palmas ou palmeiras. Havia sido sugerido o nome Pindobal, hibridismo não aceito. Aí nasceram: Gustavo da Frota Braga, em 8 de janeiro de 1890, bacharel em 1919, pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual foi professor, Advogado de grande clientela em Fortaleza, falecido em 26 de março de 1956; José Rebouças Macambira, em 17 de novembro de 1917, bacharel em Direito (1951), poeta e professor, reputada autori-

dade nos assuntos da liguística, sobre os quais há publicado obras do mais indiscutível merceimento. Membro da Academia Cearense de Letras e da Academia Cearense da Língua Portuguesa.

PARACURU. — Distritos: o da sede e os de Jardim e Paraipaba. Área do Município — 528 Km². Altitude da cidade: 10m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°24'36" S; Longitude 39°1'50" W. Banhado pelo Oceano.

O Dec. n.° 73, de 1 de outubro de 1890, criou o Município com sede no então povoado denominado Paracuru, sede do Distrito criado pela Lei n.° 1235, de 27 de novembro de 1862, sendo instalado no dia 25 do mesmo mês. Todavia, a Lei n.° 1841, de 17 de agosto de 1921, o transferiu para a vila de S. Gonçalo (atualmente S. Gonçalo do Amarante), Em 1926, com a Lei n.° 2368, de 30 de julho, voltou a sede municipal para Paracuru, mas de novo foi transferida par S. Gonçalo, em virtude da Lei n.° 2589, de 15 de setembro de 1928. Ainda uma vez passou dita sede a ser instalada em Paracuru, ex-vi do Decreto n.° 193, de 20 de maio de 1931, até que outro Dec., o de n.° 64, de 7 de agosto de 1935, mais uma vez a sitiou em S. Gonçalo, passando Paracuru a ser simples Distrito. Foi a Lei n.° 1153, de 22 de novembro de 1951 que restaurou o Município.

A Lei n.° 1020, de 14 de novembro de 1862, elevou à categoria de matriz a capela de N. S. dos Remédios do Alto Alegre do Parazinho e criou a Freguesia, tendo sido o patrimônio constituído de doação do Pe. João Fco. Nepomuceno, fundador da povoação e vigário da Freguesia. É sede de Paróquia do Bispado de Itapipoca.

Primitivamente, denominou-se Alto Alegre do Parazinho. O nome Paracuru é tupi e significa lagarto do mar, de para, mar, ecuru lagarto (Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**. p. 363). Essa, também, a opinião do Barão de Studart (**Geografia do Ceará**, 1924, p. 347). No lugar Parazinho nasceu Ant°. Sales, em 13 de junho de 1868, um dos mais inspirados poetas do Ceará, romancista, cronista e contista, chegando a ser, no seu tempo, o vulto mais destacado e acatado da Literatura Cearense. Ideador e fundador da buliçosa Padaria Espiritual (1892), membro da Academia Cearense de Letras, a que presidiu durante vários anos, falecido em 14 de novembro de 1940, em Fortaleza. Ocupou na Academia a Cadeira n.° 21, de que é Patrono José de Alencar.

A cidade está localizada próxima à foz do rio Curu, pela margem direita, e ligada a capital por estrada de rodagem; é ponto praiano muito procurado pelos turistas.

PARAMBU. — Distritos: o da sede e os de Cococi, Monte Sion e Novo Assis. Área do Município — 2.027 Km². Altitude da cidade — 478,67 m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 6°12'38" S; Longitude — 40°41'39" W.

A fazenda de criar de Enéas de Castro Feitosa foi adotada como sede do Distrito de S. Pedro da Cachoeirinha pela Lei n.° 2.677, de 2 de agosto de 1929. Pertencia ao Município de Tauá e para formá-lo foi anexada parte do Distrito de Marrecas, deste mesmo Município. A autonomia municipal, Parambu obteve-a em virtude da Lei n.° 3.338, de 15 de setembro de 1956. A instalação simbólica deu-se no dia 22 de outubro seguinte, e só em agosto de 1957 foi esta realizada oficialmente, sendo primeiro Prefeito Francisco Alves Teixeira.

O referido Enéas de Castro Feitosa construiu na sua dita fazenda uma capela, dando-lhe em patrimônio dois hectares de terra e esse pequeno templo recebeu a invocação de S. Pedro, cujo dia — 29 de junho — é comemorado com festas animadas e solene procissão. É forânea da paróquia de N. S. da Conceição, de Cococi, Bispado de Crateús. Há um templo protestante.

O nome originário era S. Pedro da Cachoeirinha, mas o Dec.-Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938, reduziu-o para Cachoeirinha. O Decreto-Lei n.° 1.114, de 30 de dezembro de 1943, substituiu essa denominação pela correspondente em língua tupi — Parambu, que significa pequena cachoeira, cachoeirinha, nome da primitiva fazenda. Ver verbete **Cococi** (2.ª parte).

PARAMOTI. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 691 Km². Altitude da cidade — 83 m. Coordenadas geográficas das cidade: Latitude 4°5'49" S; Longitude 39°14'22" W.

O Distrito de Paramoti foi criado pelo Dec.-Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938, pertencente ao Município de Canindé. A Lei n.° 3.962, de 10 de dezembro de 1957, elevou-o a categoria de Município, que foi instalada em 25 de janeiro do ano seguinte, sendo seu primeiro Prefeito Francisco Araci Santos. Forma com os Municípios de Sta. Quitéria, Hidrolândia, General Sampaio, Caridade e Canindé o chamado Sertão de Canindé. É servida em grande parte, nos limites com o Muncípio de General Sampaio, pelas águas do grande açude público deste nome.

Religiosamente, liga-se à Paróquia de Canindé. O podroeiro da capela é Sta. Ana.

Anteriormente, chamou-se Santana e depois Saldanha em homenagem ao notável abolicionista cearense e projetado político

é comerciante em Fortaleza, o canindeense Antônio da Cruz Saldanha. Isto, por força do citado Dec. Lei n. 448 de 20 de dezembro de 1938. A lei n. 1153, de 22 de novembro de 1951, adotou o topônimo atual, para significar rio que se estreita. Havia sido lembrado o nome Tamboatá, ou seja, na linguagem tupi, "o que anda no mato". É nome dum peixe d'água doce, da família Calictideos.

A cidade fica à margem esquerda do rio Canindé.

PEDRA BRANCA — Distritos: o da sede e os de Mineirolândia, Riachão do Banabuiú e Tróia. Área do Município 1.197km². Altitude da cidade 500,69m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5°26'58" S; Longitude 39°42'44" W.

A Lei n.° 1407, de 9 de agosto de 1871, criou o Município, com sede na povoação de Pedra Branca, então elevada a vila. Foi distrito pela Lei 883, de 20 de outubro de 1854, pertencendo ao Município de Mombaça. Pelo Dec. n. 193, de 20 de maio de 1931, foi declarado extinto. Pelo Dec. n. 1156, de 4 de dezembro de 1931, passou a figurar como Distrito do Município de Senador Pompeu. Restaurado pelo Decreto n. 1540, de 3 de maio de 1935. Cidade por força do Dec.-Lei n. 448, de 20 de dezembro de 1938. Fora a povação elevada a vila pela Lei n. 1769, de 24 de setembro de 1920.

Criada pela Lei n. 1539, de 23 de agosto de 1873, a Freguesia foi instituida canonicamente pela Provisão de 6 de dezembro desse ano, sendo nomeado primeiro vigário o Pe. João do Nascimento e Sá, então Coadjutor de Maria Pereira (Mombaça) e que tomou posse a 4 de janeiro de 1874. O orago é São Sebastião.

A vila de Mineirolândia é sede de outra Paróquia, cujo orago é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ambas subordinadas ao Bispado de Iguatu.

O local em que está a cidade chamou-se primitivamente Tabuleiro da Peruca. Porque houvesse aí uma pedra muito alva, grande e de pouca altura acima do nível do chão, ficou sendo um ponto de referência para reunião dos vaqueiros que por ali campeavam. Perto dessa pedra branca foi construída a primeira capela, depois igreja de S. Sebastião. Ainda hoje, poucos metros ao lado da matriz, na praça deste nome permanece a referida pedra, sempre muito alva, qual marco simbólico que havia de dar o nome a uma simpática e florescente cidade. Acha-se protegida por um pequeno monumento.

A cidade está à margem do Riacho dos Oitis e nas imediações do chamado Açude Público. É servida pela estrada de rodagem Fortaleza-Brasília (BR-20). Aí nasceram: Leonardo Ferreira da Mota (Leonardo Mota, o Leota de suas crônicas), em 10 de maio de 1891. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1916). Membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, que lhe deve a sua reorganização em 1922, e na qual era titular da Cadeira n. 16, de que é Patrono João Franklin da Silveira Távora. Um dos nomes mais respeitados do folclorismo brasileiro, considerado Príncipe do Folclore Nacional. O grande número e autenticidade dos seus livros o confirmam. Cronista admirável, faleceu em 2 de janeiro de 1948; Aureliano Mota, em 1 de abril de 1885, tendo falecido em 12 de setembro de 1941. Notável orador sacro. Doutourou-se em Canones em Roma, e entre outras paróquiou a freguesia de N. S. do Carmo, em Fortaleza. Ler; **Monografia do ex-município de Pedra Branca**, s. e., 1933, de Josué de Carvalho Nogueira.

PENAFORTE — Distrito único: o da sede. Área do Município — 213km2. Altitude da cidade — 506,96m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7° 49'44" S; Longitude 39°4'38" W.

Município situado no extremo sul do Ceará, limitando com o Estado de Pernambuco. Era Distrito do Município de Jatí, ex-Amapá, criado pela Lei n. 1153, de 22 de novembro de 1951, quando lhe trouxe os foros de autonomia administrativa a Lei n. 4224, de 31 de outubro de 1958.

Chamava-se anteriormente Carnaúba. O topônimo atual é homenagem ao Cônego Raimundo Ulisses Pennaforte, nascido em 25 de novembro de 1855, na então vila, hoje cidade de Jardim, Município a que pertencia o povoado, hoje cidade. Foi homem de vasta cultura, orador, jornalista, autor de vários livros de indiscutível mérito. Viveu muitos anos no Pará, em cuja capital faleceu em 25 de abril de 1921. É um dos Patronos da Academia Cearense de Letras, Cadeira n. 32.

A capela local tem a invocação de N. S. da Saúde e pertence à Diocese do Crato. A cidade fica próxima aos limites com o Estado de Pernambuco.

PENTECOSTE. — Distritos: o da sede e os de Matias, Porfírio Sampaio e Sebastião de Abreu.Área do Município — 1394 Km². Altitude da cidade — 60m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude — 3°47'22" S; Longitude 39°16'5" W.

turité (hoje RFFSA), inaugurada em 15 de novembro de 1907. Pertencia ao Município de Senador Pompeu (antigo Humaitá) e mais tarde, com o nome de Piquet Carneiro, adotado pelo Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, foi elevada à categoria de Distrito, assim figurando no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, situação em que se encontrou até a vigência da Lei n.º 3.685, de 12 de julho de 1957, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado no dia 15 seguinte, a qual criou o Município de Piquet Carneiro, compreendendo a área do mesmo Distrito e mais a do Distrito de Ibicuã (antes Miguel Calmon), desmembrado do Município de Senador Pompeu. A respectiva instalação deu-se em 25 de março de 1959. O atual topônimo representa homenagem ao Engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, que dirigiu a Rede de Viação Cearense (RFFSA) no período de 27 de abril de 1897 a 1 de maio de 1898 e foi, depois, Fiscal da mesma Estrada de Ferro, como representante do Governo Federal, Engenheiro Chefe da Comissão do Açude Quixadá (Açude Cedro), que daria origem ao belo reservatório, um dos orgulhos, então, da Engenharia Nacional, iniciado no tempo do Império e concluído em 1906, bem como a construção de outros menores noutros Municípios, razão por que dita comissão passou a denominar-se Comissão de Açudes e Irrigação. "Fluminense de nascimento, veio para o Ceará em 1897, aqui permanecendo por espaço de dezessete anos, tempo suficiente para se tornar cearense, não só porque aqui constituiu família, como também por sua identificação com nossa terra e seus problemas. Diplomado bacharel em Ciências Físicas e Matemática a 10 de junho de 1887 pela Escola Central da Corte (depois Escola Politécnica do Rio de Janeiro), fez iniciação profissional no Rio Grande do Sul, na Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, na qual exerceu sucessivamente as fuções de Condutor Técnico, Chefe de Seção, Primeiro Engenheiro e Engenheiro Diretor. Transferido deste último posto, em abril de 1897, para a nossa Estrada de Ferro de Baturité, estava-lhe reservada a missão de reorganizar essa empresa e prepará-la para o arrendamento a particulares, como efetivamente ocorreu em maio de 1898". Neste cargo figurou até o ano de 1900, quando foi nomeado Engenheiro Chefe daquela Comissão do Açude Quixadá. Na Inspetoria de Obras Contra as Secas a sua gestão durou nove anos, isto é, até 1909. Sobre a vida funcional de Piquet Carneiro que faleceu em 31 de outubro de 1936, leia-se bastante cheio de informações, o trabalho de José Bonifácio de Sousa, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 74, p. 242-248, sob o título "Centenário de Piquet Carneiro".

O topônimo antigo, Jirau, expressa uma espécie de estiva de varas elevada do solo sobre forquilhas e destinada a cama de dormir ou guardar louças, panelas, pratos, etc. Palavra tupi, corrutela de **ig rab** o que é para colher a comida. Com a grafia Girau, Paulino Nogueira define-o — "casa ou terraço feito sobre forquilhas, e serve de canteiro, paiol ou ventilador, segundo Gonçalves Dias. Na jangada é uma espécie de estrado onde se acomodam passageiros. Enfim, é qualquer estiva elevada do solo e suspensa em forquilhas como quer José de Alencar" (**Vocabulário Indígena**. p.287).

A igreja local, recentemente remodelada, tem como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus, e é sede de uma Paróquia, pertencente ao Bispado de Iguatu.

PORANGA. — Distritos: o da sede e o de Macambira. Área do Município — 318 Km². Altitude da cidade — 750m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°44'35" S. Longitude 40°55'34" W.

Era Distrito do Município de Ipueiras quando por Lei n.º... 3.665, de 5 de julho de 1957, recebeu a autonomia municipal. Deu-se a instalação no dia 22 de setembro do mesmo ano. Fica situado no extremo Oeste do Ceará, limitando-se com o Estado do Piauí.

Pertence ao Bispado de Crateús, integrando a Paróquia de Ipueiras, a capela da sede, sob a invocação de Jesus, Maria e José, ou seja, a Sagrada Família. O patrimônio consta de duas doações: uma de Lourenço Alves de Almeida, feita em 1897, e a outra de Malaquias Alves de Almeida, 1898.

Chamou-se inicialmente Várzea Formosa e, mais tarde, por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, simplesmente Formosa. A referida Lei n.º 1.114, de 1943, mudou o nome para Poranga, tradução tupi do adjetivo Formosa. Foram sugeridas, mas não aceitas as denominações Varmosa (formação contraída de Várzea Formosa) e Feitosa, este em homenagem ao Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro que, na qualidade de vigário de Ipueiras, muito trabalhou pela construção da capela local e constituição do respectivo patrimônio.

PORTEIRAS. — Distrito único: o da sede. Área do Município: 206 Km². Altitude da cidade — 538 m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 7°32'5" S; Longitude 39°7'6" W.

O povoado Conceição do Cariri, do Município de Jardim, foi considerado Distrito por Ato de 12 de julho de 1860. Chamou-se também Porteiras de Fora. Em 1889, pela Lei n.º 2.169 de 17 de agosto, foi elevada à categoria de Município, com o nome de Por-

teiras, mudado para Conceição do Cariri, em virtude da Lei n.º 2.743, de 6 de novembro de 1929. Extinto pela Lei n.º 1.794, de 9 de outubro de 1920, foi restaurado pela de n.º 2.002, de 16 de outubro de 1922. Novamente suprimido, em face do Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, conservou-se como Distrito de Brejo Santo, até a vigência da Lei n.º 1.158, de 22 de novembro de 1951, que lhe deu definitivamente a autonomia municipal.

A Paróquia tem como orago N. S. da Conceição e pertence ao Bispado do Crato. A primeira referência que se tem é que em 6 de janeiro de 1821 aí rezou missa o Pe. João Bandeira de Melo, considerado fundador da hoje cidade de Jardim.

A primitiva denominação era Porteiras de Fora. Chamou-se como ficou dito Conceição do Cariri por força da Lei n.º 2.743, de 1929, já aludida. O nome atual foi fixada pelo Decreto-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O Município fica ao sopé da Serra do Araripe e é muito acidentado. Corta-o o rio da Morte, afluente do Jenipapeiro, um dos formadores do Riacho dos Porcos.

POTENGI — Distritos: o da sede e o de Barreiros. Área do Município — 389 Km². Altitude da cidade — 557m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude 7°5'26" S; Longitude 40°1'36"W.

À margem do riacho Brejinho, afluente do riacho S. Miguel, tributário do rio dos Bastiões, no Município de Araripe, formou-se o lugarejo que se chamou Xiquexique e por Ato de 22 de novembro de 1913 passou a ter a categoria de Distrito, do Município de Araripe. Obteve a autonomia municipal por força da Lei n.º 3.786, de 4 de setembro de 1957, mudado o antigo nome para o de Potengi. Seu primeiro Prefeito Municipal foi Luis Gonzaga de Figueiredo. A igrejinha local tem a invocação de São José e pertence à Paróquia de Araripe, do Bispado do Crato. A certa altura, a comuna teve o nome de Ibitiara. Potengi em língua tupi significa água ou riacho dos camarões. É considerado fundador do núcleo de Xiquexique, Manuel Monteiro, construtor da capela, e, por isso, sugeriram, mas sem resultado, fosse a cidade chamada Monteirópolis, o que seria justo.

QUIXADÁ — Distritos: o da sede e os de Banabuiú, Caiçarinha, Choró, Sipó dos Anjos, Custódio, Daniel de Queiroz, Dom Maurício, Ibaretama, Juatama, Rinaré, Sitiá e Tapuiará. Área do Município — 4.650 Km². Altitude da cidade — 189,98m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude 4°58'5" S; Longitude 39°1'0"W.

"Foi pelo rio Sitiá, o Queiru dos Indígenas, que se iniciou o povoamento do território do atual Município. Sesmadas as terras do Baixo-Jaguaribe, o movimento colonizador penetrou o seu afluente Banabuiú e, em seguida, o afluente da margam esquerda deste — o Sitiá, objetivando a conquista de novas terras para a criação de gados. Posto que remonte a 1698 as primeiras concessões feitas neste último curso d'água, a ocupação efetiva somente teve início em 1705, quando nelas se fixaram, vencendo a indiada, Manuel Gomes de Oliveira, Agostinho e André Moreira de Barros e outros. Ao completar-se, em 1748, a distribuição da faixa marginal do citado Sitiá, cameçado já se achava o povoamento das ribeiras do Tapuiará, Quinimporó, Pirangí, Choró e Feijão, também sujeitos ao regime de sesmarias. A primeira transferência de propriedade por ato entre os vivos e por herança diz respeito ao sítio Quixadá, alienado ao Coronel Carlos de Azevedo do Vale por D. Maria Teresa de Jesus, viúva do Tenente-Coronel Filipe Cardoso da Mota, em 18 de dezembro de 1728. Falecido o comprador, os seus herdeiros passaram dito Sítio, por venda, em 1747, à José de Barros Ferreira, que dele empossado em 1759 aí construiu casa de fazenda, com os seus currais e outras instalações". **Quixadá de Fazenda a Cidade** é livro de José Bonifácio de Sousa (Fortaleza, IBGE, Conselho Federal de Estatística, 1960, 169 páginas), em que está, com toda clareza e correção, a história da cidade de Quixadá, de cuja expansão se gerou o núcleo inicial de população que em 1838, pela Lei n.º 150, de 2 de setembro, pôde merecer um juizado de paz, erigindo-se em vila (Distrito) trinta e dois anos mais tarde, pela Lei n.º 1.347, de 27 de outubro de 1870, desmembrando-se de Quixeramobim. A instalação deu-se no ano seguinte, tendo sido Laurentino Belmonte de Queiroz o primeiro presidente da Câmara Municipal. A vila recebeu a categoria de cidade em virtude de dispositivo da Lei n.º 2.166, de 17 de agosto de 1889.

Na sua citada fazenda Quixadá, José de Barros Ferreira construiu uma capela sob a invocação de Jesus-Maria-José, isto em 1774, pequeno santuário assistido desde 1836 por um capelão vindo de Quixeramobim, mantido pela Sociedade Perfeita, associação que congregava os primeiros fazendeiros da região, e cujo patrimônio se destinava ao custeio da assistência eclesiástica. Dita capela transformou-se na depois matriz e hoje catedral do Bispado, criada a Freguesia pela Lei n.º 1.305, de 5 de novembro de 1869. Nomeado primeiro vigário, a 4 de fevereiro do ano seguinte, tomou posse, no dia 13 do mesmo mês o Pe. Cláudio Pereira de Farias, que aí permaneceu até 10 de janeiro de 1873. O Bispado de Quixadá foi criado pela Bula Papal **Qui Summopere**, de 13 de março do ano

de 1971, com o seu primeiro Bispo, D. Joaquim Rufino Rego nomeado pela Bula **Dilecto Filio** de 21 de abril e empossado a 20 de agosto.

A palavra Quixadá, segundo Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena** p. 384), é a mesma coisa que Quixadá, denominação de uma tribo tapuia habitante do interior da Capitania, especialmente nas margens do rio Sitiá, significa, para Martius, Oh! eu sou senhor, de **qui** oh!, **xe** eu, e **uara** senhor, tendo-se corrompido em Quixará. Para Pompeu Sobrinho (**Nota**) o nome não é de origem tupi, provavelmente tarairiú, cuja língua é muito mal conhecida para comportar a análise etimológica de qualquer nome. "O vocabulário Quixadá não é tupi, como queria von Martius, nem pertence a nenhuma língua de grupo Cariri, como supunha Teodoro Sampaio. Provavelmente, é da língua tarairiú falada outrora pela mais numerosa população indígena do Ceará e dos Estados vizinhos. Do tupi e do cariri possuímos copiosos vocabulários, mas do tarairiú apenas se conhece a significação de poucos termos: por isso, não é possível fazer com proveito a análise etimológica dos topônimos desse idioma, que aliás são abundantes, sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. A expressão nada tem com a língua gê ou cran nem com o mohim caigang chicriaba, camacã ou outra falada pelos tapuias conhecidos. Trata-se (os Tarairiús) de uma família independente". A opinião de Teodoro Sampaio era favorável à procedência cariri, sem afoitar-se, entretanto, a uma interpretação; mas sugere: "a guiar-me pelo que conheço do vocabulário dos gentios krans ou jês, gente que muito povavelmente se propagou pelos sertões cearenses, o vocabulário Quixadá, ao que parece, designa rio ou riacho a que um qualificativo distigue". A cidade de Quixadá situa-se no vale do rio Sitiá, à margem esquerda deste rio e se desenvolveu entre os tão falados monólitos, que à região forneceu aspecto muito singular. Servida pela Estrada de Ferro de Baturité (RFFSA), cuja estação foi inaugurada em 7 de setembro de 1891, pela estrada de rodagem chamada do Algodão (CE-055) e pelo Anel Viário Central ou Estrada Ernesto Geisel, que liga a BR-116 à BR-222, tocando em Morada Nova, Quixadá, Canindé, Santa Quitéria e Forquilha. Moderniza-se a cada passo. A 5 Km. ao poente, está o acude público Cedro, a mais avançada obra de barragem no Nordeste, construída de alvenaria ciclópica, com pedra trabalhada e em forma de semicírculo, na extensão de 415m. e a altura de 17m, sendo a sua capacidade de 125.000.000 de m^3 e a bacia hidráulica de 17.450 Km^2. Um dos orgulhos da engenharia nacional, iniciado em 1884, foi a barragem concluída em 1906.

Nasceram em Quixadá: Clóvis Barreira Fontenele, em 30 de março de 1899, Bacharel em Direito em 1919, reputado advogado, chefe do Serviço Jurídico do Banco do Brasil no Ceará, falecido em julho de 1966; Daniel de Queiróz Lima (ver verbete **Daniel Queiróz**); Eusébio de Queiróz Lima, em 19 de maio de 1884, professor, sociólogo e jurista e publicista do mais alto valor, catedrático da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1914-1935), falecido na antiga capital da República em 19 de dezembro de 1935; George Cavalcante de Cerqueira, em 29 de setembro de 1891, Bacharel em Direito pela Faculdade do Amazonas, Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Ceará, Secretário de Estado, especializado nos assuntos da Contabilidade: Jáder Moreira de Carvalho, em 29 de dezembro de 1901, Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1931), advogado, Professor, sociólogo, Príncipe dos Poetas Cearenses, membro da Academia Cearense de Letras, na qual ocupa a Cadeira n.º 14, de que é Patrono João Brígido; José Bonifácio de Souza, em 1 de novembro de 1901, Bacharel em Direito (1945), alto funcionário do Banco do Brasil, professor, Secretário de Estado, membro do Instituto do Ceará, historiador, falecido em 17 de abril de 1970; José Jucá de Queiróz Lima (José Jucá), em 28 de fevereiro de 1851, Bacharel em Direito, advogado, ocupante de vários cargos públicos, espírito animoso, cheio de fina verve e figura de projeção no que tange especialmente entre os que mais se batalharam pela construção do Açude Cedro, falecido em 20 de março de 1933; José Martins Rodrigues, em 1.º de setembro de 1901, Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1922) na qual foi professor, homem público de destacada atuação, Deputado Estadual, Deputado Federal, orador seguro, falecido em 24 de junho de 1976, em Brasília; Narcelio Queiróz em 3 de janeiro de 1903, Bacharel pela Faculdade Nacional de Direito, em 1919, magistrado, professor de Direito de projeção no Rio de Janeiro, de cujo o Tribunal de Justiça foi desembargador; Pedro Paulo de Souza Montenegro, em 9 de janeiro de 1928. Professor Diplomado em línguas Neo-Latinas pela Faculdade de Filosofia da Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará. Crítico literário. Membro da Academia Cearense de Letras, ocupando a Cadeira n.º 24, de que é patrono Lívio Barreto.Tem Mestrado em Teoria da Literatura, obtido na Universidade de Madri, Espanha; Ubirajara índio do Ceará, em 20 de fevereiro de 1912. Bacharel em Direito. Deputado Estadual. Secretário de Estado. Alto funcionário do Ministério do Trabalho, tendo feito parte do Tribunal Regional do Ceará, de que foi presidente. Ler: o citado livro de José Bonifácio de Souza; **Município de Quixadá (Notícia Histórica, Geográfica e Descritiva do Município.**

Fortaleza, Tip. do Comércio, 1925, de Euzébio de Souza; **Serra do Estêvão (dados Biográficos e Históricos Fundações Religiosas)**, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1948, de José Bonifácio de Souza; Serra do Estêvão, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 61, p. 5, do mesmo José Bonifácio de Souza; Os Monges Beneditinos no Ceará, de D. Joaquim G. de Luna. O.B.S., na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 65, p. 192 e v. 66, p. 220; Notas sobre o Município de Quixadá de Gomes de Matos, na Revista do **Instituto do Ceará**, v. 6, p. 134; **A Epopéia Beneditina no Ceará**, de Aires de Montalbo, na **Revista** do Instituto do Ceará, v. 80, p. 182.

QUIXERAMOBIM. — Distritos: o da sede e os de Encantado, Lacerda, Macaoca, Madalena, Manituba, Passagem, Pirabibu, São Miguel e Uruquê. Área do Município — 4.622 Km². Altitude da cidade 191,74m. Coordenadas geográficas da cidade — Latutude 5.º 11'56" S; Longitude 39º17'45" W.

Em virtude da Ordem Régia de 22 de julho de 1766, expedida ao Governador de Pernambuco, foram criada as vilas de Soure (Caucaia), Russas, Tauá e a de Quixeramobim. Em 1789, a 10 de janeiro, foi proposta pelo Ouvidor do Ceará Manuel Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, a elevação em vila da povoação de Sto. Antônio de Quixeramobim, tendo sido expedida, pelo Capitão General D. Tomás José de Melo, ordem nesse sentido a 20 de fevereiro seguinte, devendo ter o nome de Campo Maior. Esta foi inaugurada a 13 de junho, com o nome de Vila Nova do Campo Maior de Quixeramobim, e elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 770, de 14 de agosto de 1856, com o de Quixeramobim.

A Freguesia de Quixeramobim foi separada do Curato de Russas e eregida em Curato amovível, em virtude da Ordem vocal de D. Fco. Xavier Aranha, por Provisão do Visitador Frei Manuel de Jesus Maria, datada de 18 de novembro de 1755. Foi seu primeiro cura o Pe. João Paes Maciel de Carvalho (1755-1764). O padroeiro é Sto. Antônio de Pádua. Antes da criação do Bispado do Ceará, em 1854 figurava como procurador do Bispo de Pernambuco, em nosso Estado, o Cônego Antonio Pinto de Mendonça, vigário colado de Quixeramobim e político de evidência, tendo sido Deputado Provincial, Deputado Geral, Vice-Presidente da Província e Senador do Império. Na sede existem quatra igrejas: a matriz sob o invocação de seu padroeiro, a de N S. do Rosário, que era administrada pelas pessoas de cor e atualmente está servindo de Patronato N. S. de Santana, a do Senhor do Bonfim e a de Senhora Santana cuja construção foi iniciada pelo Dr. Fco. de Assis Bezerra de Menezes e concluida por seus familiares, com a ajuda do povo. Há

ainda a considerar a capela do cemitério, cuja construção foi em 1869 pela missionário Frei Serafim de Catânia, numa de suas passagens em Quixeramobim. Pertence ao Bispado de Quixadá.

A origem da palavra Quixeramobim é muito discutida. Paulino Nogueira, no seu "Vocabulário Indígena", na **Revista do Instituto do Ceará** v. 1, p. 395 diz que o vocabulário está profundamente corrompido e, entre outras versões gramaticais, prefere a de carne gorda, não só "por ser a única tradicional, como porque se explica regularmente como currutela de **quirã**, gorda e **mbiú**, carne".

Pedro Théberge pensava que a denominação Quixeramobim, aplicada a este local, tivera antes a sua raiz dos índios Quixarás do que a palavra que significa carne gorda, pois se persuade de que já existia a denominação anteriormente ao fato de que o seu vale produzia carne gorda, ou, por outra, que era próprio para a criação de gados. José de Alencar (**Iracema**, nota 4 ao Cap. XXII) aceita a sugestão de Martius, segundo a qual o termo traduz uma exclamação de saudade, campondo-se de **qui oh! xere** meus, e **amobine** outros tempos. Para Milliet quer dizer vaca gorda. João Brígido, à sua vez, escreve: "Não se sabe por que combinações houve quem chegasse à estranha decifração da palavra Quixeramobim em vaca gorda. Nem magra, nem gorda conheciam os índios que frequentavom a região. Quixeramobim é kieramobim ou kieramobi, como se lê na sesmaria concedida a Gregório de Brito Freire em 1721" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 16, p. 124). Pompeu Sobrinho, entre todos a maior autoridade, menciona que "primitivamente, esta palavra (Quixeramobim) se aplicava não ao rio, mas a uma serrota prórima da atual cidade. O rio chamava-se Ybu. A antiga grafia do vocabulário era kieramobim, *kierá* é corrutela de **quirá** ou **kirá** (pássaro) e **obim** verde. Teodoro Sampaio julga que se trata de uma dicção tapuia, assim como Quixadá, Quixará, Quincunquê, etc.) Não me parece tal, e as análises que conseguimos fazer em perfeito acordo com os caracteres da língua tupi o confirmam" (**Revista do Instituto do Ceará**, cit, v, 33, p. 225). Antônio Bezerra também é de parecer que "o nome Quixeramobim era o duma serra, depois estendia ao rio. o qual, pelos silvículas, era chamado Ybu. Laboram em erro os que afirmam ter sido Rinaré o nome do rio Quixeramobim. Rinaré era a denominação do rio Banabuiú".

A cidade de Quixeramobim é banhada pelo rio Quixeramobim (o maior afluente da margem esquerda do Banabuiú), o qual é vencido por duas pontes: a da Estrada de Ferro de Baturité, metálica, de grande extensão (208m), projetada pelo Engº. Lúcio do

Amaral e montada pelo Engº. Randal James Catender, ambos brasileiros, e a que forma a barragem do mesmo rio, formando um belo açude. É antigo núcleo de população de velhas e heróicas tradições. Como vila foi a terceira a ser criada na então capitania do Ceará Grande. É servida por uma estação da referida via-férrea inaugurada em 4 e agosto de 1894 e pela chmada Estrada do Algodão (CE-055) que liga Fortaleza ao Cariri. Apresenta aspecto muito típico, não só pela largura de suas ruas e por suas praças, como pelo estilo arquitetônico de seus prédios, entre estes o que serve de sede da Câmara Municipal. Aí nasceram muitos que se consagraram por seu valor e atuação na política, nas letras, nas ciências nas artes, nas armas, no clero e nas atividades empresariais. A enumeração seria longa e difícil. Ler: A vila de Quixeramobim, de J. B. Perdigão de Oliveira, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 4, 273; Algumas Etimologias, de João Brígido, na cit. **Revista**, v. 16, p. 121; Breve Notícia Histórica da Cidade de Quixeramobim, do Bacharel Eusébio Nery de Sousa, cit. **Revista**, v. 27, p. 364; Notícia Geográfica, Histórica e Descritiva do Município de Quixeramobim, idem, cit. **Revista**, v. 28, p. 191; Dois Topônimos Cearenses (Quixeramobim e Ubatuba), de Tomás Pompeu Sobrinho, cit. **Revista**, v. 54, p. 63; Antonio Dias Ferreira e a Matriz de Quixeramobim (Subsídios históriocs para as festividades do Centenário da Paróquia), de Ismael Pordeus, cit. **Revista**, v. 69, p. 189 e v. 70, p. 74; Fastos do Ceará (Quixeramobim), de Boanerges Facó, cit. **Revista**, v. 72, p. 46; O Fundador de Quixeramobim (Notas e Transcrições), cit. **Revista**, v. 80, p. 227; O Observatório de Quixeramobim, de Oswaldo Weber, **Revista da Academia Cearense de Letras**, v. 13, p. 30; Quixeramobim e sua vida religiosa, de Andrade Furtado, **Rev. do Instituto do Ceará**, v. 69, p. 88.

QUIXERÉ. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 598 Km². Altitude da cidade — 30m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 5º4'8" S; Longitude 37º 59'20" W.

Pertencia, como Distrito de Russas, criado pelo Dec.-Lei n. 1.158, de 4 de dezembro de 1933, quando, pela Lei n.º 3.573, de 11 de abril de 1957, recebeu a categoria Municipal, instalada em 15 de maio seguinte. Segundo registro do Livro de Tombo, vem o núcleo populacional de uma aldeia de índios, localizada ali perto e que se chamava Tabuleiro. Com a construção da primeira capela, passou a chamar-se Quixeré, vocabulo de explicação difícil (Ver verbete **Quixeramobim**). Diz-nos Limério Moreira da Rocha, no seu **Russas — sua Origem, sua Gente, sua História** (Recife, Recife Editora, 1977, ps. 96-98), que o Pe. Fco. José de Oliveira (nascido em 3 de março de 1900 e ordenado em 15 de agosto de 1931) lhe

forneceu a informação segundo a qual teria sido de Manuel Filipe da Silva a primeira casa residencial construída no local da hoje cidade, isto em 1840, e que o primeiro prédio destinado a fins comerciais teria sido levantado por Cândido Chicó, negociante de peles, couros, farinha de mandioca e cereais. As primeiras famílias para aí vindas foram as dos mesmos Manuel Filipe da Silva e Cândido Chicó e as de Manuel Xavier da Silva e Antonio Costa, acrescentando o informante que muito antes de 1860 já se rezavam missas em casa de Mendes Medeiros, distante um quilômetro da atual matriz. O celebrante era o Pe. Joaquim Domingues Carneiro, 20.º vigário de Russas, e mais tarde o fez o Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, que viria ser Bispo de São Paulo. A pedido de Dom Lino veio para Quixeré pregar missões o Pe. Agostinho Afonso, de origem italiana, o qual fez fincar um cruzeiro no lugar hoje ocupado pela matriz, e sugeriu fosse levantada ali uma capela de orações. A pedra fudamental foi plantada em 1862 e o templo era de pequenas dimensões, depois ampliada com um alpendre em frente pelo Pe. Joaquim Rodrigues de Menezes. O Pe., depois Monsenhor Zacarias da Silva Ramalho, 24.º vigário de Russas (1906-1924), é que concluiu a igreja. Em 1943, o aludido Padre Francisco José de Oliveira introduziu nesta reformas essenciais, com a construção da torre e outros melhoramentos. Havia sido criada a Paróquia em 29 de setembro de 1941, forânea hoje do Bispado de Limoeiro do Norte, vindo paroquiá-lo o mesmo Padre Oliveira. A padroeira é N. S. da Conceição.

A cidade de Quixeré fica á margem do rio deste nome, um dos braços do rio Jaguaribe formadores da chamada Ilha do Limoeiro. O Município limita-se ao nascente com o Estado do Rio Grande do Norte.

REDENÇÃO. — Distrito: o da sede e os de Acarape, Antônio Diogo, Barreira, Guassi e São Gerardo. Área do Município — 550 Km². Altitude da cidade — 88,83m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude — 4º13'33" S; Longitude — 38º43'50" W.

O Município, em grande parte, está situado no chamado vale do Acarape, beneficiado pelo rio Pacoti, muito fértil e onde predomina a cultura dos canaviais. Foi criado, com a denominação de Acarape, pela Lei n.º 1.255, de 28 de dezembro de 1868 (art. 1.º § 3.º) A vila tomou a denominação atual em virtude da Lei n.º 2.167, de 1889, em homenagem ao grande feito de ter sido o primeiro Município brasileiro a libertar totalmente os seus escravos negros, declaração feita em 1 de janeiro de 1883, resultante de sugestão partida de Deocleciano Ribeiro de Menezes. Os chamados

libertadores, abolicionistas ardorosos, vieram, em grande comitiva, solenizar o acontecimento, viajando em carros especiais da Estrada de Ferro de Baturité (hoje RFFSA), e desembarcando na estação do povoado de Cala-Boca, a qual havia sido inaugurada em 26 de outubro de 1879. Daí até a vila, distante poucos quilômetros, a viagem foi a cavalo, e é bem de imaginar de quanto de alegria e festas se revestiu o ato inédito. Com a adoção do nome Redenção, o de Acarape ficou designando o povoado da ferrovia (ver verbete **Acarape**).

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 1.242, de 5 de dezembro de 1868, desmembrada da de Baturité, sendo instituida canonicamente pela Provisão de 24 de agosto do ano seguinte. O seu primeiro vigário foi o Pe. Antonio André Lino da Costa, nomeado a 10 de dezembro desse último ano e empossado a 6 de fevereiro de 1870. A Freguesia tem como orago N. S. da Conceição, pertencente á Arquidiocese de Fortaleza.

Aí nasceram: Antonio Ferreira dos Santos, em 4 de junho de 1884, erudito ensinador e filólogo, autor de livros do melhor mérito. Por alguns anos desenvolveu suas atividades em Belém, como lente catedrádico do Ginásio Paes de Carvalho e da Escola Normal do Pará. Mudando-se para Fortaleza, foi professor do antigo Colégio Militar do Ceará, falecendo em 4 de julho de 1928; Auri Moura Costa, em 30 de março de 1911, Magistrada, Desembargadora do Tribunal de Justiça do Ceará, especializada em Direito Penal. Tem o seu nome uma das unidades penitenciárias do Estado, destinada a delinquentes do sexo feminino; João Perboyre e Silva, em 18 de setembro de 1905. Advogado, orador fluente, professor de Direito. Exerceu cargos públicos de relevo e, sobretudo, foi jornalista de alta combatividade e dedicação à classe, tudo fazendo para que fosse, como foi, construida a bela sede da Associação Cearense de Imprensa, edifício que tem o seu nome, situado em rua que igualmente, se chama Perboyre e Silva. Faleceu em Brasília, no dia 23 de junho de 1965. Pertencia à Academia Cearense de Letras, como ocupante da Cadeira n.º 33, da qual é Patrono Rodolfo Marcos Teófilo; Otacílio Ferreira de Azevedo (Otacílio Azevedo), em 11 de fevereiro de 1896. Autodidata vitorioso. Pintor e exímio poeta, autor de livros que o consagram. Pertenceu à Academia Cearense de Letras, Cadeira n.º 26, de que é Patrono Manuel Soares da Silva Bezerra; José Valdivino de Carvalho (ver verbete **Água Verde**) Ler sobre os festejos da abolição total dos negros cativos no Município de Redenção — **A Abolição no Ceará**, 2.º ed. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1969, Cap. XVI, de Raimundo Gi-

rão; e **Entrevista** concedida por Joaquim Agostinho Fraga, no Jornal **O Estado**, de Fortaleza, edição de 25 de março de 1945.

RERIUTABA. — Distritos: o da sede e os de Amanaiara e Varjota. Área do Município — 610 Km². Altitude da cidade — 155m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude 4º8'30" S; Longitude — 40º35'0" W.

Era povoação do Município de Campo Grande, hoje Gauraciaba do Norte, e pela Lei n.º 2.056 de 11 de novembro de 1922, foi promovido à categoria de sede de Município, com o nome conservado de Sta. Cruz. Deu-se a instalação oficial no dia 25 de setembro do ano seguinte, com o seu primeiro Prefeito José Deodato Soares. O Dec n.º 193, de 20 de maio de 1931, o extiguiu, mas foi restaurado, e definitivamente, pelo Dec. n.º 1.540, de 3 de maio de 1935. A vila recebeu a categoria de cidade pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Muito concorreram para a criação e o desenvolvimento do núcleo os membros das famílias Teodoro Soares, notadamente José Alexandrino, Messias Antonio e Aderson Soares Frota. A Freguesia tem como orago N. S. do Perpétuo Socorro. Desmembrada da de Sobral em 1933. A licença para construir a capela data de 5 de setembro de 1910.

A denominação atual foi adotada pelo Dec n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e relembra os índios Ararius, Irarius ou Rerius habitantes primitivos da região do alto Acaraú. Sobre eles convém ler **Os Aborígenes do Ceará**, Coleção História e Cultura, dirigida pelo Instituto do Ceará, Fortaleza. Editora Instituto do Ceará, 1965, de Carlos Studart Filho, ps. 129-133.

A cidade é servida pela RFFSA, e a sua estação foi inaugurada em 1 de dezembro de 1893. Fica à margem do Riacho São José, afluente do Rio Acaraú.

RUSSAS. — Distritos: o da sede e os de Bonhu, Flores e São João de Deus. Área do Município 1.500 Km². Altitude da cidade: 20, 51m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 4º56'25" S; Longitude — 37º58'33" W.

"É uma das vilas criadas em virtude da Ordem Régia de 22 de julho de 1766. A 15 de junho de 1801, o Governador do Ceará — Bernardo Manuel de Vasconcelos — ordenou ao Ouvidor Manuel Leocádio Rademaker que erigisse em vila a povoação sempre conhecida com o nome de Russas, dando-lhe a denominação de S. Bernardo do Governador. Foi instalada a 6 de agosto desse ano" (Barão de Studart, **Datas e Fatos**, v. 1, p. 446 e 447; **Geografia do Ceará**, 1924, p. 37,45 e 169; J. B. Perdigão de Oliveira, **Revista do**

A cidade de Russas está à mrgem esquerda do riacho Araibu, que é um braço do rio Jaguaribe, situado am plena várzea e servida pela estrada de rodagem BR-116. Foi considerada a terra dos músicos e dos ourives, tantos ali existiam, e também de homens talentosos que se projetaram na vida política, social, econômica e cultural do Ceará.

Ali nasceram Cândida Maria Santiago Galeno, escritora, diretora e animadora da Casa de Juvenal Galeno, pertencente à Academia Cearense de Letras, na qual é ocupante da Cadeira n.º 35, de que é Patrono Tomás Pompeu de Sousa Brasil; João Luis Santiago, em 17 de julho de 1851, ordenado em 1882, de largo atuação nos meios sociais e políticos do Município, falecido, com o título de Monsenhor, em 27 de setembro de 1916; Joaquim Moreira de Sousa, em 10 de janeiro de 1893, bacharel em Direito, professor, advogado, Promotor Público, Diretor da Instrução Pública do Ceará, técnico de educação, falecido no Rio de Janeiro; Joaquim José de Sousa Sombra, em 6 de setembro de 1819, Deputado Provincial em várias legislaturas, grande influência política em Maranguape, amigo íntimo de José de Alencar, a quem inspirou a vida do romancista, falecido em 23 de fevereiro de 1911; Lino Aderaldo Rodrigues de Carvalho, (Dom Lino), em 23 de setembro de 1826, sacerdote ilustre, Deputado Provincial do Ceará, Bispo de São Paulo, falecido em Aparecida no dia 19 de agosto de 1894; Manuel Elisiário de Castro Meneses, em 29 de abril de 1818, Ministro e Conselheiro do Império, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça e Cavaleiro da Ordem de Cristo, falecido em 5 de janeiro de 1885; Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago, em 14 de maio de 1925, ordenado em 5 de dezembro de 1948, Bispo da Diocese de Iguatu; Manuel Cordeiro Neto, em 31 de dezembro de 1903, Bacharel em Direito (1927), General do Exército, Prefeito Municipal de Fortaleza, Secretário de Estado; Miguel Santiago Gurgel do Amaral, em 16 de julho de 1894, de destacada atuação na Administração do Estado, Diretor do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), Provedor da Sta. Casa de Misericórdia; Orlando Leite, em 22 de dezembro de 1925, regente de Coral e Orquestra, com curso do Conservatório Nacional de Música e da Escola de Música de São Paulo, bem como o de Aperfeiçoamento nos Estados Unidos, desenvolvendo as suas altas qualidades artísticas em Brasília. Ler: além dos autores citados — **Uma Página para a História do Ceará**, Recife, Ed Gráf. da Penitenciária e Detenção, 1921, de Eusébio de Sousa; **Revista do Instituto do Ceará**, v. 20, p. 231, v. 35, p. 299, **Album do Jaguaribe**, Belém, Empresa Gráfica Amazônica, 1922, de Eusébio de Sousa.

SABOEIRO. — Distritos: o da sede e o de Flamengo. Área do Município — 1.358 Km². Altitude da cidade 291,72m. Coordenadas Geográficas da cidade: Latitude — 6º32'31"; Longitude 39º 54'24" W.

Inicialmente, o Município foi criado tendo por sede a povoação de São Mateus (Jucás), que por uma Resolução Imperial, datada de 3 de fevereiro de 1823, se elevou à categoria de vila. A Lei n.º 558, de 27 de novembro de 1851 transferiu dita sede para Saboeiro (Art. 2.º) Extinto em virtude da Lei n.º 1.084, de 19 de abril de 1913, passou a ser Distrito do Muncípio de Tauá, sendo porém restaurada pela de n.º 1.181, de 23 de julho de 1914, mas a Lei n.º 2.634, de 6 de outubro de 1928 (Art. 3.º) suprimiu-o de novo. No Dec. 1.156, de 4 de dezembro de 1933, figura como Distrito de São Mateus (Jucás). Finalmente, restaurou-o o Dec. n.º... 1591, de 23 de maio de 1935. A vila passou a cidade em face do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938

A Lei n.º 558, de 27 de novembro de 1851, transferiu "para a povoação de Saboeiro a vila de São Mateus, assim, como matriz e cadeiras de primeiras letras, tendo por denominação a mesma da povoação" (Art. 2.º). "Somente em 1857 foi a Freguesia preenchida de vigário, com a colação do Pe. Diogo José de Sousa Lima, apresentado pela Carta Imperial de 28 de janeiro, empossado a 23 de fevereiro, por seu procurador, Pe. Antonio José dos Santos Lessa, no Palácio da Soledade em Pernambuco". Em 24 de dezembro de 1856, o Dr. Manuel Fernandes Vieira e seu pai, o Visconde de Icó, pediram licença para edificar uma igreja ao SS. Sacramento, que substituísse a pequena capela existente e, tendo sido favorável o despacho a 4 de janeiro de 1857, a 9 deste mês foi benta solenemente a primeira pedra, pelo Pe. Luis de Rego Lima. O Pe. Diogo encontrou essa igreja nos alicerces, mas ao retirar-se da Freguesia, em 1869, deixou-a terminada exteriormente. Só muito mais tarde é que foi concluída. O padroeiro é N. S. da Purificação. É subordinada ao Bispado de Iguatu. Deve ser lido: "Apontamentos sobre as Freguesias de Arneiroz e Saboeiro", na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 16, p. 72, de Pe. Francisco Carlos de Morais.

A cidade de Saboeiro fica no lugar do primitivo sítio Sta. Cruz ou Carcará, concedido em sesmaria a Ventura Rodrigues de Sousa e seu companheiro, Domingo Roiz, em 4 de junho de 1718 (Vejam-se **Datas de Sesmaias**, coligadas por Antônio Bezerra, 1925, v. 6.º p. 67, e Antônio Bezerra, Algumas **Origens do** Ceará, p 108). A palavra Saboeiro vem do latim **saporarius** e significa vendedor ou fabricante de sabão; oficial de saboeira. Designa também uma planta conhecida por saboneteiro (**Sapin-**

dus saponária Lin), encontrada no Brasil. A cidade, de aspecto antigo, e que floresceu em dias do século passado, fica à margem esquerda do rio Jaguaribe e está bem no centro do território municipal. Aí nasceram Francisco Fernandes Vieira, conhecido por Chico Matuto, em 20 de maio de 1784, Barão e depois Visconde de Icó, por Decreto Imperial de 14 de março de 1855, grande criador, um dos homens mais ricos do seu tempo e larga influência na política do Ceará, fez parte do Governo Temporário de 1823, Deputado Provincial, Oficial da Ordem do Cruzeiro, chefe da ilustre família chamada dos Carcarás, falecido em 9 de julho de 1862; Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira, em 4 de julho de 1841, Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1863), Promotor Público, magistrado no Ceará, em Goiás, Pará e Sta. Catarina, Deputado Provincial em várias legislaturas. Desembargador do então Tribunal da Relação do Ceará (hoje Tribunal de Justiça), falecido em Fortaleza, no dia 22 de setembro de 1915; Miguel Fernandes Vieira, em 13 de janeiro de 1816, magistrado, Deputado Geral e Senador do Império, Chefe do Partido Conservador no Ceará, falecido em 6 de agosto de 1862; Raimundo de Monte Arrais, em 3 de julho de 1888, auto-didata, advogado, jurista, jornalista, Secretário de Estado, Deputado Federal, poderosa organização de sociólogo, falecido no Rio de Janeiro em 3 de outubro de 1965.

SANTA DO ACARAÚ. — Distritos: o da sede e os de João Cordeiro, Mutambeiras, Parapuí e Sapó. Área do Município — 1.085 Km². Altitude da cidade — 30m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude 3°27'38" S; Longitude 40°12'44" W.

O Município foi criado pela Lei n.° 1.012, de 3 de novembro de 1862, tendo com sede a povoação de Santana do Acaraú, então elevada a vila, instalada a 27 de junho de 1863 a que recebeu a categoria de cidade em virtude da Lei n.° 1.740 de 30 de agosto de 1876.

"O Curato do Acaraú tinha por centro Caiçara, hoje Sobral, quando pelo fim de 1733, ali chegando, foi o Pe. Antonio dos Santos Silveira, que viera de Pernambuco, nomeado cura daquela povoação, cujas fuções eram exercidas pelo Pe. Elias Pinto de Azevedo. No desempenho de sua missão, que correspondia a uma Coadjutoria, o Pe, Silveira, tendo comprado uma légua de terra, denominada Olho d'Água, ao Coronel Sebastião de Sá, e meia ao Sargento-mor Antonio de Barroso, irmão daquele, incorporou-as e veio situar-se na antiga posse do Sargento-mor, no lugar Curral Velho, onde hoje se acha situada a cidade. De posse das terras, vai a Caiçara e requer licença para erigir no seu sítio uma capela

sob a invocação de N. S. Santana do Olho d'Água e Almas. Foi-lhe em seguida concedida. Sem perda de tempo, dá começo à sua obra em 9 de novembro de 1738, assentando-a em terreno elevado, não longe da casa da fazenda, e após 264 dias de aturado trabalho, a 31 de julho do ano seguinte, acha-se concluído o novo templo. Erguido na solidão, no centro de um círculo de majestosas carnaúbas a deslumbrar de alvura, como o cisne pousado no meio do lago, tornou-se aquele singelo e santo edifício o ponto de convergência de vistas dos que habitavam a circunvizinhança. A 9 de agosto desse ano, aquele piedoso sacerdote, auxiliado pelo Pe. Dionísio da Cunha Araújo, convenientemente autorizado pelo Rev. Antônio de Aguiar Pereira, vigário colado na igreja paroquial de São José de Ribamar, então Vigário geral em toda a Capitania, benzeu o templo e as imagens de Cristo, Santana, S Joaquim e Sta. Rita, celebrando no outro dia a primeira missa com assistência dos moradores de todos os cantos do Curato, que corriam a essa festa, trazendo nos semblantes sinais da mais viva e mais terna alegria. A religião do Cavário triunfou da selvageria e dessa data em diante desenvolveu-se vida de paz e de progresso no Município" (Antonio Bezerra, **Notas de Viagem**, 2.ª ed., de 1965, p. 74). A Freguesia foi criada um século depois, pela Lei n.° 465, de 29 de agosto de 1848, desmembrada da de Sobral e da de Acaraú.

A antiga denominação de Curral Velho cedeu à da padroeira da Freguesia — N. S. Santana. Com o nome de Santana do Acaraú, foi criada a vila. Daí para cá, ora é chamada Santana do Acaraú (Decs. n ° 193, de 20 de maio de 1931 e 1.156, de 20 de dezembro de 1938): ora Santana (Leis n.° 1.236, de 1868; n.° 1.237, de 1868; n.° 1.740, de 1876; n.° 1.814, de 1878; n.° 107, de 1893). O Dec. Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938, fixou o nome — Santana (Anexo n.° 1, nota 73, 2ª parte), e o de n.° 1.114, de 30 de dezembro de 1943, mudou-o para **Licânia**, nome botânico do gênero da família das Rosáceas, a que pertence a oiticica. A adoção deste nome proposto pelos habitantes da própria cidade, explica-se pela circunstância de existir nas margens do rio Acaraú grande abundância da mesma árvore, chamada pelos citentistas **Licania rígida**, proposta pelo botânico alemão Benthan para substituir o que fora dado pelo naturalista brasileiro Arruda Câmara, que era **Pleuragina umbrosissima**. Em virtude da Lei n.° 1.153, de 22 de novembro de 1951, voltou a chamar-se Santana do Acaraú.

A cidade fica à margem esquerda do rio Acaraú, e aí nasceram: Francisco Philomeno Ferreira Gomes, em 15 de agosto de 1854, industrial de grandes iniciativas e realizações, conquistando re-

levante posição no seio das classes empresariais cearenses, chefe de ilustre família, de grande atuação social em Fortaleza, falecido no dia 9 de novembro de 1923; João Augusto da Frota (Pe. Frota), em 24 de janeiro de 1849, ordenado em 1874, professor do Liceu do Ceará, Diretor da Instrução Pública do Estado, abolicionista fervoroso, orador sacro reputado, profundo conhecedor da Astronomia, falecido em 2 de abril de 1942; João Cordeiro, em 31 de agosto de 1842, nome que encheu os fatos da história política do Ceará, por certo a maior figura do nosso abolicionismo. Deputado Federal, Senador da República, falecido em Fortaleza no dia 12 de maio de 1931; Joaquim Severiano de Vasconcelos, em 7 de agosto de 1872, uma das glórias mais puras do Clero cearense, levou a sua abnegação de sacerdote ao extremo sacrifício de, por oito anos, viver internado no Leprosário Antônio Diogo, confortando espiritualmente os míseros hanseneanos, tendo ali falecido em 13 de fevereiro de 1940; José Aires de Sousa, em 28 de junho de 1874. Engenheiro civil formado em 1889, de alta competência, tendo dirigido com melhor acerto a Inspetoria de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS por diversas vezes, falecido no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1941; José Mariano de Albuquerque Cavalcante, em 20 de maio de 1772, Presidente da Província do Ceará (08.12. 1831 a 25.11.1833), e das Províncias de Sta. Catarina (1833-1836) e Sergipe (1837), Deputado à Constituinte Imperial, falecido em 20 de agosto de 1844, no Rio de Janeiro.

SANTANA DO CARIRI. — Distritos: o da sede e os de Anjinhos, Araporanga e Brejo Grande. Área do Município 923km². Altitude da cidade — 475m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 7°11'18" S; Longitude 39°44'13" W.

Reza a tradição que os irmãos João Alves Feitosa e José Alves Cavalcante, donos da data Tapera, foram os primeiros povoadores da região, tendo aí chegado no último quartel do século 17, os quais se instalaram nas margens do riacho Brejo Grande, erigindo um pequeno templo sob a invocação de Senhora Santana, no local onde está a igreja matriz.

Teve a sua criação, desmembrada do Assaré, em virtude da Lei n.º 2.096, de 25 de novembro de 1885, quando a povoação de Santana do Brejo Grande foi elevada a vila. Deu-se a instalação a 11 de janeiro de 1887. A Lei n.º 287, de 3 de agosto de 1896, alterou-lhe o nome para Santana do Cariri. Santanópole foi o nome que lhe deu o Dec. Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, elevando a vila a categoria de cidade. Voltou a denominação atual pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951.

Pela Provisão de 26 de agosto de 1838, foi criada a Freguesia de Santana do Brejo Grande, Araripe e Assaré e abrangia Santana, Assaré e Quixerá (Farias Brito). O seu primeiro vigário, o Pe. José Galdino Teixeira, foi assassinado, motivo por que Santana deixou de ser a sede da Freguesia. A nova sede ficou em Assaré, sendo então nomeado vigário o Pe. José Tavares Teixeira, parente daquele. Em 1886, estando ali em visita pastoral o Bispo D. Joaquim José Vieira, recebeu da Câmara e do povo uma representação no sentído de ser restaurada a Freguesia, e vendo que Santana era, realmente, a parte mais populosa desta, determinou, algum tempo depois, que os vigários fizessem a sua residência em Santana, a cuja capela deu os foros de matriz. O primeiro vigário que, então, aí fixou morada foi o Pe. João Carlos Augusto, ao qual sucedeu o Pe. Inácio de Moura, que paroquiou a Freguesia de 1893 até 1903. O Pe. Inácio demoliu a pequena capela, já muito arruinada, iniciou a construção da matriz atual, continuada pelo Pe. José Medeiros e somente concluída pelo Pe. Fco. Silvano de Sousa, vigário de 1900 a 1915. Permaneceu esta situação um pouco irregular, até que a Freguesia de Santana do Cariri foi criada em definitivo e independente da do Assaré, pela Portaria de 30 de janeiro de 1917 e inaugurada a 4 de fevereiro, tendo como primeiro vigário nessa nova fase o Pe. Manuel Duarte de Queirós. A padroeira é N.S. Santana. A Paróquia é subordinada ao Bispado do Crato.

Chamou-se primitivamente Brejo Grande, nome do riacho que banha a cidade e é um ds formadores do rio Cariús. Depois, tomou o nome oficial de Santana do Cariri, sendo também, conhecida por Santana do Araripe. O topônimo Santanópole foi dado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, Anexo n.º 1, 2a. parte, n.º 7. O seu inspirador foi o Dr. Clodoaldo Pinto. Voltou a chamar-se Santana do Cariri por efeito da citada Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, como ficou dito.

Aí nasceu Jorge (Hildo) Furtado Leite, em 12 de dezembro de 1914. Foi alto comerciante em Fortaleza, mas participando das atividades políticas, passou a liderá-las em vários Municípios, o que o levou a ser eleito, e por mais de uma vez, Deputado Federal, com destacada atuação entre os seus pares, sendo escolhido Secretário da Mesa dirigente daquela Casa de Congresso, em mais de um turno. Ler: **Efemérides do Cariri**, Fortaleza, I.U.C., 1963, de Irineu Pinheiro.

SANTA QUITÉRIA. — Distritos: o da sede e os de Areial, Catunda, Logradouro, Macaraú, Malhada Grande, Muribeca,

Raimundo Martins e Trapiá. Área do Município — 4.506km². Altitude da cidade — 197,71m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 4°19'55" S; Longitude 40°9'24" W.

A povoação de Sta. Quitéria foi elevada a vila, criando-se o Município, desmembrada de Sobral, pela Lei n.° 782, de 27 de agosto de 1856. A vila tomou a categoria de cidade por força do Dec.-Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938.

Porque distasse 20 léguas da matriz de Sobral, havendo, portanto, sérias dificuldades no cumprimento dos seus deveres religiosos, requereram os moradores da povoação de Sta. Quitéria, em 1816, a criação de uma Freguesia com transformação em matriz da capela ali existente. Após uma série de peripécias, foi o caso resolvido pelo Alvará Imperial de 22 de março de 1823, que erigiu "em freguesia colada a capela de Sta. Quitéria, ficando desmembrada da freguesia da vila de Sobral e compreendendo os três ribeiros Groaíras, Jucurutu e Pires da sobredita freguesia, e da de S. Gonçalo da Serra dos Cocos, os ribeiros Macacos e Subeba pela parte do norte" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 20, p. 69 e segs). Em 1848 pela Lei n.° 452, de 31 de julho, a sede da Freguesia foi transferida, com a mesma invocação de Sta. Quitéria, para a capela de Santana, na Barra do Macaco, e anexada a esta uma parte da de Sobral e outra da do Ipu. Referida Lei foi revogada pelas de n.° 623, de 3 de outubro de 1853, e 704, de 31 de julho de 1855. O primeiro vigário da Freguesia foi o Pe. Francisco Gomes Parente. Há uma igreja bíblica na cidade sede, fundada pelo Ministro Donald B. Cahoon, em 1961.

Informa Antonio Bezerra que Sta. Quitéria deve o seu começo ao português João Pinto de Mesquita e Sousa, que veio fixar residência em terras que faziam parte do Termo. Teve diversos filhos, entre os quais o Capitão-mor Antonio Pinto de Mesquita, avó da mulher do Senador Francisco de Paula Pessoa, irmão do Senador Vicente Alves de Paula Pessoa, e senhora respeitável por suas seletas virtudes; D. Geracina, avó do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil; e João de Mesquita Pinto. Este situou uma fazenda de gados no lugar em que se acha a cidade e que se chamava Cascavel, nome dum riacho afluente do Jucurutu. Desejando formar um povoado, fez doação do terreno encravado na curva que o rio faz neste ponto, com a condição de terem seus filhos direito aos locais necessários às suas habitações, e para patrimônio da capela ofereceu as terras da fazenda Sta. Clara. Os gados foram doados por diversas pessoas, sendo o Coronel Vicente Alves da Fonseca o que mais contribuiu para a edificação do templo, que foi dedicado a Sta. Quitéria e concluído sob a administração do Pe. Miguel Francisco de Oliveira. O povoado tomou o nome da Santa, o qual se conservou até hoje (**Notas de Viagem** 2a. ed. de 1965, p. 283). Ler **Revista do Instituto do Ceará** v. 20 p. 87 e segs.

Como se disse, a cidade fica à margem esquerda do rio Jucurutu, afluente do Acaraú, em pleno sertão. Nas suas proximidades, está o açude público Caio Prado, construído durante a seca de 1879, com a capacidade de 2.215.000m³. Nasceram em Sta. Quitéria Francisco de Menezes Pimentel, em 12 de setembro de 1887, notável educador e homem público, professor e diretor da Faculdade de Direito do Ceará, Interventor Federal e Governador do Estado, Senador da República, falecido em 19 de maio de 1973; Inácio Moacir Catunda Martins, em 26 de março de 1915. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, magistrado de brilhante carreira, Ministro do Superior Tribunal de Recursos: João Otávio Lobo, em 4 de novembro de 1893, médico de renome, Vice-Governador do Estado, professor da Faculdade de Direito do Ceará da qual foi Diretor, Deputado Federal, falecido em 30 de outubro de 1962; Joaquim de Oliveira Catunda, (Senador Catunda), em 2 de dezembro de 1834, cientista, historiador, jornalista, abolicionista, tribuno de altos recursos, professor, Deputado Provincial, Senador da República, falecido em 28 de julho de 1907; Otávio Terceiro de Farias, em 24 de julho de 1899, Bacharel em Direito, professor, educador acatado, falecido em 26 de novembro de 1977, em Brasília; Tomás Pompeu de Sousa Brasil (Senador Pompeu), em 6 de junho de 1818, Pe. e Doutor em Direito, respectivamente em 1841 e 1843, primeiro Diretor do Liceu do Ceará e da Instrução Pública da Província, advogado, jornalista, chefe do Partido Liberal no Ceará, Deputado Geral, Senador do Império, falecido em 2 de setembro de 1877. A maior figura da política e da Cultura no seu tempo. Ler, ainda, Apontamentos sobre a Freguesia de Sta. Quitéria, de Eduardo Marques Peixoto, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 20, p. 69. O Centenário do Município de Sta. Quitéria, de Otávio Lobo, na **Revista da Academia Cearense de Letras**, v. 30, p. 206; **O Clã de Sta. Quitéria**, Rio, O Cruzeiro, 1967, de Nertan Macedo.

SÃO BENEDITO. — Distritos: o da sede e os de Graça e Inhuçu. Área do Município — 572km². Altitude da cidade — 901, 64m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitudede — 4°2'44" S; Longitude — 40°51'54" W.

Criado pela Lei n.° 1470, de 18 de novembro de 1872, com sede na povoação de São Benedito, então elevada a vila, e inaugurada a 25 de novembro de 1873. A vila foi elevada à categoria de cidade com o nome de São Benedito da Ibiapaba (Lei n.° 1850,

de 30 de agosto de 1921), mas o Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931 e n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, deram-lhe o nome de São Benedito, somente. No entanto, os Decs. n.º 206, de 6 de junho de 1931 e n.º 1271, de 20 de maio de 1934, o denominaram São Benedito da Ibiapaba. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, fixou o nome — São Benedito. A inauguração da cidade verificou-se a 25 de novembro de 1921.

A freguesia foi criada pela Lei n.º 1.600, de 6 de agosto de 1874 e canonicamente instituída por Provisão de 23 de novembro do mesmo ano, tendo sido nomeado primeiro vigário, no dia 9 de dezembro, o Pe. João Rodrigues Alves de Mendonça, que tomou posse a 10 de janeiro de 1875, e a dirigiu até 1879, quando faleceu e foi substituído pelo Pe. Primênio Freire das Virgens. Em 1841 construiu-se a primeira casa de oração, onde vez por outra oficiava o Pe. Filipe Benício, vigário de Viçosa, até que, em 1847, veio residir ali o Pe. João Crisóstomo de Oliveira Freire, rio grandense do norte, que muito esforçado e trabalhador, iniciou em 23 de agosto de 1850 a construção do templo — a matriz atual. A bênção da capela deu-se em 21 de dezembro de 1851.

O nome tem origem no antigo aldeamento de índios tabajaras catequisados pelos jesuítas e cujo povoamento se fez, regularmente, no fim do século 18, por iniciativa do índio Jacó. Tendo este, especial veneração a São Benedito, procurava cercar de todo o brilho os festejos deste Santo, reunindo na sua própria cabana os indígenas e outros moradores da vizinhança, que se iam arraialando. A aldeia tomou o nome do Santo, passando depois à vila, à cidade e ao Município.

A cidade está situada no alto da serra da Ibiapaba, numa altitude de 901m, gozando por isso de excelente clima. Aí nasceu Raimundo de Farias Brito, em 24 de julho de 1862, a maior organização filosófica do Brasil, professor de Direito no Pará, e do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, um dos fundadores da Academia Cearense de Letras, de uma de cujas cadeiras, a de n.º 31, é Patrono. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 16 de fevereiro de 1917. Numa das praças da cidade natal está a sua estátua. Em sua honra passou a ter o seu nome o Município de Quixará. Com outra estátua é homenageado numa das praças de Fortaleza.

Ler A infância de Farias Brito, artigo no jornal "O POVO" de Fortaleza, ed. de 18 de fevereiro de 1979, do Pe. Francisco Sadoc de Araújo.

SÃO GONÇALO DO AMARANTE. — Distritos: o da sede e os de Croatá, Pecém, Serrote, Siupé e Umarituba. Área do Município — 782km². Altitude da cidade — 15,92m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°36'22" S; Longitude — 38°58'7" W.

Foi criado pelo Dec. n.º 72, de 1.º de outubro de 1890, tendo como sede a povoação de Paracuru, então reerguida em vila e sendo inaugurado a 25 do mesmo mês. A lei n.º 1841, de 17 de agosto de 1921, tranferiu-lhe a sede para São Goncalo, que foi nesse momento elevada a vila. No mesmo ano e a 12 de novembro, a Lei n.º 1936, deu essa denominação ao Município. Mas estas duas Leis foram revogadas pela de n.º 2368, de 30 de julho de 1926, voltando a sede para Paracuru. Revogada a seu turno esta, pela de n.º 2589, de 15 de setembro de 1928, de novo passou a sede para São Goncalo. Ainda uma vez, pelo Dec. n.º 193 de 20 de maio de 1931, foi transferida a sede para Paracuru e assim continuou até que o Dec. n.º 64, de 7 de agosto de 1935, novamente a mudou para São Gonçalo e deu esta denominação ao Município. A vila recebeu a categoria de cidade pelo Dec-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, deu-lhe a denominação atual.

A Paróquia de São Goncalo do Amarante foi instituída em 22 de julho de 1940 por ato de D. Manuel da Silva Gomes, tendo como primeiro vigário o Pe. Joaquim Alves Ferreira.

O nome da cidade e do Município é o do padroeiro da então capela, construída em 1898 pelo Cel. Manuel Martins de Oliveira (Neco Martins), auxiliado por José Procópio Alcântara. Foi aquele quem levantou, no então simples arraial de casas de taipa, o primeiro prédio de tijolo, tendo aí chegado, para estabelecer residência, a 17 de janeiro de 1891. Denominou-se, por algum tempo, Anacetaba (Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943), que vem de **Anacé**, tribo indígena que habitou a região, e **Taba**, aldeia, aglomerado humano. Adotou-se, por fim, o nome de São Gonçalo do Amarante (citada Lei n.º 1153, de 1951). Sobre os Anacés leia-se: **Os Aborígenes do Ceará**. Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará. Fortaleza, 1965, p. 103, de Carlos Studart Filho.

Aí nasceu José Waldemar de Alcântara e Silva, em 12 de abril de 1912, médico, professor e diretor da Faculdade de Medicina do Ceará, Deputado Estadual, Senador da República, Governador do Estado.

SÃO JOÃO DO JAGUARIBE. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 391km². Altitude da cidade — 51m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 5°16'15" S; Longitude — 38°16'25" W.

No início do século 18 foi construída, no local em que se acha a cidade, a capela de São João Batista do Jaguaribe, em que tiveram atividade os padres Beneditinos da Paraíba, com uma casa de residência aí. O pequeno templo era de taipa e, deteriorando-se muito, foi interditado e por fim demolido. Em 1736, Dâmaso d'Azevedo Ataide e Antônio Veloso de Andrade obtiveram permissão para levantar outra capela, realizando-se a respectiva bênção em 1749, oficiada por um dos Curas de Russas. Querem alguns historiadores que a povoação formada em torno da capela de São João Batista seja a mais antiga do vale do Jaguaribe, mesmo anterior ao povoado de São José do Porto dos Barcos, depois chamado Arraial de Sta. Cruz do Aracati, e, finalmente, Aracati. Elevado à categoria de Distrito, integrou o território do Município de Limoeiro do Norte, até ser transformado em Município autônomo, em virtude da Lei n.° 3813, de 13 de setembro de 1957, instalado solenemente no dia 25 de março de 1959. Foi na realidade uma restauração, pois já fora Município, criado pela Lei n.° 1255, de 28 de dezembro de 1868, que erigiu em vila a povoação. A Lei n.° 1402, de 22 de julho de 1871 revogou essa criação, visto como transferiu a sede municipal para o aglomerado humano de Limoeiro, reduzindo a Distrito deste o de São João. O primeiro prefeito do novo Município foi Francisco Guerreiro Chaves.

Como ficou dito, a primitiva capela de que era padroeiro São João Batista, foi construída no começo do século XVIII. O templo atual que serve de matriz da Paróquia foi obra resultante principalmente dos esforços e direção do Cônego Climério Chaves (1924).

O nome do lugar vem do padroeiro da primitiva capela. A Lei n.° 1153, de 22 de novembro de 1951, fixou a denominação São João do Jaguaribe, que antes se chamava Jandaira. Ler: **Album do Jaguaribe**. Belém. Empresa Gráfica Amazônica, 1922, de Eusébio de Sousa.

SÃO LUIS DO CURU. — Distrito único: o da sede. Área do Município: 123Km². Altitude da cidade 38'36m — Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°40'12" S; Longitude 39°14'36" W.

"Na margem direita do rio Curu, que nasce na Serra do Machado, havia em 1905 um lugar denominado Barracão, composto

de duas casas: uma destinada a rancho dos comboeiros e outra que abrigasse um posto telefônico do Telégrafo Nacional. Há notícias de que os primeiros exploradores e povoadores do lugar, onde está hoje edificada a cidade, foram Prudêncio Bezerra de Meneses, João Nunes da Silva, Firmino Ribeiro, José Inácio Nogueira, José da Silva Alves e Pedro Cipriano Barroso. Vendo José da Silva Alves que a população do povoado crescia animadoramente com a chegada de novos moradores atraídos pela fertilidade das terras ribeirinhas, teve a idéia de construir uma capelinha, o que fez em 1918, sob a invocação de São Luís de Gonzaga, a fim de que todos mais facilmente se reunissem na prática da religião. Com efeito, o templo estava concluído em 1920, ocorrendo sua bênção no dia 16 de outubro, sendo oficiante o Padre Aureliano Matos, depois Bispo da Diocese de Limoeiro do Norte" **Enciclopedia dos Municipios Brasileiros**, v. XVI, p. 503). É sede da Paróquia, pertencente ao Bispado de Itapipoca, por ato estadual de 18 de dezembro de 1918. A povoação foi considerada Distrito do Município de Uruburetama, tendo passado para o de Paracuru em virtude do Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931, o que não demorou muito, pois o Dec. n.° 1.156, de 4 de dezembro de 1933, o fez voltar áquela Comuna. Assim permaneceu até ser considerado Município autônomo, ex-vi da Lei n.° 1.153, de 22 de novembro de 1951, instalado em 25 de março de 1955. Antes, pelo Dec. n. 196, de 31 de março de 1938, a povoação recebera a categoria de vila.

Reconstruída em 1941, a capelinha levantada por José da Silva Alves tornou-se a matriz da Freguesia, instituída em 2 de janeiro de 1952 com o seu primeiro vigário, o Padre Mauro Gurgel Braga Herbster. Inicialmente, denominou-se Barracão, vindo a chamar-se Curu ao ser criado o Distrito. A Lei n.° 1.153, de 1951, citada, adotou o nome de São Luis do Curu, combinação do nome do santo padroeiro e do rio em cuja margem se encontra a cidade. Curu é palavra túpica, sendo explicada por Paulino Nogueira: "Etimologia — camisa, camisola sem mangas, lençol que se amarra em roda do corpo, ordinariamente das mulheres: Macedo Soares, Rev. Brasil, tomo 4.°, p. 250. Nota: curu, curuba, sarna, seixos, pedras pequenas, cascalhos. B. Caetano, **Vocab.** p. 84: escabroso. B. Rodrigues, **Revista do Instituto.** Notas ao **Vocabulário:** abundância, por toda parte. C. Mendes, **Memórias**, tomo 2: Introd., p. 12. É esta derivação a que me parece preferível, pelo menos explicável pelo fato histórico. Quando a 17 de setembro de 1614 Diogo de Campos explorou esse rio, achou em suas margens e águas infinitas caça e pescaria, inclusive uns búzios de feição de botijas com

muito que comer dentro, de modo que somente nesse lugar pode dizer que a sua gente não sofreu fome. Lisboa, **Obras** tomo 2, p. 88. E provável que dessa abundancia viesse o nome" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 277). Pompeu Sobrinho estuda essa etimologia salientando ser antiquíssimo o topônimo, ao que supõe registrado pela primeira vez por Diogo de Campos Moreno em 1615, na sua **Jornada do Maranhão**. Afirma que a palavra tem feição tupi, e nesta lingua significa seixo, cascalho grosso, pedrinhas e até fragmentos, pedacinhos, torrões. Encerra, pois — acrescenta — o mesmo radical do vocábulo curuba, empóla, sarna (expressão agora vulgar na linguagem popular nordestina). Ter-se-ia, então: rio dos seixos ou rio dos torrões. Lembra, ainda, existir uma cucubitácea chamada curuba, a que se referiu o velho naturalista holandês Maregrave. Poder-se-ia admitir — conclui — derivar-se de curuba, alusão a possível abundancia de jerimum de leite nas culturas agrícolas feitas nas coroas aluviais do rio (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 60, p. 177).

SENADOR POMPEU. — Distritos: o da sede e os de Engenheiro José Lopes e São Joaquim do Salgado. Área do Município 1067km². Altitude da cidade — 177,28m. Coordenadas geográficas da cidade. Latitude 5°35'2" S; Longitude: 39°22'12" W.

Tomé Calado Galvão e Nicolau de Sousa receberam do Capitão-mor do Ceará, Manuel Francês, em 27 de março de 1723, uma sesmaria, às margens do rio Codiá, com 3 léguas para cada um. O curral de Tomé Calado, com a sua casa de residência, ampliou-se com diversas casas de moradores, formando-se um arraial que veio a chamar-se Humaitá e foi elevado à categoria de vila, com o nome de Senador Pompeu, criando-se o Município em virtude da Lei n.° 332, de 3 de setembro de 1896, desmembrado do de Mombaça o seu território. Pelos efeitos da Lei n.° 659, de 22 de agosto de 1901, a vila foi promovida a cidade.

Considerando que "a cidade de Senador Pompeu, antigamente Humaitá, se tornou um lugar de muito comércio e bastante populosa", a Provisão de 2 de junho de 1919, firmada pelo Bispo, D. Manuel da Silva Gomes, separou e desmembrou da Freguesia de Mombaça a cidade de Senador Pompeu e nela criou a Paróquia de N.S. das Dores de Humaitá.

A denominação anterior era Humaitá, mas aludida Lei n.° 332, de 1896 mudou-a para Senador Pompeu em homenagem à memória do Senador, Pe. Tomás Pompeu de Sousa Brasil, nascido em Santa Quitéria a 6 de junho de 1818 e um dos cultos de maior

destaque da política e das letras cearenses em todos os tempos (ver o verbete **Santa Quitéria**).

A cidade sede é servida pela Rffsa, que aí tem uma de suas estações, inaugurada em 2 de julho de 1900. Aí nasceu, em 6 de janeiro de 1914, José Maria Moreira Campos, Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará, em 1946, professor, consagrado contista e também poeta, membro da Academia Cearense de Letras, ocupante da Cadeira n.° 32 da qual é Patrono o Cônego Raimundo Ulisses Pennafort.

SENADOR SÁ. — Distritos: o da sede e os de Salão e Serrota. Área do Município — 423km². Altitude da cidade — 105m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°21'10" S; Longitude 40°27'48" W.

Era Distrito de Massapê, a ele anexado pela Lei n.° 1858, de 9 de setembro de 1921, quando a Lei n.° 3.762, de 23 de agosto de 1957, o erigiu à categoria municipal. Verificou-se a instalação do novo Município em 25 março de 1959.

A padroeira da capela existente na sede da comuna é N.S. do Amparo e foi seu grande benfeitor o Coronel Zeferino Alves. Pertence à Paroquia de Massapê, do Bispado de Sobral. No Distrito de Serrota, a capela tem como orago Senhora Santana.

Inicialmente, denominou-se Pitombeiras. O Decreto - Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou o nome para Senador Sá, que era o da estação da Estrada de Ferro de Sobral, aí instalada, dado em homenagem ao Senador Sá, mineiro de nascimento, mas de grande influência na política do Ceará, Estado que representou no Senado Federal. Foi Ministro da Viação e Obras Públicas e era considerado um grande tribuno. Nasceu, em 14 de setembro de 1862, na fazenda Brejo de Santo André, Município de Brejo das Almas, Minas Gerais. Veio para o Ceará como Secretário de um dos Presidentes da Província, casando-se com uma filha do Comendador Antonio Pinto Nogueira Acióli e com o sogro integrou-se na vida política de nosso Estado. De logo, foi eleito Deputado Federal e, mais tarde, Senador da República, dominando nessas duas casas do Congresso Nacional pelo vigor de sua oratória convincente e elegante. Foi Ministro da Viação duas vezes, vindo a falecer em 23 de abril de 1936.

A três quilômetros da cidade vê-se a curiosa "casa de pedra", que até hoje vale como desafio a uma exata explicação. Tem, porventura, o aspecto de uma pequena fortaleza, porém mais se assemelha a uma casa inconcluída, com algumas dependências.

As paredes têm cerca de 10m de altura, as exteriores com a largura de 0,80m. A sua largura, na frente, mede uns 20m. Lá estivemos e dela apanhamos fotografias, e bem podemos achar correta a opinião de Antonio Bezerra, que a visitou no século passado: "Uns atribuem sua construção aos holandeses, outros aos jesuitas, e que tenha sido levantado por estes ou por aqueles, admira a perfeição do trabalho, visto como as pedras sustentadas sem cimento ou outra composição de argamassa se mostram ainda aprumadas que tanto do lado interior e exterior não sobressai uma polegada de parede" (**Notas de Viagem**, 2º ed., Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 801).

SOBRAL. — Distritos: o da sede e os de Aracatiaçu, Bonfim, Caioca, Caracará, Forquilha, Jaibaras, Jordão, Olho d'Agua, Patriarca, Taperuaba e Trapiá. Área do Município — 2.529km². Altitude da cidade — 69,49m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°41'10" S; Longitude — 40°21'4" W.

Em obediência à Carta Régia de 22 de julho de 1766, expedida ao Governador de Pernambuco, Manuel da Cunha Meneses, ordenou este a Joao da Costa Carneiro e Sá, Ouvidor-geral e corregedor da Comarca do Ceará, erigisse em vila, com o nome novo de Vila Distinta e Real de Sobral, a povoação de Caiçara, o que foi solenemente feito a 5 de julho de 1773, com o levantamento do pelourinho, ato em que serviu de escrivão Bernardo Gomes Pessoa e a que assistiram o referido Ouvidor e mais, além de outros, os seguintes signatários do respectivo termo: Bento Pereira Viana, Jeronimo Machado Freire, José de Xerez da Furna Uchoa, Sebastião de Albuquerque Melo, Luis de Sousa Xerez, Alexandre de Holanda Corrêa, Vicente Ferreira da Ponte, Manuel Coelho Ferreira, José de Araújo Costa, Manuel da Cunha, Antonio Miguel Pinheiro, João Marques da Costa, Feliciano José de Almeida, Manuel Ferreira Torres, Andre José Moreira da Costa Cavalcante, Manuel de Sousa Carvalho, Miguel Alves Lima, Antonio de Carvalho Sousa e José da Costa Sousa. A vila foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 229, de 12 de janeiro de 1841, com o titulo de Fidelissima Cidade de Januária do Acaraú, nome que a Lei n.º 244, de 25 de outubro de 1842, extinguiu, restabelecendo a anterior denominação de Sobral.

Nas suas "Notícias da Freguesia de N.S. da Conceição da Caiçara", publicadas na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 2º p. 136, o cura vigário Dr. João Ribeiro Pessoa deixou escrito (em 1767) que "no ano de 1712 veio para a Ribeira do Acaraú, o filho do Reino chamado vulgarmente Padre João de Matinhos, como

Coadjutor ou Administrador de seu tio, o Pe. João de Matos Serra, vigário a cuja Freguesia pertencia então dita Ribeira, e nesta ocupação esteve quatro ou cinco anos, tempo, em que o pediram os moradores do lugar por Cura ao Revdmo. Cabido sede vacante; no qual, convindo o parente vigário, se criou o Curato do Acaraú, que compreendia então desde o rio Mundaú até a serra Ibiapaba, inclusive, e se obrigaram os moradores do lugar a pagar-lhe de conhecença um boi por cada fazenda. Em 1757, por Provisão de 30 de agosto, do Bispo de Pernambuco, D. F'co. Xavier Aranha, foi dividido o Curato em quatro freguesias: a da Amontada, a do Coreaú, a da Serra dos Cocos e a de N.S. da Conceição da Caiçara, ficando nesta dita Cúria o Pe. Manuel da Fonseca Jaime, natural de Olinda e que permaneceu até 1762, quando o substituiu o referido padre Dr. João Ribeiro Pessoa, autor das citadas **Notícias** e natural de Iguaraçu. Foi este ultimo o edificador da igreja matriz, hoje Catedral, construída ao lado da outra que aí existira, levantada, em 1746, pelo Pe. Antônio Carvalho de Albuquerque. Possui dito templo admirável quadro a óleo, obra do conhecido pintor italiano Oreste Menacelli, o qual retrata a cena da entrega do governo da igreja ao apóstolo São Pedro por Jesus Cristo. Vê-se ainda uma tela representando a Última Ceia, na capela do SS. Sacramento, obra do sobralense José Lemos, de cuja autoria, é, também, o púlpito de madeira, artisticamente cinzelado. Dignos de atenção especial são os pórticos da catedral, que vieram de Lisboa para a igreja do Corpo Santo, do Recife, tendo sido adquiridos pelo Pe. Dr. João Ribeiro Pessoa, por não se ajustarem às dimensões daquele edifício.

Com a criação do Bispado de Sobral, foi a Freguesia, por ato de 24 de setembro de 1916, dividida em duas: o Curato da Sé sob a invocação primitiva de N.S. da Conceição, e a Freguesia de N.S. do Patrocínio. Atualmente compreendem estas os seguintes templos: a Catedral ampla e majestosa, remodelada e modernizada por D. José Tupinambá da Frota; as igrejas de Menino-Deus, fundada em 1825 pelas duas religiosas carmelitas, Tereza e Merenciana, vindas da Bahia em 1810; S. Antonio, reconstruída em 1855 pelo Pe. Antônio da Silva Fialho e que ocupa o local da antiga capela de N.S. do Bom-Parto; Nossa Senhora das Dores, construída em 1872, sob a direção de Franklin de Sousa Neves; São Francisco, iniciada em 1871 e terminada em 1896, por iniciativa do Pe. Fortunato Alves Linhares; Nossa Senhora do Patrocínio, construída por João Rodrigues dos Santos, com o auxílio da população, em 1893; Nossa Senhora da Saúde, edificada graças aos esforços da velhinha Francisca Catarina, com esmolas do povo, em 1894; N.S.

do Rosário, que data de 1768; Senhor do Bonfim, levantada por D. José Tupinambá, em 1922, e anexada ao Seminário Menor, no bairro da Betânia — todas estas na sede. Sobral é sede de Bispado, instituído em 1916 pela Bula **Catholica e Religionis Bonum**, sendo seu primeiro Bispo D. José Tupinambá da Frota, sobralense, sagrado a 29 de junho do mesmo ano da Catedral da Bahia perante o Arcebispo Primaz do Brasil, D. Jerônimo Tomé da Silva, também sobralense, assistido por D. Manuel da Silva Gomes, Bispo de Fortaleza, e D. Manuel Lopes, ex-Bispo-Coadjuntor do Ceará. O ato foi paraninfado pelos Desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia — Bráulio Xavier e Felinto Bastos. A posse no cargo deu-se a 22 de julho. Há no Município vários templos protestantes, batistas e pentecontais.

O nome primitivo — Caiçara — era o da fazenda de criar, à margem esquerda do rio Acaraú, pertencente ao Capitão Antonio Rodrigues Magalhães e sua mulher, Quitéria Marques de Jesus, que por escritura de 10 de dezembro de 1756, doaram, para patrimônio da matriz de N.S. da Conceição, cem braças de terra em quadro. Em redor dessa igreja, situada próximo à serra da Meruoca, no ponto de intercecção das estradas vindas das praias e das serras circunvizinhas para a Ibiapaba, logrou-se atrair, numa concentração persistente, as populações dispersas da Ribeira.

A palavra Caiçara, em linguagem indígena, significa, segundo José de Alencar, o que se faz de pau queimado: de **cai** queimado e a desinência **ara** que tem ou que faz, anteposto o **ç**, por eufonia. Para Martius, é pau de juçara; de **Caa** pau e **juçara** palmeira silvestre que em certo tempo se queima: de **cai**, queimado e **ara** tempo. Paulino Nogueira pensa que a verdadeira origem do vocábulo é uma corrutela de **caa-iça**: estacas de mato, estacada trincheira, tapume, cerca de pau (**Vocabulário Indígena** in Revista do Instituto do Ceará, v. 1.º, p. 239). O nome que substituiu o de Caiçara foi o de Sobral — Vila Distinta e Real de Sobral, dado pelo Ouvidor do Ceará, Carneiro e Sá, que, conforme se pensa, era natural do Distrito de Sobral, Freguesia ou Município de Vizeu, ao norte de Portugal, nome de origem latina: de **suber**, souveiro (árvore), com a terminação portuguesa **al**, abundância. Souvereiral alterou-se em Sobral — abundância de souveiros. A denominação de Januária do Acaraú imposta pela Lei n.º 229, de 12 de janeiro de 1841, foi homenagem à Princesa Januária, irmã de D. Pedro II.

A cidade é servida pela estrada de rodagem BR-222 e pela Estrada de Ferro Fortaleza-Teresina (Rffsa), fica à margem esquerda do rio Acaraú, que é vencido aí por uma grande ponte,

estando, portanto, em posição privilegiada para conservar a predominância, que sempre manteve em toda a densa região setentrional do Estado tanto nas atividades econômicas, de que é um grande empório distribuidor, como no adiantamento dos costumes, na elegância de sua gente e na cultura mental, traduzido tudo isso nas suas várias instituições educacionais e literárias de que são expressões melhores a Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e a Academia de Estudos e Letras de Sobral. É de fato a capital do norte do Ceará. Aí nasceram grandes homens que se altearam e se projetam no cenário político, econômico, social e cultural do País, ocupantes muitos deles dos mais elevados cargos na administração do Estado e do Brasil, no Império e na República. Seria longo enumerá-los. Sobre a história de Sobral, entre outros devem ser consultados — **História de Sobral**. 2.º ed. Fortaleza. Editora Henriqueta Galeno, 1974 de D. José Tupinambá da Frota; **Cronologia Sobralense**, 1.ª parte 1604-1800, Coleção Estudos Cearenses. Fortaleza, 1974, do Pe. Fco. Sadoc de Araújo. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 2. p. 136, v. 5, p. 109, v. 20, p. v. 23 p. 100, v. 32, p. 136. v. 33, p. 259, v. 45, p. 123, v. 54, p. 272, v. 55, p. 225, v. 74, p. 265, v. 36, p. 254, v. 87, p. 177, v. 90, p. 19; **Diocese de Sobral**, 1º vol. Fortaleza, Tip. Brasil 1944, de Mons. Vicente Martins; **Homens e Vultos de Sobral**, s. e., 1941, deste mesmo autor; **Cronologia Sobralense** (1801-1840) Fortaleza, U.V.A., 1979, do Pe. Fco. Sadoc de Araújo (já citado).

SOLONÓPOLE. — Distritos: o da sede e os de Assunção, Cangati, Carnaubinha, Milhã, Pasta, São José de Solonópole e Tataíra. Área do Município — 2.539km². Altitude da cidade — 155,38m. Coordenadas geográficas da cidade Latitude 5°43'51" S; Longitude 39°0'22" W.

O Município foi criado pela Lei n.º 1337, de 22 de outubro de 1870, com sede no núcleo de Cachoeira, então reerguido em vila, pois que já tivera essa categoria quando sede do Município de Riacho do Sangue (Jaguaretama), em virtude da Lei n.º 518, de 1º de agosto de 1850, e a perdera por força da Lei n.º 1121, de 8 de novembro de 1864, que transferiu a sede do aludido Município para o de Jaguaribe-Mirim, hoje Jaguaribe. Extinto pelo Dec. n.º 20, de 20 de abril de 1892, mas restaurado pela Lei n.º 67, de 9 de agosto de 1893. Sendo novamente suprimido, agora pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, anexado o seu território ao Município de Jaguaribe-Mirim. Restaurou-o, por fim, o Dec. n.º 1540, de 3 de mais de 1935. O Dec. Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, elevou a vila à categoria de cidade.

A Lei n.º 1093, de 19 de dezembro de 1863, erigiu em matriz a capela do Senhor Bom Jesus Aparecido da vila da Cachoeira e criou na mesma vila uma Freguesia, desmembrada das do Riacho do Sangue, Quixeramobim e Telha (Iguatu). Os limites dessa Freguesia com a de Sto. Antônio de Quixeramobim foram definidos pela Lei n.º 1167, de 8 de agosto de 1865, que revogou, neste tocante, a Lei anterior n.º 1903. A Lei n.º 1393, de 2 de janeiro de 1871, explica a extensão da citada Lei n.º 1903, de 1863, e a de n.º 1633, de 5 de setembro de 1874, a restaura integralmente, revogando a anterior sob n.º 1490, de 16 de dezembro de 1872, que dispunha sobre ditos limites e restabelecia a de n.º 1667, aludida. Foi instituida canonicamente em 24 de novembro de 1864 e nomeado primeiro vigario o Pe. Pedro Pinheiro Landim, que tomou posse a 8 de dezembro do mesmo ano. Conta a tradição que nos primórdios do povoado foi encontrado, em local bem próximo ao da cidade atual, então sitio Cachoeira, um crucifixo de metal, que foi entregue a D. Rita Francisca das Dores Pinheiro, mulher do Tenente-General Manuel Pinheiro Landim, casal, que, entre muitos filhos, teve Ana Rosa Pinheiro, casada com o Major Simeão Correia Lima Pinheiro, dono do sítio referido, pai de uma menina chamada Maria de São José, que desde criança emudecera e a quem a avo presenteara a imagem de Bom Jesus Aparecido, como, a partir de então, passou a chamar-se o crucifixo. Numa viagem, conduzindo este com toda a fé, logrou a menina expressar-se correntemente a uma interpelação dos pais, tomados todos de grande surpresa e sendo o fato plenamente verificado e testemunhado. Essa cura radical foi interpretada como milagre, o que levou Simeão Pinheiro a tomar o compromisso de levantar uma capela, naquele sítio, em honra ao Bom Jesus. A conselho do Pe. Francisco Pinheiro Landim, seu cunhado, o Major Simeão doou parte de suas terras como patrimônio da capela, iniciando-se desde logo a construção dum cruzeiro de madeira, exatamente no lugar do aparecimento, hoje conhecido por Alto da Cruz. Esse cruzeiro resistiu por longos anos, até que, já muito estragado, foi substituido por outro e ali construído uma capelinha. Eusébio de Sousa, em comentário publicado no jornal **Gazeta de Notícias**, de 17 de junho de 1928, diz que "isto sucedera no ano de 1813, data em que se começou a construção da igreja, só terminada em 1821". O padroeiro é o Senhor Bom Jesus.

Foi o sítio Cachoeira que deu o nome a povoação, e assim se chamou em virtude de um conjunto de pedras existentes no rio ou Riacho do Sangue, em frente à cidade e onde se levantou uma barragem de pedra e cal, vulgarmente conhecida por Açude do

Padroeiro. O Des. Alvaro Alencar, aceita essa explicação no seu **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, 2.º ed., 1939. p. 63. Dita barragem ainda existe e, nas épocas de enchentes, chega a ser coberta pelas águas represadas do grande açude Boqueirão ou Riacho do Sangue, construído pela Inspetoria de Secas e cuja capacidade é de 68.194.000m³. A denominação atual foi adotada pelo Dec. n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, em homengam à memória do Dr. Manuel Solon Rodrigues Pinheiro, ilustre filho do Município, Bacharel em Direito, político de notável evidência e de princípios nobres, jornalista, orador seguro, Deputado Estadual, falecido em Manaus, onde por muito tempo viveu, em 24 de fevereiro de 1917. Também nasceram: Dolor Uchoa Barreira, em 13 de abril de 1893, Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual foi professor e diretor, advogado de grande clientela, jurista abalizado, historiador, autor da suculenta **História da Literatura Cearense** em diversos volumes, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, a que presidiu e na qual ocupou a Cadeira n.º 34, de que é Patrono Samuel Filipe de Sousa Uchoa, falecido em 30 de junho de 1967; Gentil Barreira, em 10 de fevereiro de 1895, Bacharel em Direito, em 1948, advogado, Ministro do Tribunal de Contas do Ceará, falecido em 19 de junho de 1970; Manuel Alfredo Pinheiro, em 27 de outubro de 1892, médico (1907) em São Paulo e no Rio de Janeiro, Deputado Federal pelo Ceará.

TABULEIRO DO NORTE. — Distritos: o da sede e os de Olho d'Água da Bica e Peixe Gordo. Área do Município — 941km². Altitude da cidade — 39,69m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude — 5º14'44" S; Longitude 38º7'52" W.

O arraial Tabuleiro da Areia, fundado por Francisco Alves Maia Alarcon e pertencente ao Município de Limoeiro do Norte, foi elevado à categoria de sede de Distrito desse mesmo Município. Em virtude da Lei n.º 3.815, de 13 de setembro de 1957 tornou-se autônomo, com a denominação de Tabuleiro do Norte e instalado em 8 de junho de 1958. Foi seu primeiro Prefeito, Olímpio Agostinho Maia.

Na fazenda São José, adquirida entre 1720 e 1730 à antiga família Marrecas pelo Pe. Fco. Alves Maia, vigário de Pau-dos-Ferros, no Rio Grande do Norte, ergueu o Licenciado Francisco Alves Maia Alarcon, mais conhecido por Latinista, uma ermida, por força de cumprimento de uma promessa feita por sua mulher, Luzia Maria Maciel, filha de Luciano Cardoso de Vargas, patriarca por João Brígido cognominado Abraão do Jaguaribe, tal o número

e o valor de seus descendentes, espalhados hoje por todo o Ceará. Sofria a senhora de um câncer no seio e, em sonho, recebeu a inspiração de que se curaria se erguesse, no local de sua morada, uma capela a N.S. das Brotas, e sem saber, tal como o marido, se de fato havia essa invocação, mas tendo posterior certeza de que era conhecida em Portugal, levantaram o pequeno templo de N.S. das Brotas, tendo vindo da Bahia a imagem respectiva, colocada no altar-mor em 1770. Maia Alarcon manteve em Tabuleiro um colégio, por muitos anos de freqüência apreciável para a época, pois chegou a receber 70 alunos, que recebiam educação e instrução, principalmente o ensino do Latim. Com a enfermidade de seu Diretor, veio o colégio a fechar-se por volta de 1796. Em 1785 a capelinha foi ampliada por André Nogueira Ribeiro, tendo sido então levantada a torre. Nela missionou Frei Vidal da Penha. Depois foi demolida e no local construída a atual matriz. Na cidade, há a igreja de N.S. das Brotas (matriz), a capela de S. Antônio e a capela do cemitério, que foi fundada em 1872. Há um templo protestante, fundado por Francisco Alves. A Paróquia pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

A denominação vem da elevação arenosa e plana — tabuleiro — em que se encontra a cidade, cerca de dois quilômetros do chamado Córrego da Areia, um braço do rio Jaguaribe, formador com o curso principal deste, da ilha Poró, onde está localizada a cidade de Limoeiro do Norte. Por isso, chamou-se inicialmente Tabuleiro da Areia, mais tarde encurtado para Tabuleiro, por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dedezmbro de 1938 e, por fim, adotado o atual nome, dado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Em algum tempo chamou-se Joaquim Távora e Ibicuipeba, este último nome adotado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, formação arbitrária baseada na língua tupi para significar tabuleiro de areia: de **ibicui** areia, chão e **peba** chato, achatado. A denominação Joaquim Távora não foi oficializada, tendo sido decidida pela Câmara Municipal. Ler **Álbum do Jaguaribe**, Belém, Emp. Gráfica Amazônica, 1922, de Eusébio de Sousa.

TAMBORIL. — Distritos: o da sede e os de Boa Esperança, Carvalho, Curatis, Holanda, Oliveiras e Sucesso. Área do Município — 1700km². Altitude da cidade — 322,62m. Coordenadas geográficas da cidade — Latitude 4°49'56" S; Longitude 40°19'14" W.

Desmembrado do de Ipu, em 1854, foi criado o Município, pela Lei n.º 664, de 4 de outubro, sendo a povoação elevada a vila. Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, foi o seu território anexado ao de Sta. Quitéria. Restaurado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933.

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 629, de 17 de dezembro de 1853, com a invocação de Sto. Anastácio. O primeiro vigário foi o Pe. Raimundo Félix Teixeira. Antes de criada a Freguesia, a capela chegou a ser curada, inclusive, pelo famoso Pe. Mororó. A Paróquia é vinculada ao Bispado de Crateús.

O nome Tamboril, explica Antonio Bezerra, é derivado de uma grande árvore da família das leguminosas mimosóideas variedade timbaúba (**Enterolobium Timbouva** Mart.), existente a pequena distância da primeira casa que se erigiu no local, no meado do século XVIII. Paulino Nogueira registra que Tamboril é um vocábulo híbrido, significando tambor pequeno: de **tambora**, já corrução, pelos indígenas, da palavra tambor, e do diminutivo tupi **mirim**. De tambora-mirim ou tambor-mirim fizeram os oclonos a dição inteiramente aportuguesada — tamboril e até tamborim, sobrenome de família. A árvore, de que faziam os índios esses tambores, muito apropriada por sua leveza e porosidade, teve também o nome de tamboril, a cuja abundância deve a vila (cidade) o seu nome (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 407).

A cidade acha-se à margem esquerda do rio Acaraú e é servida pela estrada de rodagem Fortaleza-Crateús.

Aí nasceram: Antonio de Sampaio (general Sampaio), em 24 de maio de 1810, o grande herói das lutas contra o ditador Solano Lopez, do Paraguai, falecido em conseqüência de ferimentos recebidos na célebre batalha de Tuiutí, em 6 de julho de 1866. Em Fortaleza, na Avenida Bezerra de Menezes, ergue-se a sua estátua e sua cidade natal honra-o com o Parque General Sampaio onde está o seu monumento. Um dos Municípios Cearenses e um grande açude público têm o seu nome (Ver verbete **General Sampaio**) Joaquim Rosa (Monsenhor Rosa), em 12 de agosto de 1875, sacerdote de larga atuação no Clero Cearense, pessoa muito estimada pela sua simplicidade e espírito comunicativo.

TAUÁ. — Distritos: o da sede e os de Barra Nova, Carrapateiras, Inhamuns, Marrecas, Marruás e Trici. Área do Município — 4.306km². Altitude da cidade — 402,71m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 6°0'11" S; Longitude — 40°17'38" W.

Em 14 de dezembro de 1801, o Governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, firmado nas disposições da Ordem Régia de 22 de junho de 1766, baixou portaria determinando ao Ouvidor Gregório

José da Silva Coutinho que se transportasse à povoação de Tauá, onde existia um julgado e, se reconhecesse neste as circunstâncias para erigir-se em vila, fizesse levantar o pelourinho, sob a invocação de São João do Princípe, no dia que parecesse mais conveniente à nobreza e povo. Efetivamente, a 3 de maio de 1802 foi instalada a vila, dirigindo o Ouvidor às pessoas presentes e defronte do cruzeiro da igreja, uma fala na qual dizia que "o Deus da soberania que tocando os montes eles fumegarão, que olhando para a terra ela desapareceu e a natureza sábia benfeitoria do gênero humano tem inspirado aos homens de todos os séculos e de todas as idades a congregarem-se em grandes e pequenas povoações pois que tendo sido destinados pela mão criadora para viverem em sociedade só nela poderão ser felizes e ditosos". Era uma homenagem ao Príncipe Regente que, mais tarde seria D. João VI, o primeiro e único Rei que governou o Brasil. A Lei n.º 485, de 14 de outubro de 1898, restabeleceu a denominação antiga de Tauá, que pelo Dec. n.º 1, de 2 de dezembro de 1889, passara a chamar-se São João do Príncipe dos Inhamuns. Recebeu a categoria de cidade em virtude da Lei n.º 2.677, de 2 de agosto de 1929.

A Freguesia foi criada, desmembrada da de Arneirós, por Decreto geral de 17 de agosto de 1832, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Pertence ao Bispado de Crateús. A igreja matriz, quem a construiu e entregou ao culto católico foi o Sargento-mor José Rodrigues de Matos, em 15 de outubro de 1762, dando para isso 600 braças de terra com as ilhargas competentes. É um interessante templo com abóbada ciclópica de pedra e cal. Na sede, existe, ainda, uma capela no cemitério, e outra no bairro de Tauazinho.

O Governador Barba Alardo de Menezes, na sua célebre **Memória**, diz que o primitivo nome foi Inhamuns, por ser habitada pelos índios Jucás. Segundo Pompeu Sobrinho, Inhamuns é alteração de **i-nham-inhoum** ou seja — o sertão alto. A expressão deve ter origem entre os índios tupis que acompanhavam os primitivos exploradores. Os índios que habitavam esse interessante planalto chamavam-se Jucás e não Inhamuns. Tauá significa realmente barro, mas sem indicação de cor. É, antes, o barreiro, por isto que deve ser a contração de **taucaba** ou **taguaba**, Inhamuns significa — irmão, do diabo, e é uma corrutela de **amô** solitário, demo e **mó** irmão, segundo José de Alencar. Paulino Nogueira, citando Gonçalves Dias, é dessa opinião. Entretanto, Gomes de Freitas prefere seja — cidade antiga a significação de Tauá, o que deduz da leitura de documentos que encontrou. Tal aldeia antiga seria

uma das missionadas pelos jesuítas. Sugere igualmente a hipótese de vir o topônimo de uma cidade desaparecida da Ásia Menor, "pelo que se vê que há identidade perfeita entre o nosso vocábulo indígena e o erudito das línguas de continentes diferentes" (Publicação no **Unitário**, de Fortaleza, em 5.6.1966). Ver **Inhamuns (Terra e Gente)**, Fortaleza, Editora Henriqueta Galeno, 1972 de Antônio Gomes de Freitas.

A cidade encontra-se numa curva graciosa do rio Trici e nos tempos do Império desempenhou saliente papel sócio-econômico-político na evolução cearense.

Aí nasceram: Fausto Carlos Barreto, em 16 de dezembro de 1857, filólogo de reputação nacional, professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Deputado Geral pelo Ceará. Presidente da Província do Rio Grande do Norte, falecido em 29 de agosto de 1915; Francisca Clotilde Barbosa Lima, em 19 de outubro de 1862, educadora de renome, professora em Baturité e Aracati e na Escola Normal de Fortaleza, romancista, poetisa e contista; João Filipe Pereira, em 28 de março de 1861, engenheiro de renome nacional, Ministro de Estado na República, no governo Floriano Peixoto, Presidente do Clube de Engenheiros do Rio de Janeiro, autor do projeto de abastecimento d'água de Fortaleza; Joaquim Pimenta, em 18 de janeiro de 1886, Bacharel em Direito, em 1910, professor da Faculdade de Direito do Recife e, depois, da Universidade do Rio de Janeiro, jornalista combativo, sociólogo, autor de obras de sabido merecimento; Raimundo Bizarria, um dos grandes nomes do jornalismo cearense e, por último, na Bahia, onde dirigia o **Diário de Notícias**, poeta e crítico literário, falecido em Fortaleza no dia 2 de outubro de 1911. Ler **Inhamuns (Terra e Homens)** Fortaleza. Editora Henriqueta Galeno, 1972 de Antônio Gomes de Freitas: **Retalhos do passado**. Rio, Editor A. Coelho Branco Filho, 1949, de Joaquim Pimenta, **Tratado da Família Feitosa** (Genealogia), Fortaleza, Tip. Paulina, 1932, de Leornado Feitosa; **O Clã dos Inhamuns**, Fortaleza, 2º ed. Editora Instituto do Ceará, 1967, de Nertan Macedo; **Revista do Instituto do Ceará**, ps 43-44 p. 281; v. 69, p. 120, v. 84, p. 151. Revista **Itaytera**, Crato n.º 13, p. 216.

TIANGUÁ. — Distritos: o da sede e os de Arapá, Caruataí, Pindoguaba e Tabaínha. Área do Município — 854km². Altitude da cidade 775,92m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3º43'56" S; Longitude 40º59'30" W.

O Dec. n.º 33, de 31 de julho de 1890, criou o Município com sede na povoação de Barrocão, que foi elevada a vila e depois

tomou o nome de Tianguá, em virtude do Dec. n.º 62, de 9 de setembro de 1890. Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território foi anexado ao de Ubajara, e restaurado pelo de n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A vila tomou a categoria de cidade por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A Provisão de 15 de abril de 1915, firmada por D. Manuel da Silva Gomes, elevou a Paróquia independente o Curato de Santana da Ibiapaba, erigido por Provisão de D. Joaquim José Vieira, datado de 27 de novembro de 1886 e de que foi primeiro cura o Pe. José Tomás de Albuquerque, empossado a 8 de dezembro desse ano. A 10 de janeiro de 1891, foi o Pe. José Tomás exonerado a pedido, e o Curato anexado a 23 do dito mês à Freguesia de São Pedro de Ibiapina. Por Provisão de 6 de fevereiro de 1894, foi encarregado de reger o Curato, por tempo indeterminado, o Cônego Bernardino Lustosa. Em 1895, a começar de 22 de outubro, voltou o Curato a ser regido pelo vigário de São Pedro de Ibiapina, Pe. Fco. Inácio da Costa Mendes e assim permaneceu até que a 22 de fevereiro de 1897, foi novamente encarregado de administrá-lo o mesmo Cônego Bernardino Lustosa, que passou a ser Cura efetivo por Provisão de 21 de julho de 1898. A matriz é um belo e vasto templo, remodelado pelo vigário Mons. Agesilau Aguiar. A licença para a bênção da então capela data de 13 de maio de 1882.

O nome Tianguá é indígena e deriva do riacho dessa denominação, afluente do Itaculumi. Pompeu Sobrinho, a princípio, supôs ser formado de **tian** gancho, entalhe, dente + **guá** tomar, receber, agarrar = gancho que agarra, podendo vir, também de **tian** + **guade** + **guaá** oco, curvo, seio = dente curvo ou oco (dente de cobra venenosa), **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 33, p. 226). Depois, é de parecer que Tianguá não passa de ti de ty an (ana) + guá guaba: o lugar onde costuma aparecer o espectro do córrego (ou da água). O riacho que banha a saudável e pitoresca cidade de Tianguá junta-se com outro denominado Frecheiras e ambos formam o Córrego das Matas ou Bom Jesus, que é realmente o afluente direto do rio Itaculumi (Nota).

A cidade está sobre a serra da Ibiapaba contando com um moderno hotel e é servida pela estrada de rodagem BR-222, que, ao lado da criação do Bispado, lhe deu grande incremento, modernizando-se celeremente. Esse Bispado foi instituído, assim como os de Quixadá e Itapipoca pela Bula **Qui Summopere**, do Papa Paulo VI, datada de 13 de março de 1971. Nomeado Bispo D. Frei Temóteo Francisco Nemésio Cordeiro, sagrou-se no dia 4 de julho seguinte na cidade de Canindé, sua terra natal. Aí nasceram Agesilau de Aguiar, em 9 de maio de 1879, ordenado em Roma (1902), doutor em Filosofia e licenciado em Teologia, iniciou a carreira sacerdotal no Amazônas, onde foi Secretário do Bispado e Cura da Sé em Manaus. Voltando ao Ceará, foi secretário do Bispado D. Manuel da Silva Gomes, tendo exercido o cargo de Vigário da Diocese de Sobral, e, por fim, vigário de sua terra natal, onde faleceu. Tinha o título de Monsenhor; Raimundo Frederico Kiappi da Costa, 27 de junho de 1956, Capitão dos Portos do Piauí, Pernambuco e Amazonas, autor de valiosas obras sobre assuntos navais, tendo falecido no posto de Almirante.

TRAIRI. — Distritos: o da sede e o de Mundaú. Área do Município — 756km². Altitude da cidade — 18m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3º16'40" S; Longitude 39º16'8" W. Banhado pelo Oceano.

Tem-se notícia de que à margem do rio Trairi, nas terras compreendidas entre o rio Mundaú e a enseada de Lagoinha, localizaram-se, nos meados do século XVIII, alguns exploradores, entre eles João Verônica, que chegou a obter cabedais maiores e acabou construindo casa de morada a 13 km do mar, em torno do qual outras se levantaram. Daí resultou o arraial do Trairi. Como Distrito, pertenceu ao Município de Imperatriz, sendo suprimido pela Lei n.º 150, de 22 de setembro de 1838. Mas a de n.º 253, de 19 de novembro de 1842, restaurou-o.

Criado Município em 1863, pela Lei n.º 1068, de 12 de novembro, foi extinto pela de n.º 1110, de 10 de outubro do ano seguinte. Novamente criado pela Lei n.º 1235, de 27 de novembro de 1868, mas com a sede na povoação do Parazinho, então denominado Paracuru, desta se transferiu para Trairi, em virtude da Lei n.º 1604, de 14 de agosto de 1874, agora com o nome de Nossa Senhora do Livramento. A Lei n.º 1669, de 19 de agosto de 1875, revigorou a denominação Trairi. O Município sofreu nova supressão, com a vigência da Lei n.º 1084, de 19 de abril de 1913, e foi restaurado em 1914, pela Lei n.º 1181, de 23 de julho. Ainda uma vez extinto, pela Lei n.º 1794, de 9 de outubro de 1920, teve nova restauração em 1922, com a Lei n.º 2002, de 16 de outubro, até que por força do Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, foi de novo reduzido a simples Distrito do Município de Paracuru. Assim permaneceu até entrar em vigor a Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, a qual, mais uma vez, lhe reconheceu a autonomia. Mas a instalação oficial somente se efetivou em 25 de março de 1955.

A Freguesia foi instituída pela Lei n.º 1020, de 14 de dezembro de 1862, desmembrada da de Fortaleza e compreendendo os Distri-

tos de Siupé e Trairi, com sede na povoação de Parazinho, cuja capela, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios e colocada no lugar Alto Alegre, foi elevada à categoria de matriz. O patrimônio desta capela foi doado pelo Pe. João Francisco Nepomuceno Rocha, seu fundador e primeiro pároco. Pela Lei n.º 1604, de 14 de agosto de 1874, a sede da Paróquia foi transferida para a vila do Trairi, com a denominação de Nossa Senhora do Livramento, que é a padroeira. O respectivo patrimônio foi doado por D. Maria Furtado de Mendonca. É sede de Paróquia do Bispado de Itapipoca.

O topônimo é formação do tupi: **traíra** uma espécie de peixe (**Hoplias malabaricus**), um caracideo de rio, e **y** água, rio — rio das traíras. Assim pensam José de Alencar (**Iracema**, Nota I ao Cap. XXI) e Paulino Nogueira (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 423). Concorda o Barão de Studart (**Geografia**, p. 348).

A cidade está quase à beira mar, perto da foz do rio Trairi.

Aí nasceu Álvaro Dias Martins (Alvarins), em 4 de abril de 1868, jornalista, professor, teatrólogo, poeta, um tanto boêmio, autor de **Pescadores da Taíba** (1895), um poema de graça e singeleza. Tem o nome como Patrono da Cadeira n.º 2 da Academia Cearense de Letras, falecido em 30 de junho de 1906; Francisco Moreira de Avevedo, em 11 de janeiro de 1886, comerciante e industrial de alta capacidade de realização, falecido em 29 de setembro de 1962; Rodolfo Ferreira da Cunha, em 26 de setembro de 1880, ordenado em 1903, professor, historiador, membro do Instituto do Ceará. Faleceu em Fortaleza, no dia 19 de abril de 1967.

UBAJARA. — Distritos: o da sede e os de Araticum e Jaburuna. Área do Município — 385km². Altitude da cidade — 847,51m. Coordenadas geográficas da cidade Latitude — 3°51'16" S; Longitude 40°55'20" W.

Sabe-se que os primeiros colonizadores do território que constitui o Município foram os casais Manuel Luís Pereira, Cosme Fernandes do Rego e Francisco e Manuel Soares e Silva, o primeiro vindo do Rio Grande do Norte e os outros do Riacho do Sangue, hoje Jaguaretama, no Ceará. Manuel Luís lcalizou-se no lugar Pavuna; Cosme Fernandes, no sítio Pau Pitanga; e os irmãos Soares, no sítio do Meio e no sítio Buriti. Deles resultaram as famílias tradicionais dos Soares, dos Belarminos e dos Fernandes. Outros desbravadores chegaram, e em 1877 começou a formar-se o arraial que se transformou na sede do Município, todo construído de casas de taipa e destruído por enorme incêndio, em 8 de outubro de 1884. Reconstruído, agora na margem direita do córrego Jacaré, a povoação aumentou com casas de tijolo e telha, e em 24 de dezembro

de 1890 foi elevada à categoria de Distrito, por força da Lei n.º 123, dessa data. O Município foi criado pela Lei n.º 1.279, de 24 de agosto de 1915 com sede na povoação de Ubajara, então elevada a vila. Essa denominação foi dada ao povoado de Jacaré, em 1903, pelo Dr. Morais Barros, diretor do Distrito Telegráfico do Ceará, por ocasião de ser determinada a instalação, ali, de uma estação dos telégrafos. Cidade em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 dezembro de 1938.

A Freguesia, instituída canonicamente em 22 de novembro de 1943 e inaugurada a 29 de janeiro de 1935, tem como orago São José. A igreja matriz foi construída em 1886 e benta em 1887 pelo vigário de Ibiapina, Pe. Manuel Lima de Araújo. O seu patrimônio foi doado por José Lopes Freire, José Rufino Pereira e Joaquim Mulato. Há um templo da igreja Evangelica Cristã.

Pertence ao Bispado de Tianguá.

O primitivo nome de Jacaré é a denominação duma lagoa, formada pelas águas do riacho Pitanga e em cujo lado meridional se formou durante a seca de 1877 um arraial de casebres que se incendiou, fato que ocasionou a sua mudança para o lado norte da referida lagoa, com o mesmo nome, nos terrenos cedidos por José Lopes Freire, José Rufino Pereira e Joaquim Mulato. O topônimo atual — Ubajara, é de origem indígena e tem a significação de senhor da canoa, de **ubá** canoa e **jara** senhor — nome dum cacique vindo do litoral e que por muito tempo teria habitado a célebre gruta de Ubajara. Pompeu Sobrinho prefere supor que neste caso ubajara significa o senhor das flechas, o flecheiro exímio. Portanto, a análise da palavra seria: **iba** (de yba) as flechas e **yara** o senhor.

A cidade, no alto da Serra da Ibiapaba, tem-se favorecido, sobremodo, com a instalação dum teleférico ligando-a à tão afamada Gruta de Ubajara, ponto de intenso movimento turístico, vindo visitá-la pessoas dos mais distantes Estados do País. Sobre a Gruta, leiam: **O Ceará**, 3a. ed., 1966, p. 146, de Antonio Martins Filho e Raimundo Girão; **Notas de Viagem**, Fort. 2a. ed., 1965, ps. 135-144, de Antonio Bezerra; **Lenda de Ubajara**, Sobral, Tip. do Correio da Semana, 1950, de Gurgel do Amaral; **Ubajara — A Gruta do Brasil**, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1958, de Pedro Ferreira; **Estudos Ibiapabanos**, Sobral. Imprensa Universitária. UVA, 1979, do Pe. F. Sadoc de Araújo, p. 31 e segs; **Revista do Cinquentenário de Ubajara**, 31 de dezembro de 1915-1965.

Em Ubajara nasceu Raimundo Magalhães Júnior, em 12 de fevereiro de 1907, jornalista e escritor fecundo nos domínios da

História, da Biografia, do Teatro, do Ensaio literário, membro da Academia Brasileira de Letras. Falecido no Rio de Janeiro em conseqüência de acidente de automóvel.

UMARI. — Distrito único: o da sede. Área do Município — 237km². Altitude da cidade — 290m. Coordenadas goegráficas da cidade Latitude — 6°38'35" S; Longitude 38°42'0" W.

Nas fronteiras com a Paraíba e em fins do século 18, fixou-se o francês Joseph Aleth Douillete e na sua fazenda levantou uma capela. Daí surgiu o arraial que se tornou a povoação de Umari, favorecida com a categoria de Distrito Policial em 1860, em virtude do Ato datado de 19 de junho. A Lei n.° 2046 de 12 de novembro de 1883, criou o Município, desmembrado do de Lavras da Mangabeira, mas a este retornou por ter sido declarada extinto em conseqüência da Lei n.° 1794 de 9 de outubro de 1920. Com a sede na vila de Umari, porém com a denominação de Município de Baixio, foi renovada a categoria municipal, pelo Dec. n.° 193, de 20 de maio de 1931. Em seguida Umari passou a ser simples Distrito, ora de Baixio (Dec. n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933), ora de Ipaumirim (pela Lei n.° 2161, de 12 de setembro de 1953), até que a Lei n.° 3338, de 15 de setembro de 1956 o restaurou, desmembrando o seu território do de Ipaumirim. A nova instalação efetuou-se a 22 de outubro seguinte, com o Prefeito João Luis de Freitas Filho.

A capela de N.S. da Conceição foi promovida a matriz da Paróquia de Umari pela Lei n.° 1686, de 2 de setembro de 1875, instituída canonicamente em 18 de agosto de 1882. Essa Paróquia pertence ao Bispado do Crato. Em 1765, no Icó, o Tenente-coronel Manuel Ribeiro Campos, morador da fazenda Umari, doou meia légua de terras desta fazenda para patrimônio da capela de São Gonçalo do Amarante e N.S. da Conceição, que pretendia eregir. Em 1875, era dita capela elevada à categoria de matriz, tendo sido antes reconstruída, em 1870. Pertencia, até então, à Freguesia de São Vicente Férrer de Lavras. Ver revista **Itaytera**, v. 15 p. 147.

Umari é o nome da árvore **Geoffraea epinosa** Jacq, da família das leguminosas papilionóideas. De porte superior, frondosa, produz fruto um tanto amargo, mas de bom paladar ao ser cozido. Cresce nas várzeas e ipueiras e, popularmente, é mais conhecida como mari ou marizeira. Parece corrução de **y-mory**, por **uba-mamari-y** — árvore que verte água, pois que, de fato, a planta verte água pelos brotos no começo das chuvas. Esta circunstância serve

aos sertanejos como experiência de prenúncio de inverno. Paulino Nogueira aceita essa interpretação: corrução de **Ib, uba** árvore, **ri** correr, manar, e **y** água — árvore que destila água (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 427). Ler Contribuição à Toponímia Cearense, na **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 61, p. 231, de Florival Seraine.

A cidade fica banhada pelo riacho Urubu, afluente do Rio Salgado, nas proximidades da fronteira do Ceará com o Estado da Paraíba.

URUBURETAMA. — Distritos: o da sede e os de Cemoaba, Sta. Luzia, São Joaquim, Tururu e Umirim. Área do Município — 839km². Altitude da cidade — 110m. Coordenadas Geográficas da cidade — Latitude 3°37'30" S; Longitude — 39°30'30" W.

O Dec. n.° 34, de 1° de agosto de 1890, criou o Município, com sede na povoação de Arraial, então elevada a vila, sendo inaugurada a 19 do mesmo mês. Suprimido pela Lei n.° 453, de 22 de agosto de 1898, foi restaurado pela de n.° 526, de 28 de julho de 1899, com o nome de São João de Uruburetama, dando-se a reinauguração a 14 de setembro. Com a vigência do Dec. n.° 1156, de 4 de dezembro de 1933, voltou a ter o nome de Arraial, até que o Dec.-Lei n.° 448, de 20 de dezembro de 1938, Anexo n.° 1, Nota n.° 24, da segunda parte, fixou a denominação — Uruburetama. A vila fora elevada à categoria de cidade pelo Dec. n.° 262, de 28 de julho de 1931.

Com o nome de São João da Imperatriz e desmembrada da de Itapipoca, foi criada a Freguesia, sendo elevada à categoria de matriz a capela de São João do Arraial, pela Lei n.° 2112, de 15 de dezembro de 1885. A instituição canônica deu-se pela Provisão de 27 de dezembro de 1886, firmada por D. Joaquim José Vieira, tendo sido transferido para aí o Pe. João Dantas Ferreira Lima, então vigário de Ipueiras, que tomou posse a 16 de janeiro de 1887. Essa criação deve-se aos esforços do Alferes Manuel Casimiro Soares e do Pe. Antero José de Lima, então vigário de Imperatriz, hoje Itapipoca. Segundo documento firmado em 25 de junho de 1824, por Pedro José do Monte, este declara haver feito doação de um terreno de trezentos passos em quadro, a fim de nele ser edificado um nicho para São João Batista, o qual serviu ao culto por muitos anos. Em 31 de agosto de 1843 o Pe. Luís Antonio da Rocha Lima, vigário de Amontada, deu licença a Manuel Barbosa para angariar esmolas e edificar uma capelinha dedicada ao mesmo santo no lugar Arraial, já existente, a qual

foi realmente construída, no mesmo local do antigo nicho. Em 1870, estando a missionar, o Pe. Guilherme, lazarista, sentou a primeira pedra da atual matriz e deixou feitos os alicences, porém o edifício somente foi levantado no ano de 1874, graças à iniciativa dos padres João Francisco Dias Nogueira e José Tomás de Albuquerque e aos auxílios do povo, sendo concluído em 1878. Pertenceu até 1885 à Freguesia de Imperatriz, quando se tornou Paróquia independente. A Paróquia pertence à Diocese de Itapipoca.

A cidade está encravada na data de sesmaria concedida ao Capitão-mor Bento Coelho de Assunção, em 19 de novembro de 1720, retificada por outra de 6 de junho de 1725 e havida em herança pelo Tenente-Coronel Manuel Pereira Pinto e sua filha e genro do primeiro e pais da segunda. Essa data, ou parte das suas terras, teve a sua sede no Sítio Arraial, nome que aparece pela primeira vez em documentos públicos na escritura lavrada em 9 de agosto de 1761 e assinada pelo Pe. Estêvão Velho Cabral de Melo, que, tendo recebido anteriormente em doação três léguas de terras do mesmo sítio para seu patrimônio sacerdotal, as reverteu aos doadores, reservando para si apenas um quarto de légua no lugar onde ele tinha "casa de moradia", com seu engenho de moer cana. Tal denominação — Arraial conservou-se daí para a frente entre o povo e nas relações oficiais e aclesiásticas, e tem explicação no fato de ter sido encontrada aí, pelos primeiros colonizadores, uma maloca de índios, por eles combatida. A Lei n.º 256, de 28 de julho de 1899, deu-lhe o título de São João da Uruburetama, nome do padroeiro local adicionado ao da serra em que a cidade se encontra. Uruburetama é indígena e significa — ninho ou pátria de urubus, de **urubu** ave e **retama** pátria, região, lugar. Ou, conforme o Senador Pompeu, uma corrução de — **urubu-reté-taba** — casa de muitos urubus. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 adotou o topônimo — Uruburetama, que já fora dado à Comarca pelo Dec. 1.271, de 29 de maio de 1934. A cidade assenta num planalto, entre os rios Mundaú, que lhe corre à direita, e o riacho Angelim, à esquerda. Neste Município nasceram; José Pedro Soares Bulcão, em 13 de maio de 1873, poeta e prosador, historiador, jornalista, o maior dos genealogistas cearenses, Deputado Estadual em duas legislaturas, membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, na qual ocupou a Cadeira de que foi Patrono Martinho Rodrigues, e falecido em 17 de julho de 1942; Manuel Tomé Cordeiro, em 17 de abril de 1842, que fez toda a campanha do Paraguai, e na República foi sólido esteio do governo Prudente de Morais, Comendador

da Ordem de Aviz e Cavaleiro da Ordem da Rosa e da do Cristo, falecido em 14 de junho de 1915; José Artur Montenegro, em 29 de fevereiro de 1864, historiador que deixou várias obras publicadas e algumas inéditas sobre fatos da História pátria, falecido aos 38 anos de idade, em 03 de abril de 1901. Ler: Arraial (vila de São João da Uruburetama) de Soares Bulcão na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 45, p. 145; São José da Serra da Uruburetama, de Soares Bulcão, cit. **Revista**, v. 53, p. 199.

URUOCA. — Distritos: o da sede e os de Campanário e Paracuá. Área do Município — 482km². Altitude da cidade — 70m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude 3°18'54" S; Longitude — 40°33'24" W.

Era Distrito do Município de Granja, quando a Lei n.º 3.560, de 26 de março de 1957, lhe deu a categoria municipal. Instalado em 14 de abril seguinte.

A igreja da cidade, erigida por iniciativa de Cândido José de Almada Bravo, tem como orago N.S. do Livramento e foi inaugurada em 1882. Pertence ao Bispado de Sobral. "A capelinha a princípio muito pequena foi aumentada em 1912 para 25m de comprimento, com dois corredores bem espaçosos em colunatas na parte que foi acrescentada e um altar em que realça uma imagem de cartonpierre, muito perfeita, de 1,20m de altura, comprada em Paris e que foi benzida pelo vigário da Freguesia, em 6 de agosto de 1907. O patrimônio da Capela consta de 100 braças de terra, partindo do riacho que banha a povoação, com meia légua de fundo, sendo 50 braças compradas a João Leandro de Medeiros e 50 doadas pelo mesmo João Leandro de Medeiros a Nossa Senhora do Livramento em 1881, e mais uma posse de terra na fazenda Cajueiro no lugar Riachão comprada a João Gonçalves Severino por Cândido José de Almada Bravo e por este doada ao mesmo patrimônio" (Ver **Revista do Instituto do Ceará**, v. 29 p. 44).

Anteriormente, chamou-se Riachão. O Decreto-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou o nome Uruoca, que em língua-gem tupi significa — abrigo ou casa dos galináceos. Sem que fossem aceitas, foram apresentadas sugestões para adotar-se a denominação de Rochalândia ou Valdelândia, decorrentes de nomes de famílias mais importantes ali residentes.

VÁRZEA ALEGRE. — Distritos: o da sede e os de Calabaça, Canindezinho, Ibicatu, Naraniú e Riacho Verde. Área do Município — 704km². Altitude da cidade: 300m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 6°47'21" S; Longitude — 39°17'40" W.

Com a sede na povoação de Várzea Alegre, então elevada a vila, foi criado o Município pela Lei n.º 1329, de 10 de outubro de 1870, desmembrado do de Lavras e instalado a 2 de março de 1872. Extinto pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, quando o seu território ficou anexado ao Município de Cedro; mas restaurado pelo de n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Cidade em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1838.

A Freguesia foi criada pela Lei n.º 1.076, de 30 de novembro de 1863, desmembrada da de Lavras e sob a invocação de São Raimundo Nonato. Teve como primeiro vigário o Pe. Benedito de Sousa Rego, nomeado por Provisão de 30 de dezembro do mesmo ano. O seu patrimônio consta de 400 braças de terra em quadro, doadas em 19 de outubro de 1853, por Joaquim Alves Bezerra e sua mulher Antônia Correia Lima, João Alves Bezerra e sua mulher Joaquina Francisca de Almeida, José Bezerra da Costa e sua mulher Isabel Pereira de Morais e Antônio Duarte Bezerra. Segundo a tradição, a igreja de São Raimundo Nonato foi construída pelos filhos de Raimundo Duarte Bezerra, conhecido por Papai Raimundo (Ver revista Naytera, v. 15, p. 148).

O nome Várzea Alegre, que já era o do povoado, foi oficializado pela referida Lei n.º 1.329, de 1870, e tem origem na planície ou várzea em que se acha colocada a cidade.

VIÇOSA DO CEARÁ. — Distritos: o da sede e os de General Tibúrcio, Lambedouro, Padre Vieira e Quatiguaba. Área do Município: 1.283km². Altitude da cidade — 685m. Coordenadas geográficas da cidade: Latitude — 3°33'54" S; Longitude — 41°5'32" W.

Viçosa era a antiga taba de índios — Aldeia da Ibiapaba, dirigida pelos padres da Companhia de Jesus. Em 1759, foi elevada a vila com a denominação de Vila Viçosa Real da América, em conseqüência da Ordem Régia expedida ao Governador de Pernambuco, em 14 de setembro do ano anterior determinando o confisco dos bens dos jesuítas, na Capitania, e a elevação, em vilas, dos aldeamentos indígenas por eles administrados. A inauguração da vila verificou-se em 7 de julho daquele ano de 1759. A Lei n.º 1994, de 14 de agosto de 1882, elevou-a à categoria de cidade, com o nome de Viçosa. A denominação atual foi adotada pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A Freguesia foi criada por Provisão de 7 de julho de 1757 (Barão de Studart, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 38, p. 87; Cônego Henrique Mourão, **Correio Eclesiástico**, n.º 22, de abril de 1915, p. 54). O orago é Nossa Senhora da Assunção. O Padre

José de Almeida Machado, na sua **Notícia das Freguesias do Ceará** (Rev. citada, v. 16, p. 203), informa que a antiga Missão de Ibiapaba foi elevada a vigararia amovível em 1759. Atualmente, conta com a igreja matriz e a capela de nossa Senhora das Vitórias, na sede. Pertence ao Bispado de Tianguá.

A colonização do Ceará veio encontrar a Serra Grande ou Serra da Ibiapaba habitada pelos índios Tabajaras ou Tobajaras — senhores da aldeia, na primeira hipótese, ou senhores do resto e, mais livremente, senhores do litoral, na segunda, agrupados em numerosas aldeias dispersas até as proximidades do mar. Combatidos severamente pelos colonos, foram no entanto os primeiros silvícolas missionados pelos jesuítas, pois que no meio deles viveram por algum tempo os padres Francisco Pinto e Luis Figueira. Posteriormente, em 1656, já extinto o domínio holandês, vieram para a Ibiapaba, a mando do padre Antonio Vieira, Superior da Missão do Maranhão, os missionários Antônio Ribeiro e Pedro Barbosa de Pedrosa, os quais conseguiram alguns resultados positivos de início, mas logo depois desfeitos, com a rebelião dos índios, em 1661, que terminou com a expulsão dos padres e a derrota do cabo Manuel Carvalho Fialho, enviado, com tropas, para dar-lhes combate. Somente em fins do século XVII se reiniciaram, eficientemente, os contatos dos índios com os homens das missões, porquanto, em 1692, a eles assistia o padre Melo Pedrosa. Mais tarde, em 1820, a missão da Ibiapaba passou a pertencer à juridição de Pernambuco e a esse tempo a povoação dos Tabajaras catequisados chamava-se Missão da Ibiapaba, tomando em seguida o nome de Aldeia de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba ou Aldeia da Serra da Ibiapaba. A denominação de Vila Viçosa Real data da ereção do povoado à categoria de vila em 7 de julho de 1759. A palavra Ibiapaba tem etimologia muito controvertida. Para uns, quer dizer — terra cortada ou partida — de **iby** terra, e **apaba** do verbo **apab**, acabar-se; para outros significa — terra plana — de **iby**, terra e **paba** ou **peba**, plana; e para outros ainda, terreno descoberto — de **iby** terra e **pabe** tudo. Entre os historiadores e cronistas, várias são as maneiras de grafar o vocábulo: Ibigapaba, Fernão Guerreiro: Buapaua, Gaspar de Sousa; Buapava, Diogo de Campos Moreno, Ibuigapap, Pe. Cláudio d'Abbeville; Goapava, Simão Estácio da Silveira; Ibya-paba, Pe. José de Morais. Teodoro de Sampaio diz que o primitivo nome era **ybi-ã-pab**, que se traduz por — terra erguida, aplainada, planalto, chapada (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 16, p. 216). Pompeu Sobrinho concorda com Teodoro Sampaio, mas não vê como achar na expressão o significado de esplanada, pois **paba**

ou **pab** indica somente o lugar. O lugar de terra alta. O fato do indígena não ter empregado a palavra **itira**, pode dar margem a que se pense que **pabe** aí indique o fim, o término, o limite da terra alta. Alusão clara à impressionante escarpa onde, efetivamente, termina a chapada, a terra alta (Nota).

A cidade de Viçosa do Ceará pode-se comparar a um maravilhoso Jardim suspenso, colocada a mais de 700m. de altitude, na parte da serra chamada Cinta, e por isso goza de clima delicioso. Fica ao pé da elevação chamada Céu, onde está uma pequena igreja dedicada a Nossa Senhora das Vitórias.

Aí nasceram: Antonio Coelho de Albuquerque, em 8 de outubro de 1900. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará (1925), Promotor Público, Presidente do Tribunal de Contas do Ceará, a que presidiu por longos anos, falecido em 1º de abril de 1966; Antonio Tibúrcio Ferreira de Sousa (General Tibúrcio). Ver verbete **General Tibúrcio**; Clóvis Beviláqua, em 4 de outubro de 1859, o Grande Mestre do Direito Civil no Brasil, falecido em 26 de julho de 1944, no Rio de Janeiro; José Freire Bezerril Fontenele em 9 de março de 1850, figura de superior projeção na vida pública do Ceará, a que presidiu, Deputado Federal e Senador da República, tendo falecido no posto de General; José Ribeiro da Frota, em 17 de junho de 1880, médico muito conceituado e querido da população de Fortaleza, pela apostólica dedicação aos deveres da profissão e o modo carinhoso com que a todos tratava, falecido em 10 de março de 1959; Tibúrcio Gonçalves de Paula, em 14 de abril de 1854, grande influência política da região da Ibiapaba, Deputado durante 30 anos à Assembléia Legislativa do Estado, à qual presidiu durante oito anos, falecido em 20 de novembro de 1937. Ler **Apontamentos para a História da Comarca de Viçosa**, Fortaleza, Imp. Econômica, 1880, 2º ed., de Álvaro Gurgel de Alencar. Também publicado no Boletim n.º 4 da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; **História de Viçosa do Ceará**, Fortaleza, s. e., 1980, de Luis Barros.

2ª PARTE - DISTRITOS

ACARAPE. — Distrito do Município de Redenção. Criado pelo Ato de 27 de dezembro de 1883.

Acarape, que na língua tupi significa nos acarás, de **acará pé**, segundo Tedoro Sampaio (**O Tupi na Geografia Nacional**, p. 107), ou no caminho dos acarás, ou canal do peixe, segundo Martius , ou ainda no caminho das garças, como pretende José de Alencar, opinião aceita por Paulino Nogueira (**Vocabulário**, p. 212) — era o nome da atual cidade de Redenção, assim denominada em homenagem ao fato de ter sido ela no Brasil o primeiro núcleo de população (então vila), a libertar totalmente os seus escravos negros. O do atual Distrito era Cala-Boca, mudado pela Lei n.º 2396, de 18 de setembro de 1926, e desde 26 de outubro de 1879 é servido por uma das estações da RFFSA (então Estrada de Ferro de Baturité), inaugurada em 26 de outubro de 1879.

As suas terras são banhadas pelo rio Pacoti, que em certo trecho de seu curso toma a denominação de Acarape, e se constituem excelentes para o cultivo da cana de açúcar, razão por que há vários engenhos a vapor fabricando afamadas aguardentes, bem como usina — a Usina Cariri — de fabricação de açúcar e álcool, a primeira a mover-se no Ceará.

Passou a categoria de Distrito em virtude da Lei n.º 2376, de 18 de setembro de 1926, quando recebeu o seu nome atual.

A igreja matriz local tem como orago São João Batista, tendo sido a Paróquia instituída canonicamente em 6 de janeiro de 1943. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

ADRIANÓPOLIS. — Distrito do Município de Granja. Criado pela Lei n.º 6387, de 8 de julho de 1962, publicado no D.O. do Governo do Estado, de 26 do mesmo mês. Antes, chamava-se Tabuleiro.

A capela local, cuja bênção se deu em 1935, tem como padroeiro São Sebastião e pertence ao Bispado de Tianguá.

O topônimo representa homenagem a importante família Adrião, dominante na localidade.

AGUA VERDE. — Distrito do Município de Pacatuba. A vila banhada pelo rio Água Verde, é servida pela estrada de rodagem CE-01 e pela RFFSA (Ex-Estrada de Ferro de Baturité e Rede de Viação Cearense), cuja estação foi inaugurada em 28 de setembro de 1879. O povoado foi elevado à categoria de Distrito por Ato Provincial de 18 de novembro de 1885 e Lei n.º 8, de fevereiro de 1893. A igreja local, fundada pela família Bandeira, tem a invocação de São Francisco das Chagas, da Paróquia de Pacatuba e Arquidiocese de Fortleza. Aí nasceu, em 25 de fevereiro de 1911, o Professor, Poeta e Jornalista José Valdivino de Carvalho, com obras publicadas. Bacharel pela Faculdade de Direito do Ceará turma de 1938. Membro da Academia Cearense de Letras, onde ocupa a Cadeira n.º 11, da qual é Patrono o Barão de Studart, e da Academia Cearense da Língua Portuguesa.

AIUÁ. — Distrito do Município de Massapê, situada à margem do riacho Acaraú-mirim.

O Decreto-Lei n.º 1.114, de 20 de dezembro de 1943, deu-lhe o nome de Iponguaçu. A sede é servida por uma das estações da Estrada de Ferro de Sobral. Elevado à categoria de vila pela Lei n.º 3923, de 25 de novembro de 1957. O Distrito compõe-se de parte do território do de Senador Sá, este depois elevado à categoria de Município. O nome é o de um serrote que se eleva perto da vila: de **avú** pescoço, e **a** sufixo que significa alto, elevado, alusão ao aspecto topográfico do local, conforme Pompeu Sobrinho, **Revista do Instituto do Ceará**, (R.I.C.), v. 33, p. 214).

A capela tem como padroeira Nossa Senhora do Carmo, pertencente ao Bispado de Sobral. Obteve licença para construí-la o Cônego Teótime de Vasconcelos, em 7 de abril de 1911.

ALAGOINHA. — Distrito do Município de Araripe, criado pela Lei n.º 7140, de 10 de janeiro de 1964.

ALGODÕES. — Distrito do Município de Independência. Criado pela Lei n.º 3996, de 27 de dezembro de 1957, publicado no D.O. do Estado de 30 do mesmo mês, desmembrado do território do Distrito de **Coutinho**.

A vila fica à margem direita do rio Cabaceira do Poti, nas vizinhanças da Lagoa do Mato e do açude Santa Cruz.

Pedro Rafael de Sousa é considerado o seu fundador, pois foi quem construiu a capela local, com a invocação de São João, nos anos de 1940. Do Bispado de Crateús.

O topônimo explica-se por ser o Distrito grande produtor de algodão.

AMANAIARA. — Distrito do Município de Reriutaba. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Chamou-se Sinimbu, nome dado a uma das estações da Rede de Viação Cearense (RFFSA), inaugurada em 3 de dezembro de 1929, em homenagem ao estadista do Império, João Lins Cancanção, Visconde de Sinimbu, que foi Senador e Ministro. A denominação atual data da Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, e é de formação artificial, para significar, não se sabe por que, o senhor da chuva ou senhor das nuvens: de **amana** chuva e **yara**, senhor, dono. O padroeiro local é São José, e a capela data de 30 de agosto de 1929. Do Bispado de Sobral.

O Distrito foi elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6964, de 19 de dezembro de 1963, mas não chegou a instalar-se porque esta foi anulada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

AMANARI. — Distrito do Município de Maranguape. Anteriormente, a povoação denominava-se Pocinhos, nome do riacho que a banhava. Foi criado pelo Decreto-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, recebendo a sede a categoria de vila. O nome atual data do Decreto-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. A vila é servida pela estrada de rodagem CE-20. Há uma capela sob a invocação de São João Batista, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza. Barrando o riacho Pocinhos ou Amanari, está o açude público deste último nome, com a capacidade de 10 milhões de metros cúbicos e a bacia hidráulica de 271 ha. A sua jusante acha-se instalado o Serviço de Piscicultura do DNOCS, destinado à criação e distribuição de peixes selecionados para o povoamento de açudes do Nordeste. Às margens do açude encontra-se uma instalação penitenciária do Estado, onde são recolhidos presos correcionais.

Etimologicamente, Amanari quer dizer água de chuva, de **amana** água, **r** particula de reforço e **i** ou **u** água.

AMANIUTUBA. — Distrito do Município de Lavras da Mangabeira. Teve os nomes de Galinhas e Ouro Branco, sendo com esta denominação criado pelo Decreto n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, que o transferiu para o Município de Baixio. Retornou ao de Lavras da Mangabeira pelo Decreto n.º 135, de 20 de setembro de 1935. O nome atual vem do Decreto-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e é de formação artificial, composto de **amanaí** algodão e

tuba muito, quantidade, querendo-se com isto traduzir o nome anterior Ouro Branco, como é chamado o algodão, que o Distrito produz em grande escala.

Acha-se a vila localizada a 5km do rio Salgado, margem direita do riocho Pendência, e são considerados seus fundadores José Ricarte Bezerra e Francisco Franklin de Alencar. O primeiro destes construiu a capela local, em 1934, tendo como orago São José, pertencente ao Bispado do Crato.

Aí mantém a RFFSA uma de suas estações, inaugurada em 5 de agosto de 1923. A mudança do nome da estação para Ouro Branco deve-se a D. Edite Linhares, componente de uma caravana da qual participavam ilustres convidados da então Rede de Viação Cearense, inclusive o seu diretor, Eng.º Demóstenes Rokett (Ver Renato Braga, **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, v. I, p. 114). É servida pela BR-116.

AMARELAS. — Distrito do Município de Camucim. Criado pela Lei n.º 6397, de 3 de julho de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 22 do mesmo mês.

A padroeira local é Nossa Senhora da Conceição e pertence ao Bispado de Tianguá.

AMARO. — Distrito do Município de Assaré. Criado pelo Ato de 22 de novembro de 1913. Perdeu parte de seu território, em face do Decreto-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, para o novo distrito de Quincuncá, do Município de Quixará, atualmente Farias Brito. Com a criação do Município de Altaneira, em 18 de dezembro de 1958, foi-lhe tirada outra parte do território. Primitivamente, chamava-se Santo Amaro. Figura com o nome atual no Decreto n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é a Padroeira da capela local, do Bispado do Crato.

AMÉRICA. — Distrito do Município de Ipueiras. Criado pela Lei n.º 3922, de 25 de novembro de 1957, publicada no D.O. do Estado, de 24 de novembro, compondo-o parte do distrito de Mororó, do mesmo Município. A vila acha-se situada no alto da serra da Ibiapaba, a 24km da sede municipal. Possui uma capela consagrada a São Francisco das Chagas, do Bispado de Crateús.

AMONTADA. — Distrito do Município de Itapipoca. Primeiramente chamou-se São Bento da Amontada, com este nome criado

Município pela Lei n.º 1735, de 30 de agosto de 1876. Extinto pela Lei n.º 1776, de 23 de novembro de 1978, para depois ser restaurado, o que se deu com a Lei n.º 2082, de 24 de agosto de 1884. Em 1890, por força do Decreto n.º 48, de 13 de agosto, a sede municipal foi transferida para o núcleo de São Pedro da Timbaúba, tendo sido este diploma outorgado pelo de n.º 14, de 23 de março de 1892. Novamente supresso, agora pelo Decreto n.º 19, de 6 de abril de 1892, outra vez foi restaurado, pela Lei n.º 424, de 29 de setembro de 1897. Definitivamente extinto pela Lei n.º 791, de 1.º de agosto de 1905.

Pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tomou o nome São Bento, simplificado, assim, o de São Bento da Amontada. O Decreto-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, determinou nova simplificação, mas agora para Amontada simplesmente. Mupuranga, Samba e Pecapara, foram nomes lembrados à comissão encarregada da referida toponimia de 1943, mas por ela não aceitos. Elevado à categoria de Município, pela Lei n.º 6525, de 5 de setembro de 1963, não pôde ser instalado **ex vi** da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A Padroeira é Nossa Senhora da Conceição. É paróquia pertencente ao Bispado de Itapipoca e criada pela provisão de 30 de agosto de 1757, do Bispo D. Francisco Xavier Aranha, ao visitador, Pe. José Pereira de Sá. Em 1806, o visitador Pe. José de Almeida Machado, estando em ruínas o pequeno templo, mandara a matriz a funcionar em lugar distante duas léguas da povoação. Ver Renato Braga **Dicionário Geográfico e História do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1964, p. 118. É servida pela rodovia Ce-030.

ANAUÁ. — Distrito do Município de Mauriti. Inicialmente chamou-se Espírito Santo, mas a Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, deu-lhe o nome atual.

A vila fica situada na serra da Vermelha, ou na serra do Ouricuri, aos limites do Estado da Paraíba e a 24km da sede municipal, próxima ao açude público Espírito Santo. Teve a sua origem na capela de São Félix, seu padroeiro, que é o mesmo do Distrito de Mararupá, pertencente ao Bispado do Crato.

O topônimo é talvez corrutela de **anãuã** ou **anãbã** igual a unido, aparentado, engrossado.

ANJINHOS. — Distrito do Município de Santana do Cariri, criado pela Lei n.º 6567, de 18 de setembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado de 26 do mesmo mês. Bispado do Crato.

ANTÔNIO BEZERRA. — Distrito do Município de Fortaleza. A vila é cortada pela BR-222. Primeiramente, a povoação tinha o nome de Barro Vermelho e pertencia ao Município de Parangaba, mas com a extinção deste, por força da Lei n.º 1913, de 31 de outubro de 1921, o seu território foi anexado, como o de Parangaba, ao de Fortaleza. A mudança para o nome Antônio Bezerra deu-se com a Lei Municipal n.º 79, de 28 de junho de 1937, em homenagem ao homem de letras e historiador Antônio Bezerra de Meneses, nascido em Quixeramobim, em 21 de fevereiro de 1841 e falecido na sede do Distrito, onde residiu por longos anos, em 28 de agosto de 1921. Era um grande pesquisador, tendo deixado obras do melhor quilate. Fundador do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e da Academia Cearense de Letras, da qual é um dos Patronos — Cadeira n.º 4. Poeta e cronista. Abolicionista dos mais ardorosos, foi de todo eficiente e decisiva a sua atuação no movimento anti-escravista que, no Ceará, culminou com a extinção da sujeição negra, em 25 de março de 1884, quatro anos antes, portanto, da Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. A RFFSA tem aí uma de suas estações. A igreja da Paróquia é dedicada a Jesus, Maria, José, do Arcebispado de Fortaleza.

ANTÔNIO DIOGO. — Distrito do Município de Redenção. O Distrito, com o nome de Canafístula, foi criado pelo Ato estadual de 11 de setembro de 1890. Desde 14 de março de 1880 a vila sede é servida pela RFFSA, então Estrada de Ferro de Baturité. Está a 80km de Fortaleza. Fica em terras doadas em 10 de abril de 1880 pelo Comendador Luís Ribeiro da Cunha e sua mulher, D. Maria Carolina Vieira da Cunha, com a destinação de aí ser instalada uma colônia agrícola-orfanológica, que oficialmente amparasse e educasse meninos órfãos, cujos pais faleceram durante a grande seca de 1877-79. Em face dessa deliberação, o Governo da Província criou a 14 de abril daquele ano de 1880 a Colônia Orfanológica Cristina, instalada logo após, em 13 de junho.

Mais tarde, esse estabelecimento se transformou em Colônia Agrícola Correcional e, afinal, em campo de atividades agrícolas do Estado. Numa área dessa grande propriedade, em 1.º de agosto de 1928, foi instalado um Leprosário que recebeu o nome de Antônio Diogo, mais que justa homenagem ao comerciante e industrial de Fortaleza, Antônio Diogo de Siqueira, o qual com doação apreciável, grande parte em dinheiro, concorreu para a instalação do nosocômio, ainda hoje de grande valia.

Antônio Diogo de Siqueira nasceu em Itapajé no dia 1.º de setembro de 1864, e faleceu na capital do Estado, em 24 de junho de 1923. Destacada figura dos meios empresariais do Ceará. O nome de Antônio Diogo substituiu o de Canafístula em virtude do Dec. n.º 87, de 26 de agosto de 1935. A capela local tem a invocação de Nossa Senhora de Lourdes, construída em 1910, graças aos trabalhos das famílias Silva, Moura, Pinheiro, Agostinho e Gomes da Silva. Do Arcebispado de Fortaleza.

A vila é servida por uma das estações da RFFSA, inaugurada em 14 de março de 1880, e fica nas proximidades da Lagoa da Vila e do Açude da Colônia.

ANTÔNIO MARQUES. — Distrito do Município de Maranguape. Juntamente com o de Vertentes do Lagedo, o Distrito foi criado pela Lei n.º 7148, de 10 de janeiro de 1964, publicado no D.O. do Governo do Estado, ed. de 24 do mesmo mês, com sede no povoado Santo Amaro, pertencente ao Distrito de Cruz do Lagedo, hoje Itapebuçu, ambos do mesmo Município de Maranguape.

A vila situa-se à margem esquerda do rio São Gonçalo, bem no limite com o Município de Caridade.

O topônimo apresenta justa homenagem ao adiantado agricultor e pecuarista Antônio Marques de Abreu nascido ali mesmo em Cruz do Lagedo, em 5 de setembro de 1889, residindo na Fazenda Santo Antônio, vindo a falecer na cidade sede do Município em 23 de abril de 1956. Muito estimado, elegeu-se Prefeito da comuna maranguapense e exerceu com segurança e acatamento geral o cargo de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1955.

Foi ele quem construiu a capela local, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, da Paróquia de Itapebuçu, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

AQUINÓPOLES. — Município de Jaguaribe. Criado pela Lei n.º 6879, de 12.12.63, publicado no Diário Oficial do Estado em 23 do mesmo mês, com sede povoação de Saco dos Frades. Do Bispado de Limoeiro do Norte.

ARACATIAÇU. — Distrito do Município de Sobral. Criado por Ato Provincial de 18 de março de 1843, pertencendo ao termo de Imperatriz (Itapipoca), do qual foi desmembrado. Incorporado ao de Uruburetama (ex-Arraial) pelo Art. 2 da Lei n.º 534, de 10 de dezembro de 1850, voltando à situação anterior em face da Lei n.º

857, de 27 de agosto de 1858. O arraial foi elevado à categoria de povoação, pela Lei n.º 1079, de 4 de dezembro de 1863, e neste mesmo ano, pela Lei n.º 1098, de 31 de dezembro, o Distrito foi incorporado ao Termo de Uruburetama. Passou, de novo, a pertencer ao de Imperatriz, pela Lei n.º 1112, de 27 de outubro de 1864, e ao Município de Sobral, pela Lei n.º 1341, de 25 de outubro de 1870. Com a Lei n.º 1661, de 3 de agosto de 1875 tornou-se Município, tendo por sede o núcleo de Santo Antônio de Aracatiaçu, então elevado a vila. Incorporado nesta última categoria à comarca de São Francisco (Itapajé hoje) pela Lei n.º 1672, de 19 de agosto de 1875. Com o Decreto-Lei n.º 448 de 20 de dezembro de 1938, passou a chamar-se somente Santo Antônio, mas o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, deu-lhe Antônio, mas o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, deu-lhe a denominação de Aracatiaçu, que é a atual. Recebeu a categoria de Município pela Lei n.º 4072, de 07 de maio de 1958, compreendendo os Distritos de Aracatiaçu, Teperuaba e Caracará, desmembrados de Sobral. Porém não teve efeito legal o citado diploma n.º 4072. A vila acha-se situada à margem esquerda do rio Aracatiaçu, perto do açude público do mesmo nome (Santo Antônio do Aracatiaçu), com a capacidade de 24.185.000m³, construído em 1924 e reconstruído em 1954. O padroeiro local é Santo Antônio, e em torno da igreja o núcleo humano se formou. É Paróquia da Diocese de Sobral, criada pela Lei n.º 1079 de 4 de dezembro de 18863. Liga-se à BR-222 por uma estrada estadual asfaltada. Aí nasceu o Comendador Ananias Arruda, de grande projeção na vida econômica, social e cultural da cidade de Baturité, onde fixou residência, falecendo já em avançada idade na capital do Estado.

O topônimo vem do começo do século 17 e é formado de **Aracati**, nome do rio e **açu** grande, em contraposição ao rio Aracatimirim, que lhe corre paralelo.

Neste Distrito encontra-se a conhecida fonte termal Olho d'Água do Pajé, à margem da estrada Sobral-Sta. Quitéria.

ARACATIARA. — Distrito do Município de Itapipoca. O Distrito já figurava na Divisão Territorial datada de 31 de dezembro de 1936, como pertencente a Itapipoca.

Chamou-se inicialmente Lagoa Comprida e depois, simplesmente, Lagoa, nome este dado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A denominação atual vem do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e é de formação arbitrária, composta

a palavra de **Aracati** o rio Aracatiaçu em cuja margem direita fica a vila, e **yara** senhor, dono.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Piedade e pertence ao Bispado de Itapipoca.

ARAJARA. — Distrito do Município de Barbalha. Criado pelo Ato de 15 de junho de 1904 tendo como sede a povoação conhecida por Cajazeiras do Farias. Com o Decreto-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, passou a chamar-se Farias, apenas, nome que perdeu para receber o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A vila fica à margem esquerda do rio Cajazeiras, ao sopé da Serra do Araripe, próximo a caverna do Farias. Farias é uma pequena região de terras brejeiras, localizada ao sul do Município. Entre os primeiros habitantes civilizados daquela região, ainda no século 18, foram grandes proprietários rurais membros das famílias Ribeiro da Costa e Pinto Madeira, estes últimos de origem lusa, descendentes que eram do Licenciado Manuel de São João Madeira, lisboeta de quem dá notícias, à farta, a documentação setecentista caririense. Já no século 19, ali também se fixaram os Luna Alencar, oriundos do oeste pernambucano, os Machados e os Nogueiras, bem como elementos da família Cruz, de Missão Velha. Essas famílias, pelos entrelaçamentos matrimoniais, constituiram uma numerosa clã parental que ainda hoje detém o senhorio das terras do Distrito. Há, ali, pessoas originárias desses velhos troncos familiares, que informam, embora sem muita segurança, que foi essa mesma gente quem construiu a capela e a povoação, ou pelo menos, teve participação ativa nisso.

O território de Arajara é entrecortado de vários riachos, sendo mais importantes o das Macaúbas e o Rio Cajazeiras. Este passa quase dentro da vila. Em Arajara, precisamente no sítio Coité, nas suas proximidades, sob a chefia de Joaquim Pinto Madeira e o Cônego Antônio Manuel de Sousa funcionou um núcleo da célebre sociedade secreta **Coluna do Trono**, filial da do Recife. A ela se filiaram muitos caririenses monarquistas da época (nota de Joaryvar Macedo). Esse referido Cônego Antônio Manuel de Sousa é o afamado Padre Benze — Cacetes, tão ligado aos fatos da chamada guerra do Pinto. Neste Distrito nasceu o mesmo Pinto Madeira.

A padroeira local é Nossa Senhora da Conceição, da Diocese do Crato. O topônimo é de formação artificial, para significação senhor do dia (por que?), de **ora** o dia o tempo e **yara** ou **anjara**,

dono. Sugeriram, sem resultado, os nomes Cariri, Cetama (nossa terra, nossa região) e Mecenas (?)

ARANAÚ. — Distrito do Município de Acaraú. Situado na orla marítima, na chamada praia da Timbaúba, nome que foi aplicado à povoação e perdeu para o atual em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Criado pela Lei municipal n.º 94, de 29 de junho de 1923, figura com a antiga denominação na Divisão Administrativa, objeto do Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação Timbaúba teve origem no fato de existir no local da atual vila uma grande Timbaúba (**Enterolobium contortisiqum Morong.**) leguminosa mimosóidea. Esta soberba árvore, em 1888, foi sacrificada, para no seu lugar ser construída, como de fato se deu, a capela sob a invocação de São João Batista, que é o padroeiro local. Situada no centro da atual vila, isto se deve à iniciativa de João Pereira Brandão e outros. De acanhada dimensão, sofreu reforma e ampliação, em 1922, por iniciativa dos Srs. João Batista Cruz, Miguel Miranda Monteiro e Raimundo José Brandão. A respectiva bênção, em 10 de setembro de 1925, foi oficiada pelo Pe. Francisco Arakém da Frota, vigário de Acaraú. Antes, no lugar Morgados houve uma capelinha que em 1924 desabou, sem que fosse restaurada, levando-se para o Museu D. José de Sobral a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Conceição. Pertence à Paróquia da Cruz, da Diocese de Itapipoca.

A palavra Aranaú, de origem tupi, seria composta de **arana** aranha e **hú** água rio = rio das aranhas, explicado por existir uma camboa formada pelo despejo, no mar, do córrego do Falção, lugar denominado Barra do Aranaú. Leia-se **Município de Acaraú — Notas para a sua história**, Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1971, p. 317, de Nicodemos Araújo.

ARAPÁ. — Distrito do Município de Tianguá. Denominou-se antes, Riachão, assim figurando no Dec.-Lei n.º 1156, de 4 de dezembrode 1933, e, depois, Uberaba, nome este dado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tendo como razão achar-se a vila nas proximidades da lagoa de tal nome. O atual vem do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e relembra o de um antigo cacique da tribo dos Araríús ou Arareús, habitantes das terras altas da bacia do Rio Acaraú. "Quatro eram os caciques ou principais dessa gente: Timucu, Caió, Guarará e Arapá, sob cujo mando desciam a fazer as suas correrias pelos campos à caça e ao mel, e retornavam a recolher-se a sua terra. Não comem carne humana,

bem pouco, casam as filhas de quinze anos de idade, costume geral do Tapuia desta costa, não têm mais de uma mulher, a qual costumam também repudiar alguma vez, principalmente se é preguiçosa" (Ver Carlos Studart Filho, **Os Aborígines do Ceará**, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965, p. 130 e 133).

A padroeira é Nossa Senhora da Assunção, Bispado de Tianguá.

ARAPARI. — Distrito do Município de Itapipoca. Muitas denominações já recebeu este núcleo de população, situado sobre a Serra da Uruburetama, tais como vila de São José da Uruburetama, Vila da Imperatriz, Vila Velha, São José da Imperatriz, Imperatriz. O Distrito é cortado pelo riacho dos Patos, de terrenos muito férteis. Era Freguesia, mas em 1868 foi transferida para Itapipoca, para onde se mudaram muitos dos seus habitantes, isto pela Lei n.º 1249, de 22 de fevereiro. Antes, pela Lei n.º 1011, de 03 de novembro de 1862, havia sido transferida a vila. A denominação de Vila Velha resultou do fato de ser **nova** a vila de Itapipoca. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, fez voltar a denominação de Imperatriz, que o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, substituiu pelo atual. O nome São José era o do sítio em que moravam os doadores do terreno destinado à construção de uma capela com a invocação de Nossa Senhora das Mercês, atualmente do Bispado de Itapipoca. Foi edificada à ilharga do povoado que se formou sobre uma colina, dominando o pobre cosário. De muito interesse para o bom conhecimento da história deste Distrito é a leitura do verbete **Arapari**, do **Dicionário Histórico e Geográfico do Ceará**, 1.º v. (Imprensa Universitária do Ceará, 1964), de Renato Braga, no qual se transcreve parte do minuncioso trabalho de Soares Bulcão, publicado na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 53 p. 237-262, sob o título "S. José da Serra da Uburetama — Freguesia de Nossa Senhora das Mercês, antiga Vila da Imperatriz, hoje Vila Velha". Arapari recebeu a categoria de Município pela Lei n.º 6525, de 5 de setembro de 1963, porém sem poder instalar-se em virtude da Lei n.º 8339, de 5 de setembro de 1965. Não se conhece bem a razão porque o atual nome foi adotado.

Arapari é corrutela Arabari, nome dum peixe pequeno, d'água doce.

ARAPORANGA. — Distrito do Município de Santana do Cariri. Ex-Boa Saúde. Com este último nome, foi criado o Distrito pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, desmembrado o seu território dos de Santana do Cariri e Nova Olinda. A denominação atual

deu-lhe o Dec.-Lei n.º 114, de 30 de dezembro de 1943, com o que se teve em mente traduzir, para o tupi, a expressão boa saúde. Mais precisamente bonito tempo, bons ares, de **ara** o dia, o tempo, e, **poranga**, feliz, ditoso, bonito.

A capela local tem como orago Nossa Senhora da Boa Saúde e pertence ao Bispado do Crato.

ARAQUÉM. — Distrito do Município de Coreaú. Chamou-se Santo Antônio de Pádua do Olho d'Água e depois Santo Antônio. O nome vigente foi-lhe dado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, lembrando um dos velhos caciques Tabajaras, o pai de Iracema, do belo romance-poema de José de Alencar. A Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, tirou parte do seu território para formação do Distrito de Moraújo, hoje Município.

A capela tem como orago Santo Antônio e foi construída em 1742, sendo seu fundador o Comissário Geral Domingos Álvares Ribeiro. Pertence a Paróquia de Coreaú, do Bisbado de Sobral. Dita capela dista 5 km da margem esquerda do riacho Juazeiro e 18 km da sede do Município. Sobre o Comissário Álvares Ribeiro, ler **A marcha do Tempo. Os Fonteneles**, Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, 1981, de A. Batista Fontenele.

ARARENDÁ. — Distrito do Município de Nova Russas. Primitivamente, chamou-se Canabrava, criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, substituído o nome pelo atual em virtude do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, relembrando o nome de uma aldeia dos índios Tabajaras, quase no pé da serra da Ibiapaba, onde foram hospedados os jesuítas missionários Francisco Pinto e Luís Figueira.

Canabrava era o nome do sítio no sopé da Ibiapaba, comprado pelo Capitão-mor Antônio de Barros Galvão, um dos potentados do Ipu na primeira década do século passado. Aí, situou-se seu genro Sebastião Ribeiro de Melo, filho de João Ribeiro de Melo e Maria Coelho Franco, origem de família dos Mourões e dos Melos, famosas na crônica criminal de Crateús, Serra Grande e vizinhanças, no século passado (Ver Renato Braga, **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, v. 2., p. 231). A capela local tem como padroeiro São Vicente de Paulo, do Bispado de Crateús.

O nome da taba era **Ararena**, que o capuchinho francês Claude de Abbéville grafou **Ararenda**, que prevaleceu. Ararena, segundo Paulino Nogueira (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, V. I) e no seu trabalho **O** Padre Francisco Pinto, na

mesma **Revista** v. 18, p. 30, nota 1, seria corrutela de **Irarana** — de **ira** mel e **rana** falso, parecido com.

Lei n.º 6525, de 5 de setembro de 1963, cria o Município de Ararendá, desmembrado do de Nova Russas, mas não chegou este a ser instalado em face do disposto na Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

ARARIÚS. — Distrito do Município de Cariré. Era povoação com o nome de Taquara, do Município de Sobral, quando a Lei n.º 2704, de 16 de setembro de 1929, criou o Município de Cariré, tendo o Distrito a sua sede neste núcleo de população. Extinto, pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, o Município de Cariré, foi anexado o território do Distrito ao Município de Sobral. Restaurado Cariré, pelo Dec. n.º 158, de 23 de setembro de 1935, continuou o Distrito a pertencer a Sobral, mas deslocada a sua sede para o núcleo de Recreio. Voltou ao Município de origem, criado que foi por deposição de Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, agora com o nome de Arariús, assim chamados os índios tapuias habitantes da região.

Arariu ou areriús vem de **aré** nascido à toa, e **riu** companheiro, igual a companheiros nascidos à toa, gente assim nascida.

Os **arariús**, ou **areriús**, **irariús**, **arearús**, **areurús** ou ainda **rerius**, eram belicosos e habitavam as proximidades da Ibiapaba, para o nascente, e também na bacia do Acaraú. Pertenciam à família **Tarairius**. Sobre os Arariu, leia-se **Os Aborígines do Ceará**, de Carlos Studart Filho, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965, p. 129.

A vila fica à margem esquerda do rio Jaibara. A sua capela é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Sobral.

ARATAMA. — Distrito do Município de Assaré. Criado por Ato de 22 de novembro de 1913. A vila sede demora na encosta da chapada de São José, à margem direita do riacho Junquinho, quase no limite com o Município de Santana do Cariri. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou para o atual o nome antigo do núcleo, que era Araras, assim figurando no Dec. n.º 1156, de 04 de dezembro de 1933. Aratama, artificialmente constituído, compõe-se de **ará** arara e **tama** região = região das araras. Não foram aceitas as sugestões dos nomes Tacape, Tertuliano e Paraí.

O Distrito foi elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6568, de 18 de setembro de 1963, mas não pôde prevalecer a elevação por força da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

O orago da capela local é São Sebastião, do Bispado de Crato.

ARATICUM. — Distrito do Município de Ubajara. Criado pelo Ato de 22 de agosto de 1893, integrando o Município de Ibiapina. A Lei n.º 1279, de 24 de agosto de 1915, criou o Município de Ubajara e a ele foi incorporado o Distrito de Araticum. A vila está à margem esquerda do riacho de seu nome, distando 9km da sede municipal. A igreja local tem a invocação de São Vicente de Paulo, do Bispado de Tianguá; benzeu-a o Pe. Joaquim Severiano, em 20 de novembro de 1900, sendo considerado seus fundadores elementos das famílias Pereira de Almeida, Aguiar e Prado. Araticum é uma anoneácea arbustiva de frutos relativamente grandes, comestíveis mas pouco saborosos. Há várias espécies. O nome, segundo Barbosa Rodrigues, viria de **ara** arara e **ticu** líquido, massa = comida de arara. Para Batista Caetano, vem de **a — rati — cui** = cuia ou vaso de bagaço ou sabugo de frutas. Para Pompeu Sobrinho, a explicação é: **a** (prefixo) + **ra** soltar, produzir e **ticu** ralo, diluído, aguado = que produz fruto aguado (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 213). Ler a respeito, Contribuição à Toponímia Cearense, de Floriane Saraiva, (cit. **Revista** v. 6, especialmente p. 231); e **Estudos Ibiapabanos**, Sobral, Imprensa Universitária da UVA, 1979, p. 34, do Pe. Francisco Sadoc de Araújo.

AREAL. — Distrito do Município de Sta. Quitéria. Criado pela Lei n.º 7162, de 14.1.1964, publicado no D.O. do Governo do Estado de 24 do mesmo mês.

Do Bispado de Sobral.

AROEIRAS. — Distrito do Município de Coreaú. Criado pela Lei n.º 6095, de 9 de dezembro de 1962.

A capela local tem a invocação de N. S. de Santana e foi construída em 1906. Do Bispado de Sobral.

ARUARU. — Distrito do Município de Morada Nova. Denominou-se Espírito Santo do Pirangi, depois São João do Pirangi, e por fim Pirangi, antes de receber o nome atual em virtude do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Foi criado Distrito pela Lei n.º 1169, de 17 de agosto de 1865. Mesmo antes de ser inaugurado foi extinto por Lei n.º 1733, de 25 de agosto de 1876. Com o nome de São João do Pirangi foi posteriormente restaurado tomando o nome de Pirangi pelo Dec.-Lei n.º 448, de 23 de dezembro de 1938. A sede fica à margem direita do rio Pirangi e é servida pela rodovia asfaltada Cristais-Morada Nova. Renato Braga (**Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, v. 1, p. 226) informa que

Aruaru é nome de um peixe barrigudo, sem demorar na sua explicação, quanto à espécie e à etimologia. O Prof. Melquíades Pinto Paiva, a nosso pedido, fez interessante pesquisa sobre o nome Aruaru: "O nosso conhecido peixinho de águas doces, chamado de barrigudinho, guaru e mesmo guaru-guaru, também tem o nome de aru e talvez aru-aru, repetição freqüente na nomenclatura zoológica popular do Brasil. Trata-se de espécie **Poecilia vivipara** Schneider, com ampla distribuição na América do Sul. O **sapo-pipa** é também chamado de aru e talvez de aru-aru, pelo mesmo processo popular. Corresponde à espécie **Pipa-pipa**, Linnaeus; sem língua e sem dentes. Tem por principais entre outras características o acasalamento por complexo lombar, sendo os ovos, incubados no dorso da fêmea.

Ao longo da costa brasileira é encontrado um chamado arumaru, que cientificamente tem o nome **Nebrius cirratum** Bonnaterre, também conhecido como cação-lixa. Nas águas doces da Amazonia, ocorrem dois peixes chamados uaru e uaru-urá, que correspondem as espécies **Uaru amphiacanthoides** Heckel e **Uaru imperialis** Steindachner. Deixo ao seu critério a escolha da opção ou variação. Em tupi, a palavra **aru** ou **guaru** se refere a indivíduo que corre, que é comedor. Na minha opinião, se aruaru é um peixe de água doce, ocorrendo na área nordestina do Brasil, deve ser preferida a primeira indicação **Poecilia vivipara** Schneider (Carta ao autor, datada do Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1980).

A capela aí existente tem como orago São João Batista, Paróquia de Morada Nova, do Bispado de Limoeiro do Norte.

O nome atual foi dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

ARROJADO. — Distrito do Município de Lavras da Mangabeira. Teve antes, o nome de Timbaúba, originário da fazenda de criar deste nome, onde a Rede de Viação Cearense (RFFSA) montou uma parada, em 31 de dezembro de 1922. Essa parada foi elevada à categoria de estação, inaugurada em 31 de dezembro do mesmo ano com a denominação de Paiano. Assim figura, como Distrito, no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. O topônimo atual vem do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro do mesmo ano. Em 1903, com a invocação do Coração de Jesus, foi construída por Tomás de Sales a capela local. Pertence a Paróquia de Lavras da Mangabeira, do Bispado do Crato.

O topônimo é homenagem ao Engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, de grande projeção nacional e que dirigiu, sabiamente, a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, hoje DNOCS.

ASSUNÇÃO. — Distrito do Município de Itapipoca. Criado pelo Ato de 27 de janeiro de 1864, fazendo parte do então Município de Imperatriz, hoje Itapipoca. A vila fica encaixada num vale estreito da serra de Assunção, trecho muito acidentado da serra de Uruburetama. Dista 12km da sede municipal. A igreja que aí existe tem a invocação de Nossa Senhora da Assunção e é sede de Paróquia, do Bispado de Itapipoca. Este Distrito teve a sua categoria elevada para a de Município em face da Lei n.º 6525, de 5 de setembro de 1963, sem todavia lograr a sua instalação diante de disposição da Lei n.º 8334, de 14 de dezembro de 1965.

ASSUNÇÃO. — Distrito do município de Solonópole. Criado pela Lei n.º 7093, de 7 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 13 do mesmo mês. Fica a vila situada à margem direita do Riacho do Sangue, afluente do rio Jaguaribe e tem a sua origem no arraial começado por Clicério Ferreira da Silva, que se desenvolveu e se adensaria com a capela, destinada ao culto a São Francisco de Assis e construída em 1941 pelo Pe. Heitor Vieira Cavalcante. Do Bispado de Iguatu.

BAIXA GRANDE. — Distrito do Município de Itapajé. Criado pela Lei n.º 6602, de 26 de setembro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado de 17 de outubro do mesmo ano.

A capela local tem como padroeira Santa Luzia e pertence ao Bispado de Itapipoca.

BAIXIO DA DONANA. — Distrito do Município de Jucás. Criado pela Lei n.º 6531, de 5 de setembro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 23 do mês de dezembro.

Do Bispado de Iguatu.

BANABUIU. — Distrito do Município de Quixadá. Anteriormente pertenceu ao Município de Quixeramobim, chamou-se Laranjeiras e passou à categoria de Município, criado pela Lei n.º 1613, de 29 de outubro de 1918. Extinto pela Lei n.º 2392, de 8 de setembro de 1926, voltou à condição de Distrito, transferido pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, para a jurisdição do Município de Quixadá. O nome atual deve-se a dispositivo do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

Banabuiú é o grande afluente da margem esquerda do rio Jaguaribe, com o qual conflui a 3km abaixo da cidade de Limoeiro do Norte. A vila fica a 12km do grande açude público Banabuiu, hoje denominado Arrojado Lisboa, em homenagem a notável Engenheiro Miguel Arrojado Lisboa que dirigiu, com ampla visão, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Nascido no Rio de Janeiro (1872-1932), era geólogo formado pela Escola de Minas de Ouro Preto, em 1894, foi um grande incentivador da mineração no Brasil, projetando-se nesse terreno como um dos mais notáveis pesquisadores dos nossos recursos naturais. Com o seu nome há um Distrito no município de Lavras da Mangabeira.

O açude Banabuiú tem a capacidade de 1.000.000.000 m³, com a barragem de 57.70 de altura, numa extensão de 824m. Iniciado em 1957, somente, no entanto pôde ser inaugurado em 22 de abril de 1966, presidido o ato pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República. A sua maior utilidade é permitir, vantajosamente, o serviço de irrigação do projeto chamado de Morada Nova, o mais importante de todo o Nordeste, sob a responsabilidade do DNOCS. A vila é sede de Paróquia sob a invocação de Nossa Senhora de Fátima, pertencente ao Bispado de Quixadá.

O topônimo é de origem tupi, mas de interpretação duvidosa. Para Teodoro Sampaio, se realmente é da lingua tupi será composição de **pana puiu** brejo ou pântano das borboletas. Paulino Nogueira opina por que vem de **pananby** borboleta e **hu** água aliás de acordo com Martius (**Vocabulário Indígena**, da **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 230). Pompeu Sobrinho observa, todavia, que as borboletas diurnas são raras no sertão e por isso oferece de acordo com a potanografia: **banda** o que torce, o que volteia, e **bui** muito, com excesso e **u** água, rio = rio que tem muitas voltas (Cit. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 214).

BANDEIRA. — Distrito do Município de Itatira. Criado pela Lei n.º 7180, de 16 de março de 1964, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 30 do mesmo mês, e que conserva o nome do antigo povoado situado na serra da Mariana localizado à margem direita do riacho Jatobá. A origem desse nome não é conhecida. Os seus primeiros moradores vieram da região do Jaguaribe, entre eles José Pereira da Silva, que montou fazenda de criar no local da atual vila, onde ainda vivem muitos de seus descendentes. A capela local tem como padroeiro São José e foi construída por Francisco Umbelino de Sousa, em 1928, pertence ao Bispado de Quixadá. A vila dista 42km da cidade sede do Município.

BARÃO DE AQUIRÁS. — Distrito do Município de Campo Sales. Chamava-se o povoado Rancharia, quando foi criado o Distrito com o nome de Barão de Aquirás, pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. O título de Barão de Aquirás tinha-o o Dr. Gonçalo Batista Vieira, político de evidência, no Império, do Partido Conservador, do qual foi chefe no Ceará. Nasceu na antiga povoação de São Mateus, hoje cidade de Jucás, em 17 de maio de 1819 e faleceu no dia 10 de março de 1890, em Fortaleza. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1843, dedicou-se à política, tendo sido Deputado Provincial em várias legislaturas. Em 1871, foi agraciado com o título de Barão de Aquirás. Este possuia ali uma fazenda de criar.

Pela Lei n.º 6398, de 3 de julho de 1963, passou a integrar o Município de São Domingos do Norte, o qual não foi instalado e cuja criação foi anulada pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila fica próxima ao açude de propriedade de Dionísio Rocha, e tem a sua origem na capela construída em 1937 e cuja bênção se deu em 1938. São Francisco é o padroeiro. Fundaram dita capela Antônio Ricardo e Antônio Elói. É da Paróquia de Campos Sales, do Bispado do Crato. São tidos como fundadores da mesma vila o citado Antônio Elói, Justino Rocha e Manuel Bezerra.

BARRA. — Distrito do Município de Aiuaba. Criado pela Lei n.º 3338, de 15 de setembro de 1956, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 25 de julho de 1957.

BARRA DO SOTERO. — Distrito do Município de Guaraciaba do Norte. Criado pela Lei n.º 6520, de 5 de setembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 23 do mesmo mês. A vila fica à margem do riacho Inhuçu.

A capela local pertence ao Bispado de Tianguá e tem como padroeiro São José.

BARRA NOVA. — Distrito do Município de Tauá. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. A vila teve o nome de Tranqueiras e fica à margem direita do riacho Carrapateiras, um dos formadores do Trici, afluente do Jaguaribe. Perto do açude Boa Vista. Esteve a ponto de ser Município, considerado como tal pela Lei n.º 6484, de 28 de agosto de 1963, com a denominação de Município de Carrapateiras, mas a medida legislativa não logrou validade em face da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

João Clarentino de Sousa é considerado seu fundador, pois é quem levantou, em 1923, benta em 21 de março do ano seguinte, a capela local sob a invocação de São Sebastião.

BARREIRA. — Distrito do Município de Redenção. Antigamente, chamava-se Barreira Vermelha, criado com este nome pelos decretos n.º 193, de 20 de maio de 1931 e 1156, de 4 de dezembro de 1933, simplificado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Integraria o projetado Município de Acarape, criado pela Lei n.º 6432, de 16 de julho de 1963, se não fora esta declarada sem efeito pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965

A pequena igreja local tem como orago São Pedro, sendo levantada por Félix Pereira da Silva em 1914, com os estímulos do Padre, depois Monsenhor Luís de Carvalho Rocha, dando-se a respectiva bênção em 9 de outubro desse ano. Pertence a Paróquia de Acarape, da Arquidiocese de Fortaleza.

A vila fica nas proximidades do acude Criancó, de propriedade particular.

BARREIRAS. — Distrito do Município de Iguatu. Criado pela Lei n.º 7025, de 27 de dezembro de 1963.

A pequena vila, de formação recente, fica à margem direita do rio Trucu, afluente do Jaguaribe. São considerados seus fundadores Pedro Francisco de Barros, Francisco Vítor de Melo, João Francisco de Barros e Fidelguino Paulino Maia. A capela local tem como padroeiro Sto. Antônio e pertence ao Bispado de Iguatu.

BARREIROS. — Distrito do Município de Monsenhor Tabosa. A Lei n.º 7017, de 27 de dezembro de 1963, elevou à categoria de Distrito o povoado de Barreiros, do município de Monsenhor Tabosa.

Do Bispado de Crateús.

BARREIROS. — Distrito do Município de Potengi. Criado como pertencente ao Município de Monsenhor Tabosa, pela Lei n.º 7017, de 27 de dezembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 31 do mesmo mês. A Lei n.º 3786, de 4 de setembro de 1957, que instituiu o Município de Potengi, a ele o incorporou.

Do Bispado do Crato.

BARRENTO. — Distrito do Município de Itapipoca. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou-lhe o nome que já figu-

rava no Dec. n.º 1156, de 04 de dezembro de 1933, para o de Cruxati. Mas a Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, restaurando o Distrito, fez voltar a denominação antiga. A vila está situada a 1 km da margem direita do rio Mundaú, que nasce no centro da Serra da Uruburetama, com o curso de 100 km. A capela local tem como padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora das Mercedes (na sede do Município), do Bispado de Itapipoca. Ver o verbete **Cruxati**

BARROQUINHA. — Distrito do Município de Camucim. Situada a vila à margem esquerda do riacho Tabocal. Criado pelo Ato de 07 de junho de 1883, com esta denominação, assim adotada para designar o núcleo chamado Poço Imperial (Dec. n.º 01 de 02 de dezembro de 1889), do Governo Provisório do Estado, chefiado pelo Coronel Luís Antônio Ferraz. Figura como Distrito no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Chegou, pela Lei n.º 6363, de 1.º de julho de 1963, a ser elevado à categoria de Município, porém isto não se efetivou diante da disposição da Lei n.º 8339, de 14 de fevereiro de 1965.

A capela local tem invocação de São Francisco, do Bispado de Tianguá.

BAÚ. — Distrito do Município de Iguatu. Criado pela Lei n.º 7024, de 27 de dezembro de 1963, com sede no povoado do mesmo nome.

A vila é de poucos habitantes, sendo considerados seus fundadores Porfírio Alves de Oliveira e Pedro Alves Bezerra.

A capela local tem como orago São José, foi fundada pelo Pe. José Coelho e pertence ao Bispado de Iguatu.

BELA VISTA. — Distrito do Município de Itapipoca. Criado pela Lei n.º 7178, de 16 de março de 1964, publicada no D.O. do mesmo mês, eleva à categoria de Distrito o povoado de Bela Vista.

A capela local tem como padroeira Santa Luzia e pertence ao Bispado de Itapipoca.

BETANIA. — Distrito do Município de Hidrolândia. Criado pela Lei n.º 6816, de 4 de dezembro de 1963, publicada no D.O. de 13 do mesmo mês.

A capela local foi levantada por José Magalhães de Negreiros e tem como orago....

Pertence ao Bispado de Sobral.

BITUPITÁ. — Distrito do Município de Camucim. Fica situado no mais extremo oeste da costa cearense, no estuário do rio Timonha.

Chamou-se Almas, tendo sido alterada esta denominação pela atual em virtude da ventania reinante na região. Criado pelo Ato estadual de 26 de março de 1892 e Lei Municipal n.º 3, de 30 de março do ano seguinte, assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação de Bitupitá foi-lhe dada pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943; é palavra túpica, de **bitu** o vento, a aragem, e **pitá** perene, duradouro, permanente, constante. A capela local é consagrada a São José, do Bispado de Tianguá. A Lei n.º 6383, de 04 de julho de 1963 erigiu o Distrito à categoria de Município, o que no entanto não se efetivou porque dita Lei foi revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

BIXOPÁ. — Distrito do Município de Limoeiro do Norte. Antigamente, chamava-se Jatobá e pertencia ao Município de Russas. Mudou-lhe o nome para o atual o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. É o nome do riacho que lhe corre à ilharga e nasce na lagoa de José Rodrigues, Município de Morada Nova. Passou a pertencer ao Município de Limoeiro do Norte em conseqüência da Lei n.º 153, de 22 de novembro de 1951, perdendo, todavia, parte de seu território em benefício do Distrito de Flores, do citado município de Russas.

A capela local tem a invocação de São José, do Bispado de Limoeiro do Norte, e as respectivas obras de construção foram iniciadas em 1888, quando da chamada seca do três 8, custeada pelos auxílios do Governo aos flagelados da estiagem. Ditas obras terminaram em 1910. A comissão encarregada da ereção do pequeno templo era composta de Francisco Celestino da Costa (Coração), Raimundo Lopes de Assis, José Sabino de Moreira e Patrício José Roberto de Freitas.

BOA ÁGUA. — Distrito do Município de Morada Nova. Criado pelo Ato de 12 de abril de 1913. A vila fica à margem direita do riacho Feijão, afluente do rio Pirangi. O padroeiro da capela local é São Sebastião, da Paróquia do Espírito Santo de Morada Nova, Bispado de Limoeiro do Norte.

BOA ESPERANÇA. — Distrito do Município de Tamboril. Criado pela Lei n.º 7019, de 27 de dezembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado em 31 do mesmo mês.

Do Bispado de Crateús é forânea a capela local, que tem como padroeira Nossa Senhora de Nazaré, fundada por Carlos Menor de Sousa (construída em 1943).

A vila fica à margem do rio Feitosa, próximo ao açude Morros. Foram seus fundadores Joaquim Felício de Oliveira e Carlos Menor de Sousa, acima referido.

BOA VISTA. — Distrito do Município de Mombaça. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. A vila sede do Distrito está situada à margem direita do rio Banabuiú, justamente no local da antiga fazenda Caiçara, do Capitão Pedro da Cunha Lima, um dos primeiros povoadores do sertão de Mombaça. A fazenda Caiçara pertenceu, inicialmente, ao Capitão-Ajudante Pedro Carneiro da Cunha, que a adquiriu por data de sesmaria de 21 de outubro de 1706, mas antes de iniciar sua utilização e povoamento vendeu-a ao Capitão Pedro da Cunha Lima, que ali se estabeleceu, construindo casas de morada, currais, etc.

Referido Capitão também adquiriu mais duas datas de três léguas, vizinhas a Caiçara, no mesmo rio Banabuiú, formando as antigas fazendas Casa Forte e Boqueirão. A fazenda Caiçara passou a pertencer, poucos anos depois, a Rodrigo Francisco Vieira, parente próximo do célebre Capitão Pascoal Correia Vieira, de Quixeramobim. Os descendentes de Rodrigo Francisco Vieira deram muito desenvolvimento à fazenda Caiçara e, um deles, de nome José Mendes da Rocha, foi o doador do terreno para ereção de uma capela sob a invocação de São Sebastião, hoje do Bispado de Iguatu, originando-se um povoado com a denominação de Boa Vista, nome que conservou ao ser criado o Distrito em 1951. Atualmente, a vila de Boa Vista possui cartório de registro civil, diversas casas comerciais e escolas públicas.

BOA VISTA DO CAXITORÉ. — Distrito do Município de Irauçuba. A Lei n.º 6476, de 26 de agosto de 1963, cria o Distrito, desmembrado do Distrito de Juá, do Município de Irauçuba (publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 30 do mesmo mês). A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição e pertence à Diocese de Itapipoca.

BONFIM. — Distrito do Município de Sobral. Com a sede no povoado de Várzea do Pinto, foi criado pela Lei n.º 6482, de 28 de agosto de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 11 de setembro seguinte, a qual lhe deu o nome atual em homenagem a Francisco Bonfim, grande benfeitor do núcleo populacional e considerado seu fundador.

A capela local tem a invocação de São José e foi levantada em terreno doado por Trajano Rodrigues de Sousa, tendo sido construída por Monsenhor Domingos Araújo Alves Bonfim, em 1950. Porém a bênção litúrgica somente se deu em 19 de março de 1959, por D. José Bezerra Coutinho.

A imagem do Santo foi doada pelo Capitão José Linhares, de Groaíras.

BONHU. — Distrito do Município de Russas. Ex-Santo Antônio, assim figurando no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, nome substituído pelo atual, que era como os índios chamavam o rio Palhano, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A vila sede fica à margem do Açude Santo Antônio de Russas, construído em 1927 pelo então IFOCS, hoje DNOCS, com a capacidade de 29.717.000m³.

O rio Palhano é afluente do lado esquerdo do rio Jaguaribe e assim chamado porque foi Estevão de Sousa Palhano um dos primeiros povoadores a situar-se no rio Bonhu, afluente do Jaguaribe.

Santo Antônio é o padroeiro do lugar e a capela pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

Bonhu ou Ponhu, segundo Pompeu Sobrinho, (**Revista Instituto do Ceará**, v. 33, p. 215), se dicção tupi deve ser: **ipohu**, literalmente diluído, alusão provavelmente a alguma grande cheia, inundação. Se é palavra tapuia, pode ser **pinhu** nadar, o nado.

BONITO. — Distrito do Município de Canindé. Criou-o, juntamente com o de Esperança, a Lei n.º 2163, de 14 de dezembro de 1953, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 22, desmembrado do Distrito sede, elevando então o povoado à categoria de vila. Desta, é considerado fundador Raimundo Alves Costa. Situa-se à margem do riacho Bonito, quase na confluência deste com o rio Batoque, na margem esquerda. A capela local tem a invocação de Nossa Senhora do Rosário, da Arquidiocese de Fortaleza, e foi construída pelos pedreiros Raimundo Albano e seus cunhados, com a ajuda, também vontadosa, de outros elementos do arraial. Antes de terminada, já se rezavam missas no pequeno templo, sendo a primeira oficiada, com o altar concluído, em 1925, no dia 26 de junho, por Frei Estêvão. A primeira escola, particular da localidade foi dirigida, durante trinta anos, pela professora Maria de Lourdes Marques Costa.

BORGES. — Distrito do Município de Jaguaruana. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4.12.1933. Fica a sede em plena várzea, à margem esquerda de um dos braços do rio Jaguaribe, denominado Campo Grande. O padroeiro local é o Sagrado Coração de Jesus, pertencendo a capela à Diocese de Limoeiro do Norte. Não apurei a explicação do nome.

BREJINHO. — Distrito do Município de Araripe. Criado pela Lei n.º 1559, de 5 de novembro de 1870, pertencia ao Município de Assare, quando a Lei n.º 1661, de 3 de agosto de 1875, o desmembrou para formar o Município de Brejo Seco, tendo como sede o povoado deste nome. Extinto este pela Lei n.º 523, de 19 de junho de 1899, voltou o Distrito à jurisdição de Assare, o que viria acontecer novamente quando o Município outra vez extinto, pela Lei n.º 193, de 20 de maio de 1931.

Retornou ao de Araripe por força do Dec.-Lei n.º 169, de 31 de março de 1938, retificado pela de n.º 378, de 20 de outubro do mesmo ano.

O padroeiro local é do Bispado do Crato.

A vila sede situa-se nos aclives da Serra do Araripe, a 570m de altitude e a 2 km da margem direita do riacho Brejinho, que lhe deu o nome.

BREJO GRANDE. — Distrito do Município de Santana do Cariri. Criado pelo Ato estadual de 26 de dezembro de 1912.

A vila é banhada pelo riacho de seu nome e dista da citada sede do Município 20 km. As terras são banhadas por várias fontes, que as tornam muito férteis.

O Ministério da Agricultura, nas propriedades da vila, construiu prédio destinado a uma Escola de Iniciação de Agricultura, mas esta não chegou a funcionar. Com as devidas adaptações foi aproveitada para uma Penitenciária Agrícola, mantida pelo Estado.

Santo Antônio é o padroeiro da capela local, instituída canonicamente por Provisão de 1.º de dezembro de 1871. Pertence ao Bispado do Crato.

CABREIRO. — Distrito do Município de Aracati. Passou para a povoação de Cabreiro e o Distrito tomou este nome, em virtude da transferência, para aí, da sede do Distrito de Lagoa da Cruz, ditada pela Lei n.º 386, de 14 de outubro de 1937. Este Distrito de Lagoa da Cruz fora criado pela Lei n.º 2677, de 2 de agosto de

1929. Cabreiro fica à margem esquerda do rio Jaguaribe, a 12km da cidade sede do Município. Tem a invocação de Nossa Senhora de Fátima a igrejinha local, subordinada à Paróquia de Itaiçaba, do Bispado de Limoeiro do Norte.

CAIÇARINHA. — Distrito do Município de Quixadá. Pertencia ao Município de Canindé, mas pelo Dec.-Lei n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, passou ao de Quixadá. Teria feito parte do projetado Município de Choró se tivesse prevalecido a Lei n.º 4447, de 2 de janeiro de 1959, a qual foi anulada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila está à margem do riacho Santa Rosa, e o arraial se desenvolveu em torno da pequena casa de taipa construída em 1840, no local, por Licurgo Antônio de Meneses e cercando-a de uma modesta caiçara ou cerca de pau a pique. Não tardou que se levantasse uma capela, dedicada a São Sebastião, hoje do Bispado de Quixadá, no terreno doado pelo mesmo Licurgo, sendo terminada em 1864, graças aos esforços de Francisco de Araújo, auxiliado pelos moradores mais próximos. Nesse mesmo ano, veio benzê-la o Padre Ernesto José Cavalcante, vigário da Paróquia de Canindé. **Ver Revista do Instituto do Ceará**, v. 36, p. 446-47, e **Album Ilustrado, da Paróquia de Canindé, comemoração do 7.º Centenário de Morte de São Francisco, do Canindé**. Tip. da Casa de São Francisco, 1927, ps. 127-29.

O topônimo é um híbrido: de **caiçara**, nome tupi, e **inha** sufixo português. Caiçara vem de **caa** mato e **içara** aprumo, segundo Alfredo da Mata. Mas há outras versões expostas por Florival Seraine em Contribuição à Toponímia Cearense na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 61, especialmente p. 232.

CAIO PRADO. — Distrito do Município de Itapiúna. Anteriormente, denominava-se Cangati. Criado pelo Dec. n.º 37, de 2 de agosto de 1890, pertencia ao Município de Baturité até 20 de maio de 1957, quando passou a integrar o atual Município de Itapiúna (ex-Itaúna). O nome Cangati é o de um peixe de couro, dágua doce (**Trachycoristes striatulus**).

A vila acha-se ao lado esquerdo do rio Choró, havendo aí uma estação da Rffsa, inaugurada em 8 de dezembro de 1890. Recebeu a categoria de vila pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A capela local tem como padroeiro São José e pertence à Paróquia de Capistrano, do Bispado de Quixadá.

O Distrito chegou a ser declarado Município pela Lei n.º 6960, de dezembro de 1963, mas não chegou a instalar-se, pois este diploma legal foi anulado pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 24 do mesmo mês.

A denominação Caio Prado representa mais que justa homenagem a Antônio Caio da Silva Prado, paulista que governou a Província do Ceará (1888), falecido em pleno exercício do cargo, vítima de febre amarela. O seu túmulo, no Cemitério São João Batista de Fortaleza, é um belo e artístico monumento. Era homem bonito, de muita simpatia pessoal e espírito alegre e democrático, tendo conseguido, de logo, o respeito e estima dos seus governados. A sua morte deu-se no dia 25 de maio de 1889.

CAIOCA. — Distrito do Município de Sobral. Criado pela Lei n.º 7.150, de 14 de janeiro de 1964. O nome é o do rio afluente do Madeira que deságua no Acaraú e nasce no serrote do Barriga, antigo Caió ou Caioca.

Tem a vila a sua origem na fazenda de criar, pertencente a Edna Pereira da Cunha, em 1778, e começou a formar-se em torno da estação da Estrada de Ferro Fortaleza - Sobral. Em documentos antigos figurava o topônimo com a forma "Cajoqua".

O Distrito não dispõe de nenhum templo católico.

Segundo Pompeu Sobrinho, poderá o nome Caioca vir de **caa** mato e **oca** casa = casa do mato, ou de **cai oca** casa queimada; ou ainda, de **caa** — **y oca** a casa do rio do mato. Também seria: **cai** — **oca** casa do macaco prego (caí) **Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 215.

CAIPU. — Distrito do Município de Cariús. Chamou-se Poço do Mato, criado pelo Ato de 9 de setembro de 1898, pertencendo ao Município de São Mateus, hoje Jucás, até ser instituído o de Cariús, pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Teria sido Caipu um dos Municípios de Ceará se tivesse sido executada a Lei n.º 6421, de 27 de junho de 1963, que outra lei, a de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965, revogou. A denominação Caipu data do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, e significa, em tupi, olho d'água da mata: de **caa** mato, **y** e **pu** poço. A vila acha-se à margem esquerda do riacho Poço do Mato, afluente do rio Cangati e este do rio Jaguaribe. O seu padroeiro é São Sebastião, pertencendo a capela do Bispado de Iguatu.

CALABAÇA. — Distrito do Município de Várzea Alegre. Criado com o nome de Extrema, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e é tirado dos índios assim chamados, tapuias que viviam no vale do rio Salgado, imediações do encontro deste com o Jaguaribe, tendo sido levados para o Cariri e situados no Riacho dos Porcos pelo Pe. Antônio Mendes Lobato, uma das figuras mais salientes da família dos Lobatos, nos primeiros tempos do povoamento do sul da Capitania. Participaram os Calabaças da chamada Missão do Miranda, origem da atual cidade do Crato, sob a proteção mística de Nossa Senhora da Penha de França (1749). A capela local tem como padroeiro São Francisco das Chagas, pertencendo ao Bispado do Crato.

CAMILOS. — Distrito do Município da Meruoca. Criado pela Lei n.º 7.159, de 14 de janeiro de 1964, publicado no D.O. do Estado, de 27 do mesmo mês.

Antigamente, o sítio onde se formou o povoado, em torno da capela de São José, chamava-se Santo Antônio dos Camilos. A pedra fundamental do pequeno templo foi benta em 28 de setembro de 1936, pelo Pe. Antônio Regino Carneiro.

Em 17 de janeiro do ano seguinte foi benta a imagem do padroeiro. A família dos Camilos, ali radicada, muito concorreu para tudo isso. Do Bispado do Crato. O cemitério local foi autorizado a construir em 26 de março de 1957, e pelo Pe. José Furtado Cavalcante bento em dezembro seguinte. A vila fica situada nos limites com os municípios de Sobral e Alcântaras.

CAMPANÁRIO. — Distrito do Município de Uruoca. Criado pela Lei n.º 6.751, de 5 de novembro de 1963, desmembrado o seu território do Município de Granja.

A vila tem origem na fazenda Jaguaraçu e fica à margem do rio Coreaú.

A capela local foi levantada graças ao trabalho de João Marques de Sousa, sendo inaugurada, em 1938, pelo Pe. Manuel Vitorino de Oliveira. Pertence ao Bispado de Sobral.

Elevado a categoia de Município pela Lei n.º 7.135, de 10 de janeiro de 1964, não foi todavia instalado em razão do disposto na Lei n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965 que anulou a criação de outros municípios, à semelhança do que acontecia com o de Campanário.

Por que Campanário?

CANAFÍSTULA. — Distrito do Município de Aquiraz. Criado pela Lei n.º 6.446, de 21 de julho de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 5 de agosto seguinte. A capela local tem como orago Sta. Teresinha e pertence ao Bispado de Baturité.

CANAFÍSTULA. — Distrito do Município de Jucás. Criado pelo Dec. Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Ao ser criado o Distrito Mel, deste mesmo Município, pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, perdeu para este o seu território.

Bispado de Iguatu.

CANGATI. — Distrito do Município de Morrinhos. Criado pela Lei n.º 6.933, de 16 de dezembro de 1963, com sede no povoado do mesmo nome, então elevado à categoria de vila. O povoado nasceu com a ereção de uma capela, sob a invocação de Santo Antônio, no terreno do patrimônio doado por Cândido Simão de Freitas e sua mulher, Maria Quitéria de Freitas, no mesmo local sede da antiga fazenda Cangati, à margem do riacho do mesmo nome. Do Bispado de Iguatu. A fazenda Cangati pertenceu primitivamente a Francisco Pinto de Aguiar, que obteve a data de sesmaria de "uma légua de terra no riacho Cangati, que deságua no Banabuiú", concedida pelo Capitão-mor Salvador Alves da Silva, em 4 de fevereiro de 1720. Data n.º 579, volume 7.º, p. 172. A vila é a mais florescente do Município, possuindo grande número de escolas públicas, casas comerciais, como também um cartório de registro civil.

O nome é o de um peixe (**Trachycoristes Striatus**) muito comum no Nordeste, e assemelha-se a um pequeno bagre. De origem tupi: **acanga** cabeça e **catu** bem, boa = cabeça boa, porque a deste peixe é saborosa (Paulino Nogueira, **Vocabulário**, p. 247).

CANGATI. — Distrito do Município de Solonópole. Criado pelo Dec. n.º 1.540, de 3 de maio de 1935, art. 8.º, que restaurou o Município de Solonópole.

A vila fica à margem direita do riacho Cangati e deste retirou-se o nome. Resultou do adensamento do arraial aí formado em torno da capela, hoje do Bispado de Iguatu, com a invocação de São Francisco de Assis, construída em 1922, graças aos esforços do Pe. Francisco de Assis Monteiro, e inaugurada no ano seguinte. O riacho Cangati é afluente de margem esquerda do rio das Pedras, este tributário do Riacho do Sangue. O topônimo lembra o peixe deste nome **Trachycoristes Striatus** de água doce, muito encontrado no Nordeste.

Com este mesmo nome de Cangati, há outro Distrito no Município de Morrinhos.

CANINDEZINHO. — Distrito do Município de Irauçuba. Criado pela Lei n.º 6.878, de 13 de dezembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 20 do mesmo mês. A capela local tem como padroeiro o Santo da imagem negra (?). A vila está bem à margem do Riacho da Serra. — Pertence à Diocese de Sobral do Norte. Com o nome de Canindezinho há outro Distrito no Município de Várzea Alegre (Ver) e ainda outro no de Nova Russas (Ver).

CANINDEZINHO. — Distrito do Município de Nova Russas. Criado pela Lei n.º 6.760, de 13 de novembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 3 de dezembro seguinte.

Do Bispado de Crateús.

CANINDEZINHO. — Distrito do Município de Várzea Alegre. Denominava-se Aba da Terra, quando foi criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de janeiro de 1951, com o atual nome, consideradas as constantes romarias que para aí convergiam tendo como motivo a veneração ao padroeiro local São Francisco das Chagas. A capela local pertence ao Bispado do Crato. A vila situa-se à margem direita do riacho do Machado, afluente da margem esquerda do rio Salgado.

Ver **Canindezinho** em Nova Russas e em Irauçuba.

CAPONGA. — Distrito do Município de Cascavel. Foi a Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, que o criou, constituído o seu território de parte dos Distritos de Jacarecoara e Pindoretama (ex-Palmares). Fica a vila à beira-mar e a 16 km da cidade-sede do Município, sendo constituída de casebres habitados na maioria por jangadeiros. De **caa** mato, e **ponga** batido. A capela local tem a invocação a Nossa Senhora da Saúde, da Arquidiocese de Fortaleza. Foi iniciada pelo pescador José Francisco da Silva, vulgarmente conhecido por José Carrapicho, com recursos fornecidos pela senhora Maria Marcelo, esposa do Sr. Abdim Galeffino. O pequeno templo foi concluído, com auxílios de outros moradores do povoado, por José Sebastião de Oliveira, rezando-se a primeira missa no dia de Natal de 1933, oficiada pelo padre, vigário de Cascavel, José Bruno Teixeira.

CARACARÁ. — Distrito do Município de Sobral, desde a vigência do Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Teria sido trans-

ferido para o Município de Aracatiaçu se este, criado pela Lei n.º 8.754, de 13 de novembro de 1963, não fosse, como foi, anulado na sua criação pela Lei n.º 14 de dezembro de 1965, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado do dia 24 do mesmo mês. A capela existente na vila tem a invocação de São Francisco. O nome, que usualmente apresenta a forma carcará, parece onomatopáico, a lembrar o canto da ave de rapina (**Milvago chimachima**) da família dos Falconídeos, muito abundante na região. Sobre a etimologia, ler Florival Seraine, Contribuição à Toponímia Cearense, na **Revista Instituto do Ceará**, v. 61, especialmente p. 233.

A pequena vila encontra-se a poucos quilômetros da BR-222 e está à margem esquerda do rio Aracatiaçu. Tem a sua origem na capela de São Francisco, citada, construída em 1860. Do Bispado de Sobral.

CARIUTABA. — Distrito do Município de Farias Brito. Inicialmente, com o nome de Santo Antônio, foi Distrito do Município de São Mateus (hoje Jucás), criado pelo Ato de 8 de fevereiro de 1913. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou esse nome para Ingá e o transferiu do Município de São Mateus para o de Quixará (hoje Farias Brito).

A denominação atual data do Dec.-Lei n.º 1.114, de 31 de dezembro de 1943, é palavra de formação arbitrária para significar taba ou aldeia dos Cariús, índios que habitaram a região.

Elevado à categoria de Município, pela Lei n.º 6.431, de 24 de junho de 1963, não chegou a ser instalado, porque a criação foi declarada sem efeito pela Lei n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila é banhada pelo rio Cariús, afluente do Jaguaribe. A capela que aí existe tem como protetor Santo Antônio e foi fundada pelas famílias Alcântaras e Fernandes, em 1870. Restaurada em 1936. Pertence ao Bispado do Crato.

Os Cariús, segundo Pompeu Sobrinho, estão incluídos entre os índios Cariris, "dada a situação do habitat desses amerincolas e o fato de não serem **tatairiús** nem gês e de praticarem a agricultura, não se podendo incluí-los entre os tupis, conclui-se, com forte razão, que eram Cariris". Em 1724, fizeram-se eles parciais dos Feitosas e, guiados por um filho de Francisco Alves Feitosa, praticaram de parceria com os Jenipapos revoltantes atentados contra a vida e os bens dos colonos amigos da família Montes. Foram, com vários outras tribos, aldeados na chamada Missão do Miranda, erigida sobre a invocação de Nossa Senhora da Penha de França. Parte dessa tribo foi doutrinada na aldeia da Telha (hoje cidade de Iguatu). A missão de Miranda é a origem da atual cidade do Crato. Ler **Os Aborigenes do Ceará**, de Carlos Studart Filho, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965, p. 150.

CARMELÓPOLIS. — Distrito do Município de Campos Sales. De início, o povoado chamava-se Limoeiro, mudado este nome para o atual pelo Dec. n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, que criou o Distrito.

A vila dista 6 km do riacho Conceição, quase na confluência com o riacho do Negro, próximo ao açude público Carmelópolis. É considerado seu fundador Cândido Marcelino Nogueira. A capela local tem a invocação de Nossa Senhora de Lourdes e foi fundada por Antônio Gomes de Oliveira, construindo-a em 1938. Pertence ao Bispado do Crato.

O topônimo é homenagem a D. Carmélia Dutra, esposa do Presidente da República Gen. Eurico Gaspar Dutra.

CARNAÚBAS. — Distrito do Município de Mombaça. Foi criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951. A vila sede fica à margem esquerda do riacho João Alves, afluente do Banabuiú. O local onde está situada era a casa da antiga fazenda Carnaúba, propriedade da família Araújo Chaves, dos Inhamuns, que a adquiriu ao primitivo proprietário, Antônio Ferreira Fróis, o qual, em novembro de 1784, obteve a sesmaria de "duas léguas de terra no riacho João Alves que deságua no Banabuiú". A fazendo Carnaúba, anos depois, passou a pertencer a Antônio Alves Teixeira, conhecido por Antônio Lourenço, que fez doação de um quadrilátero de quarenta braças de terra para ereção de uma capela sob a invocação de Santo Antônio, (hoje do Bispado do Crato). A construção da capela originou o povoado, a vila sede do Distrito. Convém esclarecer que o Distrito, quando foi criado, conservou o nome da antiga fazenda, ou seja Carnaúba, mas algumas leis posteriores, especialmente a de n.º 6.933, de 18 de dezembro de 1963, que estabelece os seus limites com os distritos de Cangati e São Gonçalo do Umari, passaram a denominá-lo Carnaúbas; mas é certo que no Município é conhecido por Carnaúba.

A lei n.º 6.966, de 10 de dezembro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 21 do mesmo mês, elevou-o à categoria de Município, sem contudo isto efetivar-se porque dita lei foi anulada pela de n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965, publicada no referido D.O, edição de 24 seguinte.

CARNAUBINHA. — Distrito do Município de Solonópole. Pertencia ao Município de Jaguaribe-mirim (depois Jaguaribe), mas com a restauração do Município de Cachoeira (hoje Solonópole), por força do Dec. n.º 1540, de 03 de maio de 1935, passou a integrá-lo. Se efetivada a disposição da Lei n.º 4448, de 03 de janeiro de 1959, que criou o Município de Milhã, a este pertenceria; o que não aconteceu pela superveniência da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965, que revogou aludido Decreto.

A vila fica à margem do riacho Valentim, afluente do Banabuiú e que deságua no Açude Banabuiú, hoje Arrojado Lisboa. A capela local tem a invocação de Nossa Senhora das Dores, pertencente ao Bispado de Iguatu.

São considerados seus fundadores Pedro Lopes, José Nunes e José Antônio de Carvalho, os primeiros a construirem casas ali, em 1888. O terreno destinado à construção da igrejinha foi doado pelo citado José Antônio de Carvalho. Começada em 1916, somente recebeu a bênção litúrgica em 1926, pelo Pe. Francisco de Assis Monteiro. O primeiro comerciante a estabelecer-se no local foi Agostinho Buriti (1909).

CARQUEJO. — Distrito do Município de Mucambo. Criou-o a Lei n.º 2160, de 12 de dezembro de 1953, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 23 seguinte.

Pertencia ao Município de Ibiapina, mas foi incorporado ao de Mucambo pela citada Lei n.º 2160, de 12 de dezembro de 1953, que criou este Município.

A capela local tem a invocação de São José, pertencente ao Bispado de Sobral e foi inaugurada em 1931 pelo Pe. Luís Franzoni. Está no sopé da serra do Carnotim, contraforte da serra da Ibiapaba.

Que significa Carquejo?

CARRAPATEIRAS. — Distrito do Município de Tauá. Antes, Santo Antônio de Carrapateiras, criado pela Lei n.º 2471, de 23 de dezembro de 1926. Extinto, foi restaurado pela Lei n.º 158, de 4 de dezembro de 1936. A denominação atual, simplicada, data do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A Lei n.º 6484, de 28 de agosto de 1963, elevou-o a categoria de Município, sendo, no entanto, revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila fica à margem esquerda do rio Jaguaribe e na parte jusante do açude Várzea do Boi, em 1954 construído pelo DNOCS

barrando o rio Carrapateiras, com a capacidade de 51.910.000 m³. A sua barragem tem 160 m de extensão e a bacia hidrográfica 10.400.000m². Aí se acha instalado um dos Projetos de irrigação do mesmo DNOCS. Santo Antônio é o padroeiro local e a capela pertence ao Bispado de Crateús. Foi construída em 1924, tendo concorrido para a sua construção Benedita Cavalcante Barreto (D. Nenem).

CAROATAÍ OU CARUATAÍ. — Distrito do Município de Tianguá. Com a denominação de Olinda, constava da Divisão Administrativa de 1920. Figurava na Divisão Administrativa do Estado oficializada pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, com a denominação de Nova Olinda. Passou a denominar-se Pitanga pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, relembrando este nome o do riacho que passa perto da vila. Foi o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, que lhe deu o nome atual. A vila sede vem do aglomerado humano que se arrumou em volta da igrejinha de Nossa Senhora de Fátima, em 1909, levantada graças aos esforços do Padre João Carneiro. Pertence ao Bispado de Tianguá.

A vila está à margem direita do riacho Taperacima, afluente do Itaculumi, este, tributário do Coreaú.

O topônimo, nome de um cacique tabajara, é formação de **caruatá** ou **caroatá** planta cientificamente classificada por **Jacarandá brasiliana** Pers. (uma Bignoniácea), e **i** diminuitivo. Por sua vez **coroatá** se compõe de **caá**, mato, folhagem e **rob** amargo, tradução de amargo da casca da árvore.

CARVALHO. — Distrito do Município de Tamboril. Criado pela Lei n.º 7014, de 26 de dezembro de 1963.
Do Bispado de Crateús.

CASTANHÃO. — Distrito do Município de Alto Santo. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, pertencendo então ao Município de Limoeiro do Norte. Ao ser instituído o Município de Alto Santo, pela Lei n.º 3814, de 13 de setembro de 1957, passou Castanhão a integrá-lo. A Lei n.º 6654, de 4 de outubro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado em 4 de novembro seguinte, elevou Castanhão à categoria de Município, porém, injustamente, tal não se efetivou, **ex vi** da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

O núcleo urbano até 1936 não passava duma fazenda, que José Holanda Cunha, dentro de pouco tempo, transformou surpreende-

temente em animado centro de trabalho, construindo capela, mercado, fábrica de doces, farmácia e até cemitério, cadeia, prédios para grupo escolar, campo de pouso de aviões, correios e telégrafos etc., de tal forma que em 1960 já se podiam contar ali 170 edificações diversas. José Holanda fazia tal milagre e o conjunto se animava cada vez, quando nesse ano tudo foi desmoronado pelas enchentes resultantes do arrombamento do açude Orós. Mas o ânimo do dono não se abateu e sem demora passou a reconstruir coisa por coisa, com uma tenacidade de espantar. Refez, agora em linhas mais modernas, o antigo ajuntamento humano, hoje agitado e florescente.

A fazenda Castanhão pertenceu originariamente a Joana Rochaliana da Rocha Pita.

O território do Distrito constitui-se de excelente planície de aluvião, com várias lagoas e onde vicejam a carnaúba e a oiticica e se produzem frutas, principalmente a banana e goiabas, e cereais, pois a água do subsolo é abundante e facilmente elevável. Além dessas várzeas férteis compõe-se o território de tabuleiros de ótimas pastagens. A capela local tem São José como padroeiro e pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

A vila fica à margem direita do rio Jaguaribe, em plena várzea. O topônimo teria surgido de belo cavalo castanho, de propriedade do antigo dono do sítio. Ler a respeito no **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, de Renato Braga, 2.º v. verbete Castanhão.

CATOLÉ. — Distrito do Município de Mombaça, ex-Maria Pereira. Segundo a melhor versão, foi criado em 1908. Chamou-se Catolé do Mosquito, modificada a denominação para a atual em face do Dec. n.º 1156, de 04 de dezembro de 1933. Erradamente o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, diz que o distrito foi acrescido com o território do extinto Distrito de Mosquito, talvez porque a vila de Catolé está situada no antigo sítio Mosquito e por esta razão velhos moradores do Município costumavam chamar-lhe Distrito do Mosquito. Renato Braga não percebeu que assim fosse e no seu admirável **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará** aceitou a versão. Na verdade, nunca houve em Mombaça o Distrito de Mosquito, e sim Catolé do Mosquito. A Lei n.º 6966, de 9 de dezembro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 27 seguinte, promoveu-o a Município, porém foi revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila situa-se à margem direita do riacho Cacodê ou Mosquito, afluente do Banabuiú. O aludido sítio Mosquito pertenceu ao pernambucano Rafael Pereira Soares, falecido em 1836.

A capela local recebeu a invocação de São Francisco, tendo sido doado o respectivo patrimônio por Francisco de Pádua Júnior. Em 1935, promoveu o genro deste, Manuel Martins Veras, a demarcação e divisão do antigo sítio Mosquito, mas não foi encontrado documento que comprovasse a doação. Para sanar a falta, Martins Veras e sua mulher, Cândida Alves de Pádua, assinaram escritura pública confirmando-a. Pertence ao Bispado de Iguatu.

Catolé é uma palmeira conhecida por coco-babão ou bobão (**Syagrus picrophylla** Rod. **(Cocos picrophylla** Barb. Rod). muito encontradiça nos tabuleiros litorâneos, nas encostas das serras e mesmo no sertão. A polpa que envolve o coquilho é adocicada e, se fermentado, produz gostoso refrigerante (aluá). Dos coquilhos fabricam-se bilros para as almofadas das rendeiras. A Renato Braga o nome parece cariri. Teodoro Sampaio duvida que seja tupi.

CATUANA. — Distrito do Município de Caucaia. Renato Braga no **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, 2.º v., afirma que o distrito foi criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, em substituição ao Distrito de Cauipe, por ela extinto. Mas já figurava no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, com este nome. A vila está servida pela BR-222 e pela RFFSA, cuja estação foi inaugurada em 12 de dezembro de 1926.

A capela local tem como padroeiro Sagrado Coração de Jesus, pertencente à Diocese de S. Gonçalo do Amarante, da Arquidiocese de Fortaleza e foi fundada por Plácido Monteiro Gondim e sua mulher, Luiza Brasileiro Gondim.

Catuana, em tupi quer dizer muito bom, otimamente.

A vila está à margem direita do rio Anil.

CATUNDA. — Distrito do Município de Santa Quitéria, figurando no Dec. 1156, de 4 de dezembro de 1933. Chamou-se Madalena, nome mudado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, acrescido do território do Distrito de Vidéa. Com o nome atual é homenagem ao notável santaquiterense Joaquim de Oliveira Catunda, nascido no dia 2 de dezembro de 1834, e falecido no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1907. Professor de Alemão da Antiga Escola Militar do Ceará, Deputado Provincial e Senador da República. Fundador do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras,

da qual é um dos Patronos, Cadeira n.º 17. Publicou **Estudos de História do Ceará**, obra clássica, com 2a. ed. em 1919.

A capela da vila é dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. A licença para construí-la data de 14 de setembro de 1911. Do Bispado de Sobral.

O nome é um africanismo do quilombo **Katunda**, relativo ao sertão, referente às terras afastadas do litoral, o mato, segundo informação do Prof. Oscar Ribas, de Angola, a Câmara Cascudo (**Nomes da Terra**, Coleção Cultural, Fundação José Augusto, 1968), adiantando que naquele país da África há cinco povoações com esse nome. Este Distrito teve a categoria de Município pela Lei n.º 6809 de 2 de dezembro de 1963, mas não prevaleceu dada a revogação desta pelo de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

CAXITORÉ. — Distrito do Município de Itapajé. Chamou-se Retiro e com este nome foi elevado à categoria de Distrito por Ato de 15 de junho de 1871, pertencendo ao Município de São Francisco, hoje Itapajé.

A mudança desse nome para o atual foi obra do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. A vila está situada na Serra da Uruburetama, a cerca de 600 metros de altura, distando 21 km da sede municipal.

Caxitoré é o nome de um rio, afluente do Curu. Segundo Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará**, vol. 33 p. 217), a antiga grafia era Quixotoré e neste caso a interpretação será: **quixó** armadilha para caça pequena, e **toré** por soré (efeito) ou seja efeito do quixó, quixó eficiente. Se a interpretação for baseada na grafia de hoje, a qual ele prefere, será: **caa** muito, **ci** ou **qui** tenro e **toré** por **topé** revestir, cobrir, envolver, ou seja: cobrir com mato tenro. **Toré** pode ser corrutela de **poré** torto, torto, virado, alusão à vegetação da região, que é das mais áridas do Ceará.

A capela local é dedicada a Imaculada Conceição de Maria e pertence ao Bispado de Itapipoca.

A vila acha-se à jusante do açude público Caxitoré, cuja capacidade é de 202.000.000m³, tendo a barragem a altura máxima de 34 m. Construído pelo DNOCS de maio de 1958 a janeiro de 1962.

CEMOABA. — Distrito do Município de Uruburetama. Denominava-se Belém, assim em virtude do Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Mudou-o para Natividade o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1948. Nossa Senhora da Natividade é a padroeira local, pertencente ao Bispado de Itapipoca. O topônimo atual é a tradução, em tupi, da palavra natividade: de **cemo** ou **coemo** amanhecer, surgiu e **aba** homem, pessoa, o índio. A vila fica à margem direita do riacho Deserto.

Chegou a ganhar os foros de Município, **ex vi** da Lei n.º 6949, de 08 de dezembro de 1963, sem, todavia, instalar-se, pois foi esta revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

CHORÓ. — Distrito do Município de Quixadá. O núcleo sede originou-se da aglomeração de trabalhadores empenhados na construção de barragem (açude), tomando o rio Choró, no lugar Boqueirão do Limão, sob a chefia do engenheiro Tomás Pompeu Sobrinho, que a projetou (1932-1934). Capacidade de 143.000.000 m³.

Tal foi o aumento do povoado que em 1933, pelo Decreto n.º 1156, de 4 de dezembro, foi criado Distrito. Localiza-se a vila ao sopé da serra do Estêvão e é sede de Paróquia, do Bispado de Quixadá, fundada em 20 de janeiro de 1952, e instalada em 1.º de março de 1953, tendo como patrono São Sebastião. Foi construída em terreno doado por Benedito Paracampos e sua mulher, Mimosa Paracampos, abastados proprietários do lugar. Pertence ao Bispado de Quixadá.

O rio Choró nasce na Serra dos Negros, braço da serra Três Irmãos, e tem o curso de 180 km, desembocando no Atlântico a 12 km da cidade de Cascavel. Sobre o topônimo Choró deve ser lido o que Pompeu Sobrinho deixou escrito na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 175. A Lei n.º 4447, de 2 de janeiro de 1959 promoveu o Distrito à categoria do Município, mas a Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965, desfez essa providência.

CHOROZINHO. — Distrito do Município de Pacajus. Antes, pertencia ao Município de Pacatuba, assim figurando no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, passando a fazer parte de Pacajús pelo Dec. n.º 1591, de 23 de novembro de 1935. Chamava-se Currais Velhos e, depois, Novos, e por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tomou a denominação atual. A vila é atravessada pela BR-116, que vence o rio Choró através de moderna ponte, ficando à margem esquerda deste rio, no local que antes se chamava Residência. A BR-116 deu-lhe muita vida comercial e social, e mais ainda isso aumentou com a construção de um pequeno templo

dedicado ao Menino Jesus de Praga, levantado ao lado da capela de Santa Teresinha, que é a padroeira.

Esse pequeno templo foi obra do Pe. Enemias Freire de Almeida, em 1972, rezada a primeira missa à meia noite de 24 de novembro de 1971, o qual, sendo vigário da Paróquia de Pitombeiras (Cascavel), fez promessa, resultante de um sonho, de curar-se de grave doença ao Menino Jesus, baseada no compromisso de erigir ali o mimoso templo, o que conseguiu com o auxílio do povo. Turistas e fiéis confiantes nos milagres do Santo para ali afluem constantemente, vindo até de outros Estados mais distantes. Porque temesse se gerasse ali centro de fanatismo em torno do sacerdote, a Arquidiocese de Fortaleza o transferiu para outra Paróquia, mas o fenômeno religioso continuou e continua. A Paróquia de Chorozinho tem como orago Santa Teresinha, foi criada em 19 de março de 1935 e pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

Raimundo Albano de Almeida é considerado o fundador da vila, construindo, em 1932, uma capela, que o Cónego Eduardo Araripe benzeu em 1937. O terreno destinado à sua construção foi doado por Antônio Raimundo. O Distrito de Chorozinho inclui-se entre aqueles outros que foram promovidos à categoria de Município, sem no entanto chegar a instalar-se em virtude da Lei n.º 8.339, de 24 de dezembro de 1965.

CIPÓ DOS ANJOS. — Distrito do Município de Quixadá. Criado pela Lei n.º 7104, de 8 de janeiro de 1964, publicado no D.O. de 13 do mesmo mês, limitando-se com os Distritos de Tapuiará, de Sitiá e de Ibaretama.

A capela local tem como padroeiro S. Francisco de Assis, do Bispado de Quixadá.

Situada perto do rio Sitiá, afluente do Banabuiú, a vila é servida pela CE-046 (Rodovia Presidente Geisel).

COCOCI. — Distrito do Município de Parambu. A Lei n.º 9.397, de 15 de setembro de 1970, conseqüente de decisão judicial, extinguiu o Município de Cococi, que teria sido criado pela Lei n.º 3.558, de 17 de outubro de 1957 e instalado, simbolicamente no dia 23 seguinte, determinando dita Lei n.º 9.397, em seu artigo 2.º, que "passam à responsabilidade do Município de Parambu todos os bens patrimoniais e os encargos, inclusive com pessoal".

Cococi era nada mais do que uma fazenda de criar da grande família Feitosa, com a sua casa principal e algumas mais modestas de moradores e agregados, mas nem por isso, fruto de interesse político, deixou de ser promovido a Distrito, isto pela Lei n.º 1279, de 28 de setembro de 1929, pertencendo ao Município de Tauá. E mais: foi elevado à categoria de Município em virtude da citada Lei n.º 3858, de 1957. O povoado, objeto de tantos comentários, fica à margem esquerda do rio Jucás, afluente do Jaguaribe. A sua capela tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Crateús, e foi construída pelo Cel. Francisco Alves Feitosa, dirigente do Clã dos Feitosa, com a devida licença obtida em 1740, e concluída em 1748. Será interessante, para melhor conhecimento do assunto, a leitura do que escreveu Nertan Macêdo em **O Clã dos Inhamuns**, Fortaleza, Editora Comédia Cearense, 1965, págs. 171-175, bem como "O Grupo Feitosa na Formação Social do Ceará" de Hugo Catunda, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 69, p. 96, e ainda, **O Ceará**, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 3a. ed. 1966, de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão. Também, **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 2.º v. 1967, p. 387, de Renato Braga.

COITÉ. — Distrito do Município de Mauriti. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O seu território é composto de terras arenosas e baixios férteis, molhados pelas águas de várias nascentes, propiciando a irrigação de sítios muito produtivos.

A vila dista 6 km da sede municipal, à margem esquerda do Riacho São Miguel e tem feição urbana muito restrita. A origem do povoado foi a antiga Fazenda do Coité, fundada na primeira metade do século 18, na chamada Ribeira do Riacho dos Porcos. O primitivo dono do Coité foi o casal Luís Furtado Leite de Almeida, natural da Ilha de São Miguel, e Beatriz de Sousa da Silveira, baiana do antigo Pambu, casal-tronco da família Furtado Leite, de Mauriti, também conhecida como a Família do Coité. Os arquivos caririenses trazem, abundantemente, notícias desse casal e de sua fazenda (Nota de Joarivar Macêdo).

A igreja aí existente, segundo uns, fundada pelo Padre José Furtado de Lacerda e, segundo outros, pelo Padre Luís Furtado Maranhão, é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, do Bispado do Crato. Aí nasceu José Leite Maranhão, em 10 de agosto de 1894, médico, professor, orador fluente, político de evidência, Deputado estadual, Prefeito Municipal de Fortaleza. Falecido em abril de 1982.

O topônimo é o nome da árvore **Crescentia Cujete** Lin., produtora de um fruto grande e oval que, serrado ao meio, dá interes-

santes cuias, muito usadas nos místeres caseiros. A palavra com a forma **cuyté** é corrutela de **cuy** e **até** (Paulino Nogueira, Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 270).

Câmara Cascudo registra: de **gui-eté**, vasilha verdadeira, cabaz, cuia (**Nomes da Terra**, p. 83). Teodoro Sampaio interpreta: corrutela de **cui eté** vaso real, verdadeiro, cabaz (**O Tupi da Língua Nacional**, p. 122).

Ler "Contribuição ao Estudo Genealógico das principais famílias de Milagres (Família do Coité)", de Leite Maranhão, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 64, p. 252).

COLINA. — Distrito do Município de Pacoti. Criado pela Lei n.º 7.269, de 27 de maio de 1964, publicado no D.O. de 12 de junho de 1964, juntamente com os de Fátima e Santana do mesmo Município.

A padroeira é N. S. Aparecida; pertence a capela à Arquidiocese de Fortaleza.

CONCEIÇÃO. — Distrito do Município de Hidrolândia. Criado pela Lei n.º 7040, de 27 de dezembro de 1963, quando o Município se chamava Batoque.

Do Bispado de Sobral.

COUTINHO. — Distrito do Município de Independência. Começou o arraial, à margem direita do Riacho Correntes, um dos formadores do Itaim, afluente do rio Poti, com o nome de Santa Quitéria, cujo território o Dec. n.º 193, de 4 de dezembro de 1931, determinou fosse desanexado do Município de Independência e incorporado ao de Tauá. Mas no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, figura como pertencendo a Independência, sendo o nome antigo mudado para o atual em face do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, assim em homenagem à família Soares Coutinho, radicada na região e de largo prestígio político. A Lei n.º 6444, de 21 de julho de 1963, elevou o Distrito, à categoria de Município, compreendendo o de Algodões, mas sem que a decisão legislativa se efetivasse, diante da revogação contida na Lei n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, pertencente ao Bispado de Crateús. Foi construída em 1853, por Quitéria de Lima, e por isso o povoado teve o nome de Santa Quitéria.

CRIOLOS. — Distrito do Município de Pereiro. Criado pela Lei n.º 7069, de 31 de dezembro de 1963.

Do Bispado de Limoeiro do Norte.

CROATÁ. — Distrito do Município de Guaraciaba do Norte. Criado pela Lei n.º 2677, de agosto de 1929. Elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6570, de 18 de setembro de 1963, publicado no Diário Oficial do Governo do Estado de 26 do mesmo mês, mas não prevaleceu a elevação por força da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A capela da vila tem a invocação de Nossa Senhora das Dores, e pertence ao Bispado de Tianguá.

Croatá é uma bromélia espinhosa de que se tiram boas fibras, muito fortes, de aplicações diversas (**Bromelia Karatas**, Lin), como cordas, tapetes, tecidos, capachos etc. Come-se o fruto, amarelo e verde. Etimologicamente, vem o nome da contração de **Caragoatá**, erva que arranha o visitante, de **caranhe** arranhar, e **oatá** que anda. É a lição de Martius, aceita por Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena** p, 274. Apresenta as formas **croá** e **crauá**. Ver verbete Coreaú. Ver **Croatá**, Distrito do Município de São Gonçalo do Amarante.

CROATÁ. — Distrito do Município de São Gonçalo do Amarante. Criado pela Lei n.º 6512, de 5 de setembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 23 do mesmo mês.

A vila fica nas proximidades da lagoa do mesmo nome e é servida pela BR-222. Considerados seus fundadores Inácio Ferreira da Costa, Vicente Ferreira da Costa Sampaio e José Ferreira da Costa Sampaio.

A capela local foi construída em 1918, tendo como padroeira Nossa Senhora de Nazaré, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza. Foi seu fundador Antônio Bolívar.

O topônimo vem da abundância da planta Croatá, uma bromeliácea, abundante na região.

Existe com esta denominação, outro Distrito no Município de Guaraciaba do Norte (ver).

CRUXATI. — Distrito do Município de Itapipoca. O nome primitivo era Barrenta, e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Mudada a sede para o arraial Esperança, tomou

a denominação atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A vila está à margem esquerda do riacho desse nome, afluente do rio Mundaú e que é engrossado pelos riachos Imbira e Sororó. A capela local tem a invocação de São Francisco de Assis, pertencente ao Bispado de Itapipoca.

O Topônimo, de origem tupi, compõe-se, segundo Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 219), de **curu** seixos, fragmentos, pedrinhas, e **ecati**, ou **ecayti** o branco do olho = a pedrinhas brancas como olho, seixos de quartzo. Ver verbete **Barrento**.

CRUZ. — Distrito do Município de Acaraú. Criado pela Lei n.º 4440, de 30 de dezembro de 1958. A vila, bastante florescente, situa-se a margem esquerda do rio Acaraú, e o seu nome deve-se, segundo a tradição, à circunstância de, durante a seca de 1825, ter morrido ali um retirante, vítima da fome, fincando-se, no local, como é costume no sertão, uma cruz para assinalar o acontecimento. Outra versão é a de que a cruz teria sido posta com o fim de indicar o lugar em que fora assassinado, de emboscada, o sogro pelo próprio genro, por motivo de questão de honra. A igreja da vila começou com um modesto nicho construído em devoção a São Francisco, tendo como principais incentivadores Francisco Bernardino de Albuquerque e Albano José da Silveira. A bênção respectiva deu-se em 20 de dezembro de 1884. Posteriormente melhorado e ampliado, aquele oratório se transformou na atual matriz, para tanto concorrendo os bons ofícios de Antônio Raimundo de Araújo, Urbano José da Silveira e outros, afora o trabalho dos Padres José Édson Magalhães e Manuel Valderi Rocha. A Paróquia de São Francisco da Cruz foi criada por Portaria do Bispo de Sobral, D. José Tupinambá da Frota, datada de 17 de março de 1958, sendo primeiro vigário o Pe. José Édson Magalhães. Sobre o patrimônio da Paróquia, consulte-se **Município de Acaraú — Notas para a sua história**, Imprensa Oficial do Ceará, 1971, p. 322, de Nicodemos Araújo. Pertence ao Bispado de Itapipoca.

O Distrito teve as honrarias da categoria de Município, com o nome de São Francisco da Cruz, por força da Lei n.º 6956, de 19 de dezembro de 1963, sem tudo isto prevaler, visto como este diploma legislativo foi anulado pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 21 do mesmo mês. No município de Itapajé há outro Distrito chamado **Cruz**.

CRUZ. — Distrito do Município de Itapajé. Anteriormente, chamava-se Santa Cruz da Uruburetama, povoado que foi elevado à categoria de vila e, portanto, sede de Distrito, por força da Lei n.º 502, de 22 de dezembro de 1849, com o nome de Vila da Constituinte. Voltou a denominar-se Santa Cruz em virtude da Lei n.º 534, de 10 de dezembro de 1850. Reduzida a Cruz, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. É tida essa vila como o mais antigo núcleo de população da Serra da Uruburetama. Dista 12 km da sede do Município.

A capela aí levantada foi construída por Francisco da Cruz Melo, em 1825, tem como orago Nossa Senhora da Penha e já foi Matriz da então Freguesia dessa invocação, criada pela Lei n.º 262, de 02 de dezembro de 1892, instituída canonicamente no ano seguinte.

Pertence ao Bispado de Itapipoca. Ver o verbete **Cruz**, do Município de Acaraú.

CRUZ DE PEDRAS. — Distrito do Município de Iguatu. Criado pela Lei n.º 6915, de 17 de dezembro de 1963, publicado no D.O. de 19 do mesmo mês.

Do Bispado de Iguatu.

CRUZEIRINHO. — Distrito do Município de Icó. Chamou-se Bebedouro e assim figura na Divisão Administrativa do Brasil de 1911. Situado o núcleo populacional à margem direita do rio Jaguaribe. Pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, recebeu o nome de Bonfim. A denominação atual foi dada pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Sem que fosse aceito, sugeriram se chamasse Icosal, composição do nome Icó e a primeira sílaba do Salgado, afluente da margem direita do mesmo Jaguaribe.

A capela local tem como padroeiro S. José e pertence ao Bispado de Iguatu.

CUIPIRANGA. — Distrito do Município de Aracati. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com o nome de Tibau. A denominação vigente foi determinada pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

O topônimo é de formação arbitrária, pretendendo traduzir para o tupi a expressão areia vermelha, encontradiça nas barreiras em frente ao mar: de **cui**, contração de **ibicui** areia, e **piranga** vermelho.

Fica no extremo limite litorâneo com o Rio Grande do Norte e se inclui na faixa de terra disputada entre este Estado e o do Ceará. Veja-se o que Mozart Soriano Aderaldo resumiu na **Revista do Instituto do Ceará** v. 65, p. 120.

A capela local pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

CUNCAS. — Distrito do Município de Barro. Era Distrito do Município de Milagres, e assim figura na Divisão Administrativa de 1911, até a criação do Município de Barro, pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, que a ele o incorpora.

A vila é banhada pelo riacho Cuncas, afluente do riacho das Antas, tributário do rio Salgado, e fica nas extremas do Ceará com o Estado da Paraíba.

A capela local tem como orago..... e pertence ao Bispado do Crato.

CURATIS. Distrito do Município de Tamboril. Criado com o nome de Lagoinha quando da restauração do Município pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Passou a chamar-se Pajeú, por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou o nome de Pajeú para o atual. Francisco Cândido é considerado o fundador da vila, que fica à margem do rio Acaraú.

O topônimo relembra o grupo de índios, assim conhecidos, habitantes da região. Os Curatis ou Curatizes "São indígenas a respeito dos quais sabemos simplesmente que eram inimigos dos Baiacús, ao tempo em que Morais Navarro andava com o seu terço em expedição de guerra pelo Nordeste. Da carta endereçada a El-Rei pelo paulista, em 10 de março de 1700, consta serem os Curatis do número de tribos contra os quais mandava uma bandeira por se não quererem sujeitar e confessar obediência a Sua Majestade" (Carlos Studart Filho. **Os Aborígenes do Ceará**, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará 1965 p. 133). O padroeiro local é o Bom Jesus dos Passos e a respectiva capela pertence ao Bispado de Crateús.

CURUPIRA. — Distrito do Município de Aracoiaba. O nome atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Primitivamente, chamava-se Panelas. Com a denominação de São Sebastião figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Em respeito à desposição do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1943, perdeu parte de seu território para o novo Distrito de Jurema, hoje Ocara, do Município de Aracoiaba.

O vocábulo Curupira significa o chegado, em lembrança de São Sebastião, o santo mártir. Designava, entre os tupis, um ser mitológico. Um espírito mau, que habitava as florestas, segundo registra Gonçalves Dias em seu **Dicionário da Língua Tupi**, Livraria São José, Rio, 1965. Por ocasião do preparo do anteprojeto, do qual resultou o citado Dec.-Lei n.º 1114, foram sugeridos vários nomes, que não foram aceitos: Sebastianópolis (Lembrando São Sebastião, o padroeiro do lugar), Igara (Canoa, nome do rio que corta o Município), Tupinambá e Ararigbóia, estes dois últimos sem qualquer ligação próxima com o nome da vila ou do Município.

A capela local, dedicada a Menino Jesus de Praga e fundada por João do Rego Falcão, pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

CUSTÓDIO. — Distrito do Município de Quixadá. Distrito criado com este nome pela Lei n.º 364, de 2 de setembro de 1937 e elevado o núcleo de população à categoria de vila por efeito do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Sempre se chamou Custódio, nome de um dos primeiros moradores do lugar, segundo a tradição.

Está situado na serra do Estêvão, em sua extremidade leste, no curso superior do rio Sitiá, afluente do Banabuiú.

A capela, dedicada a São José, foi edificada pelo Prior do Mosteiro de Santa Cruz, do Bispado de Quixadá, daquela serra, Dom Vanderilo Herpierra, com patrimônio doado pelo Dr. Bernardo Piquet Carneiro e D. Adélia Barreira Piquet Carneiro. Pertence ao Bispado de Quixadá.

O vocábulo vem do latim **custus**, guarda, mais o sufixo **io**, em homenagem ao anjo da guarda, o anjo custódio, segundo Leite de Vasconcelos, citado por Antenor Nascentes — **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa** (nomes próprios) Tom II, p. 85.

DANIEL DE QUEIROZ. — Distrito do Município de Quixadá. Criado pelo Dec.-Lei n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome de Junco e depois mudado para Muxiopó, pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de outubro de 1943, nome tarairiú, que significa a povoação ou aldeia Muxió, lugar próximo, assim denominado pelos índios (Pompeu Sobrinho). A denominação atual é homenagem à memória do Dr. Daniel de Queiroz Lima, Bacharel em Direito, Promotor público, professor e advogado, tendo vivido algum tempo em Belém-Pará, cuja Escola de Agronomia Agrícola fundou. Filho do Dr. Arcelino de Queiroz Lima e de Raquel de Queiroz Lima e pai

da notável escritora Rachel de Queiroz, nascida em Fortaleza e a primeira mulher a pertencer à Academia Brasileira de Letras.

O Dr. Daniel nasceu em 3 de fevereiro de 1886, na fazenda Califórnia, dos pais, onde, falecendo em Fortaleza, seria sepultado em 15 de agosto de 1948.

A vila é servida pela RFFSA, cuja estação foi inaugurada em 7 de setembro de 1891.

A padroeira local é Nossa Senhora de Lourdes, do Bispado de Quixadá.

DELMIRO GOUVEIA. — Distrito do Município de Ipu. Ex-Santo Isidoro, assim criado este pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O topônimo foi adotado em homenagem ao admirável cearense Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, nascido em 5 de junho de 1863, no Ipu, e falecido, assassinado, na cidade de Pedra (Alagoas), em 10 de outubro de 1917. Grande e adiantado homem de comércio e indústria em Pernambuco e Alagoas, pioneiro do aproveitamento da energia elétrica da cachoeira de Paulo Afonso. É nome que enche os anais da história da Indústria no Brasil, tal o valor e o avançado de suas iniciativas e realizações. A capela local foi construída por Mons. Gonçalo O. Lima e tem a invocação de Santo Isidoro, pertencendo ao Bispado de Sobral. O Distrito foi elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6984, de 20 de dezembro de 1963, desmembrado do de Ipu, mas esta lei foi revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

Ler sobre Delmiro Gouveia:

—**A Glória de um Pioneiro (A Vida de Delmiro Gouveia)** J. C. Alencar Araripe, Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 1965.

— **Delmiro Gouveia: Pioneiro e nacionalista,** F. Magalhães Martins, Editora Civilização Brasileira S.A., Rio de Janeiro, 1963 (2a. edição Civilização Brasileira, Mec, 1979).

Paginas exumadas. Fortaleza 1982 de Raimundo Girão pg. 60.

DOMINGOS DA COSTA. — Distrito do Município de Boa Viagem. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. A capela local tem como orago o Sagrado Coração de Jesus e pertence à Paróquia de Boa Viagem, do Bispado de Quixadá. A vila fica abaixo da confluência do riacho Boa Viagem com o Riacho Barrigas e o Riacho Fernandes.

DOM MAURÍCIO. — Distrito do Município de Quixadá. O arraial, na serra do Estêvão, chamava-se Santo Estêvão, nome que

o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, simplificou para Estêvão. A atual denominação deve-se ao Dec.-Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, e o ato vale homenagem a Dom Maurício Prickzy, poliglota de origem theca, nascido em Rosemberg, no dia 16 de abril de 1870, tendo chegado ao Brasil em 18 de maio de 1898, pela primeira vez no Ceará. Foi um dos fundadores e o primeiro Prior do Mosteiro beneditino localizado no alto daquela serra, "com um ambiente feito de águas frescas, matos verdejantes e brisas amenas". Era o Mosteiro de Santa Cruz. Aí, de 1902 e 1909, esteve com as suas portas abertas aos estudantes de várias partes do Estado, o Ginásio São José, que, além dos ensinamentos intelectuais do currículo, estendia às exigências de formação espiritual e artística dos alunos. O Mosteiro deixou de funcionar em 1915, passou à Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, que aí instalaram a Casa de Repouso São José, muito procurada em todas as épocas do ano. Num de seus aposentos, o de n.º 18, dormiu a sua última noite o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ex-Presidente da República, vítima de desastre aviatório na manhã de 18 de julho de 1967, em Fortaleza, quando de lá voltava. Dom Maurício faleceu no seu Mosteiro no dia 13 de janeiro de 1907, atacado de febre amarela.

A vila dista 18 km da cidade de Quixadá. Leia-se Os Monges Beneditinos no Ceará, de D. Joaquim G. de Luna OBS, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 65, p. 192; e, também "Serra do Estêvão", de José Bonifácio de Sousa, na mesma **Revista**. v. 61, p. 5, trabalho que encerra bom estudo sobre o Mosteiro de Santa Cruz.

O padroeiro da capela local é Senhora Santana. A capela da Casa de Repouso tem como orago Nossa Senhora da Conceição. Ambas do Bispado de Quixadá.

DOM QUINTINO. — Distrito do Município do Crato. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Chamava-se Ipueiras, mudada esta denominação para a atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Homenagem a Dom Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, 1.º Bispo da Diocese do Crato, sagrado em 31 de outubro de 1915. Nasceu em Quixeramobim a 31 de outubro de 1863, ordenou-se em 19 de junho de 1887 e faleceu na cidade sede de sua Diocese em 28 de dezmbro de 1929.

A capela local, construída em 1927, tem como padroeiro São Sebastião e foi fundada pelo Cel. Raimundo de Sousa Costa (Raimundo Chico) e constitui uma Paróquia, pertencente ao Bispado do Crato. Raimundo Chico foi o primeiro a implantar na região

uma usina de descaroçar algodão e a instalar o primeiro engenho de moer cana a motor. Este motor foi por ele doado ao Padre Cícero Romão Batista, que o transportou nos braços de centenas de romeiros para Juazeiro do Norte.

Leia-se D. Quintino — Centenário, do Pe. Azarias Sobreira, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 79 p. 75.

EBRON. — Distrito do Município de Acopiara. Criado pela Lei n.º 7153, de 14 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 27 do mesmo mês.

Antes, chamou-se Areias, povoado sito à ilharga direita do riacho Oitis, considerando-se seu fundador José Teixeira Marinho.

A capela local tem como orago Nossa Senhora da Visitação e foi fundada pela família Marinho. Do Bispado de Iguatu.

Por que EBRON? Com a grafia Hebron, relembraria a cidade da Jordânia, situada perto de Jerusalém, local onde residiram Abraão e Davi, e considerada uma das cidades mais antigas do mundo. "Possui o monumento denominado Haram, que encerra a caverna de Macpela onde, segundo a tradição, foram enterrados Sara e Abraão".

EMA. — Distrito do Município de Iracema. Criado pela Lei n.º 6883, de 13 de janeiro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 23 do mesmo mês. Neste Distrito está situado o açude público EMA, cuja capacidade é de 10.396.360 m³, com uma barragem de 341 m de extensão e 15,20 m de altura. Concluído em 1932. Construído por Sebastião de Abreu. A vila resultou do acampamento do pessoal empregado nas obras do açude. A capela local, do Bispado de Limoeiro do Norte, tem como orago Nossa Senhora da Conceição.

Sobre Ema, ler: **Dicionário dos Animais do Brasil**, São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 1968, p. 284, de Rodolpho von Hiering, e o interessante trabalho de Guarino Alves Provincia Fluminis Grandis, publicado na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 91, p. 57, com separata.

EMATUBA. — Distrito do Município de Independência. Criado pelo Dec.-Lei n.º 169, de 31 de março de 1938. Antes, denominava-se Bom Princípio, mudado para a forma atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de novembro de 1943, desprezada a sugestão Itapetinga (lajedo branco).

Fica a vila à margem direita do riacho Paraíso, sendo considerado seu fundador Manuel Ferreira de Melo, construtor da capela local, que tem a invocação de São José. Do Bispado de Crateús.

O topônimo, híbrido, compõe-se de **ema** ave (**Rhae Americana**) a que os índios chamavam **nhandu**, e **tuba** ou **tiba** quantidade. Explica-se pelo grande número dessa espécie na região.

ENCANTADO. — Distrito do Município de Quixeramobim. Criado juntamente com o de São Miguel pela Lei n.º 2158, de 9 de dezembro de 1953, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 18 do mesmo mês.

A vila fica no extremo sul do Município, à margem direita do rio Banabuiú, quase no limite com o Município de Senador Pompeu. A capela local tem a invocação de São José e pertence a Paróquia de Senador Pompeu, do Bispado de Iguatu, voltando a jurisdição de Quixeramobim depois da criação da Diocese de Quixadá.

ENGENHEIRO JOÃO TOMÉ. — Distrito do Município de Ipueiras. Chamava-se anteriormente Charito, criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, povoado resultante do desenvolvimento urbano da fazenda de criar da família Mendes. A vila, que dista 12 km da cidade sede, possui uma capela, cuja invocação é a de Santa Luzia, do Bispado de Crateús.

O nome João Tomé, dado pela Lei n.º 2207, de 19 de dezembro de 1953, publicado no Diário Oficial de 23 do mesmo mês, é o do Engenheiro João Tomé de Sabóia e Silva, sobralense, que governou o Ceará no período de 1916 a 1920 e, depois, foi Senador da República. Nasceu a 4 de agosto de 1879 e faleceu, no Rio de Janeiro, em 26 de julho de 1945. A vila está servida pela RFFSA, achando-se a respectiva estação a pouca distância da cidade sede, inaugurada em 3 de novembro de 1910.

ENGENHEIRO JOSÉ LOPES. — Distrito do Município de Senador Pompeu. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. A denominação anterior era Jirau, com estação da Rede de Viação Cearense (Rffsa) inaugurada em 31 de dezembro de 1922.

O topônimo é homenagem ao Engenheiro e Bacharel em Direito José Augusto Lopes Filho, nascido em Fortaleza, o qual prestou relevantes serviços à Rffsa. Foi diretor da Escola de Agronomia do Ceará e faleceu na sua cidade natal em 19 de abril de 1938.

A capela local tem como orago..... ..... do Bispado de Iguatu.

ERERÉ. — Distrito do Município de Pereiro. Ex-Ipiranga, mudado para este nome por força do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Antes, ainda, chamou-se Saco da Orelha, tomando a denominação de Ipiranga pela Lei n.º 1519, de 30 de julho de 1918. Já anteriormente tinha sido criado aí o Distrito de Paz pela Lei n.º 1135, de 24 de outubro de 1864. A vila está situada ao sopé da Serra do Pereiro, a 21 km da cidade sede. A sua igreja tem patrimônio, constante de sítios na serra e terras no sertão. O padroeiro é o Senhor Bom Jesus da Agonia, do Bispado de Limoeiro do Norte.

Ereré, em tupi, traduz a marreca, ave da família dos Anatídios, muito comum nas aguadas do Nordeste. Não sabemos por que foi adotada a denominação, entre outras sugeridas: Moritaba e Itapi.

Que lei ou dec. criou o Distrito de Ereré?

ESPERANÇA. — Distrito do Município de Canindé. Criado juntamente com o de Bonito pela Lei n.º 2163, de 14 de dezembro de 1953, publicado no D.O. de 23 do mesmo mês, e reproduzida por incorreção no dia 29 de janeiro de 1954.

Pedro Alves Mesquita é considerado o fundador da vila. A capela local tem a invocação de Santa Luzia, e dela foi primeiro capelão Frei Diogo Ofm. Subordinada à Arquidiocese de Fortaleza.

ESPINHO. — Distrito do Município de Guaraciaba do Norte. Criado pela Lei n.º 1677, de 2 de agosto de 1929, tendo como sede a povoação de Várzea do Espinho, mudado este nome para o atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A capela local tem como orago Nossa Senhora do Pronto Socorro e pertence ao Bispado de Tianguá.

EUSÉBIO. — Distrito do Município de Aquirás. Antes simplesmente Eusébio, pelo Dec. n.º 99, de 4 de setembro de 1935, teve seu nome alterado para Eusébio de Queiroz, mas voltando ao atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, "em homenagem à memória do eminente estadista brasileiro Eusébio de Queiroz Matoso Câmara", responsável pela proibição do tráfico negreiro ao Brasil, objeto da Lei n.º 581, de 4 de setembro de 1850. "Marcou gloriosamente, com a sua lei, o começo de nova era da emancipação, que iria terminar trinta e sete anos depois" com a chamada Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. A capela local é dedicada a Senhora Santa Ana. Da Arquidiocese de Fortaleza.

A vila fica nas proximidades da lagoa do Eusébio, e é servida pela estrada de rodagem asfaltada Fortaleza-Aracati (Ce-111).

FÁTIMA. — Distrito do Município de Pacoti, Criado pela Lei n.º 7269, de 27 de maio de 1964, publicado no D.O. de 12 de junho do mesmo ano juntamente com os de Colina e Santa Ana do mesmo Município.

A capela local é subordinada à Arquidiocese de Fortaleza.

FEITICEIRO. — Distrito do Município de Jaguaribe. O nome atual adotado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, substituiu o de Joaquim Távora, dado pela Lei n.º 169, de 31 de março de 1938. Feiticeiro é como está no Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro deste ano.

A vila fica à margem do açude público hoje denominado Joaquim Távora, barrando o riacho Feiticeiro que, juntando-se ao riacho Jatobá, despeja as suas águas no rio Jaguaribe (margem esquerda). Este acude, construído pelo DNOCS em 1933, tem a capacidade de 24.105.000 m³, e a sua barragem tem 496 m de extensão. O sangradouro antigo foi substituído por uma barragem auxiliar, tipo flexível, e foi terminado o serviço em 1968.

É sede de uma Paróquia criada em 1963 e pertencente ao Bispado de Iguatu.

A Lei n.º 6307, de 21 de maio de 1963, deu-lhe a qualidade de Município, desmembrando o seu território do de Jaguaribe, porém a medida legislativa perdeu o efeito com a Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

FEITOSA. — Distrito do Município de Caririaçu. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, no núcleo populacional denominado Serrote.

O nome atual — Feitosa, dado por esta mesma Lei, é homenagem a membros da grande e tradicional família deste nome, especialmente Pedro Alves Feitosa e Miguel Alves Feitosa, bem como, a eles conjuntos, elementos da família Trajano Borges, existindo de ambas, espalhado ao Distrito, muitos descendentes. Aqueles dois Feitosas foram influentes políticos do lugar, filiados no entanto, a partidos diferentes.

A capela local tem a invocação de Senhora Santana, e foi inaugurada em 9 de setembro de 1930, pelo Pe. Francisco das Chagas Barroso, sendo seus fundadores Cirilo Alves Feitosa e seus filhos, Pedro Alves Feitosa e Manuel Alves Feitosa, acima referidos. Do Bispado do Crato.

A vila fica situada a 18 km da sede municipal. Pela Lei n.º 6510, de 5 de setembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 23 do mesmo mês, o Distrito foi elevado à categoria de Município, sem contudo esta prevalecer em face da Lei n.º 8339, de 14 de agosto de 1965, que a anulou.

FELIZARDO. — Distrito do Município de Ipaumirim. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Tinha o nome, primitivamente, de Olho d'Água e pertencia ao Município de Baixio. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou-o para o atual, visando a homenagear o fundador da vila, Vicente Felizardo Ferreira, que construiu a capela local em 1914, com a bênção no ano seguinte.

A padroeira é Nossa Senhora da Conceição. Da Paróquia de Umari, do Bispado do Crato.

FLAMENGO. — Distrito do Município de Saboeiro. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

Do Bispado do Iguatu.

FLORES. — Distrito do Município de Ipu. Criado pela Lei n.º 7264, de 27 de maio de 1964.

O orago da capela é Sto. Antônio, do Bispado de Sobral.

FLORES. — Distrito do Município de Russas. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. A Lei n.º 6473, de 18 de agosto de 1963 publicada no Diário Oficial do Governo do Estado edição de 30 do mesmo mês, eleva o Distrito à categoria de Município, mas foi revogada a elevação por via da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila situa-se na extrema sul do território do Município, à margem direita do rio Banabuiú, na grande ilha que forma com o Jaguaribe.

A capela local foi inaugurada em 1936 e tem como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus, do Bispado de Limoeiro do Norte.

Há no Município do Ipu outro Distrito com este nome.

FORQUILHA. — Distrito do Município de Sobral. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, o Distrito é cortado pelo rio Madeira, afluente do Acaraú, e barrado pelo açude público Forquilha, construído em 1927, com a capacidade de 50.132.000 m³, tendo a barragem o desenvolvimento de 269 m, o coroamento de 5m e altura de máxima de 24,30m. A bacia hidráulica tem a área de 9.230.000m³.

A vila está situada na conjunção do citado rio Madeira e o riacho Oficinas, em forma de forquilha, e daí o nome. A BR-222 passa sobre a barragem e serve a vila.

Antigamente, chamou-se Campo Novo e iniciou-se com a construção do aludido açude.

A antiga capela do lugar foi demolida por achar-se dentro da bacia hidráulica do reservatório. A então Inspectoria de Obras Contra as Secas (IFOCS), hoje DNOCS, indenizou-a por vinte contos de réis, que foram empregados na construcão da atual, iniciada em 19 de novembro de 1928, com a bênção da pedra fundamental realizada pelo Pe. José Gerardo Ferreira Gomes. O pequeno templo mede 20 x 10m e obedeceu a planta de Pedro Frutuoso. A nova imagem do padroeiro, que é São Francisco, foi doado pelo Capitão José Diogo e por ele adquirida no Rio de Janeiro. Fez, ele, ainda, a doacão de oito patacões para deles fazer-se o esplendor do Santo, os quais foram banhados a ouro em Fortaleza. A capela pertence ao Bispado de Sobral.

FORTIM. — Distrito do Município de Aracati. Lei n.º 386, de 14 de outubro de 1937, transfere para Fortinho a sede do Distrito de Canoé. Com a forma Fortim continua na divisão do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

Sobre a história do Fortim leia-se interessante trabalho publicado na **Revista do Instituto do Ceará** v. 24 p. 168: é uma transcrição do **Jornal Aracati**, nºs 21 e 27 de agosto de 1909.

A padroeira é Nossa Senhora do Amparo, da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (na sede do Município), do Bispado de Limoeiro do Norte, tendo sido seus fundadores Aderbal de Castro e Silva e Henrique Furquim de Lamayer. Sobre a capela do Fortim, e outros dados sobre o Distrito, leia-se o que está na **Regista do Instituto do Ceará**, n. 24, p. 168.

GADO. — Distrito do Município de Palmácia. Gado dos Ferros então, pertencente ao Município de Maranguape, era o nome an-

terior mudando para o atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. No Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, figurou com a forma Gado, simplesmente.

A capela local tem como orago São José e data de 1888, pertencendo à Paróquia de São Francisco (na sede,) do Arcebispado de Fortaleza.

GAMELEIRA DE SÃO SEBASTIÃO. — Distrito do Município de Missão Velha. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Antiga Gameleira do Pau, a margem esquerda do rio da Gameleira, ao sopé da Serra do Araripe e rodeada de nascentes: a nascente dos Mendes, a do cancão suru e outras.

A capela de São Sebastião foi fundada pela família do Pe. Francisco de Vasconcelos Pereira Maltez, que foi vigário-cooperador de Missão Velha (século 19). No mesmo local havia outra que foi demolida. Pertence à Paróquia de São José (sede do Município), do Bispado de Crato.

O nome vem de uma gameleira ainda hoje existente à entrada do povoado (**Ficus doliaria** Mart.; **Urostigma doliarium** Mig.), da família das Moráceas.

"Antigo proprietário nas terras, em que se ergueu a vila, foram membros das famílias Martins de Morais, Santana e Jesus. Posteriormente, alí chegaram os Maltez, fundadores do lugarejo que, no passado, desfrutou de certa notoriedade, em virtude da célebre e movimentada feira que se realizava à sombra da gameleira frondosa e de tronco volumosíssimo, semelhante ao de um baobá." (Nota de Joarivar Macêdo).

Neste Distrito nasceram: Antônio Faustino Nascimento, desembargador no Estado do Rio de Janeiro (ver o verbete **Missão Velha 1.ª Parte**), os desembargadores Manuel Joaquim de Santana e Juvêncio Joaquim de Santana, ambos do Tribunal de Justiça do Ceará, Antônio Santana Júnior, Engenheiro, Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus, que foi Deputado provincial, Antônio Angelitino Martins de Jesus, que pertenceu à Boêmia dos Novos, em Fortaleza, poeta, Antônio Isaías de Jesus, escritor e poeta com obras publicadas sob o pseudônimo de Jacques Maller. Antônio Martins de Jesus, comerciante, pais dos projetados intelectuais José Martins d'Alvarez, Antônio Martins Filho, Cláudio Martins e Fran Martins, a médica Eulália Martins Carneiro e Maria de Lourdes Martins.

GAZEA. — Distrito do Município de Ipueiras. Criado pelo Dec. n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A sede dista 18 km da cidade de Ipueiras. A sua capela é dedicada a Santo Antônio, do Bispado de Crateús.

O núcleo populacional é resultante de antiga fazenda de criar da família Vieira.

Localiza-se à margem esquerda do riacho Diamente, um dos formadores do riacho do Mato, afluente do rio Poti.

GENERAL TIBÚRCIO. — Distrito do Município de Viçosa do Ceará. Criado e assim figurando no texto do Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, com a sede no povoado de Tubarão, que a Lei n.º 366, de 1.º de outubro de 1937, havia mudado para a denominação atual. Elevado à categoria de Município, voltou a condição de Distrito em virtude de representação do Procurador Geral da República (publicado no **Diário da Justiça**, n.º 352), julgada pelo Supremo Tribunal Federal, decisão publicada no mesmo Diário n.º 202, de 24 de dezembro de 1958. Com a mudança do topônimo para a forma atual, quis-se homenagear o grande militar do Império, General Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, nascido em Viçosa (do Ceará) no dia 11 de agosto de 1837 e falecido em Fortaleza, em 28 de março de 1885. Uma das glórias cearenses.

Além de homem da caserna, era dotado de aprimorada cultura humanística e filosófica. Sobre o General Tibúrcio leiam-se **Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense**. v. I, p. 139, do Barão de Studart, e os livros: **Tibúrcio — o Grande Soldado e Pensador**, Fortaleza, 1938, de Eusébio de Sousa; **A Insígne Figura do General Tibúrcio**, Rio, 1948, do Gen. Onofre Muniz Gomes de Lima; **Um Soldado do Império e o seu Tempo**, Brasília, Instituto Nacional do Livro e Ministério da Educação e Cultura, 1978, José Aurélio Saraiva Câmara, além do estudo **Dados Biográficos do General Antonio Tibúrcio Ferreira de Sousa**, Fortaleza 1888, de Virgílio Brígido. Em sua homenagem levantam-se estátuas em corpo inteiro em Fortaleza e em Viçosa do Ceará, inaugurada esta no dia de seu 1.º Centenário de Nascimento. A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Penha, do Bispado de Tianguá. A vila fica no sopé da Serra da Ibiapaba.

Ler também, **Estudos Ibiapabanos**, Sobral, UVA, 1976, do Pe. F. Sadoc de Araújo, ps. 55-65. "Aquela vilazinha, que está entre uma fortaleza de serras ponteagudas, que até parecem querer rasgar o lençol das nuvens azuladas, oferece aos viajantes que passam ao alto de sua cordilheira, um panorama de atrativa e exuberante beleza, lá em baixo, muito em baixo, estão as suas casinhas bran-

cas como se fossem dunas alvinitentes das praias, destacando-se a sua capelinha, símbolo da fé dessa gente humilde e boa." (Calo Passos, **Mons. Carneiro, sua vida, e sua obra**, Paraíba, 1980 p. 25.

Esse pequeno templo foi mandado levantar pelo Cel. João de Andrade Passos Anta, patriota granjense, famoso devoto de Nossa Senhora da Penha, em 1823. Pessoa Anta, herói da chamada Revolução do Equador, foi fuzilado em Fortaleza em 1825. O Pe. José Carneiro da Cunha reformou-o e aformoseou-o.

GERERAÚ OU MELHOR, JERERAÚ. — Distrito do Município de Pacatuba. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

Etimologia: De **yeré** ou **yerebe** o que gira, volve, roda, o moinho, a carreta (Batista Caetano) e **raú** ou **raúba**, falsa, falsamente. Talvez alusão a algum redemoinho que, arrebentando com desusada intensidade a água da lagoa, fê-la girar por um instante no ar, logo desfazendo-se a pequena tromba. Tais redemoinhos, comuns nos sertões, são pouco frequentes no litoral (Pompeu Sobrinho, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 50. p. 186). Segundo Paulino Nogueira, **Vocabulário**, p. 325, será **jereré** ou **ireré** marreca e hu água, aceitando versão de José de Alencar, **Iracema**, nota 2 ao cap. XXIII.

O padroeiro da capela local é São José, da Arquidiocese de Fortaleza.

GIQUI OU, MELHOR, JIQUI. — Distrito do Município de Jaguaruana. Pertencia ao Município de Aracati, mas foi transferido para o de Catinga do Goes (depois União e hoje Jaguaruana), pela Lei n.º 838, de 9 de agosto de 1858.

A vila fica à margem direita do rio Jaguaribe, bem nos limites com o Município de Itaiçaba. A capela local tem como protetora Nossa Senhora do Rosário, da Paróquia de Jaguaruana, esta com a invocação de Santana, do Bispado de Limoeiro do Norte.

Na língua indígena, jiqui é um dispositório ou artefato afunilado tecido de cipós e taquaras, que serve para caçar ou pescar. De **y iqué i** o em que se entra, segundo Paulino Nogueira (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 286). Para Teodoro Sampaio, grafando jiqui (**O Tupi na Geografia Nacional**, p. 136) será corrutela de **yiki** o cofo, o cesto cônico para a pesca. Ver Contribuição à Toponímia Cearense, de Florival Seraine, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 61 pgs. 233-34.

GRAÇA. — Distrito do Município de São Benedito. Criado pela Lei n.º 1491, de 16 de dezembro de 1872, pertencente ao Termo de Sobral, e transferido para o de São Benedito pela Lei n.º 1889, de 9 de agosto de 1880.

A padroeira é Nossa Senhora das Graças e a capela pertence à Paróquia de Reriutaba, do Bispado de Tianguá.

A vila é banhada pelo rio Jaibaras, afluente do Acaraú.

GUACI. — Distrito do Município de Redenção. Antes, Serrinha do Nicolau, assim figurando no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. O nome vigente data do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943; "reporta-se à posição elevada e acidentada do vale sobre a serra de Baturité, onde está situada a povoação."

Sugeriram Vilalta, que bem traduzia a situação geográfica da vila, Nicolau, velho nome do lugar, "tirado de antigo senhor da região", e Honorato, outro **senhor** daquelas paragens.

A capela local construída em 1892, tem como orago Nossa Senhora de Lourdes, da Paróquia de Redenção, pertencente ao Arcebispado de Fortaleza.

A vila fica nos limites do Município de Pacoti.

Por que Guaci?

GUAIÚBA. — Distrito do Município de Pacatuba, e assim já figura na Reforma Administrativa do Estado, de 1911. Cortado pelo rio de igual nome da vila, por ele banhada. A Rffsa (Estrada de Ferro de Baturité) o atravessa, mantendo aí uma de suas estações, inaugurada em 14 de junho de 1899. O topônimo, em tupi, é designação de um peixe, vermelho com listras esverdeadas. Compõe-se a palavra de **gua** variadas cores, e **ib** ou **ub** principal, mais importante, isto é, o primeiro ou melhor dos peixes de várias cores. Interpretando o nome do ric, José de Alencar explica: **guaia** vale, **y** água, jur vir e **be** por onde. Ou seja: por onde vêm as águas do vale (**Iracema**, Nota 6 ao cap. XXIII).

Paulino Nogueira reputa forçada essa opinião (**Vocabulário**, p. 293). Pompeu Sobrinho anota: "Esta palavra tupi é susceptível de várias interpretações: **gua** (receber, agarrar) + **uba** por **iba** (a árvore ou fruto) = receber o fruto; **gua** (redondo) + **uba** fruto = fruto redondo; **gua, guaa** (furado, escavado, oco) + **uba** = fruto oco ou escavado; **gua, guai** (trocar) + **uba** = trocar o fruto; **gua** em vez de **guar** (o que é) + **uba** = o que é fruto; **gua** contração de **eaguá** (cheiroso) + **uba** = fruto cheiroso; **guá**, por guabe (ris-

cado, listrado) + **uba** = fruto listado; guá (contração de eguab) sítio, pouso, morada + **uba** = fruto ou árvore do sítio ou da morada. É difícil dizer qual destas é a melhor interpretação (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33 p. 219). Posteriormente, o mesmo Pompeu Sobrinho, informando que Guaiúba é serra ligada à de Aratuba, riacho afluente do rio Pacoti e vila do Município de Pacatuba, esclarece que surgiu o topônimo na carta de sesmaria concedida em 1682 ao Sargento Jorge Martins, sob a forma Gaíba, atribuído a uma serra. Atualmente apresenta a forma Guaiúba, depois de ter passado pela de Guaíba. E diz mais: "Guiúba é o nome de um peixe do mar, que não pode ter nenhuma relação com a serra, conquanto esta seja avistada do mar, ficando deste distante cerca de 5 láguas. Guaiúba, no caso presente, deve ser interpretado: **Guá-i-uba** literalmente "vale água muita", isto é vales férteis de água como seriam os da serra" (**Revista do Instituto do Ceará** v. 59, p. 181). A sesmaria, a que se refere Pompeu Sobrinho, tem a data de 8 de setembro de 1682 e foi concedida a Jorge Martins, Manuel de Souza e Francisco Dias de Carvalho, soldado do presídio da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, com 6 léguas da ponta da serra da Guaiúba, para o sul, 3 para o norte e 9 para o poente.

A igreja local, matriz, tem como orago Jesus-Maria-José, inaugurada em 1899, devendo-se a construção à família Acióli.

Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

Aí nasceu Manuel Eduardo Pinheiro Campos (Manuelito Eduardo) em 11 de janeiro de 1923. Bacharel em Direito, da Turma de 1948. Jornalista, romancista, contista, teatrólogo e folclorista de alentada bibliografia. Secretário de Estado. Pertence ao Instituto do Ceará e à Academia Cearense de Letras, da qual foi Presidente e nela ocupa a Cadeira n.º 22, de que é Patrono Justiniano de Serpa.

A vila é banhada pelo rio de igual nome e servida pela Rffsa, com estação inaugurada em 14 de junho de 1879, e também pela rodagem Fortaleza-Baturité (CE-021).

GUANACÉS. — Distrito do Município de Cascavel. Criado, com o nome de Bananeiras e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação vigante vem do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e designa uma numerosa tribo de índios habitantes da região, estendendo-se até a Serra da Uruburetama, onde se limitavam com os Tremembés. Também conhecidos por Anacés. Sobre os Guanacés ou Anacés leia-se **Os Aborígines do Ceará**, de Carlos Studart Filho, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1965, p. 102-104.

O nome, tupi, compõe-se **gua** gente, mais **nã** parente, e **cê** que deseja, propensão, ou seja, gente que deseja ser parente (dos tupis) — segundo Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará** v. 33, p. 220). A igreja da vila tem a invocação da Imaculada Conceição.

A Paróquia de Guanacés foi criada em 25 de janeiro de 1948, e pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

Pela Lei n.º 6309, de 21 de maio de 1963, recebeu o Distrito a categoria de Município, o que todavia não se efetivou por força da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

GUARARU — Distrito do Município de Caucaia. Antes, chamou-se Araras. Criado pelo Dec.-Lei n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, com a sede no povoado de Primavera. Este nome foi mudado para o atual, por força do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e com ele se quis homenagear um célebre cacique dos nossos indígenas. Prevaleceu contra outros lembrados, tais como Abrigo, Irerê, Alegria e Madrugada.

A capela local tem como orago Santa Teresa, da Arquidiocese de Fortaleza. Foi fundada por elemento da família do Comendador Vulpiano Cavalcante de Araújo, nascido este em Fortaleza a 3 de abril de 1842 e aí falecido em 15 de abril de 1909. Começou a vida como simples operário e vitorioso, exerceu os mais elevados cargos da Fazenda Nacional, no Ceará e em outros Estados.

A vila fica nas proximidades do rio Cauípe, na margem direita.

GUASSOSSÊ — Distrito do Município de Orós. Com a construção do grande reservatório público Açude Orós, os moradores do arraial de Conceição, situado na bacia hidrográfica, mudaram-se para as terras de propriedade de Manuel Luís Montanha e aí construiram suas casas, dando origem a outro povoado com a denominação de Nova Conceição. Aparece como Distrito do Município de Icó na Divisão Administrativa do Brasil, de 1911. O Dec. n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, é que adotou o topônimo com a criação deste em virtude da Lei n.º 3338, de 15 de setembro de 1956. A padroeira é Nossa Senhora da Conceição. A capela é do Bispado de Iguatu.

GUIA — Distrito do Município de Boa Viagem. Criado pela Lei n.º 6961, de 19 de dezembro de 1963.

A capela local tem como orago N. Senhora da Guia, e pertence ao Bispado de Quixadá.

GURIÚ — Distrito do Município de Camucim. Situado na foz do rio do mesmo nome.

Já figura como Distrito no Dec. 1156, de 30 de dezembro de 1933.

A capela local tem como padroeiro Santo Antônio, e pertence ao Bispado de Tianguá.

HOLANDA — Distrito do Município de Tamboril. Denominava-se Timbaúba e assim figurava no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, alterado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, em homenagem à família desse nome, que ali tem o seu principal núcleo.

Do Bispado de Crateús é a capela local, sob a invocação de São João Batista, tendo sido construída em 1901 por monsenhor Holanda, vigário da Paróquia. O topônimo foi adotado em sua homenagem. Domingos Pompeu e Manuel Bandeira foram os iniciadores do núcleo de que resultou a atual vila.

HORIZONTE — Distrito do Município de Pacajus. Tinha o nome de Olho d'Água, substituído pelo atual em face do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Foi criado com aquela denominação e pertencia ao Município de Aquirás, de acordo com o Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Passou ao Município de Pacajus quando da restauração deste, pelo Dec. n.º 1591, de 23 de maio de 1935. O primeiro nome deveu-se ao fato de antigamente existirem ali vários Olhos d'água, que nos anos de seca abasteciam toda a região circunvizinha.

A capela local é dedicada a São João Batista e foi construída por Manuel Conrado Ribeiro, recebendo a bênção do cônego Eduardo Araripe. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

A imagem do santo foi doada por João Raimundo da Silva, que ao falecer, seria o primeiro a ocupar um túmulo no cemitério recém-construído, em 1925. O terreno em que se acha a vila pertencia a José Eufrásio de Oliveira, o qual o vendeu a Manuel Luís da Silva, João Raimundo da Silva e Manuel Conrado Ribeiro, considerados os fundadores do povoado. A vila é cortada pela BR-116 e dista 9 km da sede municipal.

IAPI. — Distrito do Município de Independência. O nome anterior era Vertentes (dado por Frei Vidal da Penha), que o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1913, mudou para o atual. O Distrito foi criado pelo Dec. n.º 42, de 13 de agosto de 1890 e a vila fica à margem direita do rio Vertentes sub-afluente do rio Poti.

A capela local tem a invocação de São Vicente Férrer, tendo sido fundada pela família Galvão. Do Bispado de Crateús.

Teodoro Sampaio, em **O Tupi na Geografia Nacional**, São Paulo, Casa Eclética, 1901, registra a grafia **yapi** e remete o leitor para **yapira** (de **y** — apira) o princípio, a nascente, a cabeceira; a forma atual, sem o y e sim com o **i**, quis traduzir a palavra Vertentes, ou seja a nascente, a cabeceira.

IARA. — Distrito do Município de Barro, pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, foi criado, pertencendo ao Município de Aurora e com o nome de Boa Esperança, que o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou para o atual, um ser mitológico dos Tupis. Passou a integrar o Município de Barro a começar da criação deste, por força da Lei n.º 1153, de 22 de setembro de 1951. Quando da elaboração do anteprojeto que deu lugar a este Dec.-Lei, surgiu a sugestão Potiguarama, não aceito. A comissão respectiva, preferiu Iara, não se sabe bem por que, **Iara** ou jara, em tupi significa senhor, senhora, dono, dona, amo, ama. Era a Mãe-d'água, sereia dos rios e dos lagos. O nome apresenta a forma de **uyara**.

Do Bispado do Crato.

IBARETAMA. — Distrito do Município de Quixadá. A sede está localizada no sopé da Serra Azul. Já em 1911 figurava com a categoria de Distrito no Quadro Administrativo do Brasil. Denominou-se primeiramente Serra Azul e depois São Luís, nome dado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A denominação atual quer traduzir abundância de frutas nas roças, quando há bons invernos.

Formada de **ibi** árvore e **retama** região, país. Adotou-a o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora Auxiliadora e o seu patrimônio foi doado por Luís de Almeida e sua mulher, Ana Clara Caminha de Almeida, em 6 de novembro de 1909. Da Paróquia de Quixadá e Bispado deste nome.

IBIAPABA. — Distrito do Município de Crateús. Criado com a denominação de Barrinha, que foi mudado pelo atual pela Lei n.º 2677, de 2 de agosto de 1929. Extinto, foi novamente criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

A vila fica à margem esquerda do rio Poti e é servida pela RFFSA com uma de suas estações, inaugurada em 3 de setembro de 1918. O nome vem de grande serra onde ela se encontra.

A capela local, fundada por um grupo de senhoras dirigidas por D. Gonçala de Paiva Melo, tem como padroeira N. Senhora do Perpétuo Socorro. Pertence ao Bispado de Crateús.

IBICATU. — Distrito do Município de Várzea Alegre. Nome dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, em substituição ao de Fortuna, que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 fizera substituir ao de Vacaria, Ibicatu seria, em tupi, terra boa, solo bom, de **ibi** terra, chão e **catu** bom.

Do Bispado do Crato.

IBICUÃ. — Distrito do Município de Piquet Carneiro. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, substituiu pelo atual o nome antigo de Miguel Calmon (antes chamava-se São Bento) dado em homenagem a Miguel Calmon Du Pin e Almeida, baiano, notável estadista, Ministro do Império mais de uma vez e que representou o Ceará no Senado (1840); falecido em 5 de outubro de 1865. Com a criação do Município de Piquet Carneiro, pela Lei n.º 3685, de 22 de julho de 1956, foi a este incorporado, desmembrado do de Senador Pompeu. Nas cercanias do então povoado verificou-se o último combate entre as forças legais do Governo do Cel. Franco Rabelo e aos irregulares comandados pelo Dr. Floro Bartolomeu da Costa, composta de jagunços e romeiros do Padre Cícero Romão Batista, de Juazeiro (do Norte).

Aí foi morto, em 22 de fevereiro de 1914, o comandante daquelas primeiras forças, o Capitão de Exército José Alves da Penha (J. da Penha).

A vila é servida pela RFFSA e a sua estação foi inaugurada em 3 de maio de 1908.

O topônimo, de formação arbitrária, com a feição tupi, foi adotado para significar "a presença de cascalhos de vários tipos cobrindo certa área".

A capela local tem a invocação de ..... do Bispado de Iguatu.

Aí nasceu, em 7 de dezembro de 1901, Manuel Pinheiro de Sousa, Bacharel em Direito, da turma de 1943. Advogado, exerceu o cargo de Procurador Geral do Estado. Versejava com muita inspiração. Faleceu em abril de 1981, em Fortaleza.

IBICUITABA. — Distrito do Município de Aracati. Antes, e assim figura no texto do Decreto n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, chamava-se Areias, nome alterado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, com a intenção de traduzí-lo para o tupi: **ibicui** areia e **taba** aldeia — aldeia do areial. Houve quem propusesse o nome Itapura, sem resultado óbvio, pois a forma lembrada nada explica.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora do Rosário e pertence à Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, com a matriz em Icapuí, pertencendo ao Bispado de Limoeiro do Norte, desde 1940.

A vila fica situada em cima do Morro da Praia, nas proximidades de regiões alagadas pelas marés.

IBICUITINGA. — Distrito do Município de Morada Nova. A Câmara Municipal moradanovense, em sessão de 15 de junho de 1893, instituiu um Distrito com a sede na povoação de Areias Brancas (**Ver História de Morada Nova**, 2.º v. p. 383, de Geraldo S. Nobre).

Com o nome de Areia Branca e com terras desmembradas dos Distritos sede e do de Boa Água, foi instituído o Distrito pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, sendo instalado em 24 de outubro de 1940. A vila está servida pela estrada asfaltada Ernesto Geisel, no trecho Morada Nova-Quixadá. O nome atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, composição artificial para significar o nome primitivo: de **ibicui** ou **cui** areia e **tinga** branco, alvo.

É sede da Paróquia, instituída em 1965, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios. Do Bispado de Limoeiro do Norte.

IBOREPI. — Distrito do Município de Lavras da Mangabeira, Anteriormente, em virtude do Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, chamava-se Riacho Fundo, nome do riacho deste nome, próximo ao povoado, afluente do rio Salgado.

Mudado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, pretendendo-se com assim traduzir, em tupi, o topô-

nimo Riacho Fundo. A vila tem como fundador Antônio Tonico Ferreira, o qual nos anos de 1877 construiu a capela local sob a invocação de Nossa Senhora das Candeias. Pertence à Paróquia de Lavras da Mangabeira, do Bispado de Crato.

É servida pela RFFSA, com estação inaugurada em 7 de setembro de 1920. Está situada à margem esquerda do rio Salgado.

IBUAÇU. — Distrito do Município de Boa Viagem. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com sede no arraial de Socorro. O topônimo atual vem do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943 e é o do riacho que banha a vila. O topônimo, indígena, é formação de **ibu** fonte, e **açu** aumentativo, grande. Algumas sugestões abstrusas, como Barbalho, Guambi, Javaés, não lograram aceitação.

A igreja de Ibuaçu, dedicada a Santo Antônio, começada em 1800 e, aumentada em 1865, foi matriz, sede da Freguesia criada pela Lei provincial de 29 de agosto de 1865. Tem um patrimônio de braças de terra na Serra das Flores. Pertence ao Bispado de Quixadá.

IBUGUAÇU OU UBUGUASSU. — Distrito do Município de Granja. É atravessado pelo rio Ubatuba, que nasce na serra deste nome e é afluente do rio São João da Praia. A vila fica à margem direita do mesmo rio. Anteriormente, chamava-se Ubatuba, nome substituído pelo atual em virtude do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Etimologicamente, vem de **ibi** terra e **guaçu** grande, largo. Sugeriram, mas não foram aceitos, Ubatumirim e Ubatulândia. Já figurava como Distrito no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933.

A capela local é dedicada a Nossa Senhora da Conceição, patrocinada a construção por Amaro Fontenele e começada em 1866, sob a direção do Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo. Quem a benzeu foi o mesmo padre em 1868. A bênção da imagem deu-se no ano seguinte, mandada vir de Pernambuco por subscrição popular. Mas em 1906, foi substituída por outra maior, de 1 metro de altura, vinda de Paris, produto igualmente dos óbulos do povo.

O respectivo patrimônio compreende 50 braças de terra no lugar em que está encravada a igrejinha, a partir do rio Ubatuba com meia légua de fundos. Foram doadores Amaro José Fontenele e D. Luiza Margarida de Castro Fontenele, em 1866, e demarcado em 1907. Pertence ao Bispado de Tianguá.

A vila tem sua origem em 1840, ano em que foi construída a primeira casa por João Damasceno Ferreira Veras. Grande parte da população local descende do francês Jean Fontainelle (Fontenele) e sua mulher, tronco de numerosa prole que se concentrou inicialmente na Serra da Ibiapaba e hoje se espalha por todo o Brasil. O então povoado de Ubatuba, hoje Ibuguaçu, foi palco de sérias lutas entre os chamados balaios e as forças legais (1842-43). Melhores detalhes sobre esses fatos podem ser colhidos na **Revista do Instituto do Ceará**, v, 29 p. 37, trabalho de Pe. Vicente Martins.

ICAPUÍ. — Distrito do Município de Aracati. Anteriormente Caiçara, criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou este nome para Icapuí, que se supõe corrutela de **igara-puí** coisa ligeira. A vila que se situa à beira mar é sede de uma Paróquia que tem como orago Nossa Senhora da Soledade, pertencente ao Bispado de Limoeiro do Norte. Dita Paróquia é a nova invocação da antiga de Nossa Senhora do Rosário de Areias, mudança que se operou por ato de 8 de setembro de 1942.

Pela Lei n.º 4461, de 15 de janeiro de 1959, foi este Distrito elevado à categoria de Município, sem contudo poder instalar-se em face de disposição da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vida é florescente e o distrito é enriquecido com a pesca da lagosta, com muitas salinas, o comércio de coco seco é ultimamente nele se extrai petróleo, sendo diversas as perfurações produtivas. Ligada por estrada de asfalto à sede do Município.

ICARAÍ. — Distrito do Município de Itapipoca. Pernambuquinho era como se designava, mas o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1931, substituiu-o pelo atual, nome que, segundo Teodoro Sampaio (**O Tupi na Geografia Nacional**, p. 129) é corrutela de **acará y** = rio dos acarás (peixes) ou carás.

A vila, com um pequeno porto, situa-se na enseada do Pernambuquinho, não muito distante da foz do rio Aracatiaçu. A capela local, dedicada a Nossa Senhora dos Navegantes, pertence à Paróquia de Nossa Senhora dos Navegantes (uma das da sede), do Bispado de Itapipoca.

Este Distrito tem a categoria de Município pela Lei n.º 6525, de 5 de setembro de 1963, mas não chegou a instalar-se em virtude de revogação desta pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

ICOZINHO. — Distrito do Município de Icó. Este topônimo foi adotado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, substituindo o antigo, Fazenda da Serrota. Antes, a sede era o arraial de Santa Maria, e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933.

Icozinho era assim conhecido certo grupo de índios que vagava entre a margem do rio Salgado, no Ceará, e o rio do Peixe, na Paraíba, e, depois de mansos, foram em parte localizados na Aldeia do Miranda (hoje cidade do Crato) e em parte na missão que se construiu no lugar correspondente à hoje cidade paraibana de Sousa. Tem-se como certo que eram um ramo parental dos índios Icós (Ver Carlos Studart Filho, **Os Aborígenes do Ceará**, Coleção História e Cultura, Fortaleza, 1965, p. 134).

A capela local tem como orago Santa Ana e pertence ao Bispado de Iguatu.

IDEAL. — Distrito do Município de Aracoiaba. Criado pela Lei n.º 6702, de 21 de outubro de 1963, publicado no D.O. de 31 do mesmo mês. Constitui uma Paróquia, e a igreja local tem como padroeira N. Senhora das Graças, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza. Foi seu fundador Emílio Gomes Bezerra.

A Lei n.º 6702, de 21 de outubro de 1963, elevou à categoria de Município este Distrito, o que, todavia, não prevaleceu, porque dita lei foi revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila fica na confluência do rio do Padre com o rio Aracoiaba, nas proximidades da lagoa Capivara.

IGARÓI. — Distrito do Município de Orós. Dantes, pertencente ao Município de Icó, chamava-se Água Fria, mudado este nome para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Fora ciado em 1933, pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro.

Passou a pertencer ao Município de Orós, ao ser criado este por força da Lei n.º 3338, de 15 de setembro de 1956.

A vila fica situada na represa do açude público Lima Campos, antigo Açude Estreito.

O padroeiro local é Nossa Senhora das Graças, do Bispado de Iguatu. O nome pretende traduzir **água fria**, na língua tupi.

INGAZEIRAS. — Distrito do Município de Aurora. Criado pelo Ato de 27 de abril de 1898 e assim o registra o Dec. n.º 1156, de 04 de dezembro de 1933.

A vila é servida pela RFFSA, com a sua estação inaugurada em 7 de abril de 1922. Aí nasceu, neste mesmo ano, no dia 8 de novembro, o desenhista, gravador, pintor de fama nacional e internacional Ademir Martins, que ajudou a fundar a Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP), formando o grupo de pintores modernistas da época. Expõe os seus interessantes e às vezes arrojados quadros desde 1952, começando por fazê-lo em Fortaleza. Mudou-se para São Paulo, ali firmou conceito e se consagrou. Tem realizado exposições individuais em Montevidéo, Buenos Aires, Nova York, Washington, Mônaco, Roma, Lisboa e Madri, assim como em várias capitais brasileiras, merecendo prêmios do mais alto valor. Foi condecorado pelo Governo brasileiro com a ordem de Rio Branco em grau de Cavaleiro.

INHAMUNS. — Distrito do Município de Tauá. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com sede no arraial Vera Cruz, mudado para Nova Cruz. A denominação atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Contém pouca lógica denominar-se um Distrito, de área limitada, com o título de Inhamuns, que é o de extensa e típica região do sudoeste do Estado, abrangendo diversos municípios. Em língua indígena Inhamum quer dizer irmão do diabo, corrutela de **amô** solteiro, o demo, e **mô** irmão (Ver Paulino Nogueira, (**Vocabulário**, p. 300).

A capela local foi construída em 1920 por José Caçula Pedrosa, em cooperação com o povo e tem como invocação Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, dando-se a bênção no dia 24 de junho do ano seguinte. Pertence ao Bispado de Crateús.

A vila fica nas proximidades da lagoa Cascavel e dos açudes Riacho Verde, Milagres e Rocha. É considerado seu principal fundador Antônio Alves de Lima.

INHUÇU. — Distrito do Município de S. Benedito. Criado com o nome de Curunhu, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 30 de dezembro de 1938. O Dec.-Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, é que lhe deu a denominação atual. A vila sede fica à margem do riacho Cachoeira.

A padroeira é N. Senhora da Conceição, e a capela pertence ao Bispado de Tianguá.

INHUPORANGA. — Distrito do Município de Caridade. Inicialmente, com o nome de Campos Belos, onde por Ato de 28 de agosto de 1894 fora criado um Distrito Policial. Pertenceu ao Município de Pacoti e, depois, em virtude do Dec.-Lei n.º 193, de 20 de maio de 1931, ao de Canindé. Deste extraído para, com outro Distrito, o da sede, formar o Município de Caridade, **ex vi** da Lei n.º 4157, de 6 de agosto de 1958. A denominação vigente data do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943 e tem composição artificial, para significar Campos Belos; de **inhu** campo, e **porang** bonito, formoso.

Foram lembrados, por ocasião do preparo do anteprojeto do citado Dec.-Lei n.º 1114, mas não foram aceitos, os nomes Tocariú ou Tucuriú, de uma das tribos indígenas do Ceará, e Amanaiara, o senhor das chuvas, em tupi, ficando este último adotado para designar um dos Distritos do Município de Reriutaba (Ver).

Que a Lei ou Dec. criou o Distrito de Inhumporanga, ou melhor, Campos Belos?

A santa protetora é Nossa Senhora das Dores, da Paróquia de Canindé, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

IPAPORANGA. — Distrito do Município de Nova Russas. Antes, chamava-se Águas Belas, e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de agosto de 1933. O nome atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e com ele se pretendia traduzir o antigo, em língua tupi: de **ipa** lagoa, aguada e **poranga** bonito, belo.

A vila ocupa terreno doado por Franklin José Vieira e por isso foi lavrado o nome Franklinópoles, não aceito pela Comissão.

A capela local pertence ao Bispado de Crateús e tem como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus.

IPUEIRAS DOS GOMES. — Distrito do Município de Canindé. Criado pela Lei n.º 7166, de 14 de janeiro de 1964, publicada no Diário Oficial de 24 do mesmo mês, com a sede na povoação de Ipueiras dos Gomes. A capela local, levantada em 1949, tem como padroeira Nossa Senhora das Graças, da Arquidiocese de Fortaleza.

É considerado fundador da vila Ezequiel Gomes da Silva, chefe de família dos Gomes da Silva. O topônimo é homenagem a essa família.

A vila fica à margem esquerda do riacho Camarão, afluente do rio Canindé, bem no limite com o Município de Caridade.

IRAJÁ. — Distrito do Município de Hidrolândia, antigo Batoque. Pertencia ao Município de Ipu, com o nome de Frade, que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou para o atual. Transferiu-se para o Município de Hidrolândia ao criar-se este pela Lei n.º 3995, de 27 de dezembro de 1957, desmembrado do de Santa Quitéria.

A capela local tem a invocação de São Raimundo e foi levantada por Frei José. Pertence ao Bispado de Sobral.

A adoção do topônimo não apresenta melhor explicação. Para Teodoro Sampaio, Irajá é corrutela de **ira-ya** = o mel brota ou se reproduz, a meleira (?) **(O Tupi na Geografia Nacional, p. 131)**.

IRAPUÁ. — Distrito do Município de Crateús. Criado pela Lei n.º 153, de 22 de novembro de 1951, desmembrado o seu território do Distrito sede. A vila fica à margem esquerda do riacho Tourão, afluente do rio Poti, e a sua capela tem a invocação de Bom Jesus, do Bispado de Crateús.

O topônimo é palavra tupi: de **ira** mel e **poã** redondo = mel redondo, apresentado as formas arapuá e irapuã. Traduz um tipo de abelha social da família Meliponídeos **(Trigona rufricus)**, preta reluzente. O ninho é uma bola revestida exteriormente de camadas de material folhado. O mel é de qualidade inferior. Com este nome **Mel Redondo** ligou-se à história das primeiras tentativas de exploração do Ceara um dos caciques tabajaras, na Serra da Ibiapaba, em luta com os portugueses. José de Alencar o fez um dos guerreiros indómitos na contextura do seu **Iracema**.

O Distrito foi extinto pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, mas restaurou-o a Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

IRATINGA. — Distrito do Município de Itapajé. Antes do nome atual, adotado pela Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, chamava-se São Miguel. Figura como preexistente no Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A vila localiza-se nas proximidades do açude público São Miguel, este com a capacidade de 1.400.000 m³ e concluído em 1888 e depois reconstruído em 1910, e fica à margem da BR-222.

A sua capela tem como orago São Miguel, do Bispado de Itapipoca.

A denominação Iratinga é de formação artificial e dá idéia de mel suave, branco, alusão à grande quantidade de abelhas que esvoejam naquele trecho da serra da Uruburetama.

ISIDORO. — O Distrito foi criado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, do Município de Acopiara.

Pertence ao Bispado de Iguatu.

ITACIMA. — Distrito do Município de Pacatuba. Chamou-se Torres, e assim está no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1963. Já assim figurou na Divisão Administrativa do Brasil de 1911.

O nome atual decorreu da expedição do Dec.-Lei n.º 1114 de 30 de dezembro de 1943, tem formação tupi para indicar "a mesma idéia que indicou o nome português para o lugar, notável pelos morros ou torres de pedra que o circundam."

O padroeiro local é São José, da Paróquia de Guaiúba, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza. A vila fica no limite com o Município de Palmácia.

ITAGUÁ. — Distrito do Município de Campos Sales. Antes, por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, teve os nomes de Poço da Pedra e Itaipu, mudado este para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A vila acha-se nas proximidades do açude público Poço da Pedra, à margem esquerda do riacho Conceição. Originou-se do agrupamento de casas que se levantaram em torno da capela de Nossa Senhora do Rosário, construída em 27 de julho de 1777. Um dos primeiros moradores foi Protázio Rodrigues de Amorim, da Fazenda da Volta. Nessa capela foi sepultada a heroína Bárbara de Alencar. Pertence ao Bispado de Crato.

O topônimo de formação artificial é composição de **ita** pedra e **guá** vale = vale da pedra, como querendo traduzir o primitivo nome Poço da Pedra.

ITAIPABA. — Distrito do Município de Pacajus. Originariamente, chamava-se Lagoa das Pedras, assim figurando no Quadro da Divisão Administrativa de 1920. O nome atual deve-se ao Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A vila tem a sua origem nas atividades da família Nogueira, ali situada, e formou-se em torno de uma capela, dedicada a Santo Antônio de Pádua, rezada a primeira missa pelo Cônego Eduardo Araripe.

O terreno para a sua construção foi doado por Martinho Nogueira. A capela pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

O topônimo é de formação erudita: de **ita** pedra e **ipaba** aguada.

ITANS. — Distrito do Município de Itapiúna. Antigo povoado elevado à categoria de vila com a criação do Distrito, então pertencente ao Município de Baturité, de cuja sede dita vila dista 45 km. O Dec. n.º 37, de 2 de agosto de 1890, declara sem efeito a transferência do Distrito de Itans para o de Caio Prado. Criado pela Lei n.º 3599, de 20 de maio de 1957, o Município de Itaúna, depois Itapiúna, que é a mesma coisa, o Distrito passou a pertencer-lhe (Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938). A vila fica à margm esquerda do rio Choró.

O padroeiro da capela local é São Francisco, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, da sede do Município. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

Etimologicamente, Gonçalves Dias, no seu **Dicionário da Língua Tupi**, registra o nome como significando "concha do Rio Branco e Maranhão". Realmente é uma concha. Couto de Magalhães, em **O Selvagem**, quer seja pedra polida, e Batista Caetano, citado por Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena**, p. 197) prefere dizer que significa sino. O mesmo Paulino Nogueira sugere que a palavra em tupi é **itã** conha, colhér, o que tem a forma de concha.

ITAPEBUÇU. — Distrito do Município de Maranguape. Chamou-se Cruz ou Cruz do Lajedo, simplificado para Lajedo pelo Dec.-Lei n.º 448 de 20 de dezembro de 1938. O nome atual, dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, de formação artificial, pretende traduzir como pedra grande achatada, lajedo.

Elevado à categoria de Município pela Lei 6328, de 8 de junho de 1963, não foi assim instalado porque dita lei foi revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila é sede da Paróquia de São Miguel, fundada em 20 de abril de 1934, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza. A vila é servida pela BR-020 (estrada Fortaleza-Brasília).

ITAPEIM. — Distrito do Município de Beberibe. Chamava-se Ingá e depois Cruzeiro e pertencia ao Município de Cascavel, assim figurando no Dec. n.º 1156, de 4 de setembro de 1933. Com a segunda restauração do Município de Beberibe, por via da Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, passou a integrá-lo. O nome atual é dado em virtude de dispositivo do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Itapeim, artificialmente formado, seria em tupi **ita** pedra e **peim** pequeno, alusão a um lagedo que é visto à margem do rio Pirangi, onde demora a vila. Sugestões, não aceitas: Dragão,

Guarapé (caminho dos guarás), Derby, Taguaçu (**ita** pedra e **guaçu** grande), e Catete.

A vila fica a margem do rio Pirangi, e formou-se ao redor da capela de São João Batista, benzendo-a em novembro de 1888 o Pe. Aprígio. Foram seus fundadores Raimundo Ribeiro e Joaquim Ribeiro. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

O Distrito é elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6947, de 19 de dezembro de 1963, mas não pôde ser instalado porque revogada esta pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

ITAPÓ. — Distrito do Município de Pacatuba. Chamava-se Cajazeiras. Com este nome figurou na Divisão Administrativa de 1920. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, criou o Distrito com o nome de Pedreiras, mudado para o atual Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A vila fica à margem do rio Pacoti, e a sua capela tem a invocação de São João Batista, da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Pacatuba, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

Etmologicamente, seria formação de **ita** pedra e **pó** particípio do verbo **poca** arrebentando, estrondando, o que detona. Tradução tupi do vocalulo Pedreiras?

ITAREMA. — Distrito do Município de Acaraú. Criado pelo Dec. de 6 de setembro de 1890. Situado na orla marítima. O seu nome anterior era Tanque do Meio, e dizia-se **do Meio** porque existiam outros tanques — o de Cima e o de Baixo, construídos, na praia do Guariju, em idos do século passado, e destinados ao abastecimento dágua às populações vizinhas e aos gados. No centro formou-se um pequeno arraial, e em 1870 foi ali levantada uma capela em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes, hoje Nossa Senhora de Fátima, que se iniciou com um nicho de taipa, em 1870, mas reconstruído de alvenaria e ampliada em 1908 a 1909, dando-se a respectiva bênção pelo Pe. Antônio Tomás em 29 de novembro deste último ano. É Paróquia do Bispado de Itapipoca. Só em 1916, pela Lei municipal n.º 21, de 18 de dezembro de 1936, e por iniciativa do vereador da Câmara de Acaraú, José Fernandes de Sousa, foi o topônimo mudado para o atual, confirmado pela Lei n.º 346, de 10 de agosto de 1937. É de origem indígena e teria o significado de pedra de cheiro agradável, de **ita** pedra e **rema** cheiro bom, como aceita Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena**, p. 305, e o Barão de Studart, **Geografia do Ceará**, Fortaleza, Tip. Minerva, 1924, p. 347). Para Pompeu Sobrinho, o nome vem de **ita** pedra e **rema** alteração de **nema** ou **nem**, fedor, exalar mau cheiro, ou seja pedra que exala mau cheiro, pedra fedorenta. (**Revista do Instituto do Ceará** v. 59, p. 184). Contrárias entre si, portanto, as opiniões.

No território deste Distrito está localizada a afamada e comentada igreja de Almofala, construída pelos Jesuítas com o auxílio dos índios Tremembés, no começo do século 18, e sobre a qual, com ótimo desenvolvimento, nos fornece longo estudo o escritor Renato Braga, em seu **Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1964, verbete Almofala (Ps. 79-100), transcrevendo longo e excelente trabalho **Almofala**, do Pe. Antônio Tomás. Também se localiza no litoral do Distrito o Farol de Itapajé, na ponta deste nome, inaugurado em 7 de setembro de 1909, tendo sido construído sob a direção do Cap. Tenente Luis Perdigão; mas por motivos técnicos foi condenado, instalando-se outro, à distância de 640 m, que é o atual, sob a orientação do depois Almirante Jorge Leite da Silva, inaugurado em 1.º de janeiro de 1932. Pela Lei n.º 6809, de 2 de dezembro de 1963, foi o Distrito elevado à categoria de Município, não prevalecendo, no entanto, este diploma legislativo por ter anulado pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965. **Ler Município de Acaraú — Notas provam sua história**, de Nicodemos Araújo, Imprensa Oficial do Ceará, 1971, p. 326.

JABURUNA. — Distrito do Município de Ubajara. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

Anteriormente chamou-se Pavuna.

A capela local recebeu a invocação de Nossa Senhora do Bom Parto, tendo sido fundada por José Fernandes da Costa. Da Paróquia de Ubajara, Diocese de Tianguá.

A vila fica à margem direita do rio Jaburu, afluente do rio Jenipapo, cujas águas correm para o Estado do Piauí.

Pompeu Sobrinho, referindo-se a este nome como das lagoas do Município de Granja, diz que o topônimo vem **Jaburu** e **nã** parecido = parecido com jaburu. Jaburu é um pernalta da ordem Ardeiformes, de vários tipos.

JACAMPARI. — Distrito do Município de Boa Viagem. Denominava-se Olinda e figurava na Divisão Administrativa do Brasil de 1911 como Distrito de Boa Viagem. Em 1931, pelo Dec. 193, de

20 de maio, teve o seu território anexado ao Município de Quixeramobim. Pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, era Distrito deste Município. A Lei n.º 260, de 28 de dezembro de 1936, restaurou o Município de Boa Viagem, que havia sido extinto pelo Dec. 193, de 20 de maio de 1931, e a ele reincorporado o Distrito de Jacampari.

Sem melhor explicação, o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, alterou para o atual o nome antigo, desprezando a sugestão, não menos lógica, de Japurá, um rio no Estado do Amazonas.

O padroeiro local..... do Bispado de Quixadá.

JACAREQUARA. — Distrito do Município de Cascavel. Já figura como Distrito no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. A vila sede fica à margem esquerda do rio Choró, e a capela aí existente tem a invocação de São João Batista, da Paróquia de Cascavel, da Arquidiocese de Fortaleza.

Pompeu Sobrinho, dando a palavra a grafia **jacaricoara**, explica: **jácariri** o inseto serra-serra, e **quara** ou **coara** refúgio, buraco, morada, igual a morada do Jacariri. Se for **jacarecoara**, será: **jacaré** (réptil) e **coara** buraco, morada, ou seja, morada do jacaré (**Revista do Instituto do Ceará** v. 33 p. 221).

A vila fica à margem esquerda do rio Choró, já perto do mar.

JACAÚNA. — Distrtio do Município de Aquirás. Anteriormente, Iguape, pequeno arraial à beira-mar, porto muito procurado das embarcações, na era colonial, pela placidez da enseada aí existente. Foi nesse núcleo que primeiramente se instalou a Câmara da primeira vila de São José de Ribamar, criada em 1699 e cuja situação definitiva somente se definiu após várias opiniões, algumas incoerentes, com a sua instalação, em 1713, no núcleo de Aquirás, hoje sede do Município deste nome (Ver A Primeira Vila da Província do Ceará de Perdigão de Oliveira, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1.º p, 103 e segs). O topônimo Iguape, de origem tupi, compõe-se de **ig** água, **cua** cintura, e **ipe** onde, ou seja enseada, lugar de águas em forma de cintura. Esta é a versão de José de Alencar, aceita por Paulino Nogueira (**Vocabulário**, p. 298). Convém ler, a respeito, Topônimos Indígenas dos Séculos 16 e 17, de Pompeu Sobrinho, na citada **Revista do Instituto do Ceará**, v. 59 p. 156. E também, do mesmo Pompeu Sobrinho, trabalho na **Revista** aludida, v. 59, p. 183. Jacaúna, nome atual, é o do cacique potiguara

que muito ajudou Martins Soares Moreno em sua difícil e frustrada fixação no Ceará. Era irmão de Poti, o célebre Antônio Felipe Camarão, um dos heróis da Guerra Holandesa. Da amizade de Jacaúna e Soares Moreno este mesmo afirma em sua interessante **Relação do Syará**: "Tem esta nova Colônia quatro aldéias de índios de que é senhor um índio chamado Jacaúna muito bom índio e que me quer muito" (Ver **Três documentos do Ceará colonial**, coleção História e Cultura, dirigido pelo Instituto do Ceará, Imprensa Oficial 1967, 2.º capítulo). Teodoro Sampaio interpreta o nome Jacaúna como corrutela de **y — acá — una** o da cabeça preta (**O Tupi na Geografia Nacional**, p. 135). Ao ser preparado o projeto de que resultou o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, foram lembradas as denominações Lafayette e Ribamar, não aceitas.

O nome Jacaúna foi dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

O padroeiro local é São Pedro, e a capela pertence à Paróquia de Aquirás, da Arquidiocese de Fortaleza.

JAIBARAS. — Distrito do Município de Sobral. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

A vila sede fica à margem esquerda do rio Jaibaras, afluente do Acaraú, barrado alguns quilômetros acima pelo açude Aires de Sousa, ex-Jaibaras, inaugurado em 6 de maio de 1936, tendo sido encarregado da construção o Engenheiro Abel Ribeiro Filho.

A capacidade é de 104.430.000 m^3, tendo a bacia hidráulica 12.880 km^2. A extensão da citada barragem é de 358 m, e a sua altura 28,80 m.

A capela local tem a invocação de São Francisco, do Bispado de Sobral.

JAMACARU. — Distrito do Município de Missão Velha. Povoado com o nome de Goianinha, à margem esquerda do rio Coité, teve essa denominação mudada para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, homenagem a Róseo Jamacaru, antigo chefe político do lugar e pai do Cel. Antônio Róseo Jamacaru, chefe de prestígio, tendo sido intendente (prefeito) de Missão Velha, desapeado do poder pelo seu adversário Cel. Antônio Joaquim de Santana, em 1901. Não se sabe ao certo quem fundou a povoação, que nasceu em torno da capela construída pelo Pe. Félix Aurélio Arnaud Formiga, no século 19, da qual foi o primeiro vigário. Essa capela é a atual matriz sede da Paróquia de Nossa Senhora das

Dores, desmembrada da de São José de Missão Velha, em 1958, sendo seu primeiro pároco o Pe. Francisco Dantas de Holanda. Do Bispado do Crato.

Uma singularidade: dois notáveis sacerdotes, logo depois de elevados à dignidade episcopal, foram Capelães de Jamacaru; o Pe. Quintino Rodrigues de Oliveira e Silva, depois Bispo do Crato, e o Pe. Carloto Fernandes da Silva Távora, depois Bispo de Caratinga, cidade de Minas Gerais. Muito têm concorrido para o progresso do Distrito as famílias Machado, Marinho Falcão e Viana Arrais, inclusive no trabalho da construção da atual matriz.

Jamacaru fica bem perto de uma das mais conhecidas fontes do Cariri — a nascença da Gameleira de Cima (Nota de Joavyvar Macêdo).

JANDRANGOEIRAS. — Distrito do Município de Independência. Criado pela Lei n.º 7103, de 8 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 13 do mesmo mês, com os limites que foram atribuídos pela Lei da Divisão Administrativa do Estado.

A vila fica à margem direita do rio Cupim, nas proximidades das lagoas dos Patos e das Brocas.

Antônio Américo Moreira é considerado seu fundador. A capela está situada no lugar Retiro, quase na extrema do Distrito, e foi construída em 1957. Esta capela tem a invocação de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e Luís Mota é o seu fundador. Do Bispado de Crateús.

JARDIM. — Distrito do Município de Paracuru. Criado pela Lei n.º 6526, de 5 de setembro de 1963.

A capela local tem como padroeiro São José e pertence ao Bispado de Itapipoca.

JARDIM-MIRIM. — Distrito do Município de Jardim. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

Tinha o nome de Santos Dumont e a vila fica à margem esquerdo rio Riachão, perto da Lagoa dos Patos. Fundada pelo Cel. João da Cruz Neves, que após formado o arraial construiu a capela por intermédio de um seu filho em 1930, sob a invocação de São José, da Paróquia de Santo Antônio, de Jardim, do Bispado do Crato.

Por volta de 1928, o citado Cel. João da Cruz Neves, muito conhecido do Cariri, como João da Cruz do Roncador, nome do sítio

de sua propriedade, no Município de Barbalha, onde também residiu, resolveu com a sua gente, construir um arruado no seu sítio Riachão, edificando várias casas em alinhamento. Organizado o povoado, seu filho José da Cruz Neves, onde hoje vive, construiu a capela, dedicando-a ao Santo do seu nome. A povoação a princípio, foi chamada Riachão, mudado para Santos Dumont e, posteriormente, para Jardim-mirim.

O topônimo é um híbrido: de **Jardim**, em português e **mirim** pequeno, em tupi.

Aí nasceram: Edmilson da Cruz Neves, em 28 de junho de 1938, Bacharel em Direito da turma de 1961, Juiz de Direito da Comarca de Fortaleza; Epitácio Quesado Cruz, em 12 de novembro de 1925, Bacharel em Direito (1954), Deputado Estadual, Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Francisco Sampaio, médico, diretor do Hospital Maternidade São Lucas, de Juazeiro do Norte.

JERIQUAQUARA. — Distrito do Município de Acaraú. Criado pela Lei municipal n.º 94, de 29 de junho de 1923. A vila fica na enseada desse nome, o ponto mais setentrional da costa cearense, na qual, em 1614, depois de desembarcar no Iguape (hoje Jacaúna, no Município de Aquirás) e de demorar-se no Ceará (fortim de São Sebastião, de Soares Moreno), esteve Jerônimo de Albuquerque e ali ergueu ao pé do serrote uma pequena fortaleza, com estacas de madeira — o forte de Nossa Senhora do Rosário, tendo-se celebrado a 5 de outubro festas em louvor da Santa. No mesmo ano esse fortim fora atacado (18 de junho), pela gente de Du Prat, pirata francês, compondo a tripulação de uma nau, porém é repelida heroicamente, posta em fuga os 200 homens por eles desembarcados, dos quais 12 foram mortos e cerca de 30 feridos, graças ao valor dos poucos defensores do forte, à frente deles o citado Jerônimo de Albuquerque e o capitão Manuel d'Eça. A enseada é contornada de serrotes, no topo de um dos quais, a 120 metros do nível do mar, se acha instalado um farol inaugurado em 16 de novembro de 1952, tendo sido construído sob a direção do capitão Jorge Leite da Silva. O topônimo, segundo Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 186) foi registrado no começo do século XVII, mas provavelmente já existia desde o fim do precedente. O regefeiro de Leça, piloto da armada que levou de Pernambuco ao Maranhão o Capitão-mor Alexandre de Moura, no ano de 1615, no seu **Roteiro** refere-se à paragem de Gericoacoara, e ao parcel dos acaraque. No ano anterior, em carta do Rei, o

Governador Gaspar de Sousa escreveu Jaracoara, e Diogo de Campos na **Jornada do Maranhão** (1615) grafa Geriguaguara. Registram ainda este topônimo tupi, na primeira metade do século, Bento Maciel Parente, num memorial de 1626, sob a forma Jurucoaquara; Kelian Resenlaer, 1628, que fala da praia de Jurcoaquara. Nos mapas quinhentistas ordinàriamente prefere-se o nome português de Buraco das Tartarugas. O cartógrafo Albernaz registra Juroquaquara e escreve ao lado Agulheiro das Tartarugas. Atualmente a versão portuguesa desapareceu e somente a tupi domina. Etimologicamente, Jericuacuara ou, como ordinariamente se escreve, Jeriquaquara é expressão tupi que Teodoro Sampaio interpreta: y **urucua** tartaruga, **cuara** buraco, refúgio ou esconderijo. Portanto refúgio das tartarugas. Malgrado a expressiva significação do nome indígena, os nossos tupinólogos não se tinham posto de acordo antes de Sampaio. Antônio Bezerra (**apud** Paulino Nogueira), diz no jornal **Constituição**, de 31 de maio de 1885, buraco das aves variadas, de **jeru** ou **ajeru** ave, papagaio, **guá** variada, e **coara** buraco. Martius, por sua vez, explica: enseada da várzea dos pagagaios, de **jeru** papagaio, **cuá** várzea e **cuara** buraco (sic). "Leia-se Paulino Nogueira, **Vocabulário** p. 326 e Raimundo Girão **Bichos Cearenses na Obra de Alencar**, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1977, verbete **Papagaio**. O pequeno santuário de Nossa Senhora do Rosário sobreviveu aos tempos, mas, em 1880, o agricultor Antônio Pereira Brandão tomou a si construir outra capela no lugar Caiçara, sob a invocação de São Francisco de Assis, templo que em 1914 Manuel Ferreira da Silva e outros reformaram, aumentando-o.

Em 1955 o Pe. Expedito Silveira lançou a pedra fundamental de nova capela na vila sede. Sobre Jeriquaquara leia-se Nicodemos Araújo, **Município do Aracaú — Notas para a sua história**. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará s/d, p. 279 e segs. E de modo especial — "Vicente Pinzón e o Ceará — Excursão ao Cabo de Santa Maria", de Guarino Alves, na **Revista da Sociedade de Geografia e História** (nova fase); v. VIII, ps. 45-65, março de 1979).

JOÃO CORDEIRO. — Distrito do Município de Santana do Acaraú. Criado pela Lei n.º 7022, de 27 de dezembro de 1963, com sede na povoação de Serrota. O nome é homenagem ao notável político e abolicionista João Cordeiro, nascido em Santana do Acaraú, no dia 31 de agosto de 1842, e falecido, em Fortaleza, a 12 de maio de 1931. A sua destemida atuação no movimento social e cívico de que resultou a libertação total dos escravos, no Ceará, é exemplo de quanto pode a convicção do dever patriótico.

Igualmente, na proclamação da República, tendo governado o Ceará, e representando-o na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. "Qualquer coisa que se escrever sobre o abolicionismo e o republicanismo do Ceará terá, da primeira a última página, o nome do cearense tão inquieto, tão integral nos atos, como no caráter". Leia-se **A Abolição no Ceará**, de Raimundo Girão, 2a. ed. revista, Fortaleza, publicação da Secretaria de Cultura do Ceará, 1969, e também **João Cordeiro, Abolicionista e Republicano**, São Paulo, Letras Editora, 1943, de Freitas Nobre. É interessante a sua autobiografia transcrita na **Revista do Instituto do Ceará**, v, 59, ps. 280-282.

A capela local tem como padroeira Nossa Senhora de Fátima e foi construída pelo Pe. Joviniano Loiola Sampaio. Pertence à Diocese de Sobral.

A primitiva fazenda Serrota foi arrolada na Câmara de Sobral, no ano de 1788, como pertencente ao ajudante Manuel Cordeiro da Costa, genro de Mateus Mendes de Vasconcelos, e media duas léguas de terras de comprimento por uma só frente do riacho das Rolas. Pertencera ao sesmeiro Manuel Pereira Pinto (Nota do Pe. Francisco Sadoc de Araújo). Esta sesmaria acha-se no vol. 7, fls. 582, do Livro **Datas de Sesmarias**, 1926.

JORDÃO. — Distrito do Município de Sobral. O Dec. n.º 158, de 23 de setembro de 1935, transfere a sede do Distrito de Taquara, do Município de Sobral, para a povoação de Recreio e cria no mesmo Município o Distrito de Jordão.

A vila chamou-se Boa Vista e situa-se na serra do Rosário, à margem esquerda do riacho Jordão. Este é barrado pelo açude construído em 1890 pelo Dr. João Tomé de Sabóia e Silva. A capela local, do Bispado de Sobral, tem como orago Nossa Senhora da Saúde e foi construída, em 1896, por Antônio Nicolau Ferreira Cavalcante, que conseguiu a licença respectiva a 6 de agosto do ano anterior, assinada pelo Bispo D. Joaquim José Vieira.

O topônimo é o do riacho, afluente do rio Jaibaras.

JOSÉ DE ALENCAR. — Distrito do Município de Iguatu. Chamava-se José de Alencar e assim figura na Divisão Administrativa do Brasil de 1920. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, reduziu-o para Alencar, simplesmente. Voltou a forma anterior, hoje vigente por força do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. A vila é servida pela RFFSA, com a sua estação inaugurada em 30 de março de 1916.

O nome é homenagem a José Martiniano de Alencar (José de Alencar), o maior dos romancistas do Brasil.

O padroeiro local é São Sebastião e pertence a capela à Paróquia do Prado, na cidade, cuja a invocação é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do Bispado de Iguatu.

JUÁ. — Distrito do Município de Irauçuba. Criado pela Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. A capela existente na vila data de 1872, tendo sido benzida pelo Pe. José Silvino, vigário de Santo Antônio do Aracatiaçu, em 1875. Em 1904, foi reconstruída pelo Pe. Antônio Fernandes, com a ajuda dos irmãos Antônio, Inácio e Domingos, e de Sebastião Barbosa Ribeiro. Em 1912, foi concluída a nave principal, benzendo-se a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, em 31 de maio desse ano. Pertence ao Bispado de Itapipoca.

Juá é o Juazeiro (**Ziziphus juazeiro** Mart.) da família das Ranáceas. Planta muito comum e típica dos sertões nordestinos, por excelência resistente às secas. Sombra amiga e pequeno fruto de que se alimentam os gados, comestível e de bom sabor. A raspa da enrtecasca é utilizada na fabricação de sabão e como dentifrício. Etimologicamente, vem de **a-yu-á** fruta colhida de árvore espinhenta.

JUATAMA. — Distrito do Município de Quixadá. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome de Floriano Peixoto, homenagem ao valoroso general que presidiu à República. O Distrito, como todo o Município, é cortado de norte a sul pela RFFSA (Estrada de Ferro de Baturité), que mantém aí uma de suas estações, inaugurada em 1894, no dia 4 de agosto. Anteriormente chamou-se Juá, depois Floriano Peixoto e ainda somente Floriano. A denominação atual é resultado da vigência do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e de formação artificial, tirado de **juá** fruto do juazeiro (**Ziziphus juazeiro** Mart.) da família das Ranáceas, e **tama** região, lugar = região dos juás. Foi lembrada e não aceita a forma Quinimporó (em tupi esvaziar a cuia pequena, ou despejar o pó, de **poró** esvaziar, tirar o que está dentro — segundo Pompeu Sobrinho, na **Revista do Instituto do Ceará** v, 33, p. 224. Quinimporó é o nome de um riacho, afluente do Tapuiará, tributário do rio Sitiá, que passa nas proximidades da vila.

A capela local tem como orago Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do Bispado de Quixadá.

JUAZEIRO DE BAIXO. — Distrito do Município de Morada Nova. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Popularmente conhecido por Juazeiro da Quininha. Fica a vila à margem esquerda do rio Banabuiú, e diz-se de Baixo para distinguir doutro núcleo com o nome Juazeiro, mais acima do mesmo rio.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora do Bom Parto, e foi construída, em 1937, por Manuel Melquíades Rabelo, que faleceu no ano seguinte, em terreno doado, em parte, por Quininha Rabelo, medindo 70m de frente por 50m de fundos, e, em parte, por Francisco Saraiva Rabelo, medindo 30m de frente por 50m de fundos. Pertence à Paráquia de Morada Nova, do Bispado de Limoeiro do Norte.

Aí nasceu, em 31 de março de 1924, Geraldo da Silva Nobre, Bacharel em Ciências Econômicas (1944) e em Geografia e História (1963). Jornalista, professor, historiador de seguras pesquisas e autor de várias obras do mais apurado merecimento.

JUBAIA. — Distrito do Município de Maranguape. A vila fica nas proximidades da Serra da Aratanha, a 18 km da cidade sede. Criado pela Lei n.º 998, de 31 de agosto de 1961, teve por algum tempo, em virtude da Lei n.º 1776, de 23 de novembro de 1878, a sua sede mudada para o núcleo São José da Cachoeira, para tanto mandado construir pelo proprietário do Sítio Cachoeira, o chefe político José Antônio de Moura Cavalcanti, o número de casa de tijolo e telha mínimo exigido por lei. Mais tarde, em virtude do Dec. n.º 10, de 14 de abril de 1890, a mesma sede foi transferida para a povoação de Palmeiras (hoje Município de Palmácia), voltado posteriormente para a situação primitiva.

Em tupi, a palavra tem a significação de água saudável: é currutela de **ig** por **gi**, **ju** e **aia** saudável com anteposição enfônia de **b** (Paulino Nogueira, **Vocabulário** Indígena p. 329).

O santo protetor é São Pedro, da Paróquia de Maranguape, da Arquidiocese de Fortaleza. A igreja foi fundada pela própria comunidade, destacando-se o interesse, para consegui-la, de José Ângelo de Sousa de Oliveira, Raimundo Rosa, Iquinha Domingos, Leonor de Castro Borges e Amélia Alves.

JUSTINIANO DE SERPA. — Distrito do Município de Aquirás. O antigo arraial Lagoa Seca, que figurava como Distrito no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, passou a ser sede do Distrito Serpa, na conformidade do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, preferiu chamar-lhe Justiniano de Serpa, mais que justa a homenagem (e na verdade pouca) ao grande aquirasense, jurista, político, orador, advogado, jornalista, abolicionista, cuja inteligência marcante encheu a sua época no Ceará, depois no Pará, onde passou a residir e trabalhar e, por fim, ao cenário nacional, como parlamentar de inegáveis serviços. Governou o Estado do Ceará no período de junho de 1920 a julho de 1924, não o terminando porém, pois que veio a falecer em 1.º de agosto de 1923. Fundador e um dos Patronos da Academia Cearense de Letras, instalada em Fortaleza a 15 de agosto de 1894 — Nasceu no dia 6 de janeiro de 1852. A capela local tem como padroeiro Nossa Senhora da Conceição, da Paróquia de Aquirás, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

LACERDA. — Distrito do Município de Quixeramobim. São João era a denominação antiga, substituído pelo atual, em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, em homenagem a Sebastião de Lacerda, Ministro da Viação e cujo nome foi dado à estação local da Rede de Viação Cearense (RFFSA), em torno da qual se formou o povoado.

Esta estação tem hoje o nome de Vicente de Castro, inaugurada em 14 de janeiro de 1899.

O Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, já mandava desanexar o Distrito de Sebastião de Lacerda do Município de Quixeramobim para o de Senador Pompeu.

A padroeira da capela local é Nossa Senhora Auxiliadora, pertencente ao Bispado de Quixadá.

A vila é banhada pelo riacho São João, afluente da margem esquerda do rio Banabuiú.

Aí nasceu, na localidade de Barra do Fogo, Benjamim Liberato Barroso, em 31 de março de 1859, militar de forte projeção na vida política do Ceará, a cujos distinos presidiu por duas vezes, a primeira substituindo o Presidente deposto, José Clarindo de Queirós, e a segunda o Presidente Marcos Franco Rabelo, cujo mandato terminou (1914-20). Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1933, no posto de General.

LAGOA DO MATO. — Distrito do Município de Itatira. Criado pela Lei n.º 2209, de 19 de dezembro de 1953, publicado no Diário Oficial do Governo do Estado, edição de 23 do mesmo mês. O nome vem, segundo a tradição, do fato de, pelos idos de 1877, existir em Belém do Machado (hoje cidade de Itatira), um pequeno povoado que distava da fazenda Santa Maria cerca de 32 km. A via de acesso entre um e outro passava por três lagoas; a primeira, hoje chamada Lagoa do Serrote, a segunda com o nome de Lagoa do Mato, por ser quase tomada de arbustos, e a outra, com o de Lagoa das Panelas. Em nenhuma delas, ao seu redor havia qualquer habitação, mas na Lagoa do Mato, em 1893, veio situar-se, com fazenda de gado, o sertanejo Trajano Honorato da Silva, logo no ano seguinte, instalando, ali, um depositivo de descaroçar algodão (bolandeira puxada por juntas de bois). Membros da família de Trajano comecaram a situar-se no lugar, não tardando que se levantasse, em 1901, uma capela, com a invocação de Nossa Senhora do Carmo, tendo fortemente concorrido para isso Antônio Honorato da Silva, irmão de Trajano. Foi benzer o pequeno templo o Pe. Manuel Cordeiro, vigário de Canindé.

A adoção da terra destinada ao patrimônio da Santa foi efetivada por Hervêncio Honorato da Silva. Pertence ao Bispado de Quixadá. A primeira casa de tijolo e telha construída no arraial data de 1910. O progresso da povoação não apresentou maior índice, senão depois de 1952, com a gestão, no cargo de Prefeito, de João da Silva Guerra (1963-1967), continuada em 1973. Ultimamente, com a descoberta da mina de urânio no Município de Santa Quitéria (fazenda Itatira), mas muito perto da vila de Lagoa do Mato, vem recebendo esta enorme afluxo de pessoas, atraídas pela citada mina, apresentando aspecto de agitado movimento econômico-social.

LAMBEDOURO. — Distrito do Município de Viçosa do Ceará. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Chamou-se Oiticica.

A licença para construir a capela de Santa Luzia, a padroeira, foi obtida pelo Pe. José Carneiro da Cunha, em 26 de novembro de 1912, tendo sido doado por Antônio Félix de Siqueira o respectivo patrimônio. A bênção da igrejinha deu-se no dia 24 de junho de 1913. Do Bispado de Tianguá.

LAMEIRO. — Distrito do Município do Crato. Criado pelo Dec. n.º 193, de 21 de maio de 1931 e mantido pelo Dec.-Lei n.º 169, de 31 de março de 1938. As terras que formam o hoje Distrito foram vendidas por dona Rita da Luz e Matias Pereira de Holanda por volta de 1811. Em 1816, este as vendeu a Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, o heróico e desafortnuado filho de dona Bárbara de

Alencar. Em 1842, começaram a ser retalhadas, quando então, foram adquiridas por compra em separado duas partes por José do Monte Furtado. Nessa época, foi montado o primeiro engenho de cana com foendas de madeira, pertencente ao Cel. Francisco de Leão da Franca Alencar, pai de Nélson da Franca Alencar. Nos anos de 1883, 1887, 1889 e 1901, este foi comprando parte das mesmas terras e surgiu, aí, o primeiro engenho de ferro, de sua propriedade, movido a água, para produção de aguardente e rapadura. Esse Nélson de França Alencar, conhecido por Nelson do Lameiro, foi personalidade muito singular e prestativa, notabilizando-se por suas liberalidades e firmeza da palavra. Há um verdadeiro anedotário em torno de sua individualidade. Nasceu nesse sítio do Limeiro em 11 de agosto de 1846, nele sempre viveu e nele faleceu em 13 de maio de 1933.

A capela local tem como padroeiro São José Operário e a sua construção foi iniciada pelos padres missionários redentoristas Miguel e Geraldo, vindo de Garanhuns-PE, em 1949.

Faz parte da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima do bairro do Pimenta, no Crato, pertencente ao Bispado cratense. Está o distrito cortado pelos rios Granjeiro e Batateira.

O topônimo é antigo e resultou do fato de achar-se situado em região ubérrima, encravada no sopé da serra do Araripe, donde surgem inúmeras fontes ou nascentes de água cristalina, que inundam as terras opulentas.

Valem referência especial os modernos clubes esporte-recreativos aí existentes, tais como Club Recreativo Granjeiro, o Serrano Atlético Clube, o Clube Itaytera e, Clube do BEC, todos ligados à cidade do Crato por estrada asfaltada.

LIMA CAMPOS. — Distrito do Município de Icó. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Anteriormente chamava-se Estreito. Com as obras de construção do açude público, que tomou o nome de Lima Campos (Engenheiro Artur Fragoso de Lima Campos), o povoado adensou-se e foram construídos bons prédios. Tais obras, iniciadas em 13 de abril de 1932, ano de seca, com o objetivo de socorrer flagelados da calamidade, terminaram no ano seguinte, sendo, inaugurada a barragem em data de 6 de janeiro. Foi o Engenheiro Luís Augusto da Silva Vieira, depois diretor do DNOCS, que a estudou e projetou. A capacidade do reservatório é de 60.382.000 m³, propiciando grande área de irrigação, com aproximadamente 10 mil hectares. A barragem, que toma o rio São João, tem a extensão de 185m, com a largura de 7,50 no coroamento. A bacia hidráulica é de 15.150.000m².

A nova denominação é, portanto, homenagem ao Engenheiro Lima Campos, falecido num desastre de avião no dia 26 de abril do citado ano de 1932, na Bahia. Foi ele diretor do DNOCS, de 16 de abril de 1921 até falecer. Aí mantém o DNOCS um de seus projetos de irrigação.

A vila é servida pelas estradas de asfalto Icó-Iguatu e também assim ligada à cidade de Orós. São Sebastião é o padroeiro da capela local, que pertence ao Bispado de Iguatu.

LIVRAMENTO. — Distrito do Município de Ipueiras. Criado pela Lei n.º 3922, de 25 de novembro de 1957, publicado no Diário Oficial do dia 29. A capela local, dedicada a Nossa Senhora do Livramento, por sugestão do Pe. Maximiniano Pinto Rocha, vigário de Ipueiras, foi construída em terras da família Vieira com um patrimônio organizado em 1896, constante de seis posses de terra doadas por Francisco Benjamim Lopes, João Mendes da Silva, Lourenço José de Sousa, Francisco Felício dos Santos, João Castriciano de Pinho e Francisco Felício dos Reis. Pertence ao Bispado de Crateús.

Dista a vila 18km da cidade sede do Município.

O topônimo é tirado do antigo sítio Livramento.

LOGRADOURO. — Distrito do Município de Santa Quitéria. Criado pela Lei n.º 7165, de 14.01.64, publicada no D.O. do Estado de 24 do mesmo mês.

Pertence ao Bispado de Sobral.

MACAMBIRA. — Distrito do Município de Poranga. Criado com este nome pelo Dec. n.º 1114, de 30 de dezembro de 1930. Pertenceu ao Município de Ipueiras com o nome de Santana, o núcleo originário.

Do Bispado de Crateús.

MACAOCA. — Distrito do Município de Quixeramobim. Anteriormente, era São José do Castro, nome que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, simplificou para Castro. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, adotou a denominação atual, usando o artifício da composição tupi do vocábulo por significar fortim, castro, do latim **castrum** castelo, povoação fortificada.

A capela local, pertence à Paróquia de Madalena, do Bispado de Quixadá, e tem a invocação de São José.

A vila está situada no extremo norte do Município, à margem do riacho Cacimbinha ou Castro, afluente do riacho São José, este tributário do riacho Barrigas, um dos formadores do rio Quixeramobim.

MACARAÚ. — Distrito do Município de Santa Quitéria. Ex-Entre Rios, que já gozou a categoria de Município, com a sede na povoação deste nome. Anteriormente, chamado Barra do Macaco, povoação elevada a categoria de vila com o nome Entre Rios pelo Dec. n.º 52, de 29 de agosto de 1890, e inaugurado em 7 de outubro seguinte, fora criado o Distrito de Barra do Macaco, pela Lei n.º 527, de 6 de dezembro de 1850.

Extinto pela Lei n.º 1794, de 9 de outubro de 1920. Fica a vila situada no ângulo de confluência do rio Acaraú e o seu afluente Riacho dos Macacos; daí a denominação Entre Rios. O topônimo vigorante foi dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

O topônimo é contração das sílabas de **macaco** e **Acaraú.**

Banha o riacho Pires e dessa circunstância nasceu a sugestão, não aceita, para com este nome designar-se o Município. Outra sugestão foi Amorim, desprezada por destituída de justificativa.

A capela local tem a invocação de Santana, do Bispado de Sobral. Pela Lei n.º 4750, de 26 de janeiro de 1959, recebeu este Distrito a categoria de Município, mas este não logrou efeito em virtude de disposição da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

MADALENA. — Distrito do Município de Quixeramobim. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. O Distrito é cortado pela rodovia Fortaleza-Brasília (BR-020). A vila está situada à margem esquerda do riacho Barrigas, um dos formadores do rio Quixeramobim e que toma o nome de Madalena ao passar pela vila sede.

A vila é sede da Paróquia de Madalena, do Bispado de Quixadá, com a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A essa Paróquia pertencem as igrejas do Município de Itatira, as quais, no entanto, são administradas separadamente.

Neste Distrito, acha-se instalada a Fazenda Teotônio, com o grande açude deste nome e que de início pertenceu à firma Plínio

Câmara, Vieira Ltda. e hoje está sob a direção do Grupo Édson Queiroz. É uma das mais bem montadas do Estado. Este mesmo Distrito foi elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6376, de 1.º de julho de 1963, sem contudo instalar-se, por força da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

MAJOR SIMPLÍCIO. — Distrito do Município de Nova Russas. Criado com este nome no povoado de Águas Belas, pela Lei n.º 6859, de 10 de dezembro de 1963, publicada no D.O. do Estado, de 18 do mesmo mês.

Do Bispado de Crateús.

MALHADA GRANDE. — Distrito do Município de Santa Quitéria. Criado pela Lei n.º 6577, de 20 de setembro de 1963, publicado no D.O. do Estado do Ceará, edição de 23 do mesmo mês.

Do Bispado de Sobral.

MANGABEIRA. — Distrito do Município de Lavras da Mangabeira. Antônio Félix Vieira, pernambucano que veio residir na então vila do Icó, adquiriu, em 1802, dos herdeiros do Sargento-mor Custódio Alves Martins o sítio denominado São José, que media duas léguas de frente por uma de fundo, e ali construiu, no centro de suas terras, uma casa grande, alpendrada nos quatro lados. Um de seus filhos, Manuel Vieira da Costa Neto, casando-se, ficou morando nessa casa e levantou ao lado uma capela, origem do arraial de que resultou a hoje vila de Mangabeira. Por morte de Antônio Félix Vieira, ficou para o mesmo Manuel Vieira da Costa, que aí continuou morando até 1860, quando sobrevindo a **colera-morbus,** fez a São Sebastião a promessa para que livrassem da terrível peste os moradores do lugar. Efetivamente, realizou o compromisso votivo e começou o pequeno templo dedicado ao Santo, que passou a ser o padroeiro, o qual foi inaugurada em 1863. Do Bispado do Crato.

O arraial de São José, embora lentamente, cresceu e como Distrito do Município de Lavras da Mangabeira figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, para no ano seguinte ter o nome de vila de São José, mudado este para Mangabeira, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

Constitui uma Paróquia, pertencente ao Bispado do Crato. Ver sobre Mangabeira: "História de Mangabeira", de Raimundo Pedrosa, na revista **Itaytera,** Crato, n.º 18, p. 185. Aí nasceu João Gon-

çalves de Sousa, deputado, economista, de projeção internacional e autor de livros de valor incontestável. **Ler Lavrenses Ilustres**, Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 1981, de Dimas Macedo.

MANITUBA. — Distrito do Município de Quixeramobim. Este nome foi dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, para substituir o antigo de Algodões, e tem estrutura arbitrária, desejando-se com ele traduzir grande quantidade de algodoeiros, algodoal, de **mani** ou **amani** algodão, e **tuba** muito, quantidade. A padroeira local é Nossa Senhora das Dores, do Bispado de Quixadá. Uma das características do Distrito é a fabricação de redes de dormir, muito disputadas no mercado de artesanato.

A vila está nas proximidades dos limites com o Município de Boa Viagem.

MAPUÁ. — Distrito do Município de Jaguaribe. Cortado de sul a norte pelo rio Jaguaribe, em cuja margem esquerda se acha situada a vila sede. Anteriormente, chamou-se Boa Vista, e a mudança de denominação deve-se à circunstância de encontrar-se a pouca distância do rio Mapuá, afluente jaguaribano. Tal mudança decorreu de disposição do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, que desprezou as sugestões Bandeira e Moreira, por não devidamente justificadas. No Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, o Distrito figura com o nome de Boa Vista.

A capela da vila sede tem a invocação de Santo Antônio; e foi curato quando do Episcopado de D. Luís Antônio dos Santos, o 1.º Bispo do Ceará, sendo cura o Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira, que foi Deputado Provincial e era tido como excelente tribuno. Pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

MARACANAÚ. — Distrito do Município de Maranguape. A sede é núcleo de população florescente e fica à margem da lagoa desse nome que, em tupi, quer dizer aguada das maracanãs, psitacídeos do tipo das araras, de menor porte. João Brígido acha que é composição de **Maracanã u** (verbo) significando beber, ou seja — lagoa onde as maracanãs bebem (**Revista do Instituto do Ceará** v. 16 p. 121). O Distrito é antigo e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Pela Lei n.º 6964 de 19 de dezembro de 1963, foi, com muita razão aliás, elevado a categoria de Município, mas não pôde ser instalado por força da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965. Elevando-se à categoria de Município, tendo-se realizado o necessário plebiscito com resultado favorável, depende a sua instalação de providência posterior.

A cidade é servida pela Rffsa que aí mantém estação desde 14 de janeiro de 1875. Aí se acha localizado o grande Hospital de Dermatologia Antônio Justa, (1952) e o Educandário Eunice Weaver, destinado a filhos de hansenianos. Bem no centro da cidade ergue-se o Hospital Central para Tuberculosos, moderno e de vastas proporções. É sede de Paróquia — a de São José, fundada em 2 de janeiro de 1952, pelo Pe. José Holanda do Vale. Da Arquidiocese de Fortaleza. No território desse Distrito estão o Distrito Industrial do Ceará, a CEASA (Centro de Abastecimento S.A.) e a Estação de Fruticultura de Santo Antônio de Pitaguari.

MARAGUÁ. — Distrito do Município de Mauriti. Ex-Santa Cruz e depois Vera Cruz, mudado pelo atual em virtude do dispositivo do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, nome que, segundo Pompeu Sobrinho, recorda a extinta vegetação florestal do vale que abriga a localidade.

Do Bispado do Crato.

MARARUPÁ. — Distrito do Município de Mauriti. Criado com o nome de São Félix, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome atual foi dado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, querendo-se com ele, significar a "Lagoa da Floresta".

Pertence ao Bispado do Crato.

MARINHEIROS. — Distrito do Município de Itapipoca. Criado pela Lei n.º 1153, de 20 de novembro de 1951.

A capela local tem a invocação de São Pedro, pertencente ao Bispado de Itapipoca.

MARRECAS. — Distrito do Município de Tauá. Criado pela Lei n.º 831, de 22 de setembro de 1856. A vila situa-se nas proximidades do rio Puiú, afluente do Jaguaribe, e é considerado seu fundador Manuel Cândido Pereira, que levantou a capela local em 1725, dando-se a bênção no ano seguinte. Pertence esta a Diocese de Crateús.

Padroeira é a Sagrada Família, que no altar-mor era representada por um grupo de escultura relembrando a fuga para o Egito, ou seja: Maria montada em um jumentinho com o menino nos braços e o asno puxado por São José.

Acontece que indo para ali um padre novo, achou que um animal não poderia ser objeto de culto católico, ainda que naquelas condições, e resolveu substituir dito grupo por outro em que o jumentinho não figurasse. A população do povoado reagiu, e só depois de muitas delongas é que se combinou que no altar-mor fosse colocada as imagens de Jesus, Maria e José, em posição natural, mas que fosse aberto, em parede lateral do pequeno templo, um outro altar em que ficasse colocado o grupo primitivo. E, assim, lá está.

MARROCOS. — Distrito do Município de Juazeiro do Norte. Criado com este nome pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tendo a sede no arraial denominado Junco.

A vila, apesar de sede do Distrito, não é propriamente o que se possa assim chamar, pois não passa dum conjunto de poucas pequenas casas espalhadas numa várzea do sítio Junco, outrora de propriedade de Raimundo Cesário de Alencar, o qual, em 1923, já havendo tais casas, construiu uma capela dedicada a São Raimundo Nonato. Falecido ele (sem filhos), seus herdeiros e parentes, demoliram o pequeno templo, para venderem a madeira e os tijolos. Esses mesmos herdeiros venderam as terras do sítio a Raimundo Valério Pinheiro, e, falecido este, seus filhos, ainda agora ali residentes, edificaram, em 1978, no mesmo local da antiga, outra capela menor, com a mesma invocação. Do Bispado do Crato.

Referida vila fica a dois quilômetros do rio Carás, à margem direita, perto da Lagoa do Junco. Considerado seu fundador o referido Raimundo Cesário de Alencar. A capela pertence à Paróquia de Juazeiro do Norte.

O topônimo é homenagem ao professor José Joaquim Teles Marrocos, amigo incondicional do Padre Cícero Romão Batista, personalidade muito acusada e defendida no tocante à sua participação nos chamados milagres de Juazeiro. Foi abolicionista de evidência, na capital da província. Nasceu na cidade do Crato em novembro de 1849, e faleceu em Juazeiro do Norte, a 14 de agosto de 1910.

MARRUÁS. — Distrito do Município de Tauá. Criado, com esta denominação, pelo Dec. n.º 1404, de 13 de dezembro de 1934, art. 1.º, o qual deu o nome de Carnaúbas ao Distrito de Marruás, do Município de Mombaça, este criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de agosto de 1933.

A capela local tem como orago foi fundada por D. Rita Maria, da fazenda Campo Preto, em 1828. Pertence ao Bispado de Crateús.

MATA FRESCA. — Distrito do Município de Aracati. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A capela local, muito antiga, tem como orago Nossa Senhora da Abadia, do Bispado de Limoeiro do Norte, e pertence à Paróquia de Icapuí.

A vila fica à margem direita do córrego da Mata.

MATIAS. — Distrito do Município de Pentecoste. Era Cruz do Matias o nome do núcleo, situado à margem direita do rio Canindé, que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, simplificou para o atual. Pertenceu ao Município de Arraial (hoje Uruburetama), passando, já restaurado, ao de Pentecoste, em face do Dec. n.º 1540, de 3 de maio de 1935, que elevou este à categoria de Município e também restaurou os Municípios de Araripe, Cachoeira (Solonópole), Pedra Branca, Riacho do Sangue (Jaguaretama) e Santa Cruz (Reriutaba). Juntamente com o de Cruz do Matias e desmembrados do mesmo Município de Arraial, passaram a constituir o Município de Pentecoste o Distrito de Jucu, hoje Município de Apuiarés, desmembrado do Município de Itapajé, e General Sampaio, hoje Município autônomo, desmembrado do de Canindé.

O padroeiro local é o Sagrado Coração de Jesus, do Bispado de Itapipoca.

MATRIZ. — Distrito do Município de Ipueiras. Anteriormente, São Gonçalo, pertencente ao Município de Ipu, mudado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, para Mororó e, finalmente, para a denominação atual, por força da Lei n.º 6440, de 21 de julho de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 3 de agosto seguinte. Situado sobre a serra da Ibiapaba. A atual sede do Distrito era a antiga povoação denominada Serra dos Cocos. Por Portaria de 11 de agosto de 1757, o Bispo de Pernambuco, D. Francisco Xavier Aranha, extinguiu o grande curato de Acaraú, que se estendia do rio Mundaú à Serra da Ibiapaba e o dividiu em quatro Freguesias: a de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara (Sobral), a de São José de Macavoqueira (Granja), a de São Bento da Amontada e a de São Gonçalo do Amarante, que ficou sediada na aludida povoação da Serra dos Cocos. O território desta Freguesia envolvia diversas localidades entre as quais a antiga Vila

Nova d'El-Rei, depois Campo Grande, hoje Guaraciaba do Norte, e na região serrana atendia-se desde o rio Ibuçu, ao norte, até os limites da Freguesia de Marvão, hoje Castelo, ao sul, na antiga Capitania do Piauí. Esse grande trecho da Ibiapaba, mercê de criação e jurisdição da Freguesia de São Gonçalo do Amarante, passou a denominar-se Serra dos Cocos, adotando, assim, o nome da povoação aludida em que foi sediada a Freguesia. Ainda hoje Serra dos Cocos é uma denominação local da Serra da Ibiapaba, no trecho acima aludido. A antiga Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos foi extinta em 1882 e dividida com a criação das Freguesias de Nossa Senhora da Conceição, de Ipueiras, e de São Sebastião, do Ipu. A velha Freguesia da Serra dos Cocos sobreviveu, portanto, pelo espaço de 135 anos, e foi a primeira criada no planalto da Ibiapaba.

É lugar de romarias e possui, dedicado a São Gonçalo, um dos maiores templos católicos da Diocese de Crateús, construído de pedras há cerca de 150 anos. A antiga denominação de Mororó, dada pelo referido Dec.-Lei n.º 448, foi homenagem à memória do chamado Pe. Mororó — Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo, um dos mártires da Confederação do Equador, executado, por fuzilamento, em Fortaleza, no antigo Campo da Pólvora, hoje Passeio Público, em 30 de abril de 1825. Foi ele, a certa altura, coadjutor da então paróquia de São Gonçalo da Serra dos Cocos.

MEL. — Distrito do Município de Jucás. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951 (ver Canafístula).

Do Bispado de Iguatu.

MESSEJANA. — Distrito do Município de Fortaleza. Messejana já foi Município. Era a antiga aldeia de índios denominada Paupina, dirigida pelos padres da Companhia de Jesus, tendo sido elevada a vila com o nome português de Messejana, que muitos, aliás, supõem de origem indígena (Veja-se **Revista do Instituto do Ceará**, vol. 18, pág. 22).

Inaugurou-se o Município a 1.º de janeiro de 1760 e foi declarado extinto pelo Conselho da Província, em Resolução de 6 de maio de 1833, pouco tempo depois, a 13 de dezembro, tornada sem efeito. Novamente extinto pela Lei n.º 188, de 22 de dezembro de 1839, restaurou-o a Lei n.º 1773, de 23 de novembro de 1878, elevando a povoação à categoria de vila. A Lei n.º 1913, de 31 de outubro de 1921, o suprimiu definitivamente, o mesmo fazendo em

relação ao de Parangaba, anexando-se ao Município de Fortaleza os territórios de ambos.

A Freguesia, cujo padroeiro é Nossa Senhora da Conceição, foi criada a 15 de maio de 1759, e pela Lei n.º 485, de 4 de agosto de 1849, transferida para a capela de Nossa Senhora da Penha, da de Maranguape, com esta invocação. Foi outra vez criada pela Lei n.º 1445, de 12 de outubro de 1871, desmembrada das de Fortaleza e Maranguape, dando-se a instalação canônica pela Provisão de 20 de fevereiro de 1873 e sendo seu primeiro Vigário o Padre José Ferreira da Ponte. Pertence a Arquidiocese de Fortaleza.

Ler "O Nome Messejana", de Antônio Bezerra, publicado na **Revista do Instituto do Ceará** v. 31, p. 94. Também Florival Seraine Contribuição à Toponímia Cearense cit. **Revista**, v. 75, p. 95. Ler, ainda, A Aldeia de Paupina e outras Aldeias, de Aires de Montalvo, na mesma Revista v. 83, principalmente p. 38.

MIGUEL XAVIER. — Distrito do Município de Caririaçu. Criado com este nome pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, tendo como sede o antigo povoado conhecido por Valença, representando o topônimo atual homenagem a Miguel Xavier, que, vindo do Icó, aí se estabeleceu com fazenda de gado, chegando a ser um dos grandes criadores da região.

Projetou-se na política do Município, chegando a ser Deputado Estadual. Seu nome todo era Miguel Xavier Henrique de Oliveira (ver Hugo Vitor **Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará**, Fortaleza, Editora Jundiaí, Ltda, 1947, p. 456).

A capela local tem como orago São Vicente Ferrer, foi construída no século passado e reconstruída pelo vigário da Paróquia de São Pedro, a que pertence, forânea do Bispado do Crato. A vila fica situada à margem esquerda do rio Jenipapeiro, na estrada que liga Caririaçu a Aurora. O Distrito de Miguel Xavier foi elevado a categoria de Município pela Lei n.º 6511, de 5 de setembro de 1963, publicada no Diário Oficial do Governo do Estado, edição de 23 do mesmo mês, mas não logrou instalar-se, porque esta foi declarada nula pela de n.º 8339, de 14 de agosto de 1965.

MILHÃ. — Distrito do Município de Solonópole. Pertencia ao Município de Jaguaribe-Mirim (Jaguaribe) quando, por força do Dec. n.º 1540, de 3 de maio de 1935, que restaurou o Município de Cachoeira (Solonópole), passou a integrá-lo. O nome é o de uma gramínea, de várias espécies no Ceará: capim milhã branca, capim

milhã de cacho dourado, capim milhã de talo roxo, que Renato Braga, em **Plantas do Nordeste especialmente do Ceará**. Fortaleza, Imprensa Oficial, 1960, 2.ª ed. p. 144, estuda circunstancialmente. O topônimo anterior era Conceição, tirado do da padroeira local Nossa Senhora da Conceição, cuja capela foi levantada em 1910, dando-se a respectiva bênção no dia 19 de novembro do ano seguinte pelo Pe. Raimundo Tales de Sousa, e sendo hoje sede de Paróquia, da Diocese de Iguatu. Tem-se como fundador principal da capela, hoje matriz, Bernardino Ferreira de Sousa. O seu primeiro vigário foi o Pe. Elmas Feliciano Moreira, nomeado a 15 de fevereiro de 1957, pelo Arcebispo D. Antônio Lustosa.

A vila está situada à margem direita do rio Capitão-mor, um dos formadores do açude público Boqueirão. A Lei n.º 4448, de 3 de janeiro de 1959, elevou este Distrito à categoria de Município, o que, todavia, não se efetivou por ter sido esta anulada pelo de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

MINEIROLANDIA. — Distrito do Município de Pedra Branca. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, tendo como sede o núcleo Socorro, então elevado à categoria de vila. É centro urbano florescente, à margem da estrada de rodagem CE-20, conhecida por Estrada do Algodão.

É sede de uma Paróquia, cujo padroeiro é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pertencente ao Bispado de Iguatu.

A Lei n.º 6412, de 9 de julho de 1963 elevou este Distrito à categoria de Município, e que todavia não se efetivou por ter sido esta anulada pela Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

MIRAGEM. — Distrito do Município de Caririaçu. Criado com esta denominação, tendo como sede, elevado à categoria de vila, o núcleo de Todos os Santos, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O Município chamava-se, então, São Pedro. O nome atual foi adotado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, preferido entre outros lembrados, como Caboclos, em homenagem a velha família do lugar, e Miralta, com a justificativa de ser a vila localizada no ponto mais alto da serra de São Pedro, oferecendo-se-lhe belo panorama, em verdejante miragem, nome que prevaleceu. São considerados fundadores da vila as famílias Rodrigues de Melo e Gonçalo da Costa, sendo seus primeiros moradores Joaquim Rodrigues de Melo, apelidado de Joaquim Caboclo, e Antônio Gonçalo da Costa, os quais ali implantaram fazenda de agricultura e criação de gado. Devem ainda existir no Distrito muitos descendentes. Foi também baluarte na criação da vila o francês, intimanente enraizado no Ceará, Bertrand Boris, o maior agropecuarista da região, proprietário da grande fazenda Serra Verde, com a sede no Distrito de Miragem, estendendo-se em partes dos Municípios de Crato, Farias Brito, Várzea Alegre e Granjeiro. No começo, ficou como administrador desse admirável e altamente produtivo latifúndio, o Sr. Francisco Botelho Filho, que se tornou pessoa de vasta influência na política do Município de Caririaçu, do qual foi Prefeito.

A capela local foi fundada em 1935, pelo Pe. Francisco das Chagas Barros, tem como padroeiro Nossa Senhora da Saúde e pertence à Paróquia de São Pedro, do Bispado do Crato.

A vila dista da sede do Município 12 km.

MIRAíMA. — Distrito do Município de Itapipoca. Timbaúba era como se chamava o núcleo e assim está registrado no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, até que o mudou para o atual o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. O novo nome tem em vista lembrar a escassez de matas nas circunvizinhanças da vila. O padroeiro é São Pedro e a vila é sede da Paróquia, do Bispado de Itapipoca.

Este Distrito teve a sua categoria elevada para a de Município, pela Lei n.º 6525, de 5 de setembro de 1963, sem, no entanto, chegar a instalar-se, por via da disposição da Lei n.º 8339, de 5 de setembro de 1965.

MIRAMBÉ. — Distrito do Município de Caucaia. Criado pelo Dec.-Lei n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, tendo como sede a povoação da então denominada Taquara, antes chamada Itarema. Mudado este nome para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A capela da vila tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, da Paróquia de Porangaba, da Arquidiocese de Fortaleza.

A vila fica em parte na serra do Maranguape.

O topônimo tem a significação de cipó. Considerados seus fundadores elementos da família Batista.

MISSÃO NOVA. — Distrito do Município de Missão Velha e já assim figurava no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Vetusto núcleo de população, cuja história vem do século 18, em seu come-

ço. Resultou do antigo Sítio Santo Antônio, onde residiu João Mendes Lobato e Lira, da família Lobato, tão diretamente parte na célebre luta entre Feitosas e Montes e Silva. Os Lobatos eram parceiros destes últimos. O lugar tomou o nome de Missão Nova devido a ter sido transferido para aí uns grupos de índios. João Mendes, como afirma Antônio Bezerra (**Algumas Origens do Ceará**, Fortaleza, Tipografia Minerva, 1918, p. 172) "não deu ao local de sua residência a feição de uma terra que tivesse algum valor visto que Missão Nova nada apresenta que a recomende nem ao menos regular aparência. É povoado ainda hoje dos mais atrasados e mal edificado, apesar da prodigiosa fertilidade da área de seu Distrito. Consta de uma única rua sem prédios, à esquerda da igreja, cercados de brejos por esse lado, e de três pequenos quarteirões direção do sudoeste a nordeste, contendo o primeiro, a começar da parte de baixo, 177 palmos, o segundo 144 ditos e o terceiro, 414 ditos. A igreja, que teve certa importância sob a proteção daquela família privilegiada, é pobre e de ornamentação comum às do sertão; aponta para o nordeste, e tem o oitão direito distante do alinhamento das casas 78 palmos no ângulo de fundo, e 108 no da frente. Parece que aquele pedaço de terra cearense teve por habitantes homens de somenos importância, tal a pobreza dos prédios existentes". A igreja local, construída pelo citado João Mendes Lobato, tem Santo Antônio como padroeiro. Pertence à Diocese do Crato. "O nome Missão Nova, resultou do fato de aí se terem instalados as Carmelitas de Goiana, que anteriormente, haviam outra em Missão Velha. É um dos mais antigos aglomerados humanos do Cariri, estruturado em terras de sesmarias da família Lobato, procedente do Rio São Francisco, precisamente da região do Rio de Baixo (Alagoas e Sergipe), família magnata de terras do Cariri. Os membros dessa família que vieram ter ao Cariri depois voltaram para os seus pagos de origem, permanecendo aqui o mencionado Cel. João Mendes Lobato e Lira, fundador de Missão Nova (Nota de Joaryvar Macedo).

MISSI. — Distrito do Município de Irauçuba. Tinha a denominação de Pão de Açúcar, mudado para o atual pelo Dec.-Lei n° 448, de 20 de dezembro de 1938.

Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33 p. 221) grafa **meci**, nome que resulta de **me** ou **moé** afluir vasar, exudar, e **ici** resina, igual a exudar resina; acrescentando que no vale do rio Missi, afluente do Aracatiaçu e que banha o Distrito, havia muito angico e jatobá, cuja resina é muito estimada.

A capela local tem a invocação de São José e pertence ao Bispado de Itapipoca.

A vila, colocada em pleno sertão seco de Irauçuba, é servida pela BR-222.

MONDUBIM. — Distrito do Município de Fortaleza. Criado pela Lei n.° 1153, de 22 de novembro de 1951. A vila é ligada ao centro da cidade pela Rffsa (Estrada de Ferro de Baturité), e pela rodovia CE-01. É cortada pela Avenida Perimetral Mucuripe-Barra do Ceará.

Mondubim, também grafado Mundubim ou Mudubim, é a mesma coisa de amendoim, planta herbácea e anual, cujas sementes são alimentícias, usadas de vários modos e produzem 30-40% de óleo industrializado para diversos fins. Sua classificação científica é **Arachis hypogaea** Lin., da família das Leguminosas Papilionóideas. A fórmula primitiva do vocábulo é mendobi, mandobi ou mandubi, de **mã** montão, e **ubi** estar, segundo Varnhagem, Visconde de Porto Seguro (Ler Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, verbete **Mudubim**, p. 352). João Brígido, grafando Mondubim, diz que o lugar tem o seu nome verdadeiro (primitivo) na carta holandesa de 1649: era Mondoig de **mondo** verbo que quer dizer caçar e **ig** água, lagoa, etc. Segue-se ser lagoa onde se encontravam pássaros e animais, onde os índios caçavam (**Revista do Instituto do Ceará** v. 16, p. 123). Ver Florival Seraine, "Contribuição à Toponímia Cearense", na mesma **Revista do Instituto do Ceará** v. 61, especialmente p. 234.

O Santo protetor é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, e a capela local é forânea da Arquidiocese de Fortaleza.

MONTE ALEGRE. — Distrito do Município de Canindé. Criado pela Lei n.° 7166, de 14 de janeiro de 1964, publicado no D.O. do Estado, de 24 do mesmo mês, limitando-se com os Distritos sede e o de Bonito, com sede no povoado do Ipu (Ver **Revista do Instituto do Ceará** v. 36, p. 443) sito a 18 km da cidade sede. A atual vila apresenta um aspecto pitoresco e atraente, cercada como está de verdejantes coqueiros e frondosas bananais, ostenta nas suas planícies onduladas uma natureza exuberante e amena que afeiçoa e conforta ao viajante esfalfado de longa caminhada. Ao norte e ao sul, está circundada de verdes colinas que se prolongam a grandes distâncias, formando as serras de Santo Antônio, Vertentes e

Mariana (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 36 p. 444). A sua igreja é dedicada à Sagrada Família, foi edificada graças aos esforços de Frei Matias de Ponteranica e de Estanislau Martins, terminada a construção no começo de 1913, tendo sido benta no dia 3 de agosto desse ano por Frei Angelo de Vignola. Melhorada no ano seguinte pelo Sr. Clóvis Pinto. Está construída em terreno doado por Manuel Januário de Lima.

O Sr. Clóvis Pinto Damasceno, também doou o sino e a imagem do Coração de Jesus.

Em 1949, foi aumentada e melhorada por Frei Eduardo OFM, que administrou todos os trabalhos. Pertence a Arquidiocese de Fortaleza.

MONTE NEBO. — Distrito do Município de Crateús. Criado com este nome pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, substituindo o antigo povoado de Pau Branco. O nome Monte Nebo foi lembrado pelo Pe. José Juvêncio de Andrade, vigário de Crateús de 1915 a 1942.

Relembra a montanha da Palestina, à leste do Mar Morto, donde Moisés avistou a Terra Prometida; e a vila tem como seu fundador Francisco de Alcântara Barros.

A Padroeira é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e a capela pertence ao Bispado de Crateús.

Essa capela foi fundada pelo citado Fco. de Alcântara Barros.

MONTE SION. — Distrito do Município de Parambu. Criado pela Lei n.º 7160, de 14 de janeiro de 1964. Publicada no D.O de 27 do mesmo mês.

O nome relembra a região elevada da parte nordeste da cidade de Jerusalém, fortaleza de Jibuseus tomada por Davi, que lhe mudou a denominação para cidade de Davi, iniciando-se aí a construção de uma residência para o Rei, aproveitando operários e madeira enviados pelo rei Hirão, de Tiro. Tornou-se o centro da vida nacional e religiosa do israelismo. Por fim, Sião designou o templo e toda a cidade de Jerusalém.

O padroeiro é..... pertence ao Bispado de Crateús.

A vila situa-se à margem de um riacho afluente do rio Puiú, um dos formadores do rio Jaguaribe.

MORRINHOS NOVOS. — Distrito do Município de Guaraciaba do Norte. Criado pela Lei n.º 8517, de 5 de outubro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, de 23 do mesmo mês.

Pertence ao Bispado de Tianguá.

MUMBABA. — Distrito do Município de Massapê. Criado pela Lei n.º 6802, de 25 de novembro de 1963 com a mesma denominação. A capela local tem como orago o Sagrado Coração de Jesus, e pertence ao Bispado de Sobral.

A vila está situado à margem da estrada asfaltada que liga Sobral a Massapê.

Etimologia?

MUNDAÚ. — Distrito do Município de Trairi. Pertencia ao atual Município de São Gonçalo do Amarante, por ocasião da criação do de Trairi, em face de despositivo da Lei n.º 1153, de 22 de setembro de 1951. Antes, a Lei n.º 1771, de 19 de novembro de 1878, anexou-o ao Município de Imperatriz, hoje Itapipoca, passando depois para o de Trairi, por força da Lei n.º 2045, de 9 de novembro de 1883. A vila sede situa-se na enseada em que desemboca o rio Mundaú (margem direita), o qual tem as suas nascentes no centro da Serra de Uruburetama, no lugar Segredo, somando o seu curso 100 km. "Este nome evidentemente é tupi, esclarece Pompeu Sobrinho. Aparece no começo do XVII século. Colhemo-lo em primeira mão na carta que Diogo de Meneses escreveu da Bahia ao Rei em 1612, sob a forma **Mondahu**. Depois aparece em muitos documentos com grafias ligeiramente diferentes. Resenlaer ouviu dos índios o que entendeu ser **Pendahug** em 1628; Hondius escreveu **Mondahug**, em 1636; Laet, **Mendahug** e Santa Teresa **Mundahug**. O rio Mundaú foi algumas vezes confundido com outros que lhe são vizinhos. Com o atual riacho Flecheiras, por exemplo, tomando o nome de **Mondeituba** ou **Molytatuba**, que parece ser uma mistura de **Mundaú** e **tatajuba**, antiga denominação do referido riacho. João Blaeu explica no seu mapa de 1649 que **Mana** e **Mondaug** designam o mesmo rio, e Santa Teresa escreveu **Manu** ou **Mundahug**. Albernaz em um de seus mapas registra **Modoyta** e noutro **Modeituba**. Nas cartas de sesmarias, mesmo nas mais antigas, o topônimo afeta grafia muito semelhante à atual. Achamo-lo em datas de sesmarias de 1682, 1683, 1694 e 1706, sempre escrito **Mundahu**. Etimologicamente, o nome terá vindo de **mandi** uma espécie de peixe, e **hu** água, segundo Martius, ou, segundo José de Alencar (**Iracema**, nota 3 ao cap. XX), resulta de **mundé** cilada,

e **hu** água, por motivo do grande número de voltas, verdadeiras surpresas, que o rio apresenta no seu curso. Com Alencar está de acordo Paulino Nogueira — **Vocabulário Indígena** 354. Para o mesmo Pompeu Sobrinho, "as formas **pondaú, mondaú** ou **mundaú** são alterações de **mondá** furtar, o furto, **u de y**, água do rio, aguada; aguada ou rio do furto. Talvez seja aguada dos ladrões, pois se encontra no Regimento de Pilotos de Mariz (1655) a forma **Mundasery**, que parece ser alteração de **mundá-cara-y**: a aguada dos que furtam, dos furtadores ou ladrões.

Para Martius seria alteração de **mandi**, o peixe **Pimelodus maculatus**, e **y**: o rio dos mandis. Neste caso, porém, deveria existir uma forma **mandahu** ou semelhante, que não encontramos. Para Paulino Nogueira, seria o rio tortuoso, de **mondé** cilada e **hu** rio. Também não achamos uma forma **mondé** (armadilha, alçapão, etc) e **hu** ou **y**. Em Albernaz (mapa, 1666) está **Modeituba**, que se poderia interpretar como muitos mondés, abundância de armadilhas, de **mondé-tuba**" (**Revista do Instituto do Ceará** v. 59, p. 200)

O padroeiro da capela local é São Pedro, do Bispado de Itapipoca, levantada em 1857 e recebendo a bênção litúrgica no mesmo ano, pelo Pe. Pedro; construiu-a o Major Manuel Carneiro, em terreno de 1 km², doado por D. Maria da Glória. Soterrada, outra capela foi levantada em 1911, sob a orientação do Pe. José Romualdo de Sousa Soares, Vigário de Caucaia.

MURIBECA. — Distrito do Município de Santa Quitéria. Criado pela Lei n.º 7020, de 27 de dezembro de 1963, com a sede no povoado de igual nome.

A capela local tem como padroeiro São João Batista, do Bispado de Sobral.

Neste Distrito, nos limites com o de Lagoa do Mato, do Município de Itatira e nas proximidades do povoado de Itataia, região da serra do Céu, encontra-se a céu aberto grande jazida de urânio, a maior do Brasil, com a capacidade de produzir desse minério mais de 120 mil toneladas, de excelente teor e suficiente para garantir, por 30 anos, o funcionamento de 35 reatores atômicos. As explorações começaram em 1977.

O topônimo, segundo Teodoro Sampaio (**O Tupi na Geografia Nacional**, São Paulo, Casa Eclética, 1901), é corrutela de **meru — beca** mosca importuna, o mosquito persistente ou insistente.

MURITI. — Distrito do Município do Crato. Tinha o nome de Buriti, criado pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, e mudado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. É o nome de uma bela palmeira (**Mauritia vinifera** Martius), cujas palmas se dispõem em forma de leque e da qual tudo se aproveita. "A polpa carnosa do fruto, amarela, oleosa e açucarada, emprega-se na confecção de doce e bebida refrigerante. As amêndoas encerram óleo finíssimo, vermelho-sanguíneo, consumido na alimentação. O broto terminal produz saboroso palmito. As folhas dão cobertura para casas, fibras muito resistentes e, em banhos, são emolientes. Os pecíolos servem para tapumes e para balsas. O caule, por incisão, fornece suco vinhoso, tônico, de sabor excelente" (Renato Braga, **Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Universitária, 1960, 3.ª ed.)

Muriti é a mesma coisa que buriti, sendo mais usado esta última grafia.

O vocábulo é corrutela de **moró** nutrir e **ti** fruto, isto é, fruto nutritivo. Ou segundo outra versão — a de Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará** v. 33, p. 215): Muriti vem de **mo** fazer + **iri** correr água, e **ty** sufixo que exprime hábito, freqüência = fazer fluir água constantemente — a palmeira viceja onde há água corrente.

No então povoado de Buriti, que dista poucos quilômetros da cidade do Crato, é que se travou, em 27 de novembro de 1831, sangrento combate entre as forças imperiais e os homens do caudilho Pinto Madeira. A comissão encarregada da revisão toponímica cearense, trabalho de que resultou o citado Dec.-Lei n.º 1114, não aceitou a sugestão Buritilândia.

A vila fica na estrada asfaltada que liga a cidade de Crato a Juazeiro do Norte, e nela se acham instaladas várias indústrias mais pesadas. À margem direita do rio Batateiras.

A padroeira da capela local é a Imaculada Conceição e quem fundou foi Antônio Ferreira Lobo, construindo-a em 1890. Pertence ao Bispado do Crato.

MUTAMBEIRAS. — Distrito do Município de Santana do Acaraú. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, mudou para este nome o antigo de Mutambinha. Antes, foi Ermida de São Gonçalo da Mutambeira.

Mutamba (**Guazuma ulmifolia** Lam) é árvore da família das Esterculiáceas.

Lei n.º 6762, de 14 de novembro de 1963, elevou este Distrito à categoria de município, porém não chegou a instalar-se, porque foi dita lei revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

O orago da capela é São Gonçalo, da Paróquia de Santa Ana (sede), do Bispado de Sobral. A primitiva ermida foi construída na segunda década do século XIX, e reformada pelo Pe. Joviniano Loiola Sampaio, em 1956, quando lhe acrescentou a torre.

"Em 14 de julho de 1833, a Câmara de Sobral, sob a presidência do Pe. Francisco Gomes Parente, criou o Distrito de Ermida de São Gonçalo de Mutambeira, compreendendo desde a fazenda do Corgo, exclusive, de uma e outra banda do rio Acaraú, até os limites do novo Distrito de Santana (criado a 11 de julho), sendo da parte de baixo a fazenda Boca do Corgo, exclusive, e da parte do nascente até entestar com os antigos limites da Freguesia de Almofala e da parte do poente até entestar com os limites da Frequesia da Vila de Granja. Contém este distrito 104 casas habitadas" (Livro de Vereações da Câmara de Sobral, 1833). Nota do Pe. Francisco Sadoc de Araújo.

A vila fica à margem direita do Rio Acaraú e o nome deve-se a frondosa mutambeira (Guazuma ulmifolia Lam.) da família das Esterculiáceas), perto da primitiva igrejinha.

NARANIÚ. — Distrito do Município de Várzea Alegre. Ex-São Caetano. Pertencente ao Município de Lavras da Mangabeira, foi transferido para o de Várzea Alegre pela Lei n.º 729, de 6 de agosto de 1860.

O nome atual é conseqüência de dispositivo do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943 e tirado de um riacho da região.

Teria sido Leandrópolis, se a Comissão encarregada do anteprojeto de que resultou o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, tivesse aceito esta sugestão feita para homenagear Pedro Leandro Silva, tido como um dos primeiros a concorrer para o nascimento da vila, que no extremo norte do Município é banhada pelo riacho São Miguel, afluente da margem esquerda do rio Salgado. O padroeiro é São Caetano e a respectiva capela tem origem na doação que a este Santo fizeram, por escritura de 30 de abril de 1755, João da Cunha Gadelha e sua mulher, Maria Manuela Pereira das Neves. A doação era do sítio São Caetano, havido pelos doadores do Tenente-Coronel Bernardo Duarte Pinheiro, e tinha como objetivo construir o patrimônio de uma capela a ser edificada com a invocação do mesmo Santo.

Filial da matriz do Icó até 1813, quando se transferiu para a de Lavras, com a criação da Freguesia de São Vicente Ferrer de Lavras. Em 1863, passou a integrar a Paróquia de Várzea Alegre, hoje do Bispado de Crato. Em torno desse templo é que se adensou o núcleo humano.

Ver "Lavras da Mangabeira — Dos Primórdios a Vila", de Joaryvar Macedo, na revista **Itaytera** n.º 15, p. 147, com separata. Fortaleza, 1981, p. 232-33.

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO. — Distrito do Município de Monsenhor Tabosa. Criado pela Lei n.º 6898, de 16 de dezembro de 1953, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 14 do mesmo mês, tendo como sede, elevado à vila, o povoado de Livramento.

O padroeiro é a santa do topônimo, e a capela pertence ao Bispado de Crateús.

NOVA BETÂNIA. — Distrito do município de Farias Brito. Criado pela Lei n.º 2194, de 15 de dezembro de 1953, publicada no D.O. de 23 do mesmo mês. Antes, chamava-se Barreiros.

A velha capela local tem a invocação de Nossa Senhora das Graças e foi fundada por elementos da família Ferreira. Do Bispado do Crato.

A vila fica situada à margem esquerda do rio Cariús, e resultou do desenvolvimento do arraial formado em torno da capela.

O nome atual foi adotado por sugestão do Pe. David Moreira.

NOVA BETÂNIA. — Distrito do Município de Nova Russas. Criado pela Lei n.º 6760, de 13 de novembro de 1963. A vila fica à margem do riacho Coronel, afluente da margem direita do rio Acaraú.

A capela local tem como padroeiro o Sagrado Coração de Jesus, pertencente ao Bispado de Crateús.

Com denominação igual há outro Distrito no Município de Farias Brito.

NOVA FÁTIMA. — Distrito do Município de Ipueiras. Criado, com este nome, pela Lei n.º 6758, de 13 de novembro de 1963. Sobre a serra da Ibiapaba, dista a vila 12 km da cidade sede do Município. O nome anterior era Engenho dos Capuxus, antigo sítio de

propriedade da Família Ferreira, alcunhada de Capuxus, hoje grandemente disseminada pelo Município de Nova Russas.

A capela local é dedicada a Nossa Senhora do Rosário de Fátima, do Bispado de Crateús.

NOVA FLORESTA. — Distrito do Município de Jaguaribe. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

A capela local tem a invocação de..... e pertence a Paroquia de Feiticeiro (do mesmo Município), do Bispado de Iguatu.

A vila está à margem do açude público Feiticeiro que barra o rio deste nome (Ver o verbete **Feiticeiro**).

NOVO ASSIS. — Distrito do Município de Parambu. Criado pela Lei n.º 7160, de 14 de janeiro de 1964, juntamente com o de Monte Sion.

A vila fica no extremo norte do território municipal.

O padroeiro local é..... e pertence ao Bispado de Crateús.

OCARA. — Distrito do Município de Aracoiaba. Criado, com o nome de Jurema, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Substituido pelo atual em virtude do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Por ocasiao do preparo deste foram sugeridos os nomes Caramuru, Annanguera e Jacarandá.

São considerados fundadores da vila elementos da família de João Correia dos Santos, fazendeiro e comerciante, falecido em 1958, com 80 anos de idade.

Santo Antônio é o padroeiro da capela local, pertencente à Paróquia de Ideal, da Arquidiocese de Fortaleza.

Ocara é palavra da língua tupí para significar pátio, terreiro, ou terraço da aldeia ou taba. Por quê?

OITICICA. — Distrito do Município de Crateús. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O nome é o da árvore **Licania rígida** Benth, **Pleuragina umbrossima** Ar. Câmara, da família das Rosáceas. De majestoso porte, grande copa, a fornecer amena sombra no ardor do clima sertanejo. Vale principalmente pelo fruto, que produz, em abundância, uma semente rica em óleo próprio para tintas e vernizes, objeto de larga exploração no Ceará

e de recompensadas exportações. A amenidante de sua sombra deu aso a que, louvando o Dr.Arrojado Lisboa, Diretor da Antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas (hoje DNOCS), que usava longa barba, epigramasse um dos nossos menestréis do sertão:

"Eu debaixo destas barbas
Eu durmo num bom sombrio,
Que as barbas deste Doutor
Como a oiticica do rio,
Dá rancho p'ra camboieiro,
Coito de cabra vadio."

O nome, do tupi, forma-se de **uiti** do que se tira resina e **icig** (i água e **cig, hig,** ou **cib** pegajoso).

A capela local tem a invocação de N. Senhora das Graças e pertence ao Bispado de Crateús.

A vila é servida por uma das estações da Estrada de Ferro de Sobral (Rffsa), inaugurada em 1932, no dia 30 de novembro, fica nas proximidades da margem esquerda do rio Poti, perto do boqueirão sobre o rio, onde este corta a serra da Ibiapaba. Bem defronte ao Estado do Piauí.

OLHO D'ÁGUA. — Distrito do Município de Sobral. Criado juntamente com o de Trapiá, pela Lei n.º 3958, de 10 de dezembro de 1957. Fica a vila à margem do riacho Olho d'água, e daí o nome. Tem como padroeiro São Francisco cuja capela foi fundada por Rafael Isidoro de Arruda e pertence ao Bispado de Sobral.

O riacho Olho d'água é afluente do rio Jaibaras.

A vila está nos limites com o Município de Cariré.

OLHO D'ÁGUA DA BICA. — Distrito do Município de Tabuleiro do Norte. Pertenceu ao Município de Limoeiro (do Norte), com este nome, que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, simplificou para Bica.

Voltou a denominação de Olho d'água da Bica pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Passou a pertencer ao Município de Tabuleiro do Norte ao ser este criado pela Lei n.º 3815, de 13 de setembro de 1957.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Saúde, fundada em 1882, é motivo de romarias que ali se fazem anualmente, a 15 de agosto, constituídas de fiéis que vêm de vários pontos

do Vale do Jaguaribe e do Estado do Rio Grande do Norte. Pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

Junto à vila, acha-se o famoso olho dágua, ao pé da serra do Apodi, o qual desempenhou papel saliente nas relações do Rio Grande do Norte com o Ceará, através da mesma serra, isto em virtude de constituir lugar obrigatório para a bebidas das boiadas e tropas de animais que por ali passavam.

OLIVEIRA. — Distrito do Município de Tamboril. Criado pela Lei n.º 4197, de 6 de setembro de 1958. Anteriormente, chamou-se Rodilho.

A vila está à margem esquerda do riacho da Onça, um dos formadores do rio Jatobá, tributário do rio Poti.

Pertence ao Bispado de Crateús a capela local, cujo orago é São Francisco Xavier e foi fundada por Sebastião Vidal de Araújo, em 1922, dando-se a respectiva bênção em 1923, quando a vila tomou o nome atual, dado em homenagem ao vigário Pe. Oliveira (Manuel Vitorino de Oliveira). As terras em que se encontra dita capela, foram doadas por Francisco Adelino de Melo e Deolina Ferreira Viana.

PADRE CICERO. — Distrito do Município de Juazeiro do Norte. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448 de 20 de dezembro de 1938, com este nome e sede no arraial de Palmeirinha. Homenagem ao Padre Cícero Romão Batista, nascido na cidade do Crato, em 24 de março de 1844. Ordenou-se no Seminário Diocesano de Fortaleza e veio a tornar-se nacionalmente conhecido pela sua atuação religiosa e política, tendo como centro o núcleo populacional de Juazeiro, hoje cidade de Juazeiro do Norte, no Cariri, Ceará. Em torno de sua pessoa fez-se verdadeiro misticismo, que cada vez mais se radica nas populações do interior nordestino, que o veneram em constantes romarias. Personalidade muito discutida e por muitos combatida, não será, no entanto, possível negar o seu notável trabalho em favor do Município que escolheu para centro de sua vida e das suas atividades sacerdotais. Aí faleceu em 20 de julho de 1934. Ver **Roteiro Bibliográfico da História do Ceará**, introdutório de **Pequena História do Ceará**, 4.ª ed., de Raimundo Girão. A vila fica situada à margem direita do rio Carás, perto do açude Coité, e é considerado seu fundador João Rafael, construtor da capela em terras da viúva Bárbara Cardoso do Amaral (viúva de José Tavares). Para tanto, contou com o concurso da família ali residente — os Rafael, os Anastácio e os Tavares, proprietários aí radicados. Referida capela constitui centro das primeiras residências que, aos poucos, foram formando a vila. O orago é o Sagrado Coração de Jesus. Da Paróquia de Juazeiro do Norte, Bispado do Crato.

PADRE LINHARES. — Distrito do Município de Massapê. Chamava-se São Luís, e com o nome atual foi criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. A denominação de Padre Linhares foi adotada em honra da memória do Pe. Francisco Linhares, nascido em Cariré no dia 25 de dezembro de 1911, e falecido na cidade de Sobral em 12 de setembro de 1941. Identificou-se intimamente com a gente de sua Paróquia, a que serviu desde 11 de janeiro de 1936, até o seu falecimento.

Ordenou-se sacerdote em 21 de setembro de 1935. Muitos são as realizações de ordem religiosa e social deixadas por ele no Município massapeense.

O Distrito teve as regalias de Município em virtude da Lei n.º 6889, de 13 de dezembro de 1963, mas tal não prevaleceu, pois que dita lei foi anulada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965. A capela local tem a invocação de São Luís, edificada graças aos esforços do citado Pe. Linhares. Pertence ao Bispado de Sobral.

PADRE VIEIRA. — Distrito do Município de Viçosa do Ceará. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com este nome e sede no velho arraial Pé do Morro. O topônimo é homenagem ao Padre Antônio Vieira, o afamado jesuíta, escritor e consagrado orador, nascido em Lisboa no ano de 1608 e falecido em 1697, já nonagenário. A sua obra escrita, no mais puro estilo e em linguagem clássica, é imensa. Abrange mais de 200 sermões, mais de 500 cartas e inúmeros trabalhos de cunho político e literário. Grandes serviços prestou ao Brasil, no seu mister de missionário, tendo estado a pregar e a mostrar exemplos na Serra da Ibiapaba. Desse seu afanoso esforço catequético deixou substanciosa notícia — **Relação da Missão da Ibiapaba**, na qual se encontram valiosos e interessantes informações acerta da influência calvinista sobre os índios com que privou. Ele mesmo disse: "Pelo segundo nascimento devo ao Brasil as abrigações de Pátria."

O santo protetor é São Francisco de Assis, do Bispado de Tianguá, e a capela foi construída graças ao trabalho do Pe. José Carneiro da Cunha, tendo sido benta, por ele. Ajudaram-no na edificação José Firmino Siqueira, alto comerciante em Viçosa, Manuel José da Silva, comerciante e agricultor, Inácio Ribeiro, destacado

vaqueiro, Manuel Tristão Pacheco, agricultor e fazendeiro, Lívio Pacheco (Lely Pery), consagrado poeta, e outros.

PAJEÚ. — Distrito do Município de Araripe. Criado pela Lei n.º 7140, de 10.2.64 D.O. do dia 27 povoado do mesmo mês.

O topônimo, em tupi, vale do rio do Jajé, de **Pajé**, feiticeiro, sacerdote, oráculo e **hu** água, rio (ver Paulino Nogueira, **Vocabulário**, p. 362).

Do Bispado do Crato.

A vila fica bem na fronteira com o Município de Campos Sales e é servida pela estrada asfaltada que liga Crato ao Piauí.

PALESTINA. — Distrito do Município de Orós. Em virtude da construção do grande açude Orós, os moradores dos sítios localizados na bacia hidrográfica e obrigados a retirarem-se, construíram, em 1960, no povoado sito à margem do mesmo reservatório, em terras de propriedade de Manuel Pereira.

Em 1964 foi criado o Distrito pela Lei n.º 7168, de 14 de janeiro.

A padroeira da capela local é Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Iguatu.

PALESTINA DO NORTE. — Distrito do Município de Meruoca. Criado pela Lei n.º 7167, de 14 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Estado, de 24 do mesmo mês. O povoado, depois vila, surgiu em volta da capelinha dedicada a São Francisco de Assis levantada no sítio São Pedro, à margem esquerda do riacho Mata Fresca. Manuel de Oliveira Feitosa e sua mulher, Francisca de Sales Pinto Feitosa, pediram ao Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, licença para construção de uma capela no local, tendo como orago São Francisco. Isto em 14 de julho de 1887, e logo a 29 do mesmo mês foi assinada a competente provisão. Dita capela seria construída no terreno de 50 braças de frente por 80 de fundos em 4 de julho do mesmo ano, por Juaquim de Albuquerque Rodrigues e sua mulher Antônia Alice dos Santos Rodrigues. A respectiva escritura foi lavrada em notas do Tabelião de Sobral, Zacarias Tomás da Costa Gondim. Antes, o terreno pertencera a Justino Lopes Freire. Em 3 de setembro do dito ano foi plantada a pedra fundamental, em solenidade rezada pelo Pe. Diogo José de Sousa Lima, mudando-se, nesta ocasião, o nome de São Pedro para o de Palestina, que ao criar-se o Distrito passou a ser Palestina do Norte, a fim de diferençar-se da cidade de Palestina, no Estado de São Paulo. O pequeno templo foi reformado em 1948, graças ao trabalho do Mons. José Furtado Cavalcante. Do Bispado de Sobral.

A vila é servida pela estrada que liga a sede do Município à cidade de Sobral.

PALMATÓRIA. — Distrito do Município de Itapiúna. Criado pela Lei n.º 3599, de 20 de maio de 1957.

A capela local tem como orago São Félix de Valois, do Arcebispado de Fortaleza.

A vila fica bem no limite com o Município de Capistrano.

PANACUÍ. — Distrito do Município de Marco. Anteriormente, era Distrito do Município de Santana do Acaraú, com o nome de Tucunduba, rio que banha a vila. A denominação atual deve-se ao Dec. Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. O Distrito foi criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

A capela local tem a invocação de N. Senhora do Perpétuo Socorro, do Bispado de Sobral.

PARABIBU. — Distrito do Município de Quixeramobim. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Anteriormente, chamou-se Canafístula, nome mudado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, adotado pela circunstância de ser a vila banhada pelo riacho dessa denominação.

A melhor versão é a de que o núcleo inicial resultou da expansão da fazenda Canafístula, de propriedade do Tenente-General Vicente Alves da Fonseca, que ali construiu o primeiro açude público do Ceará, em 1776.

Hoje a fazenda pertence ao grupo Damião Carneiro & Filhos, e nela é que ocorreu o célebre crime de que foi autora Maria Lessa, a infortunada D. Guidinha do Poço, do romance de Oliveira Paiva.

A capela local é dedicada à Sagrada Família. Pertence ao Bispado de Quixadá.

Pompeu Sobrinho registra o nome com a grafia Pirapibu, rio afluente do Quixeramobim, também chamado riacho do Nobre. De **Pira** (peixe) e **ybu** (olho d'água = olho dágua do peixe (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 223).

PARACUÁ. — Distrito do Município de Uruoca. Era Distrito do Município de Granja, com o nome de Coreaú. Mas com a mudança do nome do Município de Palma para este de Coreaú, resol-

vida pela Comissão encarregada do anteprojeto de que resultou o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, houve necessidade de fazer-se a substituição, adotando-se a designação Paracuá, a qual teria sido formada de **pará** ou **paraná** rio, aguada, e **cuá** cintura, o meio de qualquer coisa.

Ao ser criado o Município de Uruoca, que era outro Distrito de Granja, isto em virtude de Lei n.º 3560, de 26 de março de 1957, para integrá-lo foi-lhe anexado o Distrito referido de Coreaú.

A capela de Pacacuá acha-se sob a invocação de São Francisco de Assis ou das Chagas, pertence à Paróquia de Granja, do Bispado de Tianguá.

PARAIPABA. — Distrito do Município de Paracuru. Antigamente e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de setembro de 1933, chamava-se Passagem do Tigre, depois em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, simplesmente Tigre, então do Município de Anacetaba (S. Gonçalo do Amarante). Teve esta denominação mudada para a atual **ex vi** do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, e adotada para relembrar antiga aldeia dos índios Anacés, que por ali vagavam. Por ocasião do projeto de mudança de topônimos de cidades e vilas cearenses, objeto confiado a uma comissão constituída do Eng.º Pompeu Sobrinho, do Bacharel em direito Tomás Gomes da Silva e do Eng.º Paulo Torcápio Ferreira e secretariado pelo Dr. Mozart Soriano Aderaldo, foram sugeridas as denominações de Curuaçu, igual, em tupi, a **seixo rolado**, e a de Almécegas, uma árvore resinosa e nome de conhecida lagoa das proximidades, mas as sugestões não vigoraram.

Hoje se acha aí localizado um dos projetos de irrigação do DNOCS, o chamado Projeto Curu — Paraipaba, sito à margem esquerda do rio Curu, com a area irrigável de 6.440 ha, utilizando o sistema de aspersão, o que permite um aproveitamento da água utilizada na ordem de 70%. Tem como recursos hídricos os grandes açudes Genereal Sampaio, Pereira de Miranda e Caxitoré, os quais totalizam a capacidade de 919.838.000m³. Cerca de 1.600 famílias estão sendo aí assentadas, dedicando-se à criação de gado leiteiro da raça holandesa e ao cultivo da cana de açúcar, forragens, mandioca, feijão e hosticultura.

A igreja local tem a invocação de Santa Rita de Cássia e é sede de Paróquia inaugurada em 13 de maio de 1979, pertencente ao Bispado de Itapipoca. Esse templo foi construído entre 1965 e 1969, por ocasião da mudança da situação da vila (1964) que fica-

va bem à margem esquerda do rio Curu, mas sujeita a constantes inundações, sendo por isso conveniente deslocá-la para lugar mais alto, que é o atual, a 3 km de distância.

Nisso foi decisivo o trabalho do Prefeito de Paracuru, Francisco Batista de Azevedo, do Pe. José Olavo Rodrigues e do Sr. Afonso Barroso Cordeiro, nascido no Distrito e que muito já concorrido para o seu progresso, através dos diversos cargos que tem ocupado. Neste mesmo Distrito, à margem direita do citado rio Curu, acha-se a grande fazenda Araçás, da Empresa Agropecuária Alves Granjeiro, com usina de produção de açúcar e álcool.

PARAJURU. — Distrito do Município de Beberibe. Antes, chamava-se Barrinha, assim o registra o Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Situada à beira-mar, na foz do rio Pirangi. O Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou o velho nome para o atual, adotando a forma tupi, composta de **para** ou **paraná** mar e **juru** boca, gargalo.

A capela da vila, construída em 1926, tem a invocação de Bom Jesus dos Navegantes, da Paróquia de Beberibe, Arquidiocese de Fortaleza. São considerados fundadores do povoado Raimundo Inácio dos Santos, João Ferreira, João Marcelino de Sousa, Raimundo Juventino do Vale, João Antônio dos Santos e Cândido Lobão.

Pertenceu ao município de Cascavel, mas passou a integrar o de Beberibe com a restauração deste pelo Dec. n.º 1153, de 22 de setembro de 1951. A Lei n.º 6439, de 21 de julho de 1963, elevou-o a categoria de Município, mas sem resultado, pois esta lei foi anulada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

A vila é servida pela estrada asfaltada Fortaleza-Aracati (CE-111).

PARANGABA. — Anteriormente, Porangaba já gozou os foros de Município. Era uma das aldeias de índios dirigidas pelos jesuítas, tendo sido elevada a vila com o nome lusitano de Arronche (uma vila de Leiria, em Portugal), em 25 de outubro de 1759. O Município inaugurou-se a 25 de outubro desse ano. Identicamente a Messejana, foi extinto pela Reslução de 6 de maio de 1833, do Conselho Provincial, declarada sem efeito a 13 de dezembro seguinte. A Lei n.º 2, de 13 de maio de 1835, extinguiu de novo o Município, que foi restaurado, com o nome anterior de Porangaba, pela Lei n.º 2097, de 25 de navembro de 1885. Por fim, suprimiu-o a Lei n.º 1913, de 31 de outubro de 1921, incorporando-o ao de Fortaleza como simples Distrito.

Ao serem expulsos os jesuítas, em 1759, na aldeia de Parangaba foi criada uma Freguesia, que teve como primeiro Vigário o Padre Antônio Coelho do Amaral e, mais adiante, foi extinta pela Lei n.º 16, de 2 de junho de 1835. Em 1876, em virtude da Lei n.º 1728, de 13 de agosto, foi novamente criada, sendo canonicamente instituída por Provisão de 16 de março de 1877. A primitiva igreja de Parangaba foi construída pelos missionários Padres Francisco Pinto e Luís Figueira, em 1607, e, mais tarde reconstruída, no fim do século 18, pelo Tenente de Ordenanças, Albano da Costa dos Anjos. Melhorou-a e aumentou-a consideravelmente o Coronel Francisco da Silva Albano, em 1880. O padroeiro é Bom Jesus dos Aflitos, da Arquidiocese de Fortaleza.

A vila, hoje totalmente absorvida pela expansão urbana da Capital, fica à margem da decantada, por José de Alencar, lagoa da beleza. Assim a aprecia Pompeu Sobrinho. "No domínio da ficção e do sonho mais sedutor do que o vocábulo deturpado pelo poeta que o queria ajustar aos seus belos devaneios; mas no domínio do real, da história, é absurda, e por issso podemos de bom grado perdê-lo", e acrescenta: "Jamais o índio com o seu bom senso, alta capacidade de apreensão, e dado o seu nível cultural, chamaria a uma ipueira ou lagoinha de **Beleza** (Porangaba), nome de significação puramente abstrata. Se quisesse exprimir que certa lagoa ou riacho era bonita, diria Ipaporanga (Ver este verbete, neste trabalho) ou Iporanga. A ipueira qeu ficava ao lado da aldeia, se realmente tivesse aos olhos do aborígine qualquer coisa de belo seria Ipuporanga. Para traduzir o aspecto local da região em apreço, de certo impressionante nos meses de bons invernos, pela inundação do vale raso e aberto, quando os ipus transbordantes se cobriam com um vasto lençol líquido grandes extensões, foi que o potiguara criou a expressão **Parangaba**, tal como aparece escrita nos mais antigos documentos do tempo da primitiva aldeia".

Noutro local, o mesmo Pompeu Sobrinho escreve: **Porangaba.** Antiga aldeia de índios Potiguaras, hoje vila, perto da capital. A grafia antiga era Parangaba, de **para** (mar) + **angab** (aparência, parecido). Com a grafia atual, admite-se a interpretação usual (beleza), que me parece não estar de acordo com a índole dos selvagens" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 223).

Ler Contribuição à Toponímia Cearense, de Florival Seraine, na **Revista do Instituto do Ceará**, especialmente p. 237. Ler, ainda, **"A Aldeia de Paupina e outras aldeias"**, de Aires de Montalbo, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 15 p. 62.

PARAPUÍ. — Distrito do Município de Santana do Acaraú. Chamou-se Estreito e assim figurava no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, nome mudado para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. O vocábulo, tupi, é alusão à angustura do leito do rio que inspirou o nome português. O rio é o Acaraú, em cuja margem esquerda se acha situada a vila sede. A Lei n.º 6761 de 13 de novembro de 1963, elevou este Distrito à categoria de Município, desmembrado do de Santana do Acaraú, mas esta não logrou efeito em virtude de que dispõe a Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

O padroeiro local é São Francisco de Assis, da Paróquia de Santana, pertencente ao Bispado de Sobral. A licença para a construção da capela foi dada por D. Joaquim José Vieira, em 4 de maio de 1885, a favor de Manuel Joaquim Cajazeira. Dita capela foi reformada pelo Pe. Joviniano Loiola Sampaio, em 1956, que lhe acrescentou a torre.

O primitivo nome, Estreito, provém de a localidade estar situada no estreitamento da passagem entre o leito do rio Acaraú e o morro Mucuripe. O nome atual Parapuí significa leito do rio. A fazenda Estreito, pertencente ao Ajudante Francisco de Faria Almeida, já existia em 1788, conforme foi arrolada pela Câmara de Sobral, nesse ano (Nota do Pe. Francisco Sadoc de Araújo).

PARAZINHO. — Distrito do Município de Granja. Cortado pelo rio do mesmo nome, também chamado riacho da Cruz e Tiaia, a certa altura do seu curso barrado pelo acude Parazinho. À margem direita deste situa-se a vila sede, em local muito aprazível, de clima muito ameno e salubre, a 30 km da cidade de Granja e banhada pelo citado riacho denominado Cruz ou Tiaia. Segundo o Barão de Studart, data de 1650, mais ou menos. (Ler Álvaro Gurgel de Alencar, **Dicionário Histórico, Geográfico e Descritivo**, 2.ª ed. Fortaleza, Tipografia Minerva, 1939, p. 281). A construção do açude deve-se aos esforços do Pe. Francisco Inácio da Costa Mendes. O topônimo é a formação híbrida de **pará** mar, água, e o sufixo português **zinho** diminutivo (em tupi — **mirim**), daí a forma paralela parnamirim.

O nome anterior era Pará, às vezes dado como Livramento do Pará, mudado para o atual pela Lei n.º 1536, de 19 de agosto de 1918. O atual já figurava no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, e foi adotado pelo Dec. n.º 1536, de 19 de agosto desse ano.

A capela local é muito antiga, tem a invocação de Nossa Senhora do Livramento, cuja devoção atrai anualmente grande número de fiéis. O patrimônio consta de meia légua de terra para cada lado da igreja, doado pelo Capitão Domingos Machado Freire, verdadeiro patriarca no Parazinho (Ver **Cronologia Sobralense**, v. 1. Fortaleza. Gráfica Editora Cearense, 1974, p. 178-79), do Pe. Francisco Sadoc de Araújo).

A nova igreja, inaugurada em 16 de janeiro de 1944, por D. José Tupinambá da Frota, obedeceu à planta do arqueteto italiano Agostinho Odizio Bolmes. Pertence ao Bispado de Tianguá.

PARIPUEIRA. — Distrito do Município de Beberibe. Como todo o Município de Beberibe, o Distrito pertencia ao Município de Cascavel e assim figura no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Passando a integrar o de Beberibe em face da restauração deste, pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

O nome, de feição tupi, seria composto de **pari** curral de peixe, cofo, e **puêra** talvez corrutela de **quêra** velho, ou seja curral velho de pesca. Paulino Nogueira, citando Martius, diz que é nome híbrido: de **pari** e **ipueira**, sendo **pari**, água e a terminação portuguesa **eira** (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 364). Segundo Pompeu Sobrinho, Paripueira em tupi significa juncal, antigo juncal que já existia (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 62, p. 161).

A capela local é dedicada a Nossa Senhora da Penha, da Paróquia de Jesus Maria José de Beberibe, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

A vila está a 2,5km da margem esquerda do rio Pirangi e é servida pela estrada asfaltada CE-111, Fortaleza-Aracati.

PASSAGEM. — Distrito do Município de Chaval. Criado pela Lei n.º 7018, de 27 de dezembro de 1963.

Nossa Senhora de Fátima é o orago da capela local, que pertence ao Bispado de Tianguá.

PASSAGEM. — Distrito do Município de Quixeramobim. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

A padroeira local é o Sagrado Coração de Jesus, do Bispado de Quixadá.

A vila fica à margem direita do rio Quixeramobim, nas proximidades do limite com o Município de Boa Viagem.

Com este nome há outro Distrito no Município de Chaval.

PASTA. — Distrito do Município de Solonópole. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951.

A vila está situada à margem direita do Riacho do Sangue, afluente do rio Jaguaribe abaixo e nas proximidades do açude público Boqueirão, no riacho do Sangue, com a capacidade de .... 64.124.000 m³, tendo a sua barragem 308 m de extensão e concluida em 1913. É considerado seu fundador José Felizardo Bezerra.

A capela local tem como padroeiro São Sebastião e foi concluída, em 1926, pela família do mesmo José Felizardo. Do Bispado de Iguatu.

Segundo a tradição, o nome tem origem num poço ali perto existente, que era sempre coberto de pasta e por isso era chamado poço da pasta (**Pistia Stratictes** Lin.), erva pequena e flutuante. acaule e de raizes fasciculadas, preferindo as águas tranquilas.

PATRIARCA. — Distrito do Município de Sobral. São José é como se chamava, até que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 o mudou para Patriarca, em homenagem ao patrono da antiga fazenda.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Sobral, foi fundada por Félix da Cunha Linhares, por ordem do Cabido de Olinda, sede vacante, em 1718.

O primitivo templo ruiu e foi reconstruído, em 1736, pelo capitão Domingos da Cunha Linhares, sobrinho do mesmo Félix. Este e sua mulher, Maria de Sá, estabeleceram-se aí no primeiro decênio de século 18. Patriarca é a povoação mais antiga da ribeira do Acaraú. Documento de 23 de outubro de 1739 chama-lhe "a capela do sítio São José, lugar mais público desta Ribeira." Durante a primeira metade do século 18 era na porta dessa capela que se afixavam os editais da justiça de toda a região. Com a morte de Félix da Cunha Linhares, em dezembro de 1723, a fazenda passou a ser administrada pelo sobrinho, referido Domingos da Cunha Linhares, casado com Dionísia Alves Linhares (Consulte-se **Cronologia Sobralense**, v. 1, p. 120, do Pe. Francisco Sadoc de Araújo).

PAVUNA. — Distrito do Município de Pacatuba. A vila situa-se nas proximidades da lagoa de que tirou o nome. Ao ser criado o

Município, desmembrado o seu território do de Maranguape, pela Lei n.º 1284, de 8 de outubro de 1869, já o Distrito de Pavuna nele se integrava. O nome é túpico: de **pá** por **ipá** lagoa e **una** preta, escura (Pompeu Sobrinho, **Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p 223). Para Theodoro Sampaio é corrutela de **pab-una** todo preto, completamente escuro (**O Tupi na Geografia Nacional**, p. 145).

O padroeiro da capela local é Nossa Senhora da Conceição, pertencendo a capela à Arquidiocese de Fortaleza.

A velha Pavuna foi, no século 18, uma aldeia de índios mansos, potiguares, cujo chefe era Tomé da Silva Campelim (1708), dominando do serrote Ancori até a lagoa Caracanga e a serra de Aratanha. Há notícia de que a primeira capela data do século passado, tendo sido levantada a segunda em 1904, em local próximo.

PECÉM. — Distrito do Município de São Gonçalo do Amarante. Distrito praieiro, com a sua vila sede à beira-mar atlântica. Muito pesqueira a sua costa. Está este pequeno porto muito ligado à história colonial do Ceará. Hoje, é procurado por banhistas vindos da capital e outros lugares, desejosos de gozar a quietude de sua enseada. Aí desemboca o riacho desse nome, topônimo provavelmente tapuio. Esse topônimo — escreve Pompeu Sobrinho (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 201) "é dos mais antigos de nossas costas. Surgiu no começo do XVII século: e dele a primeira referência que se conhece está na carta que o Governador Diogo de Meneses escreveu ao Rei, em 1.º de março de 1612, sugerindo a divisão das terras das novas conquistas no nordeste em três capitanias. Meneses registrou então o topônimo sob a forma **Upessem**, rio que devia ser a linha divisória entre duas das capitanias. Temo-lo novamente registrado na descrição da costa, feita em 1629 pelo holandês K. Resenlaer, que grafou **Upesem**. Nos mapas de Hondius (1636 e Laet 1640) está **Hupetem**, e nos de Seutterum, Keulen Santa Teresa, **Upecem**. Mariz no seu "Reg. de Pilotos" (1655) escreve também **Upecem** (lagoa do). Com o tempo, perdeu o **u** inicial, fenômeno que se vinha processando já no começo do último século".

Na vigência do Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, os Distritos de Pecém e o de São Gonçalo (do Amarante) pertenciam ao Município de Paracuru. Com a criação antônoma (restauração) deste último, por força do Dec. n.º 64, de 7 de agosto de 1935, passou a integrá-lo.

A capela local teve, de início, como Padroeiro São Luís de Gonzaga, a qual entrou em ruínas, proferindo-se levantar outra, no atual lugar, sob a invocação de São Pedro, isto em 1924, graças aos empenhos do Pe. José Romualdo de Sousa Pereira, vigário de Caucaia, e aos trabalhos muito espontâneos de Otão Carvalho e outros, bem como o apoio do Cel. João Martins, de grande influência político-Social no Município e que morou em Pecém de 1919 a 1924. Pertence dita capela à Arquidiocese de Fortaleza.

PEDRAS. — Distrito do Município de Morada Nova. A vila fica à margem esquerda do Riacho Seco, que é um braço do rio Banabuiú, formando com este uma grande ilha, na estação das chuvas. Criado por força da Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. A padroeira da capela local é Nossa Senhora das Graças ou da Medalha Milagrosa, do Bispado de Limoeiro do Norte.

A vila não é mais que a expansão urbana da fazenda de criar que pertenceu, instalada em 1882, a João Monteiro de Oliveira Gondim e sua mulher, Ana das Mercês Gondim. Mantinham estes em sua casa de fazenda um pequeno quarto, em forma de nicho, com a imagem da Santa, e resolveram em 1907, construir uma capela localizada quase em frente à residência.

A imagem da capela foi adquirida na França.

João Monteiro nasceu em 28 de maio de 1849 e faleceu em 2 de fevereiro de 1928, e Ana das Mercês, nasceu em 6 de fevereiro de 1853 e faleceu em 25 de março de 1941, achando-os ambos sepultados num túmulo localizado atrás da capela. Aí nasceu, filho do casal, o Pe. Paulino Nogueira de Oliveira Gondim, em 3 de agosto de 1877, ordenado em 30 de novembro de 1903; muito talentoso, orador sacro, renomado, falecido em 8 de julho de 1936, aos 33 anos de idade, portanto.

PEDRINHAS. — Distrito do Município de Icó. Criado com este nome pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tendo como sede o arraial de Santa Cruz, assim elevado a vila.

A capela local tem como padroeira Nossa Senhora das Dores e pertence ao Bispado de Iguatu.

PEIXE GORDO. — Distrito do Município de Tabuleiro do Norte. Criado pela Lei n.º 7023, de 27 de dezembro de 1963.

A vila sede fica à margem direita do rio Jaguaribe e é servida pela BR-116. Tem a capela local a invocação de São Francisco de Assis, da Paróquia de Limoeiro do Norte.

PERNAMBUQUINHO. — Distrito do município de Guaramiranga. Pertenceu ao de Pacoti, nele integrado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, que o restaurou. Assim permaneceu até ser de novo criado o Município de que hoje faz parte, ex vi do disposto na Lei n.º 3679, de 11 de julho de 1957. Pernambuquinho como é óbvio, é deminuitivo de Pernambuco e este nome, como é sabido, vem de **paraná** semelhante ao mar, o lagamar, e **buco** do verbo **puc** ou **pug** ou ainda **poc, pog**, quebrar, estrondar igual a "o que parece quebrado ou rompido", o quebra-mar, alusão aos recifes existentes no mar fronteiriço à capital pernambucana.

O santo padroeiro é o Senhor do Bonfim, e a capela pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

PESSOA ANTA. — Distrito do Município de Granja. Diz a tradição que na capela de São Miguel foi levantada por ter sido encontrada morta, no local em que nela se achou, uma criança que se perdera na mata e cujo corpo, encontrado já em estado de putrefação, foi aí sepultado. Passou na crença popular a fazer milagres. O terreno respectivo de 50 braças, foi doado conforme documento particular, data de 2 de julho de 1905, pelos pais de D. Guilhermina Vieira Passos, a que se acreceu uma posse de terra da data Jenipapo, ofertado por D. Rosa Generosa Fontenele. A ermida de taipa, foi dedicada a São Miguel, hoje pertencente ao Bispado de Tianguá.

Pelo Dec. n.º 690, de 3 de abril de 1940, foi criado o Distrito recebendo o nome atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938 em homenagem a um dos grandes mártires da chamada Revolução do Equador, João de Andrade Pessoa Anta, nascido em Granja no dia 23 de dezembro de 1787 e fuzilado no antigo Campo da Pólvora, hoje Passeio Público, de Fortaleza, no dia 30 de abril de 1825.

A vila fica à margem esquerda do riacho Trapiá, afluente do rio Timonha (Ler **Revista do Instituto do Ceará**, v. 29 p. 47).

PINDOGUABA. — Distrito do Município de Tianguá, criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com a sede no povoado de Palmeirinha, e, mais posteriormente, denominado São João da Palmeira. O topônimo vigente data do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Lembrando o nome de origem, adotou-se o atual trazido em tupi, que seria — o vale das palmeiras.

A vila é banhada pelo riacho Trapiá, afluente do rio Catarina, que corre para o Piauí.

O padroeiro local é São João Batista. Obteve licença para construir a capela local, que é do Bispado de Tianguá, a veneranda D. Maria da Rocha, em 3 de junho de 1910.

PINDORETAMA. — Distrito do município de Cascavel. Inicialmente, chamava-se de Baixinha, mudado pela Lei n.º 2195, de 20 de outubro de 1924, para Palmares, nome que o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, alterou para o atual, composto, arbitrariamente de **pindoba** folhas da palmeira e **retama** região.

A vila é servida pela estrada Fortaleza-Aracati, (CE-111), litorânea. Sem melhores justificativas foram sugeridos os nomes de Gondim e Irapuru.

Nossa Senhora da Conceição é a padroeira local, da Paróquia de Cascavel, Arquidiocese de Fortaleza.

PIRABIBU. — Distrito do Município de Quixeramobim. O arraial tinha o nome de Canafístula, quando, por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, foi elevado à categoria de vila, com o nome atual, estendido ao Distrito.

A vila é servida pelo rio que liga Quixeramobim a Boa Viagem.

A capela local é dedicada a Jesus, Maria e José, da Paróquia de Quixeramobim, Bispado de Quixadá.

PIRES FERREIRA. — Distrito do Município de Ipu. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933.

Anteriormente, chamava-se Mocambo e a mudança de nome resultou de homenagem ao Dr. Antônio de Sampaio Pires Ferreira, Diretor-Chefe da Estrada de Ferro de Sobral. A vila dispõe de uma das estações desta estrada de ferro, inaugurada em 21 de janeiro de 1925. Fica à margem do riacho São Francisco, subafluente do rio Acaraú.

A velha capela local foi construída pelo Pe. Máximo Feitosa em 1896, e a nova pelo Mons. Gonçalo Lima.

A padroeira é Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do Bispado de Sobral.

PITOMBEIRA. — Distrito do Município de Itapajé. Com este nome, fica a vila situada na represa do grande açude público Caxitoré, sendo banhada pelo rio deste nome.

A capela local tem como orago N. Senhora da Purificação e pertence à Diocese de Itapipoca.

PITOMBEIRAS. — Distrito do Município de Cascavel. A vila fica à margem do rio Pirangi no extremo sul do Município.

Já figurava o Distrito no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Pitombeira é a árvore da pitomba, fruto drupáceo, de caroço redondo e pequeno, coberto por uma polpa branca, agridoce, delícia das crianças. (**Talisia esculenta** Radlk; **Sapindus sculentus** St. Hil.).

De origem tupi, formou-se o nome: de **piter** chupar e **ôba** fruto, isto é, fruto de chupar (Paulino Nogueira **Vocabulário**, p. 278).

É sede de uma Paróquia, que tem como orago São Luís de Gonzaga e foi fundada em 1.º de janeiro de 1949, criada pelo Dec. n.º 34 deste mês, pelo Arcebispo D. Antônio de Almeida Lustosa. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

Pela Lei n.º 6309, de 21 de maio de 1963, foi elevada à categoria de município, sem que o fato se concretizasse em virtude da Lei n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

POÇO. — Distrito do Município de Brejo Santo. Criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Antes, chamou-se Cachoeirinha.

A vila fica à margem esquerda do Riacho dos Porcos. Poço é o nome de extensa fazenda no vale desse Riacho dos Porcos, instalada na primeira metade do século 18, época do povoamento inicial do Cariri e de propriedade dos Martins de Morais, de origem lusa, e dos Oliveira Rocha, de origem alagoana. Foi precisamente nessas terras, que Pedro de Oliveira Santos, proprietário ali, no século 19, fundou a capela, em torno da qual surgiu o arruado ou a povoação do Poço, que por algum tempo se chamou Cahoeirinha, em lugar que não logrou evoluir. A capela de Senhora Santana, edificada no século 19, por Pedro de Oliveira Santos, como se disse, depois de arruinada foi reedificada, em princípio do atual século, pelo Pe. João Casimiro Viana, então vigário de Brejo Santo. Pertence ao Bispado do Crato (nota de Joaryvar Macedo).

POÇO COMPRIDO. — Distrito do Município de Jaguaribara. Ex-Ipabuçu, nome mudado pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943.

A vila sede fica situada no extremo norte do território municipal, à margem direita do rio Jaguaribe. A capela local tem a invocação de São Vicente Ferrer, pertencendo ao Bispado de Limoeiro do Norte.

O distrito foi criado com o nome de Poço Comprido, pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mas alterado para Ipabuçu. Voltou a Poço Comprido pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. Era Distrito de Jaguaretama e passou ao de Jaguaribara com a criação deste, pela Lei n.º 3550, de 9 de março de 1957.

POÇO GRANDE. — Distrito do Município de Jucás, A Lei n.º 6531, de 5 de setembro de 1963, publicado no D.O. de 23 do mês de dezembro cria o Distrito no povoado do mesmo nome. A vila fica à margem esquerda do rio Jaguaribe.

A Capela local tem como padroeiro — .... e pertence ao Bispado de Iguatu.

PODIMIRIM. — Distrito do Município de Milagres. Criado pela Lei n.º 1184. de 30 de dezembro de 1913, e tinha o nome de Rosário. Este foi mudado pelo atual por via do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A vila fica à margem direita do Riacho dos Porcos e dista 6 km da cidade sede, nas proximidades da Lagoa dos Porcos do Podimirim, e de um açude barrando o mesmo riacho dos Porcos.

Fundada por alguns colonos aí radicados, nas primeiras décadas do século 18, entre eles Antônio de Sousa Presa e sua mulher Maria Álvares de Oliveira, proprietários do antigo sítio do Rosário.

Assenta a vila sobre terras da antiga sesmaria do Poço Comprido, na Ribeira do Riacho dos Porcos. Dono de terras no Cariri, inclusive nesse Ribeira, o norte-rio-grandense Manuel Rodrigues Ariosa (segundo alguns historiadores) dá à Lagoa dos Porcos o nome de Podimirim, alusão à Lagoa do Podi ou Apodi, da sua Capitania, onde nasceu. Podimirim, evidentemente significa Podi Pequeno, menor.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora do Rosário, da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, do Bispado do Crato. Não se sabe, ao certo, quando foi construída a capela de Podimirim, que é uma das cinco que foram edificadas no Cariri na primeira metade do século 18. Essa capela já estava em franco funcionamento em 1784, quando foi criada a Freguesia de Missão Velha, a primeira do Cariri (Nota de Joaryvar Macêdo).

PONTA DA SERRA. — Distrito do Município de Crato. Criado pela Lei n.º 3931, de 26 de novembro de 1957, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 29 do mesmo mês. Para a sua composição, foram desmembradas partes dos Distritos de Santa Fé e D. Quintino. O Distrito fica localizado, em parte, no afamado vale do Carás, rio que o banha fertilizando as terras e em cuja margem direita demora a vila.

O povoado resultou do agrupamento de residências em torno de uma casa de orações (oratório) construído por iniciativa de José Bernardo Vieira, considerado, assim, o seu fundador. Mais tarde, com a colaboração de Moisés Xenofonte de Oliveira, José Valdivino da Cruz e outros, foi levantada a atual capela, na qual se rezou a primeira missa em 25 de dezembro de 1930, pelo Mons. Francisco de Assis Feitosa. O orago é São José. Pertence à Paróquia de Santa Fé, do Bispado do Crato.

O topônimo vem do fato de ficar o Distrito numa das pontas de Serra do Araripe — a Serra do Juá.

PORFÍRIO SAMPAIO. — Distrito do Município de Pentecoste. Criado pela Lei n.º 6569, de 18 de setembro de 1963, por sugestão de Jorge Guimarães Almeida, proprietário da fazenda "Progresso", com a finalidade de criar no pequeno arraial seções eleitorais, dada a grande distância deste em relação às secções mais próximas. O topônimo é homenagem a Raimundo Porfírio Sampaio (Doca Porfírio) proprietário da "Fazenda Riacho dos Bois", e que muito concorreu para a formação da vila. Fica esta situada à margem direita do riacho Mocó, afluente do rio São Gonçalo.

Não há templo religioso na vila.

POTI. — Distrito do Município de Crateús. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Servido por uma das estações, aliás desativada, da Estrada de Ferro de Sobral (Rffsa), inaugurada em 31 de dezembro de 1916.

A vila situa-se à margem esquerda do Rio São Francisco, afluente do rio Poti, cujas águas, como se sabe, são as únicas que formando rio, não se despejam na costa cearense. Confluem para o rio Parnaíba, no Piauí.

O padroeiro da capela local é São José e pertence ao Bispado de Crateús.

Nesta vila nasceu o Dr. Expedido Machado, adiantado industrial cearense, que foi Deputado Federal e chegou a exercer o cargo de Ministro da República, na Pasta da Viação.

POTIRETAMA. — Distrito do Município de Iracema. Criado, com o nome de Bom Jardim e pertencendo ao Município de Pereiro, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Recebeu o nome atual pelo Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Nome de formação artificial, pretendendo traduzir o sentido de bom jardim para a língua tupi, composto de **potira**, flor, bonina e **retama** pátria, região, lugar.

Por ocasião do preparo do ante-projeto de que resultou o citado Dec.-Lei n.º 1114, foram lembrados, porém não aceitos, os nomes Ematuba (que significaria quantidade de emas) e Bucanema (que não se sabe o que seja).

A capela local, do Bispado de Limoeiro do Norte, tem como orago Nossa Senhora da Conceição, cuja imagem veio de Aracati, e foi construída pelo fazendeiro Sebastião Feitosa, que fomentou, pioneiramente, o desenvolvimento do pequeno núcleo que se formava, ele próprio montando aí casa de comércio, casa de farinha, padaria, etc.

Na fazenda Águas Belas, deste Distrito, nasceu Manuel Negreiros Bessa, de muita atuação nos meios técnicos de Agronomia do Ceará, tendo ocupado vários cargos públicos de destaque, inclusive e de Secretário de Estado. Foi professor da Escola de Agronomia, da Universidade Federal do Ceará.

PRATA. — Distrito do Município de Bela Cruz. Criado pela Lei n.º 4439, de 30 de dezembro de 1958.

A vila está à margem do açude Prata, que barra o riacho deste nome.

A capela local tem como padroeira N. Senhora do Livramento e pertence ao Bispado de Sobral.

QUATIGUABA. — Distrito do Município de Viçosa do Ceará. A vila sede resultou do antigo núcleo de população sito à margem do riacho de igual nome, afluente do Itacolomi, no sopé da ladeira do Gavião. Figura como Distrito no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Aí residia o Ouvidor da Capitania do Ceará, Luís Manuel de Moura Cabral.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Tianguá. Inicialmente modesta, mas o Pe. José Carneiro da Cunha, com a ajuda de seus paroquianos, a ampliou e modernizou. A licença para benzê-la data de 24 de dezembro de 1892.

O topônimo, de feição tupi, parece composição de **quati** ou **coati** carnívoro da família dos Procidônidas, e **guaba** que, segundo Teodoro Sampaio, é particípio do verbo gu ou u comer, donde: o que serve para comer (**O Tupi na Geografia Nacional**, p. 126). Pompeu Sobrinho, com a grafia **Guatigaba**, refere que, por engano, com este nome figura um rio no Mapa de Pero Coelho. Acha que é alteração de **Coatiguaba — coati** o **Procyonideas Nasua narica**, comum no Brasil, e **guaba** o lugar de comer: portanto o lugar de coati (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 62 p. 157).

QUIMAMI. — Distrito do Município de Missão Velha. Criado pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Do nome antigo Riacho dos Porcos passou ao vigorante por determinação do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

Quimami era aplicado ao Riacho dos Porcos pelos indígenas.

Padroeiro..... pertence ao Bispado do Crato.

QUINCOÊ. — Distrito do Município de Acopiara. Nome dado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, ao povoado de São José ou São José do Fenelon, já Distrito, o qual tem como fundador Fenelon Cavalcante de Albuquerque Chaves. A denominação é do riacho que banha a vila, afluente do rio Jaguaribe. No Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933, figura com o nome antigo.

A capela local, cujo padroeiro é São José, foi fundada por Manuel Felipe Cavalcante de Oliveira. Do Bispado de Iguatu.

A vila é servida pela Rffsa, cuja estação foi inaugurada em 15 de agosto de 1910.

QUINCUNCÁ. — Distrito do Município de Farias Brito, ex-Quixará. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, tendo como sede, elevada, então, à categoria de vila, a povoação de São José do Quincuncá, antes chamado Araticum, nome da fazenda primitiva.

A capela local tem a invocação de São José e foi fundada, em 1904, por José Rodrigues da Silva, avô de João Antero da Silva (Silva Antenor), de grande influência social e política do Município. A bênção foi dada pelo Pe. Cícero Romão Batista, em 19 de março daquele ano. Do Bispado do Crato.

A vila fica no alto da Serra do Quincuncá, à margem da grande represa Enoc Rodrigues.

Para Pompeu Sobrinho, Quincuncá é uma serra do Município de São Mateus (hoje Jucás) e o nome vem do **quin** bico e **cucá** uma espécie de coruja (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 224). Ver o verbete AMARO.

QUITAIÚS. — Distrito do Município de Lavras da Mangabeira. Antigamente, chamou-se São Francisco e dessa forma figura no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Mais tarde, e em face de disposição do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, denominou-se Rosário, nome do rio que banha a vila. O topônimo atual foi dado pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A vila fica situada à margem esquerda do riacho do Rosário.

Relembra o nome de uma tribo de índios, de menor importância, habitantes dos sertões vizinhos à Ibiapaba e que se passaram para o Piauí, nos fins do século XVIII (Carlos Studart Filho. **Os Aborígenes do Ceará**, Fortaleza, 1965, p. 141). Também eram conhecidos por Quitairiús.

O Distrito constitui uma Paróquia, cuja padroeira é Nossa Senhora do Rosário, e pertence ao Bispado do Crato.

A respectiva capela foi fundada por Maria José Alves, entre os anos de 1877 e 1878.

QUIXARIÚ. — Distrito do Município de Campos Sales. Assim já figurava no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Primitivamente, teve os nomes de Morro Vermelho e de Negro e, depois, o de São Domingos, mudado este para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

A Lei n.º 263, de 28 de setembro de 1936, desanexou-o do Município de Campos Sales para o de Saboeiro, apesar disso, figurou, ainda, como a este pertencente na Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1936.

Na Divisão de 1937, porém, figura como de Saboeiro. Retornou ao de Campos Sales por força do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A vila fica situada à margem esquerda do riacho Acari, nas proximidades da Lagoa do Negro e do açude público Cascavel. Domingos Francisco de Andrade, João Paes de Castro e Leonardo Francisco de Andrade são considerados os seus fundadores, este último fundador da capela em torno da qual a povoação se desenvolveu e tem como Padroeiro Jesus Maria José, benta em 1888. Pertence à Paróquia de Campos Sales, do Bispado do Crato.

O topônimo é homenagem aos tapuias Quixariús ou Quixeriús, que formavam ajuntamento de maior importância e foram aldeados parte na missão da Telha (hoje Iguatu) e parte na missão do Miranda (hoje Crato). Juntamente com os Orós e os Jenipapos foram pelo Capitão mor Manuel Francês, do Ceará mudados para o Piauí, por terem participado ativamente na célebre luta entre as famílias Montes e Silva e Feitosa, tão lamentavelmente escritas na história colonial cearense.

A palavra vem de **quixar** o que corta (o queixada, animal) e **iú** espinho = espinho cortante. Queixada é o porco-do-mato (**Tayassu albirostris**).

QUIXELÔ. — Distrito do Município de Iguatu. Foi vila e Município por força do Dec. n.º 101, de 9 de dezembro de 1890, e depois declarado extinto pelo Dec. n.º 8, de 10 de março de 1892. De novo, com a categoria de Distrito, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Chamou-se primeiramente Bom Jesus do Quixelô, reduzido este para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Quixolô era o nome de uma tribo de índios que habitava essa região e, juntando-se estes aos Quixeratiús, aos Cariús e aos Candandus, foram postos sob a direção de um missionário na aldeia da Telha, hoje cidade de Iguatu, às margens do rio Jaguaribe.

Fica a vila de Quixelô, que chegou a denominar-se Bom Jesus, à margem dos riachos confluídos, Antonico e Falé, vindo o primeiro do Município de Acopiara, lugar Unidade, e o segundo, o Falé, das imediações da vila de São Bernardo, atualmente Tataíra, do Município de Solonópole. Até poucos anos antes, Bom Jesus do Quixelô, antes de chegarem a Iguatu os trilhos da Estrada de Ferro Baturité (RFFSA), gozava, entre os anos de 1914 a 1915, de real influência no setor político-administrativo-social do Município, mas foi perdendo à medida que prosperava a cidade sede.

No século passado, quando Bom Jesus era paroquiado pelo famoso Pe. Agostinho Ferreira da Montanha, sacerdote misto de missionário, nascido na Barra do Trussu, muito se distinguiu social e religiosamente a sua gente operosa. A vila está situada ao norte da cidade sede, distante 24 km, e é ligada ao centro por boa estrada de rodagem. A igreja local tem como padroeiro Bom Jesus o Piedoso, tendo sido feita a doação das terras para o seu patrimônio, no ano de 1835, por Joaquim Vitoriano de Almeida Braga. É sede da Paróquia, pertencendo ao Bispado de Iguatu.

A palavra Quixelô, às vezes Quixelou, é corrutela de **Quixeru** ou **Quixerô** trazer a faca ou quicé, na opinião de Pompeu Sobrinho

(**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 225). Teodoro Sampaio nega seja tupi, como outras assim começadas: Quixadá, Quixeramobim, Quixará (**O Tupi na Geografia Nacional** p. 90). Os índios Quixelôs foram apaziguados em 1719, ano em que se nomeou para administrá-los, no temporal, o Cel. Gregório Martins Chaves, que viria a tê-los sempre dispostos para o serviço de S. Majestade. Parece, todavia, que, antes de 1707 tinham sido eles pacificados e situados pelo Pe. João de Matos Serra, quando empreendeu a sua segunda viagem missionária ao sertão cearense. Os índios Quixelôs foram localizados, com outras tribos sertanejas, perto de Barra do Trussu, onde se constituiu a Aldeia da Telha.

Em 1749, a povoação era dirigida por um sacerdote do hábito de São Pedro. Quase meio século mais tarde, em 1791, continuavam ali aldeados, na missão da Telha, presentemente cidade de Iguatu e mais na vila de São Mateus (hoje Jucás).

(Ver **Os Aborígenes do Ceará**, p. 137, de Carlos Studart Filho).

Sobre a grafia do topônimo Quixelô, leia-se **Iguatu — Memória Sócio-Histórico-Econômica**, Fortaleza Editora Instituto do Ceará, 1962, nota 2, p. 18, de Alcântara Nogueira.

QUIXOÁ. — Distrito do Município de Iguatu. No Dec.-Lei n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, já figurava como Distrito. Antigamente, o local, a 10 km da sede municipal, era ocupado com fazendas de gado, pertencentes ao baiano João de Sousa Vasconcelos, aí chegado, com os demais da Bandeira dos 40 homens do São Francisco, nos idos de 1681 a 1682. Sabe-se que foi ele — é nota de Meton Vieira — mais tarde, o fundador da fazenda, depois elevada a povoado e hoje é a cidade de São João do Jaguaribe, nome dado em homenagem ao padroeiro local — São João. Tudo indica que a capela pertence ao Bispado de Iguatu, a segunda pioneira deste sesmeiro, dono das terras do Quixoá, tenha aí verificado antes de o ter feito em São João do Jaguaribe, isto pelo fato de haverem eles, os 40 homens do Francisco, entrado na zona Jaguaribana diretamente, vindos da Paraíba. As terras de sua data chegavam até à parte sul da cidade de Iguatu, no local hoje conhecido por Duas Pontes, uma de ferro, outra de cimento armado, sobre o rio Jaguaribe, quase extrema do lugar Cajazeiras de Baixo. Sua data é, na maior parte, constituída de terras alagadas no inverno, por serem bastante planas às margens do rio. A princípio, pensou-se ter sido esse sesmeiro o primeiro homem de Iguatu, mas depois, quando se levou em consideração que os povoadores da zona se colocavam de baixo para cima, no rio Jaguaribe, levou-se

em conta que abaixo dele, no lugar Barra do Trussu, ou simplesmente Barra, ficou situado o sesmeiro João de Montes Bocarro, é que se tem por certo que foram muitos, contemporaneamente por ali chegados, os primeiros donos das terras. A sesmaria desse último chegava até o lugar ainda hoje conhecido por Lagoa Seca, um pouco abaixo de Iguatu. A partir de Quixoá, no sentido da correnteza das águas do Jaguaribe, se iniciavam as terras da família Teixeira, vindo-se, em nome dos primeiros e, depois, dos descontentes, propriedades em Quixoá. Fonseca, Bastiana, cidade de Iguatu, Várzea da Lama, nas margens do Trussu, nos lugares Sabonete e Ramalhete, datas de Nossa Senhora do O' e Soledade, abaixo e acima da hoje vila do Trussu, subindo a serra de São Vicente, nos limites de Mombaça, no Riacho João Alves, afluente do Banabuiú."

Sobre Quixoá ou Quixauá, leia-se **Iguatu, Memória Sócio-Histórico-Econômica**, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1962, p. 23-25, de Alcântara Nogueira.

RAIMUNDO MARTINS. — Distrito do Município de Santa Quitéria. Criado pela Lei n.º 7.152, de 14 de janeiro de 1964.

Do Bispado de Sobral.

RIACHÃO DO BANABUIÚ. — Distrito do Município de Pedra Branca. Criado pela Lei n.º 2.162, de 14 de dezembro de 1953, publicada no D.O. de 23 do mesmo mês.

A vila está situada à margem direita do rio Banabuiú.
Do Bispado de Iguatu.

RIACHO GRANDE. — Distrito do Município de Araripe. Criado pela Lei n.º 7.140, de 10.01.1964 D.O. do dia 27, povoado igual nome, juntamente com os Distritos de Alagoinha e Pajeú, do mesmo município.

A vila está bem nos limites com o Município de Potengi.
Padroeiro .....
do Bispado do Crato.

RIACHO VERDE. — Distrito do Município de Várzea Alegre. Já existia à vigência do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, pois figura como Distrito no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

Do Bispado do Crato.

RINARÉ. — Distrito do Município de Quixadá. Criado, com o nome de Boa Água, pela Lei n.º 406, de 10 de novembro de 1937, nome mudado para Água Boa, pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Deve-se o atual topônimo ao Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

A vila situa-se à margem do rio Banabuiú, este chamado pelos índios Rinaré, às vezes encontrado com a grafia Kinaré. "Se é dicção tupi — diz Pompeu Sobrinho — poderá dar a interpretação: **Kin** de **aguin** (molhado) e **aré** (fora de tempo) = molhado fora de tempo. Pode ser alusão às chuvas tardias. Em Cariri temos a palavra **riné** carne seca, que se pode aglutinar com **reré** (pouca) e produzir: **reneré** ou **rinaré**".

A capela local tem a invocação de São Pedro, do Bispado de Quixadá.

ROLDÃO. — Distrito do Município de Morada Nova. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951. O núcleo populacional sede do Distrito é a resultante do adensamento urbano em torno da fazenda de criar Boa Vista, de propriedade de Valdivino Felício Roldão. Daí a explicação do topônimo. A pequena igreja do lugar é dedicada a São Sebastião, do Bispado de Limoeiro do Norte.

A vila fica à margem do riacho Santa Rosa, afluente do riacho do Livramento e este do rio Banabuiú.

SACRAMENTO. — Distrito do Município de Nova Russas, criado pela Lei n.º 7.106, de 8 de janeiro de 1964, publicado no D.O. de 14 do mesmo mês.

A vila é banhada pelo riacho Coronel, afluente do rio Acaraú.

A capela local é dedicada à N. Senhora do Desterro, do Bispado de Crateús.

SALÃO. — Distrito do Município de Senador Sá. Criado pela Lei n.º 3.762, de 23 de agosto de 1957.

Do Bispado de Sobral.

SALITRE. — Distrito do Município de Campo Sales. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, com o território desmembrado do Distrito-sede.

A vila situa-se nas proximidades do açude do Município, e teve como fundador Francisco Pereira de Sousa, resultando do aden-

samento do arruado que se formou em torno da capela de São Francisco de Assis, construída em 1938, realizando-se a respectiva bênção no ano seguinte. Construíu-a Antônio Leite de Alencar. Pertence à Diocese do Crato.

O nome vem de uma mina de salitre, localizada no sopé da Serra do Araripe.

SAMBAÍBA. — Distrito do Município de Granja. Criado pela Lei n.º 6.721, de 5 de novembro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 13 do mesmo mês.

A capela da vila, que fica a 24 km da sede municipal, tem como orago Nossa Senhora da Conceição, foi edificada por D. Maria da Penha, viúva de Inácio Teles de Meneses e seus filhos, recebendo a respectiva bênção em 25 de dezembro de 1890 pelo vigário Pe. Antônio Tomás Teixeira Galvão. A licença para a construção data de 15 de março de 1880. Pertence ao Bispado de Tianguá.

O nome é o da árvore **Curatella americana** Linn. (**Curatella Cambaiba** St. Hil.), cujas folhas servem como lixa (sendo conhecida também por cajueiro bravo). Do tupi: curatela de **cama yba** a árvore da corda, segundo Teodoro Sampaio, com quem não concorda Renato Braga, achando que a interpretação do ilustre baiano não corresponde à realidade da coisa denominada, que não produz cordas e sim folhas tão duras que são usadas à guisa de lixa. Prefere a sugerida por Batista Caetano: **hobaibibi** árvore da folha áspera (**Planta do Nordeste, especialmente do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1960, p. 441). É igualmente, a opinião de Paulino Nogueira (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará, N.º 1**, p. 389).

SANTANA. — Distrito do Município de Pacoti. Criado pela Lei n.º 7.269, de 27 de maio de 1964, publicado no D.O. de 12 de junho de 1964, juntamente com os de Colina e Fátima do mesmo Município.

A capela local tem como padroeira Santana e pertence a Arquidiocese de Fortaleza.

SANTA FÉ. — Distrito do Município do Crato. Tendo como sede o antigo Arraial da Conceição e construído o seu território de partes dos Distritos de Lameiro e Dom Quintino, foi criado o Distrito pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. Fica encravado num sovacão da Serra do Araripe, onde se encontram mais de vinte nascentes, formadoras do rio Carás.

O sítio denominado Fábrica, a dois quilômetros da vila, era o foco da família Lima Verde, descendente do Pe. Joaquim Ferreira Lima Verde, filho de Isabel Maria da França (Iaiá Zabel), figura do maior destaque na região. Daí essa família se estendeu pelo Município de Crato, Iguatu e outras cidades à margem do rio Jaguaribe.

No local da atual vila havia apenas um Oratório particular do Cel. Joaquim Teixeira, falecido este, divididas as terras do sítio, dois deles separaram uma faixa de 40 braças em quadro para patrimônio do referido Oratório, dedicado a Nossa Senhora da Conceição. Esse Oratório transformou-se na capela (1899), sempre com a ajuda dos Lima Verde, já agora morando em casas de tijolo e telha, substituindo as de taipa e palha. A igreja, cuja bênção foi feita pelo Pe. Joaquim Severiano de Maria, constitui Paróquia do Bispado do Crato. Aí nasceu Miguel Lima Verde, médico humanitário de renome, tendo sido prefeito do Município do Crato, gozando da estima e do respeito geral.

SANTA FELÍCIA. — Distrito do Município de Acopiara. Criado, juntamente com o de Santo Antônio, pela Lei n.º 7.153, de 14 de janeiro de 1964, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 27 do mesmo mês.

Chamou-se Umari, e o povoado inicial teve como fundadores elementos da família Reginaldo. A vila demora à margem direita do riacho Santa Felícia ou Madeira Cortada, que despeja as suas águas no açude Orós.

A capela local tem como orago Nossa Senhora do Carmo, fundada por Miguel Alves de Oliveira em terreno doado por Joaquim Batista de Oliveira. Pertence ao Bispado de Iguatu.

SANTA LUZIA. — Distrito do Município de Uruburetama. Criado pela Lei n.º 7.011, de 26 de dezembro de 1963, com a sede no povoado do mesmo nome.

A vila fica nos limites do Município com os de Itapajé.

A capela local tem como padroeira Santa Luzia, pertencente ao Bispado de Itapipoca.

SANTO ANTÔNIO. — Distrito do Município de Acopiara. Juntamente com o de Santa Felícia (Ver), foi criado pela Lei n.º 7.153, de 14 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 27 do mesmo mês.

Com este nome fundou-se o arraial por esforços da família Amorim, através do "Velho Colônio", e localizado à margem direita do riacho Faié.

A capela local tem a invocação do "santo casamenteiro" e foi o mesmo Velho Colônio quem a construíu. Pertence ao Bispado de Iguatu.

SANTO ANTÔNIO. — Distrito do Município de Barro. Criado pela Lei n.º 7.067, de 31 de dezembro de 1963.

O padroeiro é Sto. Antônio e a capela local pertence ao Bispado do Crato.

SANTO ANTÔNIO. — Distrito do Município de Crateús. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951.

A vila fica à margem esquerda do rio Itaim, afluente do rio Poti.

O orago da capela local, que pertence ao Bispado de Crateús, é São Francisco de Assis, e a respectiva capela foi fundada por elementos da família Azevedo.

SANTO ANTÔNIO. — Distrito de Nova Russas. Criado com este nome o Distrito, com sede no povoado de Lagoa de Santo Antônio, pela Lei n.º 6.760, de 13 de novembro de 1963.

SANTO ANTÔNIO DA PINDOBA. — Distrito do Município de Ibiapina. O padroeiro é Santo Antônio. Chamou-se Gameleira, pertencendo a respectiva capela ao Bispado de Tianguá, e os seus limites com o Distrito sede estão definidos na Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951, art. 10 n.º 35.

O Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, havia mudado o nome de Gameleira para Murereíba, que era o de um chefe indígena.

SANTO ANTÔNIO DOS FERNANDES. — Distrito do Município de Meruoca. A Lei n.º 7.167 de 14 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Estado, do dia 24, criou-o com o mesmo nome de povoado, que fica sobre a serra da Meruoca. O topônimo tem a sua origem no velho sítio Santo Antônio, de propriedade da família Fernandes, descendentes de José Fernandes do Nascimento e sua mulher, Lúcia Rodrigues Fernandes. O filho deste casal, Vicente Fernandes Rodrigues, imaginou de construir uma capela dedicada

a Santo Antônio, mas quem a executou foram os seus filhos Francisco Eudes Fernandes e José Gentil Fernandes, obedecida a planta feita por Pedro Frutuoso do Vale. D. José Tupinambá da Frota, Bispo de Sobral, benzeu a igrejinha em 20 de julho de 1947. Anteriormente, a imagem do padroeiro fora benta pelo Pe. Eudes Fernandes, em 26 de julho de 1944. Situa-se a vila à margem da estrada que liga a cidade de Sobral à sede do Município (Nota do Pe. F. Sadoc de Araújo). Pertence ao Bispado de Sobral.

SÃO BARTOLOMEU. — Distrito do Município de Cariús. Criado pela Lei n.º 1.158, de 22 de novembro de 1951.

Do Bispado de Iguatu.

SÃO DOMINGOS. — Distrito do Município de Caridade. Criado pela Lei n.º 7.155, de 13.1.1964, publicado no D.O. do dia 20 do mesmo mês, com o povoado do mesmo nome.

O padroeiro da capela local é São Domingos, pertencente ao Arcebispado de Fortaleza.

A vila está à margem esquerda do rio Canindé.

SÃO FELIPE. — Distrito do Município de Brejo Santo. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951. O nome veio da serra de São Felipe, que é um prolongamento da Serra do Araripe. Por volta de 1960, já estava formada a povoação, com as primeiras casas ali construídas por proprietários rurais da região, sendo os principais os três fundadores da capela. Raimundo Moreira Luna, Luís Inácio de Medeiros e Firmino Moreira Luna, e mais os abastados agricultores Manuel Tavares de Luna (Neco Jó) e Joaquim Tavares de Luna (Quinco Jó), todos considerados como fundadores da vila. A capela, cujo padroeiro é São Felipe e pertence ao Bispado do Crato, foi fundada por Luís Inácio, Raimundo e Firmino Moreira Luna, já referidos (Nota de Joaryvar Macedo), como ficou dito.

SÃO FRANCISCO. — Distrito do Município de Independência. Criado pela Lei n.º 3.996, de 27 de dezembro de 1957, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 30 do dito mês, desmembrado o seu território do Distrito de **Coutinho** (Ver).

Tinha o povoado o nome de Riacho Seco, situado à margem direita do Rio de Dentro, nas proximidades da Lagoa da Areia, de propriedade de José Gonçalves do Nascimento, mais conhecido por José da Velha. Considerado seu fundador Expedito Carvalho.

A vila tem origem na capela, construída na década de 1950 por Antônio Anísio da Frota, sob a invocação de São Francisco. Do Bispado de Crateús.

Há outro Distrito com o nome de **São Francisco** no Município de Meruoca (Ver).

SÃO FRANCISCO. — Distrito do Município de Meruoca. Criado pela Lei n.º 7.158, de 13 de janeiro de 1964, publicada no D.O. do Estado, de 20 do mesmo mês.

Dedicada a Cristo Rei, foi construída no sítio São Francisco, de Abigalina Ferreira Gomes, e em elevado terreno por ela doado, a capela em redor da qual se formou a atual vila. A doadora, mais tarde, ingressou na Congregação de Irmãs Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus, fundada por Mons. Joaquim Arnóbio de Andrade. Pertence ao Bispado de Sobral.

Benzeu a pedra fundamental, em 30 de dezembro de 1936, o Pe. Regino Carneiro. Terminado o templo, deu-lhe a necessária bênção D. José Tupinambá da Frota, em 25 de dezembro de 1939. A pequena vila situa-se nas proximidades dos limites com o Município de Massapê.

SÃO GERARDO. — Distrito do Município de Redeção. Denominou-se anteriormente Acarape do Meio e como tal figura no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Alterado para o nome atual pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A vila está situada na Serra do Acarape, a 142m de altura e próxima ao açude público que abastece dágua a capital do Estado, por meio de uma adutora de 70 km, tendo chegado a água a Fortaleza em 1926. O açude tem a capacidade de 34.104.000m³ com a barragem de 244m de desenvolvimento e 33m de altura, formando um arco de círculo. De alvenaria ciclópica, é uma bela obra de engenharia, concluída em 10 de junho de 1924, devendo-se os respectivos estudos ao Engenheiro Bernardo Piquet Carneiro, feitos em 1904. Foi entregue ao Governo do Estado em 1925. Em sua construção trabalhou o Eng.º Eugênio Gudin, que veio a tornar-se reputação nacional, como grande economista. Hoje, este reservatório tem o seu nome.

A capela local, fundada por Luís Bessa e Antônio Bessa, tem como padroeiro São Gerardo e pertence à Paróquia de Redenção, da Arquidiocese de Fortaleza.

SÃO GONÇALO DO UMARI. — Distrito do Município de Mombaça. Criado pela Lei n.º 6.933, de 18 de dezembro de 1963, com sede no povoado do mesmo nome, o qual fica à margem esquerda do riacho Canzuím, que deságua no riacho João Alves. Possui uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Paz, cujo patrimônio, constituído de oito tarefas de terra no sítio Umari, foi doado por Osterne Cariolano Cavalcante e sua mulher. Pertence ao Bispado de Iguatu.

O sítio Umari era parte da antiga fazenda Palermo. Uma circunstância interessante merece ser posta em destaque: o povoado São Gonçalo do Umari teve início devido à atividade e ao espírito de iniciativa do comerciante José Loiola, que ali se estabeleceu, mas, retirando-se para Goiás, começou a se formar outro povoado nas proximidades de São Gonçalo do Umari, ou anexo ao mesmo, que recebeu o nome de Morada Nova, também à margem esquerda do riacho Canzuim e na rodovia Mombaça-Tauá. Este povoado desenvolveu-se muito e hoje é por todos os habitantes de Mombaça considerado a verdadeira sede do distrito e onde estão instaladas as escolas públicas criadas, cartório do Registro Civil etc. Apesar do nome oficial ser São Gonçalo do Umari, todos os habitantes do Município só o conhecem pelo nome Morada Nova. Segundo informações colhidas, outro comerciante trabalhador e ativo ali se estabeleceu, iniciando novo povoado que, atualmente, é muitas vezes superior a São Gonçalo de Umari e é, por isso, considerado a sede do Distrito, e, conforme é corrente em Mombaça, referido comerciante, dando ao novo povoado o nome de Morada Nova, visava prestar "uma justa homenagem ao historiador Dr. Raimundo Girão" que, como é sabido, é filho do Município de Morada Nova. Como já ficou dito, todos os habitantes de Mombaça e Municípios vizinhos conhecem o Distrito de São Gonçalo do Umari, pela denominação Morada Nova que, nos dias atuais, atravessa uma fase de grande progresso e desenvolvimento, suplantando completamente o povoado inicial de São Gonçalo do Umari, que está desaparecendo, absorvido totalmente por Morada Nova, tanto que já se fala em mudar o nome oficial de São Gonçalo do Umari para Morada Nova.

SÃO JOÃO DE DEUS. — Distrito do Município de Russas. Criado pela Lei n.º 7.016, de 27 de dezembro de 1963, tendo como sede o povoado do mesmo nome. Chamava-se Lagoa do Velho.

A capela local tem como orago São João de Deus, construída em 1951, inaugurada e benta pelo Pe. Pedro de Alcântara Araújo,

granjense de nascimento. Pertencente ao Bispado de Limoeiro do Norte.

SÃO JOAQUIM. — Distrito do Município de Uruburetama. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951.

A capela local tem a invocação de São Joaquim e pertence ao Bispado de Itapipoca.

Está situada a vila na confluência do riacho Seco com o riacho Itaim, afluente do rio Poti.

SÃO JOAQUIM DO SALGADO. — Distrito do Município de Senador Pompeu. Criado com este nome pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, tendo como sede a povoação de São Joaquim, elevada à categoria de vila.

Servida pela chamada Estrada do Algodão, CE-020.

O padroeiro da capela local é São Joaquim, pertencendo ao Bispado de Iguatu.

SÃO JOSÉ. — Distrito do Município de Iracema. Criado pela Lei n.º 6877, de 13 de dezembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição de 23 do mesmo mês.

Antes, chamou-se São José dos Famas, e a sua capela é antiga, de mais de cem anos de construída, tendo como padroeiro São José. Pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte. O seu pequeno sino foi abricado em Juazeiro do Norte. A vila fica situada a 30 km da cidade sede, à margem direita do riacho Figueiredo, afluente do rio Jaguaribe.

Chamou-se São José dos Famas, porque foi a consequência de desenvolvimento populacional em torno da capela de São José, construída graças aos esforços de José dos Famas, nascido em Aracati. Os Famas criaram-se e desenvolveram-se em torno de Fortim, Distrito desse Município litorâneo. Outros elementos, como D. Eduvirges, mulher de José Fama, João Rodrigues de Macedo e outros muitos, concorreram para tanto, isto nos primeiros anos do século atual.

SÃO JOSÉ. — Distrito do Município de Jaguaruana. Criado pela Lei n.º 6876, de 13 de dezembro de 1962, publicado no D.O. do dia 20 seguinte, tendo como sede o povoado do mesmo nome.

A capela local tem como orago São José e pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte.

A vila fica nas vizinhanças da Lagoa do Saco e do rio Jaguaribe.

SÃO JOSÉ DAS LONTRAS. — Distrito do Município de Ipueiras. Criado, desmembrado o seu território do Distrito de Mororó, pela Lei n.º 2922, de 25 de novembro de 1957, publicado no D.O. do Governo do Estado, edição do dia 29 do mesmo mês.

A vila dista 30 km da cidade sede do Município e acha-se situada no sertão de Macambira, na serra da Ibiapaba. Teve o nome de Macambira, e antes, o de Santana.

A capela local é dedicada a São José, da Diocese de Crateús. Quem obteve licença para construí-la foi o Pe. José de Lima Ferreira, em 13 de setembro de 1910. Segundo Aulete, lontra é nome de vários mamíferos aquáticos, da ordem dos carnívoros. Não há notícias de que tenham existido no atual Distrito de São José das Lontras esse mamífero. Ali, as águas são escassas, pois o Distrito se situa na longa zona de transição denominada Macambira, que separa a Serra da Ibiapaba da planície piauiense. É uma região árida de solo arenoso e às vezes duro, em cuja flora rarefeita predominam carnaubeiras e cactos. Lontras foi sempre o nome da antiga fazenda que hoje é a sede do Distrito (Nota de Hugo Catunda).

SÃO JOSÉ DE SOLONÓPOLE. — Distrito do Município deste último nome, chamando-se a vila, anteriormente, Apertada Hora, situada à margem direita do riacho dos Porcos, afluente do riacho do Sangue, tributário do rio Jaguaribe.

O Distrito foi criado pela Lei n.º 6069, de 28 de setembro de 1902, que elevou à categoria de vila a povoação de São José, para ela transferindo a sede que era denominada Flores Novas e antes simplesmente Flores, pertencente ao Município de Jaguaribe. Isto ao ser restaurado o Município de Solonópole, pelo Dec. n.º 1540, de 3 de maio de 1935. Antônio Leandro da Cunha e Miguel Firmino Rodrigues são considerados os fundadores da vila, que se adensou em torno da capela por eles construída em 1910, tendo a invocação de São José, e pertencendo ao Bispado de Iguatu.

SÃO MIGUEL. — Distrito do Município de Quixeramobim. Criado juntamente com o de Encantado, pela Lei n.º 2158, de 9 de dezembro de 1958, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 18 do mesmo mês. A vila é banhada pelo riacho Caranaúba, afluente da margem direita do rio Quixeramobim, e é servida pelo açude público construído pelo DNOCS, a pedido do Prefeito José

Humberto Saraiva Câmara. O padroeiro da capela local é São Miguel, do Bispado de Quixadá.

SÃO PEDRO. — Distrito do Município de Nova Russas. Criado com este nome pela Lei n.º 6760, de 13 de novembro de 1963, com sede no povoado de Lagoa de São Pedro. Servido pela Estrada de Ferro Sobral-Teresina (RFFSA).

O padroeiro da capela local é São Pedro, do Bispado de Crateús.

SÃO ROMÃO. — Distrito do Município de Altaneira. Criado pela Lei n.º 6796, de 20 de novembro de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado do dia 20 do mesmo mês.

Do Bispado do Crato.

SÃO SEBASTIÃO. — Distrito do Município de Cariús. Criado pela Lei n.º 1153, de 27 de novembro de 1951. Lei n.º 6914, de 17 de dezembro de 1963, eleva à categoria de Município este Distrito, mas dita lei foi revogada pela de n.º 8339, de 14 de dezembro de 1965.

O orago da capela é São Sebastião, da Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora, de Cariús, pertencente ao Bispado de Iguatu.

SÃO VICENTE. — Distrito do Município de Icó. Criado pela Lei n.º 6880, de 13.12.1963, publicada no D.O. do dia 20 do mesmo mês.

A vila fica nas proximidades do riacho Capim Pubo, afluente do rio Salgado.

Não há templo religioso neste Distrito.

SÃO VICENTE. — Distrito do Município de Mombaça. Foi criado pela Lei n.º 6933, de 18 de dezembro de 1963, com sede no antigo povoado Vicente, que pertencia ao distrito de Catolé. Devia ter conservado este nome ao ser elevado a vila e sede do Distrito, porque antes de ser um povoado já era, desde longa data, sede de importante fazenda de propriedade de Francisco Evangelista de Araújo Frasão, constando o nome Vicente em inventários e documentos antigos. Acresce que, nas suas proximidades, existe a tradicional propriedade São Vicente, que pertenceu outrora a José de Góis e Melo, um dos primeiros povoadores do sertão de Mombaça e quase toda ainda hoje pertencendo aos seus descendentes. A Lei n.º 6933, de 18 de dezembro de 1963, criando um Distrito com sede no

povoado Vicente, inexplicavelmente, deu a denominação de São Vicente. O certo era ter conservado o nome Vicente. A vila está situada à margem direita do riacho Cacodé, principal afluente do Banabuiú no Município, perto das suas cabeceiras e numa zona que, pela sua grande fertilidade, é chamada o Cariri da Mombaça.

SAPÓ. — Distrito do município de Santana do Acaraú. Criado pela Lei n.º 7021, de 27 de dezembro de 1963, com a sede no povoado do mesmo nome. Anteriormente, era fazenda Andu Sapó, situada à margem direita do rio Acaraú. Parece ser corrutela e abreviação de Andu-Sapuá (roça de feijão).

A fazenda Andu Sapó pertenceu, primitivamente, ao Cel. Sebastião de Sá, cujos bens foram sequestrados. A 24 de agosto de 1740 a fazenda Sapó foi arrematada em hasta pública, em Aquirás, por Manuel Teixeira Varela por duzentos mil réis. Valera casou-se com Teresa de Jesus, filha do Cap. Cosme Frazão de Figueiroa e Maria Coelho, a 30 de agosto de 1739. Falecendo Varela, Teresa de Jesus casou-se com João Carneiro da Costa, tronco da numerosa família Carneiro do Sapó, origem dos Carneiros da zona norte. Foi um dos mais importantes e conhecidos fazendeiros de gado da Ribeira do Acaraú durante o meado do século XVIII. Aparece frequentes vezes nos documentos mais antigos da região (Nota do Pe. Francisco Sadoc de Araújo).

A vila tem como origem o oratório da fazenda, onde foi construída a capela, em 1906, por Antônio Carneiro da Silva. O orago é Jesus Maria e José (Sagrada Família). Pertence à Paróquia de Marco, do Bispado de Sobral.

SAPUPARA. — Distrito do Município de Maranguape. Antigo Distrito, cortado pela rodovia Fortaleza-Maranguape-Serra de Guaramiranga (CE-024), tinha o nome de Tabatinga, que o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, mudou para o atual, que é o do rio com as nascentes na serra da Aratanha e forma o fértil vale em que a vila se encontra. Grande produtor de aguardente de tipos muito conhecidos e preferidos. Neste Distrito fica o sítio Culuminjuba, onde nasceu José Capistrano de Abreu, em 23 de outubro de 1853, o maior historiador brasileiro, e cujas pesquisas registradas nos seus livros revelam a profundidade e a seriedade do estudioso impenitente. Sem ter-se diplomado em escolas superiores, foi eminente professor do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, fazendo jornalism e crítica literária. Consagrado unanimemente o Grande

Mestre da História do Brasil. "A sua obra é luminoso edifício que se ergue dominante na ampla avenida da Cultura americana".

Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1927.

A capela da vila tem a invocação de Nossa Senhora da Conceição e foi fundada por Pedro Gurgel do Amaral Tabosa e Raimundo Gurgel do Amaral Tabosa. Pertence à Paróquia de Maranguape, da Arquidiocese de Fortaleza.

O topônimo é tupi e, como se disse, nomeia o rio desse nome. Segundo Paulino Nogueira, vem de **çipó** raiz **capára torta** = raiz torta (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1, p. 393).

O anterior, Tabatinga, é corrutela de **tauá** barro e **tinga** branco, de acordo com Bárbosa Rodrigues e Batista Caetano, opiniões adotadas pelo referido Paulino Nogueira (**obr. cit.** p. 404). Para Teodoro Sampaio, vem de **taba** aldeia e **tinga** branca (**O Tupí na Geografia Nacional**, p. 151). A mudança deveu-se ao fato de existir mais antigo e mais populoso, outro núcleo de população com igual designação, no Estado do Amazonas.

SEBASTIÃO DE ABREU. — Distrito do Município de Pentecoste. Criado pela Lei n.º 7852, de 22 de dezembro de 1964, mudando para este o nome do povoado de Serrota. Situado à margem esquerda do rio Curu. A homenagem é das mais justas, pois que Sebastião de Abreu configurou uma personalidade digna da maior admiração pelos serviços prestados à administração pública. Sem ter-se diplomado, era na verdade um abalisado técnico nos trabalhos que lhe eram confiados como construtor de grandes açudes e de boas estradas de rodagem. Nasceu em Maranguape a 11 de janeiro de 1880 e era irmão do notável historiador brasileiro João Capistrado de Abreu. Dedicou a maior parte de sua vida e de sua ação indormida aos trabalhos da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, mais tarde DNOCS. Como funcionário deste Departamento alcançou altas posições e teve sobre os ombros as tarefas mais difíceis. Espírito alegre, gracejador, ninguém o excederia no carinho com que tratava os que com ele trabalhavam, os que com eles tratavam a qualquer título. Sob sua administração inúmeras obras de vulto integraram-se ao patrimônio de balizações do DNOCS, sem jamais esquecer de aliar a estas o cuidado de fundar escolas e de construir atendendo aos anseios da gente que se agitava em torno de si. Ele mesmo afirmou que "a sua maior ação foi trabalhar em favor da Igreja Católica, contra o analfabetismo, contra o alcoolismo e em favor da temperança e legislação dos cidadãos brasileiros". Faleceu em Fortaleza aos 85 anos de idade, em 1.º de setembro de 1965. Soube servir. Leia-se o jornal **O Povo**, edição de 3 de fevereiro de 1980, e a anterior de 11 de janeiro, do mesmo jornal.

O açude Serrota, no município de Apuiarés, com a capacidade de 4.571.000 m³, passou a ter o seu nome por decisão da diretoria do DNOCS, pois foi quem o construira, daí surgindo o aglomerado humano, trabalhadores das obras. Começou em 1944 e terminou em 1948.

SERROTA. — Distrito do Município de Senador Sá. Criado pela Lei n.º 3762, de 23 de agosto de 1957.

A capela local tem a invocação de Senhora Santana e pertence ao Bispado de Sobral.

A vila está à margem do açúde público hoje denominado Tucunduba, com a capacidade de 40.200.000m³, concluído em 1919.

SERROTE. — Distrito do Município de São Gonçalo do Amarante. A vila anteriormente chamada Serrote dos Barrosos está à margem direita do rio Curu, perto da lagoa do Curral Grande. O Distrito foi criado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951. São considerados fundadores do núcleo inicial Pedro Barroso Cordeiro, Joaquim de Cunha Alcântara, Joaquim Juvêncio Barroso e Luís Moreira Barroso.

A capela local foi levantada em 1953, sob a invocação de Nossa Senhora de Fátima, graças ao trabalho do Pe. José Sinval Facundo e pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

O topônimo é o de um pequeno serrote situado à margem direita do rio Curu.

SITIÁ. — Distrito do Município de Quixadá. Lei n.º 1801, de janeiro de 1878, sancionada pelo Presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros, dispõe: "Fica igualmente pertence ao termo da freguesia do Espírito Santo de Morada Nova o distrito de Barra do Sitiá, servindo de limite entre o referido termo e freguesia e os termos da freguesia de Quixeramobim e Quixadá a estrada que vindo do Frade, na direção a esta capital, toca as fazendas Santa Maria, Vertentes e Ipueiras, do capitão Manuel Luís". Depois, passou a pertencer ao Município de Quixadá, em virtude do Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, agora com o nome de Barra, que o Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943, substi-

tuiu pelo atual, que é o do rio, afluente do Banabuiú (margem esquerda), em cuja confluência está localizada a vila. A velha igreja do lugar, um templo de maiores proporções, tem como padroeira Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Quixadá.

Sobre ele escreve Antonio Bezerra: "O Sítio Banabuiú, a que se refere Pereira Freitas é hoje a Barra do Sitiá, a princípio denominado Sítio, na sesmaria de Jorge Bucarro, terceiro 3.º hereu da data do Banabuiú, concedida a 2 de setembro de 1683 a Lourenço Cordeiro e seus nove companheiros, de cuja data seu filho, João do Monte Bucarro, por procuração de sua mãe, Paula de Martins, concedeu uma légua a Maria de Medeiros viúva de Francisco Cabaceira Pimental e esta por escritura de 15 de setembro de 1718 a vendeu ao capitão Pascoal Correia Vieira, que requereu e obteve licença do visitador João Cavalcante Bezerra, por despacho de 27 de maio de 1719, para erigir no Sítio uma capela a Nossa Senhora da Conceição, e o cura da freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas, Pe. Francisco Gomes da Silva, ir benzê-la, visto já se achar pronta" (**Algumas Origens do Ceará**, Fortaleza, Tip. Assis Bezerra, 1918, p. 141). Daí em diante passou a chamar-se Conceição da Barra do Sitiá. Aí, neste sítio do Banabuiú ou Sitiá, foram aldeados remanescentes dos índios Canindés, tendo sido determinado pelo Governador de Pernambuco, Henrique Lins Pereira Freire, que com eles se formasse uma Companhia de Infantaria, nomeado para comandá-la Miguel da Silva Cardoso. Mais tarde, esse aldeamento foi transferido para o lugar chamado Aldeia Vermelha, perto da hoje cidade Tabuleiro do Norte, e daí para a Vila de Monte-Mor-o-novo-da-América, atualmente cidade de Baturité (Carlos Studart Filho, **Aborigenes do Ceará**, Fortaleza, 1965, p. 140). Informa Pompeu Sobrinho **Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 226), que nos documentos antigos se encontra a grafia Sitiay, de **si** por **qui** bico, ponta, e **tiá** o que amarra ou cerca e y água, rio, ou seja rio que amarra (contorna) a ponta ou bico (de pedra) provável alusão aos serrotes de sienite que o rio contorna.

A Lei n.º 1160, de 30 de setembro de 1913, desmembrou do Município de Quixadá o Distrito Barra do Sitiá, mas foi revogada pela de n.º 1270, de 10 de agosto de 1915.

SÍTIOS NOVOS. — Distrito do Município de Caucaia. Já como Distrito, figurava no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Nossa Senhora da Conceição é a padroeira do lugar, pertencente à Paróquia de São Gonçalo do Amarante, da Arquidiocese de Fortaleza. A respectiva capela foi construída em 1867.

A vila, cortada pela BR-222, situa-se à margem direita do rio São Gonçalo, perto do chamado açúde Velho e são considerados seus fundadores elementos da família Marcolino de Oliveira ou mais precisamente, Tomásia Marcolino.

Nesse Distrito é muito desenvolvida a indústria de cerâmica.

SIUPÉ. — Distrito do Município de São Gonçalo do Amarante. Foi Distrito de Paracuru e como tal figura no texto do Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Primeiro nome do rio São Gonçalo, é velho topônimo encontrado em muitos documentos e mapas da época colonial. "Encontrado pela primeira vez no chamado mapa de Pedro Coelho, com a forma de Siopé. Hondius, Laet, Seutterium e Mariz adotam grafia idêntica. Blaeu e Keulen escrevem **Siebba** e Santa Teresa, **Siebeba.** Os cartógrafos seiscentistas algumas vezes confundiam este rio com o Curu e com o Ceará, e até mesmo com o Parnaíba, fazendo dele um enorme braço deste (Seutterium, Hondius). A ribeira do **Siopé** começou a povoar-se nas últimas décadas do XVII século, quando, em 1680, o Capitão Filipe Coelho de Morais obteve uma sesmaria. Neste documento e em vários outros da mesma natureza, o topônimo é grafado **Siupé**, soando como atualmente (**Siupé**) (Pompeu Sobrinho, **Revista do Instituto do Ceará** v. 59 p. 203). Etimologicamente, o topônimo, de origem tupi, resulta de **çoo** animal, e **pé** trilho, caminho, segundo Teodoro Sampaio.

José de Alencar, que escreveu **Soipé** (**Iracema**, nota 3 do cap. XXI), é de opinião que a palavra vem do **çoo** caça e **ipé** lugar. Com este concorda Paulino Nogueira (**Vocabulário**, p. 398). Fundada pelo Sargento-Mor Antônio Marques Leitão e sua mulher, Apolônia da Costa, pelo Capitão Antônio Rodrigues Magalhães, por Antônio da Costa Leitão e pelo Tenente João Marques da Costa, a igreja do Siupé tem como orago Nossa Senhora da Soledade, tendo sido o respectivo patrimônio doado na forma de documento oferecido por Antônio Bezerra e transcrito na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 18 ps 80-85. Dita capela pertence à Paróquia de São Gonçalo do Amarante, da Arquidiocese de Fortaleza.

SOLEDADE. — Distrito de Itapajé. Criado pela Lei n.º 6602, de 26 de setembro de 1963, publicado no D.O. do Governo do Estado de 17 de outubro do mesmo ano.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora de Fátima, pertencendo ao Bispado de Itapipoca.

SUAÇURANA. — Distrito do Município de Iguatu. Com a categoria de Distrito, figura, com o nome antigo de Sussuarana, no Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933. Esse nome foi substituído pelo atual em virtude do Dec.-Lei n.º 1114, de 30 de dezembro de 1943. Pertenceu ao Município de Afonso Pena (Lages), hoje Acopiara.

A palavra traduz, em tupi, uma das espécies de onça (**Felis concolor** Lin), (**Felis concolor greeni** Nelson e Goldman), comum na região do Nordeste. Segundo se pensa, é de todos os felídeos o mais inofensivo. Paulino Nogueira (**Vocabulário Indígena**, p. 400) registra a etimologia; é corrutela de cucuaruana, cuguacarana e soassoarana — de **çu** alimento, **cuacu** encobrir e **ara** terminação muitas vezes empregada para designar hábito, ou seja: o que encobre o seu alimento, alusão ao modo como o animal costuma esconder a presa entre folhagens, para voltar a dela se alimentar quando com fome. Não obstante, prefere a explicação: **suaçu** veado, e **rana** falso, parecido — semelhante, da cor do veado.

A vila, servida pela Rffsa, com estação distante cerca de 20 km da sede do Município, a qual recebeu o nome de Engenheiro Barreto e inaugurada em 15 de novembro de 1910 é banhada pelo rio Truçu, coletor das águas do lado poente do seu território, as quais se engrossam com o recebimento das do rio Quincoê, coletor das águas do lado norte, desembocando ambos no rio Jaguaribe, abaixo da cidade de Iguatu, lugar chamado Barra ou Barra do Truçu. Fica a vila — anota Meton Vieira — no extremo poente da antiga grande data dos **40 homens do São Francisco**, terras que, no ano de 1682, no local, pertenceram ao sesmeiro João de Montes Bocarro. Mais tarde, com a anulação daquela grande data, constituíram aquelas, e outras terras anexas, objeto da história, disputa entre os Montes e os Feitosas. No cruzamento dos dois rios, está a ponte metálica da estrada de ferro sobre o rio Truçu, perto da vila de Suassurana.

A igreja local foi fundada em 1911, tem como padroeiro São João Batista e pertence ao Bispado de Iguatu.

SUCATINGA. — Distrito do Município de Beberibe. Ainda povoação, com o nome de Mamoeiro, foi desmembrada da vila e Município de Aquirás em 1833, a fim de, com outros territórios, constituir a vila do Município de Cascavel. Pela Lei n.º 86, de 31 de agosto de 1893, foi transferida para o Município de Beberibe, criado este pelo Dec. n.º 67, de 5 de julho de 1892. Extinto, voltou à jurisdição de Cascavel pelo Dec. n.º 1156, de 4 de dezembro de 1933.

Mas, restaurado pela Lei n.º 1153, de 22 de novembro de 1951, passou novamente a pertencer-lhe. A vila, localizada entre várias lagoas, é banhada pelo rio Pirangi e servida pela estrada de rodagem Fortaleza-Aracati (Ce-111). É considerado fundador o pernambucano Joaquim Pereira de Lucena, falecido em 28 de novembro de 1832. A sua igreja, dedicada a Nossa Senhora da Penha, está edificada em terreno doado, em 6 de outubro de 1849, pelo capitão João Francisco dos Santos e sua mulher, Vicência Maria da Penha, filha daquele pernambucano Pereira de Lucena, os quais reservaram para si e seus herdeiros a administração do templo. O doador João Francisco faleceu em 1.º de novembro de 1865 e Dona Vicência em 31 de outubro de 1871. O topônimo, em tupi, compõe-se de **suu** corrutela de **çoo** (pronunciado à inglesa) e **catinga** mato rasteiro, mato ralo (Ver Paulino Nogueira, **Vocabulário Indígena**, p. 369). A capela pertence à Paróquia de Beberibe, do Arcebispado de Fortaleza.

SUCESSO. — Distrito do Município de Tamboril. Criado com o nome de Pinheiro quando da restauração do Município pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Passou a chamar-se Sucesso pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943, nome inspirado no da padroeira local — Nossa Senhora do Bom Sucesso, cuja capela foi construída em 1918. Do Bispado de Crateús. A vila é servida pela Estrada de Ferro de Sobral (RFFSA), cuja estação foi inaugurada em 1.º de janeiro de 1912. Pela Lei n.º 6.379, de 3 de julho de 1963, foi este distrito levado à categoria de Município, porém não pôde ser instalado por força da Lei n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965, que a anulou. São considerados fundadores da vila Ciro Otávio de Sousa, João José de Castro e Conrado Conegundes Mota. Ela está situada à margem direita do rio Pinheiro, nas proximidades da lagoa Areia.

SUÇUANHA. — Distrito do Município de Guaraciaba do Norte. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951. A vila encontra-se no vale desse nome, afamado pela sua fertilidade e cultivado intensamente fornecendo uma série de produtos agrícolas da melhor qualidade. É considerado fundador do núcleo inicial o Pe. Bernardino de Oliveira Memória.

A capela local tem como orago Nossa Senhora da Saúde, sendo alcançada em 25 de setembro de 1899 a licença para a sua construção, terminada em 1892. Pertence à Paróquia de Guaraciaba do Norte, do Bispado de Tianguá.

Segundo Pompeu Sobrinho, o topônimo vem de çuçu tremendal e anha corrido (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 33 p. 226). É o nome do riacho que alimenta o vale.

TABAINHA. — Distrito do Município de Tianguá. Criado pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome de Santa Luzia, mudado este para o atual pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A denominação é a serra de S. Simão, Tagoaibuna, cacique tabajara, de espírito rebelde que acabou preso, em 1663, pelo Alferes Filipe Coelho de Morais, sem que no entanto, os seus índios se submetessem (Ler **Os Aborígenes do Ceará**. Coleção História e Cultura dirigida pelo Instituto do Ceará, n.º 6, Fortaleza, Editora "Instituto do Ceará, 1965, p. 124).

A capela local tem como padroeira Santa Luzia e pertence ao Bispado de Tianguá.

TABULEIRO. — Distrito do Município de Antonina do Norte. Criado pela Lei n.º 7.151, de 14 de janeiro de 1964.

A vila fica à margem direita do riacho Conceição, afluente do rio Jaguaribe.

Do Bispado do Crato.

TANQUES. — Distrito do Município de Maranguape. Criado pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938. A pequena vila fica ao sopé da serra da Palmácia, quase no limite com o Município de Pacoti.

A capela local tem como padroeira Santa Teresinha, da Paróquia de Palmácia, do Arcebispado de Fortaleza.

TAPERUABA. — Distrito do Município de Sobral. Anteriormente, Santa Maria, mas sendo necessário mudar este nome, foi achado certo compô-lo em forma tupi, significando lugar das andorinhas, inspirada na chamada pedra das andorinhas, que fica perto da vila. Assim o fez o Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A vila demora à margem direita do riacho Bom Jesus, afluente do Aracatiaçu. No Distrito existem quatro açudes, sendo um público — o Santa Maria, construído em 1919 e reconstruído em 1954, com 10.000.000m³; e os particulares Bom Jesus, Valentim e Taperuaba. João de Mesquita Pinto é considerado o fundador do núcleo populacional, chamado Santa Maria, sítio que vem de 1778 e media meia légua de comprimento no riacho Bom Jesus

de 55km de extensão, na ribeira do Aracatiaçu, limitando-se com terras dos herdeiros de Bento Pereira Viana e findando-se nas extremas dos herdeiros do defunto José Abreu França. Dito riacho nasceu no ângulo formado pelas serras da Caminhadeira e do Feijão, atravessa o açude Santa Maria e deságua no açude Santo Antônio do Aracatiaçu.

A capela local foi construída em 1912 pelo Pe. Catão Porfírio Sampaio, então vigário de Itapajé, dando-se a bênção em 26 de agosto, pelo Bispo do Ceará. Nossa Senhora do Carmo é a padroeira. Foi remodelada em 1943 pelo Pe. Francisco Soares Leitão, então vigário de Aracatiaçu. Pertence ao Bispado de Sobral.

TAPUIARÁ. — Distrito do Município de Quixadá. Antigo arraial, criado distrito pelo Dec. Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. A vila está situada na confluência do riacho Procuradeira com o rio Tapuiará, afluente do Sitiá, tributário da margem esquerda do rio Banabuiú.

A igreja local tem a invocação de Santo Antônio, construída em terreno doado pelos irmãos Rabelo, em 15 de outubro de 1909. Da Diocese de Quixadá.

TARGINOS. — Distrito do Município de Canindé, O núcleo de população, que fica à margem direita do rio Cangati, chamou-se, de começo, Esperança, alterado para Ipueiras dos Targinos e, por fim, simplificada a denominação para a atual, em face do disposto no Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

A Lei n.º 1.533, de 24 de abril de 1935, havia transferido para a povoação de Ipueiras dos Targinos a sede do distrito de Campos, do mesmo município de Canindé, e já figurava assim no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

O nome é adotado em homenagem à família Targino, da qual foi chefe o Cel. Targino José de Góis, pioneiro na construção de casas de morar, no local. Por seus filhos foi construída a capela da vila sob a invocação de Santo Antônio de Pádua, doado o respectivo patrimônio por Dona Isabel Carlota Targino da Silveira, constituído de 25 braças quadradas de terreno. Muito contribuíu para o melhor acabamento da capela, situado em vistoso morro, o franciscano Frei Estêvão, auxiliado por Ervêncio Silveira Góis, Antônio Silveira Góis, Luís de Oliveira e Miguel Antônio de Oliveira. Pertence ao Arcebispado de Fortaleza.

A vila dista 54km da cidade-sede do Município, ao sul.

TARRAFAS. — Distrito do Município de Assaré. Criado por Ato de 7 de junho de 1920.

A vila situa-se na confluncia do riacho Urucu com o rio dos Bastiões.

Do Bispado do Crato.

TATAÍRA. — Distrito do Município de Solonópole. Ex-São Bernardo, então pertencente ao Município de Jaguaribe-mirim (hoje Jaguaribe), passando ao Município de Cachoeira (hoje Solonópole) ao ser este restaurado pelo Dec. n.º 1.540, de 3 de maio de 1935. A denominação vigente foi dada pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Indicados pela autoridade municipal, não foram aceitos os nomes Paranacuí, que significaria cachoeira pequena do riacho, e Ariús, tribo indígena que nem sequer pervagou a região. Os Ariús, Cariús ou Guariús — informação de Carlos Studart Filho (**Aborígenes do Ceará**, in **O Ceará**, de Antônio Martins Filho e Raimundo Girão, Fortaleza, Editora Instituto do Ceará, 1966; 3.ª ed. p. 58) foram índios com os quais consertou o Cabo Francisco Matias, da infantaria do presídio do Ceará, um tratado provisório de paz, confirmado, depois, a 29 de dezembro de 1671, pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva. Não conseguiu o autor apurar que trecho da hinterlândia cearense eles dominavam.

Tataíra é o nome dum riacho que banha o Distrito e é tupi, composto de **tatá** fogo e **ira** mel, equivalente a mel de fogo ou abelha de fogo, pois a espécie tem a picada muito dolorosa. Também pode vir de **tatá** fogo e **eira** abelha. A vila fica situada à margem direita do riacho do Sangue, afluente do Jaguaribe, e tem as suas origens com a construção, em 1770, de uma capela com a invocação de Nossa Senhora da Conceição, hoje pertence ao Bispado de Iguatu.

TEJUÇUOCA. — Distrito do Município de Itapajé. Com o nome de Tejuçuoca figura no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

O nome é tupi e significa morada ou casa do tejuaçu, este de **teju** ou **teiú** ou lagarto, **açu** grande e **oca** casa, morada (**Tupinambis teguixin**) da família Tegídeos. Apresenta o nome teju a forma tiú. A igreja local tem como orago São Pedro e pertence ao Bispado de Itapipoca.

A vila fica à margem do riacho do Paulo, afluente do riu Curu.

TIMONHA OU TIMÔNIA. — Distrito do Município de Granja. Inicialmente, tinha o arraial o nome de Pitimbu e depois Itaúna (**ita** pedra e **una** preto) e assim figura no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Mas o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, substituiu-o pelo atual, nome do rio que na sua parte mais baixa, separa o Ceará do Piauí e banha a vila. Pompeu Sobrinho explica: **timo** de ponta, de nariz e **anhã** contrário, oposto (e mais precisamente **anhai** em contrário, defronte ou seja — pontas opostas, pontas fronteiras ou em frente) (**Revista do Instituto do Ceará** v. 33 p. 227) "É difícil fazer uma razoável análise do nome considerando-o tupi, desde a sugestão de que deva ser tapuia, provavelmente tremembé. Todavia, Teodoro Sampaio pensa que se trata de uma corrutela de ty-mõe a água posta ou levada. Menos artificial seria — **temo** e **tembo** gerúndio do verbo **tem** criar, colher e **nãe** coco ou castanha: apanhar ou colher cocos ou talvez castanhas de caju. O cajueiro é abundante em todo o litoral nordestino. Uma e outra dessas interpretações são sensivelmente fracas, mas ajustadas à língua tupi" (**Revista do Instituto do Ceará**, v. 59, p. 204).

A capela local tem como orago Santa Luzia e pertence ao Bispado de Tianguá. Ela é que deu origem ao núcleo de população de que resultou a vila. A respectiva bênção deu-se em 1910, tendo sido construída por Luís Machado de Siqueira.

TIPI. — Distrito do Município de Aurora. Criado com este nome, o do riacho que, juntando-se ao Pau Branco, leva as suas águas para o rio Salgado, pela Lei n.º 3.931, de 26 de novembro de 1957, publicada no D.O. do Governo do Estado, edição de 29 do mesmo mês, formou-se com o desmembramento do seu território do Distrito sede do Município.

Do Bispado do Crato.

TRAPIÁ. — Distrito do Município de Santa Quitéria. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951.

A capela local tem como orago São Luís de Gonzaga e a licença para construí-la foi concedida a Delfino Rodrigues de Mesquita, em data de 18 de dezembro de 1909. Do Bispado de Sobral.

TRAPIÁ. — Distrito do Município de Sobral. Pertenceu ao de Santa Quitéria. O Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, inclui neste município. A Lei n.º 3.958, de 10 de dezembro de 1957, cria o Distrito, juntamente com o de **Olho Dágua** (Ver).

O nome é tupi: o da árvore que dá fruto amarelo é redondo, ovóide, semelhante ao maracujá (**Crataeva Tapia** Lin; **Cleo mene arborea** Schrad), da família das caparidáceas. Nada mais é do que corrutela de **tapiá** ou **tapyá** o testículo, o grão. Não é correta a interpretação de Paulino Nogueira, para quem o vocábulo significa fruto de papagaio (Vocabulário Indígena, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 1 p. 423).

A vila tem sua origem na capela de Nossa Senhora das Dores, levantada em 1938-1943, em terreno de 50 braças em quadro, doado por Francisco Ferreira Lima e sua mulher, dando-se a bênção em 15 de setembro desse último ano. Foi seu fundador Mons. Domingos Araújo. Pertence ao Bispado de Sobral.

Há outro distrito Trapiá no Município de Santa Quitéria, cujo padroeiro é São Luis de Gonzaga (Ver).

TRICI. — Distrito do Município de Tauá. Chamava-se Flores, criado pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação atual resultou de disposição do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. É o topônimo do rio que banha a vila, afluente da margem esquerda do Jaguaribe e nasce na lagoa do Santiago.

A capela local foi fundada em 17 de outubro de 1762, pelo Capitão Manuel da Silva Carmo.

Na substituição, prevaleceu o nome vigente contra as sugestões Joaninha (nome de uma serra próxima, dividindo com a da Pipoca e a de São Joaquim as águas do citado rio Jaguaribe e as do Poti), e Aboboras, este sem nenhum nexo.

A capela tem como orago
e pertence ao Bispado de Crateús.

TRÓIA. — Distrito do Município de Pedra Branca. Criado, com este nome pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, pertencendo antes ao Município de Senador Pompeu.

Ficou integrado no de Pedra Branca pelo Dec. n.º 1.540, de 3 de maio de 1935.

A vila fica à margem do rio Banabuiú.

Do Bispado de Iguatu.

TRUÇU. — Distrito do Município de Acopiara. Rio, afluente do Jaguaribe, que deu, mais recentemente, nome ao antigo povoado de Bom Sucesso, por ela banhada e que figura como Distrito na

Divisão administrativa regulada pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, tendo sido criado por Ato Provincial de 21 de outubro de 1874 com o nome de Bom Sucesso. Esta denominação de Truçu foi adotada pelo Dec.-Lei n.º 448 de 20 de dezembro de 1938. Etimologicamente, seria mera contração de **turuçu** (Ver Paulino Nogueira, **Vocabulário**, p. 424).

A vila fica à margem direita do rio Truçu, afluente do Jaguaribe.

A padroeira é Nossa Senhora da Conceição e a respectiva capela pertence ao Bispado de Iguatu.

TUCUNDUBA. — Distrito do Município de Caucaia. Figura como distrito no Dec. n. 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

A vila fica às margens dos rios Piroá e Rajada, perto da Lagoa Tucunduba. É considerado seu fundador José da Rocha Mota.

O nome, tupi, compõe-se de **tucum** ou **tucu** uma espécie de palmeira (**Pyrenoglyphis Maraja** Burret; **Bactris Maraja Mart**) e **duba** lugar, (Paulino Nogueira, **Vocabulário**, p. 426). **Tu cu** o espinho alongado, a pua. A capela local tem como orago Santana e pertence à Arquidiocese de Fortaleza. Foi construída em 1860, com a benção no mesmo ano, pela família Pontes Vieira (Coronel Maneco).

TUCUNS. — Distrito do Município de Crateús. Figura como tal no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933.

A vila situa-se a margem do rio São Francisco, afluente do rio Poti, e são considerados seus fundadores elementos da família Soares Monte. Esta situada sobre a serra da Ibiapaba, gozando de clima muito ameno. Aí existe uma fonte (olho dagua), de onde jorra água cristalina que é levada para o sertão e até para o consumo da cidade de Crateús.

A capela local tem como orago N. Senhora Auxiliadora e pertence ao Bispado de Crateús.

Tucum é uma palmeira — **Pyrenoglyphis maraja** Burrel (**Bactris Marajá** Mart) de frutos dispostos em pequenos cachos, comestíveis. As folhas produzem fibra resistente e durável, com que se tecem redes de pescar, tecidos grosseiros e o preparo de macias maqueiras. Linhas de anzol delas são feitas, geralmente endurecidas de resina de certas plantas (Ver Renato Braga, **Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará**, Fortaleza, Imprensa Oficial, 1960, p. 465).

O topônimo vem da grande quantidade dessa palmeira então existente no local, mas hoje desaparecida.

TUINA. — Distrito do Município de Massapê. Ex-Remédios, nome que já figura como Distrito no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. Relembra um chefe índio de muita projeção na história colonial do Ceará. A capela local, bastante antiga, foi construída, em 1878, pelo Pe. Diogo José de Sousa Lima e tem como padroeira Nossa Senhora dos Remédios. Pertence ao Bispado de Sobral.

A nova denominação deve-se ao Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

TURURU. — Distrito do Município de Uruburetama. Lei n.º 2.070, de 2 de agosto de 1884, determina que o lugar Tururu fique pertencendo ao Distrito do Arraial, do Município de Imperatriz (Itapipoca).

A vila foi fundada por elementos das antigas famílias Moreira e Freitas. A sua capela, fundada por um senhor conhecido por Saraiva, falecido aos quese 100 anos de idade. Tem como orago, Nossa Senhora da Conceição, do Bispado de Itapipoca.

É servida pela RFFSA, cuja estação foi inaugurada em 4 de julho de 1940, no trecho Fortaleza-Sobral, e pela BR-222. O **Dicionário Aurélio** registra o verbete e manda para o termo **patori**, onde aponta como sinônimo de tururu, ave naseriforme da família dos Anatídeos (**Nomonix dominicus Lin**).

UBAÚNA. — Distrito do Município de Coreaú. O nome primitivo era Trapiá, que o Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, alterou para o atual, de composição tupi: **ubá** canoa e **una** preto. **Ubaúna** era um chefe tupi da região.

A capela local tem como orago São Francisco e foi levantada em 1855, datando de 22 de agosto de 1883 a licença de ergue-la, concedida a Davi Machado Portela. Do Bispado de Sobral.

UBIRAÇU. — Distrito do Município de Canindé. Anteriormente, Jatobá, criado pelo Ato de 24 de julho de 1907. Manteve este nome até ser substituído pelo atual, em face de disposição do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. O topônimo, de formação tupi, quer dizer grandes árvores, tal como é o jatobá (**Hymenaea Courbaril Lin**), de **ibira** ou **imyra** árvore, madeira, pau e **açu** aumentativo. Durante os trabalhos da Comissão encarregada da revisão toponímica, dos quais resultaram as disposições do citado Dec. n.º 1.114, foram apresentados, como sugestão, outros nomes, afinal não aceitos: Itapirema e Xavier, este como homenagem a Francisco Xavier de Medeiros, um dos que concorreram para a construção da igreja de Canindé, devotada a São Francisco das Chagas e concluída em 1796. Esse templo, mais tarde, transformou-se na atual Basílica, inaugurada em 2 de maio de 1915. Antônio Mazzini foi o arquiteto construtor. A padroeira local é Nossa Senhora de Fátima. A primeira capelinha do povoado, sob a invocação de Santo Antônio, foi edificada em 1877, porém devido ao abandono resultante da grande seca desse ano, ficou destruída. A segunda capela foi erguida em 1887 por Jerônimo José do Rego e Cosme Lopes de Oliveira, terminados os serviços no ano seguinte, quando benta e inaugurada solenemente pelo então vigário de Canindé, Pe. Manuel Cordeiro da Cruz, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Do Ascebispado de Fortaleza. O patrimônio respectivo é constituído de 25 braças quadradas de terra, doadas por José Mecena, antigo proprietário do lugar (Ver **Album da Paróquia de Canindé, Comemorativo do 7.º Centenário da Morte de São Francisco**, Canindé, Tip. da Casa de São Francisco de Canindé 1927, p. 117).

A vila fica à margem do rio Curu.

UIRAPONGA. — Distrito do Município de Morada Nova. Resultante de projeto apresentado à Assembléia Provincial em 18 de novembro de 1877, pelo Deputado Antônio Pereira de Brito Paiva, a Lei n.º 1801, de 11 de janeiro de 1878, art. 11, determinou que "fica pertencendo ao termo de Morada Nova o Distrito de Livramento, constituído em todas as águas do riacho Livramento, desde suas cabeceiras até sua barra no rio Banabuiú, no lugar chamado Marco". Antes, pertencia ao Município de São Bernardo de Russas, hoje Russas. A sede distrital fica à margem esquerda do citado riacho, que é afluente da margem esquerda do rio Banabuiú. O nome atual data do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Ainda quando integrava o Município de Russas, o Distrito foi extinto pela Lei n.º 607, de 8 de novembro de 1852, sendo restaurado pela de n.º 799, de 21 de julho de 1857.

Suprimido novamente, pelo Dec. n.º 28, de 5 de maio de 1892, sendo implicitamente restaurado pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933 (Ver **História de Morada Nova**, 2.º v, ps 529 e segs), de Geraldo S. Nobre.

A capela local, cujo orago é Nossa Senhora do Livramento, é muito antiga e foi levantada em meia légua de terras doadas, em 1735, por Pedro de Sousa, e em outra meia légua doada por Antônio Bezerra, em 1765, segundo informa o Senador Pompeu, no seu **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**, tomo II. Pertence ao Bispado de Limoeiro do Norte. Acima da vila de Uiraponga, está o açude Poço do Barro, com a capacidade de 54.703.590m³, estendendo-se por 628m a sua barragem, com altura de 25,30m; a sua bacia hidráulica é de 10.000m², tendo sido concluída em 1956. Lei n.º 6959, de 19 de dezembro de 1963, reconheceu ao Distrito a autonomia de Município, mas tal não produziu efeito, pois que dita Lei foi anulada pela de n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

O topônimo é de formação artificial de **uira** ave e **ponga** estridente, e foi adotado pelo Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943.

UMARITUBA. — Distrito do Município de São Gonçalo do Amarante. Pertenceu ao de Caucaia, então Soure, com o nome de Umari e com este passou ao de São Gonçalo do Amarante. O Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938, denominou-o com a forma atual, de feição tupi, para significar região dos umaris; **umari tuba**.

O Umari (**Geoffraea spinosa** Jacq.) pertence à família das Leguminosas Papilionóideas. É árvore frondosa e cheia de espinhos. O fruto é amargo, mas comestível se cozido, ou em mingaus. Cresce nas várzeas e as folhas constituem boa forragem para o gado. Pelos brotos verte bastante água que humedece o chão ao seu derredor. Com as folhas curam-se as diarréias. O vocábulo vem de **ibi**, **uba** árvore, e **ri** verter, manar e **y** água = árvore que distila água. São Pedro é o orago da capela local, construída em 1932 e é considerado seu fundador Pedro Moreira de Araújo. Pertence à Arquidiocese de Fortaleza.

A vila fica à margem direita do rio São Gonçalo.

UMBURANAS. — Distrito do Município de Mauriti. Cortado pelo riacho Três Olhos Dágua, afluente do riacho dos Porcos. Este, um dos formadores do rio Salgado. À margem esquerda daquele está a vila sede, nas proximidades do açude público Quixabinha e da chamada Barragem dos Gomes.

O nome é o da árvore **Bursera leptophlocos** Engl., uma das Burseráceas, coberta de espinhos, de madeira mole, aproveitada no

feito de portas, caixas, gamelas e escultura popular. Apresenta o nome a forma Imburana. É tupi e significa falso umbu (**Spondias tuberosa** Arr. Cam.); de **umbu** árvore do umbu e **rana** semelhante, falso, parecido, segundo Martius. Havia antigamente muitas dessas árvores no local e daí o nome.

É considerado fundador da vila o major Joaquim Antônio Furtado, e esta resultou do arruado que se formou em torno da capela de Senhora Santana, por ele construída em terras de sua fazenda Umburanas. Pertence ao Bispado do Crato. Acontece que esse pequeno templo ruíu, o que levou o major a supor que a Santa desejava outro maior, o que ele fez, mandando levantar outro mais amplo em 1896, inclusive com casa paroquial, que ainda hoje existe.

Aí nasceram Aurino Augusto de Araújo Lima, em 9 de setembro de 1913, magistrado que chegou a desembargador do Tribunal de Justiça do Ceará, e o Mons. Raimundo Augusto de Araújo Lima, em 19 de abril de 1909, ordenado em 30 de dezembro de 1934, vigário geral da Diocese do Crato desde 1938. Historiador e genealogista.

UMIRIM. — Distrito do Município de Uruburetama. Antigamente, Riacho da Sela, criado pelo Ato Provincial de 9 de setembro de 1873, e depois Riachuelo, nome este dado pela Lei n.º 346, de 10 de agosto de 1937. O atual é resultante de dispositivo do Dec.-Lei n.º 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Houve a sugestão Saleslópolis, com o intuito de homenagear a Carlos Sales, que muito contribuiu para o desenvolvimento da vila, a qual é servida pela RFFSA (Estrada de Ferro Fortaleza-Sobral), com a sua estação inaugurada em 5 de junho de 1933. É banhada pelo riacho Frio.

A capela local tem como invocação Nossa Senhora da Natividade, do Bispado de Itapipoca. Foi fundada pelo Capitão Carlos Antônio de Sales, em 1868.

A Lei n.º 6.417, de 9 de julho de 1963, elevou o Distrito a categoria de Município, sem contudo prevalecer a medida porque revogada essa Lei pela de n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

URUQUÊ. — Distrito do Município de Quixeramobim. Uruquê foi o nome dado, e assim já figura no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1953, ao antigo núcleo populacional Francisco Sá, nome de uma das estações da Estrada de Ferro de Baturité, e inaugurada em 4 de agosto de 1894, aí localizada. A capela local, do Bispado de Quixadá, tem como padroeiro São José. O Dec.-Lei n.º

448, de 20 de dezembro de 1938, restaurou o nome antigo. Aí, acha-se instalada a Fazenda Modelo, de propriedade do Estado, que a adquiriu a membros da família do comendador Antônio Pinto Nogueira Acióli. O topônimo, da língua tupi, forma-se de **uru** espécie de cesto de palha, e **kê** bonita ou bonito. Ou, noutra versão, vem de **uru-quiê** cesto ou galináceo em pé,, ou ainda: **urucuê** o que foi ou seja o cesto que foi, o cesto velho (Pompeu Sobrinho, na **Revista do Instituto do Ceará**, v. 33, p. 227).

VARJOTA. — Distrito do Município de Reriutaba. Criado pela Lei n.º 1.153, de 22 de novembro de 1951.

A capela local tem a invocação de Santana, do Bispado de Sobral.

A vila fica à margem do açude público Araras, hoje Paulo Sarasate, com a capacidade de 1.000.000.000m³, tendo a barragem, tomando o rio Acaraú, a altura de 38m. Concluído em 1958. As suas águas espalham-se pelos Municípios de Reriutaba, Ipu, Hidrolândia e Santa Quitéria.

VÁRZEA. — Distrito do Município de Cedro. Anteriormente, tinha a denominação de Várzea da Conceição. Criado pelo Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. A denominação vigente foi adotada pelo Dec.-Lei n.º 448, de 20 de dezembro de 1938.

É servida pela RFFSA, tendo sido inaugurada a respectiva estação no dia 15 de agosto de 1916.

A capela local tem a invocação de N. Senhora da Conceição do Bispado de Iguatu.

VÁRZEA ALEGRE. — Distrito do Município de Moraújo. Criado pela Lei n.º 3.920, de 25 de novembro de 1957.

A vila fica à margem do açude Várzea da Volta.

A capela local tem a invocação de S. José e pertence ao Bispado de Sobral.

VÁRZEA DO JILÓ. — Distrito do Município de Ipu. Criado pela Lei n.º 7.010, de 26 de dezembro de 1963.

A padroeira local é N. Senhora de Fátima, e a respectiva capela pertence ao Bispado de Sobral.

A vila está a pouca distância da cidade-sede do Município.

VARZANTES. — Distrito do Município de Aracoiaba. A vila demora à margem do rio deste nome. Criado Distrito de Paz, antes do Termo de Acarape, pela Lei n.º 2.011, de 6 de setembro de 1882 e Ato Provincial de 28 fevereiro de 1885. Figura no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933. O Distrito foi elevado à categoria de Município pela Lei n.º 6.686, de 16 de outubro de 1963, sem contudo poder instalar-se em face da disposição da Lei n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965.

Passou a pertencer ao Município de Aracoiaba, com a criação deste Município pelo Dec. n.º 44, de 16 de agosto de 1890. Pelo Dec. n.º 193, de 20 de maio de 1931, foi o seu território incorporado ao Município de Baturité, figurando como Distrito no Dec. n.º 1.156, de 4 de dezembro de 1933, com o nome Vazante (sem o S fi,-nal) pertencendo ao de Aracoiaba.

O padroeiro é São João Evangelista, pertencendo a respectiva capela à Paróquia de Ideal, Arcebispado de Fortaleza.

Antônio Joaquim de Oliveira é considerado o fundador da vila.

VENTURA. — Distrito do Município de Alcântaras. Criado pela Lei n.º 3.961, de 10 de dezembro de 1957. Em torno da capela de São José, levantada no sítio Ventura Grande, é que se formou a vila. Para a construção dessa capela recebeu licença Joaquim Antônio de Araújo, mediante a Provisão firmada pelo Mons. Hipólito Gomes Brasil, vigário geral da Diocese do Ceará, em 4 de novembro de 1892.

Somente em 1906, no entanto, pôde ser concluída pelo Pe. Custódio Arcanjo de Vasconcelos. Tem a data de 3 de outubro desse ano a assinatura de doação do terreno respectivo, sendo doadores Joana Ricardo de Aaújo, viúva de João Miguel Pereira e filha de Joaquim Antônio de Araújo. Assinou o documento, a rogo, Alexandre Ricardo de Araújo, filho da doadora. O sítio Ventura Grande chamou-se, depois, São José de Ventura e por fim, tomou o nome atual que não passa de um encurtamento do primitivo nome São Boa Ventura. O padroeiro é São José. A vila está a 800m acima do nível do mar, no alto da Serra da Meruoca. Do Bispado de Sobral.

VERTENTES DO LAJEDO. — Distrito do Município de Maranguape. Criado, juntamente com o de Antônio Marques, pela Lei n.º 7.148, de 10 de janeiro de 1964, publicada no D.O. de 24 do mesmo mês, com a sede no povoado do mesmo nome.

A capela local tem a invocação do Sagrado Coração de Jesus, da Paróquia de Maranguape, Arquidiocese de Fortaleza.

VILA SOARES. — Distrito do Município de Apuiarés. A Lei n.º 6.445, de 21 de julho de 1963, publicada no D.O. do Governo do Estado edição do dia 5 de agosto seguinte, eleva a categoria de Distrito, com o topônimo atual, o povoado de Várzea Grande, desmembrado do Distrito-sede.

A capela local tem a invocação de Nossa Senhora da Saúde e pertence ao Bispado de Itapipoca.

ÍNDICE DOS MUNICÍPIOS

ABAIARA 19
ACARAÚ 19
ACOPIARA 22
AIUABA 23
ALCÂNTARAS 24
ALTANEIRA 25
ALTO SANTO 25
ANTONINA DO NORTE 26
APUIARÉS 27
AQUIRÁS 27
ARACATI 31
ARACOIABA 33
ARARIPE 35
ARATUBA 36
ARNEIROZ 37
ASSARÉ 39
AURORA 40
BAIXIO 41
BARBALHA 42
BARRO 43
BATURITÉ 44
BEBERIBE 48
BELA CRUZ 50
BOA VIAGEM 51
BREJO SANTO 52
CAMOCIM 54
CAMPOS SALES 55
CANINDÉ 56
CAPISTRANO 59
CARIDADE 60
CARIRÉ 62
CARIRIAÇU 63
CARIÚS 64

CARNAUBAL 65
CASCAVEL 66
CATARINA 67
CAUCAIA 67
CEDRO 70
CHAVAL 71
COREAÚ 72
CRATEÚS 74
CRATO 76
FARIAS BRITO 79
FORTALEZA 80
FRECHEIRINHA 84
GENERAL SAMPAIO 84
GRANJA 85
GRANJEIRO 87
GROAÍRAS 87
GUARACIABA DO NORTE 89
GUARAMIRANGA 90
HIDROLANDIA 91
IBIAPINA 92
ICÓ 94
IGUATU 98
INDEPENDÊNCIA 100
IPAUMIRIM 101
IPU 102
IPUEIRAS 105
IRACEMA 106
IRAUÇUBA 108
ITAIÇABA 108
ITAPAJÉ 109
ITAPIPOCA 111
ITAPIÚNA 113
ITATIRA 113
JAGUARETAMA 115
JAGUARIBARA 117
JAGUARIBE 118
JAGUARUANA 121
JARDIM 122
JATI 123
JUAZEIRO DO NORTE 124
JUCÁS 128
LAVRAS DA MANGABEIRA 130
LIMOEIRO DO NORTE 133
MARANGUAPE 135
MARCO 139
MARTINÓPOLE 140
MASSAPÊ 140
MAURITI 142
MERUOCA 143
MILAGRES 145
MISSÃO VELHA 146
MOMBAÇA 148
MONSENHOR TABOSA 151
MORADA NOVA 152
MORAÚJO 155
MORRINHOS 156
MUCAMBO 156
MULUNGU 157
NOVA OLINDA 158
NOVA RUSSAS 158
NOVO ORIENTE 159
ORÓS 160
PACAJUS 162
PACATUBA 163
PACOTI 165
PACUJÁ 166
PALHANO 167
PALMÁCIA 169
PARACURU 170
PARAMBU 171
PARAMOTI 171
PEDRA BRANCA 172
PENAFORTE 173
PENTECOSTE 173
PEREIRO 174
PIQUET CARNEIRO 175
PORANGA 177
PORTEIRAS 177
POTENGI 178
QUIXADÁ 178
QUIXERAMOBIM 182
QUIXERÉ 184
REDENÇÃO 185
RERIUTABA 187
RUSSAS 187

SABOEIRO 191
SANTANA DO ACARAÚ 192
SANTANA DO CARIRI 194
SANTA QUITÉRIA 195
SÃO BENEDITO 197
SÃO GONÇALO DO AMARANTE 199
SÃO JOÃO DO JAGUARIBE 200
SÃO LUÍS DO CURU 200
SENADOR POMPEU 202
SENADOR SÁ 203
SOBRAL 204
SOLONÓPOLE 207
TABULEIRO DO NORTE 209
TAMBORIL 210
TAUÁ 211
TIANGUÁ 213
TRAIRI 215
UBAJARA 216
UMARI 218
URUBURETAMA 219
URUOCA 221
VÁRZEA ALEGRE 221
VIÇOSA DO CEARÁ 222

ÍNDICE DOS DISTRITOS

ACARAPE 227
ADRIANÓPOLIS 227
ÁGUA VERDE 228
AIUÁ 228
ALAGOÍNHA 228
ALGODÕES 228
AMANAIARA 229
AMANARI 229
AMANIUTUBA 229
AMARELA 230
AMARO 230
AMÉRICA 230
AMONTADA 230
ANAUÁ 231
ANJINHOS 231
ANTÔNIO BEZERRA 232
ANTÔNIO DIOGO 232
ANTÔNIO MARQUES 233
AQUINÓPOLES 233
ARACATIAÇU 233
ARACATIARA 234
ARAJARA 235
ARANAÚ 236
ARAPÁ 236
ARAPARI 237
ARAPORANGA 237
ARAQUÉM 238
ARARENDÁ 238
ARARIÚS 239
ARATAMA 239
ARATICUM 240
AREAL 240
AROEIRAS 240
ARUARU 240
ARROJADO 241
ASSUNÇÃO 242
ASSUNÇÃO 242
BAIXA GRANDE 242
BAIXIO DA DONANA 242
BANABUIÚ 242
BANDEIRA 243
BARÃO DE AQUIRÁS 244
BARRA 244
BARRA DO SOTERO 244
BARRA NOVA 244
BARREIRA 245
BARREIRAS 245
BARREIROS 245
BARREIROS 245
BARRENTO 245
BARROQUINHA 246
BAÚ 246
BELA VISTA 246
BETÂNIA 246
BITUPITÁ 247
BIXOPÁ 247
BOA ÁGUA 247
BOA ESPERANÇA 247
BOA VISTA 248

BOA VISTA DO CAXITORÉ 248
BONFIM 248
BONHU 249
BONITO 249
BORGES 250
BREJINHO 250
BREJO GRANDE 250
CABREIRO 250
CAIÇARINHA 251
CAIO PRADO 251
CAIOCA 252
CAIPU 252
CALABAÇA 253
CAMILOS 253
CAMPANÁRIO 253
CANAFÍSTULA 254
CANAFÍSTULA 254
CANGATI 254
CANGATI 254
CANINDEZINHO 255
CANINDEZINHO 255
CAPONGA 255
CARACARÁ 255
CARIUTABA 256
CARMELÓPOLIS 257
CARNAÚBAS 257
CARNAUBINHA 258
CARQUEJO 258
CARRAPATEIRAS 258
CAROATAÍ ou CARUATAÍ 259
CARVALHO 259
CASTANHÃO 259
CATOLÉ 260
CATUANA 261
CATUNDA 261
CAXITORÉ 262
CEMOABA 262
CHORÓ 263
CHOROZINHO 263
CIPÓ DOS ANJOS 264
COCOCI 264
COITÉ 265
COLINA 266
CONCEIÇÃO 266
COUTINHO 266
CRIOULOS 267
CROATÁ 267
CROATÁ 267
CRUXATI 267
CRUZ 268
CRUZ 269
CRUZ DE PEDRAS 269
CRUZEIRINHO 269
CUIPIRANGA 269
CUNCAS 270
CURATIS 270
CURUPIRA 270
CUSTÓDIO 271
DANIEL DE QUEIROZ 271
DELMIRO GOUVEIA 272
DOMINGOS DA COSTA 272
DOM MAURÍCIO 272
DOM QUITINO 273
EBRON 274
EMA 274
EMATUBA 274
ENCANTADO 275
ENGENHEIRO JOÃO TOMÉ 275
ENGENHEIRO JOSÉ LOPES 275
ERERÉ 276
ESPERANÇA 276
ESPINHO 276
EUSÉBIO 276
FÁTIMA 277
FEITICEIRO 277
FEITOSA 277
FELIZARDO 278
FLAMENTO 278
FLORES 278
FLORES 278
FORQUILHA 279
FORTIM 279
GADO 279
GAMELEIRA DE SÃO SEBASTIÃO 280
GÁZEA 280
GENERAL TIBÚRCIO 281

GERERAÚ 282
GIQUI 282
GRAÇA 283
GUACI 283
GUAIUBA 283
GUANACÉS 284
GUARARU 285
GUASSOSSÊ 285
GUIA 285
GURIÚ 286
HOLANDA 286
HORIZONTE 286
IAPI 287
IARA 287
IBARETAMA 288
IBIAPABA 288
IBICATU 288
IBICUÁ 289
IBICUITABA 289
IBICUITINGA 289
IBOREPI 290
IBUAÇU 290
IBUGUAÇU ou UBUGUASSU 291
ICAPUÍ 291
ICARAÍ 292
ICOZINHO 292
IDEAL 292
IGARÓI 292
INGAZEIRAS 293
INHAMUNS 293
INHUÇU 294
INHUPORANGA 294
IPAPORANGA 294
IPUEIRAS DOS GOMES 295
IRAJÁ 295
IRAPUÁ 295
IRATINGA 296
ISIDORO 296
ITACIMA 296
ITAGUÁ 296
ITAIPABA 297
ITANS 297
ITAPEBUÇU 297
ITAPEIM 297
ITAPÓ 298
ITAREMA 298
JABURUNA 299
JACAMPARI 299
JACAREQUARA 300
JACAÚNA 300
JAIBARAS 301
JAMACARU 301
JANDRANGOEIRA 302
JARDIM 302
JARDIM-MIRIM 302
JERIQUAQUARA 303
JOÃO CORDEIRO 304
JORDÃO 305
JOSÉ DE ALENCAR 305
JUÁ 306
JUATAMA 306
JUAZEIRO DE BAIXO 307
JUBAIA 307
JUSTINIANO DE SERPA 307
LACERDA 308
LAGOA DO MATO 308
LAMBEDOURO 309
LAMEIRO 309
LIMA CAMPOS 310
LIVRAMENTO 311
LOGRADOURO 311
MACAMBIRA 311
MACAOCA 311
MACARAÚ 312
MADALENA 312
MAJOR SIMPLÍCIO 313
MALHADA GRANDE 313
MANGABEIRA 313
MANITUBA 314
MAPUÁ 314
MARACANAÚ 314
MARAGUÁ 315
MARARUPÁ 315
MARINHEIROS 315
MARRECAS 315
MARROCOS 316

MARRUÁS 316
MATA FRESCA 317
MATIAS 317
MATRIZ 317
MEL 318
MESSEJANA 318
MIGUEL XAVIER 319
MILHÃ 319
MINEIROLÂNDIA 320
MIRAGEM 320
MIRAÍMA 321
MIRAMBÉ 321
MISSÃO NOVA 321
MISSI 322
MONDUBIM 323
MONTE ALEGRE 323
MONTE NEBO 324
MONTE SION 324
MORRINHOS NOVOS 325
MUMBABA 325
MUNDAÚ 325
MURIBECA 326
MURITI 327
MUTAMBEIRAS 327
NARANIÚ 328
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO 329
NOVA BETÂNIA 329
NOVA BETÂNIA 329
NOVA BETÂNIA 329
NOVA FÁTIMA 330
NOVA FLORESTA 330
NOVO ASSIS 330
OCARA 330
OITICICA 331
OLHO D'ÁGUA 331
OLHO D'ÁGUA DA BICA 332
OLIVEIRA 332
PADRE CÍCERO 333
PADRE LINHARES 333
PADRE VIEIRA 334
PAJEÚ 334
PALESTINA 334
PALESTINA DO NORTE 335
PALMATÓRIA 335
PANACUÍ 335
PARABIBU 335
PARACUÁ 335
PARAIPABA 336
PARAJURU 337
PARANGABA 337
PARAPUÍ 339
PARAZINHO 339
PARIPUEIRA 340
PASSAGEM 340
PASSAGEM 340
PASTA 341
PATRIARCA 341
PAVUNA 341
PECÉM 342
PEDRAS 343
PEDRINHAS 343
PEIXE GORDO 343
PERNAMBUQUINHO 344
PESSOA ANTA 344
PINDOGUABA 344
PINDORETAMA 345
PIRABIBU 345
PIRES FERREIRA 345
PITOMBEIRA 345
PITOMBEIRAS 346
POÇO 346
POÇO COMPRIDO 346
POÇO GRANDE 347
PODIMIRIM 347
PONTA DA SERRA 348
PORFÍRIO SAMPAIO 348
POTI 348
POTIRETAMA 349
PRATA 349
QUATIGUABA 349
QUIMAMI 350
QUINCOÊ 350
QUINCUNCÁ 350
QUITAIÚS 351
QUIXARIÚ 351
QUIXELÔ 352
QUIXOÁ 353

RAIMUNDO MARTINS 354
RIACHÃO DO BANABUIÚ 354
RIACHO GRANDE 354
RIACHO VERDE 354
RINARÉ 355
ROLDÃO 355
SACRAMENTO 355
SALÃO 355
SALITRE 355
SAMBAÍBA 356
SANTANA 356
SANTA FÉ 356
SANTA FELÍCIA 357
SANTA LUZIA 357
SANTO ANTÔNIO 357
SANTO ANTÔNIO 358
SANTO ANTÔNIO 358
SANTO ANTÔNIO 358
SANTO ANTÔNIO DA PINDOBA 358
SANTO ANTÔNIO DOS FERNANDES 358
SÃO BARTOLOMEU 359
SÃO DOMINGOS 359
SÃO FELIPE 359
SÃO FRANCISCO 359
SÃO FRANCISCO 360
SÃO GERARDO 360
SÃO GONÇALO DO UMARI 361
SÃO JOÃO DE DEUS 361
SÃO JOAQUIM 362
SÃO JOAQUIM DO SALGADO 362
SÃO JOSÉ 362
SÃO JOSÉ 362
SÃO JOSÉ DAS LONTRAS 363
SÃO JOSÉ DE SOLONÓPOLE 363
SÃO MIGUEL 363
SÃO PEDRO 364
SÃO ROMÃO 364
SÃO SEBASTIÃO 364
SÃO VICENTE 364
SÃO VICENTE 364
SAPÓ 365
SAPUPARA 365
SEBASTIÃO DE ABREU 366
SERROTA 367
SERROTE 367
SITIÁ 367
SÍTIOS NOVOS 368
SIUPÉ 369
SOLEDADE 369
SUAÇURANA 370
SUCATINGA 370
SUCESSO 371
SUÇUANHA 371
TABAINHA 372
TABULEIRO 372
TAPERUABA 372
TANQUES 372
TAPUIARÁ 373
TARGINOS 373
TARRAFAS 374
TATAÍRA 374
TEJUÇUOCA 374
TIMONHA ou TIMÔNIA 375
TIPI 375
TRAPIÁ 375
TRAPIÁ 375
TRICI 376
TRÓIA 376
TRUÇU 376
TUCUNDUBA 377
TUCUNS 377
TUÍNA 378
TURURU 378
UBAÚNA 378
UBIRAÇU 378
UIRAPONGA 379
UMARITUBA 380
UMBURANAS 380
UMIRIM 381
URUQUÊ 381
VARJOTA 382
VÁRZEA 382
VÁRZEA DA VOLTA 382
VÁRZEA DO JILÓ 382

VAZANTES 383
VENTURA 383
VERTENTES DO LAJEDO 383
VILA SOARES 384

IMPRENSA OFICIAL DO CEARÁ — IOCE

IMPRENSA OFICIAL
DO CEARÁ-IOCE
50
ANOS